

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

CÉLIA BARBOSA DA SILVA PEREIRA

**A relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda no
Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista, 2008-2017**

VITÓRIA
2019

CÉLIA BARBOSA DA SILVA PEREIRA

A relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista, 2008-2017

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Política Social, na área de concentração Política Social, Estado e Sociedade.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Targina Rodrigues Ferraz.

VITÓRIA
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SÍBI/UFES e elaborada pelo autor

P436r Pereira, Célia Barbosa da Silva, 1981-
A relação entre movimento feminista e partidos políticos de
esquerda no Brasil, no contexto de acirramento da crise
capitalista, 2008-2017 / Célia Barbosa da Silva Pereira. - 2019.
555 f. : il.

Orientadora: Ana Targina Rodrigues Ferraz.
Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Feminismo. 2. Partidos Políticos de Esquerda. I. Ferraz,
Ana Targina Rodrigues. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

CÉLIA BARBOSA DA SILVA PEREIRA

**A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTO FEMINISTA E PARTIDOS
POLÍTICOS DE ESQUERDA NO BRASIL, NO CONTEXTO DE
ACIRRAMENTO DA CRISE CAPITALISTA, 2008-2017**

*Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa
de Pós-Graduação em Política Social da Universidade
Federal do Espírito Santo como requisito parcial para
obtenção do Grau de Doutora em Política Social.*

Aprovada em 03 de maio de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA



Professora Doutora Ana Targina Rodrigues Ferraz
Orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo



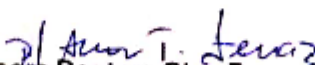
Professora Doutora Livia de Cassia Godoi Moraes
Universidade Federal do Espírito Santo



Professora Doutora Luciana Ferreira Tatagiba
Universidade Estadual de Campinas



Professora Doutora Mirla Cisne Aiyaro
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte



Professora Doutora Olga Perez Soto
Universidade de Havana/Cuba

Ao meu filho Leonardo, que diariamente me ensina a ver vida com outros olhos e a me alegrar nas pequenas conquistas.

Ao meu esposo Wendell, pelo companheirismo por me incentivar e apoiar a realizar todos os meus sonhos.

Aos meus pais, Adélia e Célio, pela ajuda incondicional em todas as horas.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres”.

Rosa Luxemburgo

AGRADECIMENTOS

Às militantes da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) pela colaboração na pesquisa, especialmente, as entrevistadas pelos esforços para a realização da pesquisa e compartilhamento de suas vivências.

À Prof^a Ana Targina pela paciência, cuidado e carinho em me orientar em todo o processo do doutoramento e, principalmente, no desenvolvimento da pesquisa.

Às professoras membros da banca de defesa, Livia pelos aprendizados na disciplina sobre trabalho, ideologia e questão social que atravessam esta pesquisa, pelos ensinamentos cotidianos sobre o feminismo, e pela amizade; Luciana pelas valiosas sugestões à época da qualificação, indicações posteriores de leitura e disponibilidade sempre que precisei; Mirla pelas conversas durante o ENPS tão definitivas para minha pesquisa, pela acolhida em Mossoró para que eu pudesse participar da disciplina sobre o feminismo, pelas partilhas tão fraternas naqueles dias de tantos aprendizados; e Olga por todo seu afeto por mim e minha família e pelas preciosas conversas que tivemos sobre meu tema de pesquisa no decorrer de sua estadia aqui e mesmo em Cuba; Gilsa H. Barcellos pelas provocações no exame de qualificação e aceite para ser membro suplente da banca de defesa; Renata C. Moreira por aceitar participar como membro suplente.

Às e aos docentes do Programa em Política Social pelos diálogos que ultrapassaram a sala de aula e, algumas vezes, os muros da universidade, sobretudo, ao Prof^o Izildo C. Leite pelas recomendações no exame de qualificação e no decorrer da disciplina que cursei. E, igualmente, às e aos colegas estudantes do mesmo Programa, especialmente, Emily pela iniciativa de fomentar rodas de conversas entre as Minas da Política Social e Vinícius por contribuir com a coleta e tabulação de dados para a pesquisa.

Às e aos integrantes que passaram pelo Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais pelos momentos de debates tão enriquecedores. E, às e aos estudantes que cursaram comigo a disciplina sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, possibilitando a troca de conhecimentos e avanço no tema de pesquisa cada vez que traziam seus questionamentos e partilhas.

Às amigas Aline Faé, Arelyz, Camilla Nogueira, Franciani, Mirella e Naara pelos afetos e pelos ricos debates. Às amigas Luciana e Hanah pelo acolhimento e compartilhamento de vivências que me deram forças para seguir com a pesquisa.

Ao meu esposo, Wendell por todo apoio sempre e pelas infindáveis conversas sobre o meu tema de pesquisa. Também a toda a minha família, especialmente minha mãe, que compartilhou conosco os cuidados com Leonardo possibilitando-me tempo para realização do doutoramento e da pesquisa.

À FAPES pelo financiamento que possibilitou meu doutoramento e a realização desta pesquisa.

RESUMO

Este estudo analisa como tem se expressado a relação entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda no Brasil, no período entre 2008 a 2017, contexto de acirramento da crise capitalista mundial. A partir de um estudo de caso sobre a forma como essa relação tem sido construída por três movimentos feministas de expressão nacional, quais sejam: a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), apontamos tendências contemporâneas apresentadas pelos movimentos feministas sobre suas relações políticas com os partidos de esquerda. Nossa hipótese era de que, no contexto de acirramento da crise capitalista, a relação entre movimentos sociais e partidos políticos do campo da esquerda estaria se fortalecendo, no sentido de uma maior aproximação indicando organicidade. Assim, tendo em vista as particularidades do cenário nacional, propomos a tese de que, no Brasil, a relação atual entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda sinaliza uma relação de novo tipo, baseada na compreensão dos movimentos sociais de que são sujeitos políticos e cumprem a mesma função dos partidos no direcionamento da luta política da classe trabalhadora. A pesquisa de natureza qualitativa utilizou-se de: levantamento bibliográfico para a construção do referencial teórico e compreensão histórica do objeto de estudo; pesquisa documental realizada em sites da MMM, da AMB e do MMC e entrevistas em profundidade realizadas com quatorze militantes de referência para esses movimentos, para coleta de dados; e análise do discurso para compreensão dos dados. Os resultados apontam para a sustentação da tese. Os movimentos estudados no contexto da crise capitalista aproximaram-se mais de partidos políticos do campo da esquerda, estabelecendo uma relação de organicidade, principalmente com a Consulta Popular e o Partido dos Trabalhadores. Essa relação é fundamentada na compreensão de que a transformação social só poderá ser levada a cabo por meio de luta antissistêmica que articule as dimensões do sexo, da raça/etnia e da classe. O mote “sem feminismo não haverá socialismo” indica o entendimento desses movimentos de que uma sociedade mais igualitária deve se alicerçar na luta pela emancipação da classe trabalhadora, mas também atentar para as especificidades da emancipação da mulher.

Palavras-chave: Movimentos feministas. Partidos políticos. Crise capitalista.

ABSTRACT

This study analyzes how the relationship between feminist movements and left political parties in Brazil has been expressed during the period of 2008 to 2017, a context of intensification of the world capitalist crisis. From a study case regarding the way this relationship has been developed by three feminist movements with national reach, which are: World March of Women (WMW), Brazilian Women's Articulation (BWA) and the Movement of Peasant Women (MPW), we pointed out contemporary tendencies presented by feminist movements about their political relations with left parties. The hypothesis was that, in a context of intensification of the world capitalist crisis, the relationship between feminist movements and political parties would be strengthening, in the sense of a greater approximation indicating organicity. Therefore, having in mind the particularities of the national scene, the proposed thesis was that, in Brazil, the current relationship between feminist movements and left political parties indicates a new type of relation based in the understanding from social movements that they are political agents and that they have the same role as the parties in directing the political fight of the working class. The qualitative research was based in: bibliographical survey for the construction of the theoretical reference and historical understanding of the object of study; research documented in WMW, BWA and MPW websites and in-depth interviews with fourteen militants that are a reference to this movements to data collect; analysis of the speech to data comprehension. The results point to a confirmation of the thesis. The studied movements had an approximation with left political parties in the context of the capitalism crisis, establishing a relation of organicity, mainly with Popular Consultation and Workers Party. This relationship is based in the comprehension that social changing can only happen through an anti-systemic fight that articulates the dimensions of sex, race/ethnicity and class. The motto "without feminism there is no socialism" indicates the understanding of these movements that an egalitarian society must be based in the fight for the emancipation of the working class, mas also be aware of the specificities of the women's emancipation.

Key-words: Feminist movements. Political parties. Capitalist crisis.

LISTA DE GRÁFICOS

- | | |
|---------|--|
| Gráfico | 1 Movimentos sociais citados pelas entrevistadas |
| Gráfico | 2 Atuação em ONGs |
| Gráfico | 3 Participação político-partidária |

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Partidos políticos brasileiros registrados no TSE
Quadro 2a	Classificações dos partidos políticos brasileiros
Quadro 2b	Classificações dos partidos políticos brasileiros
Quadro 2c	Classificações dos partidos políticos brasileiros
Quadro 3	Classificação dos partidos políticos brasileiros de esquerda e centro-esquerda
Quadro 4	Participação das entrevistadas em outros movimentos sociais e CEBs

LISTA DE SIGLAS

ADAV	Associação Geral dos Trabalhadores Alemães
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
ANL	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação Popular Socialista
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
Arena	Aliança Renovadora Nacional
AV	Ala Vermelha
CC	Comitê Central
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF8	Centro Feminista 8 de Março
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CLOC	Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo
CONCLAT	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCLAT	Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
CP	Consulta Popular
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CS	Convergência Socialista
CST	Corrente Socialista dos Trabalhadores
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DS	Democracia Socialista
DS	Democracia Socialista
FBP	Frente Brasil Popular
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FSM	Fórum Social Mundial
FSM	Social Mundial
IC	Internacional Comunista

LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
Libelu	Liberdade e Luta
LIT-QI	Liga Internacional dos Trabalhadores da Quarta Internacional
MAB	Movimento de Atingidos pelas Barragens
MAM	Movimento Autônomo de Mulheres da Nicarágua
MEP	Movimento pela emancipação do Proletariado
MES	Movimento Esquerda Socialista
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPL	Movimento Passe Livre
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRS	Movimento de Renovação Sandinista
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NEMPS	Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais
NEP	Nova Política Econômica
NEP	Núcleo de Educação Popular
OC	Órgão Central
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSI	Organização Socialista
PAG	Plano de Ação de Governo
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCI	Partido Comunista Italiano
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PJR	Pastoral da Juventude Rural
POSDR	Partido Operário Social-Democrata Russo
POSDR	Partido Operário Social-Democrata Russo
PP	Partido Popular
PSDA	Partido Social-Democrata da Alemanha
PSI	Partido Socialista Italiano

SDAP	Partido Social-Democrata dos Trabalhadores
SOF	Sempreviva Organização Feminista
TICs	Tecnologias da informação e comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UJC	União da Juventude Comunista
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE TABELAS

Tabela 1a	Pautas expressas nos documentos da MMM
Tabela 2a	Pautas expressas nos relatos das entrevistadas da MMM
Tabela 1b	Pautas expressas nos documentos da AMB
Tabela 2b	Pautas expressas nos relatos das entrevistadas da AMB
Tabela 1c	Pautas expressas nos documentos do MMC
Tabela 2c	Pautas expressas nos relatos das entrevistadas do MMC
Tabela 3	Incidência das palavras-chaves nos documentos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
PARTE I – CRISE CAPITALISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS	38
1 MOVIMENTOS SOCIAIS E MANIFESTAÇÕES MASSIVAS NO CONTEXTO DA CRISE CAPITALISTA ATUAL	39
1.1 A CRISE CAPITALISTA E OS REFLEXOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA	44
1.2 MANIFESTAÇÕES MASSIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NO MUNDO: O DEBATE SOBRE A DEMOCRACIA	56
1.2.1 Movimentos sociais e manifestações massivas atuais no Brasil	69
1.3 CONCLUSÃO PARCIAL	87
PARTE II – A CONSTRUÇÃO DA ESQUERDA MUNDIAL NO CAPITALISMO..	90
2 ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA	91
2.1 NOTAS PRELIMINARES SOBRE PARTIDO POLÍTICO E ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA.....	91
2.1.1 A Orientação Ideológica: do que falamos?	93
2.2 O DEBATE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA: ESQUERDA-DIREITA.....	99
2.2.1 A classificação ideológica dos partidos políticos no Brasil	107
2.3 A DELIMITAÇÃO DA ESQUERDA NO CAPITALISMO A PARTIR DE UMA ANÁLISE MARXISTA.....	116
3 O PAPEL DO PARTIDO NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA	130
3.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS MARXISTAS PARA PENSAR A LUTA DE CLASSES.....	131
3.2 NOTAS SOBRE O PARTIDO POLÍTICO NOS PRINCIPAIS TEÓRICOS MARXISTAS	136
3.2.1 A contribuição de Marx e Engels	136
3.2.2 A contribuição de Lênin	141
3.2.3 A contribuição de Rosa Luxemburgo	151
3.2.4 A contribuição de Gramsci	158
4 OS PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA	167
4.1 OS PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS DA ESQUERDA MUNDIAL	167
4.2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ESQUERDA NO BRASIL	185
4.2.1 Os partidos de esquerda no contexto de abertura política e da Nova República	205
4.3 CONCLUSÃO PARCIAL	239

PARTE III – A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS POLÍTICO DE ESQUERDA	248
5 FEMINISMO: A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE LUTA E TEÓRICO .	260
5.1 PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO	263
5.1.1 Movimento feminista no Brasil: a construção de um campo de luta.....	275
5.2 SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO	279
5.2.1 A consolidação do movimento feminista no Brasil	287
5.3 TERCEIRA ONDA DO FEMINISMO	292
5.3.1 A tendência à institucionalização do feminismo.....	293
5.3.2 O feminismo no Brasil no contexto de abertura política e consolidação da democracia	296
5.4 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÓFONO PARA PENSAR A LUTA DE CLASSES	303
5.4.1 A contribuição das teorias feministas sobre as relações sociais de sexo	308
6 A RELAÇÃO ATUAL ENTRE MOVIMENTOS FEMINISTAS E PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA NO BRASIL	317
6.1 TRAJETÓRIA DA MILITÂNCIA PESSOAL DAS ENTREVISTADAS	323
6.1.1 Militância em outros movimentos sociais e CEBs.....	323
6.1.2 Militância feminista	326
6.1.1 A militância político-partidária e os desafios na construção da militância feminista	331
6.2 TRAJETÓRIA E ORGANIZAÇÃO DA MMM, DA AMB E DO MMC	343
6.2.1 Marcha Mundial das Mulheres	343
6.2.2 Articulação de Mulheres Brasileiras	362
6.2.3 Movimento de Mulheres Camponesas	377
6.3 PRINCIPAIS INTERLOCUTORES SOCIAIS DA MMM, DA AMB E DO MMC NA ATUALIDADE	395
6.4 PRINCIPAIS INTERLOCUTORES POLÍTICOS DA MMM, DA AMB E DO MMC NA ATUALIDADE.....	412
6.4.1 Relação com os partidos políticos e representantes políticos partidários profissionais.....	415
6.4.2 Relação com o Estado.....	440
6.4.3 As relações da MMM, da AMB e do MMC com interlocutores políticos, construídas antes, durante e depois do Golpe.....	450
7 CONCLUSÕES.....	478
8 REFERÊNCIAS.....	492
APÊNDICE A Quadro 4 - Lista de documentos da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil	508

APÊNDICE B Quadro 5 - Lista de documentos da Articulação de Mulheres Brasileiras	510
APÊNDICE C Quadro 6 - Lista de documentos do Movimento de Mulheres Camponesas	511
APÊNDICE D Quadro 4a - Conteúdo dos documentos da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil	512
APÊNDICE E Quadro 5a - Conteúdo dos documentos da Articulação das Mulheres Brasileiras	519
APÊNDICE F Quadro 6a - Conteúdo dos documentos do Movimento de Mulheres Camponesas	523
APÊNDICE G Quadro 6a - Assinaturas em documentos publicados pela MMM	526
APÊNDICE H Quadro 6b – Assinaturas em documentos publicados pela AMB	538
APÊNDICE I Tabela 6c – Assinaturas em documentos publicados pelo MMC	542
APÊNDICE J Outros documentos da MMM, AMB e MMC referenciados	546
APÊNDICE K QUESTIONÁRIO PARA SELEÇÃO DA AMOSTRA	547
APÊNDICE L ROTEIRO PARA ENTREVISTAS	548
APÊNDICE M TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	550

INTRODUÇÃO

A tese aborda o tema dos movimentos sociais contemporâneos, especificamente, na relação que estabelecem com os partidos políticos. O interesse decorre de sucessivas aproximações com o tema dos movimentos sociais desde a nossa inserção no Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (NEMPS)¹. Esta inserção, juntamente com o desenvolvimento do estágio em docência², possibilitou-nos conhecer o debate atual sobre as manifestações massivas no mundo e perceber algumas características que podem sinalizar uma possível tendência na configuração assumida pelos movimentos sociais na atualidade. Entre as características sinalizadas pelos autores (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014; CARNEIRO, 2012, entre outros), a que mais nos chamou a atenção foi o distanciamento na relação entre movimentos sociais e partidos políticos.

Este aspecto nos inquietou, sobretudo, com as reuniões para debate sobre os dados da pesquisa desenvolvida no NEMPS, no período de 2013-2015³. Essa pesquisa objetivou analisar as mais recentes mudanças nas formas de organização, mobilização e comunicação dos movimentos sociais no Brasil. Para tanto, atentou para o contexto de crise estrutural do capitalismo, procurando explicar os reflexos desta sobre a economia brasileira e sobre o perfil das classes sociais no país, focando-se no período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no executivo federal.

Com este norte, o relatório da pesquisa apresenta as principais características analisadas na literatura atual sobre os movimentos e manifestações massivas que ocorreram no período de 2009-2013 em diversos países do globo, visando extrair as tendências apontadas pelos autores sobre o formato dos movimentos sociais na cena contemporânea. Além disso, identifica

¹ Ligado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o núcleo é atualmente, coordenado pela profa. Dra. Ana Targina Rodrigues Ferraz. O mesmo possui duas atividades voltadas para o debate sobre os movimentos sociais: o Projeto Tecendo Saberes, que possibilita o diálogo entre militantes, estudiosos, estudantes da graduação e pós-graduação e a comunidade; e o Projeto O tempo Não Para, que realiza um debate com a comunidade acadêmica com base em um texto sobre o tema. O núcleo também faz o acompanhamento do Fórum Capixaba em Defesa da Saúde Pública, contribuindo inclusive com atividades formativas. Além disso, possui um grupo de estudos interno e um grupo de pesquisa sobre os movimentos sociais atuais.

² A Disciplina Tópicos Especiais em Política Social foi ofertada em 2015/2 ao curso de graduação em serviço social da UFES e trabalhou o tema Movimentos Sociais na Contemporaneidade.

³ Pesquisa intitulada “A reconfiguração dos movimentos sociais no século XXI: ativismo virtual, coletivos e fóruns”, registro 4371/2013 na PRPPG. Nossa inserção nesta pesquisa foi a partir do segundo semestre de 2014 até o fechamento da mesma.

alguns aspectos centrais no que tange à emergência de uma nova cultura comunicacional e organizacional dos movimentos sociais na utilização das TICs. Também apresenta os resultados da pesquisa empírica⁴ sobre o Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo (FEJUNES) e o Levante Popular da Juventude, procurando traçar e analisar as principais características com base no referencial teórico usado.

No que se refere à articulação dos movimentos sociais pesquisados pelo núcleo com partidos políticos, as respostas dos militantes entrevistados tinham a necessidade de demonstrar a autonomia do movimento quanto aos partidos. Entretanto, esta autonomia não significava para os mesmos a ausência de articulação, mas uma relação com os partidos, na qual os objetivos e bandeiras de lutas do movimento teriam primazia para este e não o contrário. Esta autonomia era expressa mesmo quando o movimento pesquisado apresentava forte influência de movimentos sociais, cuja articulação com partidos políticos é histórica, como foi o caso do Levante Popular da Juventude, que possui grande influência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que por sua vez, apresenta vínculos orgânicos com o PT.

Os discursos dos militantes dos coletivos passaram a impressão de uma relação de novo tipo entre os movimentos e os partidos, guiada pela escolha em manter uma relação com representantes de partidos⁵ enquanto os interesses destes estivessem integrados às propostas do movimento, ou seja, o movimento não seria para seus militantes o espaço para propagação de propostas e estratégias traçadas pelo partido, mas sim para reflexão de suas próprias bandeiras e estratégias de luta. Se por um lado, o sentido da autonomia tomado pelos movimentos pesquisados se aproximava da concepção apontada por Castells sobre os novos arranjos movimentalísticos, chamados por ele de “movimentos sociais em rede”, por outro, a autonomia não significava para os primeiros, distanciamento ou negação dos partidos políticos, tal como constitui para os segundos, conforme esse autor.

Estas semelhança e diferença entre os movimentos pesquisados e os abordados na revisão bibliográfica, nos levaram a uma inquietação sobre como movimentos e partidos políticos de esquerda no Brasil estariam construindo suas relações na atualidade. Considerado o apontamento de Castells e Gohn de que os arranjos mais recentes de movimentos sociais teriam se conformado herdando algumas características dos chamados “novos movimentos

⁴ A pesquisa possui natureza qualitativa, utilizando-se de entrevistas semi-estruturadas, com base em um roteiro, desenvolvidas com militantes dos movimentos citados (FEJUNES e Levante Popular da Juventude).

⁵ Engloba tanto os políticos eleitos quanto os militantes de movimentos sociais que integram um partido.

sociais”⁶, que ganharam destaque na cena política na segunda metade do século XX, nos questionamos se uma das tendências anunciadas pelos autores, qual seja, o distanciamento/negação dos partidos políticos como característica da autonomia dos “novíssimos movimentos sociais” herdada dos “novos movimentos sociais” se estenderia aos movimentos sociais no Brasil, já que historicamente a relação de proximidade com partidos políticos sempre foi uma característica deles, mesmo aqueles que ganharam a cena no último quartel do século XX.

Essa inquietação nos levou a alguns questionamentos iniciais: Como tem sido estabelecida a relação entre movimentos sociais e partidos políticos de esquerda no Brasil? Esses sujeitos políticos estariam apresentando uma relação de distanciamento? E, especificamente, os chamados “novos movimentos sociais” estariam apresentando que tendência no que diz respeito a esta relação? Eles apresentariam similaridades no que se refere às características dos “novíssimos movimentos sociais”?⁷ A tendência anunciada de distanciamento ou mesmo a negação na relação entre os “novíssimos movimentos sociais” e partidos políticos engloba os partidos de esquerda?⁸ Até que ponto a construção analítica da relação distanciada ou mesmo da não relação dos movimentos sociais com partidos políticos no Brasil é empiricamente sustentada nos movimentos sociais consolidados? Como os movimentos sociais nesta realidade têm pensado a sua autonomia em relação aos partidos? Como o papel do partido político tem sido representado pelos movimentos sociais? Como os movimentos sociais têm interpretado a luta institucional? O que significa para os movimentos sociais caracterizarem-se como apartidários? Quais as implicações desta classificação para a organização política da classe trabalhadora no movimento da luta de classes?

⁶ O “[...] uso diferenciado da categoria [movimento social] no âmbito das Ciências Sociais, que, a partir dos anos 1970, opunha movimentos tradicionais (basicamente operário-sindical) aos movimentos emergentes que foram denominados, dentre outros 'conceitos', de 'novos movimentos sociais'." (BRAZ, 2012, p. 114). Este conceito foi cunhado pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais (Cf. GOHN, 2006) para buscar explicar os movimentos cujas identidades não seriam de classe social, uma vez que suas origens não estariam ligadas as contradições decorrentes da relação capital/trabalho e, portanto, não seriam expressões da luta de classes. Conforme esta teoria seriam exemplos desses movimentos: o movimento negro, LGBT, ambientalistas, feministas, pacifistas, entre outros.

⁷ Utilizamos os conceitos entre aspas para demarcar nossa discordância em relação aos autores no que diz respeito à natureza desses movimentos sociais. Consideramos que as novas formas de movimentos sociais são respostas às novas expressões da questão social, portanto, ligadas à contradição capital/trabalho (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Sobre a questão social ver nota explicativa n. 167.

⁸ De forma resumida, uma vez que aprofundaremos neste debate na parte dois do trabalho, em termos conceituais, adotamos a concepção de direita como sendo as forças sociais pró-capitalismo e de esquerda, as forças sociais anticapitalistas. Assim, tomamos dois amplos campos de classificação dos partidos, a partir de sua orientação ideológica: de contestação total ou parcial à ordem estabelecida, como luta a esquerda, e de manutenção da mesma, como busca garantir a direita. Hegemonicamente ocupam o campo da esquerda, os partidos social-democratas ou socialistas e os partidos comunistas.

A partir de uma primeira revisão bibliográfica⁹ pertinente ao tema dos movimentos sociais sintetizamos três formas possíveis, o que não significa que sejam as únicas, sobre as relações dos movimentos sociais com os partidos políticos: 1) relação de distanciamento ou mesmo de negação, 2) relação utilitarista, 3) relação orgânica.

Na primeira, a compreensão dos movimentos sociais sobre o contexto atual conduz os mesmos a uma descrença em relação à luta político-partidária pela conquista do poder institucionalizado, como via de universalização de suas conquistas particulares. O fatalismo na compreensão dos movimentos sociais sobre os limites do sistema institucional para garantia da democracia real, a corrupção como uma suposta natureza geral dos partidos e a imagem dos políticos profissionais como agentes preocupados com a manutenção do seu *status quo*, resulta em um distanciamento ou mesmo negação dos partidos políticos por parte dos movimentos. Demonstra a perda de legitimidade para os movimentos do papel do partido na luta política.

Na segunda, a compreensão dos movimentos sociais sobre o papel do partido na luta política, a partir de um viés utilitarista, gera uma aproximação entre os movimentos e os partidos políticos, focada nas demandas dos movimentos. Em outras palavras, a relação de aproximação é pragmática, estabelecida pelos movimentos com qualquer partido político no poder que possa facilitar as conquistas pontuais dos mesmos. Expressa um processo de fragmentação na luta de classes tão acentuado que a disputa se limita ao campo da luta corporativista.

E, na terceira, longe de expressar qualquer tentativa distorcida de síntese do real, a compreensão dos movimentos sociais sobre o papel do partido na luta política, a partir de um viés instrumental fundado na orientação ideológica, leva os movimentos sociais a uma maior aproximação com partidos de extrema-esquerda, sobretudo em contextos de crise. Dito de outro modo, os movimentos sociais demonstram uma compreensão quanto ao papel do partido político como instrumento de mediação na luta política pela transformação social. De forma que, os contextos de crise serviriam para uma articulação ainda maior entre estes sujeitos. A aproximação entre os mesmos demonstra uma relação caracterizada pelo vínculo orgânico entre os sujeitos coletivos, que se identificam como parte da mesma luta.

⁹ Em autores como Ghiraldelli Jr (1987); Sader (1991); Doimo (1995); Castells (2013); Filho (2013); Gohn (2014a), entre outros.

Estas formas de relação entre movimentos sociais e partidos políticos são comuns em diferentes momentos históricos e expressam as variações que estas relações podem sofrer. Então, quando falamos de uma tendência, isso significa que determinadas características de um processo, em determinado tempo histórico, são mais comuns, constituindo-se como a forma hegemônica da relação entre movimentos sociais e partidos políticos de esquerda no Brasil.

Tendo em vista que movimentos sociais é um campo de estudo muito vasto, definimos realizar nossa pesquisa a partir do movimento feminista¹⁰. Esta escolha assenta-se sobre a justificativa da importância que este movimento possui, em termos históricos e teórico-analíticos. Em termos históricos, trata-se de um movimento que foi se desenvolvendo e se ramificando *pari passu* ao movimento socialista. No âmbito teórico-analítico, o movimento feminista ganha importância nas análises de autores como Touraine (1994) e Gohn (2014b). Para Touraine (1994) este movimento possui centralidade¹¹ na sociedade, denominada pelo autor de sociedade programada¹². Para Gohn (2014b), o movimento feminista ganha importância no debate relativo à democracia, sobretudo a partir dos anos de 1990, quando as mulheres tornam-se foco de grandes conferências mundiais, dentre as quais se destaca a realizada pela ONU em 1995 em Pequim (China), com tema voltado para a mulher. Ainda segundo a autora "dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm demonstrado que as mulheres são o contingente principal entre aqueles que lutam por questões coletivas, no âmbito público [...]" (GOHN, 2014b, p.156). No âmbito da realidade latino-americana, a autora afirma que no campo empírico das lutas sociais, incluindo a rearticulação de lutas e movimentos que se opõem ao neoliberalismo, "[...] são as mulheres as grandes atrizes que têm realizado esta junção: causas estruturais/econômicas e causas específicas vividas pelas mulheres" (GOHN, 2014b, p.157).

¹⁰ Apesar do debate no uso das designações movimento de mulheres X movimento feminista, apresentado por Cisne (2014), em nossa pesquisa seguiremos a mesma proposição da autora e utilizaremos ambas designações para referir aos sujeitos da pesquisa.

¹¹ Nome de referência na análise dos movimentos sociais, o autor situa-se no campo da crítica à chamada sociedade moderna e às teorias que buscam explicações para a esta. Ao discorrer sobre os atores portadores do movimento cultural (tido como central pelo autor) capaz de superar as limitações impostas pela própria sociedade moderna, devido à defesa da subjetivação, o autor chega a afirmar: "[...] o mais importante é o movimento das mulheres que, em nome da modernidade, reivindicou o reconhecimento do desejo das mulheres e também de sua identidade biocultural, desafio duplo lançado a uma sociedade de inovações técnico-econômicas" (TOURAINÉ, 1994, p.235).

¹² Expressa a idéia de superação da sociedade industrial/moderna para uma sociedade pós-industrial/pós-moderna, nas palavras dele, uma sociedade programada, na qual a produção cultural torna-se central. Para o autor, a designação sociedade programada é mais adequada do que a usual sociedade pós-industrial, pois, evidencia que "[...] o poder de gestão consiste nessa sociedade, em prever e modificar opiniões, atitudes, comportamentos, em modelar a personalidade e a cultura, portanto em entrar diretamente no mundo dos 'valores' em vez de se limitar ao campo da utilidade" (TOURAINÉ, 1994, 259).

Na trilha de autores marxistas, nossa justificativa se assenta não apenas na relevância apontada pelos autores, mas também nas condições concretas de vida das próprias mulheres, assim como afirma Cisne (2014):

A relevância do feminismo ganha maior visibilidade quando compreendemos que as mulheres são, segundo Mézáros (2002), 70% dos pobres do mundo. São também as maiores vítimas da precarização do trabalho e das políticas públicas. São elas que enfrentam as filas de madrugada nos hospitais públicos para levarem seus (suas) filhos(as), bem como em busca de vagas nas escolas; são muitas delas que não chegam à previdência, seja por serem as que mais se encontram na informalidade, nos empregos mais precarizados sem direitos trabalhistas assegurados, ou até mesmo por não terem sequer as suas documentações, especialmente as rurais; são elas que estão no cotidiano da assistência social buscando a garantia mínima das condições de sobrevivência da sua família (CISNE, 2014, p. 17).

Portanto, a luta das mulheres, através do movimento feminista, expressa o enfrentamento ao acirramento das contradições capitalistas, no contexto atual.

Importante, observar que no momento desta escolha a pesquisadora não foi guiada por motivações pessoais de suas vivências acadêmicas e militantes, uma vez que, não tinha nenhuma proximidade com o movimento feminista e tampouco com os estudos sobre eles e debates teóricos que o atravessam. Contrário a qualquer pretensão equivocada de sugerir com isso neutralidade por parte da pesquisadora na escolha do objeto de estudo, o destaque deste aspecto tem o intuito de mostrar o oposto. Se por um lado, esta distância do movimento feminista e das teorias do feminismo se concretizou em grandes desafios a serem transpostos pela pesquisadora, por outro, facilitou o distanciamento necessário entre pesquisador e objeto de estudo para causar o estranhamento. Entretanto, a cada passo que a pesquisadora dava em direção aos conhecimentos necessários para entender o objeto de estudo, era ao mesmo tempo moldada por esta relação com o objeto, tornando-se feminista.

Assim, como forma de contribuição da nossa pesquisa para o debate atual, propomos responder o seguinte problema de pesquisa: que forma de relação (distanciamento/ou negação, utilitarista, orgânica) é hegemônica entre movimentos sociais e partidos políticos de esquerda no Brasil, na atualidade? Em outras palavras, atualmente, como tem se expressado a relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda no Brasil? E definimos nosso objeto de estudo como a relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista, 2008-2017. A delimitação desse período considera a onda de ascensão de protestos sociais que se formou no contexto de acirramento da crise capitalista mundial, após 2008; a chegada e consolidação de um partido político de origem de esquerda no cargo de presidência do executivo central, bem como a

derrubada desse partido, devido a uma crise política explícita, sobretudo, a partir das Jornadas de Junho de 2013.

Como desdobramentos do problema, buscamos conhecer: quais alterações as transformações societárias decorrentes do acirramento da crise capitalista provocaram nesta relação? Qual a compreensão dos movimentos feministas sobre esta relação? O partido político perdeu legitimidade quanto ao seu papel na luta política junto aos movimentos feministas? Houve distanciamento dos movimentos feministas em relação aos partidos de esquerda em sua totalidade, inclusive os de extrema-esquerda ou apenas de determinados partidos de esquerda? Ou o contrário, houve aproximação dos movimentos feministas em relação a algum partido específico? Estes desdobramentos levaram à formulação dos capítulos desse trabalho.

Para responder o problema de pesquisa, procuramos demonstrar como tem se expressado a relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda no Brasil, no contexto do acirramento da crise capitalista mundial, 2008 a 2017, a fim de apontar qual tem sido a forma hegemônica de relação (de distanciamento/ou negação, utilitarista, orgânica) entre estes sujeitos políticos, na atualidade. Para tanto, elencamos três movimentos feministas de expressão nacional: Marcha Mundial das Mulheres (MMM), em sua expressão no Brasil, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Esses movimentos possuem a peculiaridade de serem movimentos anticapitalistas, portanto, do campo da esquerda, e ao mesmo tempo são movimentos auto-organizados por mulheres, que não estão direta e formalmente vinculados a nenhuma organização político-partidária, ao contrário, à primeira vista os três se apresentam como autônomos de partidos ou não-partidários.

A escolha desses movimentos tomou como referência alguns elementos apontados por Cisne (2014): o fato dos mesmos possuírem caráter nacional, expressividade e afirmarem construir uma luta anticapitalista, constituindo-se assim, representativos da esquerda brasileira. Além disso, são movimentos construídos por militantes que atuam também em diferentes movimentos de mulheres do país, isto é, constituem-se movimentos que articulam outros movimentos. E ainda, estes movimentos consolidam-se como tal no contexto do neoliberalismo no país.

Parte da relevância científica desta pesquisa está em mostrar que o processo de distanciamento e, por vezes, negação da relação entre movimentos sociais e partidos políticos indicado por Castells (2013), não se aplica aos movimentos feministas consolidados no Brasil.

E reafirmar análises anteriores realizadas por Galvão (2008). Esta autora debruça-se sobre as características de movimentos sociais que despontaram na cena política latino-americana a partir dos anos de 1990. Ainda que alguns já existissem, neste contexto tornaram-se expressivos e alcançaram reconhecimento em outros países. De forma que, segundo a autora

[...] a novidade desses movimentos não reside em seu sujeito, já que indígenas se manifestaram em outros momentos históricos, assim como camponeses e desempregados. A novidade também não reside em suas formas de luta ou em suas demandas, já que piquetes e barricadas são historicamente empregados pelo movimento operário. A novidade se deve à conjunção de todos esses elementos numa nova conjuntura, marcada pelo neoliberalismo (GALVÃO, 2008, p. 21).

Assim, a autora demonstra as similaridades de movimentos variados (rurais, urbanos, étnicos) de diferentes países. Foca no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) do Brasil, nos piqueteiros da Argentina, em movimentos indígenas da Bolívia, Peru, Equador e México, sinalizando que, mesmo com particularidades bastante distintas, - já que as causas na origem e os países de localidade dos mesmos são diversificados - todos esses movimentos expressam um aspecto em comum, qual seja, "eles constituem uma reação ao neoliberalismo" (GALVÃO, 2008, p.10).

Ao analisar estes movimentos sociais, a autora afirma que o debate sobre a recusa das instituições políticas por parte de alguns destes não pode ser interpretado pela polarização maniqueísta entre autonomia *versus* institucionalização, já que

Todo movimento social cria instituições e/ou se relaciona com as instituições políticas existentes, ainda que o faça de formas e em graus variados. O que é central é a discussão sobre autonomia, para verificar se a relação com outras organizações e a participação nos espaços institucionalizados da política implica o abandono de sua plataforma reivindicativa e se comporta o risco de cooptação. Isso não significa associar automaticamente participação e cooptação. [...] Do mesmo modo, é necessário qualificar o que se entende por institucionalização. Ela compreende tanto a constituição de instituições (que tendem à burocratização à medida que se consolidam) quanto a participação em instituições já reconhecidas pelo sistema político. São dois processos independentes, ou seja, um não leva necessariamente ao outro (GALVÃO, 2008, p. 17-18).

Apesar da análise de Galvão (2008) ser anterior aos efeitos da crise de 2007, que delimitamos como marco histórico do acirramento da crise estrutural do capitalismo, que se desenrola desde os finais dos anos de 1960, consideramos recuperá-la, devido a identificação do caráter de recusa às instituições políticas tradicionais e a criação de novas forças políticas pela maioria dos movimentos estudados pela autora, em um contexto de nova configuração política da América Latina, marcada não só pelo neoliberalismo mas também pela eleição de diferentes governos de esquerdas.

Neste sentido, nossa pesquisa contribui para o debate político e as pesquisas sobre as configurações atuais dos movimentos sociais a respeito de sua relação com uma das mais significativas instituições que caracterizam o Estado Democrático de Direito, os partidos políticos, uma vez que o tema da *relação entre movimentos sociais e partidos políticos* possui uma abordagem periférica nos estudos sobre os movimentos sociais.¹³

Com o foco na construção da democracia participativa no Brasil, Teixeira (2013) expõe que os avanços ou limites das experiências de participação social variam conforme a vontade política dos governantes, a organização da sociedade civil, o arranjo institucional e os recursos disponíveis e mobilizáveis, por governantes e organizações da sociedade civil. Considerando o debate internacional sobre a crise econômica, as experiências massivas atuais e a crise da democracia, a autora indica que a relação entre partidos de esquerda e movimentos sociais é mediada pela atuação de militantes partidários em diferentes movimentos sociais e sempre foi marcada pela tensão entre aproximação e distanciamento. Neste sentido, ela indica que a relação de aproximação entre o PT e suas bases, compostas em princípio por movimentos sociais, apresentou nuances: de um "partido de movimentos sociais", fundamentado em uma relação de novo tipo, marcada pela horizontalidade, nos anos de 1980; para uma relação baseada no "modo petista de governar", ou seja, alicerçada na participação local, nos anos de 1990, apresentando um aprofundamento da participação institucionalizada, a partir dos anos de 2000, destacando a ocupação de cargos públicos por parte de militantes dos movimentos sociais. Teixeira demonstra que o PT sempre teve e ainda mantém vínculo com os movimentos sociais, marcado pela proximidade com os mesmos. Por outro lado, segundo a autora, a pressão nas ruas e até mesmo na *internet* mesmo nos primeiros anos desta década, ainda na gestão petista, demonstra que os desejos dos sujeitos sobre os espaços participativos não se afirmaram.

O trabalho que mais se aproximou do objeto de estudo proposto neste projeto foi o de Silva (2011) que analisou a relação entre o movimento estudantil, especificamente o de serviço social, e partidos políticos, no contexto de lutas sociais, durante o período de 2003-2010 dos governos petistas. A autora sinaliza o partido político como um dos instrumentos políticos da classe trabalhadora que interfere diretamente e indiretamente no movimento retratado. E,

¹³ O levantamento na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD), realizado nos dias 28, 29 e 30 de dez. 2015 e 4 de jan. de 2016, mostrou que dos 895 trabalhos encontrados – usando como palavras-chave movimentos sociais no campo assunto – apenas 68 apresentavam alguma aproximação com a temática. Considerado o recorte temporal da pesquisa (após 2008), o número de trabalhos que tinham relação com algum aspecto que pretendemos problematizar no estudo proposto caiu para 36. Destes apenas dois tinham aspectos próximos ao da nossa pesquisa, os quais foram recuperados no decorrer desta introdução.

afirma, os grupos que disputam as eleições da direção nacional do movimento estudantil, e no caso do serviço social da executiva nacional, são direcionados politicamente por partidos políticos.

Conforme a autora é evidente a articulação de partidos, que no âmbito do discurso ideológico demonstram orientação socialista, com o movimento estudantil de serviço social. Na listagem encontram-se: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Da Causa Operária (PCO), Partido Comunista Revolucionário (PCR)¹⁴, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). O foco da autora sobre o Partido dos Trabalhadores deve-se à construção histórica do partido e à sólida relação com o movimento estudantil de serviço social, sobretudo no período de 2007-2010 do governo Lula.

Para a autora, a crise partidária na esquerda brasileira é reflexo de uma crise mais geral, qual seja, a crise dos movimentos socialistas e comunistas, e se expressa no movimento estudantil de serviço social, a partir da aversão ou incredulidade em relação a determinadas ações dos partidos políticos de esquerda, potencializando o debate sobre a descrença no partido como instrumento político organizativo do proletariado.¹⁵

Com base nestes apontamentos, consideramos como hipótese central para desenvolver nossa pesquisa, que no contexto de acirramento da crise capitalista, a relação entre movimentos sociais e partidos políticos de esquerda estaria se fortalecendo, no sentido de uma maior aproximação indicando organicidade. De forma que, tendo em vista as particularidades do cenário nacional, propomos a tese de que, no Brasil, a relação atual entre movimentos

¹⁴ Não consta nas listas de partidos registrados e de partidos em formação do TSE (2016). Entretanto, na página oficial do partido é possível identificar que sua fundação ocorreu em maio de 1966, em Recife, a partir de uma dissidência do PCdoB. Estabeleceu-se nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Teve uma atuação voltada para a resistência armada à ditadura militar durante os primeiros sete anos do partido. Após o assassinato de líderes importantes do partido pelo regime ditatorial, o PCR voltou sua atuação para o movimento estudantil universitário, ocupando cargos de direção no Diretórios Centrais das principais universidades de Pernambuco e na União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) e contribuiu para a reconstrução de outros DCEs no Nordeste. Em meados de 1981, visando construir uma articulação nacional o partido uniu-se ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Entretanto, as divergências entre estes culminaram na separação dos grupos em 1995. Após isto, o núcleo que originou o PCR iniciou o processo de refundação do partido e construção de sua consolidação em âmbito nacional. A partir de 2004, o partido passou a representar o Brasil na Conferência Internacional de Partidos e Organizações Marxistas-Leninistas (CIPOML). Disponível em: < <http://pcrbrasil.org/>>. Acesso em: 21 set 2016.

¹⁵ As gestões do PT no governo federal ficaram muito aquém do que os movimentos sociais esperavam de um governo com orientação de esquerda, que chegou ao poder com base na defesa de um projeto democrático-popular para o país - por exemplo, no primeiro ano de governo (2003), gestão Lula, aprovou uma reforma da previdência do setor público prejudicial para a classe trabalhadora, que nem mesmo FHC (PSDB), em oito anos de governo, havia conseguido - alimentando a descrença deles nas relações com os partidos políticos do campo da esquerda.

feministas e partidos políticos de esquerda sinaliza uma relação de novo tipo, baseada na compreensão dos movimentos sociais de que são sujeitos políticos e cumprem a mesma função dos partidos no direcionamento da luta política da classe trabalhadora.

Considerada a interface que o tema da *relação entre movimentos sociais e partidos políticos* possui com a ciência política, outros estudos com o foco nos partidos políticos, nos chamaram a atenção.¹⁶ Destes, Mesquita (2009) indica que a relação de proximidade entre o PT e os movimentos sociais começou a sofrer impactos significativos já nos anos de 1990, com a participação do partido na institucionalidade. A análise do autor sinaliza que isso pode ter provocado alterações não só na identidade do partido, mas também dos próprios movimentos sociais que o mesmo propunha representar. Conforme o autor, os partidos que prezam por construir/manter relação com os movimentos sociais foram desafiados por estes a repensar e por vezes mudar os seus discursos sobre o sujeito histórico revolucionário, buscando uma narrativa mais universalizante como contraponto à ênfase nos operários como sujeitos privilegiados do processo revolucionário.

Antes mesmo das jornadas de junho de 2013, Braun (2011) já falava de uma crise no sistema político brasileiro como uma crise de representatividade dos partidos políticos, cuja principal consequência se expressa na perda de esperança das pessoas na possibilidade de mudança social, acarretando descrença no próprio sistema político bem como nos partidos políticos, colocando em risco a manutenção da própria democracia. Para este autor, a saída para esta crise está na criação de mecanismos que potencializem o respeito ao princípio de fidelidade partidária, obrigando os representantes políticos a cumprirem o programa partidário anunciado nas campanhas, impedindo mudanças de orientação.

Em concordância com Alves (2012), consideramos nesse trabalho que a crise política, expressa como crise de legitimidade dos partidos, crise de institucionalidade da função dos partidos, crise da democracia representativa, dentre outras expressões que visam qualificar a questão política na atualidade, corresponde à face política da crise estrutural do capitalismo.

De maneira geral, a pesquisa sobre o tema da relação entre movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, no contexto da crise capitalista mundial, evidencia algumas lacunas

¹⁶ Estudos selecionados a partir de um levantamento realizado, nos dias 4 a 6 de janeiro de 2016, no banco de teses e dissertações¹⁶, com as palavras-chave "partidos políticos" no campo assunto. Dos 246 trabalhos encontrados apenas 41 apresentavam alguma aproximação com a temática. Quando considerado o recorte temporal da nossa pesquisa, este número caiu para 17 trabalhos, dos quais selecionamos os mais próximos da abordagem da nossa pesquisa, recuperados no corpo desta introdução (BRASIL, 2015).

como: abordagem periférica e até mesmo ausência dos partidos de extrema-esquerda nos estudos; ênfase no PT; dificuldade em estabelecer interfaces entre a sociologia, que concentra os estudos dos movimentos sociais, e a ciência política, que concentra os estudos sobre os partidos políticos; abordagem atual diminuta, uma vez que nem mesmo os estudos centrados no contexto de acirramento da crise capitalista enfocaram o período mais recente brasileiro, após as manifestações massivas que ocorreram em junho de 2013.

Sem qualquer pretensão de querer de preencher todas essas lacunas, nossa pesquisa contribui para quem deseja conhecer um pouco mais sobre este tema tão complexo, sendo da área acadêmica ou não. Tendo em vista que movimentos sociais e partidos políticos são organizações políticas que podem interferir direta e indiretamente nas configurações do Estado e nas ações governamentais - por exemplo, na formulação de projetos de leis, que transformem bandeiras de lutas de um determinado movimento em direitos voltados para o conjunto da população ou para um segmento da mesma, na definição dos recursos e direcionamento do fundo público, na formulação e implementação de políticas sociais e de políticas que priorizem populações específicas (mulheres, negros, índios, jovens, dentre outras)- nossa pesquisa apresenta, ao mesmo tempo, relevância social e política.

Para o conjunto da classe trabalhadora, essa relevância ampara-se na análise de Mattos (2012) sobre o quadro de reorganização da classe trabalhadora brasileira, sobretudo, a partir do governo Lula. Conforme o autor, "[...] embora sejam visíveis múltiplas e diferenciadas mobilizações de frações de classe, tais lutas se dão de forma extremamente fragmentada, sem maiores articulações e na ausência de qualquer direção unificada legitimada pelos movimentos" (MATTOS, 2012, p. 158).

Isso se processa a tal ponto que, segundo o autor, mesmo quando a identidade de classe é assumida por movimentos sociais, a unidade da classe não é uma tarefa simples, pois, para boa parte dos movimentos que ainda mantêm a perspectiva combativa, o partido político passou a representar dirigismo e institucionalismo. O que "[...] gera a ilusão 'movimentista', expressa nas proclamações de que o protagonismo das transformações cabe diretamente aos movimentos, sem apresentar-se qualquer perspectiva de unidade programática e prática que possa superar seu fracionamento" (MATTOS, 2012, p. 159).

Neste sentido, a reflexão sobre a relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista, pode contribuir não apenas para que as mulheres, mas a classe trabalhadora em geral organizada em múltiplos

movimentos sociais reflita sobre o seu próprio processo organizativo, visando construir estratégias articuladas para combater o conjunto de medidas austeras adotadas por governos neoliberais, bem como para o enfrentamento cotidiano das condições materiais e subjetivas que se colocam como obstáculos para o avanço das lutas em direção ao projeto central desta classe, a transformação da sociedade capitalista. O que requer uma mudança na própria natureza do Estado Democrático de Direito burguês, uma vez que está fundamentada na defesa da propriedade privada individual dos meios de produção e reprodução da vida em sociedade.

Situado em um contexto marcado por questionamentos sobre a configuração dos sistemas políticos e os modelos de democracia adotados pelos estados nacionais, nossa pesquisa pode contribuir também com os próprios partidos políticos do campo da esquerda, levantando elementos atuais sobre a relação estabelecida com os movimentos feministas, apresentando a compreensão desta relação por esses movimentos, contribuindo para que estes partidos reflitam sobre a sua atuação junto às organizações de mulheres. Já que para estes partidos, o apoio dos movimentos sociais é fundamental não só para a formação de quadros e composição da base de eleitores, mas para o próprio alcance dos seus objetivos, sejam esses direcionados apenas a realização de reformas em benefício da classe trabalhadora ou também orientado à transformação das estruturas capitalistas.

Tendo em vista que os movimentos sociais organizam sua ação (estratégias e instrumentos de luta) a partir da interpretação que fazem dos problemas (políticos, econômicos, sociais, culturais, éticos, entre outros) detectados na realidade em que estão inseridos e para os quais almejam respostas, sua análise sobre a realidade objetiva assim como sobre os mecanismos usados por parte das instituições políticas para tentar resolvê-los, pode afetar a sua relação com os partidos políticos, tanto no sentido de maior aproximação quanto de distanciamento (ou inclusive negação) dos mesmos.

Assim, com o intuito de colaborar com os debates teóricos e pesquisas, sobre a temática da relação entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda, e com a reflexão dos sujeitos políticos envolvidos nesta relação, buscamos os seguintes objetivos específicos no decorrer do trabalho.

1. Verificar a existência de mudanças e identificar as formas expressas da relação entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda em diferentes contextos históricos, a fim de apontar qual é a forma hegemônica desta relação na atualidade;

2. Recuperar como movimentos feministas consolidados no Brasil expressaram ao longo de sua história a relação com partidos políticos de esquerda, a fim de demonstrar se houve alteração nesta relação no sentido de maior distanciamento/ou negação, utilitarismo ou organicidade, no período atual, de 2008-2017;
3. Identificar os significados dos termos autonomia, apartidarismo ou não partidarismo para os movimentos feministas consolidados no Brasil, com o fim de demonstrar se os sentidos atribuídos sinalizam a tendência de distanciamento ou mesmo de ruptura na relação atual entre estes sujeitos;
4. Identificar como os efeitos do acirramento da crise capitalista, a partir de 2008, impactaram a organização da classe trabalhadora, sobretudo as mulheres, a fim de refletir em que medida tais efeitos contribuem para uma relação de distanciamento/ou negação, utilitarismo ou organicidade com os partidos políticos de esquerda.

Trata-se, portanto, de um estudo realizado no campo da pesquisa social, que possui natureza qualitativa, uma vez que, para compreendermos a relação estabelecida pelos movimentos feministas com os partidos políticos de esquerda no Brasil, buscamos conhecer os alicerces que sustentam a visão de mundo, os valores e os significados que se expressam na instituição e no comportamento destes sujeitos (ALVES-MAZZOTTI, 1998; CHIZZOTTI, 2001; GOLDENBERG 2003), mais precisamente, dos movimentos feministas, uma vez que realizamos a pesquisa tendo por referência como os movimentos - e não os partidos - refletem e constroem suas relações com outros sujeitos coletivos, neste caso, os partidos políticos. Esta delimitação é fundamental observar que o caminho oposto, ou seja, tomando como referência os partidos políticos para entender a relação que estabelecem com os movimentos sociais, certamente levaria a outros resultados. O mesmo ocorreria, se a proposta mirasse a relação a partir dos dois sujeitos envolvidos na relação. Estes caminhos alternativos podem servir de pontos de partida para novas pesquisas.

Dada a variedade de abordagens teóricas existentes na literatura sobre os movimentos sociais, que se diferenciam tanto em função das divergências paradigmáticas, quanto das diferentes correntes no interior de uma mesma matriz teórica¹⁷, leva-nos a adiantar que compreendemos

¹⁷ Para ter uma percepção desta variedade, consultar Gohn (2006; 2014 e 2014b). A primeira obra aborda três grandes vertentes teóricas que buscam compreender os movimentos sociais a partir do que a autora considerou como: paradigma norte-americano, paradigma europeu e paradigma latino-americano. A segunda recupera as teorias clássicas e as novas teorias da ação coletiva e as abordagens teóricas sobre os movimentos sociais e as novas teorias sobre o estudo dos mesmos. A terceira traz uma abordagem comparativa de dois períodos

que os movimentos sociais originam-se dos diversos conflitos decorrentes da divisão social do trabalho, neste sentido, são expressões do amplo processo da luta de classes. Na sociedade capitalista expressam os conflitos oriundos da relação contraditória entre capital-trabalho, podendo reproduzir tanto os interesses da classe trabalhadora quanto do capital. Ressaltamos com isso, que nossa proposta de pesquisa foca-se nos movimentos feministas da classe trabalhadora.

Como apenso, destacamos que partimos da análise do capitalismo como uma relação social fundamentada na exploração da força de trabalho (MARX, 2008), que se apropria, mantém e renova determinados processos de opressão humana, advindos de relações sociais anteriores, que servem como mecanismos para aprofundar ainda mais a exploração da classe trabalhadora, tais como as questões ligadas à raça e ao sexo (inclui sexualidade) (CISNE, 2014).

A pesquisa aqui apresentada pode ser classificada como um estudo de caso. Como indica Chizzotti (2001, p. 102), neste tipo de estudo,

O caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto para propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em um dada situação.

A pesquisa foi realizada em documentos publicados pelos movimentos feministas estudados, MMM, AMB e MMC, nos seus *sites* oficiais. Ao todo foram analisados 64 documentos considerados os três movimentos. E, a partir de entrevistas em profundidade, guiadas por um roteiro de caráter semi-estruturado, com perguntas abertas. O roteiro utilizado levou em conta permitir que as entrevistadas apresentassem não apenas suas reflexões e análises pessoais sobre o tema, como também valores, sínteses e reflexões coletivas construídas e defendidas por cada um dos movimentos que elas representam. A escolha das entrevistadas seguiu a técnica "bola de neve" (snowball sampling). Segundo Dewes

este tipo de método baseado na indicação de um indivíduo de um ou mais outros indivíduos é também conhecido como método de cadeia de referências. O processo começa de um certo número de sementes, pessoas selecionadas de alguma forma pelo pesquisador e que fazem parte da população-alvo. Essas pessoas, por sua vez, são incumbidas de indicar a partir de seus contatos outros indivíduos para a amostra. Segue-se assim, sucessivamente, até que se alcance o tamanho amostral desejado. (DEWES, 2013, p.8).

movimentalísticos chave para a compreensão do protagonismo juvenil: O Maio de 1968, na França e as manifestações massivas e movimentos sociais no mundo e no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista.

Esta técnica nos possibilitou chegar às militantes consideradas por outras militantes do mesmo movimento como referência para abordar o tema. Portanto, a indicação das entrevistadas por seus pares, indica o reconhecimento da capacidade delas de refletirem sobre os valores defendidos pelo movimento do qual fazem parte e respeitando as discussões internas e coletivas construídas neste espaço. Assim, para a escolha da semente, isto é, das primeiras militantes entrevistadas, seguimos a indicação por parte de uma pesquisadora sobre o movimento feminista que já pesquisou os três movimentos escolhidos como *corpus empírico*, bem como por parte dos próprios movimentos, por meio de suas assessorias de comunicação. À medida que aceitavam participar das entrevistas, as militantes indicavam pelo menos outras duas militantes para participar da pesquisa. Àquelas que recusavam o convite para participar da entrevista também podiam indicar outras militantes. Buscamos entrevistar todas as mulheres indicadas que apresentaram esta disponibilidade. Assim, conseguimos entrevistar um total de 14 mulheres, considerados os três movimentos de forma geral. As entrevistas foram fundamentais para conhecer o movimento a partir de uma série aspectos, tais como: origem; organização inicial e atual; principais referências ideológicas, teóricas, históricas e atuais; principais bandeiras e conquistas históricas e atuais; principais desafios históricos e atuais; principais sujeitos políticos de articulação, históricos e atuais; principais parcerias históricas e atuais, dentre outras.¹⁸

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em três partes, nas quais procuramos discorrer sobre as temáticas circunscritas no tema. Assim, na primeira parte situamos apresentamos uma compreensão da crise capitalista atual desde um ponto de vista marxista, bem como abordamos os efeitos dela sobre as condições de vida da classe trabalhadora em geral, mas sem perder de vista que as mulheres constituem um dos segmentos mais afetados; e sobre as condições de organização desta classe. Recuperamos as manifestações massivas e movimentos sociais da atualidade como decorrentes entre outras coisas, do acirramento da crise capitalista mundial e nos atentamos para as especificidades do Brasil.

Na segunda parte do trabalho, abordamos a temática dos partidos políticos, apresentando o debate da classificação ideológica dos partidos políticos e nossa proposta de classificação dos partidos no espectro político. Propomos uma classificação dos partidos do campo da esquerda

¹⁸ As entrevistas só foram realizadas após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Espírito Santo, acatando procedimentos éticos junto às entrevistadas, tais como o sigilo de suas identidades e respeito ao conteúdo dos seus discursos, esclarecimentos sobre o conteúdo de apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Contatos do CEP da UFES, campus de Goiabeiras: telefone: (27) 3145-9820, endereço Eletrônico: cep.goiabeiras@gmail.com. A submissão do projeto será pela Plataforma Brasil, pelo sitio <<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>>.

com base no desenvolvimento histórico deste campo, situando o Brasil nesta abordagem mais geral, mas também atentando para as particularidades desta realidade social. Buscamos nos autores clássicos da teoria marxista, bem como em autores que viveram entre finais do século XIX e início do XX e que foram e continuam influentes nos movimentos socialista e comunista, elementos centrais para entender a teoria da organização política desde um ponto de vista marxista.

Por fim, recuperamos em linhas gerais o desenvolvimento histórico do movimento feminista, procurando resgatar alguns debates teóricos que se desenvolveram no seu interior, buscando situar as particularidades desse movimento no Brasil. Tratamos de apresentar em linhas gerais a abordagem teórica do feminismo materialista francófono, considerando que esta possui pontos de convergência com o materialismo histórico dialético quanto ao método de análise, tomando tal como este a centralidade do trabalho e a divisão sexual do trabalho como pontos de partida para entender as desigualdades decorrentes das relações sociais de sexo. Parece-nos que esta abordagem é a que mais se aproxima dos reclamos dos movimentos feministas estudados. Finalizamos com a apresentação e análise dos dados empíricos, coletados dos movimentos feministas elencados.

Para tanto, tomamos por base a análise do discurso da “escola” ou, como preferem Caregnato e Mutti (2006), da linha francesa. Conforme as autoras, Michel Pêcheux, um dos fundadores desta abordagem, procurou entender “[...] a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia”, a partir da articulação entre “[...] o lingüístico com o social e o histórico, na qual a linguagem é estudada não apenas enquanto forma lingüística como também enquanto forma material da ideologia” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680). Assim, segundo as autoras, a análise do discurso resulta do entrelaçamento entre ideologia, história e linguagem, e compreende que o sentido do texto é socialmente produzido.

A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de idéias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente [...] (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680-681).

Com base nos discursos dos movimentos feministas estudados, elencamos algumas categorias analíticas que usamos para buscar aprofundar a compreensão sobre a relação entre os

movimentos feministas estudados e partidos políticos de esquerda no Brasil, no atual contexto de acirramento da crise capitalista. São estas:

- 1) a influência ideológica: se os movimentos adotam ou não a orientação de algum partido e de que forma;
- 2) autonomia financeira: se são auto-sustentáveis e as estratégias desenvolvidas para isso, se buscam apoio financeiro de outros grupos ou pessoas e, dentre estes, partidos ou políticos profissionais ou mesmo se são procurados pelos mesmos e como reagem a esta procura;
- 3) organização: se os movimentos sociais foram criados ou não pela influência de partido e, se sim, de que partido; se possuem ou não militantes que também são militantes partidários, se sim, de quais agremiações e qual o percentual desta composição;
- 4) articulação social: se os movimentos fazem ou não atos compartilhados com movimentos feministas e/ou com movimentos que possuem outras pautas, tanto se aderem ou não a atos convocados por estes, como se convidam ou não os mesmos para compor os atos realizados pelo movimento;
- 5) articulação política: se os movimentos fazem ou não atos compartilhados com partidos, se aderem ou não a atos convocados por partidos, se convidam ou não os mesmos para compor os atos realizados pelo movimento;
- 6) mobilização: se convidam ou não militantes partidários para participar dos movimentos ou se os militantes sociais são convidados a participar de reuniões de partido;
- 7) objetivos: se o movimento incorporou ou não bandeiras de lutas "externas" ao mesmo, se direcionam ou não sua atuação para o alcance das mesmas e de que forma fazem isso;
- 8) luta política: como compreendem a luta pela transformação social e qual papel atribuem ao partido político e a si próprios.

Assim, a pesquisa abordou pontos, tais como: a) os desafios e possibilidades reais dos movimentos feministas garantirem sua autonomia política, considerando a dupla militância, isto é mulheres ligadas a partidos políticos que também atuam no movimento; b) os trâmites da relação estabelecida entre os movimentos feministas e os governos para avanço das pautas sociais; c) a compreensão dos movimentos feministas sobre o papel político dos partidos políticos e sobre a prática dos mesmos; d) a relação dos movimentos feministas e outros

sujeitos coletivos: movimentos sociais em geral e outros movimentos feministas, igrejas e ONGs; e) os desafios da relação entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda.

Os resultados da pesquisa sustentam a tese defendida neste trabalho, demonstrando que os movimentos estudados no contexto da crise capitalista aproximaram-se mais de partidos políticos do campo da esquerda, estabelecendo uma relação de organicidade, principalmente com a Consulta Popular e o Partido dos Trabalhadores. Esta relação é fundamentada na compreensão de que a transformação social só poderá ser levada a cabo por meio de luta antissistêmica que articule as dimensões do sexo, da raça/etnia e da classe. O mote “sem feminismo não haverá socialismo” indica o entendimento desses movimentos de que uma sociedade mais igualitária deve se alicerçar na luta pela emancipação da classe trabalhadora, mas também atentar para as especificidades da emancipação da mulher.

PARTE I – CRISE CAPITALISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS

1 MOVIMENTOS SOCIAIS E MANIFESTAÇÕES MASSIVAS NO CONTEXTO DA CRISE CAPITALISTA ATUAL

Este capítulo tem o intuito de analisar alguns aspectos do contexto histórico que atravessa nosso objeto de estudo. Neste sentido, procuramos num primeiro momento entender a crise capitalista e destacar alguns dos seus impactos sobre a classe trabalhadora. Para então, num segundo momento, recuperar as análises de diferentes autores, com os quais procuramos dialogar criticamente, sobre os eventos movimentalísticos que emergiram na cena contemporânea e trouxeram à tona questionamentos sobre o papel e a relevância dos partidos políticos nas democracias contemporâneas.¹⁹

A eclosão de "novos movimentos políticos" ou "novíssimos movimentos sociais"²⁰ é analisada por diferentes autores como embates contra os efeitos da crise do sistema capitalista, os quais tornaram-se mais evidentes a partir de 2008 (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014; HARVEY et al, 2012).

Neste contexto é possível observar, em proporções globais, um aumento da pobreza (inclusive da fome) e do desemprego, sobretudo entre os jovens, decorrentes das políticas de austeridade realizadas pelos diferentes governos em nome da dominância financeira²¹ (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014; HARVEY et al, 2012).

¹⁹ A democracia tem sido um tema bastante controverso na literatura pertinente, sobretudo a partir dos anos de 1960, quando segundo Ferraz (2005), a intensificação da participação dos atores sociais coletivos (movimentos sociais, associações civis, entidades de classe e organizações não governamentais) na cena pública colocou em questionamento a capacidade da democracia representativa efetivar-se como forma de governo capaz de expressar os interesses gerais do povo. O que estes atores almejavam era uma participação para além do voto, isto é, ampliada para os processos decisórios de formulação e implementação de políticas públicas e de aspectos pertinentes à vida coletiva. Assim, a democracia participativa reconhece a diversidade de atores sociais coletivos e aposta na ampliação de canais de participação social, entretanto, a forma como as decisões são tomadas, segue a lógica da vontade da maioria, tal como na democracia representativa. Diferentemente da democracia deliberativa, para qual a "[...] legitimidade do processo decisório é obtida por meio do debate racional entre cidadãos livres e iguais" (idem, p.31), prevalecendo a lógica do consenso; é compreendida pela autora como uma forma derivada da democracia participativa.

²⁰ A primeira expressão é usada por Carneiro (2012, p. 14) para se referir aos movimentos sociais de massa que surgiram em diferentes países (Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Espanha, Portugal, Grécia, Chile, EUA, Rússia) nos últimos anos (2009 -2013). A segunda é usada por GOHN (2014, p. 22) também para referir-se aos eventos massivos globais da atualidade. Alves (2012, p. 35) chama de "novos movimentos sociais" reportando-se aos mesmos protestos.

²¹ Segundo Castells (2013), na Tunísia, no período das manifestações, a taxa de desemprego era de 13,1%, ao passo que entre os jovens esse percentual era de 21,1% (idem, p. 27). Na Islândia, a crise financeira acarretou uma queda significativa do PIB do país, de 6,8% em 2009 para 3,4% em 2010 (idem, p. 35). No Egito, a maioria dos trabalhadores desenvolvem atividades laborais no setor informal e pelo menos 40% da população é pobre (idem, p. 58). Nos países árabes onde ocorreram os levantes populares, a liberalização e a subordinação econômica levaram a altas no preço de gêneros alimentícios nestes países, impedindo o consumo de boa parte da

O que chama a atenção nos eventos movimentalísticos massivos atuais é a semelhança no formato dos mesmos, a partir do qual é possível notar traços de inovações e permanências em relação: as origens, o perfil dos manifestantes, os objetivos, a forma de organização, as principais bandeiras e estratégias de lutas, as formas de articulação, comunicação e mobilização, as dificuldades, dentre outros aspectos.

À luz de autores de diferentes correntes analíticas é possível identificar algumas dessas características comuns: a espontaneidade na origem das manifestações, a recusa de espaços políticos e formas de lutas tradicionais (parlamento, sindicatos, partidos), o perfil jovem dos manifestantes, a ausência de lideranças que demarca a horizontalidade na organização, a pluralidade de bandeiras de lutas, a ocupação de espaços públicos, o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014; CARNEIRO, 2012). A diferença entre os autores está nos fundamentos teóricos e métodos de análise usados, responsável pelas ênfases dadas a determinados aspectos em detrimento de outros, como será possível observar no decorrer do estudo.

O primeiro embate teórico-analítico está na denominação usada para os eventos movimentalísticos. Além das expressões "novos movimentos sociais" e "novíssimos movimentos sociais" já indicadas, no caso do Brasil, foram usadas expressões como "Jornadas, atos, onda, protesto de massa, mobilizações, revoltas etc." (GOHN, 2014a, p. 8) e "acontecimentos de junho" (SINGER, 2013, p. 26). E ainda, "manifestações", termo escolhido tanto por Gohn (2014a) como por Scherer-Warren (2014, p. 417).

Scherer-Warren (2014) justifica sua escolha metodológica ao afirmar ser necessário diferenciar movimento social organizado de manifestações de rua. Segundo a autora,

os movimentos sociais organizados têm uma relativa permanência temporal e tendem, no mundo contemporâneo, a se estruturar sob a forma de redes de militância que operam como uma estratégia para a construção de significados políticos ou culturais em comum, tendo em vista a conquista e a mobilização de ativistas, a produção de ações de advocacia e de interferência nas políticas públicas, ou no sistema social de forma mais abrangente (SCHERER-WARREN, 2014, p.422).

população (idem, p. 75). Na Espanha, o desemprego em 2011 era de 22%, entre os jovens este número era ainda mais expressivo, 47% (idem, p. 86). Nos Estados Unidos, 1% da população passou a deter 23,5% da renda. Apesar da produtividade ter crescido em quase 30%, no período entre 1998 a 2008, os salários reais tiveram um aumento ínfimo de apenas 2% no mesmo período. Em contrapartida, o setor financeiro, que emprega apenas 5% da força de trabalho total, apresentou um incremento no lucro de 40% em 2007, decorrente da apropriação dos ganhos do setor produtivo. Ao fim, 1% entre os mais ricos deteve 58% do crescimento econômico no período, tendo um aumento na renda de 42%.

Nesse sentido, conforme a autora, os movimentos sociais em rede apresentam como tendência quatro momentos na sua constituição: 1) "o *frame* organizacional", que visa a continuidade e interação entre os sujeitos, que inclui desde organizações de base a entidades articuladoras ou mediadoras (como os fóruns), visando a construção dos significados comuns para as lutas; 2) "articulações discursivas", ou seja, a produção de pontos comuns em relação as demandas, ideários e projetos em prol de uma mudança social; 3) "ações jurídicas por direitos", seja orientadas para as políticas públicas ou para mudanças sistêmicas; 4) "manifestações", como um momento para o protesto, reivindicação e visibilidade das lutas, ou seja, para a mobilização. Nas palavras da autora "os movimentos sociais promovem, participam ou estão nas manifestações, mas não se reduzem a elas" (SCHERER-WARREN, 2014, p.422).

Por outro lado, Gohn (2014a) indica que as manifestações que tomaram as ruas e praças com ações de protesto inserem-se em uma categoria mais geral, denominada, pela autora de "Movimento dos Indignados". Afirma:

As manifestações de junho de 2013 no Brasil fazem parte de uma nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, predominância de camadas médias, conectadas por e em redes digitais, organizados horizontalmente, críticos das formas tradicionais da política, tais como se apresentam na atualidade - especialmente os partidos e sindicatos -, eles pregam a autonomia em relação a essa forma antiga, embora alguns possam ter articulações com alguns partidos mais radicais (GOHN, 2014a, p. 12).

Para nós, tanto Scherer-Warren quanto Gohn indicam aspectos importantes de um mesmo fenômeno mundial em destaque na última década. A primeira autora enfatiza o caráter efêmero típico das manifestações, enquanto a segunda, ressalta as características do movimento que estariam sustentando as manifestações atuais. Entretanto, consideramos que a análise de Barker (2014), por abordar as manifestações e os movimentos sociais de forma imbricada e ao mesmo tempo, permitir olhar para cada um deles separadamente, contribui para compreender de maneira mais aprofundada o fenômeno.

Barker (2014), apoiado na teoria marxista, considera o "movimento como um todo" ou "movimento social geral", cujo desenvolvimento histórico se expressa em ondas de ascensão e declínio das lutas sociais, permitindo entender porque diversificados "movimentos sociais" apresentam características similares em determinados períodos históricos.

Segundo o autor, tornou-se recorrente na literatura contemporânea, uma visão fragmentada dos movimentos sociais apresentados de maneira isolada, cada um como expressão de sua própria particularidade, sem conexão, vínculo com os demais. Entretanto, do século XIX, até os anos de 1960, diferentes teóricos consideravam que "O movimento social" era a expressão

sumária para variadas formas e manifestações de enfrentamento populares ao desenvolvimento capitalista em curso” (BARKER, 2014, p. 8).

Para Barker a ideia de rede é mais precisa do que a de organização quando se trata de entender a configuração do movimento social observado desde uma perspectiva integral. Enquanto organização pode passar a impressão de homogeneidade, a rede, ao contrário indica entrelaçamentos, que em alguns pontos formam nós e em outros pontos podem apresentar fissuras, que respectivamente servem de simbolismo para indicar momentos de maior interação ou de conflitos e antagonismos que expressam a heterogeneidade constitutiva da natureza do movimento.

Conforme o autor: “Quanto mais heterogêneos os círculos sociais que compõem um movimento, maior a amplitude potencial de temas e preocupações que eles carregam consigo e mais diversas, conseqüentemente, serão as lutas particulares que constituem o movimento”, (BARKER, 2014, p. 9) o que não indica necessariamente divisão do movimento.

Compreendido desta forma, é preciso ter em conta que no decorrer de sua trajetória, o movimento social como um todo se confronta com uma série de contradições. As respostas a estas pressões contraditórias ora alavancam as diversas lutas, levando-as a um movimento compartilhado de ascensão e ora as tensionam a um movimento de descenso, retração (BARKER, 2014).

Processos multicausais formam estes padrões “tipo onda”, o que significa que um conjunto de fatores nem sempre previsíveis podem servir de estopim e detonar uma onda de protestos ou, igualmente, provocar uma onda de contenção. “A figura de uma ‘onda’ implica situações ou períodos de ‘ascensão’ e ‘queda’” (BARKER, 2014, p. 11), períodos em que as diversificadas lutas (ou inúmeros movimentos sociais) que compõem o movimento geral experimentam padrões similares no seu desenvolvimento ou mesmo na sua retração.

Todo tempo o movimento social em geral depara-se com resistências, interesses e regras estabelecidos, tanto de aspectos que o estruturam, como um movimento mais consolidado quanto de instituições dominantes, são inúmeros elementos que agem como limitadores dos processos de inovação que os movimentos sociais que estão na crista da onda tentam introduzir (BARKER, 2014). Afirma o autor,

[...] uma onda de protestos deve ser entendida, de seus inícios até seu final, como contendo impulsos e forças bastante contraditórias, tanto para o radicalismo como para a moderação, tanto para saltos radicais como para a contenção conservadora. A maneira como essas tendências opostas se desenrolam fornece uma forma geral para o progresso da onda (BARKER, 2014, p. 13).

A onda de protestos é o momento em que o velho e o novo se deparam, por isso, apresenta potencialidade para introduzir transformações sociais. Nesse sentido, observar os sujeitos que adensam a onda e o modo como estão envolvidos na onda é fundamental para a compreensão de suas potencialidades e limitações. O autor argumenta:

[...] uma significativa onda crescente de protesto é capaz – na medida em que é mais do que um fenômeno meramente setorial – de chegar em diferentes partes da população de modos distintos, em tempos variados, para envolvê-las através de uma variedade de formas organizacionais e repertórios de confrontação, acessando todo um caleidoscópio de demandas sociais, vínculos institucionais, capacidades, anseios e perspectivas (BARKER, 2014, p. 14)

Em cada momento de desenvolvimento da onda, um conjunto de sujeitos com interesses diferentes e, por vezes, até antagônicos, é envolvido, imprimindo novo aspecto à mesma. Os resultados não podem ser previstos em uma bola de cristal, dependem das interações, intervenções e contradições que surgem no processo. Uma série de aspectos que podem avolumar e transformar a onda em um maremoto ou num simples marasmo, afirma o autor.

A onda de protestos traz à tona a forma de funcionamento do próprio movimento em geral. Na trilha do pensamento do autor,

Em cada grande ou pequena conjuntura a característica do movimento é, de alguma maneira, reconfigurada ou recomposta. Novas formas de aliança ou divisão emergem, e com elas novas constelações de ideias e identidades, novas correlações de formas. Em cada ponto, de virada, as diferentes forças sociais envolvidas devem reavaliar suas próprias posições, suas relações com aliados e oponentes, o que a nova situação significa para suas próprias aspirações, o senso de possibilidades, se seus quadros interpretativos anteriores requerem modificações e de que maneira estas poderiam ocorrer (BARKER, 2014, p. 16).

Por isso, uma onda de protestos é um momento fértil que pode gerar grandes transformações sociais, pois envolve intervenção massiva. Se estas intervenções terão um sentido revolucionário, somente o próprio curso histórico poderá mostrar. De toda forma, a onda de protestos traz à tona as contradições sociais que estavam assentadas no momento de marasmo, de uma onda de contenção.

Apesar da aparente calma, a onda de contenção não deve ser entendida como paralisia ou acomodação dos inúmeros movimentos sociais, já que no curso desta onda diferentes ações e lutas sociais ocorrem, ainda que de maneira isolada; o tempo todo, surgem tentativas de impulsionar uma nova onda de protestos.

Com base nesta exposição, o autor indica que os efeitos da crise estrutural capitalista iniciada em 2007 trouxeram novas transformações para o movimento social em geral. A nova onda de protestos detonada com os eventos da “Primavera Árabe” produziu um impulso global, percebido de forma desigual tal como é característico de uma onda, já que seu desenvolvimento depende não só da conjuntura internacional, mas das condições internas apresentadas em cada país e dos sujeitos envolvidos. Sigamos, então, ainda que de maneira bastante introdutória, com a exposição de uma proposta de análise sobre a crise capitalista atual, que nos fornecerá as lentes para enxergarmos alguns de seus efeitos sobre a classe trabalhadora.

1.1 A CRISE CAPITALISTA E OS REFLEXOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA

A interpretação marxista analisa as crises cíclicas como processos inerentes ao próprio funcionamento do capitalismo, ou seja, fazem parte da lógica do processo de acumulação de capital, que de tempos em tempos apresenta momentos depressivos, de recessão e inicia a busca por novas bases de acumulação. Por isso, no curso da crise, as contradições econômicas, políticas, sociais e ideológicas deste sistema apresentam-se de forma mais acentuada (CARCANHOLO, 2017).

Na mesma linha argumentativa, Nakatani e Herrera afirmam:

as crises fazem parte integrante da dinâmica contraditória da reprodução ampliada do capital, concebido como uma relação social de produção. Durante os períodos de crise, os capitais mais frágeis ou tecnologicamente ultrapassados são desvalorizados, uma parte é desvalorizada e desaparece e outra parte é concentrada e centralizada nas frações mais poderosas e desenvolvidas do capital (NAKATANI; HERRERA, 2011).

Para Carcanholo (2017, p. 20, tradução nossa) “perceber que os pontos de ruptura (crises ou recuperação) são consequência necessária das características específicas produzidas pela inflexão anterior” é a chave analítica que permite demonstrar que as raízes da crise capitalista

estrutural atual, iniciada em 2007, estão nas saídas capitalistas para a última crise estrutural, cujos primeiros sinais apareceram em finais de 1960.²² Afirma o autor:

[...] a atual crise pela qual passa o capitalismo contemporâneo só pode ser um desdobramento dialético das contradições do capitalismo que foram desenvolvidas nesta fase histórica. São essas que promoveram a atual crise no processo de acumulação de capital. O capitalismo contemporâneo, a lógica de seu processo de acumulação é, por sua vez, consequência das formas pelas quais saiu da sua última – antes desta – crise estrutural (CARCANHOLO, 2017, p. 27, tradução nossa).

Segundo o autor, entende-se por crise estrutural àquela que requer modificações radicais nas bases estruturais do processo de acumulação como meio para (re)construir novas bases. Nestes termos, a crise atual é resultado das respostas da crise anterior em busca de recompor as bases de acumulação de capital (CARCANHOLO, 2017).

Em outras palavras, a crise atual é estrutural desde o momento em que é expressão da exasperação do ciclo de inflexão capitalista (crise estrutural) que se desenrola desde finais dos anos de 1960.

Dierckxens *et al* consideram que a característica essencial de uma crise estrutural é conjugar múltiplas determinações que impactam as diversas faces da vida em sociedade de forma nunca vista na história, expressando-se como "uma grande crise mundial econômica, social, política, militar, energética, alimentar, ecológica e até mesmo ética" (DIERCKXENS *et al*, 2010, p. 10). Trata-se, portanto, de uma crise diferente de depressões conjunturais, apresentando-se como "uma crise mais extensa, profunda, multidimensional e com alcance global" (DIERCKXENS *et al*, 2010, p. 10), o que leva estes autores a afirmarem que a mesma consiste em uma "crise civilizatória" (idem, p.11), ideia comum também a Löwy (2010, p. 36).

Na mesma linha de raciocínio, Mészáros (2011) indica que a natureza da crise estrutural difere do caráter cíclico e conjuntural das crises econômicas inerentes ao próprio funcionamento do sistema de produção capitalista. O autor afirma: "A crise estrutural se faz valer ativando os limites absolutos do capital como modo de reprodução social metabólica" (MÉSZÁROS, 2011, p. 136).

Já para Nakatani e Herrera,

²² Carcanholo (2017) chama a atenção de que a maioria das análises que situam a crise nos anos de 1970 toma como referência o fim do sistema de Bretton Woods (conversão de dólar em ouro), em 1971, e as quedas nos preços de petróleo, em 1973, mas não atenta que "[...] na verdade, os primeiros sinais da crise vêm de 1968/69, com a redução dos indicadores de produção, a queda das taxas de lucro, a redução da inversão no capital fixo e a elevação das taxas de desemprego e inflação" (p. 28, nota de rodapé, tradução nossa).

As razões mais profundas que permitem explicar a crise que se desdobra por todo o planeta encontra-se na própria dinâmica da acumulação que produz periodicamente uma superprodução de capital, decorrente da anarquia da produção capitalista, que conduz a uma pressão para a queda na taxa de lucro quando se esgotam as contratendências à queda dessa taxa. A superprodução de capital pode se manifestar através do excesso de produção vendável, não porque não hajam pessoas necessitadas ou desejosas de consumirem, mas porque a concentração da riqueza vai excluindo uma parcela cada vez mais importante da população da possibilidade de comprar mercadorias (NAKATANI; HERRERA, 2011).

De toda forma, todos os autores tomados por referência estão de acordo quanto ao caráter estrutural da crise capitalista atual, que se tornou mais visível a partir do ano de 2008, quando desencadeou nos Estados Unidos, uma crise na esfera financeira que se espalhou por todo o globo. Conforme Nakatani e Herrera (2011) a crise financeira "é uma crise do capital cujo surgimento e manifestação ocorreu na esfera financeira, devido à gigantesca financeirização da sociedade capitalista nas últimas décadas". Enfatiza Mészáros (2011, p. 130), "não é acidente que a moeda tenha inundado de modo tão aventureiro o setor financeiro. A acumulação de capital não poderia funcionar adequadamente no âmbito da economia produtiva".

Carcanholo (2017) esclarece: "O capitalismo contemporâneo foi historicamente construído precisamente em função da resposta que o modo de produção capitalista encontrou para sua crise estrutural dos anos 60/70 do século passado" (p. 29, tradução nossa), por isso as contradições que demarcam suas possibilidades e limites também se encontram nas respostas sistêmicas à crise passada, dentre as quais se destacam a reestruturação produtiva, reformas trabalhistas no sentido de flexibilizar o mercado de trabalho em países centrais e periféricos, aumento da transferência de valor dos países dependentes para os centrais, intensificação da liberalização financeira. Respostas estas impulsionadas pela hegemonia do neoliberalismo, afirma o autor.

Vista deste ângulo, a crise atual manifesta no setor financeiro, enquanto resultante dos desdobramentos ou "saída capitalista" para sua última crise estrutural, tem raízes nos processos de reestruturação produtiva, revolução informacional, neoliberalismo e mundialização do capital, que somados contribuíram para a expansão e dominância do capital fictício na esfera financeira (NAKATANI; HERRERA, 2011).

Segundo os autores,

O conjunto de contradições que desencadeou a crise atual começou a se acumular a partir do esgotamento das forças que geraram o longo período de expansão, após a Segunda Guerra mundial, com o fim do acordo de Bretton Woods e o desenvolvimento dos novos mercados financeiros, em particular a formação e posterior desenvolvimento do mercado interbancário de Londres. Paralelamente, na esfera produtiva, a forma de organização da produção e de extração da mais-valia, baseada no fordismo e no taylorismo, também havia chegado aos seus limites e começaram a surgir novas formas de organização da produção e novos métodos como o toyotismo ou kanban (NAKATANI; HERRERA, 2011).

A análise de Nakatani e Herrera (2011) indica que a natureza profunda desta crise sistêmica conduz ao acirramento da contradição gerada pela relação capital-trabalho, uma vez que o contexto atual apresenta um número elevado de desempregados e do contingente de pessoas em situação de miséria em diferentes países, o que possibilita maior exploração da força de trabalho em nível global e expressa a generalização das condições precárias de trabalho e de seus efeitos.

Nos termos de Mészáros (2011), a crise atual conduz a uma crescente polarização entre capital-trabalho, dado que se trata de uma “[...] crise estrutural do sistema que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana” (idem, p. 130).

As implicações da crise de 1960/70 para a classe trabalhadora têm sido avassaladoras e tomam proporções ainda mais preocupantes com a crise atual. A intensificação da imigração de trabalhadores dos países dependentes para os países centrais e a falta de postos de trabalho como faces do processo de desemprego estrutural é só uma amostra da perniciosidade do sistema, o cenário ainda reúne o rebaixamento dos salários, perda de direitos, extensão e intensificação da jornada de trabalho, que somado à redução dos custos estatais com as políticas sociais e às reformas trabalhistas e tributárias torna-se um quadro assolador (CARCANHOLO, 2017).

Todavia, apesar dos efeitos devastadores, uma crise na economia capitalista, ainda que fundamental não é suficiente para mudar a correlação de forças entre as classes sociais em luta e muito menos para a decadência da hegemonia burguesa construída solidamente em cada um dos países, através de uma ampla sociedade civil, no sentido gramsciano (NAKATANI; HERRERA, 2011).

Em sentido próximo, Mészáros adverte:

Se hoje o tom da política tradicional modifica-se, isso se deve ao fato de que as contradições objetivas da situação atual já não podem ser contidas, seja por meio do puro poder e da força bruta, seja pelo suave estrangulamento promovido pela política do consenso. Na verdade, estamos diante de uma crise sem precedentes do controle social em escala mundial e não diante de sua solução. Seria uma grande irresponsabilidade se nos tranquilizássemos numa espécie de estado de euforia, contemplando uma “revolução socialista mundial na virada da esquina” (MÉSZÁROS, 2011, p. 57).

Os aspectos econômicos, políticos e sociais da crise capitalista impactam as condições de vida dos trabalhadores e a capacidade organizativa dos mesmos, na medida em que as saídas encontradas pelo capital para tentar recuperar a taxa de mais-valia, a partir dos arranjos no mundo do trabalho introduzidos pela chamada reestruturação produtiva (Cf. ANTUNES, 2015) e das políticas neoliberais (Cf. HARVEY, 2013a), estão sendo ainda mais aprofundadas no contexto atual. Não é de se estranhar que esteja em curso um “novo padrão de desemprego” (MÉSZÁROS 2011, p. 67), caracterizado por atingir de forma maciça até mesmo os países centrais. Afirma o autor,

Como resultado desta tendência, o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação “racionalizadora” não está mais limitada aos “ramos periféricos de uma indústria obsoleta”, mas abarca alguns dos mais desenvolvidos e modernizados setores de produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial (MÉSZÁROS, 2011, p. 69).

Castel (2009) indica a relação entre as mudanças no mundo do trabalho, visíveis a partir da desregulação das relações trabalhistas, e as transformações das políticas sociais a partir da década de 1970.

É neste contexto que os países da Europa Ocidental rompem o vínculo trabalho-proteção consolidado a partir do pacto entre capital-trabalho, no qual o primeiro tinha assegurada a sua rentabilidade, em contrapartida o segundo tinha certa segurança e proteção social, através de reformas conquistadas a partir das organizações dos trabalhadores, como sindicatos e convenções coletivas, cujas lutas visavam a regulação de direitos trabalhistas e de proteção social, ancoradas no papel do “Estado Social” para consolidar estas garantias na legislação e a execução das mesmas, conforme mostra o autor.

Segundo o autor, o período posterior "é caracterizado por uma dinâmica de descoletivação ou reindividualização imposta pela globalização" (CASTEL, 2009, p.87), decorrente do aumento da concorrência entre os trabalhadores, que se tornou ainda mais aguda pelo desemprego massivo e pela precarização das relações trabalhistas.

Num primeiro momento, passa a operar no campo das políticas sociais, o que Castel (2009, p. 89) chama de lógica dos mínimos sociais. Seguindo para um processo de "homogeneização das condições sociais em nível planetário" a partir da "lógica da mercantilização" (idem, p. 94).

Próxima a estes apontamos, a análise de Behring (2008) indica alterações regressivas para a classe trabalhadora brasileira, decorrentes deste contexto. Segundo a autora há mudanças significativas nas condições técnicas e políticas de exploração da força de trabalho, na composição acentuada do exército industrial de reserva, que contribui para pressionar os salários para baixo, na fragilização da organização dos trabalhadores, sobretudo, no âmbito sindical e partidário visíveis na passivização e burocratização destas organizações, bem como na queda da taxa de sindicalização. Soma-se a isso, transformações nos arranjos das políticas direcionadas à reprodução da força de trabalho, cujas principais características passam a ser a privatização e a focalização de políticas da área social.

No caso brasileiro, estas metamorfoses no cenário mundial se impuseram limites para o processo de acúmulo de forças da classe trabalhadora brasileira, que se expressou na Constituição de 1988, mas que, logo, encontrou esgotamento para a sua efetivação na realidade brasileira. De forma que a partir dos anos de 1990 em vez de consolidação dos princípios sociais constitucionais, abre-se a um período de contra-reforma²³ (BEHRING, 2008).

Este cenário é piorado no contexto mais atual, quando problemas comuns aos países periféricos como desemprego, precarização do trabalho, perdas de direitos sociais e trabalhistas, generalizados a partir das políticas neoliberais para as economias avançadas são aprofundados em âmbito global em prol da dominância financeira (HARVEY, 2013; CASTEL, 2009).

Segundo a chave explicativa de Mészáros,

²³ O uso do termo contra-reforma fundamenta-se na compreensão da autora de que a ampliação de direitos sociais é produto da luta de classe, neste sentido as reformas apresentam um ganho para a classe trabalhadora, expressando meios para implementação de políticas sociais importantes para a reprodução desta classe. O termo é usado pela autora para demonstrar que no Brasil, o imperativo neoliberal não apenas barrou a construção do Estado Social e a implementação das reformas na área social que contribuiriam para diminuir o histórico processo de desigualdade social brasileira, como ainda, tem servido de base para efetivar políticas focalizadas na área social, bem como, políticas de ajuste fiscal na área econômica. Neste sentido, o termo contra-reforma expressa o caráter nefasto das medidas políticas, sociais e econômicas aplicadas no neoliberalismo, ou seja, para a autora, o que geralmente é denominado na literatura como sendo "reforma" do Estado brasileiro configura-se na verdade como "contra-reforma", na medida em que este passa a apresentar um caráter regressivo em relação aos direitos conquistados na Constituição de 1988.

O capital quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para uma nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deteriorização da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal” (MÉSZÁROS, 2011, p. 70).

Este contexto, cujas marcas históricas dos países periféricos avançam para os países centrais (SADER, 2012), sinalizando uma tendência de generalização destas características, reflete o caráter global da crise atual, afetando a economia real de todos os países (DIERKXENS *et al*, 2010). Quando se afirma esta tendência é primordial deixar claro que o objetivo não é minimizar a situação dos países dependentes, periféricos, mas de expor as contradições capitalistas que se apresentam nitidamente mesmo nas economias mais avançadas. Por isso, é importante destacar que “o efeito da crise sobre as economias dependentes agravou o quadro conjuntural de uma inserção na economia mundial que já é, por razões estruturais, dependente e subordinada ao comportamento do centro da acumulação mundial capitalista” (CARCANHOLO, 2017, p. 49, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, a particularidade desta crise expressou-se justamente no aumento desenfreado do endividamento privado e público e na volatilidade das moedas não apenas nos países periféricos, mas também no próprio centro do capitalismo (DIERKXENS *et al*, 2010). As ações dos estados nacionais orientadas para salvamento dos bancos não só não conseguiram solucionar a crise, como estimularam ainda mais a lógica da financeirização, agravando a instabilidade econômica, política e social do sistema, conforme afirmam os autores.

A análise é ratificada por Mézáros, que indica:

A grave crise em curso de nossa época histórica é estrutural no sentido preciso de não poder ser superada nem mesmo com os muitos trilhões das operações de resgate dos Estados capitalistas. Assim, a cada vez mais profunda crise estrutural do sistema combinada ao fracasso comprovado de medidas paliativas sob a forma de aventureirismo militar em escala inimaginável torna o perigo de autodestruição da humanidade ainda maior do que antes. E ele só se multiplica quando as formas e os instrumentos tradicionais de controle, à disposição do *status quo*, fracassam em sua missão (MÉSZÁROS, 2011, p. 137).

Por isso, Mézáros (2011), assim como Carcanholo (2017) são enfáticos em afirmar que as saídas para a crise atual só podem ser a partir de uma transformação estrutural das relações capitalistas, no sentido de afirmação do projeto socialista, do contrário, os contornos da barbárie ficarão cada vez mais espessos. Se as respostas massivas que ocorrem na cena

política mundial serão catalisadas para a alternativa socialista somente a história poderá mostrar.

Estamos convencidas, que as possibilidades de surgirem novos conflitos decorrentes da relação contraditória entre capital-trabalho (que podem se expressar em todos os campos da vida: político, social, econômico, cultural, etc.), se ampliam no contexto atual, pois, a crise sistêmica do capital escancarou a incompatibilidade entre a acumulação capitalista e o desenvolvimento de bem-estar coletivo generalizado para todas as regiões do globo, colocando limites cada vez mais estreitos para este inclusive em países que o tinham alcançado com alguma satisfação. Vejamos alguns exemplos dos efeitos perniciosos da crise atual sobre a classe trabalhadora.

1.1.1 Impactos da crise sobre a classe trabalhadora

Já no Relatório mundial sobre salários 2008/2009, a OIT previa a redução dos salários para mais de 1,5 bilhão de trabalhadores assalariados, de famílias de baixa renda e também de classes médias. Isso já era naquela época um dado preocupante, sobretudo, se considerado que já no período de crescimento da economia mundial, entre 2001 e 2007, o crescimento dos salários ficou defasado. E, principalmente, porque a desigualdade entre os salários mais altos e os mais baixos se manteve em crescimento desde 1995, em dois terços dos países analisados. Mesmo em países como o Brasil que registrou redução da desigualdade, a mesma ainda atingia níveis alarmantes (OIT, 2008/2009).²⁴

No que se refere à questão de sexo, desde o relatório geral apresentado na 96ª Conferência Internacional do Trabalho realizada em Genebra em 2007, os dados mostravam que apesar do aumento da participação da mulher na força de trabalho e no emprego, as diferenças salariais relacionadas ao sexo ainda persistiam. Os dados também demonstram que mesmo com o crescimento da participação feminina nos empregos, as taxas de desemprego entre as mulheres são maiores que entre homens. Além disso, apesar das mulheres apresentarem maiores taxas de escolarização e terem alcançado diminuição das diferenças salariais em

²⁴ Disponível em:

<http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/resumo_espanhol_57.pdf>. Acesso em: 06 abril 2018.

relação aos homens, em se tratando de postos de trabalhos de alto nível, mesmo com aumento da inserção feminina, as diferenças salariais persistiam em níveis assustadores.²⁵

O relatório de 2010/2011 mostra que no auge da crise, o desemprego apresentou a maior taxa já registrada, alcançando 206,7 milhões de trabalhadores em 2009. Os salários foram igualmente afetados, o crescimento global dos salários médios reais foi reduzido para metade entre 2008 e 2009 e apresentou uma desigualdade salarial generalizada e crescente, em comparação com anos anteriores.²⁶

O relatório também indica que se por um lado os países avançados apresentaram maior aumento do desemprego, nos países periféricos, justamente aqueles que possuem sistemas de proteção mais frágeis e rendimentos salariais baixos e médios, os efeitos da crise expressaram-se na degradação da qualidade do emprego, que passaram a formas mais precarizadas. Os dados computados referem-se apenas ao trabalho assalariado, ou seja, remunerado por outrem, deixando de fora os trabalhadores por conta própria. Se estes fossem incluídos na análise e levando em consideração que estas formas de ocupação em geral são ainda mais vulneráveis às vicissitudes do mercado de trabalho, o quadro de precarização seria ainda mais preocupante, sobretudo, para os países periféricos, uma vez que estes trabalhadores representam uma faixa de 30,5% em locais da Ásia e África, quase o dobro ao percentual apresentado pelas economias avançadas, 15,5%, segundo o relatório.

Tanto nos países avançados quanto nas economias dependentes ditas “em desenvolvimento”, os dados apontam para o maior risco de baixos salários para mulheres, de raça/etnia não-brancas (especialmente negras), faixa etária jovem e escolarização baixa, o que nos permite afirmar que especialmente as mulheres negras jovens e pobres apresentaram maior vulnerabilidade social no contexto de acirramento da crise capitalista.

O relatório de 2012/2013 também afirma que comparado ao período pré-crise, o crescimento dos salários em nível mundial no período de 2010/2012 foi pífio e chegou a valores negativos em países desenvolvidos. Ainda que nas economias ditas emergentes tenham apresentado

²⁵ Informe del director general . La igualdad en el trabajo: afrontar los retos que se plantean. Conferencia internacional del trabajo 96ª reunión, 2007, Ginebra: oficina internacional del trabajo. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---webdev/documents/publication/wcms_082609.pdf>. Acesso em 06 abril de 2018.

²⁶ Relatório global sobre os salários 2010/11: Políticas salariais em tempo de crise Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, 2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_relsalarios.pdf>. Acesso em 10 abril 2018.

crescimento, este não foi suficiente para alterar significativamente o quadro avassalador, sobretudo, porque nestes países as diferenças salariais continuaram significativas.²⁷

O período analisado apresentou maior rendimento do capital na maioria dos países, ao passo que o rendimento do trabalho caiu, o que pode ocasionar maior tensão na relação capital-trabalho. Segundo o relatório:

A queda no peso do rendimento do trabalho ficou a dever-se ao progresso tecnológico, à globalização do comércio, à expansão dos mercados financeiros e à diminuição da taxa de sindicalização, o que degradou o poder de negociação coletiva dos trabalhadores (OIT, 2012/2013, p. xiv).

Ainda que o impacto da crise tenha sido expresso de diferentes formas nos países do globo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) indica que esta crise foi a mais grave desde a Grande Depressão, cujo marco é a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929. Os efeitos sobre a economia e a condição de vida dos trabalhadores, sobretudo, das economias avançadas levaram 2009 a ser conhecido como o ano da “Grande Recessão”. Conforme o relatório,

Embora a recuperação em 2010 tenha sido mais forte do que inicialmente previsto, a crise da dívida soberana e as várias medidas de austeridade que a acompanharam levaram a uma desaceleração significativa do crescimento subsequente, especialmente na Europa (OIT, 2012/2013, p. 2).

Uma das principais expressões do impacto da crise sobre os trabalhadores aparece na taxa de desemprego, principalmente das economias desenvolvidas, cujo percentual, que ficava abaixo de seis por cento, subiu para mais de oito por cento da população ativa em vários países. E, mesmo que os países “em desenvolvimento” tenham apresentado maior estabilidade na taxa de desemprego, em termos mundiais, desde o início da crise o desemprego aumentou em 27 milhões, atingindo seis por cento da população ativa global.

O quadro torna-se mais preocupante quando tomado o desemprego entre os jovens, cujos dados demonstram proporções alarmantes. “A OIT estima que em 2011 o desemprego afetou 75 milhões de jovens de 15-24 anos em todo o mundo, representando mais de 12 por cento de todos os jovens” (OIT, 2012/2013, p. 3). O relatório adverte que os dados poderiam ser ainda piores uma vez que muitos desses jovens abandonaram o mercado de trabalho, desistiram de procurar emprego e, por isso, sequer entraram nas estatísticas.

²⁷ Relatório global sobre os salários 2012/13: salários e crescimento equitativo. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio_global_salarios_2012_2013.pdf>. Acesso em: 10 abril 2018.

Um dos principais destaques do relatório foi para o fato de que se por um lado o coração do capitalismo foi atingido brutalmente pela crise, os países dependentes considerados “emergentes e em desenvolvimento”, manteve as taxas de crescimento econômico maiores do que as dos países centrais.

No que diz respeito à questão de sexo, ainda que a disparidade salarial entre mulheres e homens tenha diminuído, ao que parece pode ter sido devido a “deteriorização das condições do mercado de trabalho dos homens em relação às mulheres” (OIT, 2012/2013, p. 6). Não significa necessariamente que a situação da mulher tenha melhorado substantivamente e sim, que de todos pioraram.

O Relatório Global dos Salários de 2014/2015²⁸ permite uma visão mais abrangente no que diz respeito aos salários nos primeiros anos da crise atual, ao afirmar:

O crescimento global dos salários reais caiu bruscamente durante a crise em 2008 e 2009, recuperou ligeiramente em 2010 e voltou a desacelerar em seguida. Os salários médios reais mensais tiveram um crescimento global de 2,0 por cento em 2013, caíram 2,2 por cento em 2012, e ainda têm de recuperar para os níveis de crescimento anteriores à crise: 3 por cento em 2006 e 2007 (OIT, 2014/2013, p. iii).

Mesmo que no período de 2010-2011, as taxas de crescimento econômico tenham sido maiores nos países ditos “emergentes e em vias de desenvolvimento” comparadas a dos países avançados, no que respeitos aos salários, os primeiros mantiveram médias mais baixas que os segundos, no período subsequente, de 2012-2013 (OIT, 2014/2013).

O período 2014-2015 começou a apresentar uma reversão do quadro descrito acima. Entre os países “emergentes e em desenvolvimento” do G20, o crescimento dos salários reais sofreu refração de 6,6 % em 2012 para 2,5% em 2015. Em termos regionais, em 2015, o crescimento dos salários reais se manteve a uma taxa de 4,0 % na Ásia e decaiu para 3,4 % na Ásia Central e Ocidental, apresentou estimativa de 2,2 % nos Estados Árabes, 2,0 % na África, 1,3 % na América Latina e Caribe e 5,2% no leste da Europa.²⁹ De sorte, que a recuperação verificada na América do Norte e em alguns países europeus não foi suficiente para compensar o declínio observado nos países “emergentes e em desenvolvimento”. Ou seja, o crescimento dos salários em países centrais se deu *pari passu* à desaceleração nas regiões periféricas.

²⁸ Relatório Global dos Salários 2014/2015: Salários e crescimento equitativo. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_325643.pdf>. Acesso em: 10 abril 2018.

²⁹ Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/rel_global_salarios_2016_pt_web.pdf>. Acesso em: 10 abril 2018.

As disparidades salariais mantiveram-se no período de 2014/2015: “Na Europa, os 10 por cento mais bem pagos recebem em média 25,5 por cento dos salários totais pagos a todos os trabalhadores nos respectivos países, o que constitui quase tanto como o que os 50 por cento com salários mais baixos auferem (29,1 por cento)” (OIT, 2016, p. xviii)³⁰. As mulheres são o grupo populacional mais afetado, uma vez que “a proporção de mulheres diminui de forma contínua à medida que se avança para os decis mais elevados de salários” (idem). Mesmo na Europa, as mulheres constituem em média 50 a 60 % dos trabalhadores agrupados nos três decis mais mal pagos, ao mesmo tempo, constituem 35% quando se trata dos 10% de trabalhadores mais bem pagos, caem para 20% quando se refere ao topo da pirâmide salarial composta por 1% de trabalhadores mais bem pagos, mostra o relatório. E, em alguns países ditos “emergentes e em desenvolvimento”, a disparidade é ainda mais gritante.

O último relatório global sobre os salários mostra que a taxa de desemprego mundial em 2015, atingiu 5,8%, em termos absolutos quase 200 milhões de trabalhadores ficaram desempregadas, ou seja, quase 30 milhões a mais do que em 2007, antes da crise.³¹

O exposto permite perceber a consolidação e agudização de um processo de acumulação capitalista já analisado por Antunes (2015), que demarca um quadro extremamente favorável à intensificação da exploração da força de trabalho, em um contexto de um “[...] significativo processo de *feminização do trabalho* que atinge mais de 40% a 50% da força de trabalho em diversos países, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado” (idem, p.140, grifos do autor). A “nova divisão sexual do trabalho” (idem) apesar de mais igualitária em termos da composição do perfil dos(as) trabalhadores(as), mantém as desigualdades salariais, de direitos e de condições de trabalho entre homens e mulheres, com condições piores para estas que ainda seguem sendo amplamente exploradas tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, que justamente por serem faces do mesmo processo de reprodução ampliada do capital tornam a exploração feminina indispensável ao mecanismo de acumulação.

Ainda que o quadro assolador provocado pela crise capitalista não seja por si só indicativo de mudanças na correlação de forças entre as classes, no sentido de organização dos trabalhadores e decadência do sistema capitalista, como indicam Nakatani e Herrera (2011),

³⁰ Idem.

³¹ Relatório Global sobre os Salários 2016/17: Desigualdade salarial no local de trabalho. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/rel_global_salarios_2016_pt_web.pdf>. Acesso em: 10 abril 2018.

este quadro tem servido para trazer à tona as contradições sistêmicas evidenciadas por um novo cenário de lutas sociais que começa se configurar na atualidade, como mostra Mészáros (2011).

Segundo este autor,

As manifestações dramáticas da crise atual – desde a multiplicação das chamadas “greves selvagens” nos mais avançados rincões do capitalismo no mundo aos “levantes por comida” em mais de 35 países, contabilizadas por nada menos que o jornal londrino *The Economist* – indicam que as respostas das grandes massas de pessoas gravemente afetadas pelo que tem sido descrito como uma crise *financeira* facilmente gerenciável podem refutar frontalmente a autocomplacente sabedoria apologética do capital do passado presente. Esperava-se dos trabalhadores, engessados pelos limites de acomodação de suas organizações defensivas (seus sindicatos e partidos voltadas para as reformas salariais), que se comportassem como gatinhos carentes e não como animais selvagens. [...] Assim “a crise atual é diferente no sentido de que começa a produzir respostas radicais desafiadoras numa escala considerável” (MÉSZÁROS, 2011, p. 136-7).

Acreditamos que as análises das manifestações massivas e novas formas de movimentos sociais que se apresentaram no último decênio podem contribuir para entendermos como as novas tendências movimentalísticas se expressam em movimentos sociais consolidados, como é o caso do movimento feminista.

1.2 MANIFESTAÇÕES MASSIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NO MUNDO: O DEBATE SOBRE A DEMOCRACIA

A novidade do contexto atual está em não só apresentar uma crise sistêmica de proporções globais, mas principalmente, por que as respostas dos Estados nacionais à mesma são similares, expressando-se através das políticas de ajustes realizadas pelos governos locais em nome do domínio do capital fictício. Como contraponto aos efeitos desta crise, uma onda de protestos, tal como compreende Barker (2014), emergiu nos últimos anos em diversas partes do mundo e chamou a atenção de analistas sociais e políticos devido às características comuns que as expressões concretas desta onda apresentam em diferentes países (periféricos e centrais) e, sobretudo, dada a capacidade de mobilização massiva que tem apresentado.

Contudo é fundamental não perder de vista, a ressalva de Mészáros:

Nem mesmo uma crise histórica e de tão grandes proporções pode, espontaneamente, realizar a difícil tarefa exigida e estrategicamente viável que é a ação organizada do movimento dos trabalhadores. A situação atual é, sem dúvida, única, peculiar a esse respeito. Oportunidades históricas propícias à tão necessária transformação radical podem não somente se colocar de tempos em tempos, como também ser desperdiçadas (2011, p. 138).

É nosso objetivo apresentar como diferentes autores analisam as novas tendências movimentalísticas que se colocam na cena contemporânea marcada pelo despontar de movimentos sociais e manifestações massivas por todo o mundo.

Segundo Castells (2013), historicamente, os movimentos sociais sempre foram os sujeitos da mudança social. Em geral, os mesmos originam-se a partir da degradação das condições materiais de vida que atrelada ao questionamento sobre a legitimidade das instituições públicas como espaço para a resolução dos problemas coletivos percebidos, instiga a ação coletiva por fora dos canais institucionais, podendo contribuir com mudanças no âmbito governamental e inclusive nas normas sociais.

Neste sentido, para o autor os movimentos sociais expressariam o contrapoder, primeiramente, a partir da constituição de um processo comunicativo autônomo, ou seja, que se contraponha ao controle exercido pelos detentores do poder institucional.

Conforme este autor, o sentimento de humilhação gerado nas pessoas decorrentes das atitudes dos detentores do poder financeiro e político-cultural foi o motor das rebeliões globais. A causa dos protestos derivaria da indignação das pessoas frente ao gerenciamento da crise financeira e ao vazio institucional e de alternativas, visível na perda de legitimidade das instituições políticas tradicionais como parlamento, partidos e sindicatos (CASTELLS, 2013).

Na trilha do pensamento de Castells (2013), a principal inovação dos movimentos sociais atuais está nas possibilidades que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) trouxeram para os mesmos. Apesar de reconhecer que a *internet*, assim como qualquer outra tecnologia, não é a fonte causadora dos protestos sociais (CASTELLS, 2013, p. 166), para o autor as TICs teriam contribuído para introduzir uma tendência movimentalística: *os movimentos sociais em rede*, formatando o processo de origem, organização, articulação, comunicação, mobilização, propiciando as condições para que os mesmos mantenham a espontaneidade, autonomia e horizontalidade frente às tentativas de dominação institucional.

Neste sentido, a *internet* ultrapassaria o caráter meramente instrumental, expressando uma dimensão supervalorizada na visão deste autor, que chega a afirmar que “a *internet* fornece a

plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura de liberdade na prática da autonomia” (CASTELLS, 2013, p. 168).

A autonomia é conceituada pelo autor como sendo a “capacidade de um ator tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013, p. 168). A constituição desta característica decorreria da interação dos atores individuais em redes, ou seja, a partir do contato com pessoas de posição aproximada aos mesmos. Neste sentido, as redes seriam responsáveis pela transição da individuação à autonomia.

A individuação, segundo o autor, “é uma tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento” (CASTELLS, 2013, p. 168). Difere-se do individualismo, na medida em que este se volta para interesses particulares centrando-se no bem-estar individual, ao passo que a individuação comportaria interesses coletivos.

Para o autor, as características da individuação e da autonomia decorrem da mudança cultural introduzida pelos movimentos sociais de 1968 e que passaram a permear os movimentos sociais.

Segundo o autor, foi o ambiente virtual, formado por redes sociais da *internet*, serviços de telefonia móvel, canais de vídeos na *internet*, que possibilitou o surgimento dos *movimentos sociais em rede*, em um contexto marcado por desprezo a partidos políticos, desconfiança da grande mídia, não reconhecimento de lideranças e rejeição à organização formal.

Isto é significativo para Castells (2013), pois considera que as ideias, as ideologias e as propostas programáticas apesar de indispensáveis para transformar as emoções individuais em coletivas e, posteriormente, em ações, em deliberações e em formulação de projetos, devem ser construídas pelos próprios movimentos, garantindo a autonomia dos mesmos. Já que conforme o autor, os movimentos sociais com frequência acabam cumprindo um papel de “instrumentalização política”, postulando objetivos e representações distantes da realidade dos mesmos (CASTELLS, 2013, p. 20).

Para o autor, o direcionamento dado por líderes internos ou por agentes externos pode ser danoso aos movimentos sociais, ao introduzir uma clivagem entre os projetos do próprio movimento e os formulados em prol ou em nome do movimento, muitas vezes sem a participação dos atores que o formam.

Conforme Castells (2013), estes pontos sobre o formato, papel e ação da liderança e de agentes externos na origem e configuração dos movimentos sociais tem sido amplamente questionados pelos *movimentos sociais em rede*, cuja proposta organizativa se baseia numa organização horizontalizada, sem lideranças formais, em formato aproximado às *redes online*, nas quais todos podem participar independentemente de seus laços de pertencimento.

Assim, na análise do autor, a questão da democracia como governo do povo é repensada desde as práticas cotidianas vivenciadas nos espaços ocupados pelos ativistas. A vivência nas *redes offline* demonstra os anseios dos participantes por uma democracia direta, através da forma como as decisões são elaboradas com base na participação de todos neste espaço. A possibilidade desta re-configuração da democracia para Castells (2013) pauta-se justamente nas potencialidades que as TICs apresentam, sobretudo, através da *internet*.

A questão da recusa de espaços políticos institucionalizados e formas de lutas tradicionais (parlamento, sindicatos, partidos) anunciada pelos *movimentos sociais em rede* é analisada por Castells (2013) como uma tendência dos movimentos sociais na cena contemporânea, que passam a usar cada vez mais as redes digitais para o processo de mobilização, articulação e até mesmo organização, ampliando os espaços e as possibilidades de atuação dos mesmos.

As TICs cumpririam uma espécie de mediação entre movimentos sociais variados articulados pelas redes e protegidos de tentativas de desarticulação decorrentes do jogo institucional. Por isso, para o autor as TICs colocam em questionamento o papel dos partidos políticos como mediadores dos movimentos sociais e apontam para uma nova formatação da política e da democracia, mais próxima de uma democracia deliberativa.

Entretanto, é importante ressaltar que na própria narrativa de Castells (2013) sobre os casos concretos analisados observa-se que a disputa por meio dos espaços institucionais ainda é um ponto que precisa de aprofundamento analítico. O autor mostra que as manifestações na Islândia, por exemplo, desembocaram na luta política parlamentar, levando à derrota os dois principais partidos de cunho conservador e a eleição de uma nova coalizão formada por social-democratas e verdes-amarelos (comunistas). A tal ponto que a pressão sobre o novo governo culminou na formulação de uma nova Constituição com ampla participação popular através do Conselho da Assembleia Constitucional criado pelo governo para este fim.

Diferentemente do caso islandês, nos EUA, o autor afirma

como o movimento não se mobilizou em apoio a políticas específicas, nenhuma mudança importante nesse sentido resultou diretamente de sua ação. Entretanto, por toda parte houve múltiplas campanhas, que conseguiram corrigir parcialmente uma série de práticas injustas (CASTELLS, 2013, p. 149).

Sobre a Espanha, Castells (2013) sublinha "[...] desde os estágios iniciais do movimento, estava claro que sua principal ação era elevar o nível de consciência de seus participantes e da população como um todo" (idem, p. 106). De forma que o principal saldo das manifestações neste país seria de caráter subjetivo.

Da mesma forma, nos EUA o saldo das lutas seria o impacto sobre as consciências das pessoas - ponto mais importante para o autor em um movimento social - de maneira a reconhecerem a desigualdade social como um problema concernente ao capitalismo. Nas palavras do autor, "relativamente novo e significativo é haver indicadores de que o Occupy Wall Street moldou a consciência dos americanos sobre a realidade do que eu ousaria chamar de luta de classes" (CASTELLS, 2013, p. 154), ou seja, de um conflito entre ricos e pobres. O que não se configura em uma crítica ao capitalismo em si, segundo a análise deste autor.

Com uma análise próxima a de Castells (2013), Gohn (2014) defende a hipótese de que o contexto mundial contemporâneo comporta uma nova forma de associativismo civil, nas quais segundo a autora, os jovens destacam-se como sujeitos políticos o que não significa que exclui a participação de outros atores.

Também, conforme esta autora, as mobilizações massivas no contexto atual não foram convocadas por partidos políticos e sindicatos. Na maioria dos casos as manifestações se deram distanciadas destas estruturas, e mesmo quando presentes estas formas de organização tiveram pouca visibilidade (GOHN, 2014).

Segundo análise da mesma, isto decorre não só dos rumos que estas organizações tomaram, mas pelo "desencanto com a política" de uma maneira geral (GOHN, 2014, p. 20). Assim como Castells (2013), a autora também destaca o uso das redes sociais digitais como forma de articulação dos processos atuais.

A autora chama a atenção para a composição heterogênea dos ideais destes movimentos, afirmando que estes apresentam influência bem mais marcada dos ideais anarquistas do que da esquerda tradicional.

Além disso, Gohn (2014) destaca que os novíssimos movimentos sociais apontam para duas frentes de luta: liberdade e democracia nos países do Oriente Médio e contra os efeitos da

crise capitalista (recessão econômica, endividamento e desemprego, por exemplo) em países capitalistas centrais, aprofundados por políticas de austeridade (reformas de cunho neoliberal) e desmonte do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) nos países da Europa. Assim, em concordância com Wallerstein (2012), a autora considera que os movimentos na cena contemporânea retomam temas voltados para a desigualdade social, injustiça e descolonização.

Em todos os casos, segundo a autora, as manifestações priorizaram o uso do espaço público (praças, parques e ruas) e apesar das diferenças regionais, de maneira geral, o horizonte das lutas está no plano democrático, seja pela luta por implantação da democracia, como foi o caso das manifestações em países do Oriente Médio, seja na luta pela radicalização da mesma, caso dos movimentos na Europa e na América do Norte.

Conforme a autora, o ideário que une os processos atuais assemelha-se ao colocado pelo Fórum Social Mundial (FSM), “um outro mundo é possível”, entretanto de maneira particular, os eventos atuais ultrapassam a rejeição ao capitalismo globalizado, propondo formas de ações dentro do mesmo.

Para a autora, as marchas e ocupações contemporâneas demonstram que não se trata de alienação e sim, de optar por outra forma de atuar e interpretar o mundo, a partir de contextos reais e não de ideologias, contribuindo para moldar em alguns casos a cultura política, sinalizando uma nova forma de fazer política através da democracia deliberativa e não mais representativa.

Há um cuidado na autora em atentar-se às diferenças regionais das mobilizações. No que tange a Europa, por exemplo, sinaliza que na Espanha há uma crítica generalizada ao formato institucionalizado dominado pelas elites em espaços como o parlamento, partidos e sindicatos. Já na América do Norte, o Occupy Wall Street (EUA), que posteriormente espalhou-se para diversas cidades, denunciava as injustiças que se alastram para uma parcela significativa da população mundial em favor da garantia do poder por parte de uma pequena elite mundial. Neste, as críticas expressavam a insatisfação contra o capitalismo financeiro e não contra as instituições. A possibilidade de criação de um partido político composto por jovens à época do movimento configurou-se como um ponto de tensão dado o distanciamento em relação aos partidos políticos preconizado pela maioria dos participantes.

Com o olhar voltado para as manifestações da Primavera Árabe, dos Indignados na Espanha e dos Estudantes no Chile, ocorridos no decorrer do ano de 2011, Pinto (2014), questiona-se: "estamos frente a uma nova forma de fazer política?"³². Com o foco nas experiências espanhola e chilena, a autora defende a hipótese de que os movimentos sociais de 2011 apresentam uma nova forma de fazer política.

Para a autora, mais importante do que caracterizar a origem destes protestos pela "espontaneidade" é observar que por trás deles não havia grandes organizações político-partidárias ou mesmo grandes movimentos sociais ou Organizações Não-Governamentais (ONGs). Apesar disso, estes movimentos conseguiram ganhar popularidade e pressionar os governos, que mesmo com a violenta repressão policial não conseguiu por esta via coercitiva deslegitimá-los.

Pinto (2014) apresenta cinco novidades³³ que caracterizam estes movimentos: 1) "a postura dos movimentos em relação à sociedade e ao Estado" (idem, p. 135), em direção à "radicalização da democracia", ou seja, "o enfrentamento ocorre com os governos, com os partidos e com a própria estrutura de uma democracia de elite" (idem, p. 137); 2) o uso da *internet* para além da comunicação, também como uma forma de organização; 3) movimentos liderados por jovens; 4) a relação com os espaços públicos, "transformando praças e calçadas em lugares de discussão e de construção de discursos e do próprio movimento (idem, p. 139), ou seja, os espaços públicos passam a ser palco não apenas para os atos de manifestação, mas também para o fomento de debates; 5) "capacidade agregadora de diferentes segmentos e um alastramento da própria luta" (idem, p. 140).

Quanto aos objetivos almejados pelos movimentos, segundo a autora desde os primeiros atos, os Indignados expressaram a revolta com o alto índice de desemprego entre os jovens na Espanha. Já o movimento estudantil apresentou uma questão inicial focada no endividamento dos jovens para financiamento do ensino universitário chileno. Como ponto em comum entre os movimentos, a autora destaca a crítica à democracia formal, que não se realiza nas vias de fato devido a concentração do poder político-econômico que sustenta as ações da elite política.

³² Parte do título do artigo da autora.

³³ Segundo Pinto (2014), algumas destas características eram visíveis em outros movimentos, entretanto, a novidade para a autora está na forma como as mesmas se articulam.

Semelhantemente à Castells (2013), esta autora também valoriza as possibilidades que o uso da *internet* apresenta para uma nova dinâmica, que expõe a partir de dois vetores: horizontal e vertical. Conforme a explicação da mesma,

no primeiro [horizontal] há a manifestação de todos, o que transforma o movimento em algo muito aberto e acessível: há blogs, twitter, facebook, msn. Isto possibilita que enquanto o movimento se realiza vá ganhando apoio de pessoas que não estavam inicialmente envolvidas. Verticalmente, a *internet* possibilita a organização em redes que começam em quadras, passam por bairros, zonas, cidades, até grandes centros (PINTO, 2014, p. 138).

Próximo à Gohn (2014) e Pinto (2014), Braga (2015)³⁴ também evidencia o protagonismo político dos jovens na Primavera Árabe, no Occupy Wall Street nos Estados Unidos, no movimento dos Indignados na Espanha (também denominado 15M), além do uso do Facebook como instrumento para organizar as mobilizações, ponto também destacado por Castells.

Segundo Braga (2015), outro ponto comum a estes movimentos são os temas relacionados à precarização do trabalho a intensificação da insegurança em relação ao futuro, a ampliação das desigualdades de renda em escala mundial e a decepção em relação aos sistemas políticos nacionais. Além disso, conforme o autor

essas manifestações, com todas as suas particularidades e singularidades, têm algo em comum: as massas populares apropriaram-se do espaço público, das ruas, das praças, exercitando práticas mais plebiscitárias, mais horizontalizadas, além de estampar um descontentamento em relação tanto às formas de representação e de institucionalidade que caracterizam as "democracias" vigentes nos países capitalistas, quanto àquelas com clara feição ditatorial, como ocorre em vários países do Oriente Médio (BRAGA, 2015, p. 114).

O autor afirma que as manifestações que ocorreram na Grécia, Itália, França, Inglaterra, Espanha, Portugal, Estados Unidos, dentre outros exemplos, inauguram "uma nova era de lutas sociais" (BRAGA, 2015, p. 115). Estas chamam atenção não apenas pelo conteúdo heterogêneo e polissêmico, mas porque evidenciam as ligações entre temáticas do trabalho, da precarização e do desemprego, demonstrando as interfaces existentes entre classes, gerações, sexos e etnia, num cenário de crise estrutural do capital, que traz à tona a "mundialização das lutas sociais" (BRAGA, 2015, p. 115).

³⁴ Segundo a apresentação do autor, o livro contempla artigos publicados em jornais, blogues e revistas acadêmicas, acrescidos dos resultados iniciais de um projeto de pesquisa, coordenado pelo mesmo em parceria com outro professor, cujo objetivo consistia "investigar comparativamente a relação entre o aprofundamento da precarização do trabalho decorrente da atual crise capitalista e as respostas em termos de mobilização social e sindical, no Brasil e em Portugal" (BRAGA, 2015, p. 9). Como nosso intuito aqui é apresentar as ideias gerais deste autor sobre o contexto movimentalístico atual, não consideraremos textos individualmente para referenciá-lo, usaremos sempre a chamada do livro (BRAGA, 2015), acrescido da página quando for o caso.

Com o foco no 15M, movimento espanhol que surgiu em maio de 2011 e se espalhou para diferentes cidades, com uma tática de ocupação dos espaços públicos, Verdú e Ferraz (2015) apresentam algumas convergências com Braga (2015), ao sinalizarem que a bolha imobiliária e financeira causou endividamento significativo das classes médias e populares, que levou ao empobrecimento da população no transcurso da crise, como principal fonte de indignação das massas. A manutenção da crise e do quadro austero às massas explica uma série de movimentos inspirados no 15M.

No que se refere o protagonismo juvenil nos protestos, os autores indicam que mesmo antes dos atos, esta faixa populacional já sofria com a injustiça social expressa nos baixos salários, precariedade e instabilidade trabalhista e falta de expectativa de vida (VERDÚ; FERRAZ, 2015).

A corrupção e a falta de autonomia frente aos mercados, segundo os autores, explica a ausência de legitimidade de organizações e instituições clássicas, que haviam contribuído com o processo de construção democrática no país, como a igreja, partidos, sindicatos, instâncias governamentais e o parlamento. A degeneração da política levaram os manifestantes a clamarem por “democracia real”, com a participação aberta a todos, sobretudo, em relação aos centros de decisão. Neste sentido, a organização interna do movimento, caracterizada pela horizontalidade, descentralização e democracia direta, é coerente aos anseios do movimento.

Ainda que as redes sociais tenham se apresentado como uma novidade para a mobilização, para os autores, outro traço importante a ser observado foi o papel da grande mídia televisiva, que ao reportar as manifestações, contribuiu para aumentar a influência do 15M junto a diferentes classes sociais e faixas etárias.

Já em Carneiro (2012), diferentemente de Castells (2013), Gohn (2014) e Pinto (2014), as rebeliões globais ao mesmo tempo em que se colocavam contra as estruturas político-partidárias e sindicais, não haviam ainda forjado uma nova articulação que apontasse para anseios de ruptura e transformação social. Embora perpassados por um viés anarquista, o autor lembra que este ideário também choca-se com o caráter reformista e regulacionista do capitalismo, servindo como ponto de contato com a crítica socialista.

Quanto ao aspecto que aqui destacamos sobre o curso da relação entre os movimentos e os partidos políticos, segundo Carneiro (2012) as análises marxistas teorizaram sobre a consciência política da classe trabalhadora explorada como expressão da prática e da reflexão

sobre a mesma, levando os trabalhadores a formularem estratégias para romper política e ideologicamente com a ordem dominante.

Segundo este autor, a consciência crítica dos trabalhadores dentro do seu tempo histórico teria levado a institucionalização da organização da classe em sindicatos e partidos. Contudo, o próprio curso histórico da luta de classes culminou na “burocratização” destes espaços, que acabou levando estas instituições a se constituírem em instrumentos usados para impedir a luta social. De forma que, neste contexto, as manifestações atuais emergem profundamente desconfiadas destas instituições.

Entretanto, nota-se neste autor uma preocupação com a construção de um movimento anticapitalista global que renuncie às organizações partidárias e sindicais, apontando para o risco destes espaços serem ocupados pela direita.

Segundo Ali (2012), no curso histórico marcado por tensões causadas pela crise econômica de 2008 como expressão do capitalismo globalizado sob a égide neoliberal, o movimento Occupy Wall Street denuncia que a busca de alternativas sem os partidos políticos expressa a compreensão de que praticamente todos apresentam problemas, já que tanto governos de direita ou mesmo de centro-esquerda acabaram alinhados à defesa do sistema financeiro.

Para o autor, o mais importante é o saldo que as ocupações e manifestações de rua contra o capitalismo podem gerar. Por outro lado, o autor adverte que “nenhum movimento pode sobreviver a menos que crie uma estrutura democrática permanente que assegure a continuidade política. Quanto maior for o apoio popular a tais movimentos, maior será a necessidade de alguma organização” (ALI, 2012, p. 70).

Fica claro na análise deste autor, que a via de luta pelo poder político institucionalizado nos Estados nacionais continua a ser primordial, sobretudo, quando o mesmo destaca as experiências de luta em países latino-americanos (Venezuela, Bolívia, Peru, Equador, Paraguai) que criaram uma base para uma nova política e culminaram na eleição de governos que, uma vez no poder, passaram a implementar reformas sociais e econômicas com algum êxito.

O autor sublinha a proposição de Dickinson, para o qual a única forma de manter um estado de caráter social é que o mesmo torne-se proprietário de grande parte da terra e do capital do país, já que “não se pode socializar por muito tempo os meios de consumo se os meios de

produção não forem socializados primeiro” (DICKINSON *apud* ALI, 2012, p. 70), ou seja, reformas que possuam um caráter estrutural, segundo Ali.

Alves (2012) considera que, para além de denunciar efeitos da crise de 2008, os eventos movimentalísticos trouxeram à tona as contradições de uma crise sistêmica, expressa em várias facetas: crise financeira, crise social (visível no desemprego crescente, precariedade laboral, corrosão do Estado social), crise política (perda de legitimidade dos partidos burgueses, conservadores-liberais e social-democratas ou socialistas), crise do pensamento crítico (corroído pelo pós-modernismo e neopositivismo).

Para Alves (2012), as mudanças no mundo do trabalho levam a um processo de acirramento cada vez maior da contradição decorrente da relação capital-trabalho, ampliando as possibilidades de novos conflitos. Neste sentido, para o autor, os movimentos sociais globais atuais “[...] constituem-se de densa e complexa diversidade social, exprimindo a universalização da condição de proletariedade” (ALVES, 2012, p. 32).

Apesar de no âmbito das condições materiais, os novos movimentos sociais expressarem as condições da classe trabalhadora, degradada ao longo do neoliberalismo, no âmbito subjetivo, nota-se a partir deste autor que

os novos movimentos sociais, a princípio, não incorporam utopias grandiosas de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. Pelo contrário, eles expressam, em sua diversidade e amplitude de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer "não" e mover-se contra o *status quo*. Possuem, em sua contingência irremediável de movimento social, um profundo lastro moral do impulso crítico. Como indignados, eles fazem, mas não o sabem (como diria Marx). No plano contingente, efetuam uma crítica radical do capitalismo como modo de vida social. Mas não podemos considerá-los, a rigor, movimentos sociais anticapitalistas. Na verdade, o que predomina entre os manifestantes é um modo de consciência contingente capaz de expor, com indignação moral, as misérias do sistema sociometabólico do capital, mas sem identificar suas causalidades histórico-estruturais (o que não significa que não haja os mais diversos espectros de ativistas anticapitalistas) (ALVES, 2012, p. 36).

Para este autor, talvez falte a estes movimentos a clareza de como concretizar os anseios por uma democracia real. Conclui indagando, dentre outras coisas, sobre a capacidade dos mesmos em construir um programa político capaz de disputar a hegemonia; sobre as possibilidades que terão, no contexto do capitalismo atual, de criar condições político-ideológicas para o surgimento de novas organizações da classe que concretizem no âmbito democrático institucional os anseios demarcados; se terão capacidade de interferir na política institucional, elegendo ou derrotando governos, afundar partidos, fortalecer ou descartar

lideranças; e até que ponto conseguiriam avançar para uma perspectiva para além do capitalismo.

De toda forma, para Alves (2012), o principal saldo das lutas dos movimentos globais atuais está em se apresentarem em um contexto territorial de capitalismo avançado (ideia também compartilhada por Sader, 2012), contribuindo para desvelar as contradições próprias do sistema.

Na mesma trilha de Alves (2012), Žižek (2012), questiona os cursos dos protestos que se espalharam por várias partes do globo, a partir dos quais o capitalismo novamente é visto como o problema, expressando o descontentamento geral com o capitalismo globalizado. Entretanto, o autor alerta que o vasto espectro de críticas ao capitalismo detonado por estes movimentos e em curso na atualidade não coloca em questionamento a natureza e finalidade do Estado burguês. Já que segundo o autor,

[...] busca-se a solução na aplicação de mecanismos democráticos – os quais, não podemos esquecer, são parte do aparato estatal “burguês” que garante o tranquilo funcionamento da reprodução capitalista (ŽIŽEK, 2012, p. 23).

Por isso, o autor considera que o desafio atual continua a ser ultrapassar a ilusão da democracia burguesa. Também para Peschanski (2012), as manifestações massivas e movimentos sociais atuais colocam como ponto de discussão as alternativas ao modelo econômico vigente e os limites da efetivação da democracia no capitalismo.

Conforme este autor, a desigualdade econômica se expressa no âmbito político bloqueando a possibilidade de uma democracia radical. Isso ocorre tanto porque os ricos possuem mais acesso e capacidade de influenciar os responsáveis pelos processos decisórios, inclusive por vias ilegais, quanto porque a parcela social que detém e controla os fluxos de investimento em larga medida consegue interferir nos processos políticos, já que o não investimento pode fragilizar o mercado de trabalho e com isso prejudicar os trabalhadores e onerar o Estado.

De toda forma, na compreensão de Peschanski (2012), os sistemas democráticos dentro da ordem vigente apontam para a limitação de medidas políticas voltadas para os interesses gerais da sociedade, já que predomina os interesses dos segmentos mais abastados.

As análises de Žižek (2012) e Peschanski (2012) vão ao encontro da argumentação esboçada por Harvey (2012). Este autor utiliza a expressão "Partido de Wall Street" a fim de demonstrar que a luta de classe no cenário atual ultrapassa as instituições políticas institucionalizadas no Estado, já que as forças sociais expressas neste "Partido" atuam em

diferentes frentes, procurando dominar não só o congresso, mas também o judiciário, dentre outros espaços.

Segundo Harvey (2012), o fundamento que unifica este "Partido" é a defesa da propriedade privada dos meios de produção e o controle do trabalho. Esses valores são defendidos pela classe capitalista independentemente das vontades de capitalistas individuais, são garantidos pelas leis coercitivas de competição que levaram esta classe a moldar o corpo político para atender os seus anseios. De forma que segundo o autor,

os favorecidos ideais de liberdade e autonomia do partido, garantidos pelos direitos à propriedade privada, ao livre-mercado e ao livre-comércio, na realidade se traduzem no direito de explorar o trabalho alheio e desapropriar ao seu bel-prazer as pessoas de seus bens, assim como na liberdade de saquear o meio ambiente para seus benefícios individuais ou de classe (HARVEY, 2012, p. 58-59).

Assim, o "Partido Wall Street" expressa as forças políticas pró-capital, que buscam utilizar-se do aparato estatal, bem como de outros meios, para atuar em favor das condições acima descritas, como mostra o autor. São estas mesmas forças sociais que buscam de todas as formas obscurecer as questões políticas e econômicas enraizadas nas relações sociais pautadas nestes valores, que procuram transformá-las em questões culturais (HARVEY, 2012). Para isso, segundo o autor,

geralmente ele [o Partido Wall Street] aciona uma enorme variedade de opiniões de especialistas cativos, em sua maior parte empregados nos institutos de pesquisa e nas universidades que ele financia e espalhados na mídia que ele controla, para criar controvérsias sobre todo tipo de assunto que de fato não importa e sugerir soluções para questões que não existem (HARVEY, 2012, p. 60).

Isso no intuito de obscurecer ainda mais a "guerra de classes", expressa também na batalha de ideias, como deixa claro Harvey (2012).

Em contraponto a esta movimentação orquestrada pelo "Partido Wall Street", é que segundo o autor, o movimento Occupy Wall Street surgiu e ocupou com seus corpos o espaço, a rua, que era símbolo do domínio do capital, transformando este espaço em um lugar para o debate e manifestações contra a forma como as decisões que dizem respeito a coletividade são tomadas por um pequeno grupo que detém o poder. Na análise do autor, esta tática "[...] mostra como o poder coletivo dos corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado" (HARVEY, 2012, p. 61).

Apoiado no caso concreto da ocupação da Praça Tahrir (Egito), palco das revoltas que ficaram popularizadas como Primavera Árabe, Harvey (2012) é enfático ao afirmar "[...] são os corpos nas ruas e praças, não o balbúcio de sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente

importam" (HARVEY, 2012, p. 61), ponto que se confronta com as análises de Castells (2013).

Para Harvey (2012), apesar do movimento Occupy Wall Street apontar para interesses convergentes aos 99% da população, para obter êxito o mesmo terá que alcançar também no nível da ação esta maioria, o que só será possível com a coalizão de forças de todos aqueles, cuja existência está ameaçada pelas políticas de austeridade, ou seja, estudantes, imigrantes, subempregados, artistas, dentre outros. Isso pois, nas palavras do autor, "a luta que se criou - o Povo contra o Partido de Wall Street - é também crucial para o nosso futuro coletivo" (HARVEY, 2012, p. 63).

Davis (2012), assim como Harvey (2012), considera que o movimento que chamou de Occupy the World expressa a insatisfação de 99% da população. Para este autor, o processo de auto-organização perseguido pelo movimento é uma estratégia interessante contra as armadilhas da cooptação e para fortalecer a solidariedade, a partir de uma ética igualitária, entre os participantes. Por outro lado, o autor está de acordo com as análises que apontam a falta de clareza em relação ao programa, as estratégias e as demandas.

Outro ponto em comum entre as análises destes autores está no papel atribuído às mídias digitais. Também para Davis (2012), a mobilização pelos fóruns urbanos continua a ser a melhor opção, haja vista que o debate na *internet* acaba voltando-se para um grupo já mobilizado pelo tema, ou no máximo para um grupo demográfico já esperado. Para este autor, as mídias digitais são apenas ferramentas que podem colaborar com as mobilizações.

Davis (2012) alerta que o debate deve centrar-se no poder econômico e esclarece que o principal não está em elevar impostos dos ricos ou endurecer a regulamentação de bancos, por exemplo. Afirma: "trata-se da democracia econômica - o direito de as pessoas comuns tomarem macrodecisões sobre investimento social, taxas de juros, fluxo de capital, criação de empregos, aquecimento global e afins" (DAVIS, 2012, p. 43).

Esta questão é possível apenas com a transformação nas relações sociais de produção, tomando como referência a análise de Žižek (2012). Nas palavras deste autor, "[...] é ilusório esperar que se possa mudar as coisas 'estendendo' a democracia para essa esfera [da economia]" (ŽIŽEK, 2012, p. 22), em outras palavras, não se trata de "estender o controle democrático para a economia" (idem) - o que poderia inclusive contribuir com a ilusão democrática burguesa, trata-se de romper com o sistema capitalista.

Wallerstein (2012), assim como Harvey (2012) e Davis (2012), também considera que os movimentos massivos atuais expressam claramente que existe uma cisão no plano concreto entre 1% e os 99% da população, entretanto, conforme Wallerstein (2012), esta cisão não se expressa no campo político com os mesmos percentuais, em outras palavras, a hegemonia continua sob direção das forças de centro-direita. O autor, assim como Harvey (2012), considera importante a questão da unidade e aponta que um dos principais desafios suscitados por estes movimentos está em como transformar a euforia e o debate suscitado pelos mesmos em mudança política.

O contexto para Wallerstein (2012) expressa que nem mesmo a esquerda alcançou a unidade necessária sobre dois pontos centrais. Primeiro, em relação às eleições, há uma parte que nega este caminho, considerando-o ineficaz e outro grupo que reafirma a importância de participar das eleições. Este, por sua vez, subdivide-se em dois segmentos, um formado por aqueles que se voltam ao pragmatismo, apostando em partidos de maior expressão de centro-esquerda; e outro, que expressa a esquerda radical, indicando votar no partido com esta formação ideológica mesmo se for pequeno.

Sobre este ponto, o autor defende que a conquista do poder político deve ser considerada pela esquerda não pelo potencial transformador, mas como estrutura que pode contribuir para mitigar o sofrimento de parcelas significativas destes 99%. Por isso é enfático em considerar que não é possível abdicar das eleições.

Aqui cabe uma observação, apesar de toda crítica à democracia e aos grandes partidos políticos, inclusive de centro-esquerda, não se pode negligenciar como saldo do período a possibilidade de surgirem novos partidos, com estruturas mais descentralizadas que pretendem romper com os traços da democracia representativa no âmbito da organização interna, mas sem abdicar do processo eleitoral, como é o caso do Podemos, criado em 2014 na Espanha, como expressão do “espírito” do movimento 15M (VERDÚ; FERRAZ, 2015, p. 379).

Retomando, o segundo ponto apontado por Wallerstein (2012) centra-se em torno da questão da defesa do desenvolvimentismo e antidesenvolvimentismo. Os que defendem o desenvolvimentismo, dentre estes muitos sindicatos, consideram que o mesmo faz-se importante para criar as condições econômicas para enfrentar as desigualdades econômicas na atualidade. Por outro lado, os que defendem o antidesenvolvimentismo acreditam que o foco

no crescimento econômico contribui para a prevalência das piores características do sistema capitalista.

De toda forma, é possível observar em Wallerstein (2012) que os movimentos e manifestações massivas atuais suscitaram dificuldades, que expressam debates históricos no interior da esquerda mundial e os desafios para a construção da unidade de classe.

1.2.1 Movimentos sociais e manifestações massivas atuais no Brasil

Safatle (2012), em conferência voltada para os participantes do movimento Ocupa Sampa em 2011, ao se reportar aos occupy que ocorreram em outros países, indica:

Talvez os manifestantes tenham entendido que a democracia parlamentar é incapaz de impor limites e resistir aos interesses do sistema financeiro. Ela é incapaz de defender as populações quando os agentes financeiros começam a operar, de modo cínico, claro, a partir dos princípios de um capitalismo de espoliação dos recursos públicos. Não é por outra razão que se ouve, cada vez mais, a afirmação de que a alternância de partidos no poder não implica mais alternativas de modelos de compreensão dos conflitos e políticas sociais. Por isso, o cansaço em relação aos partidos tradicionais não é sinal do esgotamento da política. Na verdade, é o sintoma mais evidente de uma demanda de politização da economia (SAFATLE, 2012, p. 48).

O autor lembra ainda que a democracia parlamentar não é a única forma de democracia. Subjaz ao pensamento deste autor, uma crítica a esta forma de democracia ao apontar como alternativa a ampliação da democracia plebiscitária que priorize instrumentos de participação mais direta. Para ele, os movimentos sociais não devem se apoiar em partidos, sindicatos e estruturas governamentais que apesar de ter certa funcionalidade em determinados momentos, não possuem capacidade de repercutir o processo de ruptura com a democracia representativa.

O autor toma como exemplo o curso de governos de esquerda (social-democratas) em países da Europa e a diferença meramente retórica dos partidos de direita, para afirmar que a época de mobilização com vistas à estrutura partidária acabou, indicando que os movimentos sociais devem conservar-se fora do jogo partidário, uma vez que a inserção neste diminui a força de pressão dos movimentos.

A análise de Sampaio Júnior (2017) indica que também no Brasil, o curso dos governos petistas (de raízes esquerdistas) manteve a economia do país submissa à lógica especulativa

do grande capital financeiro, dando continuidade à orientação iniciada pelos governos de direita anteriores (Collor e FHC), ainda que com particularidades.

Segundo o autor,

Em relação a seus antecessores a especificidade dos mandatos de Lula e Dilma foi dada pela necessidade de legitimar junto à classe trabalhadora e à população pobre de uma maneira geral o padrão de acumulação liberal periférico fortemente desgastado pelos anos seguidos de crise econômica e ajuste estrutural monitorado pelo FMI (SAMPAIO JR., 2017, p. 176).

Segundo o autor, a intensificação do ajuste fiscal, que superou até mesmo as metas impostas pelo FMI, foi “compensada” com aumento nos gastos do governo com programas assistenciais, crescimento real contínuo do salário mínimo e crescimento da economia com promessas de gerar empregos.

Nos oito anos do governo Lula (PT) em média 2,7% do PIB foi direcionado para transferências fiscais voltadas ao pagamento dos juros da dívida externa, um aumento equivalente a 80% em relação à média dos oito anos de governo FHC (PSDB). Ao mesmo tempo, a comparação do mesmo período demarca um crescimento na economia brasileira de 3,7% na gestão Lula, 75% acima da média registrada na gestão FHC, e ainda, um aumento de 0,08% do PIB gasto com programas de assistência nos anos FHC para 1,08% nos anos Lula. Além disso, em dez anos de governo petista, o salário mínimo apresentou crescimento médio real de 1,08%, um acumulado de 80% de ganho real no final do período. Mesmo assim, o poder de compra manteve-se bem abaixo do apresentado no início dos anos 1980 (SAMPAIO JR., 2017, p. 176-7).

Entretanto,

Quando parecia que o Brasil seria imune às turbulências da crise econômica mundial, em 2011, no início do governo Dilma, começaram a aparecer os primeiros sinais de que a estratégia de surfar na bolha especulativa internacional atingira seu limite (SAMPAIO JR., 2017, p. 178).

Não tardou para que os efeitos começassem a aparecer no país, nos dois primeiros anos de governo Dilma, o crescimento foi de 1,8%, metade em relação aos oito anos de governo Lula. Já no final de 2012 a quase estagnação na renda per capita brasileira dava mostras de que as tentativas do governo petista em manter o país distante da crise capitalista mundial sem romper com a lógica do grande capital eram incapazes de cumprir tal propósito.

Para o autor as contradições econômicas e sociais acumuladas na sociedade brasileira mesmo durante os governos petistas fundamentam a indignação da população expressa nas ruas do

país em Junho de 2013, encerrando uma década de “paz social” do governo petista (SAMPAIO JR., 2017, p. 180).

Sobre as Jornadas de Junho³⁵, como ficaram conhecidas as manifestações massivas no Brasil que ocorreram em 2013, o autor voltava sua atenção, no calor do debate, para a crise de representatividade exposta na distancia entre os anseios dos governados e as ações dos governantes para pensar as causas da crise política no país. Para o mesmo,

O repúdio aos políticos profissionais, a rejeição aos partidos e a ojeriza à política convencional derivam da irrelevância prática das eleições como meio para resolver os problemas fundamentais do povo. Para a grande maioria dos brasileiros, os políticos legislam em causa própria, mancomunados com os verdadeiros donos do poder (SAMPAIO JR., 2017, p. 189).

Para o autor, essa rejeição aos partidos, expressa na crise de representatividade desnuda uma crise política maior, cuja causa está na incapacidade do sistema político-partidário brasileiro sustentar um processo de democratização orientado pelos anseios das classes subalternas. Por isso, o autor enfatiza que a indignação das ruas está endereçada aos partidos da ordem, ainda que o esforço midiático tente distorcer e colocar todos os partidos no mesmo barco. Desta feita, afirma: “Os que negam o direito de partidos contra a ordem levarem suas bandeiras para as manifestações defendem, na verdade, a bandeira verde e amarela da ‘ordem e progresso” (SAMPAIO JR., 2017, p. 190), logo, poderíamos completar, seguem o partido da ordem capitalista ainda que no plano do discurso se coloquem como antipartidários ou apartidários.

Para Singer (2013), os acontecimentos massivos de 2013 não chegaram a questionar a ordem capitalista. As relações de classe e a questão da propriedade privada não estiveram no centro das manifestações e a pauta política manteve-se difusa. Para melhor entender o significado dos “acontecimentos de junho”, o autor dividiu o mesmo em três fases. A inicial (de 6 a 13 de junho) restringiu-se quase exclusivamente a cidade de São Paulo, envolveu um grupo pequeno pertencente à classe média (em torno de 2 a 5 mil pessoas no período) convocado principalmente pelas redes sociais e tinha como pauta central a redução da passagem do transporte rodoviário público. Os protestos foram reprimidos violentamente pela polícia, como já é histórico no país.

³⁵ Conjunto de protestos detonados a partir das manifestações realizadas pelo Movimento Passe Livre em São Paulo reivindicando a revogação do aumento da passagem (MPL, 2013), cujas pautas foram ampliadas para diversas demandas sociais. As manifestações se espalharam para mais de 350 municípios e mobilizou milhões de pessoas, conquistaram a revogação do preço das passagens e ameaçaram os eventos da Copa das Confederações (SINGER, 2013, p. 24).

Entretanto, o exagero no uso da repressão transformou-se no seu contrário e acabou por servir à mobilização da população e levou o movimento para uma segunda fase (de 17 a 20 de junho), na qual as manifestações se espalharam de forma espontânea para inúmeras cidades do país, multiplicando significativamente não só o número de participantes como também as pautas reivindicadas. No dia 20 (um dia após a revogação da tarifa), as manifestações chegam ao ápice de mobilização (atinge cerca de 1,5 milhão de pessoas).

Posteriormente, na última fase (do dia 21 ao fim de junho) o movimento passou a apresentar mobilizações com objetivos específicos que já sinalizavam fragmentações e desmobilização.

Segundo o autor, a composição dos acontecimentos de junho no Brasil chamou atenção dos analistas, que se dividiram em duas interpretações mais gerais, uma com o foco na presença significativa da classe média e outra, do precariado. Com base em algumas pesquisas, o autor sugere que a onda teve composição mista simultânea, sendo

tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se de trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho (SINGER, 2013, p. 27).

A partir dos atos ocorridos nas principais cidades (SP, BH, RJ e outras oito capitais), o autor mostra que, a composição social dos protestos era majoritariamente de jovens (até 25 anos) tanto na primeira como na segunda fase. Mesmo com o aumento de pessoas mais velhas na segunda fase, 80% dos entrevistados tinham de 26 a 39 anos, ou seja, eram jovens e ou jovens adultos.

Os entrevistados apresentavam majoritariamente alta escolarização, o que sugere distanciamento da base da pirâmide social brasileira, pois considerada a realidade do país, mesmo com o crescimento no número de ingressantes no ensino superior advindo das classes mais baixas, este número é incompatível com as cifras apresentadas nas pesquisas, indicando a possibilidade da presença da classe média tradicional nos protestos. Entretanto, ao comparar as variáveis escolaridade e renda, o autor observa que os dados pareciam incompatíveis uma vez que, conforme as pesquisas, cerca de metade dos manifestantes apresentou baixo rendimento, entre dois e cinco salários.

O que levou o autor argumentar de que apesar da presença da classe média nas ruas, esta não correspondia ao todo das manifestações. Para ele,

[...] a melhor imagem para descrever a composição social das manifestações seja a de dois blocos relativamente equivalentes, formados por jovens e jovens adultos de classe média e outro por pessoas da mesma faixa etária, mas pertencentes à metade inferior da estrutura social brasileira, sendo estes com menos escolaridade média. [...] a segunda fase das manifestações teria produzido, em consequência, um cruzamento de classes (SINGER, 2013, p. 32).

Por isso, para o autor, apesar das manifestações de junho de 2013 terem ressaltado o contraste entre os extremos do espectro político, o centro ajuda a compreendê-las melhor. A partir do momento que a classe média foi para as ruas, o movimento “liderado” pela nova esquerda, expressa no MPL - caracterizado pela horizontalidade, descentralização, autonomia e distanciamento de modelos hierarquizados, o que o aproximava dos movimentos Occupy Wall Street e 15M - manteve-se fiel a suas propostas organizativas e recusou-se a dar direção às mobilizações, deixando o cenário livre para a ação de outros sujeitos sociais. De forma, que as manifestações transformaram-se em uma miscelânea política que abrigou desde a extrema-esquerda à extrema-direita.

A ação da direita na intenção de direcionar as inúmeras demandas para a pauta da anticorrupção acabou tingindo a segunda fase, ao mesmo tempo em que nesta aparecia um tom popular crítico aos gastos com a Copa do Mundo e as Olimpíadas tornando as desigualdades sociais expressas nos centros urbanos combustível para os protestos; houve um “cruzamento ideológico”, que era de esperar dada a mistura de classes (SINGER, 2013, p. 36).

Para o autor, “[...] o realmente novo foi a atuação do centro, o qual teve a vantagem de poder assumir uma e outra bandeira [...]. Funcionou, assim, como uma espécie de inesperado generalizador do programa espontâneo das ruas” (SINGER, 2013, p. 36.). Tal como é característico do centro, o confronto de classes que pudesse ameaçar a ordem capitalista é diluído, no lugar a luta contra um Estado opressor e antiquado à moderna sociedade participativa que toma as ruas e as redes sociais independente da ação de instituições e meios de comunicação tradicionais e passa a ecoar uma mudança de valores. A segunda fase, segundo o autor, teria apresentado uma apropriação do centro, sobretudo, “pós-materialista” e não da direita como outros autores (VALENÇA, 2013; VERDÚ, FERRAZ, 2015) evidenciaram.

Amparado em dados sobre o perfil ideológico dos manifestantes, o autor afirma:

Não apenas o centro é a posição individualmente majoritária, mas, se considerarmos que a centro-esquerda e a centro-direita podem ser vistas como parte de um centro ampliado, chegaremos a que perto de 70% dos participantes giravam em torno de posições centristas. Faz sentido pensar que a esquerda e a direita se encontraram no centro ao cruzarem, em sentidos opostos, as avenidas do país (SINGER, 2013, p. 38).

Conforme o autor, não havia evidências suficientes para afirmar para que lado o “novo proletariado” pendeu, poderia assumir a bandeira de investimentos sociais do Estado como direciona a esquerda, mas também a pauta da direita de combate à corrupção ou ainda a própria ideia defendida pelo centro pós-materialista de uma maior participação social e redução do Estado.

As Jornadas de Junho também foram problematizadas por Braga (2013) no auge do momento como expressão da local da onda de protestos mundial. O autor tratou as manifestações massivas no Brasil, a partir da luta pela consolidação e ampliação de direitos de cidadania no Brasil³⁶, trazendo para além da agenda do transporte público, temas como saúde, educação e segurança pública³⁷. Nas palavras de Rolnik (2013, p.8) “uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos” que tiveram a importância de trazer de volta a utopia.

Conforme também destacaram Verdú e Ferraz (2015), ao compararem as Jornadas de Junho e o 15M, na Espanha, diferente deste país, cujas implicações da corrosão do Estado de Bem-Estar Social explicam a explosão dos protestos, o Brasil nunca ofereceu bem-estar social aos seus cidadãos, ao contrário, “[...] a ausência de direitos, o desemprego, os baixos salários, o trabalho desprotegido, os serviços públicos precários e a corrupção são característicos do Estado brasileiro” (p. 380).

Em sentido próximo, ao comparar o caso concreto de Portugal e do Brasil, Braga (2015) aponta que a saída da crise e a tentativa de retomar o crescimento econômico levaram o governo português a introduzir uma ofensiva política de cortes dos gastos públicos combinada a ataques aos direitos trabalhistas, políticas de cortes salariais, demissões em massa e aposentadoria compulsória.

Os efeitos desta combinação sobre a vida de amplos segmentos da população tem sido devastadores. Enquanto parcelas significativas da classe trabalhadora em Portugal encontram-

³⁶ Braga (2015) reafirma este argumento ao considerar “[...] uma das principais lições das chamadas Jornadas de Junho, a automobilização em defesa dos direitos de cidadania continua definindo o horizonte de intervenção política dos jovens trabalhadores precarizados no Brasil” (idem, p. 32).

³⁷ Segundo Braga (2015), para o jovem precariado urbano, “os gastos universais com saúde, educação e mobilidade urbana são largamente prioritários, na medida em que consolidam direitos e fortalecem a articulação entre a elevação das qualificações e o aumento da proteção social” (idem, p. 31).

se no desemprego, os principais grupos econômicos seguem com aumento na lucratividade, demonstrando a natureza perversa do capitalismo globalizado (BRAGA, 2015).

Esta face ainda mais ofensiva do capitalismo que se arrasta desde a segunda metade dos 1970, potencializa-se após 2008, culminando segundo as palavras do autor no "atual aprofundamento da precarização laboral em escala global" (BRAGA, 2015, p. 26).

Diferentemente, segundo o autor, como no Brasil a precariedade da reprodução da força de trabalho é um traço inerente ao fordismo periférico, mesmo em períodos de crescimento econômico este traço continua a imperar.³⁸ Desde os anos de 1940, as classes subalternas mobilizam-se objetivando garantir, efetivar e ampliar direitos de cidadania legalizados no cenário nacional. Por isso não é de se estranhar que por muitas vezes a consciência da classe trabalhadora limite-se à consciência reivindicativa, a "consciência do direito a ter direitos" (BRAGA, 2015, p. 100).

Salvaguardadas as diferenças entre estes países, o autor afirma que no contexto de lutas atuais, os jovens trabalhadores brasileiros lutam para efetivar os direitos sociais, enquanto os portugueses almejam conservá-los.

Para Braga (2015, p. 113), "Junho de 2013 entrará para a história das rebeliões no Brasil como uma data emblemática". Isso não só pela amplitude dos protestos³⁹, mas principalmente pelas características em comum com as manifestações que ocorreram em outros países, potencializadas a partir da crise de 2008.

O Brasil, conforme a análise do autor, devido às lutas políticas e sociais na década de 1980, conseguiu adiar a implantação do neoliberalismo, em relação a países que o introduziram ainda nas décadas de 1970 e 1980. Como saldo das lutas no cenário nacional nos anos de 1980, a nova Constituição (1988) expressava a disputa de dois projetos distintos que estavam em curso no Brasil, entretanto, os anos de anos de 1990, demonstraram a hegemonia do

³⁸ Apoiando-se em dados do IBGE (2010), o autor mostra que entre 2003 e 2010, a taxa da informalidade laboral no Brasil ainda era de 44%, mesmo com o crescimento econômico e com a formalização do emprego (BRAGA, 2015, p.27).

³⁹ Segundo o autor, em termos de amplitude dos protestos, as Jornadas de Junho comparam-se apenas às campanhas pelo impeachment do presidente Collor, em 1992, e pelas eleições diretas, em 1984. Conforme o autor, os protestos de 2013 ocorreram em quase todas as capitais do país. A explosão contagiou desde os grandes centros e pequenas periferias até os lugares mais distantes do país.

neoliberalismo⁴⁰, impedindo muitas conquistas inseridas no campo formal de se concretizarem.

É o que também indicam Verdú e Ferraz (2015),

As lutas sociais e o esforço em construir um Estado de Bem-Estar no país a partir da nova Constituição de 1988, foram derrotadas pela adesão das elites econômicas dos governos brasileiros aos ditames do neoliberalismo e pela reiterada inserção subordinada e dependente na economia mundial, mantendo e ampliando o empobrecimento da população e de um estado a serviço dos interesses do capital financeiro especulativo (p. 380-381, tradução nossa).

Para Braga (2015), quando o Partido dos Trabalhadores (PT) alcançou o executivo federal, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, o cenário já não era o mesmo que tinha levado à formação deste partido. Assim, o mesmo apresentou muitas continuidades em relação ao governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Segundo Braga (2015), o PT apresentou um governo de coalizão de classes, fundamentado em um modelo de desenvolvimento baseado no aumento dos gastos sociais e estímulo à formalização do mercado de trabalho, que possibilitou maior proteção social a um conjunto expressivo de brasileiros, ao mesmo tempo, este modelo reproduziu a cartilha rentista de manter altas taxas de juros e flutuação cambial, garantindo a lucratividade aos setores capitalistas dominantes (BRAGA, 2015).

O autor esclarece como o PT alcançou hegemonia junto à classe trabalhadora ao indicar que

[...] a hegemonia petista consolidou-se por meio da combinação de duas formas de consentimento popular: por um lado, as lideranças petistas incorporaram - por meio de milhares de cargos administrativos de assessoramento e do controle sindical dos fundos de pensão - muitos movimentos sociais e populares ao governo, conduzindo o movimento sindical a uma verdadeira fusão com o aparelho de Estado; por outro, os setores mais empobrecidos e parte dos segmentos mais precarizados, da população trabalhadora foram seduzidos pelas políticas públicas do governo federal, em especial pelo PBF [Programa Bolsa Família], pelo crédito direto e pelos aumentos reais do salário mínimo (BRAGA, 2015, p. 118).

Em contrapartida, Braga (2015) demonstra que a formalização do emprego e os ganhos reais no salário mínimo não devem ser interpretados simploriamente como melhoria substantiva nas condições de vida e de trabalho dos brasileiros, haja vista que é preciso considerar também a precarização nas condições de trabalho visível no crescimento do número de acidentes de trabalho, na maior rotatividade do trabalho, no aumento das taxas de

⁴⁰ Nas palavras do autor, os anos de 1990 datam a "era da desertificação neoliberal" no Brasil, possibilitada pela combinação de uma série de processos: "neoliberalismo, reestruturação produtiva, financeirização, desregulamentação, privatização e desmonte" (BRAGA, 2015, p. 116).

terceirização, na flexibilização da força de trabalho, além disso, no declínio nos serviços de transporte público, de saúde e educação.

Foram estas condições que, segundo o autor, possibilitaram um estado de insatisfação latente entre os trabalhadores, sobretudo, entre os segmentos mais jovens, não qualificados ou semiquilificados e sub-remunerados. Condições estas que foram gestadas no governo Lula e endossadas no governo Dilma.

Tendo como referência os dados apresentados por Braga (2015) é possível notar que esta insatisfação já estava sendo expressa nas ruas, em diversas manifestações de grevistas (por exemplo, dos trabalhadores da indústria da construção civil, dos bancários, dos trabalhadores dos correios), nos dois anos anteriores às Jornadas de Junho (2012 e 2011). A partir deste quadro, o autor afirma: "a questão da efetivação e ampliação de direitos é chave para entendermos as bases sociais da maior revolta popular da história brasileira" (BRAGA, 2015, p. 121).

De fato muitas análises realizadas ainda no calor das manifestações trouxeram o debate sobre a "nova geração de movimentos urbanos" e a luta pelo direito à cidade (ROLNIK, 2013, p.9). As cidades, enquanto concretização de desenvolvimentos geográficos desiguais, expressam uma contradição, uma vez que, ao mesmo tempo em que ampliam o espaço de interação coletiva, expande também as possibilidades de práticas de segregação social e intolerâncias.

Assim, as cidades expressam-se como palco potencial para a eclosão de conflitos sociais, ao mesmo tempo, as lutas pelo direito à cidade exigem um esforço coletivo orientado pela lógica da solidariedade social e não do direito individual (HARVEY, 2013). Pois, como indica Iasi (2013, p. 41), "a cidade é a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital".

Por isso, segundo Iasi (2013), o determinante para a eclosão das Jornadas de Junho não foi a forma de organização ou dos meios comunicativos das redes sociais, convergindo neste aspecto com o indicativo de Harvey (2012). Para Iasi,

O que move a classe e seus setores internos de um momento para o outro do processo de consciência não é a propaganda de um setor esclarecido (com o desvelamento de nexos mais particulares ou universais da totalidade) sobre aqueles não esclarecidos, salvando-os das trevas, procedimento agora facilitado por meios digitais de divulgação. Este é um mito que herdamos da burguesia e sua fé na educação, agora apenas atualizado ao saltar da prensa de Gutenberg para os ágeis teclados de smartphones (IASI, 2013, p. 44).

O cerne da questão para o autor está na contradição expressa no momento em que a reivindicação não pode ser realizada pelos governantes, devido aos interesses econômicos privados de uma classe minoritária de capitalistas sobressaírem. Por outro lado, a reivindicação, quando considerada por uma parcela significativa da classe trabalhadora como fundamental para a sua sobrevivência, ao não ser sanada deflagra os interesses antagônicos de classes em disputa.

Diferente deste autor, para Verdú e Ferraz (2015) tanto os meios de comunicação massivos quanto os meios alternativos das redes sociais cumpriram sim papel fundamental nas Jornadas de Junho. Apenas o quadro de insatisfação popular não é suficiente para explicar a explosão dos protestos massivos em 2013, uma vez que o contexto da última década no país demonstrava melhoras nas condições de vida de setores mais empobrecidos da população.

Mesmo com todas as críticas ao governo petista, os autores consideram que desde sua chegada ao poder executivo federal, o partido realizou uma série de ações que, direcionadas aos programas de transferência de renda, ao aumento dos salários mínimos, as facilidades no crédito, levaram a um o aumento da capacidade de consumo de parcela significativa da população mais pobre. Ademais as ações do governo para estimular o crescimento econômico e burlar a crise capitalista se orientaram desde 2009 no sentido de afastar ainda que temporalmente o desemprego massivo (VERDÚ; FERRAZ, 2015).

Nota-se nestes autores que, se por um lado, as questões acima não possam ser consideradas desvinculadas ao governo de coalizão de classes realizado pelo PT, cujas ações mantiveram intactas as características privatistas e patrimonialistas do Estado brasileiro, por outro não podem ser simplesmente desconsideradas e igualladas ao período governamental anterior.

Para entender as Jornadas de Junho é preciso levar em conta a própria configuração do Estado brasileiro marcado pelo autoritarismo e pela repressão violenta para coibir e conter práticas de movimentos sociais críticos ao mesmo. De tal forma que a ação repressora do Estado sobre as manifestações encabeçadas inicialmente pelo MPL foi como “uma faísca sobre um barril de pólvora” (VERDÚ; FERRAZ, 2015, p. 381, tradução nossa).

Na visão dos autores, a ação truculenta do Estado somada à tentativa dos grandes meios de comunicação em criminalizar os movimentos sociais, adensada pela denuncia de manifestantes e de parcela da população por meio das redes sociais na *internet* acabou por

provocar um efeito de mobilização massiva, que se ampliava quanto mais a grande mídia tentava mistificar o caráter violento das ações policiais.

Em parte os autores convergem com os apontamentos feitos por Iasi (2013), de que “a repressão aos jovens e a prepotência dos governantes funcionaram como catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de que tudo corria bem em nosso país” (IASI, 2013, p.46), desmascarando a política adotada pela estratégia do PT em realizar um governo de coalização como única forma de governo possível. Estratégia que há anos servia para desmobilizar os movimentos sociais e manter certo nível de passivização das massas, na análise deste autor.

Já para autores como Moreira e Santiago (2013) não se tratou de passivização e sim de reorientação dos movimentos sociais, que dado os avanços na participação política e social nos espaços institucionais (conselhos, conferências, plenárias, dentre outros), apostaram na luta pela via institucional em prol da consolidação e ampliação das políticas públicas, em detrimento das ações de rua.

De toda forma, tanto Iasi (2013) quanto Moreira e Santiago (2013) permitem inferir que a ação direta como forma de enfrentamento na luta de classes perdeu a centralidade para os movimentos sociais. Por isso, as Jornadas de Junho surpreenderam muitos analistas (MOREIRA; SANTIAGO, 2013).

Entretanto, Moreira e Santiago (2013) resgatam elementos suficientes para indicar que a insatisfação popular já estava sendo gestada. Dentre os quais, os limites que a participação institucionalizada tem apresentado - tanto no aspecto político quanto no social -, demonstrando a reprodução de traços clientelistas e patrimonialistas nos espaços de participação social; a permanência de práticas de corrupção nos espaços públicos; os pífios impactos sobre as condições de vida da maior parte da população; a manutenção de problemas ligados a setores básicos como saúde, educação, transporte público e segurança pública.

Esta argumentação ganha respaldo também na análise de Braga (2015), cujo apontamento destaca que no ápice das Jornadas de Junho (dia 20 deste mês), a maior parte dos manifestantes que foram aos protestos, em uma das mais importantes cidades do Brasil, o Rio de Janeiro, compunha o que chamou de "proletariado precarizado urbano" (BRAGA, 2015, p. 119). O autor explica:

A massa de trabalhadores jovens e precarizados que ganhou as ruas no mês de junho sabe que, para alcançar seus objetivos, não pode contar nem com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), nem com o PT [Partido dos Trabalhadores]. Afinal, há décadas esses partidos são parte diferenciada de uma mesma lógica, que a cada eleição negocia milhões de financiamento por inúmeros acertos e acordos com grandes construtoras, empresas de ônibus etc. (BRAGA, 2015, p. 122).

Por outro lado, apesar do descrédito aos partidos que ocuparam o executivo federal nos últimos cinco mandatos presidenciais, Braga (2015) assim como Valença (2013), mostram que, inicialmente, além dos militantes do Movimento Passe Livre (MPL) estavam nas ruas agrupamentos político-partidários de esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido comunista Brasileiro (PCB), além de outros grupos partidários menores e militantes anarquistas.

Segundo Braga (2015), o perfil inicial dos manifestantes das Jornadas de junho composto por estudantes e estudantes/trabalhadores, muitos destes organizados no MPL, além de jovens militantes de movimentos sociais e dos partidos de esquerda já citados, ampliou-se para os jovens da periferia⁴¹ e para setores médios da classe trabalhadora.

Para Verdú e Ferraz o que inflou as manifestações foi a adesão das classes médias, que além das insatisfações com os custos de vida, trouxeram reivindicações conservadoras como a redução da idade penal e a corrupção, dentre outras, que destoavam do conteúdo progressista e igualitário historicamente defendido pela esquerda. A ampliação no perfil dos manifestantes foi responsável também pela mescla de pautas em favor dos direitos à educação, a saúde e ao transporte público e de pautas anticorrupção e antipartidárias.

Também Braga afirma que o caráter heterogêneo na composição dos protestos contribuiu para compreender a formação do sentimento de antipartidarismo expresso por parte dos manifestantes nas Jornadas de Junho. Assim, conforme mostra o autor,

Se, em várias passeadas ocorridas, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo, o sentimento contrário aos partidos políticos acabou se transformando em atitudes hostis a esses agrupamentos (quando inclusive vários setores de direita engrossaram as passeatas iniciadas pelos movimentos populares, estudantis e de partidos de esquerda e exploraram o sentimento "apolítico", usando de violência contra os jovens militantes de esquerda), a situação atual começa a apontar em outra direção, com os partidos políticos de esquerda, críticos dos governos, voltando a atuar livremente nas manifestações e convocando protestos de ampla participação popular (BRAGA, 2015, p. 126).

Segundo o autor, isso traduz a disputa ideológica por trás dos protestos. De um lado, movimentos sociais e políticos organizados em torno dos interesses da classe trabalhadora,

⁴¹ Conforme a análise do autor, a violenta repressão policial e a repercussão midiática na tentativa de criminalizar os protestos contribuiu para a adesão massiva de segmentos da população que vivem nas periferias.

tais como movimento estudantil, MPL, MTST, Periferia Ativa, PSOL, PSTU, PCB, anarquistas; de outro, grupos de direita que explicitam o antipartidarismo e o antiesquerdismo, buscando bases para conduzir os processos de massa.

Esta análise também é compartilhada por Valença (2013). Entretanto, na visão deste autor, o que ocorreu foi uma apropriação indevida e desfigurada do próprio caráter apartidário, exposto pelo MPL e incorporado pelos manifestantes, o qual foi largamente alimentado pelas grandes mídias brasileiras que trataram junto com os grupos de direita de transformá-lo em antipartidarismo.

Outra característica comum às análises de diversos autores foi a pluralidade de bandeiras e pautas reivindicativas expressas nas manifestações. Para Braga (2015), o sentimento de insatisfação generalizado fez com que as manifestações - a princípio puxadas pelo MPL em torno da questão do transporte coletivo público - tivessem a pauta reivindicativa ampliada, englobando, especialmente a saúde e a educação. Neste sentido, para o autor, o balanço das Jornadas de Junho naquele momento foi positivo, pois, forçou a movimentação das esferas governamentais na tentativa de atender algumas das demandas apresentadas a fim de impedir o ciclo de protestos. Conclui:

o atual ciclo de mobilizações populares demonstrou a existência de uma profunda inquietação com a reprodução de todo o sistema político representativo nacional, e particularmente, com o sistema legislativo. Por quê? Porque há um enorme descompasso entre as expectativas populares e os procedimentos parlamentares (BRAGA, 2015, p. 128).

Em linha de raciocínio próxima deste autor, o Movimento Passe Livre (MPL, 2013), afirma que a pauta do transporte público defendida pelo movimento tinha naquele contexto o intuito de suscitar não só o debate sobre a mobilidade urbana, submetida aos ditames da lógica capitalista - tema já amplamente debatido pelas questões da segregação geográfica e pela lógica restritiva de acesso aos serviços públicos a uma parcela considerável de trabalhadores brasileiros -, mas também, o uso de ações de protesto de rua como forma de driblar o jogo institucional, efetuado no interior dos gabinetes e secretarias governamentais na busca do consenso de classe.

Também, segundo o movimento, a outra forma de buscar vencer as armadilhas institucionais estava na forma como o mesmo expressava sua relação com partidos políticos, apresentando-

se como um movimento apartidário, tendo como objetivo sobrepor-se às tentativas históricas de aparelhamento⁴² por grupos partidários (MPL, 2013).

As práticas clientelistas direcionadas a tentar capturar as lutas por melhorias no espaço urbano são históricas, conforme mostra Maricato (2013). Segundo a autora, estas disputas expressam que as cidades enquanto espaço da reprodução da força de trabalho e de aglomeração de serviços coletivos é perpassada pela luta de classes.

De sorte que, com base em Verdú e Ferraz (2015), é possível perceber que, no contexto das Jornadas de Junho de 2013, as ruas foram divididas em dois grupos. Um formado por aqueles que estavam desacreditados da participação institucionalizada e faziam críticas aos “acordos de gabinete” estabelecidos entre líderes de movimentos sociais e representantes do Estado governado pela esquerda petista, bem como aos modelos hierarquizados e centralizados presentes em organizações sindicais, partidos políticos e movimentos sociais inclusive da própria esquerda, e ainda, ao próprio parlamento burguês retroalimentado por uma excludente democracia representativa. E, outro formado por aqueles, que aproveitando as críticas ao governo federal e em reivindicações conservadoras, estampavam um completo rechaço ao PT e a qualquer outro representante da esquerda política brasileira.

Assim, como estes autores, outros também consideram que o discurso apartidário rapidamente transformado em antipartidarismo por segmentos da classe média, que engrossaram as manifestações, foi enfocado e difundido na sua nova roupagem pela mídia (VALENÇA, 2013; SECCO, 2013), colocando o Brasil na agenda de debate internacional que apontava o distanciamento na relação entre os movimentos contemporâneos e os partidos políticos.

Neste sentido, comparando as Jornadas de Junho com protestos e movimentos sociais que ocorreram em outros países, Moreira e Santiago (2013), fundamentando-se nas análises de Pinto (2014), sintetizam os aspectos semelhantes: 1) ausência de grandes organizações político-partidárias ou grandes movimentos sociais; 2) uso das redes sociais digitais e mensagens de celulares, apresentando a *internet* como principal instrumento de comunicação e de mobilização; 3) presença de jovens liderando as mobilizações; 4) retorno de grandes atos de rua e ocupação de praças, apontando para a ocupação dos espaços públicos para a construção dos debates e participação política; 5) capacidade de agregar diferentes segmentos sociais.

⁴² Que aqui possui o sentido de expressar a ação de militantes de partidos no interior do movimento na tentativa de colocar o mesmo em função ou a serviço de interesses do partido.

Sobre o distanciamento de organizações da esquerda, nota-se nos autores uma possível explicação a partir da aproximação destas dos poderes constituídos, sendo por vezes cooptadas pelos governos. Para os autores, as manifestações evidenciam uma crise política decorrente da insatisfação em relação às fragilidades do sistema político e aos traços históricos da cultura política brasileira que impedem o processamento de mudanças significativas para a maior parte da sociedade.

Consideramos que a relação próxima de organizações e movimentos sociais da esquerda com os governos, nos conselhos gestores de políticas públicas e em gabinetes de políticos não deve ser atribuído unilateralmente a cooptação, pode significar também a compreensão daqueles sujeitos coletivos de que se tratam de instâncias de participação social e da orientação de governos e de governantes também de esquerda, ainda que centro-esquerda, como pode ser classificado o PT na atualidade.

Moreira e Santiago (2013) consideram a ampliação da democracia participativa um caminho necessário, para o estreitamento do diálogo dos governantes com a sociedade, significando considerar não só os políticos instituídos como representantes, mas também os cidadãos distantes da arena política institucional.

Também para Amaral (2013), após o calor das Jornadas de Junho, o saldo das manifestações estaria no fato de escancarar a crise da democracia representativa, que coloca em questionamento a relação entre representantes e eleitores, ou seja, entre os partidos e as massas, demarcando a falta de legitimidade da representação política junto à sociedade. Segundo o autor,

O discurso antipolítica, antes e sempre tonitroado pela grande imprensa e por ela recolhido e ampliado nas manifestações, não foi um repúdio suicida ao gênero política (mesmo porque as manifestações foram uma explosão de interesse, sobretudo juvenil, pela política), mas a uma forma específica do fazer dos políticos, atual, medíocre, afastado dos interesses sociais e limitado ao jogo dos negócios pessoais e dos interesses de grupos empresariais em geral, a escada que leva à corrupção e à desmoralização do mandato [...]. (AMARAL, 2013, p. 10).

Considerando o alcance da influência ideológica proporcionado pelas grandes mídias, o autor considera que a *internet* constitui-se um fato novo, não só pelo papel da rede em relação ao seu caráter mobilizador, mas, sobretudo, pela sua potencialidade contra o controle ideológico, e neste sentido, a análise do autor converge com Castells (2013).

Apesar de expressar certo entusiasmo em relação ao uso da rede digital, a ponto de afirmar que a mesma tornou-se o mais importante órgão da imprensa, dado seu caráter de sobrepor-se

ao controle ideológico, expressando o caráter heterogêneo na composição das opiniões expressas, diferentemente da imprensa tradicional, Amaral (2013) alerta para o caráter de disputa que este espaço na verdade expressa, sinalizando que a esquerda deva fazer uso desta como um meio de democratização da informação.

De maneira sintética, Verdú e Ferraz (2015) consideram que “o ano de 2011 marca o início de um ciclo de protestos a nível mundial” (p. 385). Para eles, a mídia internacional contribuiu para o efeito de contágio das manifestações iniciadas com a “Primavera Árabe”. Ainda que as motivações para o estalo dos protestos sejam particulares a cada país, como é o caso da comparação dos autores em relação ao 15M na Espanha e às Jornadas de Junho no Brasil, não restam dúvidas de que as manifestações denunciam, dentre outras questões, os efeitos do neoliberalismo sobre a proteção social.

Tanto Verdú e Ferraz (2015) quanto Valença (2013) dão indicativos que permitem entender que a hegemonia da classe dominante expressa na ação de grupos de direita e conservadores que atuaram nas Jornadas de Junho e na elaboração simbólica dos protestos através da grande mídia teve êxito em capitalizar uma parcela significativa das massas e dar um sentido diferente do desejado pela esquerda brasileira.

[...] no Brasil, ainda que as Jornadas de Junho tenham proporcionado um incremento da capacidade de mobilização de movimentos sociais tradicionais de esquerda, se tem a sensação de que estes movimentos não tem sido capazes de aglutinar a insatisfação como o tem feito a direita. [...] as Jornadas de junho servem de referência a um amalgama de movimentos de forte caráter conservador (com tons xenofóbicos e classistas) que denunciam tanto a corrupção como os auxílios do estado aos setores mais desfavorecidos (VERDÚ; FERRAZ, 2015, p. 389, tradução nossa).

No contexto posterior às Jornadas de Junho, é possível notar a partir dos autores, um conjunto de protestos de rua direcionados por grupos e movimentos sociais amparados pelo discurso do apartidarismo, mas cujas práticas expressam um caráter ideológico da direita neoliberal e conservadora e que deram base popular ao processo de *impeachment* contra a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, do PT.

O processo iniciado em 2 de dezembro de 2015 teve um ensaio de desfecho em 31 de agosto de 2016 com o golpe⁴³ que levou à destituição da presidenta do principal cargo executivo do

⁴³ É hegemônico entre os variados matizes da esquerda brasileira, que o processo político que o país vivencia é característico de um golpe de estado, ainda que sobre nova roupagem que aponte centralmente para a participação do legislativo e judiciário; diferente de um golpe clássico, “se desenvolve sem rupturas institucionais significativas” e sem a direta atuação das forças militares como se configuram as ditaduras

país. Os meses do processo foram marcados por uma polarização das lutas sociais no país, visível nas grandes manifestações de rua protagonizadas por movimentos sociais, partidos políticos e organizações sindicais dentre outras, tanto de esquerda quanto de direita.⁴⁴

A atuação dos movimentos sociais consolidados da classe trabalhadora nas constantes mobilizações para manifestações de rua indicam um terreno fértil para o aprofundamento da consciência de classe no país. Ao mesmo tempo, a atuação dos movimentos sociais de direita nas ruas e nos ambientes virtuais bem como da mídia massiva fortalecem a ideologia dominante. A disputa pela hegemonia entre diferentes segmentos das principais classes sociais expressam o curso da luta de classes neste contexto de crise capitalista marcado pelo acirramento da contradição da relação capital-trabalho. Ao que parece até agora a direita parece estar vitoriosa.

Para Braz (2017) ainda que os governos petistas tenham atuado em favor dos interesses do grande capital, o golpe processado se deu com o sentido de que não há mais espaço para qualquer tentativa de pacto de classes, a conciliação que tanto o petismo defendeu já não tem lugar na pauta governamental, não só “ceder o mínimo aos trabalhadores” está fora de cogitação como “retirar o pouco que conquistaram” parece estar na ordem do dia (p. 87), como também interpreta Sampaio Jr. (2017).

Segundo Braz (2017),

Criou-se uma situação, deliberada e irresponsavelmente, que afundou não apenas Dilma e seu governo, mas o próprio país foi levado a uma crise monumental que, para além de seus determinantes econômicos principais, foi piorada conscientemente pelas classes dominantes para que atingissem a qualquer custo seus objetivos políticos (p. 88).

Conforme o autor, o *impeachment* tem sido a principal estratégia da direita reacionária latino-americana no contexto atual, uma “forma ‘democrática’ de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida” (BRAZ, 2017, p. 89). Uma demonstração de que “Nas circunstâncias do capitalismo em sua fase totalitária não há solução rápida e indolor para as contradições que comprometem o processo de valorização” (SAMPAIO JR., 2017, p. 241). Na era das finanças e de uma

militares (BRAZ, 2017, p. 89) . Para aproximação com o debate consultar também o livro “Por que gritamos golpe?...” organizado por Jinkings, Doria, Cleto (Org), 2016.

⁴⁴ Como exemplo de movimentos da esquerda podemos citar a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo que aglomeram movimentos sociais, partidos políticos e organizações sindicais, dentre outros. E no campo da direita podemos citar o movimento Vem pra Rua e o Movimento Brasil Livre.

estrutural crise sistêmica até mesmo as parcas ilusões democráticas no âmbito da democracia burguesa apresenta limites de efetivação.

Na trilha de Braz (2017) é imperioso entender que a democracia burguesa

Por ser restrita ao âmbito da sociedade capitalista não propicia uma partilha real da massa do povo na direção do/gestão do Estado, porque se esgota nos seus limites formais. É uma das formas políticas dessa sociedade. É capaz de promover alguns níveis de socialização do poder político (BRAZ, 2017, p. 90).

Mesmo limitada não se pode perder de vista que independente da estratégia política de luta adota pelos trabalhadores, na democracia, “as condições de avançar, lutar e resistir” são maiores, por isso a esquerda não deve se omitir em denunciar qualquer recuo democrático, inclusive o *impeachment*, sobretudo, porque “ele é apenas um atalho para mais recuos democráticos” (BRAZ, 2017, p. 90). Não se deve subestimar e nem superestimar a democracia, afirma o autor, sobretudo, em um país como o Brasil, cuja democracia sempre se apresentou débil, sendo constantemente matizada por golpes da classe dominante diante de qualquer “ameaça”, mesmo que embrionária.

Por isso, o processo político em curso pode ser “politicamente pedagógico”, como mostra o autor, tanto por revelar a ação das classes dominantes no Brasil que descaradamente influem no parlamento, no judiciário, na grande mídia, nas forças armadas, etc. Afirma o autor,

[...] o caráter abertamente antidemocrático, sem disfarces (ou com disfarces de legalidade) pode ter criado condições para desmistificar tanto os limites (e as ilusões) da democracia burguesa quanto, particularmente, pode ter servido para revelar o *modus operandi* das classes dominantes, que agiram em conluio à luz do dia e adotaram mais uma solução “pelo alto”, mas dessa vez com a televisão, com o apoio do STF, de setores importantes do Judiciário, da PF e do Congresso nacional (BRAZ, 2017, p. 93).

A recente prisão do ex-presidente Lula, em 7 de abril de 2018, parece confirmar a análise de Braz de que a derrota do PT e de sua estratégia de conciliação de classe não se restringe a encerrar as possibilidades políticas apenas desse partido. Como afirma o autor: “A derrota do PT respinga em toda a esquerda porque as máquinas ideológicas da classe dominante tratam de colocar todos no mesmo saco da ‘esquerda’.” (BRAZ, 2017, p. 93). Está em curso uma tentativa de banir a própria esquerda e com ela qualquer projeto societário que soe como empecilho para o grande capital.

Mesmo com todas as divergências no campo burguês há, entre suas diversas frações, uma unidade de ação entre elas. Tal unidade está na necessidade de acelerar as condições de aplicação de políticas que destravem os obstáculos (políticos, econômicos, sociais e ideológicos) para a implementação da agenda regressiva para a classe trabalhadora, em todos os níveis (BRAZ, 2017, p. 95).

As medidas de austeridade expressas nas contrarreformas dos últimos anos demonstram que o Brasil e os países da América Latina parecem finalmente se alinhar ao tempo histórico dos países centrais, todos adentram um cenário de crise estrutural capitalista, que tem se demonstrado até o dado momento extremamente avassalador para a classe trabalhadora mundial.

1.3 CONCLUSÃO PARCIAL

Sobre o quadro geral expresso neste contexto histórico, vimos que a crise estrutural do capitalismo a partir de 2007 – entendida como expressão da exasperação da crise estrutural capitalista iniciada em finais de 1960 – trouxe à tona algumas contradições sistêmicas. Por um lado um elevado número de desempregados, precarização das condições de trabalho, aumento da pobreza e miséria, desmonte das políticas de proteção social e trabalhistas, dentre outras, que afetam diretamente a classe trabalhadora e os setores médios, por outro, a ação dos Estados, tanto nos países periféricos quanto nos centrais direcionada a garantir a dominância do capitalismo financeirizado. Os segmentos populacionais mais prejudicados com a crise, em todo o mundo, têm sido as mulheres, as/os jovens e as/os negros/negras das frações mais empobrecidas da classe trabalhadora.

Observamos que as políticas de austeridade adotadas pelos governos nacionais frente ao acirramento da crise capitalista têm contribuído para a eclosão de manifestações massivas, o surgimento de novos formatos de movimentos sociais e uma maior atuação dos movimentos sociais consolidados. De maneira geral, os eventos movimentalíticos apresentam características em comum que permite entender que o “movimento social geral” vivencia uma onda de ascensão das lutas sociais, abrindo possibilidades para transformações sociais.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a conjuntura desnuda algumas contradições das democracias capitalistas, submissas aos interesses do capital dominante, isso parece ocorrer por meio de um processo bastante contraditório para o desenvolvimento da consciência política das massas, que dado ao descrédito nas instituições políticas, inclusive nos partidos políticos de esquerda, podem facilmente incorporar um discurso de que não adianta lutar pelo poder político do Estado, o que favoreceria apenas a classe dominante.

Mesmo assim, a onda de protestos que se abriu no contexto da crise estrutural capitalista atual demonstra um período fértil para as mobilizações da classe trabalhadora. Entretanto, como já advertiu Mészáros (2011) não se pode perder de vista que

[...] há apenas possibilidades, e de forma alguma certezas, a despeito da inédita gravidade da crise. Tudo depende da habilidade e determinação das forças comprometidas com o socialismo em formular uma estratégia compreensível e organizar suas fileiras de acordo com aquela estratégia, ampliando sua influência de modo radical entre as grandes massas populares, no sentido de alcançar suas metas estratégicas (MÉSZÁROS, 2011, p. 147).

Se este objetivo será alcançado somente o transcórre da história poderá mostrar. De toda forma, conhecer as características dos movimentos sociais consolidados é importante para entender como tem se dado sua relação com outros sujeitos políticos, especialmente os partidos políticos, já que como bem ressaltou Mészáros, a “[...] derrota do capital requer uma mobilização extraparlamentar combativa das massas em apoio às forças políticas radicais da classe que tiverem participação parlamentar” (2011, p. 153).

Por fim, nos valem de uma longa citação de Verdú e Ferraz, para indicar que:

O estudo dos movimentos sociais nos permite observar o que está mudando em uma sociedade em termos de mentalidade, costumes e práticas políticas e sociais. Também internacionalmente. O movimento iniciado na primavera árabe passou pela península ibérica para chegar a Londres e Nova Iorque, São Paulo, México DF, Santiago do Chile, Hong Kong. Com o processo de globalização econômica e cultural os movimentos não podem nunca ser abordados sem ter em conta sua interconexão, suas muitas influências no âmbito internacional. Em certo modo, com os desenvolvimentos tecnológicos da comunicação se assiste a um diálogo mais intenso entre movimentos que em épocas anteriores, e que – com suas especificidades nacionais – inclusive se poderia falar de um coral de protesto contra o capitalismo como forma de organização social que na atualidade afeta toda a humanidade (VERDÚ; FERRAZ, 2015, p. 392).

De posse desta argumentação, acreditamos que esta identificação dos traços mais gerais da onda de protestos mundial como forma de denúncia e luta contra os efeitos perversos da crise capitalista atual, cuja demonstração principal é o esgotamento das possibilidades de combinar justiça social e desenvolvimento capitalista, particularmente, no cenário brasileiro, pode ter contribuído para mudanças na relação entre os movimentos feministas e os partidos políticos de esquerda no país.

Desde que não se perca de vista que o estudo proposto possui uma natureza qualitativa e, portanto, não pode ser generalizado, acreditamos que o mesmo junto com outras pesquisas possa contribuir para futuras análises inclusive sobre outros movimentos sociais.

Por fim, consideramos que o contexto atual é um coroar das contradições expressa na célebre frase gramsciana de que o velho está morrendo, mas o novo ainda não pode nascer, à medida que entendemos que o momento traz as marcas de todo processo histórico de construção da própria esquerda mundial e das possibilidades e limites dos projetos societários que foi capaz de levar a cabo. A forma como os movimentos sociais hoje veem sua relação com os partidos políticos de esquerda é em parte resposta à forma como estes partidos construíram esta relação, como tentaremos mostrar adiante.

PARTE II – A CONSTRUÇÃO DA ESQUERDA MUNDIAL NO CAPITALISMO

2 ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre o tema da classificação ideológica dos partidos políticos, a fim de delimitar a esquerda mundial no capitalismo. Para tanto, o capítulo foi estruturado em três partes. Na primeira, indicamos a abordagem orgânica como perspectiva de análise sobre o partido político que fundamenta nosso estudo; bem como, o que entendemos por orientação ideológica. Na segunda, situamos o debate sobre o uso dos termos esquerda-direita para classificação ideológica dos partidos políticos a fim de ressaltar sua validade no contexto atual, inclusive no Brasil. Por fim, na terceira, recuperamos desde uma perspectiva marxista a origem da esquerda e sua conformação no capitalismo consolidado.

2.1 NOTAS PRELIMINARES SOBRE PARTIDO POLÍTICO E ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Consideramos importante anunciar que a origem do termo "partido" em substituição a "seita" e "facção" usados anteriormente é conferido à Voltaire, que buscou denominar de forma mais qualificada a organização de um grupo social cujo objetivo fosse obter o comando político da sociedade. As palavras "seita" e "partido" derivadas do latim *secare* e *partire*, respectivamente, possuíam significados idênticos, separar, dividir. Entretanto, enquanto a primeira carregava uma conotação pejorativa, daí o termo sectarismo, a segunda, trazia uma representação de tomar parte, sendo associada à participação (BOGO, 2010, p. 11-12).

Segundo Duverger (1970), apesar da origem difusa, o termo "Partido", servia para denominar diferentes formas de associações⁴⁵ até o século XIX. Conforme o autor, até 1850, com exceção dos Estados Unidos, nenhum país apresentava partidos modernos, ao passo que em 1950, a maioria já os possuía. O surgimento destes partidos está associado à expansão da democracia, sobretudo do sufrágio universal. Pode-se caracterizar como partido de tipo

⁴⁵ "Chamavam-se igualmente "partidos" as facções que dividiam as repúblicas antigas, os clãs que se agrupavam em torno de um condottiere na Itália da Renascença, os clubes onde se reuniam os deputados das assembleias revolucionárias, os comitês que preparavam as eleições censitárias das assembleias revolucionárias, bem como vastas organizações populares que enquadravam a opinião pública nas democracias modernas" (DUVERGER, 1970, p. 19).

moderno àquele que apresenta "[...] filiados, estrutura burocrática própria, compromisso programático etc." (MATTOS, 2012, p. 149), é "organizado e estruturado em torno de uma doutrina política" (MEZZAROBA, 1994, p. 133).

Bogo elucida

O partido, aos poucos, foi ganhando forma não apenas no sentido de estruturação orgânica da sociedade, tendo a palavra o significado de "associação" da parte, com programa, princípios e métodos de ação, tendo em vista a tomada do poder e a administração da estrutura do Estado [...]. Ou seja, uma organização ligada à sociedade e, conseqüentemente, ao chegar ao governo, ligada ao Estado (BOGO, 2010, p. 12).

De acordo com Mezzaroba (1994), as principais linhas teóricas de compreensão do partido político são: a tradicional e a orgânica. A abordagem tradicional baseia-se em uma visão do partido político limitada à sua forma organizacional, cujo objetivo central seria o processo eleitoral, a disputa parlamentar. Trata-se de uma análise fechada do partido, compreendido como um fim em si mesmo e desprendido de uma base social, que se fundamenta numa concepção estrutural-elitista do partido político, ao considerar que os dirigentes agem por interesses próprios, individuais, ainda que sob a afirmação de representar interesses das massas, da coletividade. Dentro desta perspectiva encontram-se autores como Robert Michels (1912;1982), Maurice Duverger (1987), Giovanni Sartori (1982), Jean Charlot (1984), Paulo Bonavides (1974), dentre outros (MEZZAROBA, 1994).

Já a abordagem orgânica, mostra Mezzaroba (1994), compreende o partido político estabelecido na dinâmica da sociedade, das disputas que ocorrem na mesma entre diferentes segmentos sociais. Trata-se de uma análise aberta do partido, cuja estruturação é vista como uma extensão de uma organização anterior, da classe a que está vinculado. Nesta perspectiva, o partido possui uma orientação ideológica que expressa os interesses de sua base social, sendo visto não apenas pelo seu caráter instrumental, de atuar na representação parlamentar, mas como um espaço de disputa da direção da própria sociedade, portanto, de constituição da política no sentido amplo, como um "[...] mediador orgânico capaz de atuar entre o político e o social" (idem, p. 143). Neste sentido, possui um papel fundamental na formação da consciência política das massas. Acoplados A esta linha teórica estão Marx e Engels (1848), Lênin (1902), Rosa Luxemburgo (1906), Gramsci (1988), Cerroni (1982), dentre outros (MEZZAROBA, 1994).

Percebe-se que nesta abordagem, a natureza do partido é concebida como forma de organização que se caracteriza, dentre outros aspectos, pelo vínculo que possui com as classes e segmentos sociais e pela relação que estabelece entre estrutura e superestrutura e vice-versa.

Frente ao exposto, e dado nosso objeto de estudo, este trabalho atem-se à aproximações da abordagem orgânica do partido político, uma vez que o uso dos termos esquerda-direita aparece na literatura pertinente para classificar a **orientação ideológica** dos partidos políticos, cujas preferências seriam explicadas pelo vínculo com as classes sociais (SADER, 1995; SEGRILLO, 2004; TAROUCO, MADEIRA, 2013; DIAS, MENEZES, FERREIRA, 2012).

2.1.1 A Orientação Ideológica: do que falamos?

O conceito de ideologia na ciência e na sociologia política contemporânea tem sido empregado normalmente no sentido de indicar “um conjunto de idéias e valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”, (STOPPINO, 1998, p. 585). Tal como, segundo o autor, Bobbio considera ser um “significado fraco” da ideologia, já que “no significado forte, Ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política”, como pioneiramente desvelou a crítica marxiana (STOPPINO, 1998, p. 585).

Em termos históricos, “o tema da ideologia - entendido como o registro de pressões deformadoras atuando sobre o processo de elaboração do conhecimento - é um tema muito antigo” como bem recuperou Konder (2002, p. 15). Data desde as primeiras elucubrações filosóficas empreendidas na Grécia antiga, passa pelas reflexões do período renascentista⁴⁶, atravessa o empirismo de Francis Bacon, o qual destaca a necessidade de romper com as noções falsas inculcadas pelos seres humanos através do que chamou de ídolos⁴⁷, até chegar ao apelidado *Século das Luzes*⁴⁸ (KONDER, 2002).

⁴⁶ O Renascimento foi um movimento político-social-cultural que se desenvolveu no decorrer dos séculos XIV ao XVI, que questionava princípios apregoados na Idade das Trevas, como foi conhecida a Idade Média.

⁴⁷ Na obra clássica *Novum Organum*, Bacon afirma que “Os ídolos e noções falsas que ora ocupam o intelecto humano e nele se acham implantados não somente o obstruem a ponto de ser difícil o acesso da verdade, como, mesmo depois de seu pórtico logrado e descerrado, poderão ressurgir como obstáculo à própria instauração das ciências, a não ser que os homens, já precavidos contra eles, se cuidem o mais que possam” ([1620] 2000, p. 14). Para o autor existiam quatro tipos de ídolos que bloqueavam a mente humana: 1) “Os Ídolos da Tribo estão fundados na própria natureza humana [...]. E falsa a asserção de que os sentidos do homem são a medida das

Entretanto, a origem do termo ideologia está ligada ao filósofo francês Destutt de Tracy⁴⁹, que em sua obra *Elementos de Ideologia*, publicada em 1801 concebeu a “ideologia como uma nova disciplina filosófica que devia incorporar os resultados mais significativos de todas as outras” (KONDER, 2002, p. 21). Segundo Konder, de maneira sintética, o pensamento de Tracy afirmava que

agimos de acordo com nossos conhecimentos, que se organizam através das idéias; se chegarmos a compreender como se formam essas idéias a partir das sensações, teremos a chave para nos entender e para criar um mundo melhor. A conclusão era: precisamos decompor as idéias até alcançar os elementos sensoriais que as constituem em sua base” (KONDER, 2002, p.22).

Conforme Konder (2002), deriva desta concepção, a perspectiva que apreendia a consciência como produto do meio. Entendia-se que os homens apreendiam a realidade objetiva através de impressões sensoriais, que posteriormente eram sofisticadas no campo das ideias. Acreditava-se que “à medida que eram capazes de reconstituir esse processo formativo, através da ideologia, os homens refletiam com maior fidelidade o real, evitavam os delírios do subjetivismo e podiam se aperfeiçoar, aperfeiçoando o mundo em que viviam” (KONDER, 2002, p. 22).

De uma acepção positiva atribuída à ideologia originalmente por Tracy, o termo passou a uma acepção negativa conferida por Napoleão Bonaparte, como mostras de sua indignação em relação aos *ideólogos* – como ficou conhecido “um grupo de intelectuais [...] que se dispunham a prestar aos detentores do poder uma assessoria esclarecedora, orientando-os no sentido de promover o aprimoramento das instituições” (KONDER, 2002, p. 22), do qual Tracy fazia parte.

coisas”; 2) “Os Ídolos da Caverna são os dos homens enquanto indivíduos. Pois, cada um — além das aberrações próprias da natureza humana em geral — tem uma caverna ou uma cova que intercepta e corrompe a luz da natureza”; 3) Os Ídolos do Foro “provenientes, de certa forma, do intercurso e da associação recíproca dos indivíduos do gênero humano entre si [...]. Com efeito, os homens se associam graças ao discurso” e 4) Os Ídolos do Teatro “que imigraram para o espírito dos homens por meio das diversas doutrinas filosóficas e também pelas regras viciosas da demonstração. [Fazem] parecer que as filosofias adotadas ou inventadas são outras tantas fábulas, produzidas e representadas, que figuram mundos fictícios e teatrais” (BACON, 2000, p. 14).

⁴⁸ O século XVIII ficou assim conhecido devido a predominância dos princípios iluministas difundidos por toda a Europa. Herdeiro do Renascimento, o Iluminismo como movimento político-cultural-filosófico tem suas raízes no século XVII, na França. O mesmo fundamentava-se no racionalismo que colocava em xeque as bases teocêntricas defendidas durante a Idade Média. “O Iluminismo tendia a confiar demais no conhecimento. Os iluministas tendiam a acreditar que todas as questões, em princípio, poderiam ser adequadamente resolvidas no plano da teoria, se recebessem um tratamento teoricamente correto” (KONDER, 2002, p. 20).

⁴⁹ Segundo Konder (2002), Destutt de Tracy teve seu pensamento marcado pelas ideias iluministas, sobretudo de Condillac.

Afirma Konder, que a acepção negativa da ideologia foi incorporada por um dos pioneiros do pensamento socialista, Fourier, que identificou a atuação ideológica deformadora presente na produção literária humana, ao denunciar “um discurso moralista, pretensamente racional e científico, que caluniava as paixões e dificultava enormemente a compreensão dos homens por eles mesmos” (KONDER, 2002, p. 23).

Mostra o autor, que apesar da acepção negativa herdada de Fourier, o tema da ideologia ganhou em Marx um tratamento inédito. Segundo o autor,

A idéia de uma construção teórica distorcida, porém ligada a uma situação histórica ensejadora de distorção, é, no pensamento de Marx, desde o primeiro momento da sua articulação original, uma idéia que vincula a ideologia à alienação (ou ao estranhamento, se preferirem) (KONDER, 2002, p. 31).

Em outras palavras, conforme afirmação do autor, no pensamento marxiano, “a ideologia - no essencial - era a expressão da incapacidade de cotejar as idéias com o uso histórico delas, com a sua inserção prática no movimento da sociedade” (KONDER, 2002, p. 40). As raízes da ideologia estariam na divisão social do trabalho e na afirmação da propriedade privada como responsáveis pela divisão da sociedade em classes sociais e pela conseqüente distorção dos valores fundantes do gênero humano afirmados na mediação do processo de trabalho.

Retomaremos a este ponto no próximo capítulo, por ora basta salientar que tendo em vista estes aspectos de denúncia da força ideológica no processo de dominação da classe trabalhadora é que em alguns textos de Marx e Engels, a ideologia é destacada unilateralmente pelo sentido de “falsa consciência”, como mostra Konder (2002). Entretanto como afirma o autor, não se pode desconsiderar que as formulações marxianas indicam que o processo da ideologia ultrapassa os limites da falsa consciência, uma vez que seu movimento incorpora conhecimentos verdadeiros, reais.

A partir de Konder (2002) é possível notar que o legado marxiano no que diz respeito à originalidade no trato da questão da ideologia fundamentou interpretações teóricas de inúmeros autores sobre o tema. Todavia conforme o autor, em termos concretos

os marxistas do final do século XIX e sobretudo os do início do século XX, em sua maioria, adotaram uma concepção redutivamente sociológica da ideologia, limitando-se ao esforço de identificar - e denunciar politicamente - as formas diretas mais simples da expressão dos interesses materiais das classes sociais no discurso dos teóricos, nos programas de ação ou na produção artística (KONDER, 2002, p. 55).

Apesar de sucinto, acreditamos que o resgate que empreendemos é suficiente para demonstrar que dada a polissemia do termo (STOPPINO, 1998), ao falar de ideologia é preciso fazer uma opção metodológico-conceitual. Mesmo no campo da tradição marxista, a concepção da ideologia pode variar desde uma aceção negativa à uma aceção também positiva, tal como assumem influentes teóricos, por exemplo, Lênin, Lukács e Gramsci (KONDER, 2002).⁵⁰

Na trilha dos autores que consideram a aceção positiva da ideologia, Mészáros (2004, p. 65) considera a ideologia

[...] uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência política inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas é claro que de modo algum independente), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

Assim, como mostra o autor, as divisões internas das sociedades se refletem nas ideologias que também se apresentam conflitantes. De forma que o que a consciência do conflito social fundamental é que determinará a natureza da ideologia e conseqüentemente, sua capacidade em traçar estratégias alternativas a favor ou contra o ordenamento social (MÉSZÁROS, 2004).

Conforme Mészáros (2004), existem pelo menos três posições ideológicas. Uma que apoia o sistema de classes por mais problemático e contraditório que este possa ser. Outra, que se contrapõe a alguns problemas do sistema de classe, mas sem opor-se a irracionalidade do mesmo. E outra, que questiona e coloca-se como alternativa para a superação do sistema de classe.

Dado que o fio condutor deste capítulo é a orientação ideológica dos partidos políticos, acreditamos que esta abordagem da ideologia somada à interpretação gramsciana a respeito do tema poderá ser bastante útil, uma vez que a partir desta poderemos fazer uma mediação entre a forma normalmente empregada no campo da ciência política e a concepção crítica marxista atribuída ao termo.

⁵⁰Lênin considerou ideologias reacionárias e ideologias progressistas, bem como, observou a contraposição fundamental entre ideologia proletária e ideologia burguesa, no capitalismo. Enquanto Lukács afirmou a existência de ideologias progressistas e ideologias conservadoras, a partir do uso histórico, e levando em conta a eficácia política imediata, considerou ideologias conseqüentes e ideologias confucionistas (KONDER, 2002).

Este exercício de mediação não pode ser levado a cabo sem que se tenha em mente que para Gramsci (1986),

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias à uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é a validade “psicológica”: elas organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão “movimentos” individuais, polêmicos, etc. (GRAMSCI, 1986, p. 62-63).

Em outras palavras, como já esclareceu Simionatto (2004), as ideologias orgânicas diferem de ideologias efêmeras realizadas por pequenos grupos e cuja interferência nas ações humanas não são significativas. As ideologias orgânicas incidem historicamente na dinâmica da sociedade de forma expressiva e por isso, podem contribuir com o direcionamento de processos conservadores assim como revolucionários.

É a esta ideologia orgânica que Gramsci se refere ao indicar que uma concepção de mundo que se apresenta em um nível filosófico capaz de inclusive transformar-se em um movimento cultural expresso não só em pretensões, vontades, mas produzir ações práticas, que por sua vez contém implicitamente uma proposição teórica. Nas palavras do autor “é uma ‘ideologia’, podemos dizer, desde que se dê ao termo ‘ideologia’, o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas [...]” (GRAMSCI, 1986, p. 16).

Em outras palavras, ideologia empregada no sentido de um conjunto de valores, concepção ou visão de mundo derivados da dinâmica social e expressos em comportamentos individuais e coletivos manifestos em todas as facetas da vida compreendidas como parte da mesma totalidade social (GRAMSCI, 1982).⁵¹ Considerado o teor deste estudo, a nossa atenção incide sobre as ideologias orgânicas, pois, são as que, conforme Gramsci (1986) caracterizam os partidos políticos.

Apenas com esta visão ampla sobre a ideologia pode-se fazer a mediação da relação desta com a prática e vice-versa. Do contrário cai-se no risco de simplificar o uso dos termos como adverte Bobbio (1995, p. 33),

⁵¹ Para aprofundamento deste aspecto consultar Portelli (1977, p. 23) e Simionatto (2004, p. 77).

"Esquerda" e "direita" não indicam apenas ideologias. Reduzi-las a pura expressão do pensamento ideológico seria uma indevida simplificação. "Esquerda" e "direita" indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e valorações [*valutazioni*] a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer (BOBBIO, p. 33).

Ou seja, os termos indicam um conteúdo valorativo que acompanha as práticas dos sujeitos sociais e que se traduzem em políticas públicas, para citar apenas um exemplo diante do amplo conjunto de ações políticas que demonstram o pertencimento de classe e o projeto de sociedade que estes sujeitos pretendem afirmar. Os partidos políticos modernos expressam esta disputa na sociedade que se expande para o âmbito do Estado, mais precisamente do seu sistema político institucional.

Além disso, afirma Gramsci:

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a ela, isto é, em que funcionam quase como "experimentadores" históricos de tais concepções (GRAMSCI, 1986, p. 22).

O que não significa que esta experimentação não seja vivenciada de forma contraditória, isto é permeada de ambivalências. De fato, como afirma Konder (2002, p. 248) "o campo onde a ideologia manifesta mais explicitamente seu poder de enviesamento é, com certeza, o campo da atividade política". Isso ocorre dentre outras razões, como mostra o autor, pelo fato de que este campo expressa de forma mais contundente as tensões entre o universal e o particular, entre as vontades coletivas e individuais, entre o plano ideal e o prático, entre as possibilidades transformadoras e os meios de manipulação.

Segundo Konder a política se legitima por meio de princípios universalizantes, ao mesmo tempo, são as motivações particulares que a viabiliza. Esclarece o autor,

O sujeito da ação política é alguém que quer conhecer o quadro em que age, quer poder avaliar o que pode e o que não pode fazer, mas, ao mesmo tempo, é um sujeito que depende, em altíssimo grau, de motivações particulares - suas e dos outros - para agir. Por mais sinceros que sejam os princípios universais que adota, o sujeito da ação política atua de maneira a mobilizar pessoas que, de fato, se mobilizam em função de motivações pessoais, de desejos próprios, de interesses particulares (KONDER, 2002, p. 248).

Portanto, não resta dúvida de que os partidos políticos como sujeitos coletivos que atuam na política expressam em suas ações e discursos esta tensão.

De posse desses esclarecimentos iniciais sobre o tema, acreditamos ser possível seguir com o debate sobre a classificação dos partidos políticos a partir da sua orientação ideológica.

2.2 O DEBATE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA: ESQUERDA-DIREITA

O conteúdo político-ideológico empregado aos termos esquerda-direita remonta ao século XVIII, à Assembleia Constituinte instaurada em 1789, no contexto da Revolução Francesa. A distinção correspondia a disposição espacial ocupada por aqueles que defendiam o antigo regime (Feudalismo) e os que lutavam para estabelecer uma nova ordem e que ficavam, respectivamente, à direita e à esquerda do rei (SADER, 1995; TAROUÇO, MADEIRA, 2013; DIAS, MENEZES, FERREIRA, 2012). Assim, durante todo o século XVIII e parte significativa do século XIX, a direita e a esquerda eram associadas ao conservadorismo e ao liberalismo, respectivamente (TAROUÇO, MADEIRA, 2013).

A consolidação do capitalismo demarca a complexificação do Estado Moderno, ascensão da burguesia como classe dominante, a subordinação da classe trabalhadora, a organização desta em movimentos sociais e partidos políticos com vistas ao fim do processo de exploração.

Estes processos são importantes para entender a ressignificação dos sujeitos políticos que passaram a protagonizar a esquerda e a direita no capitalismo, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX (SADER, 1995; TAROUÇO, MADEIRA, 2013; DIAS, MENEZES, FERREIRA, 2012). A burguesia e sua defesa do liberalismo como aporte teórico da política de livre mercado a ser adotada na economia, passou definitivamente para o campo da direita e o proletariado ocupou o campo da esquerda (TAROUÇO, MADEIRA, 2013).

Assim, o aprofundamento dos conflitos entre capital e trabalho e o avanço da organização dos trabalhadores, levaram a direita a ser composta por aqueles que procuram conservar, manter, o atual sistema vigente, o capitalismo, defendendo os interesses dos proprietários e de elites, isto é da classe dominante; enquanto a esquerda comportaria os que almejam e lutam pela suplantação deste sistema pelo socialismo, ou seja, a classe trabalhadora organizada (SADER, 1995; SEGRILLO, 2004; TAROUÇO; MADEIRA, 2013).

Entretanto,

a partir da década de 1960, pode ser identificada uma redução na capacidade mobilizadora das categorias esquerda-direita. Assim como ocorreu com os partidos políticos, a distância ideológica entre os distintos pontos da escala tornou-se fluída. Se de um lado, a direita liberal viu-se obrigada a incorporar algum grau de perspectiva redistributiva, em função da ameaça do socialismo, o campo da esquerda tornou-se mais permeável à economia capitalista, seus valores e instituições. A socialdemocracia tornou-se, assim, um elemento importante do cenário ideológico tradicional. Embora faça parte do conjunto de ideologias de esquerda, renega a perspectiva totalitária do comunismo e se mostra mais complacente com o modelo econômico capitalista (DIAS, MENEZES, FERREIRA, 2012, p.213).

Entre o final dos anos de 1980 e durante os anos de 1990, a dificuldade de classificação ideológica ficou ainda mais acentuada, tanto devido a crise das experiências de transição socialista lideradas pelos partidos comunistas, quanto porque os partidos socialistas, de orientação social-democrata, com vistas a retornar ao governo em países de destaque na Europa Ocidental, como Grã-Bretanha e Alemanha, passaram a adotar a agenda da chamada "terceira via"⁵², e trouxeram para o campo da esquerda questões historicamente comuns ao campo da direita, por exemplo a defesa da liberdade individual (SEGRILLO, 2004; BOBBIO, 1995).

Mais a frente procuraremos esclarecer este percurso das organizações político-partidárias no campo socialista que vai desde o surgimento de partidos operários, denominados em sua origem no contexto europeu do século XIX pela sigla da social democracia até a criação dos partidos comunistas, como mostra Braz (2011). Por ora, importa destacar que, tal como a direita incorporou elementos tidos como próprios da esquerda, a adoção por parte da esquerda de elementos tidos de direita, colocou a funcionalidade do uso dos termos esquerda-direita para classificação dos partidos no centro do debate nos anos de 1990.

Segundo Bobbio (1995), houve quem defendesse o fim de qualquer visão dicotômica, mas também quem advogasse em favor da substituição da dicotomia esquerda-direita pela dupla progressismo e conservadorismo. Em parte, isso se explica pois, mesmo com distinções em alguns aspectos bastante contundentes, o conservadorismo e o liberalismo, com a consolidação do capitalismo, passaram a compartilhar ideologicamente a defesa deste sistema,

⁵² Conforme Segrillo, "Em seu livro *Beyond Left and Right* (de 1994), o pensador britânico [Anthony Giddens] expõe a ideia de que a sociedade atual (pelo menos nos países com grau suficiente de modernidade) é extremamente complexa, e as tradicionais divisões esquerda/direita não constituem mais referenciais suficientes para a formulação de políticas adequadas. Em obra posterior (*The Third Way: The Renewal of Social Democracy*, de 1998), Giddens sistematiza uma série de preceitos (chamada de 'terceira via') para que a social-democracia consiga reconquistar o público de maneira ativa e eficiente socialmente. [...] Giddens propõe a utilização do que chama de *life politics*. Por esta 'política da vida', a nova 'esquerda-do-centro' da terceira via deveria não apenas trabalhar as grandes questões de justiça social, eficiência da economia e outras, mas também as questões que afetam os indivíduos pessoal e diretamente [...]. Ou seja, diversas bandeiras (da liberdade individual, do direito de escolha, da segurança pessoal), que no passado a direita e a centro-direita quase que monopolizaram, devem ser reapropriadas pela esquerda." (SEGRILLO, 2004, p. 617).

expressando a direita, enquanto o progressismo e o socialismo constituíram-se como críticos ao mesmo e, por isso, associados à esquerda (TAROUCO, MADEIRA, 2013; DIAS, MENEZES, FERREIRA, 2012).

Em nossa compreensão o progressismo e o conservadorismo estão para o campo ideo-cultural assim como esquerda e direita estão para o campo ideo-político e econômico, ou seja, são faces da mesma totalidade social. O conservadorismo moderno como remanescente de valores difundidos na sociedade medieval, feudalista, está relacionado aos valores ideológicos e culturais difundidos, sobretudo pela igreja Católica e que permaneceram hegemônicos também na sociedade moderna, capitalista.

Trata-se de um padrão de condutas morais e sociais que se fundamenta na família monogâmica-nuclear com centralidade na figura do patriarca, no heterossexismo, na religiosidade cristã, na superioridade étnico-racial de pessoas brancas, dentre outras.

A manutenção deste padrão no capitalismo ocorre à medida que a apropriação de valores e a manutenção de práticas baseadas em formas de opressão tais como a sexual e a étnico-racial contribuem para o processo de exploração do trabalho e acumulação de capital (CISNE, 2014; SANTOS, 2005).

Em contrapartida, o progressismo moderno relaciona-se à luta pela quebra destes valores morais, culturais e ideológicos, concretizada em larga medida no que se convencionou chamar de políticas de identidades.

Segundo Santos (2005, p. 16),

A política de identidade se refere ao conjunto de questões sócio-culturais relacionadas, dentre outras, às relações sociais de gênero; etnia; raça; orientação sexual que incidem na formação da individualidade, passando a se constituir reivindicações políticas, sobretudo, a partir da década de 1960, em nível mundial, e em 1970, no Brasil através dos movimentos sociais.

Disto entendemos que o conservadorismo e o progressismo compõem os campos da direita e da esquerda, mas não podem ser igualados a estes. Diferente do conservadorismo, cujas pautas sempre estiveram associadas à direita, as pautas progressistas não se reduziram ao campo da esquerda. Ainda que de maneira limitada, foram incorporadas pela direita, da mesma forma que por um período histórico parte da esquerda acabou por negligenciá-las.

Em outras palavras, há governos e partidos políticos de esquerda que podem ser mais ou menos progressistas, do mesmo modo que governos e partidos políticos de direita que podem ser totalmente conservadores ou em alguma medida progressistas.⁵³

O importante é perceber que os autores que afirmam haver uma exaustão dos termos esquerda - direita e exclamam o triunfo do capitalismo fundamentam-se na chamada crise da esquerda comunista e socialista expressa na Europa e tomam como argumento a tendência centrípeta que tanto os partidos de direita quanto de esquerda apresentam na atualidade. Na contrapartida desta análise, um conjunto de autores defende o uso dos termos ainda hoje (BOBBIO, 1995; SADER, 1995; SEGRILLO, 2004; TAROUCO, MADEIRA, 2013).

Esta negativa em usar os termos justificada por uma suposta falência da classificação ideológica dos partidos políticos pela ciência política deve ser entendida como parte de uma tendência maior que se expressou no campo das ciências sociais. De fato, como mostra Braz (2011), entre final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, é possível perceber três campos de interpretações sobre a crise do chamado “socialismo real”, que neste trabalho preferimos chamar de experiências de transição socialista.

O primeiro campo anunciava o triunfo do capitalismo, apresentava este sistema como o único possível para a humanidade e proclamava o fim da história. Para alguns defensores deste campo, consolidava-se também o fim da luta de classes, para outros, significava um alerta ao sistema, era hora de debater novas formas de intervenção sobre as desigualdades sociais, atentar-se às demandas sociais.

O segundo, aproveitava o ensejo para proclamar que a derrocada da experiência de transição revolucionária tornava antiquadas as formulações teóricas que fundamentavam as ideias socialistas de meados do século XIX e finais do século XX, propagava-se a crise do paradigma marxista. Os rebatimentos deste campo sobre a esquerda foram de duas ordens, por um lado, a expansão do pensamento pós-moderno fomentou o aparecimento de uma “nova esquerda” que rejeitava tanto o socialismo quanto o capitalismo, por outro, aparecia um novo tipo de colaboração de classes, que de posse da ideia de fazer o possível nos limites do

⁵³ Santos (2005) observa, por exemplo, que tendência de negligenciar as consequências da opressões direcionadas a segmentos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) é predominante mesmo nos partidos de esquerda. Segundo a autora, a leitura determinista de parte da esquerda partidária mundial normalmente identificada como “esquerda tradicional”, centrou suas pautas na questão da exploração e secundarizou a opressão, por entender estes processos de forma separa. E, o Brasil seguiu esta tendência.

sistema não se eximia de fazer alianças com setores conservadores, o que o autor chamou de “conservadorismo de esquerda” (BRAZ, 2011, p. 11).

O terceiro campo assentava-se na autocrítica das experiências revolucionárias do leste europeu para buscar a saída para a crise socialista. Este campo reafirma o projeto socialista como alternativa viável e extremamente necessária ao capitalismo.

O importante é frisar, que as interpretações sobre a crise socialista variam e levam a conclusões distintas, não há consenso⁵⁴. Há afirmações que indicam o esgotamento do socialismo como alternativa ao capitalismo, para as quais a classificação ideológica dos partidos políticos não tem mais sentido. E, existem também análises que indicam a atualidade da classificação esquerda-direita mesmo após a abertura do regime soviético ao capitalismo. Há ainda, interpretações mais recentes que tendo por pressuposto a crise socialista e deparando-se com uma crise também nas democracias capitalistas, enaltecem a negação dos próprios partidos políticos como forças aglutinadoras no contexto atual, como vimos no capítulo anterior.

Dentre os autores que defendem o uso dos termos esquerda e direita para a classificação ideológica dos partidos políticos, de maneira singular, Segrillo (2004) argumenta que mais importante do que a interação entre esquerda-direita, é pensar o elemento impulsionador do sistema político, lançando a hipótese “[...] de que a esquerda tem o papel preponderante na dinâmica dos sistemas partidários, sendo talvez o *primum mobile* [motivação principal] das modificações radicais no sistema como um todo [...]” (idem, p. 628). Do que entendemos que a tendência centrípeta não deve ser o foco das análises e sim o que diferencia os campos esquerda e direita.

Já Bobbio (1995) desenvolve um complexo debate filosófico em defesa do uso da díade (esquerda-direita), na atualidade que destaca os elementos de interação entre os campos. O autor busca superar a posição do esquema usual⁵⁵ e propõe uma classificação teórica que toma

⁵⁴ Segundo Bobbio (1995), entre os que defendem o esgotamento da classificação ideológica esquerda e direita K. Adam (1994) considera os termos simplificadores, diante da complexificação da sociedade moderna atual, já L. Colletti (1994) indica que com a queda do Muro de Berlim a divisão tornou-se ultrapassada. Talvez o próprio Bobbio (1995) seja a figura mais influente entre os autores que defendem a atualidade dos termos mesmo com a crise da esquerda socialista e comunista. Entre autores que tecem críticas à função aglutinadora dos partidos políticos no campo da esquerda, podemos recuperar Castells (2013).

⁵⁵ De maneira geral, as teorias políticas utilizam o esquema direita/centro/esquerda para a descrição ideológica das agremiações partidárias. Frequentemente, a esquematização dos sistema de coordenadas é baseada na interação entre esquerda e direita. O centro seria resultado da interação entre os dois extremos (SEGRILLO, 2004, p. 622).

como referência os princípios da igualdade e da liberdade e divide-se em: extrema-esquerda (igualitários e autoritários), centro-esquerda (igualitários e libertários), centro-direita (libertários e inigualitários) e extrema-direita (antiliberais e antiigualitários).

Para este autor,

o que faz de um movimento de libertação um movimento de esquerda é o fim ou o resultado a que se propõe: a derrubada de um regime despótico fundado na desigualdade entre quem está em cima e quem está embaixo na escala social, percebido como uma ordem injusta, e injusta precisamente porque inigualitária, porque hierarquicamente constituída; e a luta contra uma sociedade na qual existem classes privilegiadas e, portanto, em defesa e pela instauração de uma sociedade de iguais juridicamente, politicamente, socialmente, contra as mais comuns formas de discriminação [...] (BOBBIO, 1995, p. 20).

Ou seja, o parâmetro de delimitação da esquerda seria a busca por justiça social, de combate das desigualdades sociais. Desta feita, segundo o autor, se por um lado

o igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam e, que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis (BOBBIO, 1995, 105).

Em outras palavras, enquanto o primeiro tem em vista atenuar as diferenças por meio de práticas que objetivam "tornar mais iguais os desiguais", o segundo assentado numa suposta "igualdade de todos" acaba por exacerbar estas diferenças (BOBBIO, 1995, p. 108-109).

Para Bobbio (1995), se por um lado o critério da igualdade/desigualdade serve para diferenciar a esquerda e a direita, por outro, a liberdade seria o critério que permite distinguir dentro de um mesmo campo do espectro, os extremistas e os moderados.

Conforme o autor, os extremistas teriam em comum a compreensão que dada a natureza de qualquer projeto de transformação social radical, isto implicaria, ao fim e ao cabo, na instauração de regimes autoritários. Enquanto os moderados considerariam primordial a defesa da liberdade. No campo da esquerda, os moderados buscariam conciliar a igualdade e liberdade.

Esta justaposição na prática, entretanto, não é algo simples, pois como mostra o próprio autor enquanto a igualdade configura-se como "um bem social", já que só pode ser entendida com base em uma relação entre pelo menos dois sujeitos, a liberdade expressa "um bem individual" (BOBBIO, 1995, p. 116). O que por vezes pode gerar tensões entre interesses coletivos e individuais.

De toda forma, o que distingue a esquerda da direita, segundo este autor é o igualitarismo, já que o principal lema de lutas da esquerda é a abolição da propriedade individual considerada principal empecilho para concretização de uma sociedade coletivista baseada nas necessidades dos seres humanos. Ao passo que a direita, defende a propriedade privada como um direito, como um bem inquestionável.

Para o autor, o campo da esquerda é composto por todos aqueles que questionam a desigualdade decorrente das relações de classe, raça e sexo.

De maneira mais simples Tarouco e Madeira (2013), bem como Dias, Menezes e Ferreira (2012) argumentam que o central a ser considerado é que os conteúdos da igualdade social e do livre mercado defendidos, respectivamente, pelos princípios socialistas e capitalistas situados, nessa ordem, como esquerda e direita, continuam atuais mesmo com as mudanças mundiais processadas no final do século XX. O que torna a díade esquerda-direita válida mesmo nos dias de hoje.

A conceituação mais recente dos termos esquerda e direita que encontramos foi a de Boaventura Santos (2016). Ainda que o autor deixe explícito a existência de diferentes esquerdas e tenha sinalizado inclusive uma esquerda adaptada, conformada ao capitalismo, é significativa a definição que o mesmo adota como norte para sua reflexão. Para o autor,

Esquerda é o conjunto de teorias e práticas transformadoras que, ao longo dos últimos 150 anos, resistiram à expansão do capitalismo e ao tipo de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ele gera e que assim procederam na crença da possibilidade de um futuro pós-capitalista, de uma sociedade alternativa, mais justa, porque orientada para a satisfação das necessidades reais das populações, e mais livre, porque centrada na realização das condições do efetivo exercício da liberdade. A essa alternativa foi dado o nome genérico de “socialismo” (SANTOS, 2016, p.74).

Em contrapartida, conforme o autor, a direita no contexto atual comporta

o conjunto das forças sociais, econômicas e políticas que se identificam com os desígnios globais do capitalismo neoliberal e com o que isso implica, no nível das políticas nacionais, em termos de agravamento das desigualdades sociais, da destruição do Estado social, do controle dos meios de comunicação e do estreitamento da pluralidade do espectro político (SANTOS, 2016, p.113).

Em termos conceituais, neste trabalho entendemos como direita as forças sociais pró-capitalismo e como esquerda as forças sociais anticapitalistas. Se por um lado, não se pode reduzir a esquerda à presença unívoca das forças presentes no interior do movimento socialista mundial, por outro, veremos no próximo tópico que, historicamente, este movimento detém a hegemonia do campo antes mesmo de tornar-se expressão da organização

autônoma do movimento da classe trabalhadora moderna, quando o movimento operário reclama sua independência organizativa em relação à burguesia, a partir de meados do século XIX (MARX, ENGELS, [1848] 2010).

A compreensão do movimento socialista que aqui empregamos segue a trilha de Florestan Fernandes ([1980] 2008) que sobre o mesmo sublinhou

[...] Dentro de uma sociedade capitalista surgem forças antagônicas ao capitalismo, que buscam acabar com o modo de produção capitalista, o regime de classes, o Estado nacional, o sistema de poder da burguesia. E esse movimento tanto pode assumir uma forma gradualista quanto uma forma revolucionária. Então, o movimento é uma confluência das forças, de todas as forças que se voltam contra a ordem existente. Ou para introduzir reformas antiburguesas dentro dessa ordem; ou para alimentar uma revolução contra a ordem e organizar a sociedade, a economia, o sistema de poder em novas bases (FERNANDES, 2008, p.390).

Assim, os partidos políticos socialistas nas palavras de Fernandes (2008) expressam "a forma de organização institucional" das forças sociais que almejam a instauração da sociedade socialista. Para estes partidos, a construção do socialismo requer a superação do sistema capitalista, ou seja, o fim das relações de trabalho baseadas na exploração da força de trabalho e na manutenção da propriedade privada.

Entretanto, ao longo da história, o movimento socialista sofreu inúmeras metamorfoses expressas em rachas e tentativas de unificação que sinalizam a heterogeneidade dos grupos e as divergências quanto as escolhas dos objetivos imediatos e finais e das estratégias a serem seguidas.

Estas metamorfoses apresentaram-se também na organização dos partidos políticos, como veremos adiante. Por ora o importante é compreender que o protagonismo da classe trabalhadora na construção deste projeto de sociedade alternativo pressupõe que estes partidos, alocados no campo da esquerda, como representantes de interesses desta classe, mantenham relação com as suas demais formas de organização, como sindicatos e movimentos sociais.

Frente ao exposto, nosso estudo segue a trilha dos autores que argumentam em favor do uso dos termos na atualidade. Na contramão das análises que afirmavam a exaustão da classificação ideológica dos partidos políticos devido a tendência centrípeta, compreendemos que, o contexto em que Sader (2012, p. 83) observa "o novo ciclo de crise geral do capitalismo, iniciado em 2008"⁵⁶ expõe de forma ainda mais incisiva a polarização esquerda e

⁵⁶ Mais precisamente em 2007, como recuperamos no capítulo anterior com Carcanholo (2017).

direita, uma vez que as saídas capitalistas para a crise têm sido no sentido de impor aos governos nacionais medidas austeras que afetam drasticamente a classe trabalhadora e eliminam qualquer possibilidade de defesa da justiça social atrelada ao desenvolvimento capitalista até mesmo em países capitalistas centrais.

2.2.1 A classificação ideológica dos partidos políticos no Brasil

Em termos concretos, envolvendo os partidos existentes e sua participação na sociedade, a classificação político-partidária no espectro esquerda-direita é uma tarefa muito mais complexa do que o desafio de conceituação. Normalmente a classificação usada pela ciência política, baseia-se na categorização proposta pela escala MRG⁵⁷, a qual se limita aos programas partidários. O problema é que as proposições defendidas pelos partidos políticos nem sempre correspondem às ações concretas dos mesmos.

Além disso, no caso do Brasil, segundo Tarouco e Madeira (2013), o uso da escala, sem levar em conta as especificidades da formação social, política e econômica do país, tem sido responsável por resultados divergentes em relação a sua realidade.

⁵⁷ Segundo apontam Tarouco e Madeira "O Manifesto Research Group (MRG), vinculado ao European Consortium for Political Research (ECPR), foi lançado em 1979 com o propósito de estudar manifestos dos partidos europeus e resultou em um vasto banco de dados atualmente mantido pelo Comparative Manifesto Project (CMP), no Wissenschaftszentrum, em Berlim. O CMP reúne dados sobre posições políticas de 780 partidos em 54 países desde o pós-guerra, estimadas a partir das suas ênfases programáticas e conta com uma rede de pesquisadores associados em diversos países [...]. As ênfases programáticas são mensuradas por meio da análise de conteúdo dos manifestos dos partidos para determinar-se a proporção de texto destinada a cada uma das 56 categorias (questões) definidas pelo MRG" (2013, p. 153). Estas categorias estão agrupadas em oito tópicos: Relações exteriores, Liberdade e democracia, Sistema político, Economia, Bem-estar e qualidade de vida, Estrutura da sociedade e Grupos sociais. Para compor a escala esquerda-direita o MRG selecionou algumas das 56 categorias e dispôs da seguinte maneira: a) no campo da direita: Forças armadas (+), Liberdade e direitos humanos, Constitucionalismo (+), Autoridade política, Livre iniciativa, Incentivos, Protecionismo (-), Ortodoxia econômica, Limitação do Welfare State, Nacionalismo, Moralidade tradicional (+), Lei e ordem e, Harmonia social; e, no campo da esquerda: Anti-imperialismo, Forças armadas (-), Paz, Internacionalismo (+), Democracia, Regulação mercado, Planejamento econômico, Protecionismo (+), Economia controlada, Nacionalização, Expansão do Welfare State, Expansão educação e, Classes trabalhadoras (+). A partir disso, segundo os autores, "A posição de um partido na escala esquerda-direita seria dada pela diferença entre a proporção de texto nos programas dedicada a categorias de direita e a proporção dedicada a categorias de esquerda. Assim, valores negativos [-] representam posições de esquerda e valores positivos [+] representam posições de direita. Um caso hipotético em que um manifesto inteiro fosse dedicado a categorias de esquerda teria o valor de -100; por outro lado, um documento cujo texto contivesse apenas categorias de direita teria o valor de +100 na escala" (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 155).

Soma-se a isto, a maioria dos trabalhos atuais que versam sobre o tema mostram-se pessimistas quanto à ideologia dos partidos no Brasil (DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012). Conforme Tarouco e Madeira (2015),

A alta fragmentação do sistema partidário brasileiro, a heterogeneidade das coligações e o personalismo na escolha eleitoral são alguns dos fatores que têm sido mobilizados para sustentar o argumento de que os partidos políticos brasileiros em geral não têm ideologia definida, sendo, com poucas exceções, meras organizações eleitorais inconsistentes do ponto de vista programático (TAROUCO; MADEIRA, 2015, p. 25).

Tendo em vista a realidade brasileira e a dificuldade de aplicação da escala MRG, os autores propõem "chegar a uma combinação alternativa de categorias e a uma escala específica, com sustentação conceitual e histórica, que possa ser confrontada com as posições habitualmente atribuídas aos partidos políticos brasileiros" (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 159).⁵⁸ Entretanto, os próprios autores reconhecem a necessidade de aprofundamento da proposta, que por ser ainda bastante embrionária deixa escapar muitos partidos políticos, além de apresentar divergências em relação a outros estudos que se baseiam no comportamento e não nos programas como fizeram os autores.

Além dos autores, outros esforços têm sido feitos no campo da classificação ideológica político-partidária no Brasil (ZUCCO, 2009; DIAS, MENEZES, FERREIRA, 2012, dentre outros). Entretanto, como afirmam Tarouco e Madeira (2013, p. 150) "os conteúdos das definições de esquerda e de direita, além de terem variado imensamente ao longo da história, também variam conforme a perspectiva teórica, o contexto cultural e as concepções normativas dos analistas". Fatores que dificultam ainda mais a classificação dos partidos políticos em termos práticos.

No mais, os estudos aplicam metodologias diversificadas que longe de servirem para complementação de dados, em alguns casos acabam por demonstrar ainda mais divergências em relação à classificação dos partidos políticos brasileiros. Paralelo a esta dificuldade, notamos ainda que a maioria dos estudos atém-se aos partidos de maior expressividade

⁵⁸ Os autores, ao indicar a metodologia que usaram afirmam: "[...] elaboramos uma escala alternativa àquela proposta pelo MRG e assim, chegamos às seguintes categorias: (i) como categorias indicativas de posicionamento à esquerda: regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do Welfare State e referências positivas à classe trabalhadora; (ii) como categorias indicativas de posicionamento à direita: menções positivas às forças armadas, livre iniciativa, incentivos, ortodoxia econômica, limitação do Welfare State e referências favoráveis à classe média e grupos profissionais (para contrastar com as referências à classe operária) [...] A nova escala é feita da mesma forma que a escala do MRG (adaptando apenas as categorias que compõem esquerda e direita) e subtraindo a proporção de texto dos documentos dedicada a categorias de esquerda do total da proporção de texto dedicada a categorias de direita" (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 159-160).

nacional, de maneira que não encontramos na ciência política estudos que abrangessem a totalidade das agremiações políticas.

Portanto, a dificuldade de classificação decorre de múltiplos fatores: 1) diferenças conceituais sobre esquerda e direita; 2) pluralidade de instrumentos metodológicos; 3) uso de diferentes escalas; 4) número significativo de partidos (35, conforme o Quadro 1) registrados no país atualmente⁵⁹, dos quais, muitos sequer foram objetos de classificação.

Quadro 1 Partidos políticos brasileiros registrados no TSE

	SIGLA	NOME
1	MDB ¹	Movimento Democrático Brasileiro
2	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
3	PDT	Partido Democrático Trabalhista
4	PT	Partido Dos Trabalhadores
5	DEM	Democratas
6	PCdoB	Partido Comunista Do Brasil
7	PSB	Partido Socialista Brasileiro
8	PSDB	Partido Da Social Democracia Brasileira
9	PTC	Partido Trabalhista Cristão
10	PSC	Partido Social Cristão
11	PMN	Partido Da Mobilização Nacional
12	PRP	Partido Republicano Progressista
13	PPS	Partido Popular Socialista
14	PV	Partido Verde
15	AVANTE ²	Avante
16	PP ³	Partido Progressista
17	PSTU	Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificado
18	PCB	Partido Comunista Brasileiro
19	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
20	PHS	Partido Humanista Da Solidariedade
21	DC ⁴	Partido Social Democrata Cristão
22	PCO	Partido Da Causa Operária
23	PODE ⁵	Podemos
24	PSL	Partido Social Liberal
25	PRB	Partido Republicano Brasileiro
26	PSOL	Partido Socialismo E Liberdade
27	PR	Partido Da República
28	PSD	Partido Social Democrático
29	PPL	Partido Pátria Livre
30	PATRI ⁶	Patriota
31	PROS	Partido Republicano Da Ordem Social
32	SD	Solidariedade
33	NOVO	Partido Novo
34	REDE	Rede Sustentabilidade
35	PMB	Partido Da Mulher Brasileira

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 9 Jun. 2018.

⁵⁹ A pesquisa considerou os partidos registrados no TSE em 29 jul. 2016. Cabe ressaltar que a lista do TSE poderá sofrer alterações visto que em 21 set. 2016, quando realizamos a pesquisa, existiam 45 partidos políticos em formação no Brasil e, em 9 jun. 2018, quando fomos atualizar os dados, este número havia saltado para 74. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/criacao-de-partido/partidos-em-formacao>>. Acesso em 09 jun 2018.

Nota: Mantivemos a ordenação do TSE, que baseada no ano de registro dos partidos, apresenta os partidos do mais antigo ao mais recente. Alguns partidos passaram por mudanças em suas nomenclaturas e/ou siglas, em 2017 ou no ano corrente. Nestes casos a classificação dos autores refere-se aos dados antigos, conforme observações abaixo, baseadas nas informações do TSE.

¹ Corresponde ao Partido Do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

² Corresponde ao Partido Trabalhista Do Brasil (PTdoB).

³ Sobre o PP cabe tomar emprestada a nota de Carreirão e Nascimento (2010, p. 83): "O atual Partido Progressista (PP) é o nome de uma organização partidária que vem mudando de sigla (eventualmente com a incorporação ou fusão de outras legendas) e cuja origem é o Partido Democrático Social (PDS), surgido em 1980 como sucessor da antiga ARENA. Em 1993, o PDS incorporou o Partido Demócrata Cristão, mudando seu nome para Partido Progressista Reformador (PPR), que participou do pleito de 1994. Com a incorporação do Partido Progressista (PP), em 1995, surge o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Em 2003, o PPB muda para PP. Embora em diferentes eleições a sigla tenha sido diferente, a referência aqui será sempre à sigla PP."

⁴ Corresponde ao Partido Social Democrata Cristão (PSDC);

⁵ Corresponde ao Partido Trabalhista Nacional (PTN).

⁶ Corresponde ao Partido Ecológico Nacional (PEN).

Nos Quadros 2a e 2b reproduzimos a compilação realizada por Tarouco e Madeira (2015), contendo a classificação dos partidos adotada pelos autores: Coppedge (1997), Power e Zucco (2011), Mainwaring et al. (2000), Wiesehomeier e Benoit (2007), Survey ABCP (2010) e Tarouco e Madeira (2013). No Quadro 2c complementamos a compilação, inserindo a classificação adotada por: Zucco (2009), Carreirão e Nascimento (2010), Dias, Menezes e Ferreira (2012) e Speck, Braga e Costa (2015).⁶⁰

Quadro 2a Classificações dos partidos políticos brasileiros

Nº	Autor	A	B	C
		Coppedge, 1997 ^a	Power e Zucco, 2011 ^b	Mainwaring et al., 2000 ^c
	Método/Partido	Compilação de avaliações de outros analistas	Entrevistas com parlamentares	Votações no Congresso e survey com parlamentares
1	MDB	SC	5,9	-
2	PTB	SCR	6,5	CD
3	PDT	SLC	4,0	-
4	PT	SL	3,6	-
5	DEM ¹	SR	7,8	D
6	PCdoB	SL	2,6	-
7	PSB	SL	3,7	-
8	PSDB	SCL	5,8	-
9	PTC ²	P	-	D
10	PSC	XC	-	CD
11	PMN	U	-	CD
12	PRP	U	-	-
13	PPS ³	SL	4,8	-
14	PV	O	4,5	-

⁶⁰ Em todos os Quadros 2 (a,b e c) realizamos ajustes na padronização seguindo as informações do Quadro 1. Assim, é importante frisar que as siglas partidárias correspondem à lista de partidos disponibilizada pelo TSE e que foram desconsideradas legendas que apareceram em alguns autores, mas que não constam na lista atual do TSE.

Cont.

Autor	A	B	C
	Coppedge, 1997a	Power e Zucco, 2011b	Mainwaring et al., 2000c
AVANTE	U	-	-
PP ⁴	SR/SCR	7,6/-	D/CD
PSTU	-	-	-
PCB	-	-	-
PRTB	-	-	-
PHS	-	-	-
DC ⁵	SCR	-	CD
PCO	-	-	-
PODE	-	-	-
PSL	-	-	CD
PRB	-	-	-
PSOL	-	1,6	-
PR	-	6,9	-
PSD	SR	-	D
PPL	-	-	-
PATRI	-	-	-
PROS	-	-	-
SD	-	-	-
NOVO	-	-	-
REDE	-	-	-
PMB	-	-	-

Fonte: Tarouco e Madeira (2015), com ajustes conforme dados atuais do TSE. Mantém observações do Quadro1.

^aXC = Partidos cristãos de centro; SR = Partidos seculares de direita; SCR = Partidos seculares de centro-direita; SC = Partidos seculares de centro; SCL = Partidos seculares de centro-esquerda; SL = Partidos seculares de esquerda; P = Partidos personalistas; O = Outros; U = Desconhecido.

^bMédia calculada a partir dos dados disponibilizados. Escala 1 (esquerda) a 10 (direita).

^cC = Centro; D = direita; CD = Centro-direita.

¹Na compilação realizada por Tarouco e Madeira (2015) consta como PFL/DEM.

²Na compilação realizada por Tarouco e Madeira (2015) consta como PJ/PRN/PTC.

³Na compilação realizada por Tarouco e Madeira (2015) consta como PCB/PPS. Preferimos seguir com a classificação dos autores na sigla PPS para não incorrer no equívoco da classificação do PCB.

⁴Na compilação realizada por Tarouco e Madeira (2015) constam dois campos que trazem a sigla. O primeiro como PDS..PP e o segundo como PTR/PP. Preferimos, neste caso, manter as classificações dos autores lado a lado, correspondendo, respectivamente, a PDS...PP e PTR/PP.

⁵Na compilação realizada por Tarouco e Madeira (2015) consta como PDC/PSDC.

Quadro 2b Classificações dos partidos políticos brasileiros

Nº	Autor	D	E	F
		Wiesehomeier e Benoit, 2007 ^d	Survey ABCP, 2010 ^e	Tarouco e Madeira, 2013 ^f
	Método/ Partido*	Survey experts	Survey experts	Análise de conteúdo dos manifestos
1	MDB	11,50	4,2	-1,20
2	PTB	13,60	5,0	-20,20
3	PDT	8,38	3,3	-12,00
4	PT	6,37	2,9	-13,80
5	DEM ¹	17,33	6,2	6,00
6	PCdoB	4,96	2,3	-

Cont.

	Autor	D	E	F
		Wiesehomeier e Benoit, 2007d	Survey ABCP, 2010e	Tarouco e Madeira, 2013f
7	PSB	7,50	3,0	-
8	PSDB	13,46	4,6	6,50
9	PTC ²	-	-	-
10	PSC	15,62	5,2	-
11	PMN	-	-	-
12	PRP	-	-	-
13	PPS ³	10,38	4,0	-
14	PV	7,36	3,5	-
15	AVANTE	-	-	-
16	PP ⁴	16,78/-	6,0/-	-5,20/-
17	PSTU	-	-	-
18	PCB	-	-	-
19	PRTB	-	-	-
20	PHS	-	-	-
21	DC ⁵	-	-	-
22	PCO	-	-	-
23	PODE	-	-	-
24	PSL	-	-	-
25	PRB	-	-	-
26	PSOL	2,95	1,4	-
27	PR	-	-	-
28	PSD	-	-	-
29	PPL	-	-	-
30	PATRI	-	-	-
31	PROS	-	-	-
32	SD	-	-	-
33	NOVO	-	-	-
34	REDE	-	-	-
35	PMB	-	-	-

Fonte e notas de 1 a 5 conforme o Quadro 2a. Mantém observações do Quadro1.

^d Escala de 1 (esquerda) a 20 (direita).

^e Escala de 1 (esquerda) a 7 (direita).

^f Escala de -100 (esquerda) a + 100 (direita). Utilizadas as medidas relativas aos programas mais recentes.

Quadro 2c Classificações dos partidos políticos brasileiros

Nº	Autor	G	H	I	J
		Carreirão e Nascimento, 2010 ^g	Zucco Jr., 2009 ^h	Speck, Braga e Costa, 2015 ⁱ	Dias, Menezes e Ferreira, 2012 ^j
	Método/ Partido*	Pesquisadores	Survey parlamentares incorporando dados da PLIO 2009	Não Declarado	Análise de Projetos de Lei de lideranças Partidárias
1	MDB	C	C	C	C
2	PTB	D	D	D	C
3	PDT	E	E	E	CE

Cont.

Nº	Autor	G	H	I	J
		Carreirão e Nascimento, 2010 ^g	Zucco Jr., 2009 ^h	Speck, Braga e Costa, 2015 ⁱ	Dias, Menezes e Ferreira, 2012 ^j
	Método/ Partido*	Pesquisadores	Survey parlamentares incorporando dados da PLIO 2009	Não Declarado	Análise de Projetos de Lei de lideranças Partidárias
4	PT	E	E	E	CE
5	DEM ¹	D	D	D	C
6	PCdoB	E	E	E	CE
7	PSB	E	E	E	CE
8	PSDB	C	C	C	C
9	PTC	D	-	D	-
10	PSC	D	-	D	-
11	PMN	E	-	D	-
12	PRP	D	-	D	-
13	PPS ²	E	E	E	D
14	PV	E	E	E	-
15	AVANTE	D	-	-	-
16	PP ³	D	D	D	-
17	PSTU	E	-	E	-
18	PCB	E	-	E	-
19	PRTB ⁴	D	-	D	-
20	PHS	E	-	D	-
21	DC	D	-	D	-
22	PCO	E	-	E	-
23	PODE	D	-	D	-
24	PSL	D	-	D	-
25	PRB	D	-	D	-
26	PSOL	E	E	E	-
27	PR	-	D	D	-
28	PSD	D	-	D	-
29	PPL	-	-	D	-
30	PATRI	-	-	D	-
31	PROS	-	-	D	-
32	SD	-	-	D	-
33	NOVO	-	-	-	-
34	REDE	-	-	-	-
35	PMB	D	-	-	-

Fonte: elaboração própria. Mantém observações do Quadro1.

^gClassificação esquerda-centro-direita."Esta classificação foi formulada no âmbito de um workshop organizado pela pesquisadora Silvana Krause (UFG) e patrocinado pela Fundação Konrad-Adenauer, que tinha como um dos objetivos justamente uma padronização da classificação a ser utilizada pelos diversos pesquisadores envolvidos na elaboração de análises para a publicação de um livro sobre coligações no Brasil." (CARREIRÃO; NASCIMENTO, 2010, rodapé n. 6, p. 80).

^hMétodo desenvolvido por Power e Zucco (2009). Escala 1 (esquerda) a 10 (direita). Classificação esquerda-centro-direita a partir de Zucco (2009).

ⁱClassificação esquerda-centro-direita.

^jEscala de cinco pontos: esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. O cálculo sobre o posicionamento de cada partido na escala levou em consideração um critério de pontuação baseado na incidência relativa de projetos contendo valores de esquerda e/ou direita. Foram analisados os projetos de Lei apresentados à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS) durante a 51ª Legislatura. Neste sentido, dado o caráter experimental da metodologia e a natureza exploratória do estudo, a realização de pesquisas a partir de outras realidades pode apresentar diferenças regionais.

¹Em Carreirão e Nascimento (2010), apenas PFL.

²Zucco (2009) e Dias, Menezes e Ferreira (2012) consideram o PPS, mas expõe o partido como ex-PCB. Preferimos seguir com a classificação dos autores na sigla PPS para não incorrer no equívoco da classificação do PCB.

³No quadro disponível em Carreirão e Nascimento (2010) existem duas siglas PP, uma corresponde à Partido Populista e outra à Partido Progressista. Ambos partidos são situados à direita do espectro político. Em nosso quadro tomamos apenas a classificação relativa ao segundo partido, uma vez que o primeiro não consta na relação atual do TSE.

⁴No quadro disponível em Carreirão e Nascimento (2010) a sigla é PTRB (Partido Trabalhista Renovador Brasileiro). Acreditamos tratar-se apenas de uma inversão na ordenação da denominação dos partidos, uma vez que no TSE consta o registro da sigla PRTB para Partido Renovador Trabalhista Brasileiro.

Como os autores utilizaram diferentes métodos ou valores para realizar a classificação, chegando em alguns casos a classificações divergentes, elaboramos o Quadro 3 com a classificação dos partidos de esquerda e centro-esquerda para não incorrer no equívoco de excluir algum partido do campo da esquerda de forma arbitrária. Assim, compilamos todos os partidos que foram classificados desta forma por pelo menos um autor. Chegamos a um número de dezesseis (16) partidos listados no campo da esquerda em sentido amplo (centro-esquerda e esquerda), conforme o Quadro 3.

Quadro 3 Classificação dos partidos políticos brasileiros de esquerda e centro-esquerda

	Autor/ Partido	A ¹	B ²	D ⁴	E ⁵	F ⁶	G ⁷	H ⁸	I ⁹	J ¹⁰
Nº	Partido									
1	MDB	-	-	-	-	-1,20	-	-	-	-
2	PTB	-	-	-	-	-20,20	-	-	-	-
3	PDT	-	4,0	8,38	3,3	-12,00	E	E	E	CE
4	PT	SL	3,6	6,37	2,9	-13,80	E	E	E	CE
6	PCdoB	SL	2,6	4,96	-	-	E	E	E	CE
7	PSB	SL	3,7	7,50	3,0	-	E	E	E	CE
8	PSDB	SCL	-	-	-	-	-	-	-	-
11	PMN	-	-	-	-	-	E	-	-	-
13	PPS	SL	4,8	-	-	-	E	E	E	-
14	PV	-	4,5	7,36	3,5	-	E	E	E	-
16	PP	-	-	-	-	-5,20/-	-	-	-	-
17	PSTU	-	-	-	-	-	E	-	E	-
18	PCB	-	-	-	-	-	E	-	E	-
20	PHS	-	-	-	-	-	E	-	-	-
22	PCO	-	-	-	-	-	E	-	E	-
26	PSOL	-	1,6	2,95	1,4	-	E	E	E	-

Fonte: elaboração própria. Notas conforme os Quadros 2 (a, b, c).

Nota: Foram excluídos do quadro os partidos que não apresentaram nenhuma classificação de esquerda ou centro-esquerda, bem como o autor C³ (Mainwaring et al., 2000), por se ater aos partidos de centro, centro-direita e direita. Mantivemos a mesma apresentação dos partidos e dos autores, respectivamente, por números e letras, para facilitar a identificação com os Quadros 1 e 2.

¹Foram considerados os partidos classificados como SL = Partidos seculares de esquerda e SCL = Partidos seculares de centro-esquerda.

²Escala 1 (esquerda) a 10 (direita). Foram considerados os partidos que apresentaram nº menor ou igual a média aritmética simples: ≤5.

⁴Escala de 1 (esquerda) a 20 (direita). Foram considerados os partidos que apresentaram nº menor ou igual a média aritmética simples: ≤10.

⁵Escala de 1 (esquerda) a 7 (direita). Foram considerados os partidos que apresentaram n° menor ou igual a média aritmética simples: $\leq 3,5$.

⁶Escala de -100 (esquerda) a + 100 (direita). Foram considerados os partidos que apresentaram índices antecedidos pelo sinal de negativo: -.

⁷Escala de três pontos. Foram considerados os partidos classificados como E = esquerda.

⁸Escala de três pontos. Foram considerados os partidos classificados como E = esquerda.

⁹Escala de três pontos. Foram considerados os partidos classificados como E = esquerda.

¹⁰Escala de cinco pontos. Foram considerados os partidos classificados como E = esquerda e CE = Centro-esquerda.

Todos estes trabalhos ilustram bem a dificuldade de encontrarmos uma delimitação atual, consensual e completa sobre a classificação ideológica dos partidos de esquerda no Brasil. Ao mesmo tempo, deixam claro que a ideologia ainda constitui uma categoria fundamental para a classificação dos partidos, mesmo no campo da ciência política.

Encontramos nas análises de Sader (1995) e de Silva (2008), elementos que contribuirão para nosso estudo, uma vez que recuperam a trajetória histórica dos partidos de esquerda no Brasil até a formação do Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, apresentam como limitação o período histórico, que não comporta o destacado para nossa pesquisa, a partir de 2008. E não trazem, por exemplo, as cisões que ocorreram no interior do PT responsáveis por criar novos partidos políticos de esquerda. Cabe-nos, portanto, o desafio de avançar esta delimitação dos partidos de esquerda no Brasil, no contexto mais atual, para tanto buscamos aporte em Reis (2007) e Mattos (2009).

Considerada a observação de Kosik (1976) de que “[...] cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem é parte de um todo, e precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado” (p. 25), acreditamos que as especificidades da realidade brasileira só podem ser percebidas quando inseridas no movimento histórico geral.

A análise a partir de uma compreensão da totalidade revela-se um instrumental metodológico singular que permite romper o que o autor chama de pseudoconcreticidade, ou seja, as formas aparentais, imediatas, de como o fenômeno se apresenta, que podem camuflar os aspectos essenciais do mesmo. Assim uma análise com base na perspectiva da totalidade busca conhecer o caráter histórico do objeto de estudo, ou seja, o lugar que ocupa na totalidade social.

A abstração seguida do movimento de retorno à realidade concreta conduz a superação dos aspectos universalistas para encontrar nas particularidades elementos para desvelar esta

realidade. Neste movimento dialético de interação entre a parte e o todo e vice-versa encontra-se a chave para romper com a pseudoconcreticidade, “[...] justamente porque o real é um todo estruturado que se desenvolve e se cria, o conhecimento de fatos ou conjunto de fatos da realidade vem a ser conhecimento do lugar que eles ocupam na totalidade do próprio real” (KOSIK, 1976, 41).

É neste sentido, que seguimos a fim de encontrar pistas sobre as nuances que acompanharam o desenvolvimento do movimento socialista mundial, conformando a esquerda anticapitalista.

2.3 A DELIMITAÇÃO DA ESQUERDA NO CAPITALISMO A PARTIR DE UMA ANÁLISE MARXISTA

Se tomarmos por pressuposto que a esquerda é composta por aqueles que defendem o socialismo e ao mesmo tempo fizermos um *tour* pela história perceberemos que a ideia do socialismo já estava presente em diferentes grupos que assim se denominavam, conforme mostra Engels ([1878], 2001).

Afirma Carone (1995):

O pensamento socialista apresenta similitudes e diferenças no seu processo geral. Entende-se por socialismo as mais diversas formas de pensamento, que variam entre a defesa de valores particularistas e outras, universalizantes; umas reformistas, outras revolucionárias; uma católica, outras atéias (CARONE, 1995, p. 37).

Hunt e Sherman (1982) esclarecem que, em termos teóricos, as primeiras doutrinas socialistas são herdeiras da combinação da ideia liberal de igualdade de todos e a ideia de solidariedade fundamentada no paternalismo cristão, no qual os homens como irmãos devem se manter mutuamente. Os autores afirmam: “ao incorporar os ideais igualitários do liberalismo clássico, a ética tradicional cristã converteu-se numa ética utópica, proporcionando elementos para a crítica à sociedade” (idem, p. 81). Sem estes ideais igualitários, segundo os autores, esta ética cristã era um instrumento ideológico que servia para mistificar as desigualdades sociais, conferia naturalidade à hierarquia de classes tanto na Idade Média quanto no próprio capitalismo, sobretudo entre finais do século XIX e durante o século XX.

De fato, do ponto de vista teórico, o surgimento do socialismo é de longa data, como mostra Engels (2001). O autor, na obra intitulada *Anti-Dühring*, ao realizar um estudo crítico sobre a nova doutrina socialista elaborada por Dühring, afirma que datam dos séculos XVI e XVII as primeiras descrições utópicas de sociedades ideais e, do século XVIII, teorias já com teor comunista.

No seu desenvolvimento teórico, segundo Engels (2001), o socialismo incorporou princípios proclamados pelos racionalistas franceses do século XVIII. Segundo o autor,

Os grandes homens, que prepararam, na França, os espíritos para a revolução, que haveria de desencadear-se, já adotavam atitude resolutamente revolucionária. Não reconheciam nenhuma autoridade exterior. A religião, a observação da natureza, a propriedade, a ordem pública, tudo era submetido a mais desapiedada crítica [...]. Todas as formas anteriores de sociedade e de Estado, todas as idéias tradicionais, foram postas à margem como contrárias à razão, o mundo, até então, governara-se por puros preconceitos; o passado merecia apenas comiseração e desprezo. O mundo, até então, havia estado envolto em trevas; para o futuro, a supertição, a injustiça, o privilégio e a opressão seriam substituídos pela verdade eterna, pela eterna justiça, pela igualdade baseada na natureza e por todos os direitos inalienáveis do homem (ENGELS, 2001, p. 9).

Nota-se a partir desta longa citação, que a Revolução Francesa não deve ser vista de forma isolada dos acontecimentos que a antecederam, mas como corolário de uma época de questionamentos à sociedade medieval, já propagados pelos ideais iluministas.

Os pensadores iluministas defendiam uma sociedade baseada na racionalidade e por isso teciam críticas severas à religião, pois acreditavam que os homens deveriam buscar respostas às suas questões no próprio desenvolvimento da sociedade. O que de certa forma, contribuiu para desnudar os privilégios da nobreza e do clero.

Os ideais iluministas foram incorporados por diferentes forças sociais que viam os alicerces da sociedade medieval ou como impeditivos para seu desenvolvimento ou como cerne das mazelas sociais.

Estes ideais foram de grande proveito para os burgueses que insatisfeitos com o pagamento de altos impostos e com a participação política limitada configuraram-se como principais forças de oposição ao despotismo do rei.

A Revolução Francesa - cujo lema foi liberdade, igualdade e fraternidade - encontrou sustentação em todas as classes oprimidas que acreditavam que uma sociedade justa deveria ser pautada em direitos iguais a todos, ou seja, isenta de privilégios sociais. Este movimento liderado pela burguesia arrastou com ela os trabalhadores do campo e da cidade que também

eram oprimidos com o fim de lutar contra os privilégios das classes dominantes daquela época, nobreza e clero.

Nota-se a partir de Engels (2001), que em Saint-Simon⁶¹, um dos pioneiros do socialismo utópico,

o antagonismo entre Terceiro Estado e os setores privilegiados da sociedade tomou a forma de um antagonismo entre "trabalhadores" e "homens ociosos". Os ociosos eram não só os antigos privilegiados, mas também os que viviam de suas rendas, sem interferir na produção nem no comércio. No conceito de trabalhadores não entravam somente os operários assalariados, mas também os industriais, os comerciantes e os banqueiros (ENGELS, 2001, p. 148).

Para Engels (2001), a afirmação da Revolução Francesa como expressão da luta de classe entre nobreza, burguesia e desprotegidos, por parte dos socialistas utópicos nos primeiros anos do século XIX, já fora uma descoberta impressionante para aquele contexto histórico. Basta lembrar que se tratava de um período em que, conforme o autor, os elementos da velha sociedade feudal ainda não tinham desaparecido/metamorfoseado completamente e os elementos da nova sociedade capitalista ainda não estavam totalmente conformados, o próprio operariado ainda era uma força social bastante incipiente.

Conforme Engels (2001, p. 9),

ao lado do antagonismo entre nobreza feudal e a burguesia, mantinha-se o antagonismo geral entre os exploradores e os explorados, entre os ricos ociosos e os pobres, criadores da riqueza. E foi precisamente este fato que permitiu aos representantes da burguesia apresentarem-se como representantes, não de uma classe determinada, mas de toda a humanidade sofredora.

Em outras palavras, a Revolução Francesa demarca uma série de eventos imbricados, que impediam a percepção da diferença entre a situação da burguesia e de outros segmentos mais

⁶¹ Simon divide com Owen e Fourier os créditos do pioneirismo do socialismo, que ficou conhecido como utópico. Percebe-se a partir de Engels, que nos três socialistas as críticas ao sistema capitalista não alcançaram o cerne central da lógica de acumulação, de forma que as propostas apesar de inovadoras em muitos aspectos não conseguiam romper com o reformismo, como forma de suprimir os excessos do novo sistema em prol de ampliar as medidas que visavam melhorar a vida de todos, isto é, em uma espécie de cooperação de classes. Segundo Engels (2001), Saint-Simon (1760-1825) compreendia a sociedade dividida entre trabalhadores (entendidos como produtores) e ociosos. Defendia uma sociedade ideal governada pela ciência e a indústria, cujas personificações seriam “sábios acadêmicos” e “burgueses ativos” (fabricantes, comerciantes e banqueiros), respectivamente. Defendia que a oposição entre industriais e operários deveria ser modificada para tornar-se mais harmoniosa, entretanto, os burgueses transformados em funcionários públicos conservariam, na visão de Simon, uma posição privilegiada em relação aos operários. Apesar disso, com este socialista aparecem as primeiras proposições de uma “futura transformação do governo político sobre os homens numa gestão administrativa sobre as coisas e no governo direto sobre os processos de produção que não é nem mais nem menos, do que a idéia da abolição do Estado” (ENGELS, 2001, p. 149). Segundo Miriam Zaar (2013), Simon acreditava que os trabalhadores deveriam dedicar-se às atividades com as quais se identificasse mais, defendia a educação geral e especializada para os trabalhadores e apostava no associativismo como forma de impulsionar o bem-estar e contribuir para o fim da exploração humana.

oprimidos da classe trabalhadora. O que permitiu à burguesia na luta contra a nobreza apresentar-se como representante não apenas de seus próprios interesses, mas também das demais classes trabalhadoras daquele contexto, a saber, artesãos e camponeses (ENGELS, 2001).

Estes esclarecimentos facilitam entender porque no Contexto da Assembleia Constituinte francesa (1789-1792), a burguesia posicionou-se à esquerda do rei, como vimos no início deste capítulo. Esta posição foi em defesa de seus próprios interesses de classe, mas ao mesmo tempo como representante dos camponeses e artesãos, que assim como essa, sofriam com o Estado Absolutista que sustentava os privilégios da nobreza e do clero.

A burguesia representava a esquerda, que neste contexto, tinha o sentido de uma luta contra o conservadorismo, entendido como valores-práticas medievais que sustentavam os privilégios de classe do clero e da nobreza. De forma, que a luta progressista no seu sentido político, significava a partilha do poder entre os cidadãos e no âmbito social relacionava-se às ideias de igualdade de todos e liberdade individual de expressar-se, conforme ficou registrado na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

Entretanto, como mostra Engels (2001), a história não tardou em demonstrar, que do ponto de vista concreto

A revolução francesa foi a vitória do Terceiro Estado, isto é, da grande massa da nação a cujo cargo estavam a produção e o comércio, sobre os fundamentos, até então ociosos e privilegiados, da sociedade: a nobreza [Segundo Estado] e o clero [Primeiro Estado]. Mas, de repente, verificou-se que a vitória do Terceiro Estado [burguesia, camponeses e artesãos] não era senão a vitória de uma parte muito pequena dele, a conquista do poder político pelo setor socialmente privilegiado dessa classe: a burguesia abastada (ENGELS, 2001, p. 148).

Disto percebe-se a partir de Engels (2001) que os sentidos do processo de conformação do Estado Democrático de Direito moderno, saldo da Revolução Francesa, não deve ser esvaziado das contradições da luta de classes na dinâmica da acumulação de capital, ao contrário seus limites e potencialidades só podem ser observados como expressão desta.

Como mostram Marx e Engels (2010) é preciso compreender que

[...] a burguesia moderna é ela mesma o produto de um longo processo, moldado por uma série de transformações nas formas de produção e circulação.

Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente. Segmento social oprimido sob a dominação dos senhores feudais; organizado em associação armada autogerida na comuna; aqui república urbana independente, ali terceiro estado sujeito aos impostos da monarquia; ou, mais tarde, no período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta geral, principal fundamento da grande monarquia - com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial a burguesia conquistou, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno (MARX, ENGELS, 2010, p. 87).

É interessante notar, por exemplo, que em 1799, dez anos após o início da revolução Francesa, na França, os trabalhadores ainda buscavam a consolidação dos anseios de liberdade e igualdade que acompanharam este processo, enquanto na Inglaterra, no mesmo ano amargavam o dissabor de uma legislação que criminalizava suas organizações. Segundo Hunt e Sherman (1782), durante os anos de 1790, a Inglaterra foi palco da proliferação de organizações sindicais (*trade unions*) dos trabalhadores, o que levou a uma reação das classes dominantes que temia a união da classe operária. Conforme os autores, este temor inspirou a promulgação da Lei das Associações (*Combination Act*) que considerava ilegal qualquer associação de trabalhadores que buscasse a redução da carga horária de trabalho, o aumento dos salários e até mesmo qualquer regulamentação no sentido de restringir as ações dos empregadores.

Com isso queremos sublinhar, que da mesma forma que o desenvolvimento histórico que culminou na dominação de classe da burguesia na modernidade foi um processo lento que ocorreu de forma desigual nos diferentes países, também o foi a conformação da classe trabalhadora moderna (MARX, ENGELS, 2010; ENGELS, 2001).

Apenas a título de exemplificação, tomamos emprestado de Carone (1995) estas linhas:

A partir de 1870 – fim do Reinado repressivo de Napoleão III e o momento que antecede o massacre da Comuna de Paris –, temos o início de um renascer lento e contínuo da classe operária francesa, visto, naquela hora como modelo para o proletariado de outros países. Em 1872, a primeira União Sindical é fundada: ela se compõe de elementos moderados. Em 1876, os moderados organizam o Congresso Nacional Operário, em Paris. Em 1878, temos uma candidatura trabalhista para a câmara municipal [...]. [Em 1879] Auguste Blanqui é eleito deputado por Bordeaux; também é decretada a anistia dos presos políticos. Em 1879 há outro acontecimento fundamental: o nascimento do Partido Operário em França ou, como é chamado, do partido guedista (Jules Guesde e Paul Lafargue); dele fazem parte socialistas e anarquistas, os últimos se retirando da agremiação no ano seguinte. Afinal, a lei de 1884 dá existência legal aos sindicatos e permite seu posterior crescimento extraordinário (CARONE, 1995, p. 9).

Se na França, precursora do movimento político na Europa, levou cerca de cem anos para o surgimento de um partido de caráter operário, nos outros países ainda mais. Novamente nos respaldamos em Carone (1995) para indicar:

Na Alemanha, em 1864, Lassale organiza a primeira associação de classe, seguida pela dos marxistas (de 1869). A partir de 1888 [...] é que a social-democracia alemã deslança. Na Itália [...] a corrente moderna do socialismo se consolida após 1882. Temos, então, o Partido Operário Italiano, defensor de um partido político independente. Anos depois, em 1981, nasce o Partido Socialista [...]. É em 1888 que surge, na Espanha, o Partido Socialista espanhol e, dez anos mais tarde, a social-democracia russa (CARONE, 1995, p. 10).

O autor ainda mostra que em termos da estruturação partidária, as diferenças entre os países são bem significativas: federativa na França, mais centralizada na Alemanha, regional na Espanha e Itália, pequenas unidades na Rússia. Ainda assim, segundo Carone (1995), as contribuições ideológicas são atribuídas, mesmo nos casos divergentes e conflitantes, ao socialismo.

Os exemplos servem para demonstrar que apenas com base neste entendimento, da processualidade lenta e desigual da organização da classe trabalhadora, é possível perceber a mudança no conteúdo da esquerda, que passou a se processar a partir do século XIX. Segundo Carone (1995) a trajetória do movimento operário europeu “apresenta unidade na sua formação ideológica e na organizatória” (idem, p. 9) apenas a partir de 1870 e só em 1914, com as decisões sobre a I Guerra Mundial o campo socialista terá delimitações mais claras.

Não é de se estranhar, por exemplo, que mesmo em meados do século XIX - contexto em que Marx e Engels (2010) analisavam as relações sociais que se firmavam com a sociedade moderna capitalista - existissem diferentes grupos nomeadamente socialistas, entre os quais havia inclusive grupos conservadores.

A análise dos autores sobre a produção teórico socialista e comunista, na primeira metade do século XIX, identifica três grupos socialistas que representavam forças sociais daquele contexto que de alguma forma se opunham à sociedade moderna burguesa (capitalismo) e disputavam a direção das massas.

O primeiro, denominado de *Socialismo Reacionário* pelos autores, era composto por três subgrupos distintos (*socialismo feudal*, *socialismo pequeno-burguês*, *socialismo alemão ou "verdadeiro" socialismo*), que tinham em comum a reação contrária à sociedade moderna, e, portanto, à força social que estava em ascensão, a burguesia industrial. A ação de defesa e propaganda destes subgrupos tinha em vista o restabelecimento da velha ordem feudal.

O chamado *socialismo feudal* expressava os interesses da aristocracia feudal, possuía um caráter eminentemente conservador, que tinha representantes político-partidários no Partido dos Legitimistas da França e no Partido Conservador da Inglaterra.

Já o *socialismo pequeno-burguês* era formado por um agrupamento social médio formado, naquele contexto, por pequenos burgueses e camponeses que, apesar de ocuparem uma posição social superior à do proletariado, estavam em uma condição de instabilidade, de forma que em contextos de concorrência e crise poderiam ser facilmente lançados à condição de proletariado.

Enquanto o *socialismo alemão*, conhecido naquela época como "*verdadeiro*" *socialismo*, apresentava uma interpretação que desconsiderava a condição da Alemanha, na qual os remanescentes feudais eram marcantes, posicionando-se contra os interesses da burguesia, mesmo que esta pudesse ter um sentido revolucionário para a realidade alemã naquele período histórico.

O segundo grupo identificado pelos autores como *Socialismo Conservador ou Burguês* era composto por um segmento da burguesia que acreditava ser possível suprimir as mazelas sociais produzidas com o advento da sociedade moderna, capitalista, mas de maneira a preservá-la. De forma que defendiam ações que não tocavam nas relações de produção, cerne dos conflitos sociais.

Os grupos descritos acima são abordados de forma mais simples no prefácio, escrito por Engels, à edição alemã do Manifesto do Partido Comunista de 1890. O autor esclarece que na ocasião de elaboração do Manifesto haviam dois grupos intitulados socialistas: um, de adeptos do socialismo utópico, basicamente owenistas⁶² na Inglaterra e fourieristas⁶³ na

⁶² Segundo Engels (2001), Robert Owen (1771-1858) foi um industrial que atrelava a influência social e a natureza biológica na formação do caráter humano. O mesmo considerava que as novas forças produtivas erguidas com a industrialização, os operários, eram responsáveis por criar a riqueza que tornaria possível uma nova estrutura social, na qual o trabalho estaria destinado ao bem-estar geral, "como propriedade coletiva de todos os membros da sociedade" (ENGELS, 2001, p. 151). Owen buscou colocar em prática sua concepção de sociedade baseada na cooperação entre operários e industriais, primeiro de 1800 a 1829, em uma fábrica em Manchester (importante cidade da Inglaterra, berço da Revolução Industrial) que contava com mais de 500 trabalhadores, depois com maior êxito em uma fábrica de algodão em Lew Lanark (pequena vila situada na cidade de Lanark, na Escócia). Esta chegou a comportar 2500 trabalhadores selecionados sem qualquer distinção moral para compor uma espécie de colônia, que se transformou em um modelo experimental nas mãos de Owen, que como sócio e gerente da fábrica, procurou submeter seus trabalhadores a melhores condições de vida: educação voltada para os(as) operários(as) e seus filhos (foi fundador dos jardins de infância), jornada de trabalho menos extensa (dez horas e meia enquanto nas outras fábricas estava entre treze e quatorze horas diárias), uma espécie de seguro-desemprego, dentre outras ações, cujos impactos foram notórios, como afirma Engels, alcoolismo, encarceramento, pobreza e policiamento não faziam parte da realidade nesta colônia, ao mesmo tempo, a fábrica aumentava os lucros de seus sócios. Owen, em 1823, propôs a criação de um sistema de

França, que segundo o autor já demonstram sinais de desaparecimento; e outro, ditos reformistas que desejavam minimizar as mazelas sociais, mas sem prejudicar a acumulação capitalista. Ambos os grupos buscavam apoio de classes instruídas.

Diferia destes grupos, um terceiro grupo denominado comunista, no qual proletários estavam inseridos e cuja observação da insuficiência das revoluções políticas burguesas para a promoção da igualdade levou a almejar transformações radicais (ENGELS, [1890] 2008a). Deste terceiro grupo é que surgiram as primeiras experiências concretas de cooperativas no sentido de organizar a produção e o consumo de forma comunal (ENGELS, 2001).

Este terceiro grupo abordado no item *Socialismo e o Comunismo Crítico-Utópicos* no Manifesto representava interesses do proletariado, já reconhecia o antagonismo entre burguesia e proletariado, mas dado o próprio estágio da luta de classes, propunha como caminho melhorar a condição de vida de todos, sem notar que isso favorecia interesses da classe dominante, uma vez que, buscavam atenuar a luta de classes em vez de acentuá-la, visando a conciliação de conflitos em uma sociedade fundada nos mesmos. Ao fim e ao cabo,

colônias para acabar com a miséria. A seu nome está vinculada a promulgação da primeira lei de regulamentação do trabalho feminino e infantil, a presidência do primeiro congresso que fundiu os sindicatos da Inglaterra em um e, a implantação das cooperativas de consumo e de produção. Não é à toa que segundo Engels (2001, p. 152) “todos os movimentos sociais, todos os melhoramentos reais tentados pela Inglaterra em prol da classe trabalhadora estão associados ao nome de Owen”. Segundo Zaar (2013), Owen defendia suprimir o lucro industrial e comercial e foi o pioneiro na organização concreta de cooperativas de produção e de consumo como forma de melhorar as condições de vida e de trabalho dos mais pobres. Para se ter dimensão das ações de Owen, em 1844, o mesmo iniciou seu projeto, em Rochdale (cidade próxima a Manchester, Inglaterra), na qual, a partir de vinte e oito trabalhadores e artesãos, foi criada a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale. De uma estrutura que possuía um armazém cooperativo (que visava o abastecimento de necessidades imediatas de seus sócios), a cooperativa incorporou salas de reuniões e leituras, uma biblioteca social, implantou programas para auxiliar na obtenção de moradia, na instalação de fábricas e no arrendamento de terrenos agrícolas destinados aos membros desempregados. A mesma chegou a ter 1850 sócios, em 1856, e com o rendimento passou a custear educação dos seus sócios e de suas famílias. Em 1851, o norte da Inglaterra chegou a comportar quarenta e quatro cooperativas com características próximas à de Rochdale, que se tornou modelo para as mesmas (ZAAR, 2013). Apesar disso, Owen também ficou conhecido pela rígida disciplina de trabalho instituída em suas fábricas para controlar os trabalhadores (HUNT; SHERMAN, 1982, p.78-79).

⁶³ Conforme Engels (2001), Fourier (1771-1858) criticava as misérias sociais do contexto que chamou de civilização (coincide com a ascensão da sociedade burguesa), inclusive foi pioneiro em perceber que a pobreza neste período decorria da própria abundância, entretanto, afirmava que esta situação estaria engendrada em um ciclo vicioso, o que pode provocar a falsa compreensão de que a mesma não possa ser superada. Também é de Fourier as primeiras análises sobre a emancipação da mulher como forma de mensurar a emancipação social geral. Para este teórico, numa sociedade ideal a racionalidade deveria ser a base para a felicidade humana. Segundo Zaar (2013), além de críticas ferrenhas ao sistema industrial e ao liberalismo econômico, Fourier também era contrário à moralidade burguesa e patriarcal. O mesmo idealizou a criação de “falanstérios” para solucionar a questão da produção, distribuição e justiça social. Estes seriam unidades de até 2000 trabalhadores organizadas coletivamente, nas quais moradia, lazer, produção e intercâmbio do excedente seriam geridas de forma democrática internamente e no âmbito de toda a sociedade, apostava no modelo de organização de baixo para cima (uma espécie de federalismo). O processo de trabalho seria organizado para ocupar o menor tempo possível para ser prazeroso e não uma obrigação, para tanto o ambiente de trabalho (as fábricas) deveria ser limpo e arrumado, bem como a divisão de tarefas deveria seguir um sistema de alternância que levasse em conta inclusive as preferências dos trabalhadores.

acabavam se aproximando do socialismo reacionário e conservador e de alguma maneira ou contribuíam para a ordem burguesa em ascensão ou para a ordem feudal que se exauria (MARX, ENGELS, 2010).

Segundo Engels (2008a), tendo em vista que naquele contexto histórico, o socialismo era identificado como um movimento burguês e o comunismo como um movimento trabalhista, ele e Marx optaram pela nomenclatura comunista e não socialista ao publicar o Manifesto do Partido Comunista, pois, consideraram que a ruptura com a ordem burguesa capitalista para ter êxito deveria ser realizada pelos proletários.

Em crítica aos comunistas utópicos, Marx e Engels (2010) afirmavam que o fim do processo de opressão/exploração resultando na emancipação da classe trabalhadora só poderia ocorrer quando esta alcançasse uma organização de caráter internacionalista, para ser capaz de firmar uma sociedade na qual o modo de produção e distribuição fosse comunal. Para tanto, consideravam que o Estado, dirigido pelos trabalhadores, teria função essencial na fase transitória à esta sociedade.

Portanto, pode-se acrescer a este terceiro grupo forças sociais do proletariado que se identificaram com as proposições comunistas marxistas-engelsianas que demonstravam a partir da situação concreta do proletariado a impossibilidade de conciliar seu projeto de sociedade com os anseios da burguesia. Estes princípios foram incorporados e propagados pela Liga dos Justos, mas, tiveram maior expressão, a partir pela Liga dos Comunistas fundada em 1847⁶⁴. Afirma Engels (2008b, p. 102-103): “Agora, o comunismo já não

⁶⁴ Segundo Engels (2008b [1885]), a Liga dos Justos foi uma organização secreta criada, em 1836, por proletários a partir de uma cisão com a também secreta Liga dos Proscritos, fundada em Paris por alemães refugiados, em 1834, com um caráter democrático-republicano. A Liga dos Justos, inicialmente seguia uma corrente comunista (babuvismo) herdeira do comunismo utópico igualitário francês, de finais do século XVIII, que tinha como corolário a igualdade. Entretanto, não demorou para que as proposições de Marx e Engels chegassem à Liga tanto que os mesmos receberam convite para participar desta, o que ocorreu só em 1847, com ressalvas. Para aderirem, Marx e Engels colocaram como condição apresentar um manifesto com suas concepções do comunismo crítico em um Congresso da Liga. A partir deste acordo Engels começou a frequentar três comunas em Paris, enquanto Marx formou em Bruxelas uma comuna da Liga. O Primeiro Congresso da Liga com a finalidade de reorganização de seu conteúdo ocorreu em Londres, em 1847, e contou com a participação de Engels. Já neste encontro foi decidido a mudança do nome da Liga para se adequar às suas novas aspirações comunistas e, desde então passou à denominação Liga dos Comunistas. Esta passou a se organizar no formato de: "comunas, círculos, círculos diretivos, Comitê Central e Congressos[...]. A finalidade da Liga é a derrocada da burguesia, a dominação do proletariado, a supressão da velha sociedade burguesa, baseada nos antagonismos de classe, e a criação de uma nova sociedade, sem classe e sem propriedade privada" (ENGELS, 2008b, p. 104, tradução nossa). O Segundo Congresso da Liga dos Comunistas ocorreu no final do mesmo ano (1847) e contou com a participação de Marx, que pode defender suas proposições a respeito do comunismo, as quais, após amplo debate, foram aprovadas por unanimidade. Neste encontro, Marx e Engels ficaram incumbidos de redigir os princípios da Liga dos Comunistas, que logo foram publicados no Manifesto do Partido Comunista, em 1848, no qual a máxima da Liga dos Justos “<Todos os homens são irmãos>”, foi substituída pelo novo grito

consistia em exprimir da fantasia um ideal de sociedade o mais perfeito possível e, sim, em compreender o caráter, as condições e, como consequências disso, os objetivos gerais da luta travada pelo proletariado”.

Com o exposto queremos destacar que tal como a burguesia, a classe trabalhadora moderna passou por um longo percurso, até reunir condições objetivas e subjetivas que lhe permitiram protagonizar, na segunda metade do século XIX, um movimento político anticapitalista e autônomo à burguesia, no qual disputaria um projeto de sociedade baseada na produção e apropriação coletiva da riqueza por aqueles que a produzem (MARX; ENGELS, 2010).

O acúmulo teórico-prático do proletariado nas lutas sociais que desembocariam neste movimento político tem um marco histórico no salto de consciência da classe trabalhadora, que reside entre os anos 1830, nos quais se destacam as derrotas do movimento cartista⁶⁵, até 1848-1849, com as derrotas do proletariado.

Segundo Barsotti (2009), Marx e Engels já haviam observado que as crises cíclicas do capitalismo eram inerentes ao funcionamento deste sistema. E foi baseado nesta compreensão que os mesmos anunciaram o espectro comunista quase como um presságio da onda revolucionária que iria varrer a Europa entre os anos 1848-1849, num processo que ficou conhecido como Primavera dos Povos⁶⁶.

A partir de Marx e Engels, Barsotti (2009) mostra que as causas da revolução se assentavam nas crises agrícolas (1845-1846) e foram adensadas pelas crises comercial e industrial (1849). O contexto acarretou uma piora significativa nas condições de vida dos camponeses e operários, que revoltados passaram a protagonizar os atos revolucionários.

de guerra <Proletários de todos os países, uni-vos>” (ENGELS, 2008b, p. 105, tradução nossa). A Liga dos Comunistas teve fim em 1852, após amplo processo de perseguição. Entretanto, como mostra Engels (2008a), o Manifesto do Partido Comunista foi amplamente divulgado e passou a servir de orientação à uma parcela significativa da classe trabalhadora organizada.

⁶⁵ A nota de rodapé do Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores escrito por Marx, esclarece: “o cartismo era um movimento de massas dos trabalhadores ingleses entre os anos 30-40 do século XIX. Os cartistas redigiram em 1838 uma petição (Carta do Povo) ao parlamento, na qual se reivindicava o sufrágio universal para homens maiores de 21 anos, voto secreto [...]. Em 2 de maio de 1842 se levou ao parlamento a segunda petição dos cartistas, que incluía já várias reivindicações de caráter social (redução da jornada de trabalho, elevação dos salários, etc). Assim como a primeira, esta petição foi rejeitada pelo parlamento. Como resposta, os cartistas organizaram uma greve geral. Em 1848, os cartistas projetaram uma manifestação ante o parlamento a fim de apresentar uma terceira petição, entretanto, o Governo se valeu de unidades militares para impedir a manifestação. A petição foi rejeitada. Depois de 1848, o movimento cartista decaiu” (MARX, 2008a [1864], p. 4, tradução nossa).

⁶⁶ A expressão é atribuída a uma série de manifestações massivas de caráter democrático-burguês que ocorreram em diversos países da Europa como Itália, Irlanda, França, Alemanha nos anos de 1848 e 1849 (BARSOTTI, 2009).

As novas contradições que surgiram do contexto desencadearam respostas contra-revolucionárias da burguesia em aliança com as velhas classes dominantes (nobreza e clero) e encerraram o ciclo em que a burguesia compunha a esquerda. Uma série de perseguições contra a classe trabalhadora moderna foi efetuada em toda a Europa, como afirma Marx: “Depois do fracasso das revoluções de 1848, todas as organizações de partido e todos os periódicos de partido das classes trabalhadoras foram destruídos no continente pela força bruta” (2008a [1864], p. 4, tradução nossa). Como ocorreu com a Liga Comunista, extinta após duras perseguições, em 1852 (ENGELS, 2008b).

Entretanto, se por um lado a expectativa revolucionária imediata foi frustrada, por outro, o espectro comunista anunciado por Marx e Engels (2010) continuou a rondar não só a Europa, mas todo o mundo e escancarou as mudanças no conteúdo da esquerda. O liberalismo que a princípio (na luta contra a aristocracia feudal) dividiu com o socialismo o campo da esquerda, passou definitivamente a identificar a direita, juntamente com o conservadorismo.

Diante deste cenário tenebroso para uma organização mais radical da classe trabalhadora, Engels (2008a) situa que a alternativa de reorganização da mesma com vistas a protagonizar novos ataques às classes dominantes foi no sentido de ampliar as alianças entre diferentes correntes da classe trabalhadora organizada, a fim de buscar a construção da unidade desta classe. O que levou à criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), durante a Primeira Internacional⁶⁷.

Conforme Carone (1995), o surgimento da AIT foi de extrema relevância, pois se deu no momento de ressurgimento do movimento operário, cujas organizações sindicais e políticas devido à repressão governamental apresentavam instabilidade e desapareciam com certa facilidade. Segundo o autor os apelos da AIT “[...] a favor da luta de classes, das ideias socialistas e da solidariedade proletária, encontram ressonância em grande percentual da classe, razão para o aparecimento de outros sindicatos e partidos que irão marcar a sua influência” (CARONE, 1995, p. 18).

Uma das ideias enfatizadas por Marx no Manifesto inaugural da Associação, afirma:

⁶⁷ Em 28 de setembro de 1864, ocorreu em Londres, a Primeira Internacional, como ficou consagrada a primeira Assembleia dos Trabalhadores, que fundou a Associação Internacional dos Trabalhadores que perdurou até 1876 (MARX, [1864] 2008a; BOGO, 2010). Para conhecer o Manifesto Inaugural e o Estatuto da Associação Internacional dos Trabalhadores consultar, respectivamente, Marx ([1864] 2008a e Marx ([1871] 2008b).

A conquista do poder político tornou-se, então, o grande dever da classe trabalhadora. Assim, esta parece ter compreendido, pois na Inglaterra, na Alemanha, na Itália e na França, renasceram simultaneamente estas aspirações e foram feitos esforços simultâneos para reorganizar o partido dos trabalhadores. [...] Guiados por este pensamento, os trabalhadores dos diferentes países, que se reuniram em um ato público em Saint Martin's Hall em 28 de setembro de 1864, resolveram fundar a Associação Internacional (MARX, 2008a, p. 5).

Dada a conjuntura adversa e a necessária unidade de classe, segundo Engels, a AIT

Devia ter um programa que não fechasse as portas às tradeunions inglesas, aos prodhonianos franceses, belgas, italianos e espanhóis e aos lassalleanos alemães. Este programa - o preâmbulo dos Estatutos da Internacional - foi redigido com uma maestria que foi reconhecida até por Bakunin e os anarquistas (ENGELS, 2008a, p. 51, tradução nossa).

Os Estatutos Gerais da AIT, aprovados em 1871 em Londres, afirmam que a sua criação leva em conta a compreensão de que a luta da classe trabalhadora deve ser protagonizada pela mesma, em uma luta de classe contra privilégios e monopólios de classe, com vistas ao fim do domínio de classe e em prol do real estabelecimento de direitos e deveres iguais. Considera ainda, o movimento político da classe trabalhadora como um meio para alcançar a sua emancipação econômica, que só terá êxito com a ação pautada na unidade desta classe, em âmbito não só local, mas também internacional.

Diante destes pressupostos, o texto afirma: “A Associação é estabelecida para criar um centro de comunicação e de cooperação entre as sociedades trabalhistas dos diferentes países, que aspiram ao mesmo fim, a saber: a defesa, o progresso e a completa emancipação da classe trabalhadora” (MARX, 2008b [1871], p.7, tradução nossa).

A Ata redigida por Engels retrata o debate sobre a ação política da classe trabalhadora que ocorreu na seção da Conferência de Londres (1871). O autor relata a existência de partidos políticos da classe trabalhadora na maioria dos países, destaca a impossibilidade de adotar uma postura abstencionista frente ao cenário que se abriu ao mundo com as democracias modernas, afirma a necessária ação política do proletariado e conclui “[...] o partido da classe trabalhadora não deve se constituir como um apêndice de qualquer partido burguês e, sim como um partido independente que tem seu objetivo próprio, sua política própria” (ENGELS, 2008c [1871], p. 143, tradução nossa). O que não tardou acontecer.

Conforme Konder,

O movimento socialista chegou ao final do século XIX em resoluta ascensão. Os partidos identificados com os trabalhadores se tornaram os primeiros partidos de massa na história política da humanidade e arrancaram importantes concessões da burguesia. Houve um aumento real do poder de compra dos operários nos países mais industrializados da Europa. A ação de uma boa bancada de deputados no Parlamento conseguia obter modificações (KONDER, 2002, p. 53).

Entretanto, no que concerne a orientação ideológica do movimento socialista no final do século XIX, é significativa a afirmação de Engels (2008a), de que “[...] em 1887, o socialismo continental era quase exclusivamente a teoria formulada no *Manifesto*” (p. 52, tradução nossa, grifo do autor). Segundo o autor, o Manifesto do Partido Comunista era a obra mais difundida no interior do movimento da classe trabalhadora de vários países inclusive de fora das fronteiras da Europa e servia de programa comum para inúmeros trabalhadores organizados.

Na mesma direção Carone (1995) indica que a relação complementar entre o movimento econômico e a ação política da classe trabalhadora, ideia analisada no Manifesto, alcança lideranças de outras correntes (reformistas e não reformistas) com a Primeira Internacional. Entretanto, conforme o autor, os créditos desta tese cabem à Marx e Engels.

Mas até chegar a este ponto, o que tinham em comum os grupos identificados como socialistas? A resposta encontrada em Hunt e Sherman esclarece:

Havia um consenso entre os socialistas em torno de certas questões de princípio: o capitalismo constituía um sistema irracional, alimentava um desperdício, gerava profunda desigualdades e, por conseguinte, era um sistema injusto e imoral. Discordavam, no entanto, com relação à tática a seguir para levar à vitória a luta pelo socialismo (HUNT; SHERMAN, 1982, p. 87).

Conforme os autores, enquanto uns como Louis Blanc (1811-1882) creditavam ao Estado a instrumentalidade para conquistar reformas graduais que culminariam no socialismo, outros como Auguste Blanqui (1805-1881) consideravam que devido à incessante guerra entre trabalhadores e capitalistas, a função do Estado seria assegurar e legitimar a exploração da classe dos trabalhadores, por isso não acreditavam em reformas graduais e insistiam na revolução como alternativa para o socialismo. E havia ainda outros como Joseph Proudhon (1809-1865), para quem a natureza de qualquer Estado é coercitiva e visa assegurar os direitos de propriedade, o que os levava a ponderar que a justiça só poderia se realizar quando estas relações fossem abolidas e o Estado transformado em uma instituição desnecessária.

Segundo Przeworski (1988), desde meados do século XIX o socialismo expressava um movimento que pretendia completar a revolução iniciada pela burguesia no século XVIII. Conforme o autor, "o tema constante do movimento socialista desde então tem sido esta

noção de 'prolongar' o princípio democrático do campo político para o social, de fato primariamente econômico" (PRZEWORSKI, 1988, p. 41).

Para Zaar (2013), além da crítica à propriedade privada e ao antagonismo de classes, o socialismo como

Conceito definitivamente estabelecido na segunda metade do século XIX foi utilizado para se opor ao liberalismo e ao capitalismo, e também a outros elementos que alienassem ou reprimissem os homens, como a religião, a família patriarcal, o Estado, etc. (ZAAR, 2013, p. 155).

Com o exposto, queremos mostrar que, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, é possível notar uma reconfiguração do campo da esquerda. O socialismo passou a identificar este campo, ainda que este não possa ser igualado ou reduzido àquele⁶⁸. Os grupos que compunham este campo eram aqueles que de alguma forma expressavam a luta da classe trabalhadora moderna, que naquele contexto se organizaram nomeadamente como socialistas, comunistas e também anarquistas, para citar apenas os principais. E, são destes dois primeiros grupos (ambos defensores do socialismo) que surgem os principais partidos políticos de esquerda no século XX e XXI, como representantes dos interesses da classe trabalhadora, como veremos no capítulo quatro.⁶⁹

Antes, porém, gostaríamos de resgatar alguns aspectos importantes, relativos ao papel do partido na organização das classes sociais, não só para entender os direcionamentos teóricos de algumas tendências da esquerda mundial, mas por serem fundamentais para compreender, desde o ponto de vista de uma perspectiva revolucionária, a importância da organização política da classe trabalhadora na sociedade capitalista com vistas a afirmação de um projeto societário alternativo, o socialismo.

⁶⁸ Em outras palavras, ser de esquerda não significa necessariamente ser socialista, mas ser socialista é necessariamente ser de esquerda.

⁶⁹ Os socialistas e os comunistas creditavam ao Estado alguma função na luta política dos trabalhadores: 1) como espaço para disputar reformas, vistas como conquistas em prol da classe trabalhadora dentro dos limites da ordem capitalista (socialistas e comunistas); 2) no entendimento das reformas como instrumentos para forçar a transformação gradual do Estado burguês em um Estado do proletariado (socialistas); 3) no processo de transição do socialismo ao comunismo, o Estado proletário é tido como mecanismo cuja natureza de classe é orientada por e em função da emancipação da classe trabalhadora em direção à nova organização social dos trabalhadores livremente associados (comunistas). Já, os anarquistas se caracterizam essencialmente pela crítica ao Estado entendido como instituição de poder e autoritarismo. Por isso, é próprio dos anarquistas não organizar partidos políticos e defender uma ação abstencionista em relação aos processos eleitorais. Por exemplo, Przeworski (1988, p. 42), apoiado em Droz, afirma: "O Congresso Anarquista em Claud-de-Founds, em 1870, alertava que a participação de 'todos os trabalhadores' na política governamental burguesa teria como resultado apenas a consolidação do 'status quo' e assim paralisaria a ação socialista revolucionária do proletariado". Apenas depois de 1873, o apoio à corrente abstencionista sofreu redução no interior da Primeira Internacional, mostra o autor.

3 O PAPEL DO PARTIDO NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA

Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário. Nunca será demasiado insistir nessa ideia, numa época em que a propaganda em voga do oportunismo vem acompanhada de uma atração pelas formas mais estreitas da atividade prática.

Lênin

Neste capítulo nosso intuito é abordar aspectos gerais do marxismo que apontam para a importância do partido na organização política da classe trabalhadora na luta de classes, a partir de formulações em algumas das principais obras de autores clássicos marxistas, a fim de entendermos os pressupostos teóricos que influenciaram a prática político-ideológica de parte da esquerda mundial nos séculos XIX, XX e XXI.

Para fins metodológicos, apresentamos as seguintes justificativas quanto à escolha dos teóricos: a) Marx e Engels foram precursores do socialismo crítico, fundadores da Associação Internacional dos Trabalhadores e, ainda hoje, constituem-se referência teórica para diferentes tendências do movimento da classe trabalhadora em nível mundial; b) Lênin participou intensamente do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR), no interior do qual se firmou como liderança da tendência bolchevique à frente da Revolução Russa (1917), da fundação da Internacional Comunista e com ela, dos partidos comunistas. Além disso, suas formulações tiveram grande repercussão no primeiro partido de esquerda do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB); c) Rosa Luxemburgo participou criticamente do principal partido de esquerda do século XIX e início do século XX, o Partido Social-Democrata da Alemanha (PSDA)⁷⁰, ajudou a fundar outros partidos socialistas e o Partido Comunista Alemão (BRAZ, 2011; BOGO, 2010); e d) Gramsci participou do Partido Comunista Italiano (PCI), apresentou elementos de renovação para o debate teórico da esquerda desgastada pelo stalinismo e teve bastante influência no Brasil no contexto de abertura política (COUTINHO, 1988 e 2003; NOGUEIRA, 1988).

⁷⁰ Em alemão *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD). Dos autores usados como referência em nosso trabalho, Bogo (2010), utiliza a tradução Partido Social-democrata Alemão com a sigla PSD (cf. p. 232) e Braz (2011) menciona tanto essa designação quanto Partido Social-Democrata da Alemanha, mas sempre com a sigla PSDA (cf. p. 34 e 44). Considerada a tradução literal do alemão para o português optamos em usar a última designação e sigla. Em todos os casos a referência é ao partido de orientação social-democrata, fixado na Alemanha.

3.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS MARXISTAS PARA PENSAR A LUTA DE CLASSES

Os fundadores da teoria marxista, ao considerar a maneira como a contradição capital-trabalho se estabelece, apontaram a luta de classes como processo impulsionador da transformação de todos os modos de produção dominantes estabelecidos em cada época histórica (MARX; ENGELS, [1848] 2010). Nas palavras dos teóricos:

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe⁷¹. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito (MARX; ENGELS, 2010, p. 84).

O aprofundamento do estudo sobre a dinâmica do capital levou os teóricos marxistas⁷² à compreensão não só do caráter histórico e social do trabalho, como ainda, da forma que este assume na sociedade capitalista, na qual o trabalho estranhado⁷³ ocorre a partir de um processo completo de expropriação dos meios de produção, que permite aos detentores destes meios controlar também os meios de reprodução, inclusive os meios ideológicos, como mostra Gramsci (1982) e Iasi (2011), e com isso ter maior controle sobre a força de trabalho.

A afirmação deste processo na forma sistêmica capitalista possibilitou Marx ([1844] 2013a), na parte final dos *Manuscritos econômico-filosóficos*⁷⁴, pensar a sociedade capitalista a partir de duas classes fundamentais, a dos “proprietários e a dos trabalhadores sem propriedade”

⁷¹ Trata-se da história após a decadência e fim da propriedade comunal, afirma Engels em nota de rodapé acrescida à edição de 2001 da editora L&PM, e também em Engels (2013a [1876]).

⁷² Com base nos textos de Marx e Engels organizados por Antunes (2013a; 2013b).

⁷³ Ranieri, em nota sobre a tradução de um trecho dos Manuscritos econômico-filosóficos de Marx, justifica a escolha do termo estranhamento para se reportar a forma como o trabalho se realiza na sociedade capitalista. Segundo Ranieri, “O ‘trabalho estranhado’ é uma bem elaborada reflexão sobre o lugar do trabalho na composição da sociedade humana, e de como tal composição se reequaciona a partir da transformação do trabalho em elemento subordinado à troca e à propriedade privada. Nesta tradução optamos por chamar de alienação (ou exteriorização) a palavra alemã *Entäusserung*, e de estranhamento a palavra *Entfremdung*. Somente a segunda tem o sentido forte e negativo atribuído em geral ao termo *alienação*, ao passo que exteriorização significa atividade, objetivação, e é ineliminável do contexto histórico do fazer-se homem do homem, o que Marx deixa claro ao indicar o estranhamento como forma específica de exteriorização humana, especialmente sob o domínio do trabalho assalariado do capitalismo.” (nota de Ranieri in Marx 2013a, p. 139). Também em Antunes (2015) a escolha em usar as expressões “trabalho estranhado” e “estranhamento” em vez de “alienação” se dá pelo fato de que “[...] enquanto esta última é um aspecto ineliminável de toda objetivação, o estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana” (nota de rodapé, n. 14, p. 181). Por este motivo optamos em fazer o uso dos conceitos conforme os sentidos apontados por Ranieri e Antunes.

⁷⁴ Trata-se de um trecho dos Manuscritos econômico-filosóficos de Marx, intitulado trabalho estranhado e propriedade privada, extraído do original alemão, traduzido para o português por Jesus Ranieri, disponível na organização feita por Antunes (2013a, p. 139-156), volume I. Todos os textos desta coletânea serão reportados pela referência Marx (2013a).

(MARX, 2013a, p. 140), em outras palavras “burgueses e proletários” (MARX; ENGELS, 2010, p. 84). Que Engels⁷⁵, por meio de nota à edição inglesa de 1888 do *Manifesto do Partido Comunista*, esclarece:

Por burgueses entende-se a classe dos capitalistas modernos que são proprietários dos meios sociais de produção e utilizam o trabalho assalariado. Por proletários, a classe dos modernos trabalhadores assalariados que, não possuindo meios próprios de produção dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver. (MARX; ENGELS, 2010, p. 84, nota de rodapé).

Como o trabalho, segundo Marx ([1891] 2012, p. 23) “[...] é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana”, a exploração e controle desta modifica toda a dinâmica do processo de trabalho e com ela todas as relações sociais, conforme tentaremos deixar mais claro adiante.

De fato para Marx,

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de aproximar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. [...] ele [o homem] figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, [1867] 2008, p. 211-212).

O que significa que conforme este teórico, o trabalho não é para o homem apenas uma atividade ligada à sua sobrevivência, mas uma atividade que o diferencia em relação aos animais; uma atividade essencialmente humana, que ao se realizar modificando a natureza conforme a vontade previamente idealizada pelo homem imprime no produto de seu trabalho sua marca. Ou seja, pelo processo de trabalho, o mesmo transfere, exterioriza, aliena no produto, parte do seu próprio ser. Contudo, no final do processo, ao visualizar o produto de seu trabalho, o homem pode então percebê-lo como seu, como obra de suas mãos, como

⁷⁵ Já desde *Princípios do Comunismo* (escrito em 1847 e publicado em 1914), o autor chama atenção “a) a classe dos grandes capitalistas, que, em todos os países civilizados, já estão de posse exclusiva de todos os meios de subsistência, das matérias-primas e dos instrumentos (máquinas, fábricas etc.), necessários à produção dos meios de existência. Essa é a classe dos burgueses, isto é, a burguesia; b) a classe dos despossuídos, dos que, em virtude do desapossamento, são obrigados a vender seu trabalho aos burgueses para receber, em troca, os meios necessários à sua subsistência. Essa é a chamada classe dos proletários, isto é, o proletariado” (ENGELS, [1847] 2010, p. 43-44). Aqui o autor ainda se refere à venda de trabalho em vez de força de trabalho (BOGO, 2010). Posteriormente, Engels na nota à edição inglesa, de posse do aprofundamento teórico marxiano se refere à venda da força de trabalho no lugar de venda do trabalho.

extensão de seu ser, como expressão de seu domínio sobre a natureza. O trabalho, neste sentido, apresenta para o ser humano sua capacidade produtiva, criadora, transformadora, possibilitando o desenvolvimento de suas potencialidades. Assim, em termos ontológicos, o trabalho configura-se enquanto práxis, definida por Severino (2001, p. 45), como a “prática mediante a qual, ao intervir na natureza, na sociedade e na cultura, o homem constrói-se a si mesmo”.⁷⁶

Estes aspectos são negados completamente na sociedade capitalista (MARX, 2013a; ENGELS, 2013a). A vivência de relações fundadas na propriedade privada e no assalariamento da força de trabalho, faz com que o trabalho em vez de humanização resulte em objetificação⁷⁷ do próprio ser humano, impactando-o em variadas dimensões de sua vida, inclusive no seu processo de consciência, provocando distância não só em relação ao produto realizado no processo de trabalho, mas também nos processos relacionais do indivíduo com a sua atividade vital, com a natureza e com outros indivíduos (MARX, 2013a; IASI, 2011). De forma que não só o trabalho passa a ser visto apenas como meio de sobrevivência, como o próprio caráter coletivo da vida em sociedade é ofuscado pela vida individual (MARX, 2013a; IASI, 2011).

Por isso, os teóricos marxistas discorreram sobre o acúmulo organizativo da luta dos trabalhadores sinalizando que o mesmo levou à compreensão da necessidade de ultrapassar uma forma de organização da *classe em si* e romper com sua forma correspondente de consciência, isto é, voltada para reivindicações corporativistas e imediatistas (IASI, 2011). Apenas com a superação destas primeiras características visualizadas nas primeiras formas organizativas do movimento operário seria possível uma construção da *classe para si*.

Sobre este aspecto, em uma famosa passagem de *Miséria da Filosofia*⁷⁸ sobre as greves e as coalizões de operários, Marx discorre:

⁷⁶ Em Konder (1992; 2006) também é possível aproximar-se do debate sobre a práxis.

⁷⁷ Como afirma Marx (2013a, p. 141) “[...] o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria”.

⁷⁸ Trata-se de um trecho da obra publicada na organização feita por Antunes (2013b), volume II. Todos os textos desta coletânea serão reportados pela referência Marx (2013b).

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, esse interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência - coalizão. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer a concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se; e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais que a manutenção do salário. [...] Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político (MARX, 2013b [1847], p. 214).

Isto significa que do ponto de vista do desenvolvimento da organização dos trabalhadores, os mesmos só se tornam *classe para si*, quando ao perceberem através do contato com outros trabalhadores, que as condições de exploração a que estão submetidos não são individuais, inserem-se na luta coletiva da classe de que são parte, para romper com a lógica de dominação capitalista. Concomitantemente desenvolvem assim uma consciência de classe. Neste sentido, que conforme Engels ([1847] 2010a) "[...] essa concentração de grandes massas num mesmo local propicia ao proletariado a consciência da sua própria força" (idem, p.49).

A *classe para si* foi compreendida pelos teóricos marxistas como uma forma de associação da classe trabalhadora consciente de que “os interesses que defende tornam-se interesses de classe” (MARX, [1847] 2013b, p. 215). Sinaliza uma forma de luta que ultrapassa os interesses imediatos e corporativistas, presente nas inúmeras lutas isoladas; uma luta cujos resultados alcancem toda a classe trabalhadora. Esta luta possui um teor essencialmente político, que requer desta classe um nível de consciência e uma capacidade de organização e atuação que aponte para o seu projeto societário e evidencie a necessidade de transformação radical das estruturas produtivas e também de todas as instâncias do modo de sociabilidade capitalista criadas para garantir esta forma de produção e apropriação da riqueza. Neste sentido, a luta revolucionária é acompanhada por uma forma de consciência também revolucionária (IASI, 2011).

O mais importante não é caracterizar uma ou outra forma de consciência mas perceber o movimento que leva uma à outra, conforme indicou Cisne (2014), uma vez que a formação da consciência não é linear, e por isso mesmo, apresenta em seus desdobramentos avanços e recuos.

Aqui o desdobramento mais essencial é perceber que, segundo Marx ([1875] 2012)⁷⁹, com a consolidação do capitalismo, apenas a classe trabalhadora carrega a potencialidade

⁷⁹ Cf. também Marx e Engels (2010) e Engels (2012).

revolucionária, sendo capaz de desenvolver uma prática revolucionária e junto à essa uma consciência revolucionária que por sua vez só é possível com a mediação de uma teoria igualmente revolucionária. O que teoria marxista chama de práxis revolucionária.

Segundo o autor, "o proletariado é revolucionário diante da burguesia, porque, sendo ele mesmo fruto do solo da grande indústria, busca eliminar da produção seu caráter capitalista, o qual a burguesia procura perpetuar" (MARX, 2012, p. 34). Pois, os proletários não têm nada a perder, ao contrário, o fim da propriedade privada é a única forma para libertação dos mesmos (MARX; ENGELS, 2010). Diferente das classes médias que só podem adquirir este caráter revolucionário se estiverem em risco de tornarem-se parte do proletariado, do contrário a ação das mesmas não só são conservadoras como, muitas vezes, reacionárias, agindo sempre para manter sua condição de classe, como afirmam os autores.

Ao anunciarem o proletariado como única classe realmente revolucionária no confronto com a burguesia na sociedade capitalista, os teóricos marxistas partem da seguinte observação quanto ao caráter coletivo universalista da organização proletária:

Todos os movimentos precedentes foram movimento de minorias ou em interesses de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria no interesse da imensa maioria. O proletariado, camada mais inferior da sociedade atual, não pode se levantar, colocar-se de pé, sem mandar pelos ares todas as camadas superpostas que constituem a sociedade atual (MARX; ENGELS, 2010, p. 97-98).

O proletariado é a única classe que tem condições de libertar a si mesma, mas dada que sua libertação está subordinada a superação da sociedade de classe, a conquista de sua emancipação ocorre ao mesmo tempo com a libertação de toda a humanidade. Como representante de interesses universalistas, a organização política do proletariado, entendido como sujeito revolucionário, é primordial para sua práxis.

Neste sentido, o Partido foi teorizado por autores clássicos importantes da vertente crítica como Marx e Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo e Gramsci e reafirmado por autores críticos contemporâneos como Mattos (2012) e Braz (2012), como uma forma de organização central da classe trabalhadora na luta de classes, com vistas à transformação social, à construção da unidade de classe necessária à consolidação do seu projeto societário.⁸⁰ Vejamos algumas análises sobre o partido político para estes autores clássicos.

⁸⁰ Em Cruz (2010) e Mattos (2012) é possível ter aproximação com a formulação do partido em Marx e Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo e Gramsci.

3.2 NOTAS SOBRE O PARTIDO POLÍTICO NOS PRINCIPAIS TEÓRICOS MARXISTAS

3.2.1 A contribuição de Marx e Engels

O partido político para Marx e Engels não é um conceito fechado, ao contrário, é uma construção histórica relacionada ao desenvolvimento da luta de classes. Quanto à forma institucional assumida, o papel do partido pode variar conforme as especificidades conjunturais do contexto histórico e de cada localidade no qual está inserido. Quanto à natureza organizativa, o partido é expressão da própria organização das classes sociais, neste sentido, representa interesses da classe ou segmentos de classe aos quais esteja vinculado. Do ponto de vista dos trabalhadores, o partido político aparece relacionado ao avanço da organização da classe trabalhadora e da consciência revolucionária.

Segundo Bogo (2010, p. 13), “a rigor poucas vezes encontramos escrita a palavra ‘partido’ na elaboração dos fundamentos do comunismo científico”, mesmo no Manifesto do Partido Comunista,⁸¹ uma das obras de Marx e Engels de maior referência sobre a organização política da classe trabalhadora. Conforme Mattos “o sentido de partido é sinônimo, no Manifesto, de uma atuação política consciente da classe, na defesa dos seus interesses e não de uma organização estruturada” (2012, p. 148). Apoiado em Coutinho (1998), Braz também afirma que nesta obra não há uma definição do partido, mas uma noção mais abrangente, em que “o partido é entendido como o mais amplo instrumento de ação política do proletariado” (BRAZ, 2011, p. 30).

Segundo Braz (2012), o documento é central no desenvolvimento do pensamento político marxista, tem influência notória tanto no plano prático-político dos movimentos socialistas e comunistas quanto no plano teórico, nas formulações dos seus intelectuais.

Para este autor, a partir da obra é possível inferir que o partido na formulação marx-engelsiana “apresenta traços de um partido de massas e de quadros com a vanguarda da classe operária” (BRAZ, 2011, p. 36). A luta contra a propriedade privada, o apoio a movimentos democráticos e progressistas que choquem com o capitalismo, a procura incansável de unidade entre as forças sociais democráticas, a defesa do internacionalismo e a construção de

⁸¹ O Manifesto do Partido Comunista foi publicado originalmente em 1848 e revisada por Engels em 1890, quando teve pequenas alterações (MARX; ENGELS, 2010, nota da editora).

organizações políticas públicas são objetivos e princípios presentes no *Manifesto* que, segundo o autor, devem basilar qualquer organização do proletariado que anseie a emancipação da classe.

De fato como direciona Braz (2011), vemos que na obra citada o partido político para Marx e Engels está relacionado à organização da classe trabalhadora em *classe para si*. Portanto, demonstra o nível de consciência alcançado pela organização dos trabalhadores e pode inclusive apresentar recuos, conforme os teóricos advertem:

Esta organização dos proletários em classe, e com isso em partido político, pode ser destruída em qualquer momento pela concorrência entre os próprios trabalhadores. Porém, ela ressurgue sempre, mais vigorosa, mais firme, mais poderosa. Ela força o reconhecimento dos interesses específicos dos trabalhadores na forma de leis, na medida em que eles se aproveitam das divisões entre os burgueses (MARX; ENGELS, 2010, p. 95).

O sentido do partido aparece como um fazer parte da classe conscientemente organizada na luta; é o mesmo que tomar parte dos interesses de toda a classe e lutar para ultrapassar as fronteiras dos interesses corporativistas e das conquistas imediatas, direcionando-as em benefício de toda a classe trabalhadora.

Esta ideia fica mais clara em outro trecho, no qual os autores enfatizam: “os comunistas não constituem um partido especial, separado dos demais partidos operários” (MARX; ENGELS, 2010). Diferenciam-se destes, segundo os autores, porque os comunistas olham para o conjunto do movimento, atuam em prol de interesses de todos os proletários; e, assemelham-se aos demais partidos proletários porque no nível imediato objetivam assim como estes “a constituição do proletariado em classe, a derrubada do domínio da burguesia, a conquista do poder político pelo proletariado” (idem, p. 100). Entretanto, sem perder de vista a destruição do alicerce das sociedades de classes, a propriedade privada.

É possível notar em Marx e Engels (2010) dois sentidos atribuídos ao partido: a) aludindo ao conteúdo de classe presente na organização dos trabalhadores conscientes de sua tarefa histórica na transformação social; como um tomar parte na luta de classes; b) referindo-se a uma forma de associação política da classe trabalhadora, estruturada e organizada conforme as regras de cada país, para propagandear os interesses da classe e disputar junto aos governos burgueses legislações em prol dos trabalhadores.

Em termos conceituais prevalece no *Manifesto* o sentido do Partido Comunista como uma organização da classe trabalhadora consciente do seu papel revolucionário na transformação da sociedade capitalista (BOGO, 2010; MATTOS, 2012). Esta organização teria o papel de facilitar o intercâmbio dos trabalhadores do mundo todo para discutir problemas comuns e pensar estratégias coletivas para a luta revolucionária, em outras palavras, possibilitar a unidade da classe.

Dado o contexto em que os autores escreveram esta obra, a organização dos trabalhadores a princípio sequer poderia alcançar a dimensão de uma associação política estruturada pelos próprios trabalhadores e em prol de seus interesses de classe com fins de disputar em cada país o poder político, já que na maioria dos países o regime político ainda não permitia que os trabalhadores se organizassem nesta forma.

O Manifesto insere-se no momento em que a luta da burguesia pelo poder político do Estado estava em curso. No mesmo ano de sua publicação abria-se na Europa um ciclo de revoluções que acarretaram profundas transformações políticas que lançaram os trabalhadores a um novo contexto na luta de classes (KONDER, 2015).⁸²

Neste sentido, a obra é o ponto de partida para uma série de textos com análises políticas, produzidas entre 1850 e 1871, em que Marx e Engels buscaram, segundo Iasi (2010) dar contornos ao método materialista histórico dialético, mas ao mesmo tempo articulavam junto aos trabalhadores “uma estratégia revolucionária”, num contexto em que estes ainda lutavam contra os inimigos da burguesia e não diretamente contra esta, que ainda buscava afirmar o seu domínio de classe.

Na introdução à edição inglesa de 1895 de *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, Engels afirma que a partir desta obra o princípio revolucionário da apropriação dos meios de produção pela classe trabalhadora aparece, de forma mais clara para Marx, como elemento central para a emancipação desta classe e torna-se um critério para diferenciar os comunistas de outros matizes socialistas da época.

Nesta introdução Engels observa:

⁸² A redação do manifesto Comunista foi delegada a Marx e Engels, em ocasião do II Congresso da Liga dos comunistas, ocorrido em Londres em novembro de 1847 (KONDER, 2015).

O método materialista terá demasiadas vezes de se limitar a reduzir os conflitos políticos a lutas de interesses das classes sociais e frações de classes presentes, dadas pelo desenvolvimento econômico, e a demonstrar que cada um dos **partidos políticos é a expressão política mais ou menos adequada dessas mesmas classes ou frações de classes** (ENGELS, [1895] 2015, p. 38, grifos nossos).

Neste texto, Engels chama atenção para alguns desdobramentos políticos nas décadas seguintes das revoluções de 1848-1849 na Europa, dos quais cabe destacar a derrota da Comuna de Paris (1871) e o golpe de estado (conhecido como 18 de Brumário) que levou a ascensão do governo bonapartista na França (1799), que evidenciaram as dificuldades de um ataque surpresa para a tomada do poder político, enquanto, na Alemanha e o uso do sufrágio universal pelo partido socialista abriu espaço para “um modo de luta totalmente novo do proletariado” (ENGELS, 2015, p. 52), que possibilitou não só a propaganda no período de agitação eleitoral mas, sobretudo, o contato com as massas, a ponto de assustar tanto a burguesia quanto o governo.

O que estava em curso para o autor não era a falência da estratégia da luta revolucionária direta e sim, as condições desfavoráveis para a mesma naquele contexto. É neste sentido, que o autor considera:

O tempo dos ataques de surpresa, das revoluções levadas a cabo por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes, já passou. Sempre que se trata de uma transformação completa da organização social, são as próprias massas que devem estar metidas nela, têm de ter compreendido já o que está em causa, por que é que dão o sangue e a vida (ENGELS, 2015, p. 57).

Torna-se evidente a função político-pedagógica a ser desempenhada pelo partido político, já que para Engels o desfecho de 1848 elevava a luta de classes a um novo patamar, no qual a participação consciente das massas era o meio mais garantido não só para a vitória, mas também para a duração do processo de transformação social. O que na concepção do autor requeria uma preparação permanente das massas, tarefa a ser assumida pelo partido revolucionário.

Em “As Guerras Camponesas na Alemanha”, Engels ao retratar o mesmo contexto das lutas de 1848-1849⁸³, em solo alemão, aborda o papel dos líderes operários, que deveriam atentar-se para o aprendizado da teoria e para o estudo e difusão junto às massas, no sentido de que a consciência deveria ser forjada na relação teoria-prática. Sobre este aspecto o autor afirma: “A

⁸³ O autor traça um paralelo entre as lutas de 1525 e 1848-1849 para demonstrar que os interesses de classe da burguesia já estavam postos em 1525, mas os trabalhadores do campo e da cidade ainda não apresentavam o desenvolvimento necessário que lhes permitisse perceber antes dos desfechos de 1848-1849 estes interesses.

consciência assim conseguida e cada vez mais lúcida deve ser difundida entre as massas operárias com um zelo sempre maior, e deve cimentar-se cada vez mais fortemente a organização do partido, assim como a dos sindicatos” (ENGELS [1850] 2010b, p. 55). E, poderíamos aqui acrescentar, bem como, a de qualquer movimento social que alcança um grau de organização com capilaridade expressiva junto a diferentes sujeitos coletivos.

O partido revolucionário para Engels (2010b) refere-se a uma organização política com bases teóricas e programáticas que objetiva lutar contra os fatores de opressão, utilizando-se tanto da via da legalidade quanto do uso da violência, já que para o autor, a própria legalidade é usada como instrumento da classe dominante para impedir qualquer meio de luta dos opositores, não restando outra opção além da violência.

Como Marx e Engels viveram um contexto de transição, em que ocorria o estabelecimento dos partidos modernos, a obra *Crítica ao Programa de Gotha* de Marx ([1875] 2012) é de uma riqueza ímpar para compreender a visão do autor sobre o papel dos partidos políticos no sentido de organizações/associações estruturadas institucionalmente, haja vista tratar-se de um exame minucioso sobre as pretensões expostas no programa de unificação de dois partidos operários alemães, quais sejam, a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV), fundado em 1863 e o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (SDAP), fundado em 1869.

Marx (2012) tece críticas ferrenhas ao programa partidário da unificação, pois o mesmo servia de propaganda junto aos operários de aspectos que distorciam as análises realizadas no interior da Primeira Internacional, sobretudo, em relação à natureza classista do Estado e do teor internacionalista da luta dos trabalhadores.

O problema do programa não estava na proposta de fusão dos partidos, mas à tendência liberal que o novo partido assumia, situação para o teórico inconcebível para um partido de caráter socialista. O autor critica a ênfase dada pelo Programa de Gotha ao aspecto da distribuição, pois as reivindicações que este apresentava ficavam em torno de pautas já realizadas, em vias de realização, ou com características muito próximas as pautas da burguesia, como o sufrágio universal.

O alvo principal da crítica não eram as pautas em si, mas a “superstição democrática” para usar a expressão de Marx (2012, p. 46), ao referir-se à crença que o programa apresentava em

relação ao Estado democrático burguês, e às imprecisões dos termos usados, por exemplo, ao se referir à pauta da educação popular, expressão equivocada para a proposta do programa, que com esta pretendia falar da necessária atuação do Estado na educação formal da classe trabalhadora. Chamar esta forma de educação direcionada pelo Estado burguês de popular para Marx era absurdamente ingênuo. No mesmo sentido, a pauta da jornada normal de trabalho, foi encarada com ironia pelo teórico, já que em termos concretos não havia precisão ao que o programa definia como “normal” (seriam 14, 10, 8 horas de trabalho?), e em termos teóricos demonstrava equívoco, uma vez que qualquer jornada de trabalho no capitalismo é caracterizada pela exploração e, portanto, é sempre “anormal”.

O prefácio escrito por Engels em 1891 a esta obra⁸⁴ enfatiza que apesar das ações serem mais importantes que o programa partidário, este é um instrumento de propaganda que serve de base para análises externas sobre o partido e, portanto, jamais deveria conter retrocessos e tampouco pontos controversos entre os dois partidos. O conteúdo do programa ao direcionar para estes aspectos assumiu um caráter sectário e acabou por torna-se a negação de seu objetivo inicial, de ser um programa de unificação.

3.2.2 A contribuição de Lênin

Vladimir Ilyich Ulyanov, a partir de 1901, assumiu o pseudônimo Lenin, a fim de se resguardar das perseguições políticas sem se furtar da tarefa de refletir e propor ações no tocante às questões revolucionárias de seu tempo (BOGO, 2010). Conforme Braz (2011), Lenin renovou o debate teórico sobre a revolução e temas correlatos como o Estado e o papel do partido político na organização do proletariado.

Não consideramos exagero afirmar que Lenin foi o principal líder político e teórico marxista do século XX, já que segundo Braz (2015), “[...] Lenin foi o que mais influenciou as diversas gerações revolucionárias que dele fizeram as mais variadas interpretações: reafirmando-o, complementando-o ou contestando-o em alguns de seus aspectos” (p. 24). Suas elaborações

⁸⁴ Apesar de ter sido escrita por Marx e enviada para Bracke em 1875, antes que ocorresse o congresso de unificação de Gotha, a crítica ao programa foi mantida em segredo e tornou-se pública apenas 15 anos depois por Engels.

sobre o partido político - tanto em relação ao conteúdo e à forma organizativa, quanto às funções, as estratégias e as táticas - alcançaram o movimento socialista mundial e tornaram-se um campo de referência teórico-prática ao ponto de constituir-se numa corrente própria dentro do marxismo, reconhecida como marxismo-leninista (BRAZ, 2011). Suas acepções sobre o partido serviram de inspirações inclusive para outras correntes que se formaram: “[...] a trotskista, a luxemburgueana⁸⁵, a maoísta, a stalinista e, até mesmo, a eurocomunista, ainda que refutando-a [...]” (BRAZ, 2015, p. 24).

Para este autor, a concepção leninista do partido é de instrumento fundamental para a transição à sociedade comunista (BRAZ, 2015, p.11). É neste sentido que “[...] a necessidade de criação de uma organização revolucionária disciplinada, coesa e preparada politicamente para se assumir como a vanguarda do proletariado” é uma prerrogativa em Lênin (BRAZ, 2011, p. 74). O partido político é imprescindível para o avanço do movimento operário e por isso deveria reunir os melhores militantes do proletariado que seriam responsáveis por buscar ampliar os quadros partidários (BOGO, 2010).

Conforme o Bogo,

O partido, para Lenin, deveria ser de novo tipo, ou seja, ser de ação revolucionária, orientar e conduzir a luta de classes, reunir os revolucionários e organizá-los em torno de tarefas imediatas, visando o enfraquecimento da classe dominante para levar a classe trabalhadora ao poder (BOGO, 2010, p. 130).

No texto *Carta a um camarada*, Lênin definiu orientações sobre a construção e organização do partido, nas quais ficam claras as tarefas do dirigente ideológico e do dirigente prático, como denominou, respectivamente, o Órgão Central e o Comitê Central do partido, cujas diferenças na composição militante seriam apenas devido as tarefas a serem desempenhadas e não a hierarquias (BOGO, 2010). O primeiro, composto por militantes com elevada qualificação, teria que primar pelas elaborações teóricas, enquanto as funções especiais como imprensa, transporte, propaganda, dentre outras, ficariam a cargo do segundo, ao passo que as tarefas práticas deveriam se estender aos demais militantes (BOGO, 2010). “Assim, a organização deveria ser dirigida de forma centralizada por um grupo coeso e bem preparado,

⁸⁵ “As ideias que Rosa Luxemburgo defendeu para a questão da organização política do proletariado se desenvolveram a partir das necessidades das lutas de classes na Alemanha; no entanto, a revolucionária travou intensa e fecunda polêmica com a experiência do partido bolchevique de Lenin. Boa parte de Greve de massas, partido e sindicato foi escrita tendo como base teórico-histórica o processo revolucionário russo” (BRAZ, 2015, p. 24. nota original do autor).

mas descentralizar a participação, envolvendo o máximo de grupos e círculos” (BOGO, 2010, p. 132).

Neste texto, Lenin ([1901] 2010), analisa o projeto de organização do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) em São Petersburgo. Em concordância com seu interlocutor, o teórico chama a atenção para a necessária educação revolucionária a ser realizada não só entre a base, mas também, entre a vanguarda intelectual devido, sobretudo, ao uso inapropriado e excessivo do princípio eleitoral que acabava por desvirtuar os operários da atividade revolucionária. Nesse sentido, o objetivo central deste texto seria apontar as principais tarefas de um partido revolucionário de uma forma geral, ainda que as análises do autor em grande medida tome como referência a Rússia.

Nota-se que para Lenin (2010), assim como para Marx e Engels, a organização partidária ultrapassa os limites de uma estrutura institucional voltada exclusivamente para as eleições. Tanto, que o Órgão Central (OC) ou “dirigente ideológico do partido” deveria ser o jornal revolucionário, naquele contexto o Iskra, o qual seria responsável por elaborar as análises teóricas, as táticas, as diretrizes organizativas gerais, as tarefas partidárias, enfim, seria o grande propagandista do projeto revolucionário. Já o Comitê Central (CC), como “dirigente prático direto do movimento” teria que manter o contato pessoal com os comitês locais e recrutar as forças revolucionárias mais preparadas para executar atividades tidas como fundamentais: “a distribuição da literatura, a edição de panfletos, a distribuição das forças, a nomeação de pessoas e grupos para a direção de empreendimentos especiais, a preparação de manifestações de caráter nacional e também de insurreição em toda a Rússia etc” (LENIN, 2010, p. 138-9).

Para Lenin, esta forma organizativa era primordial para garantir a continuidade do movimento revolucionário frente ao cenário de perseguição russo. Por isso, a divisão entre dois centros dirigentes (OC e CC) era meramente funcional e o programa único do partido junto com a identificação entre os grupos dirigentes serviriam de base para construir a unidade de ação do partido.

Outro aspecto interessante a ser destacado é que a vanguarda não poderia estar descolada de sua base, ao contrário, seu papel de dirigente deveria ser reconhecido, de tal maneira que “a organização local estabelecesse como sua tarefa trabalhar ativamente para a construção, apoio

e fortalecimento daqueles organismos centrais, sem os quais o nosso partido não poderia existir”, afirma Lenin (2010, p. 139).

Além disso, o partido teria que se configurar não só como representante dos operários, deveria ter em sua composição o maior número possível destes, por meio do que o autor denominou comitê local. O teórico justifica:

Para dirigir tudo aquilo que acontece no meio operário, é necessário estar em todas as partes, é necessário conhecer muita gente, todos os caminhos etc. Por essa razão, deverão estar no comitê todos os principais dirigentes do movimento operário oriundos da própria classe operária; o comitê deverá dirigir todos os aspectos do movimento local, chefiar todos os organismos, todas as forças e todos os meios locais do partido (LENIN, 2010, p. 140).

O comitê teria a função de construir outras instâncias para sua atuação. Estas seções filiais ou grupos distritais teriam como tarefa “organizar também os diversos grupos que servem ao movimento” (LENIN, 2010, p. 145), dentre os quais chamamos a atenção para os grupos de estudantes e de secundaristas. De forma resumida mas, bem esclarecedora, Lenin expõe como do seu ponto de vista deveria ser estruturada a organização política da classe trabalhadora. Afirma o autor:

[...] na cabeça de todo o movimento local, de todo o trabalho social-democrata se encontrará o comitê. Dele partirão os seus organismos subordinados e as seções filiadas sob a forma de, em primeiro lugar, uma rede de agentes executivos que abarcará (na medida do possível) toda a massa operária e organizada sob a forma de grupos distritais e subcomitês de fábrica. [...] Em segundo lugar, sairá do próprio comitê uma série de círculos e de grupos que sirvam para assegurar os diversos aspectos do movimento (propaganda, transportes, as mais variadas atividades clandestinas etc). Todos os grupos, círculos, subcomitês etc. deverão ser organismos ou sessões filiais do comitê (LENIN, 2010, p. 150).

Estará assegurada a todos os membros dos círculos e dos comitês, igualdade de direitos em relação aos assuntos internos. Mas, devido à situação de clandestinidade, o contato com o OC e o CC seria por meio de declarações escritas resguardado o contato pessoal apenas aos mais próximos dos dirigentes centrais.

A organização partidária na visão leninista apresentava uma dupla exigência, ao mesmo tempo em que requeria centralização em relação à direção necessitava da descentralização no tocante à participação. Nos termos do autor isso significa que

o movimento deve ser dirigido por um pequeno número de grupos, os mais homogêneos possíveis, e de revolucionários profissionais respaldados pela experiência. Mas no movimento deverá participar o maior número de grupos, os

mais diversos e heterogêneos possíveis, recrutados nas mais diferentes camadas do proletariado (e de outras classes do povo) (LENIN, 2010, p 154).

Para o autor, a relação a ser construída por um partido de novo tipo, ou seja, revolucionário, deveria ser de proximidade entre a direção do partido e suas bases, esta relação seria a chave para a constituição da unidade de classe prática necessária para a atuação revolucionária.

Dentre as várias obras de Lenin, “*Que fazer?*” (publicada em 1902) é, para Braz (2011), a que destacadamente mais contribui para entender a concepção de partido na visão leninista. Na trilha deste autor, a compreensão leninista sobre o partido neste texto é de uma organização política, cuja estrutura permitisse desempenhar o papel de vanguarda do processo revolucionário e a centralizar as ações políticas voltadas à revolução socialista.

Conforme Braz (2011), a distinção entre o partido e as organizações operárias do tipo sindical, para usar uma nomenclatura mais atual, estaria na natureza das lutas desempenhadas pelos mesmos. Enquanto as organizações operárias teriam o foco político limitado aos seus interesses particulares e imediatos de luta, o partido teria o papel de explicitar o caráter classista destas lutas cotidianas e desta forma vinculá-las à luta política, revolucionária.

A obra aborda ainda a mediação desempenhada pelo partido na relação entre a espontaneidade das massas e a consciência de classe (BRAZ, 2011). Segundo o autor,

Para Lênin, a classe operária não reúne, em si, as condições para superar a consciência de classe determinada pelas necessidades permanentes das lutas econômicas [...]. A tarefa do partido de vanguarda é exatamente atuar sobre a realidade operária de modo a explicar a todo tempo, a natureza intrinsecamente exploradora e desigual da ordem burguesa, preparando politicamente o conjunto do proletariado para o momento dos embates decisivos que podem emergir tanto por meio das agitações políticas provocadas pelo partido quanto irromper espontaneamente do seio das contradições de classes engendradas na cotidianeidade capitalista (BRAZ, 2011, p. 82-3).

Por isso, a natureza vanguardista do partido em Lenin não pode ser no sentido de uma organização desvinculada das lutas diárias dos trabalhadores, ao contrário só pode ter funcionalidade diretiva se estiver envolvida nas lutas proletárias (BRAZ, 2011). Para Braz (2015) as concepções de vanguarda e de centralização política presentes na obra de Lênin, bem como os debates sobre o espontaneísmo devem ser compreendidos considerando-se o contexto histórico da Rússia.

O próprio Lenin (1978)⁸⁶ em uma publicação referente à obra *Que fazer?* chama a atenção para este fator. O teórico afirma que sua obra foi escrita diante de determinadas condições históricas, num período de desenvolvimento do próprio partido, período este que para ele já estava no passado. A obra tinha o intuito de se contrapor principalmente ao “economicismo” e considera-la isolada deste objetivo seria um erro, conforme o próprio autor. O “economicismo” era uma corrente que começava a despontar no interior do movimento social-democrata e das correntes literárias de esquerda, entendia “que qualquer conflito entre classes já se constituía numa luta política” (LENIN, 1978, p. 46), ao mesmo tempo não reconhecia a luta política.

Para Lenin (1978), a revolução só poderia surgir de uma situação revolucionária - que para ele tinha o sentido da conjugação de três condições objetivas: crise política, crise social e ações massivas - se esta fosse acompanhada da condição subjetiva da classe revolucionária que deveria estar apta a conduzir as ações revolucionárias no sentido de destruir o poder dominante. E para isso, o proletariado deve estar preparado e contar com uma organização partidária extremamente estruturada para este fim.

Uma das primeiras questões que nos deparamos na obra *Que fazer?* é a preocupação de Lênin ([1902] 2015) em combater as ideias economicistas que começaram a ganhar eco na Rússia, posto que acompanhavam em larga medida as práticas de muitas organizações dos trabalhadores e eram defendidas por meio de diferentes jornais de cunho político. O autor por este motivo busca diferenciar a política economicista presente nas organizações do tipo sindical e a política “social-democrata” que deveria ser propagada por organizações ditas revolucionárias.

A publicação foi uma forma encontrada por Lenin (2015) para responder criticamente aos ideólogos da tendência economicista que enaltecia o elemento espontâneo do movimento e com isso tendia ao revisionismo reformista. Por isso, o teórico é enfático em considerar que “só um partido orientado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda” (LENIN, 2015, p. 72).

⁸⁶ A coletânea organizada pela editora Kairós de 1978 resgata uma série de textos de Lênin. Neste trecho em específico a menção é em relação ao *Extrato do prefácio do compêndio “doze anos” de 1907*, que resgata a parte referente ao livro *Que fazer?* Entretanto como nosso objeto é reter aspectos gerais em relação ao pensamento do autor julgamos nem sempre ser preciso referenciar individualmente os excertos que constam na coletânea, quando considerarmos relevante o faremos em nota.

O que o autor pretende destacar é a importância do elemento consciente e da ideologia socialista para o avanço da luta do movimento em uma luta política que ultrapassasse os limites da luta meramente econômica, de tipo sindical, no qual a política apontava como “aspiração comum a todos os operários de obter do Estado estas ou aquelas medidas cujos fins consistem em remediar os males próprios da sua situação, mas que ainda não suprimem essa situação, ou seja, não suprimem a submissão do trabalho ao capital” (LENIN, 2015, p. 94).

Em nenhum momento Lenin menospreza o movimento de massas, ao contrário, tem convicção de sua importância, entretanto, considerava imperioso romper com a visão de que os social-democratas devessem acompanhar o nível de consciência que este apresentasse. Para o autor,

[...] o erro fundamental da “nova tendência” no seio da social-democracia russa consiste em render culto à espontaneidade, em não compreender que a espontaneidade das massas exige de nós, social-democratas, elevada consciência. Quanto mais poderoso é o ascenso espontâneo das massas, quanto maior é a rapidez com que aumenta a necessidade de uma elevada consciência, tanto no trabalho teórico da social-democracia quanto no político e no de organização (LENIN, 2015, p. 105).

O teórico entendia que o papel central do partido da social-democracia era “o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvimento da sua consciência política” (LENIN, 2015, p. 110), as outras tarefas voltadas a organização das lutas por melhores salários e condições de trabalho não deveriam ocupar todo o tempo da militância mais consciente.

A educação política para Lenin deveria ultrapassar os limites das fábricas e dos interesses dos operários; demonstrar os antagonismos da opressão política era mais do que explicar o antagonismo entre capital e trabalho apoiando-se apenas na relação antagônica entre operários e capitalistas, era preciso escancarar as manifestações concretas que decorriam desta opressão econômica e apresentam-se também nos diferentes aspectos da vida: pessoal, familiar, cívica, científica, religiosa, dentre outras.

Uma das passagens mais esclarecedoras nesta obra sobre a visão do autor acerca das lutas econômicas (pelas reformas), e a luta política (revolucionária) retrata:

A social-democracia revolucionária sempre inclui e continua a incluir na órbita de suas atividades a luta pelas reformas. Mas usa a agitação “econômica” não só para exigir do governo todo tipo de medidas, como também (e em primeiro lugar) para exigir que ele deixe de ser um governo autocrático. Ademais, considera seu dever

apresentar ao governo essa exigência não só no terreno da luta econômica, mas também no terreno de todas as manifestações da vida política e social. Numa palavra, como parte de um todo, subordina a luta pelas reformas à luta revolucionária pela liberdade e pelo socialismo (LENIN, 2015, p. 117).

Mais adiante, Lenin aborda a importância da preparação teórico-política e organizativa dos partidários revolucionários em buscar articulação com as diversas classes e setores sociais com vistas a realizar a agitação política em prol do projeto revolucionário. Para o teórico era fundamental que os social-democratas tivessem consciência desta tarefa, sobre a qual afirma:

[...] nossa tarefa consiste em utilizar todas as manifestações de descontentamento, de todo tipo, em articular e elaborar todas as formas de protesto, por embrionário que sejam. Sem contar que a massa de milhões de camponeses, trabalhadores, pequenos produtores, artesãos etc., escutará sempre avidamente a propaganda de um social-democrata minimamente hábil (LENIN, 2015, p. 144).

Para o teórico era função do partido de vanguarda, organizar denúncias contra o governo que fossem capazes de atrair inclusive aqueles setores que não faziam parte da classe operária, mas que assim como esta estavam descontentes. Exclama: “para ser vanguarda é preciso, justamente, atrair outras classes” (LENIN, 2015, p. 146).

Considerar o partido de vanguarda na visão leninista tem o sentido de pensar a importância de um núcleo duro de “revolucionários profissionais” ou “intelectuais”, formado por pessoas preparadas no nível teórico e prático que assumissem como profissão a atividade revolucionária, posto que a preocupação central era formar uma organização estável de dirigentes capaz de trabalhar para tentar assegurar a continuidade do movimento revolucionário e para elevação da prática e da consciência dos operários. Lenin é categórico: “Quanto a nós, partido de luta contra *toda* opressão econômica, política, social, nacional, podemos e devemos encontrar, reunir, formar, mobilizar e pôr em marcha esse exército de homens oniscientes” (2015, p. 212, grifo original).

A questão do partido de vanguarda em Lenin não se trata de uma idealização da forma partido político, mas uma necessidade histórica que se apresentou à organização da classe trabalhadora na luta de classes com vistas à revolução socialista. Essa ideia fica mais nítida na obra *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*, na qual Lenin considera

[...] que as classes são, geralmente e na maioria dos casos (pelo menos nos países civilizados modernos), dirigidas por partidos políticos; que os partidos políticos são dirigidos, via de regra, por grupos mais ou menos estáveis, compostos pelas pessoas com maior autoridade, mais influentes ou experimentadas, eleitas para cargos de maior responsabilidade e denominadas chefes. Tudo isso é ABC, tudo isso é simples e claro (LENIN, [1920] 2014, p. 73-4).

Esta última obra escrita pelo teórico em 1920, aborda de forma magistral o papel do partido revolucionário a partir de diferentes questões como: democracia burguesa, efetivação da soberania popular, ditadura do proletariado, oportunismo da tendência reformista, infantilidade de correntes mais esquerdistas, atuação parlamentar, cooptação política, dentre outras.

Segundo Ronaldo Coutinho, no que se refere à temática vanguardista do partido, a obra esclarece que “A questão da disciplina revolucionária não se reduz, em hipótese alguma, na ótica de Lenin, ao âmbito interno do partido, mas na própria relação do partido com as grandes massas” (COUTINHO, 2014, p. 31).

Inclusive a relação do partido com as massas é o tema central desta obra, por isso, conforme Coutinho, Lenin propõe-se combater as tendências esquerdistas que pretendiam criar novas organizações sindicais a fim de romper com os sindicatos e associações trabalhistas que estavam impregnados com as tendências reformistas. O que na análise leninista consistia um erro no mínimo infantil (COUTINHO, 2014).

Para Lenin (2014), um dos pontos mais problemáticos do esquerdismo era a negação da necessidade do partido e da disciplina partidária para a organização do proletariado e das massas, pois reportava à dispersão, o que era prejudicial para a luta revolucionária, pois “[...] sem um partido capaz de captar o estado de espírito das massas e influir nele é impossível levar essa luta a cabo com êxito” (LENIN, 2014, p. 78).

Na contramão das análises dos esquerdistas, o teórico considera que a inserção dos comunistas nos sindicatos operários e a aplicação das diretrizes do partido era um meio pelo qual o partido poderia manter vínculo com a classe e as massas e exercer a ditadura do proletariado. Nesta trilha, Lenin compreende que a vanguarda teria o papel fundamental de “[...] instruir, ilustrar, educar, atrair, para uma vida nova as camadas e as massas mais atrasadas da classe operária e do campesinato” (LENIN, 2014, p. 86) e que por isso “[...] a tarefa dos comunistas consiste em saber convencer os elementos atrasados, saber atuar entre eles, e não isolar-se deles [...]” (LENIN, 2014, p. 91). Em outros termos, manter relação com as organizações da classe e atuar conforme o direcionamento do partido.

Outro equívoco dos “esquerdistas”, alvo da crítica de Lenin, é a ideia de esgotamento da via parlamentar como espaço de atuação dos partidos revolucionários. O teórico é enfático:

“Enquanto não tenhais força para dissolver o parlamento burguês e qualquer outra organização reacionária, vossa obrigação é atuar no seio dessas instituições [...]” (LENIN, 2014, p. 96). Por outro lado, é necessário compreender que esta ação parlamentar só tinha sentido se combinada à agitação e a propaganda da proposta revolucionária (COUTINHO, 2014). Sobre este aspecto, tomamos emprestada a ressalva do comentarista:

Todavia, é muito importante sublinhar que a necessidade de atuação parlamentar enfatizada por Lenin não pode ser entendida, em qualquer hipótese, como uma forma de estabelecer acordos ou alianças políticas com segmentos burgueses para a construção reformista da democracia em seu molde burguês. Para Lênin a participação nos sindicatos reacionários e no parlamento burguês constituem formas de luta *cuja validade é fundamentalmente assentada na estreita vinculação a uma estratégia revolucionária de tomada do poder* (COUTINHO, 2014, p. 35, grifos original).

Por isso, conforme o autor, é fundamental entender que Lenin faz distinção entre uma proposta de colaboração de classes e a necessidade de realizar acordos conjunturais com outras classes sociais. Sobre este aspecto da visão leninista, o autor afirma:

[...] deve-se fazer distinção entre o compromisso que representa capitulação, diante da hegemonia do adversário, renúncia à própria autonomia política, ao próprio objetivo *estratégico* e de *princípios* e o compromisso indispensável em decorrência da correlação de forças, da necessidade de acordos para conseguir preservar posições e meios para avançar e enfrentar o principal inimigo (na verdade, o *inimigo da classe*) (COUTINHO, 2014, p. 38, grifos original).

A atuação do partido proletariado na via parlamentar em Lenin (2014) tem um caráter pedagógico, de denunciar aspecto estritamente formal do parlamentarismo burguês. Segundo o teórico, as experiências revolucionárias atestam que em tempos de revolução é preciso combinar as ações massivas fora do parlamento com a atuação dos políticos favoráveis à revolução dentro do parlamento. Para Lenin o partido revolucionário deveria preparar seus militantes para estarem aptos a usar mecanismos ilegais e formas legais de luta, que serviriam ao fim de propagandear juntos às massas os interesses do Partido Comunista, qual seja, a revolução socialista.

Lenin conclui:

É necessário que o Partido Comunista lance suas palavras de ordem; que os verdadeiros proletários, com a ajuda da gente pobre, inorganizada e completamente oprimida, repartam entre si e distribuam panfletos, percorram as casas dos operários, as palhoças dos proletários e dos camponeses que vivem em aldeias longínquas [...], entrem nas tabernas frequentadas pelas pessoas mais simples, introduzam-se nas associações, sociedades e reuniões eventuais das pessoas pobres (LENIN, 2014, p. 147).

Portanto, o partido revolucionário para Lenin deve alcançar um alto nível de organização, tanto no que diz respeito ao seu conteúdo de classe, quanto à forma assumida.

3.2.3 A contribuição de Rosa Luxemburgo

Rosa Luxemburgo é destacadamente reconhecida pelos debates teóricos que travou no interior do Partido Social-Democrata da Alemanha (PSDA), no qual ingressou em 1898, ou seja, quando o partido já tinha alcançado certa experiência política, exatos 28 anos de existência (BENJAMIN, 2015, p. 8). Entretanto, a vida política de Rosa iniciou ainda na sua mais tenra juventude, no movimento secundarista. Já na maturidade, exilada na Suíça, ainda que à distância, a mesma pode contribuir para a fundação do Partido Socialista Polonês e do Partido Socialista Democrático da Polônia e da Lituânia. Rosa participou ainda da fundação do Partido Comunista Alemão, em 1918 e cerca de um ano depois foi presa e morta por defender o projeto revolucionário (BOGO, 2010; BENJAMIN, 2015).

No interior do PSDA, Rosa elaborou críticas bastante contundentes a respeito do revisionismo reformista bernsteiniano que sugeria o abandono da revolução (BOGO, 2010, BRAZ, 2011; BENJAMIN, 2015). A respeito deste tema, a teórica publicou a obra *Reforma e Revolução*, na qual segundo Bogo (2010), sublinhou que as reformas não são suficientes para destruir as relações de produção capitalistas e por isso os operários deveriam lutar pelas reformas, mas sem perder de vista o projeto revolucionário. Além do reformismo, nota-se em Braz (2011), que as críticas luxemburgueanas direcionavam-se ao anarquismo e também ao dirigismo da social-democracia russa.

Reforma e Revolução, publicado em 1900, resultou da condensação de dois artigos escritos por Rosa em setembro de 1898 e abril de 1899, em resposta com tom de refutação a uma série de publicações de Bernstein em *Neue Zeit* (uma revista teórica do partido. As ideias de Bernstein depois de consolidadas foram publicadas no livro *As premissas para o socialismo e as tarefas da social-democracia*), esclarece Benjamin (2015). O problema é que as análises bernsteineanas alcançaram capilaridade não só junto à liderança do PSDA, mas também junto à base do partido, boa parte do movimento operário alemão.

Coube à Rosa a tarefa revolucionária de refutar, a partir de um olhar de dentro do próprio PSDA, as ideias revisionistas de Bernstein que conduziam o partido para uma postura moderada, nitidamente reformista (BENJAMIN, 2015).

Já no prefácio do texto referido, a autora deixa explícito que a questão retórica *reforma ou revolução?* - título da obra - não pretende diminuir a importância das reformas como instrumento a serviço da revolução social. Desde o prefácio, a autora indica:

A luta cotidiana pelas reformas, pela melhoria do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, constitui, mesmo para a social-democracia, o único meio de travar a luta de classe proletária e trabalhar no sentido da sua finalidade, isto é, a luta pela conquista do poder político e supressão do assalariado. Existe para a social-democracia um laço indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução, sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim (LUXEMBURGO, 2015, p. 18).

O processo de separação e mesmo oposição entre reforma e revolução realizada por Bernstein é deliberadamente uma renúncia da transformação social, argumenta Luxemburgo. Segundo a autora, Bernstein defendia a caducidade da tese sobre o colapso geral do capitalismo, posto a crescente capacidade de adaptação do capitalismo, visível no fim das crises gerais, na manutenção e crescimento das classes médias (aumentadas pela elevação de amplos segmentos do proletariado ao nível desta, contrapondo-se à tendência de proletarização anunciada por Marx), e por fim, na melhoria das condições econômicas e de participação política do proletariado devido à ação sindical.

Diante do quadro que desenhou, Bernstein conclui que a ação do proletariado deveria ser dirigida à melhoria das condições de vida da classe e instituição do socialismo a partir da ampliação progressiva do controle social e do cooperativismo gradual e não mais à conquista do poder político (LUXEMBURGO, 2015).

Conforme Rosa, a tese de uma crise geral e catastrófica do capitalismo como ponto de partida da transformação socialista indica a ideia de que o próprio capitalismo gera em seu interior contradições que preparam o terreno para sua derrocada. A elaboração desta tese, segundo a autora, baseia-se em três implicações relacionadas ao desenvolvimento capitalista:

Primeiro, a anarquia crescente da economia capitalista, a qual conduz à sua ruína inevitável; segundo, na socialização crescente do processo de produção que cria os germes do regime social futuro; e terceiro, no reforçamento crescente da organização e da consciência de classe do proletariado, que constitui o fator ativo da próxima revolução (LUXEMBURGO, 2015, p. 23).

A autora indica que o equívoco de Bernstein se fundamenta no abandono do primeiro pilar, uma vez que desacredita no desmoronamento do regime capitalista. Baseado em um arcabouço de argumentos este autor chega a conclusão que a realização do socialismo se dará por meio dos sindicatos, das reformas sociais e da democratização política do Estado (LUXEMBURGO, 2015).

Em sentido oposto de Bernstein, Rosa sustentada na tese da natureza de classe do Estado, argumenta que a realização das reformas possui um caráter limitado no sistema vigente. A autora tem clareza de que as funções de interesse geral voltadas ao desenvolvimento social adotadas pelo Estado capitalista não são estranhas à sua natureza de classe, ao contrário, o mesmo pode adotar medidas que se choquem com os interesses primários da classe dominante. Entretanto, fica o alerta “Quando este desenvolvimento tiver atingido certo nível, os interesses da burguesia, enquanto classe e os do progresso econômico começam a chocar-se, mesmo no sentido capitalista” (LUXEMBURGO, 2015, p. 54).

A autora esclarece:

No conflito entre o desenvolvimento capitalista e os interesses de classe dominante, coloca-se o Estado do lado desta. Sua política, assim como a da burguesia, entra em conflito com o desenvolvimento social. Assim, perde cada vez mais o caráter de representante da sociedade em conjunto, para transformar-se, na mesma medida, cada vez mais em um puro Estado de classe. Ou, precisando melhor, essas duas qualidades se distinguem uma da outra e se intensificam, formando uma contradição na própria natureza do Estado. Contradição essa que se torna cada dia mais aguda. Isso porque, por um lado, cresce as funções de interesse geral do Estado, suas intervenções na vida social, seu “controle” sobre essa vida, e, por outro lado, o caráter de classe obriga-o cada vez mais a transportar o centro de sua atividade e seus meios de coerção para campos que só são úteis ao caráter de classe da burguesia [...] (LUXEMBURGO, 2015, p. 58).

A democracia de maneira alguma fere esta natureza do Estado, ao contrário, o corresponde, afirma a autora. E, de forma tão tangível que estas próprias formas democráticas são sacrificadas pela burguesia sempre que tenderem a negar seu caráter classista. Por isso, a luta pelas reformas sociais e pela democratização das instituições políticas só pode ter um sentido educativo para o movimento do proletariado na sua luta pela conquista do poder, por meio desta experiência, diz a autora é que o proletariado percebe que é incapaz por estes meios de transformar radicalmente sua situação e torna visível sua necessidade de conquistar o poder.

Para a autora: “A grande importância da luta sindical e da luta política reside em que elas socializam o conhecimento, a consciência do proletariado, organizam-no como classe”

(LUXEMBURGO, 2015, p. 63). Tornada a luta pelas reformas sociais e pela socialização política um fim em si mesmo, esta não só deixa de ter o caráter de preparação do proletariado para a conquista do poder como ainda torna-se a sua negação. Conclui a autora,

Portanto, não surge o socialismo necessária e automaticamente da luta cotidiana da classe operária. É ele consequência apenas das contradições crescentes da economia capitalista e da compreensão que tenha a classe operária da inelutabilidade da supressão dessa economia, por meio da transformação social. Negando uma e afastando a outra, como faz o revisionismo, reduz-se o movimento operário a um simples movimento corporativo e reformista, encaminhando-se, naturalmente, em linha reta, para o abandono do ponto de vista da classe (LUXEMBURGO, 2015, p.65).

Para Rosa, o revisionismo bernsteineano induz a renúncia à luta pela supressão do capitalismo, um erro teórico cujo rebatimento prático para o proletariado organizado é gravíssimo, pois conduz - dentre outras questões - à conciliação de classes entre este e a burguesia liberal. O abandono da luta de classes acaba por levar Bernstein a contestar a própria existência da classe e deflagra, assim, a negação da própria classe na sociedade capitalista (LUXEMBURGO, 2015).

Rosa Luxemburgo teve uma participação bastante ativa no interior do PSDA, suas elaborações sobre a organização da classe, no que diz respeito aos objetivos, estratégias e táticas de luta não se limitam ao diálogo crítico apenas com a tendência revisionista bernsteineana. De fato, no decorrer de sua trajetória no PSDA, Rosa desenvolveu diálogos críticos até mesmo com Lênin, sobretudo, em relação ao centralismo do partido. Afirma Bogo (2010, p. 234): “Para ela, era inadmissível ter uma organização centralizada e sem democracia interna, na qual as massas fossem impedidas de participar”.

Entretanto, diferente do caso de Bernstein com o qual Rosa demonstrou forte oposição às formulações teóricas (LUXEMBURGO, 2015), no caso de Lênin, apesar das polêmicas, autores como Mattos (2012) e Braz (2011), consideram complementariedade e aproximações entre as análises da autora e o teórico da Revolução Russa. Neste sentido, Braz notifica:

Rosa acentua a importância do papel da direção consciente do partido não só para a elevação do grau de politização dos movimentos de massas, mas também como instrumento indispensável para o próprio desencadeamento das ações políticas do proletariado. Essa tarefa delegada ao partido o torna central para o avanço consciente e para o próprio desenlace do processo revolucionário [...]. (BRAZ, 2011, p. 71-72).

Rosa polemizou não só com seu contemporâneo, segundo Bogo (2010), ela buscou dialogar com as análises inclusive de Engels. No seu famoso texto *Greve de massas, partido e*

sindicatos, publicado em 1906, no contexto dos primeiros eventos na Rússia que apresentaram possibilidades revolucionárias, a autora buscou atualizar as considerações engelsianas no tocante à crítica aos anarquistas (BOGO, 2010). Entretanto, conforme as próprias palavras de Rosa, “Não deve concluir-se que Marx e Engels sustentaram erradamente a tática da luta política ou que sua crítica ao anarquismo seja falsa” (ROSA, 2012, p. 243)

Conforme Bogo, na compreensão de Rosa, a experiência russa resolveu o embate histórico, uma vez que,

A revolução comprovou que os anarquistas estavam equivocados, pois acreditavam que a greve de massas deveria se dar sem organização política; [ao mesmo tempo que] demonstrou aos marxistas que ela não era contrária à ação política, pois havia se tornado o principal instrumento para se impulsionar a revolução [...]” (BOGO, 2011, p. 235).

Rosa percebeu a relação dialética entre a luta econômica e a luta política e afirmou que esta também pode desencadear novas lutas no plano econômico (BOGO, 2010). Ou seja, não é linear a passagem da condição de classe em si à classe para si, uma vez que, o caráter espontâneo e a organização política assumem um tom de complementariedade nas análises luxemburgueanas. Segundo Braz, a autora “sustenta que a consciência revolucionária e a própria vontade das massas se desenvolveriam no curso das lutas revolucionárias que tinham na greve de massas um instrumento efetivo de impulsão” (idem, p. 68), ao passo que “as organizações partidárias assumiriam funções de liderança por expressarem os segmentos mais conscientes e mais preparados do movimento revolucionário” (BRAZ, 2011, p. 68).

A obra *Greve de massas, partido e sindicatos*, de fato é muito reveladora sobre o posicionamento de Rosa em relação ao papel do partido político na luta da classe trabalhadora. Para ela, a experiência russa inaugurou uma nova fase na história do movimento operário ao apontar a greve de massas ou geral como um instrumento importante para o avanço da ação política do proletariado (LUXEMBURGO, 2010).

Apesar de instrumental, a autora alerta que a greve de massas não é resultado direto da ação propagandista, portanto não pode ser provocada e tampouco proibida conforme a vontade dos sujeitos políticos. Este fenômeno estudado pela teórica diferenciava-se da greve política de massas observada na Alemanha, sobre a qual esclarece:

Entende-se como tal uma arrancada maciça e única do proletariado industrial empreendida por ocasião dum ato político da maior importância com base num acordo recíproco estabelecido a esse propósito entre as direções do partido e dos

sindicatos, e que, conduzida na mais perfeita ordem e com espírito de disciplina, termine com uma ordem ainda mais perfeita, sob a palavra de ordem dada no momento oportuno pelos dirigentes, não esquecendo que a administração dos subsídios, as despesas, os sacrifícios, numa palavra, todo o balanço material é determinado a priori com precisão (LUXEMBURGO, 2010, p. 252).

Na Rússia, as manifestações grevistas apresentavam um caráter mais espontâneo, no sentido que não expressava o acúmulo organizativo dos operários e sim a ausência desta organicidade. Tal como se apresentava na Rússia a greve de massas não pode, segundo a autora, ser vista como “[...] um meio engenhoso inventado para reforçar o efeito da luta proletária, mas é o próprio movimento da massa proletária, a forma de manifestação da luta proletária na revolução” (LUXEMBURGO, 2010, p. 281, grifos originais). A autora completa com a afirmativa de que o termo greve de massas deve servir para designar “todo um período da luta de classes” (idem), um contexto histórico em que as potencialidades revolucionárias vêm à tona. O elemento gerador da greve de massas advém da confluência de causalidades políticas e econômicas que reciprocamente se complementam e formam a dinamite que provoca a explosão geral.

Segundo Rosa,

[...] é a revolução que cria por si só as condições sociais permitindo uma passagem imediata da luta econômica à luta política e vice-versa, o que se traduz na greve de massas. [...] na realidade não é a greve de massas que produz a revolução, mas é a revolução que produz a greve de massas (LUXEMBURGO, 2010, p. 288).

Isso não significa que para a autora, as greves se deem ao acaso, mesmo em contexto revolucionário requer ação do operariado. Na mesma lógica, ainda que a autora visualize a greve de massas como produto das condições concretas que provocam a ação espontânea das massas, em momento algum isso significa um descarte do papel diretivo do partido revolucionário, pelo contrário, evidencia sua necessidade. Para Rosa, esta direção não pode se dar de forma arbitrária pelo partido, mas na sua estreita relação com as massas. Para a autora,

A tarefa mais importante de “direção” no período de greve de massas consiste em dar a palavra de ordem da luta, em orientá-la, em dirigir a tática da luta política de tal modo que em cada fase e em cada instante do combate, seja realizada e posta em ação a totalidade do poder do proletariado, já comprometido e lançado na batalha, e que este poder se exprima pela posição do Partido na luta [...] (LUXEMBURGO, 2010, p. 292).

Ainda que Rosa chame atenção para o caráter espontâneo da greve de massas, no nosso entender é um reducionismo analítico classifica-la como espontaneísta, uma vez que, a autora compreende que mesmo esta espontaneidade das massas só foi possível dado ao acúmulo

histórico da classe trabalhadora organizada que desempenhou uma ação civilizatória fundamental (LUXEMBUGO, 2010, p. 295).

O que Rosa propõe combater é o esquematismo teórico-prático presente na lógica de que primeiro o proletariado precisa alcançar um nível de organização política, no sentido de ter desenvolvido a consciência revolucionária para depois estar apto à ação revolucionária. Em um período revolucionário, isso ocorre de forma concomitante. Segundo a autora, “[...] num autêntico período revolucionário, a massa dos que atualmente se encontram num estado de aparente apatia política e são insensíveis a todos os esforços dos sindicatos e do Partido no sentido de organizar, enfileirar-se-á atrás da bandeira da social democracia” (LUXEMBURGO, 2010, p. 306). E completa, em pouco tempo de revolução, as massas desorganizadas vivenciam um processo político-pedagógico muito mais rápido do que toda ação educativa que a vanguarda conseguiria construir em períodos normais. Portanto, para a autora, a tarefa da vanguarda revolucionária seria direcionar politicamente o conjunto do movimento e não o preparo ou direcionamento técnico da greve de massas.

O mais importante é notar que na trilha argumentativa de Rosa, a condição da Rússia inaugurou um novo tempo de lutas revolucionárias. Isso ocorre porque, conforme a autora, o proletariado russo é chamado à cena num contexto histórico em que a revolução democrático-burguesa internamente ainda não havia acontecido, ao mesmo tempo em que o grau de desenvolvimento do capitalismo já demonstrava o antagonismo entre capital e trabalho. Neste sentido, a Rússia se diferenciava totalmente das revoluções burguesas dos séculos VIII e XIX.

Segundo a autora, a revolução democrática na Rússia apresenta-se como possibilidade num momento em que “o conflito entre a sociedade burguesa e o absolutismo é dominado pelo conflito entre o proletariado e a sociedade burguesa; por que o proletariado luta simultaneamente contra o absolutismo e a exploração capitalista” (LUXEMBURGO, 2010, p. 309). Por isso, na visão da autora, a greve de massas expressa uma tática revolucionária singular, justamente porque “[...] liga a revolução a um gigantesco trabalho civilizador no sentido preciso do termo: a elevação material e intelectual de toda a classe operária, ‘civilizando’ as formas bárbaras de exploração capitalista” (LUXEMBURGO, 2010, p. 311).

3.2.4 A contribuição de Gramsci⁸⁷

Antonio Gramsci dá continuidade ao legado dos teóricos marxistas que discorreram sobre o papel do partido na organização política da classe trabalhadora com vistas ao processo revolucionário. O mesmo destacou-se teoricamente pelos seus *Cadernos*⁸⁸ do cárcere, nos quais discorre sobre vários temas, dentre eles a luta política a ser construída pela classe trabalhadora. Todavia, a jornada teórica e política deste autor sardenho iniciou bem antes do seu encarceramento, desde 1913.

No interior do Partido Socialista Italiano (PSI), Gramsci já se colocava contra a tendência que acreditava na espontaneidade do amadurecimento das condições objetivas que levariam ao fim do sistema capitalista (COUTINHO, 2011). As inúmeras discordâncias em relação ao direcionamento do PSI levaram o teórico, em 1921, a sair do partido e fundar junto com seus camaradas o Partido Comunista Italiano (PCI), no qual assumiu cargo de secretário-geral, foi representante na Internacional Comunista e eleito deputado ao Parlamento (BOGO, 2010a; COUTINHO, 2011; SADER, 2012).

Com o foco voltado para a esfera político-ideológica, Gramsci pode aprofundar a teoria marxista. Conceitos como intelectual orgânico e hegemonia são exemplos de sua contribuição para o estudo da organização política partidária da classe trabalhadora (BOGO, 2010a; COUTINHO, 2011; SADER, 2012).

Segundo o autor,

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1982, p. 3).⁸⁹

⁸⁷ Esta seção traz uma síntese de alguns elementos já trabalhados em nossa dissertação de mestrado na primeira seção do capítulo 2, na qual abordamos “O papel da hegemonia na organização da cultura”, na visão gramsciana. Apesar de aquele trabalho abordar de forma mais abrangente algumas categorias centrais para Gramsci como Estado e hegemonia, aqui, o foco no partido político nos permitiu introduzir novas leituras. (Cf. PEREIRA, 2012).

⁸⁸ Forma como ficaram conhecidos os escritos de Gramsci realizados durante os vinte anos que passou na prisão, de 1926 a 1937 (BOGO, 2010a; COUTINHO, 2011; SADER, 2012).

⁸⁹ Também em Gramsci (2011, p. 203).

Portanto, na visão gramsciana, os intelectuais orgânicos são representantes das classes sociais fundamentais e cumprem um papel central no processo de direcionamento político-ideológico, com vistas a homogeneizar os interesses da classe que representam como sendo de toda a sociedade (GRAMSCI, 1982, COUTINHO, 1990).

Neste sentido, cada classe social fundamental teria seus intelectuais orgânicos que são os responsáveis por elaborar e difundir a ideologia de sua classe em busca de universalizar sua concepção de mundo por meio de diferentes mecanismos que permitiriam à mesma cumprir uma função hegemônica, de direção na sociedade.

Como comissários da classe dominante, os intelectuais buscariam garantir a supremacia de sua classe de duas formas: através do consenso, para a qual procuram orientar, educar, formar as consciências das grandes massas da população, principalmente, através dos aparelhos privados de hegemonia presentes na sociedade civil, como os meios de comunicação de massa; e paralelamente, através da coerção, ao buscar disciplinar e punir os grupos que contestam este direcionamento, principalmente amparados em instituições da sociedade política, por exemplo, o Legislativo, por meio da formulação de leis. Neste sentido, a partir de diferentes instituições do Estado ampliado⁹⁰, a classe dominante constrói os meios para elaboração e difusão da ideologia dominante, como uma das formas de garantir sua hegemonia (GRAMSCI, 1982).

O processo de hegemonia para Gramsci está intrinsecamente relacionado à direção política, a construção do consenso, a formação cultural e moral (GRAMSCI, 2011). Segundo bem esclareceu Gruppi (1978), no pensamento gramsciano,

[...] a hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o

⁹⁰ Na visão de Gramsci (2011) a superestrutura é composta por dois grandes “planos”, “[...] o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o ‘da sociedade política ou Estado’ planos que correspondem respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico” (p. 208). Em outro momento o teórico destaca: “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (p. 269). Ou seja, o autor possui uma visão ampla do Estado, no qual a “sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia dum dado momento” (p. 267) seria o Estado em sentido estrito e englobaria todas as organizações de domínio direto, como as organizações militares, jurídicas, burocráticas, o governo, enquanto “a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.)” (p. 267), seria o campo de ação dos intelectuais na disputa pela hegemonia (p. 208 e 267).

momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (GRUPPI, 1978, p. 70).

Como contraponto, os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora teriam a função de posicionar-se criticamente ao movimento hegemônico e buscar construir, difundir ou mesmo consolidar o projeto societário da classe trabalhadora, com vistas a popularizá-lo ao máximo, o que significaria não só alcançar o envolvimento das massas da classe trabalhadora como também outros segmentos de classe com os quais possa formar aliança em prol do projeto de transformação social (GRAMSCI, 1982).

Em outras palavras, como representantes da classe trabalhadora, os intelectuais orgânicos buscam disputar a hegemonia e utilizam para isso de variados espaços para a educação permanente da classe trabalhadora no sentido de desmistificar a natureza das relações capitalistas, portanto, contribuem para a formação da consciência de classe e para a luta pela ruptura e superação das relações de dominação de classe (GRAMSCI, 1982).

O papel dos intelectuais orgânicos em Gramsci possui laços tão estreitos com a função político-partidária que Coutinho (2003) considerou a observação de Jean-Marc Pottier precisa ao apontar que a correspondência entre as formulações sobre os intelectuais e o partido em Gramsci não são fortuitas, ao contrário dão a entender que quando o teórico definiu o intelectual tinha em mente o partido político. Também a interpretação realizada por Togliatti de que o partido operário na visão gramsciana seria o “intelectual coletivo” é adequada para Coutinho (2003), que complementa com o indicativo de que para Gramsci o intelectual também tem funções análogas a do partido político.

Esse argumento fica mais forte, quando em Gramsci (1991) aparece a correspondência do partido político como o moderno príncipe⁹¹. Ao remeter à obra *O Príncipe*, de Maquiavel, a análise gramsciana pretende demonstrar que nas sociedades modernas, o papel que antes era

⁹¹ Como exemplo o autor afirma: “Se se devesse traduzir em linguagem política moderna a noção de ‘Príncipe’, da forma como ela se apresenta no livro de Maquiavel, seria necessário fazer uma série de distinções: ‘príncipe’ poderia ser um chefe de Estado, um chefe de Governo, mas também um chefe político que pretende conquistar um Estado ou fundar um novo tipo de Estado; neste sentido, a tradução de ‘príncipe’ na linguagem moderna poderia ser ‘partido político’. Na realidade de qualquer Estado, o ‘chefe do Estado’, isto é, o elemento equilibrador dos diversos interesses em luta contra o interesse predominante, mas não exclusivista em sentido absoluto, é exatamente o ‘partido político’ [...]” (GRAMSCI, 2011, p. 235).

atribuído a um indivíduo, com a consolidação do Estado Moderno, torna-se coletivo. Para o autor,

[...] moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser um propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para o desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna (GRAMSCI, 1991, p. 10-11).

Gramsci (2012), no texto *Elementos da política*⁹², diante da incontestável existência de dirigentes e dirigidos, governantes e governados na sociedade devido à divisão socio-técnica do trabalho, afirma que os partidos políticos apresentam historicamente as condições mais favoráveis para desenvolver a potencialidade de direção e de formar dirigentes.

Como uma forma de organização da classe trabalhadora, o teórico considera que, historicamente, esta foi a que apresentou melhores condições de romper com as barreiras corporativistas dos movimentos de trabalhadores. Chega a afirmar que o partido político apresenta uma função fundamental de direção e organização da classe no sentido de equalizar suas lutas, ou seja, de unificar diferentes objetivos em prol do projeto de transformação social, isto é, em função do fim da sociedade capitalista (GRAMSCI, 1991).

Por isso, conforme Cruz (2010), uma das tarefas do partido político na visão gramsciana seria a formação política, com vistas à construção de quadros e a capacitação de lideranças para disputar a direção de movimentos e de outras organizações da sociedade civil, já que a legitimidade do partido expande quando o mesmo consegue alcançar segmentos da sociedade alheios ao embate político.

O processo de formação da consciência político-ideológica da classe em uma fase de disputa pela hegemonia aponta para o campo da grande política, por isso a unidade de classe torna-se uma tarefa fundamental do partido político revolucionário (GRAMSCI, 1991).

Com efeito, para Gramsci (1991, p. 49-50; 2011, p. 252-253) existem diferentes níveis de consciência político-ideológica coletiva, que demonstram o grau de homogeneidade, autoconsciência e organização das classes sociais. No nível denominado “econômico corporativo”, a unidade do grupo é marcada por sua identificação imediata, o que o coloca em concorrência com outros grupos muitas vezes da própria classe. Em outro momento até

⁹² Ou *Elementos de política* (GRAMSCI, 2010, p. 232).

compreende-se os interesses coletivos da classe social, mas atem-se às lutas no campo econômico e quando engloba a disputa política fica restrita à pequena política, limitada à busca de igualdade político-jurídica com a classe dominante. O nível mais elevado de consciência política corresponde ao momento em que os interesses meramente corporativos são ultrapassados e a hegemonia disputada, passando a luta para o campo da grande política.

Para o autor,

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (GRAMSCI, 2011, p. 243).

É no terreno da grande política que se opera o processo catártico, já que segundo o autor,

Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem “do objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas (GRAMSCI, 2011, p. 192).

O momento catártico para Gramsci está diretamente vinculado à disputa pela hegemonia, pois se processa quando ocorre o salto da *consciência em si* à *consciência para si*, se usarmos os termos marxianos similares. Atuar no campo das ideologias é importante para a ação do partido revolucionário, uma vez que, segundo o autor, neste terreno a consciência de classe se expressa mais elaboradamente e determinadas classes e estratos sociais compreendem-se como ser social e percebem sua força e suas tarefas (GRAMSCI, 2011).

Como se pode observar para o autor é na fase da grande política,

que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em conformação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, onde todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2011, p. 253).

É recorrente o destaque à “reforma intelectual e moral” como função a ser desempenhada pelo partido do proletariado, que deveria se atentar para a necessária preparação ideológica das massas para as lutas.

De fato, o tema da revolução cultural como uma das faces do processo revolucionário é presente em Gramsci desde sua participação no PSI e leva em consideração a atenção dada pelo autor às diferenças entre as formações sociais ocidentais e orientais.⁹³ Nas primeiras, a sociedade civil é bem estruturada e tem uma relação apropriada com a sociedade política, enquanto nas segundas, a sociedade civil é primitiva e a sociedade política sobressai. (GRAMSCI, 2011).

Segundo Coutinho (2003), foi justamente a observação das diferenças nas formações sociais, que levou Gramsci a elaborar uma estratégia de luta mais adequada às sociedades ocidentais e orientais. Conforme explicação de Coutinho:

Nas formações “orientais”, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma “guerra de movimento” ou de “manobra”, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no “Ocidente”, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (“guerra de posição”), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação (COUTINHO, 2003, p. 147).

Importante frisar que o autor sardenho sempre entendeu a ruptura violenta com o capitalismo como uma necessidade histórica que deverá ser executada pela classe trabalhadora no momento em que tiver acumulado condições objetivas e subjetivas para sua tarefa revolucionária, sendo a organização político-partidária essencial para o desenvolvimento destas condições. Portanto, não se trata de abandono de uma ou outra estratégia (COUTINHO, 2011).⁹⁴

⁹³ É imprescindível destacar que os conceitos se firmam na questão histórica das formações sociais e não na posição geográfica em que se encontram (COUTINHO, 2003).

⁹⁴ A influência de Gramsci sobre a tendência eurocomunista (SADER, 2012) não pode ser creditada aos escritos do teórico (MANDEL, 1978). Segundo Mandel (1978), “O que se designa por ‘eurocomunismo’ representa, em primeiro lugar, uma codificação da evolução que sofreram os partidos comunistas da Europa ocidental a partir do VII Congresso do Komintern [expressão que identifica a III Internacional Comunista] e que os conduziu [...] a praticar uma política de colaboração de classe, sempre mais estreita, com a sua própria burguesia” (p. 45). Um processo conceituado pelo autor como “social-democratização gradual dos partidos comunistas da Europa ocidental” (p. 47), verificado nos PCs italiano, espanhol, britânico, sueco e belga, por exemplo. No livro é possível checar as raízes do eurocomunismo e concluir junto com o autor que qualquer leitura que pretenda identificar Antonio Gramsci como precursor da estratégia neoreformista demonstra “uma autêntica impostura” (p. 173). Mesmo reconhecendo ambigüidades no conceito gramsciano de hegemonia, Mandel é categórico:

Já nos seus escritos pré-carcerários, Gramsci (2011)⁹⁵ apresenta o partido como expressão da organização de classe, no caso dos trabalhadores representa a consciência desta sobre sua tarefa histórica. Para o teórico o partido revolucionário deveria ser a antecipação do Estado socialista, no sentido de que mesmo no interior da própria sociedade capitalista deveria apresentar-se como uma organização democrática com participação direta das massas, diferindo-se dos partidos da ordem.

Justamente pela compreensão do papel das massas no processo revolucionário é que em Gramsci o partido ganha uma dimensão educativa, devendo ter círculos de organização nos espaços em que estas se encontrassem (nos bairros e nas fábricas), que funcionariam também como propagandistas das tarefas revolucionárias. Isso ocorre porque para Gramsci toda relação de hegemonia é também uma relação pedagógica (JESUS, 1989; ABREU, 2002), que se concretiza nos diferentes processos relacionais da vida em sociedade (ABREU, 2002; COUTINHO, 2003).

Em outro texto, o autor enfatiza que toda revolução implica o envolvimento das massas (GRAMSCI, 2010). Neste texto o teórico define:

O Partido Comunista é o instrumento e a forma histórica do processo de libertação interior por meio do qual o operário passa de executor a iniciador; de massa que é converte-se em chefe e guia; de braço converte-se em cérebro e vontade; na formação do Partido Comunista é possível localizar o germe de liberdade que terá o seu desenvolvimento e a sua expansão plena depois de o Estado operário ter organizado as condições materiais necessárias (GRAMSCI, 2010).

Portanto, o partido revolucionário tem a função de direcionar as massas, expressa a vanguarda proletária, consciente do seu papel histórico, centralizada e disciplinada em um órgão que se torna assim um propagandista desta consciência política da classe.

Para Gramsci (2011), a importância do partido se dá na medida em que as três frentes de lutas do proletariado contra o capitalismo (econômica, política e ideológica) se expressam como uma luta geral.

“Nada no conceito de hegemonia, tal como foi elaborado por Gramsci, implica a idéia duma ‘conquista gradual dos poderes’ de maneira quase imperceptível, passo a passo, que está no centro da estratégia eurocomunista, como estava no centro da estratégia social-democrata para abolição do capitalismo” (p. 173).

⁹⁵ Quando utilizarmos os textos reproduzidos nas compilações feitas por Coutinho (2011), Sader (2012) e Bogo (2010), para facilitar a identificação do leitor nossa referência será respectivamente, Gramsci (2011), (2012) e (2010). A organização realizada por Coutinho (2011) é bastante útil para verificar como cada um dos textos foi publicado originalmente.

O reconhecimento da necessária participação das massas no processo revolucionário, não faz de Gramsci um espontaneísta. Em várias passagens, o autor considera que deve haver uma relação de complementação entre o partido e as massas, destacando que “a preparação ideológica de massa é uma necessidade da luta revolucionária, uma das condições indispensáveis para a vitória” (GRAMSCI, 2011, p. 102) e por isso mesmo uma tarefa do partido.

Para o autor estava claro, a capacidade de direção e dominação do proletariado só poderia se efetivar se este fosse capaz de mobilizar a maioria da classe trabalhadora, em um amplo sistema de alianças de classe, que unificasse a ação dos operários, camponeses e intelectuais (GRAMSCI, 2011).

Em Gramsci (2012) apesar de todos os sujeitos políticos, encarnado nas massas e nos dirigentes e organizadores, terem efetivamente uma função e importância para o movimento revolucionário, no sentido de mútua dependência ou vínculo orgânico para alcançar êxito nesta tarefa histórica, é visível que os intelectuais orgânicos no papel de dirigentes possuem uma responsabilização primordial. Na trilha de sua argumentação, “[...] não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica” (GRAMSCI, 1986).

O partido político é para o teórico a instituição que tem desempenhado esta função de destacar os intelectuais do meio das massas e de reuni-los num órgão central. Afirma:

[...] Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias (totalizadoras), isto é, pedra-de-toque da unificação de teoria e prática, entendida como processo histórico real; e compreende-se, assim, como seja necessária que a sua formação se realize através da adesão individual e não ao modo ‘laborista’, já que – se trata de dirigir organicamente ‘toda a massa economicamente ativa’ – deve-se dirigi-la não segundo velhos esquemas, mas inovando; e esta inovação não pode tornar-se de massa, em seus primeiros estágios, senão por intermédio de uma elite, cuja concepção implícita em sua atividade humana já se tenha tornado, em uma certa medida consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida (GRAMSCI, 1986, p. 22-23).

Não é à toa que para teórico a estruturação partidária se em dá três níveis: um massivo, caracterizado pela difusão, formado por pessoas que para participar precisam de disciplina e

fidelidade; um elemento intermediário, que liga as massas à direção; e um elemento principal, de dirigentes, caracterizado pela coesão, centralização, capacidade disciplinadora e inventiva (GRAMSCI, 2012).

Diante do exposto não é de estranhar que para Mattos (2012), as formulações gramscianas apresentam uma síntese sobre o partido, ao dialogar criticamente e resgatar elementos importantes de Lênin (papel da vanguarda) e de Rosa Luxemburgo (papel das massas) e também reafirmar o elemento essencial presente em Marx e Engels (projeto de transformação societária).

Por fim, sinalizamos que o esforço, de recuperar as linhas gerais das elaborações teóricas sobre o partido político nos principais pensadores marxistas e apresentá-las neste capítulo de forma separada do movimento real que as possibilitou deve ser visto apenas como uma opção metodológica. Pois, como afirma Braz (2011), as ideias sobre o partido e as propostas revolucionárias estão “[...] imbricadas nos movimentos políticos que historicamente as tornaram possíveis” (p. 26). Apenas com este entendimento é que estas formulações podem romper o engessamento teórico sacralizado e servir para entender os rumos do movimento socialista e de suas formas político-partidárias, nosso próximo passo.

4 OS PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA

Este capítulo visa analisar a formação e desenvolvimento da esquerda partidária no Brasil, a fim de entender suas particularidades, no que diz respeito às orientações ideológicas que influenciaram sua relação com os movimentos sociais, principalmente, nesta última década. Para tanto, recupera em linhas gerais as orientações ideológicas dos partidos políticos europeus que tiveram relevância reconhecida sobre a esquerda mundial. Para depois retomar a realidade brasileira e buscar suas especificidades.

4.1 OS PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS DA ESQUERDA MUNDIAL

Tomada como referência a revolução burguesa, nota-se que os partidos proletários surgem na cena política europeia cerca de setenta anos depois da organização partidária burguesa (CARONE, 1995). Na medida em que o processo eleitoral era ampliado à participação das massas, a classe trabalhadora passou a se organizar em partidos políticos autônomos. Segundo Braz (2011), a defesa da constituição de partidos políticos organizados no sentido de romper com formas sectárias e dogmáticas e buscar um processo de unidade na diversidade do movimento operário era uma das preocupações de Marx e Engels, no transcurso dos anos de 1870. Esses anos até início de 1890 demarcam “o período áureo da formação ideológica e partidária de matiz socialista” (CARONE, 1995, p. 50).

Ainda que nos anos de 1870 já fosse possível notar crescimento e fortalecimento dos partidos operários (BRAZ, 2011), conforme Przeworski (1988) a maioria dos partidos de orientação socialista foram fundados entre 1884 e 1892. Apresentam-se, segundo Carone (1995), sob a insígnia Partido Social Democrata, por exemplo, na Alemanha, na Áustria-Hungria e na Rússia, ou Partido Socialista, na França, na Espanha, na Itália e em Portugal.

Para Duverger (1970), o crescimento dos partidos socialistas na maioria dos países europeus, no início do século XX, está diretamente relacionado não só à adoção do sufrágio universal,

mas também às aspirações por justiça e direcionadas ao igualitarismo, para usar os termos de Bobbio (1995).

Conforme o autor, James Bryce propôs duas categorias para entender a origem dos partidos socialistas: partidos operários, criados pelo sindicalismo, e partidos socialistas propriamente ditos, criados por parlamentares e intelectuais. Além desses partidos com base popular, Duverger (1970) também afirma a criação de partidos agrícolas, ligados a cooperativas agrícolas e a outros agrupamentos de camponeses.

O autor mostra que os partidos socialistas da Europa continental surgiram com uma estrutura diferente dos partidos com orientação burguesa, notadamente os partidos liberais, e os partidos conservadores. Diferente destes, os socialistas tinham uma ação em prol das massas e ainda buscavam a adesão das mesmas, assim como os partidos comunistas criados depois.

Segundo afirma Przeworski (1988), a política eleitoral era vista com cautela pelos socialistas que pretendiam usa-la apenas com fins propagandísticos, sem firmar alianças ou compromissos com quaisquer outros partidos. Entretanto, tão logo se consolidou a democracia representativa, mostra o autor que esta "[...] tornou-se para os social-democratas simultaneamente o meio e o fim, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista [...]" (PRZEWORSKI, 1988, p. 50). Para este autor, o rumo que o Partido da Social Democracia tomou decorreu das escolhas que os socialistas fizeram frente às circunstâncias que a consolidação da democracia moderna introduziu.

Tomado o caso do Partido Social Democrata da Alemanha, reportado por Carone (1995) verifica-se que

O crescente número de deputados no Reichstag demonstra simpatia dos socialistas alemães pelo parlamentarismo e pela ação legal. A idéia de boa parte dos seus líderes é de que a passagem do capitalismo ao socialismo poderia, também, realizar-se por vias democráticas, principalmente na hora em que os esquerdistas obtivessem maioria nos diversos degraus da máquina administrativa do estado (CARONE, 1995, p. 24).

Entretanto, não se pode perder de vista uma série de iniciativas extra-parlamentares que contribuía para que o partido ganhasse capilaridade junto às massas e alcançasse êxito eleitoral, dentre as quais: “cursos voltados para a cultura; a fundação de escolas propriamente ditas, com seus cursos normais; a difusão de jornais e livros que defendem posições próximas

ao Partido” (CARONE, 1995, p. 25-6). Além do incentivo, por meio do apoio dos sindicatos, à atividades culturais, esportivas e outras formas de lazer voltadas aos operários.

Também em Braz (2011), há o apontamento de que a consolidação da democracia abriu um novo cenário para o movimento socialista. Mas, não só porque possibilitou aos partidos social-democratas a escolha pela participação eleitoral - inclusive com o alcance de um sucesso significativo⁹⁶, em um contexto em que a via insurrecional foi praticamente bloqueada devido a legislações e ação coercitiva do Estado - mas também, porque com a complexificação do processo revolucionário, com novos contornos políticos e ideológicos adensando as disputas entre as diferentes forças no interior do movimento socialista mundial, tornou mais evidente as interpretações que cada uma tinha da realidade, por exemplo, da natureza classista do Estado, da forma capitalista do Estado, da luta de classes, das estratégias para alcançar o socialismo, dentre outros aspectos.

Estes apontamentos também são evidenciados por Carone (1995), sobretudo, quando lança notas sobre o PSDA. Segundo o autor, o partido sempre foi marcado por contradições ideológicas. Desde sua fundação, em 1875, a partir da unificação de dois partidos de correntes distintas, quais sejam, a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães de tendência lassaleana e o Partido Operário Social Democrata de tendência marxista, fundados respectivamente em 1863 e 1869. Voltaremos a tratar deste partido mais adiante quando ficarão mais claros alguns aspectos aqui mencionados.

De posse desta explanação, acreditamos que Braz (2011) seja uma referência bastante útil para a classificação ideológica dos partidos políticos de esquerda, principalmente, pelo resgate que realiza sobre "as principais experiências históricas de partidos e movimentos do proletariado que resultaram em processos revolucionários no século 20" (idem, p. 11-12). Um período, segundo o autor, em que o protagonismo do partido marcou a luta de classes. Além deste autor lançaremos mão também de Carone (1995), dado o foco no período de conformação político-ideológica dos principais partidos europeus de esquerda, entre 1870 e 1914.

Conforme Braz (2011), no interior dos movimentos socialistas e comunistas, os partidos social-democratas que surgiram da Segunda Internacional, o partido bolchevique-leninista e o

⁹⁶ O PSDA, por exemplo, pulou de 530.000 filiados em 1907, para 1.085.000 em 1914. Passou de 2 deputados (3,3%) no parlamento em 1871, para 110 (34,8%) em 1912 (CARONE, 1995, p. 23).

partido stalinista foram os mais influentes em suas formulações de partido político e projetos revolucionários. Segundo o autor,

todos os processos revolucionários que resultaram num derrubamento do poder de classe da burguesia e na constituição de algum tipo de Estado proletário tiveram o partido como protagonista em qualquer uma das seguintes situações: durante o desenlace do processo revolucionário mais decisivo, quando se realiza a ruptura estrutural seguida de um imediato estágio de transição; no próprio processo transicional, fase sequencial à ruptura, em que se busca a consolidação da nova sociedade; ou em todos os momentos do movimento revolucionário - de sua preparação prévia, de seu arremate decisivo e de sua posterior afirmação como nova ordem social perante as massas (BRAZ, 2011, p. 17-18).

Com efeito, como vimos e aqui reafirmamos com Braz (2011), compunham o bloco da esquerda mundial na segunda metade do século XIX, as correntes que disputavam no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a direção ideopolítica do movimento socialista. Destacaram-se: a proudhonista inspirada em Pierre-Joseph Proudhon, a blanquista de Louis Auguste Blanqui, a anarquista liderada por Bakunin, e a socialista de Marx e Engels.

Se por um lado o proudhonismo e o blanquismo vinham em um constante descenso desde as derrotas do proletariado de 1848, por outro, a perspectiva marx-engelsiana ganhava força. Assim, conforme destaca Braz (2011), apesar das variadas correntes no interior do movimento socialista mundial entre meados e fins do século XIX, Marx até o fim de sua vida (1883) foi destacadamente a principal referência teórica para a atuação política do movimento operário e de suas organizações político-partidárias. Após a morte de Marx, Engels assumiu o legado (BRAZ, 2011; BOGO, 2010). Ou seja, nos anos de existência da I Internacional, a perspectiva marx-engelsiana foi hegemônica.

Após a experiência da Comuna de Paris (1871), a influência da perspectiva marxista na AIT aumentou, o que não significa que as divergências internas tenham sido sanadas, ao contrário, tornaram-se ainda mais marcantes. A tal ponto, que em 1872, por ocasião do Congresso de Haia da Primeira Internacional, as discordâncias da corrente minoritária liderada por Bakunin (de caráter anarquista) culminaram na cisão da AIT. Os anarquistas foram contra à orientação hegemônica adotada pelo Conselho Geral da AIT, que indicava investir na luta política, tanto em relação à expansão do direito ao voto quanto em defesa da constituição de um partido do proletariado (BRAZ, 2011). O grupo anarquista expulso da AIT criou outra Internacional, enquanto a fração remanescente tentou seguir com a Primeira Internacional, mas não obteve

muito êxito, assim, em 1876, o Conselho de Genebra e Nova York foi dissolvido e, em 1878, a AIT foi desfeita definitivamente (BOGO, 2010).

Em 1889, Engels convocou um congresso com vistas a organizar a Segunda Internacional, que apesar de reafirmar alguns princípios da Primeira Internacional, apresentou traços peculiares, contou com a participação de organizações de trabalhadores de todos os continentes, notadamente partidos políticos e de sindicatos (BOGO, 2010).⁹⁷

Nos anos da Segunda Internacional, segundo Braz (2011), o Partido da Social Democracia Alemã alcançou destacada influência no movimento operário internacional, de tal maneira que todos os partidos de caráter operário criados após 1890 adotaram as diretrizes programáticas e doutrinárias deste partido. Para Carone (1995), “o avanço espetacular do Partido [PSDA] resulta da sua forma e da sua presença no plano nacional. Externamente, ele aparece como modelo para outros movimentos socialistas europeus, sendo o paradigma a ser seguido” (idem, p. 26).

Conforme esses autores, esta influência aumentava à medida que esse partido alcançava êxito eleitoral. De fato, até a Segunda Internacional, os socialistas tinham alcançado representatividade política institucional significativa (um terço do eleitorado) apenas na Alemanha, dentre as economias centrais. Braz (2011) classifica o crescimento eleitoral do partido em três fases: a primeira, que ocorre na segunda metade dos anos de 1870; a segunda, entre 1878 e 1890, quando vigorou leis antissocialistas; e a terceira vai de 1890 ao fim do século e caracterizou-se pela discussão do revisionismo⁹⁸.

Braz (2011) recupera ainda três fases da Segunda Internacional em que a propagação das ideias marx-engelsianas se efetivou. De forma resumida, a primeira fase, que engloba finais dos anos de 1880 até início dos anos de 1890, delimita um cenário marcado pelas implicações sociais da crise capitalista, no qual se observa um considerável crescimento político e eleitoral dos partidos operários e socialistas e uma relação mais próxima entre estes partidos e a classe

⁹⁷ A Segunda Internacional ficou conhecida também por ter sido o espaço onde “definiu-se que o ‘1º de Maio’ seria dia de luta de todos os países para estabelecer a jornada de trabalho de 8 horas; proibição do trabalho para menores de 14 anos; abolição do trabalho noturno para as mulheres e menores de 18 anos; descanso de 36 horas por semana; proibição do pagamento do salário em produtos e alimentos etc.” (BOGO, 2010, p. 20).

⁹⁸ Segundo Braz (2011) trata-se de análises “que preconizam a necessidade de reconsiderar o pensamento marxista à luz dos desafios políticos postos pela nova realidade social do capitalismo” (idem, p. 51), entre o final do século XIX e início do século XX.

operária. Há neste período uma significativa “penetração do marxismo nos partidos e nos diversos movimentos em vários países” (BRAZ, 2011, p. 51).

Segundo Carone (1995) “entre 1880 e 1900, o número de organizações que se confessam marxistas é grande” (p. 57), engloba os Partidos Social-Democratas, da Alemanha, Áustria, Suíça e Rússia, bem como os Partidos Socialistas, da Itália e da Espanha. No que tange, especificamente, ao Partido da Social Democracia Alemã, a adoção oficial do marxismo ocorreu em 1891, ocasião em que segundo Carone (1995), o novo programa do partido foi votado, após a redação de Kautsky e Bernstein ter sido revisada e corrigida por Engels. O novo programa de Erfurt substituiu o Programa de Gotha e sanou com os equívocos lassaleanos.

Já a segunda fase reportada por Braz (2011) demarca o contexto que abrange meados de 1890, no qual o crescimento capitalista é retomado em escala global. Verifica-se a continuidade do crescimento dos movimentos de massa operário e socialista, que já legalizados em muitos países, assume uma orientação hegemonicamente reformista, que abria mão da estratégia revolucionária e da transformação radical. Segundo o autor, contribuíram para esta guinada não só a questão da legalidade das organizações, mas sobretudo a própria natureza do capitalismo, que demonstrava sua capacidade de renovação, o que colocou em questionamento, a partir das teses revisionistas, as ideias predominantes no período anterior que indicavam o fim do capitalismo.

Na terceira fase, a perspectiva da esquerda revolucionária volta a se fortalecer não só no interior de movimentos operários e socialistas de orientação marxista, mas também de outras correntes de esquerda, como o sindicalismo revolucionário, mostra Braz (2011) apoiado em Hobsbawn (1982). Esta fase começa em 1905 com as primeiras manifestações revolucionárias na Rússia e vai até 1914 com os embates operários que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Período em que, segundo Hobsbawn, os sindicatos com orientação socialdemocrata alcançaram crescimento considerável.

Entre os anos de 1890 e a primeira década do século XX, diferentes perspectivas políticas davam o tom das estratégias a serem encaminhadas no interior do movimento socialista mundial, como mostra Braz (2011). Entretanto, segundo o autor, um fato é notório:

A maior parte dos marxistas envolvidos com o movimento socialista antes da Primeira Guerra Mundial se inclinou para a ideia de que as reformas somam na construção do processo revolucionário. Elas adquirem papel estratégico sobretudo porque ajudam as massas a compreender a sua situação, ao perceberem com essas conquistas parciais possibilidades concretas de mudar suas condições de vida. A luta entre os setores “radicais” e os “reformistas” no movimento socialista não colocava em questão a importância das reformas para as massas; as reformas sociais dividiam os socialistas com relação à sua importância estratégica na luta política (BRAZ, 2011, p. 54).

O mais importante aqui é sublinhar que a Segunda Internacional, segundo Braz (2011) é marcada por um ecletismo da esquerda no que concerne a própria orientação ideológica marxista. O autor recupera em Waldenberg (1982), quatro correntes que disputavam a direção do movimento operário:

o chamado marxismo “ortodoxo”, calcado na obra de Kautsky, desenvolvido em estreita colaboração com Bebel; o revisionismo, centrado em Bernstein; o sindicalismo revolucionário; e a tendência de esquerda denominada *Neue Linke* de R. Luxemburgo e Pannekoek, militantes do Partido Social-democrata da Alemanha [...] (BRAZ, 2011, p. 52).

Destas tendências, pretendemos destacar aqui àquela, que em nosso entendimento, conformou a clivagem no campo da esquerda no século XX, a tal ponto que passou a configurar a posição centrista. Referimo-nos ao reformismo fortalecido pelo revisionismo bernsteiniano.⁹⁹

Segundo Braz (2011), embora a reorientação de Bernstein deva ser entendida no bojo das mudanças que o cenário capitalista em seu estágio monopolista apresentou¹⁰⁰, as análises de um dos pontos mais acalorados no debate socialista, qual seja o embate reforma e revolução, levaram-no ao completo distanciamento das análises marxianas, ao ponto de abandonar o projeto revolucionário, ainda que o mesmo não tivesse tal clareza.

Conforme o autor, a transição para uma ordem superior, para Bernstein, dar-se-ia sem uma ruptura violenta com a moderna ordem social capitalista e ocorreria de forma gradual à medida que as reformas sociais e políticas avançassem. O problema não estava nas reformas, mas no esvaziamento do conteúdo da luta de classes, que tornavam as reformas um fim em si mesmas, conforme bem criticou Rosa Luxemburgo (BRAZ, 2011).

⁹⁹ “Bernstein não criou o revisionismo. Tampouco inventou o reformismo. Mas foi quem deu àquele a sua forma mais acabada, o que – aliado à sua projeção e credibilidade teórico-políticas entre os marxistas – resultou em infinitas polêmicas, debates intermináveis, declarações de apoio e manifestações radicalmente contrárias dos mais diversos teóricos ligados ao PSDA e à Segunda Internacional” (BRAZ, 2011, p. 59-60).

¹⁰⁰ Por exemplo: “sufrágio universal, crescimento eleitoral e parlamentar da social-democracia, fortalecimento militar do Estado burguês, diversificação do proletariado moderno, expansão da socialização da produção capitalista, crescimento das grandes empresas e o papel das pequenas e médias, aperfeiçoamento do sistema financeiro e do sistema de crédito em particular, etc.” (BRAZ, 2011, p. 63).

Mesmo sem recuperar todo o debate que o revisionismo suscitou no campo da esquerda, o importante aqui é notar que no interior do Partido Social-Democrata da Alemanha (PSDA) disputavam forças sociais com compreensões diferentes sobre os caminhos para alcançar o socialismo. Porém, a partir de 1914, o apoio da principal força política de influência no movimento socialista mundial, o PSDA, ao governo alemão na Primeira Guerra Mundial demarcou o ápice da consolidação da “hegemonia revisionista-reformista no partido alemão e, com ela, a falência de fato da Segunda Internacional como organismo revolucionário do proletariado” (BRAZ, 2011, p. 60).

As correntes reformistas ou gradualistas tornaram-se uma tendência nos partidos social-democratas europeus e despertaram críticas ferrenhas de importantes lideranças como Rosa Luxemburgo e Lênin, que apesar das diferenças nas formulações teórico-políticas, apontavam para o horizonte revolucionário, disputando a orientação ideológica no interior dos seus respectivos partidos - Partido Social-Democrata da Alemanha (PSDA) e Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR).

Observa-se em Braz (2011), que as ideias de Lênin ressoaram não só no POS DR, mas no movimento comunista mundial, através do chamado bolchevismo. Fundada por este revolucionário, esta corrente disputava com o menchevismo, a orientação do partido levando em conta a questão agrária na Rússia. Conforme o autor, o bolchevismo alcançou hegemonia no POS DR a ponto de assumir-se como um partido bolchevique e incorporar orientações leninistas primordiais como a função vanguardista e a estrutura do centralismo democrático. Além destas características, segundo Braz (2011), para os bolcheviques “[...] a organização da classe operária deveria visar à revolução democrático-burguesa, ao estilo de Marx e Engels de 1848” (idem, p. 89).

Igualmente crítica à corrente reformista estava uma tendência ainda mais extremista que os bolcheviques, os “radicais”, ou seja, “àqueles que apostavam numa revolução socialista sem uma etapa democrático-burguesa” (BRAZ, 2011, p. 89-90), já que pressupunham que o próprio desenvolvimento capitalista levaria a destruição das classes medias, por isso desconsideravam a necessidade de alianças do proletariado com setores democráticos nacionais. Segundo o autor,

[...] os “radicais” dispensavam qualquer revisão nas formulações teóricas e pretendiam manter a meta revolucionária, negando qualquer possibilidade de alianças de classes com partidos burgueses ou com governos, ao mesmo tempo em que rejeitavam as reformas (BRAZ, 2011, p. 90-91).

Esta tendência não apresentou a força do reformismo e nem o fôlego do bolchevismo. Nota-se ainda em Braz (2011), que de um lado a corrente reformista alcançou indiscutível hegemonia nos principais partidos social-democratas europeus, de forma que passou a predominar na Segunda Internacional uma atuação política com ênfase nas reformas e total abandono da proposição revolucionária, e de outro, o bolchevismo que, sobretudo, com a Primeira Guerra e a Revolução Russa de Outubro de 1917, ganhou fôlego para se tornar influente na tendência revolucionária.

Não nos cabe aqui retratar esse evento de significado ímpar para a história da luta dos trabalhadores, mas tão somente ressaltar que a hegemonia dos bolcheviques ressoou no movimento socialista mundial e evidenciou a possibilidade real de uma vitória do proletariado, como recuperou Braz (2011).

Conforme Carone (1995),

A avaliação das diversas formas de organização e das suas respectivas ideologias permite-nos verificar, de maneira breve, que existe distinção clara entre as fases de 1880/1914 e aquela outra, de 1917 em diante. A última está ligada à ascensão do bolchevismo e à vitória da Revolução na Rússia, com a conseqüente radicalização da política e mudança de estratégia por boa parte do proletariado mundial. Agora se afirma nítida a separação entre revolucionários e reformistas: os que pensam em conciliação de classes e os que falam em luta de classes. Os últimos são os que, após a I Guerra Mundial, dinamizam a ação proletária com o seu centralismo partidário, o seu acento marxista, fatores que ilustram o progresso do movimento trabalhista (CARONE, 1995, p. 51).

A decisão sobre a I Guerra Mundial foi sem sombra de dúvida um divisor de águas no movimento socialista mundial. Às vésperas do seu acontecimento a II Internacional representava a força política que tinha alcançado este movimento, que conseguia números extraordinários que extrapolava a política parlamentar, mobilizava multidões para as manifestações públicas (MANDEL, 1978).

A postura dos partidos social-democratas em dar ênfase à questão nacional e de paz interna em detrimento do internacionalismo do movimento socialista já tinha levado Lênin nos finais de 1914 a decretar a falência da II Internacional como instrumento revolucionário e a sugerir a criação de uma nova internacional (BOGO, 2010; BRAZ, 2011). O que só se efetivou em 1919, segundo Braz depois das disputas travadas pelos mencheviques e bolcheviques no

direcionamento da Revolução Russa e de outros embates políticos e sociais que surgiram no cenário mundial. Afirmar este autor:

O quadro social era de piora das condições de vida dos operários, com as seguidas crises econômicas que se agravavam após a guerra. As grandes nações retomavam aos poucos as relações comerciais mais regulares, ainda assim, quase sempre com acordos bilaterais que expressavam as fissuras que a guerra havia deixado nas relações entre os países. Os países explorados e as colônias não ofereciam condições de consumo das manufaturas dos países imperialistas e, tampouco, mostravam condições de se industrializarem a contento da massa de capitais exportados do imperialismo (BRAZ, 2011, p. 126).

Neste contexto, a Terceira Internacional surge e anuncia o fechamento de um ciclo de disputa interna entre as duas principais tendências da Segunda Internacional e abre uma nova era de embates entre reformistas e revolucionários, agora em campos políticos diferentes, social-democratas ou socialistas e comunistas (BOGO, 2010; BRAZ, 2011).

Atesta Carone (1995), que com a Revolução Russa e posteriormente com a III Internacional, é que “[...] os termos revolucionário e reformista tomam sentido mais acentuado [...]” (p. 78). O autor esclarece:

[...] entre 1870 e 1914, domina, em parte, a incerteza ideológica e a imprecisão partidária. Neste contexto, os termos revolucionário e reformista ainda não tomam seu sentido atual, porque, no momento inicial do processo de formação partidária moderno e da formulação de sua justificativa, o fato de ser verdadeiramente um ou outro não obriga nenhum deles a se renegar. Ser reformista e ser revolucionário ainda não é questão fundamental. É a guerra e a Revolução de 1917 que vai obrigar o proletariado e suas agremiações a se definirem e escolherem o seu campo de luta. Nessa hora, a aparente neutralidade já deixa de existir, a tomada de posição é inevitável (CARONE, 1995, p. 78).

Vejamos um pouco como foi o processo de formação da III Internacional, como ficou conhecida a Internacional Comunista (IC). Conforme Braz (2011), o primeiro congresso, o da fundação, ocorreu em 1919 na Rússia e contou com poucos delegados, já o segundo realizado em 1920 apresentou expressividade representativa com delegados de diversos países europeus e de outros continentes. Foi neste segundo congresso que se deliberou a favor de ações em diferentes frentes como a sindical e a camponesa como parte da estratégia para a luta com o objetivo revolucionário socialista.

Segundo o autor, o alcance da tendência bolchevique foi tanto que influenciou até mesmo grupos como operários cristãos, anarcossindicalistas, radicais utópicos, anteriormente criticados por Lênin.

Observa-se no autor, que os bolcheviques pretendiam, a partir das chamadas “21 condições” para ingressar na Internacional Comunista, orientar o perfil das novas organizações que surgiam, bem como demarcar as forças políticas indesejáveis à IC como as tendências centristas e as de direita, como ficou claro nas orientações 2, 6, 7, 10, 13, 14 e 21 resumidas pelo autor, que incentivam a ruptura e expulsão dos reformistas de organizações e movimentos operários, além do constante filtro de conteúdos pequeno-burgueses nos partidos comunistas.

Em relação à formação dos partidos comunistas, destacamos as seguintes orientações (9, 16, 17) parafraseadas pelo autor: “formação de núcleos comunistas subordinados ao conjunto do partido nos sindicatos; [...] reconhecimento do caráter obrigatório das decisões da IC, ‘partido mundial único’; [...] denominação dos partidos de ‘partido comunista’ em vez de “partido socialista” (BRAZ, 2011, p. 130-131).

O autor afirma que estas condições suscitaram tanto reações favoráveis, por parte da maioria das tendências socialistas e dos novos comunistas, quanto desfavoráveis, por parte dos social-democratas, anarquistas e até de alguns setores de esquerda como os adeptos das ideias de Rosa Luxemburgo.

O exposto nos permite afirmar que a IC não apenas delimitou quais posições são de centro-esquerda caracterizadas pela orientação ideológica reformista assumida pelos Partidos Social Democratas e suas variações, como também, as disputas no interior das próprias tendências com orientações ideológicas revolucionárias.

Nota-se em Braz (2011) que uma nova tentativa de unidade entre as diferentes forças de esquerda ocorreu a partir das deliberações do III Congresso da IC. As novas condições internas da Rússia¹⁰¹, por volta de 1921, atreladas à redução da capacidade de influência no movimento comunista internacional levaram os bolcheviques a apostarem em uma política de alianças. O Congresso também orientou que a atuação dos comunistas envolvesse as inúmeras dimensões da vida social, presentes no cotidiano dos trabalhadores.

¹⁰¹ As particularidades da Rússia no contexto da Revolução de Outubro levaram o partido bolchevique à frente do governo a adotar uma série de medidas através da Nova Política Econômica (NEP), “[...] na qual procurou-se atender, de uma só vez, aos interesses dos operários, dos camponeses, assim como os do próprio país, que precisava encontrar formas criativas de superar a crise econômica que já se arrastava por cerca de sete anos” (BRAZ, 2011, p. 137). A partir do autor é possível ter a dimensão dos impactos da NEP, por exemplo, melhora significativa nas condições de vida das massas, que no período anterior demonstraram-se extremamente insatisfeitas.

Conforme o autor,

Esta mudança implicou alterações no conjunto das táticas dos partidos comunistas de todo o mundo, no sentido de buscar criar novas relações com outras forças políticas do campo de esquerda. Tal giro tático demandou a construção de uma nova perspectiva no interior dos PCs, que agora deveria estar voltada para as lutas cotidianas do proletariado, para as questões econômicas que influem no conjunto dos trabalhadores. [...] Os comunistas não deixariam de apontar para os proletários o horizonte do comunismo, mas fariam um esforço de relacioná-lo às demandas mais imediatas dos trabalhadores (BRAZ, 2011, p. 139).

Segundo o autor, a estratégia pressupunha que os dirigentes dos PCs buscassem uma aproximação com os sindicatos operários, nos quais, em sua maioria, predominavam a social-democracia e outras correntes reformistas. Para tanto, a construção de uma ampla frente única (tática aprovada no Congresso da IC de meados de 1921), passou a ser aplicada como forma de diminuir as diferenças teórico-políticas e estratégicas entre comunistas e reformistas com o intuito de enfrentar o movimento reacionário e as correntes de direita que alcançavam a classe operária.

Depois da morte de Lênin (janeiro de 1924), instalou-se no Partido Comunista da União Soviética (PCUS), uma disputa interna entre Stalin (secretário-geral do partido, que se tornou o líder do governo soviético) e Trotsky (BOGO, 2010; BRAZ, 2011). Stalin defendia a tese “socialismo em um só país”, no sentido de fortalecer a experiência da URSS¹⁰² vista como fundamental para o êxito das lutas proletárias em outros países; por outro lado, Trotsky advogava que a vitória do proletariado pressupunha a “revolução mundial”, ou seja, requeria reconhecer o internacionalismo das lutas e o caráter permanente do processo revolucionário iniciado na Rússia.

A hegemonia da tese “socialismo num só país” no interior da IC, no decorrer dos anos de 1920 (BRAZ, 2011) não significou diminuição do embate interno, ao contrário, o seu acirramento culminou na expulsão de Trotsky do partido e, em 1929, do próprio país (BOGO, 2010; BRAZ, 2011).

Sobre os significados mais amplos da adoção desta tese (socialismo num só país), Mandel expõe que a mesma foi acompanhada por outras cinco transformações. Uma, na base teórica, pois implicou em uma revisão conceitual da revolução, que conduziu a uma mutação também na estratégia revolucionária, uma vez que significou o abandono do princípio internacionalista

¹⁰² A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ocorreu em 1922 como consequência da Revolução Russa.

ao direcionar para a defesa da experiência proletária isolada. Outra metamorfose visualizada foi na ação política e organização dos partidos comunistas, transformados em instrumentos de defesa incontestável à URSS, subordinados aos direcionamentos do PCUS, o que por vezes significou abrir mão de afirmar-se como forças sociais cuja ação estivesse voltada para a derrocada do capitalismo nos seus próprios países. E, segundo o autor, “na mesma medida em que toda esta degenerescência teórica, política e organizacional minava as bases sobre as quais assentavam o programa e a existência da Internacional Comunista, não podia, com o tempo, deixar de decompor esta” (MANDEL, 1978, p. 16).

Vejamos em resumo algumas ações que expressam as metamorfoses que decorreram no período stalinista.

As ações stalinistas na segunda metade de 1920, sobretudo em relação ao direcionamento para o desenvolvimento econômico da Rússia - que previa manter a Nova Política Econômica (NEP) como fundamento da política industrial, mas também investir em bases agrárias formadas por pequenos camponeses - levaram à formação de uma grande oposição à Stalin mesmo em relação aos velhos bolcheviques, que acreditavam que as posturas adotadas pelo chefe de governo em favor da manutenção dos *kulaks* poderiam desencadear um processo contrarrevolucionário e restaurar a força da burguesia.

Segundo o autor,

Na leitura de Stalin, os *Kulaks* – camada de grandes proprietários de terras que detinham os meios de produção agrícolas e que representavam a classe oponente mais poderosa – *não deveriam mais ser eliminados*, já que se mantinha o controle estatal da economia e, portanto, da moeda, da arrecadação dos impostos, dos bancos, das grandes indústrias e do comércio exterior. Previa-se que, com a formação de cooperativas, conseguir-se-ia *manter uma base agrícola forte* no país que contaria, inclusive, com a produção dos *kulaks* (BRAZ, 2011, p. 151, grifos do autor).

Em resposta à oposição, a partir de 1927, inicia-se uma guinada à esquerda no PCUS, quando por ocasião do XV Congresso do partido, a intervenção stalinista é no sentido de acabar com o poder dos *kulaks*. Com isso, Stalin reconquistou a legitimidade entre os velhos bolcheviques, obteve o apoio do proletariado russo e ainda conseguiu fortalecer o isolamento de Trotsky (BRAZ, 2011).

Mesmo que não caiba aqui resgatar todas as contradições e propostas que se encaminharam a partir da realidade russa nos anos de 1920, é importante observar ainda que

Entre 1921 e 1927, inaugurou-se um denominado “terceiro período”, fruto de um novo contexto na Rússia, no qual se passou a combater tanto a social-democracia quanto os movimentos fascistas que assolavam a Europa. Os comunistas deveriam afastar dos partidos e movimentos de caráter social-democratas e buscar bases nos segmentos minoritários do operariado europeu, justamente aqueles livres da influência social-democrata (BRAZ, 2011, p.157).

A nova tática de radicalização ideológica que orientava o afastamento dos comunistas revolucionários dos moderados social-democratas foi estendida para a IC e reproduzida em outras realidades sem levar em conta as próprias contradições nestas localidades, como ocorreu na Alemanha e na Itália, no contexto de avanço das forças nazifascistas (BRAZ, 2011).

Segundo Braz (2011), análises dissidentes partiram não só de Trotsky - que entre os anos 1930-1932 produziu avaliações que indicavam a urgência de construir frentes antifascistas em aliança com a social-democracia – mas também, de dirigentes mais próximos da linha programática da IC como Togliatti e Gramsci, cujos olhares sobre o contexto também visualizavam as ameaças fascistas e alertavam para o equívoco interpretativo no interior da IC, “[...] a ideia de que a ascensão do fascismo demarcava exatamente a decomposição final do sistema capitalista” (BRAZ, 2011, p. 158).

A ascensão do nazismo na Alemanha fortaleceu a perspectiva Trotskysta de criação de uma nova internacional e desencadeou reações stalinistas que levaram a IC para outros rumos. De fato “a organização internacional de uma oposição socialista vinha desde 1923” como afirma Braz (2011, p. 163), inicialmente através de uma organização chamada de “Internacional de Oposição Bolchevique-leninista”, que em 1933 passou à denominação “Liga Comunista Internacional (bolchevique-leninista)” e, posteriormente, em 1938, culminaria na Quarta Internacional (BRAZ, 2011, p. 143).¹⁰³

A Quarta Internacional mantém-se articulada ainda hoje, apesar de enfraquecida devido as inúmeras divisões internas desencadeadas após a morte de Trotsky, executado em 1940 a mando do governo stalinista (BOGO, 2010). Enquanto, a Terceira Internacional, como ficou conhecida a IC, foi paulatinamente em rumos que apontavam cada vez mais para o dogmatismo ideológico stalinista de sobrepor a todo custo os interesses nacionais da URSS à IC. Afirma Braz (2011): “Entre 1929 e 1943, a IC transformou-se de modo progressivo, numa

¹⁰³ A fundação da Quarta Internacional ocorreu em Paris, em um evento que contou com 212 representantes de 11 países, em setembro de 1938 (BOGO, 2010).

organização que servia de correia de transmissão das orientações do partido bolchevique stalinizado aos PCs dos diversos países a ela vinculados” (p. 164).

Vê-se em Braz que em 1943 a IC foi dissolvida porque tinha sido transformada em uma organização que já não expressava os anseios do movimento socialista mundial representava apenas os interesses da URSS, conforme já tinha ficado completamente desnudado com a postura de Stalin em realizar um acordo com o líder nazista em 1939 para que este não ultrapassasse as fronteiras soviéticas.

Conforme o autor, a quebra do acordo entre Stalin e Hitler durante a Segunda Guerra, por meio da invasão alemã à URSS levou o governo soviético a apoiar as potências capitalistas democráticas que lutavam contra a Alemanha. A derrota nazista anunciou uma nova fase para a URSS que passou a disputar a hegemonia mundial com os EUA, que assim como aquela tornara-se uma potência mundial após o fim da Segunda Guerra, em 1945. A partir de então, o mundo estava polarizado ideo-politicamente e o triunfo da URSS na Segunda Guerra sobrepôs-se à decepção dos comunistas com o pacto germano-soviético (BRAZ, 2011).

Segundo Braz (2011), a influência comunista nos anos imediatos ao fim da Segunda Guerra foi significativa até mesmo fora da URSS, de tal maneira que os partidos comunistas experimentaram um elevado número de filiações de militantes não só operários, mas também estudantes e intelectuais.¹⁰⁴ Entretanto, como afirma o autor:

[...] ao lado da conjuntura de otimismo revolucionário e de crescimento dos partidos comunistas se encontravam contradições ideológicas que logo resultariam numa nova crise no movimento comunista. Uma carga explosiva de fatores conflitantes entre si não demoraria a detonar uma nova onda de dissensos e cisões que levariam a rupturas, deserções e expurgos, com o reforço do centralismo stalinista (BRAZ, 2011, p. 199).

Não temos condições de recuperar todos os elementos regatados pelo autor que contribuíram para o quadro que assolou a URSS. Como exemplo, poderíamos citar os limites impostos pela aliança que decorreu do fim da Guerra entre os soviéticos e os países capitalistas, a ofensiva imperialista norte-americana através do *Plano Marshall* e a combinação do tripé fordismo-

¹⁰⁴ “Segundo fontes consultadas em Claudín (1985; 1986) e Spriano (1987), o partido italiano salta de 5 mil membros em 1943 para milhões em 1946; o francês vai a 1 milhão quando tinha 30 mil em 1943. Até mesmo o sempre pequeno partido comunista inglês consegue triplicar seus adeptos: vai a aproximadamente 50 mil filiados entre 1944 a 1945. Em países desenvolvidos, como Áustria, Finlândia, Bélgica, Dinamarca e Noruega, que, agrupados, somavam mais ou menos 100 mil membros, em 1947 já totalizavam 600 mil” (BRAZ, 2011, p. 197-198). A tendência de crescimento se estendeu para os partidos asiáticos, como ocorreu com os partidos comunista japonês, vietnamita e chinês (BRAZ, 2011).

taylorismo-keynesianismo, como eventos que exigiram respostas do governo soviético que estava sob a orientação stalinista. Estas respostas tenderam a reforçar o centralismo burocrático e acarretaram mudanças não só na orientação político-ideológica do PCUS, mas também dos partidos comunistas que faziam parte da sua zona de influência.

Segundo o autor,

Nos países do Leste Europeu, tais características apareciam sob as seguintes formas: a) ausência ou residualidade – [...] de uma cultura política democrática de tomada de decisões, com prevalência de instituições que pairavam acima das camadas sociais inferiores, a saber, das massas de trabalhadores das cidades e do campo; b) centralização burocrática, através da qual se estabeleciam castas políticas arraigadas no aparelho do Estado [...]; c) fusão entre as estruturas partidárias e as estatais [...]. (BRAZ, 2011, p. 204).

Os países do leste europeu sob a forma de democracias populares compuseram junto à URSS, com a qual estavam alinhados, o campo das experiências de transição socialista, que se caracterizou por uma significativa distribuição da riqueza através da ação do Estado ao mesmo tempo uma socialização diminuta do poder político (BRAZ, 2011).

Paralelamente, no mundo capitalista, a defesa deste sistema esteve sustentada em um amplo poder de consumo e uma significativa participação política dos trabalhadores e em ações do Estado, que propagavam o *american way of life* como um ideário de vida possível de ser construído nas democracias capitalistas.

O fato que queremos aqui destacar pode ser resumido nas seguintes análises do autor: “A chamada ‘guerra fria’ polarizou o campo capitalista e o campo socialista, e, a partir daí, modificaram-se os parâmetros de atuação dos comunistas” (BRAZ, 2011, p. 209), mas isso não pode ser esvaziado da ameaça que a ação comunista gerou para a burguesia internacional que temia uma revolução proletária mundial. Segundo o autor,

Os fatos falavam mais alto do que os desejos revolucionários dos comunistas. O trânsito para uma nova fase era mais uma necessidade do que um modelo ideal para a burguesia. Assentava-se na urgente necessidade de combater o ‘perigo’ revolucionário com mecanismos mais manipulatórios e por meio de políticas de cooptação ideológica. [...] a forma para manutenção da hegemonia deveria se dar mais pelo consenso do que pela força (BRAZ, 2011, p. 210).

Assim, ainda que neste contexto tenha prevalecido no interior do PCUS e, conseqüentemente, nos PCs que estavam sob sua influência ideo-política, uma relação marcada por uma tendência vanguardista-instrumentalista por parte dos partidos comunistas que tratavam os movimentos sociais como correia de transmissão dos interesses político-partidários, isso não

deve ser esvaziado das contradições decorrentes das questões expostas nos parágrafos anteriores. Em outras palavras, esta leitura não pode ser feita sem levar em conta o movimento maior no qual a rigidez organizativa do PCUS e os reflexos sobre os demais PCs não foi uma expressão unilateral da distorção stalinista das proposições de Lenin sobre o centralismo democrático e o papel vanguardista a ser realizado por um partido revolucionário.

Fazer uma análise esvaziada das contradições da totalidade seria, como mostra Mandel (1978), cair nas armadilhas do subjetivismo e dos desvios teóricos que conduzem à compreensão do socialismo apenas pelo caráter de supressão da propriedade privada dos meios de produção e esquece de outros aspectos tão fundamentais quanto este como o desaparecimento das classes sociais e, portanto, do próprio definhamento do Estado, dentre outros.

Para Mandel (1978), a explicação para o burocratismo que tomou conta da URSS deve partir sempre da assertiva de que o socialismo não chegou a ser alcançado nesta. É preciso entender como sustenta o autor, que há uma fase de transição entre o capitalismo e o próprio socialismo, na qual, prevalecem ainda classes sociais, Estado e até mesmo algumas categorias mercantis. Conforme o autor, o burocratismo soviético deve ser situado como parte das contradições que surgiram na sociedade de transição da URSS e não do socialismo.

Sobre a experiência da URSS no contexto stalinista, o autor sintetiza:

Quanto aos factos, ensinam que de maneira nenhuma se pode reduzir o “fenómeno estalinista” a fenómenos de superestrutura: terror estatal, ditadura dum homem, polícia toda-poderosa, dogmatismo ideológico, etc. Estes fenómenos imbricam-se manifestamente num conjunto de *relações sociais e de relações de produção características*: ausência de autogestão dos produtores, ausência de autoadministração dos cidadãos e de controle destes sobre a administração política e económica, planificação burocraticamente centralizada, apropriação e distribuição de sobre-produto social pelo Estado, fora do controle dos produtores, regime do diretor único e todo-poderoso no seio da empresa, manutenção de estrutura hierárquica desta, sistema de remuneração assegurador de chorudos privilégios para os altos funcionários, submetendo boa parte do proletariado aos horrores do trabalho à peça (MANDEL, 1978, p. 79).

Se por um lado, as raízes dos limites políticos nas experiências de transição socialista não podem jamais ser reduzidas aos equívocos stalinistas no direcionamento da URSS e na busca para manter sua hegemonia entre os próprios comunistas e entre os socialistas, principais tendências da esquerda mundial, por outro não há dúvida de que as limitações do conjunto das relações sociais e de produção das sociedades do campo socialista foram produto não só de

contradições internas como as expostas na citação anterior, mas reflexo também das reações e ofensivas capitalistas que procuravam a todo custo impedir o avanço socialista.

No campo capitalista, os ganhos sociais para os trabalhadores não podem ser vistos também apenas por um ângulo, como um desdobramento natural do período que se convencionou chamar de *trinta anos gloriosos do capitalismo*, é preciso considerar que a real ameaça de uma revolução proletária em nível mundial serviu também de um importante instrumento ideológico para as conquistas da esquerda também neste campo.

Sem levar em conta estes aspectos, a constatação de que o contexto da “Guerra Fria” foi caracterizado por uma tendência centrípeta dos partidos políticos tanto no mundo capitalista quanto nos países que vivenciavam experiências de transição socialista, dado que em ambos predominavam uma tendência reformista seja à direita, seja à esquerda, seguida da “crise socialista” advinda com a queda do muro de Berlim (1989), torna-se a principal fonte de sustentação das análises que afirmam o fim da classificação esquerda-direita com o intuito de exaltar o triunfo do capitalismo como melhor sistema para a humanidade.

Para nós o fato essencial a ser destacado é que o movimento operário organizado, apesar das inúmeras variações quanto às suas orientações ideo-políticas, constituiu-se nos séculos XIX e XX na principal força propulsora não só no campo da esquerda – socialista, social-democrata, comunista, nacionalista, democrático-popular, dentre outras segmentações – mas também da própria direita progressista entendida nos termos da defesa da democracia, dos direitos sociais e das liberdades individuais.

O exposto demonstra como o debate sobre o espectro político esquerda-direita é melindroso e cheio de armadilhas para a/o pesquisador(a). Para nós, a única forma de não cair nas ciladas deste campo de estudo é privilegiar uma análise histórica que considere as particularidades das realidades analisadas sem esquecer da dinâmica na qual estão inseridas. Foi este o caminho que tentamos seguir para demonstrar as nuances da esquerda mundial para que agora possamos perceber os desdobramentos e particularidades deste fenômeno na realidade brasileira.

4.2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ESQUERDA NO BRASIL

A historiografia permite dividir o período republicano brasileiro em algumas fases: a primeira chamada República Velha (1889-1930), abrange desde a proclamação da república até a revolução de 1930, como ficou conhecido o golpe de estado que desalojou a oligarquia cafeeira e levou Vargas ao poder; a segunda compreende a Era Vargas na fase de governo provisório (1930-1934) e constitucional (1934-1937); enquanto a terceira compreende o período varguista chamado Estado Novo (1937-1945); a quarta (1945-1964) situa a redemocratização com a promulgação da Constituição de 1946 que retomava as eleições diretas para presidente e vai até o golpe militar em 1964; a quinta compreende a Ditadura Militar (1964-1985); e, a sexta compreende a Nova República (1985-atual).

Em cada um desses contextos a formação e configuração dos partidos políticos de esquerda se deu de uma maneira. Nosso objetivo neste item é delimitar os partidos políticos de esquerda no Brasil, no período recente da história política do país, comumente denominado Nova República, que demarca o fim do longo regime autoritário militar e início de uma nova fase republicana, que engloba o processo de redemocratização, a promulgação da Constituição de 1988, a substituição do bipartidarismo pelo multipartidarismo e, como desdobramento, a formação da maioria dos partidos atuais e a renovação de partidos políticos de períodos anteriores.

Para tanto, é preciso não perder de vista que o período comporta aspectos de conservação e ao mesmo tempo de renovação de traços enraizados na formação social do país. Neste sentido, teremos que lançar mão da história para instrumentalizar nossa análise. No entanto, nossa retrospectiva não será linear, contínua, mas pontual, apenas para ressaltar alguns aspectos do passado político brasileiro que sejam importantes para entender a conformação atual dos partidos de esquerda.

O passado colonial na formação social brasileira implicou um desenvolvimento peculiar do capitalismo nesta realidade. Inserido na dinâmica mundial, o Brasil bem como outras colônias cumpriram um papel fundamental para o processo de acumulação primitiva de capital nas metrópoles, ao fornecer bases econômicas necessárias ao desenvolvimento das relações

burguesas e, conseqüentemente, para a formação dos Estados nacionais capitalistas centrais e como contraponto destes, dos periféricos.

Coutinho esclarece:

O objetivo central do colonialismo, na época do predomínio do capital mercantil, consistia em extorquir valores de uso produzidos pelas economias não capitalistas dos povos colonizados, com a finalidade de transformá-los em valores de troca no mercado internacional. A subordinação dessas economias agora “periféricas” ao capital mercantil metropolitano se dava no terreno da circulação [...] (COUTINHO, 2011, p. 37-38).

A contradição de internamente ser regido por um modo de produção escravista ainda que submetido ao modo de produção capitalista que se desenvolvia na cena mundial forjou a realidade nacional brasileira caracterizada pela permanência histórica de alguns traços na cultura política, tais como: relação entre governantes e governados marcada pelo mandonismo e clientelismo político, fortalecimento da “sociedade política” (Estado em sentido restrito), formação tardia de uma “sociedade civil”, distanciamento das massas da participação política, dentre outros (COUTINHO, 2011).

Além disso, segundo o autor, a “via prussiana” e a “revolução passiva” para usar os conceitos leninista e gramsciano, respectivamente, indicam que a passagem não clássica ao modo de produção capitalista processada com a ausência de participação popular nos processos de grandes mudanças sociais nesta transição, são mecanismos que mantêm o distanciamento das massas dos processos participativos, tornando-o um traço histórico constantemente renovado na cena política brasileira. Afirma Coutinho:

[...] as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas “pelo alto” (COUTINHO, 2011, p. 45).

Assim ocorreu com os processos de Independência e da Proclamação da República, dentre outros, conforme mostra o autor.

Atenta à formação brasileira, Marques (2015) aborda dois aspectos que nos parecem centrais para entender as dificuldades na formação tanto de uma esquerda liberal, no sentido que vimos a burguesia cumprir na Revolução Francesa, quanto de uma esquerda socialista. São estes:

o caráter da ordem social competitiva aqui constituída, de viés dependente e subdesenvolvido; e a contradição de classes que lhe deriva, entre uma burguesia oligárquico-patrimonialista por excelência e uma classe trabalhadora plural, diferenciada nas disparidades étnicas e regionais, mas semelhante na negação da vivência cidadã e na sobre-expropriação da sua força de trabalho (MARQUES, 2015, p. 25).

Neste sentido, as transformações que levaram internamente o Brasil ao modo de produção capitalista foram processadas de forma gradual, sem rupturas bruscas ou reformas típicas de uma revolução burguesa, como a agrária, a urbana, a industrial, a nacional e a democrática (MARQUES, 2015). Apoiada em Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior, a autora explica que as mudanças centralizadas nos grupos dominantes forjou uma burguesia peculiar.

O burguês, enquanto o aburguesamento da aristocracia, ergueu-se sobre as estruturas econômicas e sociais do modo de produção anterior, mantendo-as como fontes de seu privilégio, optando por uma solução de centralização política à organização da sociedade em condições realmente burguesas (MARQUES, 2015, p. 33).

Assim, como a burguesia, a formação da classe trabalhadora no Brasil como um país de economia dependente e subordinada ocorreu de maneira particular, primeiro com a negação da condição de assalariamento, com a incorporação de índios e, sobretudo, de negros e, posteriormente, com a “importação” de mão-de-obra assalariada, por meio dos processos de imigração europeia (MARQUES, 2015).

Nota-se na autora, que a condição de dependência e subordinação do Brasil também demonstrou rebatimentos na assimilação do liberalismo, impossibilitado de aqui se tornar força propulsora de mudanças substantivas. A mesma explica:

Aspectos básicos do liberalismo – típicos de uma sociedade classificada pelo mercado e estratificada pelo sistema produtivo – como o viés meritocrático fundado na igualdade civil e liberdade da venda da força de trabalho são retardados. Diante da incompletude da ordem social competitiva, a dominação e burocratização aristocrática do Estado passam a configurar e dar sentido a uma concepção de cidadania própria, convertida em privilégio estamental, dada a ausência da possibilidade de pensá-la no plano da universalização de direitos e conquistas sociais, ainda que restritas aos direitos civis e políticos (MARQUES, 2015, p. 42).

Assim, no Brasil as forças liberais sequer se conformariam “revolucionárias” ainda que temporariamente, como vimos ocorrer com a esquerda europeia, que no contexto da Revolução Francesa direcionou sua ação para a destruição das estruturas políticas que mantinham o poder político das antigas classes dominantes no regime feudal, clero e nobreza. Ao mesmo tempo, a ascensão daquela burguesia ao poder político, contribuiu ainda que contraditoriamente para a participação política dos trabalhadores. Já no Brasil, o contexto de

instituição da república tratou-se de mais uma transformação política efetuada pelo alto (COUTINHO, 2011).

Segundo mostra Sader (1995, p. 72), uma vez que “Na América Latina, o liberalismo foi apropriado pelas oligarquias tradicionais”, o “liberalismo político” conformado na primeira república com o fim do regime monárquico significou a manutenção da exclusão das massas dos direitos de cidadania.

Tanto, que o período da República Velha é caracterizado pelo fortalecimento das organizações partidárias em nível regional, com disputas centralizadas nas frações oligárquicas dominantes do país situadas no eixo São Paulo - Minas Gerais, cujas práticas típicas do “coronelismo” continuavam fraudulentas, baseadas em suborno e violência, tais como as ações políticas na época do Império. A política do café com leite como ficou conhecida a Política de Governadores ou a Política dos dois Estados significava mais uma vez a renovação conservadora de um cenário, cuja disputa estava entre qual parcela da classe dominante iria conduzir a vida política do país, levando as massas a um processo de participação política tutelada e de exclusão dos direitos sociais.

Por isso, em terras brasileiras, segundo Sader (1995), naquele contexto da República Velha, “[...] ser de esquerda era, antes de tudo, lutar por condições sociais minimamente justas para os trabalhadores, por democracia política e, portanto, se opor frontalmente ao Estado dominado pelas oligarquias rurais ligadas à produção do café” (idem, p. 69).

De forma que apenas quando o modo escravista é suprimido e “[...] o capitalismo vai se tornando o modo de produção dominante também nas relações internas” (COUTINHO, 2011, p. 23) é que as novas classes e camadas sociais trabalhadoras forjadas neste processo começam a despontar na cena política brasileira e pela primeira vez é formado um “bloco social contestatório” (idem), capaz de questionar o modelo elitista implantado no Brasil. Sobretudo, entre finais do século XIX e início do XX, “multiplicam-se as associações proletárias; em consequência, surge ainda rarefeita mas ativa imprensa operária, de orientação predominantemente anarquista” (idem, p. 24).

Ghiraldelli Jr. (1987) detalha as três tendências presentes no movimento operário durante a primeira república: o socialismo, o anarquismo e o comunismo. Estas vertentes são retratadas

por Sader (1995), como representantes da primeira geração da esquerda no país, inclusive com influência da tradição de esquerda europeia.

Conforme o Ghiraldelli Jr. (1987), o socialismo chegou ao Brasil ainda durante o Império, baseado nas ideias dos socialistas utópicos, que depois por influência da II Internacional foram mescladas com ideias marxistas e também anarquistas. Os socialistas tiveram hegemonia juntos aos trabalhadores urbanos durante a primeira década da república velha, de forma que “quase todas as capitais chegaram a possuir um ‘círculo socialista’, um ‘partido operário’ ou algo parecido” (idem, p. 62)¹⁰⁵. Ainda que nitidamente reformistas,

[...] o Brasil conseguiu absorver algumas ideias socialistas, que penetraram no meio operário de um país onde as elites parlamentares eram vigorosamente reacionárias, onde a classe operária não era numerosa mas que, apesar de todos os empecilhos, serviu-se dessas ideias para, pela primeira vez na sua história, formular um arcabouço teórico contraposto às concepções ideológicas dos setores sociais dominantes (GHIRALDELLI JR., 1987, p.64-5).

Os socialistas, posteriormente, foram perdendo hegemonia para os anarquistas. Também o anarquismo chegou ao país no período imperial, apresentou crescimento nos anos de transição para a República, quando foram criadas algumas colônias em cidades do interior do país¹⁰⁶ e chegou no século XX em plena ascensão, de forma que nos anos de 1910 os anarcossindicalistas já se destacavam no meio sindical, ainda que disputando com uma nova vertente que apareceu no movimento operário, que praticava “uma política de colaboracionismo com o governo” (GHIRALDELLI JR., 1987, p.69).

Sobre a organização do movimento operário, Montaño e Duriguetto (2010) afirmam que entre finais do século XIX até os anos de 1920, havia três vertentes políticas que influenciaram os sindicatos no Brasil. Sendo estas:

a) a concepção *anarcossindical* (então hegemônica) recusava a existência de um partido político da classe operária e a via eleitoral e parlamentar. Concebia os sindicatos como órgãos revolucionários e defendia que o caminho para a revolução, que geraria uma sociedade sem classes e sem Estado, viria das lutas desenvolvidas dentro das fábricas através do conflito direto com o patronato (como greves) [...]; b) os *reformistas* rejeitavam a ideia dos sindicatos como órgãos revolucionários, defendiam a transformação gradativa da sociedade capitalista através da conquista

¹⁰⁵ À título de exemplificação, só no ano de 1890 foram criados, no Distrito Federal, três partidos operários de caráter socialista. Um deles chegou a eleger um deputado federal, o tenente da Marinha José Augusto Vinhaes, que representava na Câmara os interesses democráticos. Em 1892 foi fundado a partir de um Congresso Operário, o Partido Operário do Brasil, de caráter menos reformista que fazia alusão a uma possível “revolução social” (GHIRALDELLI JR., 1987). Segundo o autor, os partidos tinham caráter local, no máximo regional. Apenas em 1902, os socialistas conseguiram criar em nível nacional o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

¹⁰⁶ Como foi o caso de uma colônia formada em uma fazenda em Guararema (SP), da Colônia Vapa em Assis (SP), Colônia Cosmos (SC), Colônia Cecília (PR) (Cf. GHIRALDELLI JR., 1987, p. 65).

de direitos que seriam obtidos através da ‘pressão sobre o Estado’ e da luta parlamentar; c) a corrente dos *sindicalistas amarelos*, defendia a conciliação entre capital e trabalho e a dependência em relação ao Estado (Ver Antunes, 1985, p. 50). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 235, grifos dos autores).

Entretanto, como mostra Ghiraldelli Jr. (1987), a partir dos anos de 1920, as transformações no movimento operário foram tão intensas que nenhuma corrente tinha hegemonia na direção do mesmo, situação que só seria mudada após a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Influenciado pelo alcance da Revolução Russa, um grupo dissidente de anarcossindicalistas formou este partido (GHIRALDELLI JR., 1987; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010; SILVA, 2009). Segundo Coutinho (2011), pela primeira vez aparece na cena política brasileira um partido político a partir de baixo, independente do Estado e antagônico ao mesmo; um partido potencialmente de cariz moderno, embora ainda não fosse massivo, o que só aconteceu alguns anos depois com o processo de redemocratização após a Era Vargas. A dificuldade central de o partido alcançar capilaridade junto às massas se deu, sobretudo, devido o processo de ilegalidade que marcou muitos anos de sua existência.¹⁰⁷

Entretanto, mesmo na clandestinidade, o PCB alcançou a hegemonia no movimento operário. A tal ponto que conforme Sader (1995), “[...] a força central do campo da esquerda no país durante quase meio século foi formado pelo Partido Comunista e por suas políticas” (p. 67), análise também presente em outros autores (SILVA, 2009; COUTINHO, 2011; MARQUES, 2015).

Segundo Sader (1995), as principais expressões da esquerda brasileira no início do século XX seriam: os sindicatos clandestinos, os anarquistas e os partidos socialista e comunista. Mas, além desses, é importante notar que

outros setores da sociedade reivindicavam o fim do regime oligárquico, que restringia enormemente a participação política dos cidadãos brasileiros, o término da política econômica de privilégio absoluto da exportação do café e o desenvolvimento da industrialização, do mercado interno, da urbanização, da educação e dos sistemas sociais do Estado, em geral. Na década de 20 surgiram movimentos, como o dos tenentes, e manifestações intelectuais, estudantis e de outros setores, visando a substituição de um Estado que representava as oligarquias por uma representação mais ampla da sociedade brasileira, já agora em amplo processo de urbanização (idem, p. 69).

¹⁰⁷ “O PCB tivera dois pequenos períodos de legalidade: de 1922 a 1927 e de meados de 1945 a maio de 1947, quando chegou a participar da Assembléia Constituinte de 1946” (ROSSI; GERAB, 2009, p. 39).

Conforme Sader (1995), parte significativa dos envolvidos nas mobilizações dos anos 20, sobretudo os tenentes, foram levados ao governo com a vitória do movimento varguista, na chamada revolução de 1930, abrindo “um grande dilema para a esquerda” (idem, p. 70). Pois se por um lado, significava apenas uma mudança de governo, expondo o pacto entre as elites para introduzir mudanças necessárias para estes setores, por outro, aquele processo que representou o fim da oligarquia cafeeira, também “significava incorporar à cidadania camadas importantes da sociedade, como os operários urbanos e as classes médias” (idem, p. 71), ainda que com o intuito de subordiná-las.

Com o fim do regime oligárquico no Brasil, segundo Ianni (2005, p. 128), “[...] as burguesias agrária e comercial, ligadas ao setor externo (exportação e importação), perderam o controle exclusivo do poder político que passou às mãos das classes urbanas emergentes (empresários industriais, classe média, militares, operários)”.

Para Sader (1995), mesmo que a ação do Estado na era varguista no que se refere às políticas econômica e social deva ser problematizada, é preciso considerar a incorporação de ganhos para os trabalhadores e para a esquerda nacional. Uma das formas de realizar este exercício é atentar-se para a combinação das estratégias de coerção e consenso efetuadas pelo governo varguista em relação à organização da classe trabalhadora, pois reprimia sindicatos e partidos políticos mais autônomos¹⁰⁸, ao mesmo tempo que, fomentava e favorecia organizações trabalhistas mais próximas ao Estado, num claro processo de cooptação dos trabalhadores (ROSSI; GERAB, 2009; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Não à toa, no desfecho do Estado Novo, decretada a liberdade de organização partidária, em 1945, dois novos partidos foram criados sob influência de Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social-Democrático (PSD). O primeiro buscava apoio dos trabalhadores beneficiados pelas legislações trabalhistas realizadas no seu governo e o segundo, dos empresários nacionais e latifundiários. No mesmo ano foi criado também o partido da União Democrática Nacionalista (UDN) que representava banqueiros, industriais e

¹⁰⁸ Por exemplo, encerrou a Confederação Sindical Unitária Brasileira (CSUB), criada em 1935 pelos comunistas, reprimiu com violência a Aliança Nacional Libertadora, uma espécie de frente de esquerda nacionalista, antifacista e antiimperialista, com hegemonia comunista, mas que reunia socialistas, operários, estudantes e setores progressistas das classes médias; conhecida por liderar a “Intentona Comunista”, um levante que tentou a tomada do poder em 1935 (ROSSI; GERAB, 2009; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

latifundiários, ou seja, a oligarquia cafeeira diretamente vinculada aos interesses do capital internacional (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010; SADER, 1995).

Dadas as particularidades brasileiras, podemos argumentar que o populismo¹⁰⁹ e o viés nacional-desenvolvimentista¹¹⁰, assumidos por Vargas, como clara expressão da tentativa de conciliar interesses dos trabalhadores com o desenvolvimento do capitalismo, contribuíram para conformar o PTB como centro-esquerda e PSD, como centro-direita. As classificações expressam a defesa de reformas trabalhistas e sociais voltadas aos trabalhadores representadas pelo PTB, e o antiliberalismo do PSD estampado na defesa da intervenção estatal na economia com o fim de manter os interesses do capital nacional, mas que destoava da lógica oligárquica liberal da UDN, classificada por Sader (1995), como principal representante da direita.

Além dos partidos acima, podemos citar mais um partido no campo da esquerda, formado por grupos socialistas críticos ao stalinismo, que compunham uma “esquerda democrática” abrigada no partido da oposição à ditadura varguista, no caso a UDN, e que neste contexto de redemocratização refundaram o Partido Socialista Brasileiro (PSB) (SADER, 1995).

Aqui duas observações são importantes para entender alguns caminhos que a esquerda partidária trilhou no Brasil. A primeira para destacar que apesar da existência de trabalho

¹⁰⁹ “O populismo consistiu num fenômeno político típico de uma era de transição para estruturas econômicas mais modernas não só do Brasil como também de toda a América Latina. [...] Por definição, populismo significa política de massas, ou seja, política que utiliza as massas como elemento fundamental nas regras do jogo. [...] Evidentemente não se tratava de ‘povo no governo’, mas de utilização política do povo pelo governo, que o manipulava e equilibrava os interesses das reformas necessárias para seu benefício com interesses sagrados da propriedade privada das elites possuidoras” (LOPEZ, 1980, p. 65-7). Apesar disso, como apontou Silva (2009), a política de colaboração de classes expressa no populismo não resistiu à ascensão das massas, cuja participação e mobilização crescentes aumentavam a politização dos trabalhadores urbanos e rurais, que se constituíam em forças sociais perigosas.

¹¹⁰ Segundo Bastos (2006), os governos varguistas foram marcados pela “adesão ao ideário do nacional-desenvolvimentismo, ou seja, a vinculação do interesse nacional com o desenvolvimento, ativado pela vontade política concentrada no Estado, de novas atividades econômicas, particularmente industriais, associadas à diversificação do mercado interno [...]” (idem, p. 241). Segundo o autor, a ação de Vargas foi “[...] marcada por três características permanentes do nacional-desenvolvimentismo: (i) pelo anti-liberalismo, ou seja, pela crença de que o mercado não era capaz de se auto-regular sem crises econômicas e sociais graves e recorrentes, e muito menos gerar desenvolvimento industrial avançado em países como o Brasil; por isto, necessitava-se de regulação pública do individualismo econômico, orientação política de decisões de investimento, e formas de concentração estatal de recursos (empresas estatais e bancos públicos) para apoiar investimentos necessários; (ii) pelo oportunismo nacionalista, ou seja, a identificação de oportunidades de realizar barganhas externas que atendessem a finalidades nacional-desenvolvimentistas, e fossem orientadas para maximizar interesses nacionais; (iii) a capacidade de adaptação a circunstâncias históricas cambiantes. Mais de meio século depois, é difícil afirmar que a capacidade de adaptação desta herança ideológica, com suas lições e dilemas históricos, esteja esgotada, saibam ou não os que dela são herdeiros” (idem, p. 272-3).

assalariado e organizações coletivas da classe trabalhadora brasileira desde a segunda metade do século XIX, apenas no final deste século e início nas primeiras décadas do século XX é que se tem um salto qualitativo na formação da classe trabalhadora e do movimento operário (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

E a segunda, para recordar que até meados do século XX, o Brasil era um país majoritariamente agrário. Em 1950, cerca de 63,84% da população brasileira residia em áreas rurais, em 1960, o percentual caiu para pouco mais de metade, 54,92%, em 1970, passou para pouco menos da metade, equivalia a 44,02% e, somente, em 1980, despencou para 32,3%, apresentando no censo de 2010, apenas 15,64%.¹¹¹ Esta situação requeria no mínimo um olhar atento para a relevância dos camponeses¹¹² no cenário nacional.

Feitas estas ponderações, retomamos ao PCB devido a relevância que o mesmo significou para a primeira geração da esquerda brasileira (SADER, 1995). Segundo Montaño e Duriguetto (2010), o partido orientava-se pelas diretrizes da III Internacional, suas ações focavam-se no movimento sindical, no qual buscavam dentre outras coisas formar quadros para o partido, compreendendo que a luta sindical deveria ser articulada à luta política desenvolvida pelo partido que cumpria um papel de vanguarda revolucionária. Apoiados em Giannotti (2007), os autores concluem que “[...] a relação entre sindicato e partido não era consensual entre os comunistas” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 236), visto que enquanto uns consideravam o sindicato era uma espécie de braço do partido, no sentido de servir de correia de transmissão deste, outros defendiam a autonomia do sindicato, no sentido de independência do partido.

Conforme Coutinho (2011) o modelo interpretativo da III Internacional, prevalecente no PCB, levou a visão hegemônica no interior do partido ignorar, até pelo menos os anos de 1960, a transição “não clássica” do Brasil para o capitalismo. De forma que

¹¹¹ Dados disponíveis em:

<<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91&sv=32&t=populacao-por-situacao-de-domicilio-populacao-presente-e-residente>>. Acesso em 26 maio 2018.

¹¹² Existe um amplo debate em torno da questão: camponeses ou trabalhadores rurais? que expõe as dificuldades de qualificação do campesinato brasileiro, dadas as particularidades da formação sócio-econômica do país. Segundo Ianni ([1971] 2005, p. 127): “a história política do trabalhador agrícola brasileiro pode ser dividida em três períodos históricos: no primeiro, predomina o escravo; no segundo, o lavrador; e no terceiro, o proletário”. Entretanto, para fins de nosso estudo o apontamento é necessário apenas para entender o destaque que este segmento social teve para os partidos políticos de esquerda. Para aproximação com o debate consultar Wanderley (2014).

[...] os marxistas brasileiros – sobretudo os ligados ao PCB – afirmaram durante muitos anos que o Brasil era um país “semifeudal” ou “semicolonial”, que se defrontava ainda, por conseguinte, com a tarefa de efetuar uma “revolução democrático-burguesa” ou de “libertação nacional” (COUTINHO, 2011, p. 207).

A estratégia esquemática expressava uma visão mecânica, etapista, do processo revolucionário, de que primeiro era necessário realizar a revolução burguesa e com ela o conjunto de reformas necessárias à modernização do país, para então, a luta centrar-se na revolução socialista. O que dentre outras coisas, refletia em ações do partido voltadas ao apoio à “burguesia nacional”, vista como “antiimperialista e antifeudal” (COUTINHO, 2011, p. 223).

Entretanto, como mostram Coutinho (2011) e Marques (2015) a defesa pecebista da “revolução democrático-burguesa” não deve ser vista de forma isolada, mas como parte de uma visão comunista hegemônica na esquerda mundial. “Em grande parte, tratava-se da aplicação ao Brasil do modelo de análise dos países periféricos elaborado pelo VI Congresso Internacional Comunista, realizado em 1928” (COUTINHO, 2011, p. 224). As teses do komintern afirmavam a existência de “resquícios feudais” nos países latinoamericanos e orientais tidos como “coloniais” e “semicoloniais” (MARQUES, 2015, p. 79).

Esta era claramente a tese defendida por Alberto Passos Guimarães (2011), para citar apenas um exemplo de intelectual orgânico¹¹³ do PCB. Na visão deste autor e de parte considerável da intelectualidade do partido, a unidade produtiva baseada na propriedade agrária latifundiária implantada no Brasil colônia era “a expressão realizada do feudalismo colonial” (idem, p. 44). Por isso, a reforma agrária democrática na visão do teórico se transformava em uma estratégia revolucionária, pois “[...] seu objetivo fundamental é destruir e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao poder extraeconômico, político e ‘jurídico’ da classe fundiária” (idem, p. 54).

Em outro texto, o autor expõe com clareza a comparação da situação brasileira com a Rússia tsarista. Entretanto, o autor expõe que além das duas formas propostas por Lênin¹¹⁴ devido as particularidades do Brasil haveria mais uma. Seriam estas:

¹¹³ Sobre o conceito cf. a seção sobre Gramsci (3.5), no próximo capítulo.

¹¹⁴ Sobre a situação da Rússia tsarista, Lênin considerou “Duas normas essenciais de luta de classe se entrelaçam hoje no campo russo: 1ª) a luta do campesinato contra os proprietários agrários privilegiados e contra os vestígios de servidão; 2ª) a luta do proletariado rural nascente contra a burguesia rural” (Lênin em “Projeto de programa de nosso partido, 1899” apud GUIMARÃES, 2011a, p. 92-3).

1ª) a luta de todo o campesinato contra as várias modalidades da opressão e da espoliação imperialista; 2ª) a luta do campesinato contra as sobrevivências do pré-capitalismo e contra os latifundiários, e 3ª) a luta dos assalariados e semiassalariados rurais contra os patrões, grandes proprietários de terra (GUIMARÃES, 2011a, p. 93).

O que levava o autor a deduzir que o campesinato, o proletariado e a intelectualidade constituiriam as “forças motrizes da revolução brasileira” (idem, p. 94) e que dadas as condições objetivas do país, as quais impunham “a realização de transformações progressivas de caráter burguês” como “uma condição essencial e preliminar” (idem, p. 95) para criar bases para a revolução socialista.

Por isso, era fundamental ao proletariado e às forças progressistas brasileiras apoiar quaisquer “transformações burguesas no campo” que expressassem “um desenvolvimento democrático apoiado no capitalismo de Estado e na propriedade camponesa” (idem, p. 96), o que para o autor, demonstraria um processo de ruptura estrutural com as formas feudais de produção, o que seria totalmente antagônico a um projeto reformista, cujas transformações burguesas não alterariam as bases produtivas do regime feudal, cuja apropriação pelo regime capitalista imperialista mantinha o atraso brasileiro.

Assim como Guimarães, Moisés Vinha (2011) também defende a tese da permanência de traços de relações semi-feudais ou pré-capitalistas que impediam o avanço do capitalismo no Brasil, provocando “atraso” no desenvolvimento da nação, ainda marcadamente agrário em meados do século XX. Este autor também converge com o primeiro quanto à necessidade da realização da reforma agrária, como uma tarefa central antes de avançar para a luta revolucionária socialista.

Apesar de hegemônica, as teses do Brasil “feudal, semi-feudal ou pré-capitalista” foram refutadas internamente no PCB por autores clássicos como Caio Prado e Florestan Fernandes, que consideravam o Brasil um país capitalista. Sem a pretensão de nos alongarmos no debate já resgatado em outros autores¹¹⁵, o importante aqui é destacar que a “democratização geral da

¹¹⁵ Segundo Coutinho (2011) Caio Prado e Florestan Fernandes rompem com as ideias pecebistas hegemônicas, ao indicarem que o Brasil já tinha experimentado uma “revolução burguesa” ainda que “não clássica”, e que, portanto, já se tratava de uma formação capitalista, para Florestan, pelo menos desde a República. Cf. especialmente Coutinho (2011) e Marques (2011). Para aproximação com as teses do PCB consultar a obra organizada por Stédile (2011), vol. 1 (parte 1). E, no vol. 2, Stédile (2005), é possível adentrar mais no tema que atravessa a esquerda brasileira, com textos de Gunder Frank e Marini. Sobre as propostas de reforma agrária deste e de outros partidos ver vol. 3, Stédile (2012).

vida brasileira” (COUTINHO, 2011, p. 28) tornou-se uma preocupação primordial no partido até o golpe de 1964.

Segundo Marques (2015), os rebatimentos das análises pecebistas foram percebidos na influência da linha nacional-desenvolvimentista sobre o partido, que expressou o abandono da estratégia da luta armada e a adoção da luta político-eleitoral como forma de buscar a revolução agrária e antiimperialista. Todavia é importante situar que as mudanças do PCB não podem ser vistas descoladas das próprias transformações da própria sociedade brasileira, complexificada pelas relações capitalistas (COUTINHO, 2011; MARQUES, 2015).

O exposto permite perceber que o foco do PCB nos movimentos operário e camponês não foi casual, visto que expressava o direcionamento da esquerda comunista mundial, representada na III Internacional. E, principalmente, que prevaleceu no partido uma visão vanguardista em larga medida distorcida das proposições leninistas, visto que o partido sofreu grande influência stalinista, dado o contexto de sua inserção na III Internacional.¹¹⁶

Internamente, os rebatimentos sobre a relação entre este partido e os movimentos da classe trabalhadora se expressaram de várias formas. Ressaltamos que todas as grandes lutas desta classe, desde a década de 1920 até 1964 contaram com a direção ou participação deste partido e que o mesmo acabou por privilegiar uma relação voltada para a formação de seus quadros dirigentes, prevalecendo um processo de centralização excessivamente hierarquizado como mostrou Cruz (2010).

A formação político-teórica concretizada nos cursos oferecidos pelo partido demonstrava claramente sua orientação político-ideológica, como mostra Cruz (2010) no trecho abaixo.

O PCB, ao invés de ser uma seção da Internacional era quase uma seção do Partido Comunista da URSS (PCUS), daí a ideologização da sua política. A política era feita com o objetivo e uma ideologia, cujos parâmetros eram estabelecidos a partir da guerra fria e da visão stalinista predominante na época. Os cursos seguiam esta orientação, sendo marcados por uma visão imediatista de realizar a política (CRUZ, 2010, p. 128).

Na análise deste autor, prevalecia uma relação em que os sindicatos eram considerados correia de transmissão pelo e do partido. O autor conclui que se por um lado, o partido

¹¹⁶ Vale observar que o PCB buscou enviar delegado ao IV Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou em 1922, no qual sua filiação foi aceita como “agremiação simpatizante” (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 77), graças à mediação de Trotsky. No V Congresso, realizado em 1924 (no ano da morte de Lênin), “o Partido foi aceito como seção autônoma da Internacional Comunista” (idem, p. 78).

demonstrou significativa preocupação sobre a formação teórico-política dos trabalhadores, por outro, a relação pedagógica com sua base foi marcada por contradições, das quais queremos destacar a que demonstra uma relação de distanciamento entre o partido e o movimento. Apoiado em Manfredi (1996), o autor sublinha :

Nesta relação iluminador/iluminado, [na qual] o militante ou dirigente assume o papel do intelectual que é depositário do discurso competente, enquanto discurso do especialista, proferido de um ponto específico da hierarquia organizacional. O saber competente, na maioria das vezes, transforma-se num instrumento de poder. Isto significa que aqueles (a base, massa) que não dispõem desse saber são vistos como incultos, incompetentes, inconscientes, precisando ser guiados, dirigidos, controlados e vigiados. Mantém-se dessa forma a separação entre aqueles que pensam e os que executam (CRUZ, 2010, p. 129).

Feitas estas ponderações sobre o PCB, é necessário destacar que a tese “dos resquícios feudais” também foi defendida pelo PTB, o que fez com que estes partidos até os anos de 1960 convergissem em muitos aspectos em relação à questão agrária e ao papel da reforma agrária para o processo revolucionário brasileiro. Segundo Schilling (2011) os objetivos fundamentais da proposta de reforma agrária defendida pelo PTB eram:

1. eliminação do latifúndio (no sentido, a seguir, defendido) como instituição e, do latifundiário como classe;
2. extinção das relações de produção semifeudais ainda existentes no campo - trabalho gratuito, parceria e arrendamento;
3. democratização da propriedade rural, pela difusão das pequenas e médias propriedades e, numa segunda fase, pela instituição da propriedade coletiva;
4. extensão aos assalariados do campo dos direitos que a legislação do trabalho assegura ao proletariado urbano;
5. aumento da produtividade e da produção agrícolas, objetivando maiores e mais baratos suprimentos às populações urbanas;
6. Incorporação à economia nacional da imensa massa camponesa, atualmente quase sem capacidade aquisitiva, multiplicando assim os mercados necessários ao desenvolvimento da indústria nacional (SCHILLING, 2011, p. 234).

Segundo o autor, estes objetivos tinham o intuito de propiciar “a liquidação dos resquícios feudais existentes no campo” (idem, p. 235). O caráter progressista existente na pauta dos direitos visíveis na proposta de reforma agrária, bem como o projeto desenvolvimentista do PTB não destoavam das estratégias pensadas pelo PCB para construir o caminho revolucionário brasileiro.

A tese dos “resquícios feudais” defendida pelo PCB e PTB divergia das elaborações de autores brasileiros vinculados à CEPAL¹¹⁷ como Celso Furtado¹¹⁸ e Ignácio Rangel. É possível

¹¹⁷ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 25 de fevereiro de 1948 (o nome original não trazia o Caribe, que foi incorporado apenas em 1984), como uma das cinco comissões

notar, a partir de Rangel (2011), por exemplo, a preocupação com o êxodo rural e o inchaço das cidades e, conseqüente, com a mão-de-obra excedente como problemas que poderiam afetar inclusive a industrialização.

Como, na interpretação do autor, o latifúndio capitalista, diferentemente do latifúndio feudal, possui como tendência incrementar seu rendimento até mesmo com vantagens para as massas trabalhadoras, os interesses dessas coincidiriam com o interesse do capitalismo agrário que por este motivo apresentava-se como representante dos interesses gerais da sociedade. Neste sentido, a solução para a questão agrária brasileira estava em desenvolver esta forma capitalista focada no aumento da produção agrária voltada à exportação.

Para tanto, paralelamente ao desenvolvimento do latifúndio capitalista, era preciso a realização de uma ampla reforma agrária, que dentre outras coisas, fomentasse a criação de pequenos lotes individuais destinados a camponeses. “O resultado social seria a criação de um numeroso semiproletariado agrícola que asseguraria uma oferta regular de mão-de-obra à grande agricultura capitalista, a qual, livre dos óbices presentes, poderia expandir-se e melhorar sua técnica” (RANGEL, 2011, p. 187).

Conforme o autor, as vantagens para os trabalhadores seriam de várias ordens: casa própria, produção para autoconsumo, emprego de familiares, ruptura de laços de dependência pessoal com o patrão. Ou seja, uma espécie de conciliação de classes que contribuiria para a modernização brasileira e eliminação de traços primitivos, semi-feudais, pois resultaria na criação de “cidadãos livres”.

integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi fundada com o objetivo de formular propostas voltadas ao desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe, no sentido de integração à agenda do capitalismo mundial. Possui uma orientação teórica e prática de caráter intervencionista fortemente influenciada pelo pensamento keynesiano. (Cf. <<https://www.cepal.org/pt-br>>. Acesso em: 14 jun 2018).

¹¹⁸ Conforme Ricupero (2005), “Os defensores da ‘tese feudal’, estejam eles identificados com a historiografia mais tradicional ou com a interpretação da III Internacional sobre os “países coloniais, semicoloniais e dependentes”, assim como os historiadores do escravismo colonial e Gilberto Freyre, têm em comum a postura de privilegiar os fatores internos à colônia. Já Caio Prado Jr. e Celso Furtado chamam principalmente a atenção para a relação do Brasil (desde o início da sua história) com a economia mundial [...]. Por fim, os programas políticos propostos por Prado Jr. e Furtado não são muito diferentes. Ambos propõem basicamente o estabelecimento definitivo de uma nação no Brasil, em que tem central importância a produção que privilegie o mercado interno e não mais o externo. Os protagonistas do processo de constituição da nação para o historiador marxista e o economista keynesiano são, entretanto, diferentes: para o primeiro, os trabalhadores do campo e da cidade, para o segundo, uma coalizão mais ampla identificada, de certa forma, com os grupos que sustentaram o populismo” (idem, p. 373-375).

Enfim, sem querer nos alongar neste debate, o que pretendemos destacar é que na maioria das interpretações sobre a situação de atraso do Brasil tinha em comum a defesa da realização de reformas como mecanismo de transformá-lo em um país capitalista moderno. Este fato possibilitou a esquerda realizar alianças conjunturais (táticas) com setores de centro-esquerda e centro-direita, cujas propostas em alguma medida convergissem com as estratégias daquela.

As tensões do quadro internacional marcado não só pela Guerra Fria, mas também por disputas no campo comunista entre a URSS stalinista e a China maoista repercutiram na esquerda brasileira, de forma que em 1962 uma parcela de dirigentes e militantes do PCB, insatisfeitos com as orientações ideológicas deste partido, saíram e fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), reivindicando representar o verdadeiro legado da esquerda comunista no país (SADER, 1995; SILVA, 2009). O novo partido filiava-se ao PC da China e assumia suas estratégias revolucionárias, focada na “guerra camponesa” (SADER, 1995).¹¹⁹

Entretanto, como bem mostrou Sader (1995), as diferenças entre os partidos eram muito mais centradas nos métodos de luta do que no conteúdo da estratégia revolucionária, haja vista que, também o PCdoB partia da visão etapista, de que primeiro era preciso desenvolver o capitalismo democrático no Brasil, para então, ser possível seguir com a luta pela superação deste sistema pela construção do socialismo.

Outro grupo de esquerda que merece destaque denominava-se Política Operária e ficou conhecido como Polop. Resultante da fusão em 1961 de vários grupos socialistas independentes¹²⁰ e dissidentes do PSB, do PTB e do próprio PCB, que tinham em comum a crítica à URSS e ao stalinismo e, portanto, à linha seguida pelo PCB, sobretudo a estratégia etapista (SADER, 1995; COELHO; SANTOS, 2011).

¹¹⁹ É importante esclarecer dois fatos, um é a existência de cisões no PCB já no final dos anos de 1920 e o outro é a configuração do trotskismo no Brasil pelo menos desde os anos de 1930. Estes, porém, não chegaram a abalar a hegemonia deste partido no campo da esquerda, intacta até os anos de 1960.

¹²⁰ “a Juventude Socialista da Guanabara (ou o “grupo do Rio”) é apontada como a principal articuladora na fundação da organização. A revista Movimento Socialista teve um papel importante no trabalho político de articulação que permitiu a aproximação entre os ‘grupos de distinta origem, como a pequena Liga Socialista, de inspiração luxemburguista, de São Paulo, membros da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, ex-trotskistas e egressos do PCB’ e do PSB” (COELHO; SANTOS, 2011, p. 4). Além de intelectuais como Emir Sader, Eder, Sacchetta e Michael Lowy, dissidentes da pequena Liga Socialista Independente, fundada em 1956 sob inspiração luxemburguista (SILVA, 2009) e ainda Eric Sanchs, Rui Mauro Marini e Teotônio dos Santos (SADER, 1995). Sobre a POLOP ver também os artigos de Eder Sader publicados sob o seu pseudônimo Raul Villa (1968 e 1976) e de Victor Meyer (2016).

A Polop caracterizava o Brasil como um país capitalista periférico subordinado à dominação internacional imperialista, cuja natureza de suas classes dominantes internas foi conformada nesse processo (SADER, 1995). A organização propunha a estratégia da insurreição armada como forma de construir a revolução socialista, teve influência marcante no movimento estudantil e no meio intelectual de esquerda e menor penetração no movimento operário (SADER, 1995; COELHO; SANTOS, 2011).

Além desta, cabe destacar que outros grupos com posições mais radicais que o PCB surgiram, entre as décadas de 1950 e 1960, e formaram a extrema-esquerda no Brasil, naquele contexto, caracterizada pela adoção da estratégia da luta armada e de crítica à estratégia de aliança com a burguesia nacional.¹²¹ Se por um lado estes e outros grupos tornaram as nuances da esquerda mais perceptíveis, por outro o PCB manteve a hegemonia neste campo até o início do regime ditatorial militar (SADER, 1995; SILVA 2009).

A intervenção do governo brasileiro na regulação da economia com o fomento da indústria nacional e controle dos investimentos estrangeiros, a regulamentação das relações trabalhistas, a reforma agrária de caráter progressivo, a ampliação do acesso à educação, a democratização política com a ampliação do sufrágio aos analfabetos, dentre outras medidas pretendidas por João Goulart, chocavam-se diretamente com os interesses das forças imperialistas e de setores dominantes da elite brasileira (ROSSI; GERAB, 2009). Estas preocupadas, sobretudo, com a participação política de parte significativa da população em apoio às reformas, dirigiram o Golpe Militar de 1964, mais uma mudança pelo alto no Brasil (SADER, 1995).

A ditadura militar serviu para demonstrar a total sintonia entre as variadas frações da classe dominante brasileira e o capitalismo imperialista (SADER, 1995; SILVA 2009). Ao mesmo tempo, deixou explícito que em um país como o Brasil, marcado por uma colossal

¹²¹ Além da Polop, pode-se citar como casos anteriores: a Liga Socialista Independente de orientação luxemburguista, o Partido Operário Revolucionário (POR) de orientação trotskista (SILVA, 2009). Cabe ainda destacar, como experiências posteriores: a Ação Popular (AP), de orientação cristã de esquerda influenciada pela Polop e pelo PCdoB com forte influência sobre o movimento juvenil e as Ligas Camponesas (SADER, 1995). E, ainda: “Num sentido contrário, da POLOP saíam facções fundamentais para a construção de várias organizações que se dirigiram à guerrilha urbana: a Colina [Comando de Libertação Nacional], parte da VPR [Vanguarda Popular Revolucionária], parte da VAR-Palmares [Vanguarda Armada Revolucionária Palmares], além de outros agrupamentos menores. Mais adiante, nos primeiros anos 70, da POLOP saíria a Fração Bolchevique, depois denominada MEP [Movimento de Emancipação do Proletariado]” (MEYER, 2016).

desigualdade social que fundamenta injustiças sociais de várias ordens, mesmo a luta por reformas é vista como perigosa pelas elites reacionárias.

Segundo Sader (1995), o período ditatorial marcou a segunda fase da esquerda brasileira. As perseguições aos comunistas e socialistas e a tática pecebista pela via legal em detrimento da luta armada expressa na proposta “de se unir a todos os setores democráticos dos partidos tradicionais e de resistir à ditadura, até que fosse possível restabelecer a democracia e retomar o caminho interrompido” (idem, p. 107), causou ainda mais rachas no PCB, criando novas organizações no campo da esquerda.

Algumas dessas organizações foram o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), que reunia principalmente estudantes, no setor militarista surgiu a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ambos adotaram a luta armada assim como a Aliança Libertadora Nacional (ANL) que se centrou na tática de guerrilha no campo e tinha Marighella como uma de suas lideranças. No campo político-partidário surgiu o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que também apostava na revolução armada (SADER, 1995).

As novas organizações somaram-se a outras existentes e fortaleceram o bloco da extrema-esquerda brasileira, que teve como principais organizações do período a VPR e a ANL (SADER, 1995).

Antes de prosseguirmos são importantes duas observações sobre como as críticas à orientação ideológica stalinista assumida pelo PCB se processaram. A primeira, para sinalizar que muitas destas organizações acabaram por reproduzir o equívoco pecebista e igualmente transpuseram de forma mecânica estratégias e táticas de outros “modelos” revolucionários (chinês e cubano). A segunda, para destacar que “No outro extremo, a negação da tradição stalinista traduziu-se na negação da organização em partido político [...]. Esta prática se respaldava no princípio da autonomia tática, onde os grupos armados interpretavam, a seu modo, o que fazer” (SILVA, 2009, p. 98).

Diante do exposto, não é demais lembrar que, ainda que muitas organizações, inclusive agremiações partidárias, tenham sido criadas no Brasil de 1945 até a o golpe militar¹²², a

¹²² Entre 1945 a 1965 foram criados 40 partidos políticos no Brasil. Destes, 29 tiveram registro no ano de 1945, apenas 3 entre 1946-1947 e 7 entre 1950-1965 (<<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>>. Acesso em 9 jun. 2018).

hegemonia política eleitoral foi disputada ao longo deste período fundamentalmente por três partidos já mencionados, quais sejam, a frente centrista liderada pelo PSD e PTB e a frente de direita liderada pela UDN (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016). Segundo os autores,

Um dos objetivos do Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965, foi exatamente eliminar o fantasma dos velhos partidos reformistas e progressistas estampados nas siglas PSD e – principalmente – PTB. Esse novo Ato Institucional extinguiu os partidos até então existentes¹²³. Na sequência, o Ato Complementar n. 4 estabeleceu um sistema partidário compulsório segundo o qual dificilmente se poderia dar vida a mais de dois partidos¹²⁴ (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016, p. 11-12).

Conforme Sader (1995), a Aliança Renovadora Nacional (Arena) representava as forças de direita em apoio à Ditadura, ao passo que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como representante de supostas forças democráticas, expressava uma espécie de “oposição consentida” (idem, p. 117), ou seja, permitida nos marcos da legalidade do regime. “Em síntese, o bipartidarismo presente no regime militar teria institucionalmente uma oposição, porém de caráter figurativo e sob o símbolo da dissimulação” (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016, p. 14).

Não à toa, o bipartidarismo significou para uma parte da esquerda, o encerramento das possibilidades de disputas políticas pela via institucional, levando quase todos os grupos deste campo, com exceção do PCB, a investirem na luta armada e na resistência clandestina como meio para construir uma alternativa anti-imperialista, nacionalista ou socialista (SADER, 1995).

Conforme Santana e Antunes (2007), a posição hegemônica do PCB antes do Golpe Militar conferiu ao mesmo a responsabilidade pelos erros cometidos pela esquerda brasileira durante aquele período. Assim, numa tentativa de não repetir os mesmos erros do passado, o partido em 1967, realizou seu VI Congresso, cujas principais resoluções foram em torno da luta antiditatorial, apostando na estratégia de formação de uma frente de forças democráticas, que via no operariado a principal força motriz, mas buscava alianças táticas com os camponeses, a

¹²³ “Art. 18. Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros” (Nota do texto original).

¹²⁴ “Este Ato Complementar induziu a criação de organizações políticas a partir do próprio parlamento, conforme se observa em seu art. 1º, ao firmar que aos membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberá a iniciativa de promover a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que terão, nos termos do presente Ato, atribuições de partidos políticos enquanto estes não se constituírem” (Nota do texto original).

pequena burguesia, além de setores progressistas da igreja católica e do MDB. Ainda que a centralidade fosse a via pacífica, as resoluções também indicam o uso de meios armados.

O partido combinava uma práxis policlassista que incluía setores da burguesia, com um discurso de “centralidade operária”, que fundamentava o direcionamento de sua ação para o campo sindical (SANTANA; ANTUNES, 2007, p. 379). Segundo os autores, este campo foi completamente desestruturado pela ditadura militar, que investiu tanto nos aspectos repressivos, por exemplo, com ações de cassação de mandatos de lideranças sindicais combativas e de prevenção voltadas a impedir uma organização mais combativa nos locais de trabalho; quanto nos aspectos consensuais, ao investir em ações de cooptação dos operários e de suas lideranças, a partir do atrelamento dos sindicatos ao Estado que conferiu um caráter assistencial a estas organizações. E, foi justamente no campo deste sindicalismo tutelado pelo Estado que o PCB orientou sua ação, num sentido completamente diferente do que se poderia esperar dado o seu histórico.

Assim, o partido passou a atuar com direções sindicais pouco “combativas” e mesmo pelegas, enquanto os setores mais à esquerda passaram a intensificar a busca de caminhos alternativos, fosse no meio sindical, fosse na luta política geral [...]. Em nome do combate ao que se chamava “esquerdismo”, o partido acabou assumindo uma prática sindical cada vez mais conservadora (SANTANA; ANTUNES, 2007, p. 380).

Enquanto, o partido orientou a construção de uma “frente democrática” como estratégia de luta contra a ditadura, a maioria dos outros setores mais à esquerda investiu na estratégia de ataque frontal, por meio da luta armada. Entretanto, o crescimento das ações diretas contra o regime levou “Os setores extremistas de direita também se organizarem para apoiar o governo e combater a esquerda” (SADER, 1995, p. 122). A ação reacionária se concretizou, sobretudo, através do Ato Institucional de número 5, de dezembro de 1968, que ampliava o poder do Executivo. O AI5 inaugurou um período ainda mais repressivo, sobretudo, para a esquerda que teve a via da luta armada praticamente bloqueada. Como mostram Santana e Antunes (2007) nem o PCB, que havia tomado outra estratégia de luta foi poupado dos ataques da ditadura, entrando num período de refluxo que durou até finais da década 1970.

Até mesmo a “oposição consentida” sentiu os reflexos do AI5 e passou a orientar-se para uma ação ainda mais moderada, sobretudo, nos anos de 1969-1970, alcançando resultados pífios nas eleições de 1970 (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016). Diante das derrotas, conforme

os autores, o MDB tornou-se mais oposicionista e não demorou muito para que isso se refletisse nos resultados eleitorais.

Entretanto, falar de uma “oposição consentida” não pode levar à falsa compreensão de que MDB e Arena igualavam-se em relação aos interesses e composição de suas bases. Já que, segundo Sader (1995) o MDB tornou-se uma espécie de “frente de oposições muito diferenciadas” (p. 138), uma vez que abrigou um conjunto diverso de organizações que tinham no partido a única alternativa para construir a resistência na via política institucional.

Segundo o autor,

O Movimento Democrático Brasileiro abrigava desde políticos remanescentes da oposição durante o primeiro período do golpe militar, até outros que por divergências posteriores se distanciavam dos governos da ditadura; estavam no MDB, também, setores sobreviventes da esquerda mais combativa, que inclusive haviam participado da luta armada nos anos 60. Movimentos sociais, como, por exemplo, o sindical, igualmente se faziam representar no MDB, na medida em que o único espaço de luta política restante era o institucional embora as lutas sociais se dessem num campo ilegal ou semilegal (SADER, 1995 p. 138).

A mudança no cenário internacional, que demarcava o fim do ciclo expansionista iniciado no pós-guerra e iniciava um período de recessão capitalista, corrói as bases de legitimação do regime ditatorial no Brasil e, conseqüentemente, a força da Arena (SADER, 1995). Os problemas internos e externos enfrentados pelo partido do governo, como rachas, enfraquecimento da economia, fim do milagre econômico, crise do Petróleo contribuíram para a desconfiança por parte da população em relação ao mesmo (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016).

As eleições de 1974 expressaram a virada política do MDB que passou a se fortalecer, enquanto a Arena começou a enfraquecer (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016).¹²⁵

Segundo os autores, tão logo perceberam esta situação, os militares reagiram adotando várias medidas na tentativa de atingir o MDB, dentre as quais, a principal foi a reforma do sistema político, aprovada em 1979, que extinguiu a Arena e MDB. Esclarecem os autores:

¹²⁵ Apoiados em Kinzo (1988), os autores recuperam os resultados obtidos pelo MDB nas eleições de 1974 e 1978 e demonstraram a tendência de crescimento do partido, que em 1974, por exemplo, alcançou 44% e 30%, respectivamente, das cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado. A tendência se repetiu em 1978, mesmo com as ações dos militares para enfraquecer o partido. Ainda que a Arena tenha novamente alcançado a maioria das cadeiras nas duas casas, “[...] do ponto de vista do voto, por exemplo, o MDB recebeu 4,4 milhões a mais do que o partido do governo” (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016, p. 21).

A partir de então, todas as organizações políticas deveriam utilizar o termo “partido”. Agora, o governo revertia a decisão anterior, realizada por meio do AI-2, para mais uma vez garantir a sua supremacia política. Era o fim da experiência bipartidária brasileira – voltava o pluripartidarismo. O objetivo era evidente: o enfraquecimento da oposição com a sua pulverização em diversos partidos (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016, p. 21).

Para tentar renovar sua imagem política, a Arena mudou o nome para Partido Democrático Social (PSD), mas manteve sua orientação claramente de direita, já o MDB agregou o termo partido e virou o PMDB (SADER; 1995; SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016).

No caso do PMDB a classificação ideológica é mais complexa, dado que diferentes forças sociais - inclusive em alguns casos antagônicas - reuniram-se no partido que tinha como bandeira principal a redemocratização, representando interesses tanto da esquerda quanto da direita liberal democrática. Segundo Sader (1995),

O velho MDB se manteve como o partido essencial da transição democrática, onde passaram a conviver desde setores da esquerda – no início da transição o PCB, o PCdoB, o MR-8 já transformado permaneceram em suas fileiras – até grupos egressos da ditadura e somados à oposição (1995, p. 143).

Esta composição heterogênea nos permite afirmar que, apesar de cumprir um papel fundamental para a transição democrática, neste contexto de redemocratização, a disputa interna no PMDB de forças que tinham orientações ideológicas que iam da esquerda à centro-direita, permitiu ao partido ser classificado como centro. Entretanto, tão logo as forças de esquerda saíram do partido e retomaram a organização de suas próprias agremiações, o PMDB revelou sua característica ideológica, portando-se como um partido de centro-direita.

4.2.1 Os partidos de esquerda no contexto de abertura política e da Nova República

A conjuntura marcada pelo processo de abertura gradual do regime ditatorial trouxe de volta a possibilidade da atuação legal dos partidos políticos no Brasil, introduzindo no cenário institucional uma gama de agremiações. “Gestava-se, dentro da ditadura militar, um processo de restrita liberalização política, com a montagem de um arcabouço jurídico capaz de erigir e consolidar a República civil, institucionalizada e tutelada” (SANTANA; ANTUNES, 2007, p. 389).

O processo de redemocratização realizado pelo alto foi mais uma reação antecipada da classe dominante brasileira frente ao quadro de organização social que se construía no país, principalmente, a partir da segunda metade dos anos de 1970. Movimentos sociais no campo, populares urbanos, de mulheres, de negros, de homossexuais, operários, eclesiais, dentre outros, progressistas e de orientação de esquerda, começavam a despontar num amplo processo de luta contra a ditadura.¹²⁶ Não à toa, mostra Sader (1995): “Os trabalhadores conseguiram, ao longo de suas sucessivas greves – em 1978, 1979 e 1980 –, obter o atendimento de reivindicações que contrariavam a política econômica do regime” (p. 140-141).

Neste contexto, além dos dois partidos remanescentes do bipartidarismo, renomeados PSD e PMDB, outros partidos foram criados em 1980: o Partido Popular (PP)¹²⁷, de direita, formado pela junção de dissidentes da ARENA e da ala conservadora do antigo MDB, o Partido dos Trabalhadores (PT), de esquerda, constituído por sindicalistas e outros grupos da esquerda e progressistas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ambos de centro-esquerda (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016, p. 21).

No que diz respeito à relação entre movimentos sociais e partidos políticos de esquerda o contexto de redemocratização trouxe novos desafios. Atravessados por um amplo processo de educação popular em vigor em toda a América Latina, os movimentos sociais criticavam não apenas o regime autoritário, mas também toda forma de autoritarismo presente na relação dos partidos mais tradicionais deste campo com os movimentos.¹²⁸ Um período em que os intelectuais orgânicos de parte da esquerda brasileira encontraram em Gramsci e Paulo Freire referências para uma “nova” relação entre o partido - tido como intelectual orgânico coletivo - e as massas; entre educador e educando (SADER, 1991; DOIMO, 1995; GUERRIERI, 1994).

Conforme Guerrieri (1994), o campo para as práticas da educação popular no Brasil era vasto, compreendia:

¹²⁶ Para uma abordagem mais focada nas experiências do movimento operário no novo sindicalismo consultar Sader (1991) e para uma percepção mais geral dos movimentos sociais no contexto, ver Doimo (1995).

¹²⁷ Posteriormente, em 1981, com as novas regras eleitorais, o registro do PP foi impedido e seus membros incorporados no PMDB (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016).

¹²⁸ Dissertamos sobre a temática da educação popular em outro trabalho, Pereira (2012). Para um debate mais teórico sobre este tema consultar Guerrieri (1994), para uma leitura sobre o papel da formação teórico-política realizada pelos principais partidos de esquerda no Brasil conferir Cruz (2010).

[...] os sindicatos, as associações de bairro, o movimento dos sem-terra, os movimentos de moradia, as pastorais populares, as associações de pequenos produtores rurais, os grupos de mulheres, as federações do movimento popular, etc. Seus agentes são, na maioria, os centros de educação popular (organizações não-governamentais) espalhados pelo País, alguns grupos e pastorais ligados a diversas igrejas (onde se destaca a Católica), os militantes dos próprios movimentos (organizados em "secretarias de formação") e intelectuais que se identificam com o projeto histórico destes movimentos sociais (GUERRIERI, 1994, p. 57).

Era um contexto em que se processava uma mudança cultural orientada para uma participação popular ativa e consciente em todos os espaços políticos. Um período em que a cultura popular estava associada à “resistência popular”, à “consciência revolucionária” (GOHN, 2001, p. 42). No debate político da esquerda latino-americana, os escritos de Gramsci trouxeram o “novo” que o período de ditaduras no subcontinente requeria, de forma que no Brasil, a cultura popular associada ao conceito de hegemonia passou ser vista como um instrumento estratégico para a luta por democracia e por transformações sociais (GOHN, 2001).¹²⁹

O “novo” naquele contexto expressava o surgimento de “novos” sujeitos, cuja ação buscava imprimir uma “nova” forma de fazer política no Brasil. O “novo” aqui não se referia apenas ao protagonismo em alta dos movimentos de mulheres, de negros, de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT), de estudantes e de ecologistas, que ganharam a cena mundial, sobretudo, a partir dos anos de 1960, e ganharam destaque nas teorias dos “Novos Movimentos Sociais”¹³⁰. O “novo” referia-se também ao “novo sindicalismo” e aos movimentos sociais urbanos¹³¹, reivindicativos de bens e serviços públicos (SADER, 1991; DOIMO, 1995). Nestes últimos, a inovação principal estava justamente na ruptura de “velhos” padrões enraizados na política brasileira: relações clientelistas, paternalistas, assistencialistas, de autoritarismo, de cooptação de lideranças e de participação controlada. Além desses, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) trouxeram também uma “nova teologia”, a teologia da libertação que expressava o entrelaçamento entre fé e política (DOIMO, 1995).

Como produto e parte desta conjuntura, nota-se em Iasi (2012), que também

¹²⁹ Sobre a influência de Gramsci no Brasil e na esquerda cf. Coutinho (1988) e Nogueira (1988). Em Segatto e Santos (2007) é possível perceber influência do teórico inclusive no PCB.

¹³⁰ Para aproximação com as teorias dos “Novos Movimentos Sociais”, consultar Gohn (2006). Para uma crítica a abordagem das ciências sociais sobre o “novo”, ver Braz (2012).

¹³¹ Sobre o “novo” nos movimentos sociais urbanos cf. Perruso (2012).

O surgimento do PT, no início da década de 1980, foi saudado pela reflexão acadêmica como uma “novidade” por várias razões. Aquela que mais nos interessa no momento é a afirmação de que o PT representava a possibilidade de uma manifestação autêntica das classes trabalhadoras, isto é, uma organização de trabalhadores levada à frente pelos próprios trabalhadores sem a tutela das elites, como no caso do populismo ou de determinadas vanguardas políticas, por exemplo, os movimentos anarquistas, socialistas e comunistas no Brasil (IASI, 2012, p. 360).

A construção do PT teve seus alicerces no novo sindicalismo e demarcou a crítica da classe trabalhadora sobre as formas de organização tradicional desta classe (IASI, 2012). Segundo Sader (1995), além do movimento operário, o partido foi formado por uma gama de movimentos sociais em prol da democracia e do socialismo. Nas palavras do autor, “Surgia com o PT uma nova forma de ser ‘de esquerda’.” (p. 145).

A luta por justiça social atrelada à democracia, demarcando o campo do socialismo democrático, caracteriza o que o autor identificou como terceira geração da esquerda brasileira, cujo protagonista principal foi o PT. Um contexto em que todos os partidos de esquerda recuperaram “a dimensão democrática da luta política” (SADER, 1995, p. 150).

Mas, como estava a relação do PCB, como representante hegemônico da classe trabalhadora organizada até então, com o movimento operário e demais movimentos sociais? Vejamos de forma resumida para que possamos entender o surgimento e desenvolvimento do PT, que rapidamente se tornou hegemônico no campo da esquerda e, segundo Santana e Antunes (2007, p. 375), “abriu no interior da esquerda brasileira um debate acerca de sua identidade”.

O Partido Comunista Brasileiro

Diferente das primeiras décadas de sua existência, nos anos de transição da ditadura à democracia, o PCB não tinha mais que lidar com a questão dos “resquícios feudais” no Brasil. O próprio curso do desenvolvimento do capitalismo no país já tinha resolvido esta questão, ainda que parcialmente, conforme a interpretação do partido que, desde os finais dos anos de 1950, considerava a modernização capitalista no Brasil como inconclusa (SEGATTO; SANTOS, 2007).

No início da década de 1960, segundo os autores, o partido adotou a estratégia da via pacífica, que requeria uma crescente democratização da política e avanço do movimento operário na direção de uma espécie de frente única nacionalista e democrática, ou seja, a

[...] formação de um tipo de frente única moderno-antiimperialista, que poderia reunir um espectro econômico-social muito variado, desde a classe operária e os camponeses até os setores latifundiários (conservadores, mais atingidos em seus interesses corporativos pela invasão estrangeira) (SEGATTO; SANTOS, 2007, p. 26).

Os pecebistas acreditavam que a formação desta frente única poderia contribuir para avançar nas transformações revolucionárias de caráter burguês pretendidas naquele contexto. Tratava-se de apoiar governos e potencializar a movimentação social dos operários, camponeses e estudantes, que pudessem contribuir para levar a “correlação de forças” a um nível mais avançado para a classe trabalhadora que deveria dirigir as forças antiimperialistas e antifeudais. No entanto, o partido ao tentar adotar uma espécie de “via prussiana à brasileira”, (SEGATTO; SANTOS, 2007, p. 16), uma versão da revolução democrático-burguesa leninista, transformada pela interpretação pecebista num projeto de “revolução democrático-nacional”, acabou por cair nas ciladas do nacional-desenvolvimentismo e da política do reformismo gradualista construídas pelos partidos de centro-esquerda no país. Analisam os autores:

Como no cálculo leninista, falava-se de democracia política como requisito indispensável à livre movimentação dos grupos sociais – em especial o proletariado, a classe conseqüente, como se dizia, se dirigida pelo PCB – para que pudessem aumentar sua influência e disputar em contexto de frente única, os rumos da democratização, elevando o processo a patamar “superior” (SEGATTO, SANTOS, 2007, p. 26).

Já nos anos de ditadura militar, a defesa da frente única assumida pelo PCB, apesar de presente, tinha outro sentido, qual seja, unir-se às forças democráticas na luta pacífica contra a ditadura, o que conferiu um caráter mais moderado ao partido que tentando organizar as forças sociais na luta contra a ditadura e pela democracia acabou preso nas amarras da institucionalidade, tornando-se alvo de críticas por parte da esquerda, sobretudo a que optou pela via armada (SEGATTO; SANTOS, 2007).

Em um trecho da Resolução de 1978, o partido esclarece a forma como interpretava a questão democrática:

Para os comunistas, a luta pela democracia, pela manutenção e ampliação e aprofundamento das conquistas alcançadas, é parte integrante da luta pelo socialismo... Em nossa concepção democrática, lutamos não só pelo direito de organização e representação no Parlamento dos diferentes partidos, como também pelo fortalecimento do conjunto da sociedade civil, ou seja, para que os cidadãos possam expressar suas ideias e aspirações por uma rede de organização de base (comissões de empresa, associações de bairro, comunidades de inspiração religiosa, etc.), capazes de intervir na solução dos problemas específicos que lhes dizem

respeito e, partindo destes, na decisão das grandes questões nacionais. Só esta democracia de massas, organizada de baixo para cima, poderá assegurar a formação e a participação cada vez maior de um amplo bloco democrático, antiimperialista e antimonopolista na política nacional (PCB, (1978) 1980, p. 292 apud SEGATTO; SANTOS, 2007, p. 38).

Entretanto, na prática, a ênfase no campo da política e a centralidade conferida à via pacífica para estabelecimento da democracia transformaram o partido num apêndice da “oposição consentida”, dificultando a sua aproximação com os núcleos de operários do ABC paulista, responsáveis pelas maiores greves do período (SANTANA; ANTUNES, 2007). As ações grevistas foram alvo de críticas do partido que temia os confrontos diretos e considerava que as lutas operárias por salários deveriam estar inseridas e “subordinadas” à luta política maior, ou seja, aquela voltada à consolidação da democracia no país. Afirmam os autores:

A subordinação da luta social à luta política – a primeira, de extração operária, e a segunda, de perfil policlassista – acarretou o distanciamento dos comunistas em relação aos novos contingentes da classe operária. E fez ressurgir um traço do velho etapismo, propugnado pelo PCB de dar preferência às ações mais institucionais, em detrimento das ações de classe (SANTANA; ANTUNES, 2007, p. 386).

O delineamento de dois setores na luta sindical ficou cada vez mais forte nos primeiros anos da década de 1980. De um lado o sindicalismo autodenominado combativo, composto pelos chamados sindicalistas “autênticos” ou “novo sindicalismo”, representados principalmente pelos metalúrgicos do ABC paulista, estaria na base da criação do Partido dos Trabalhadores (PT). E, de outro, o sindicalismo de “cúpula” expresso pela Unidade Sindical, agrupava tanto lideranças tradicionais inclusive do campo conservador quanto setores da esquerda “tradicional”, ligados ao PCB, ao PCdoB e ao MR-8 (SANTANA; ANTUNES, 2007).

A disputa entre os dois setores expressou-se na I e na II Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), realizadas em 1981 e 1983, respectivamente. As divergências culminaram na criação da Central Única dos Trabalhadores sob a liderança dos sindicalistas “autênticos” e do PT (recentemente fundando) e da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), com influência, principalmente, do PCB e PCdoB (SANTANA; ANTUNES, 2007).

Os autores apontam que diante da ampliação do PT junto ao sindicalismo “combativo”, o PCB acabou optando por se afastar desse setor e se aproximar dos setores mais moderados e conservadores, acreditando que conseguiria manter a hegemonia sobre os últimos e mantê-los distantes da influência petista. A análise dos autores destaca:

A história mostrou o equívoco dessa política. O PCB, que ao longo período estudado frequentemente se contrapôs às práticas dos setores “pelegos” no interior do movimento sindical, optava pelo estreitamento de uma nova forma de relação, vendo seu papel do passado ser desempenhado pelo PT e pela CUT (SANTANA; ANTUNES, 2007, p. 394).

O PCB insistiu nesta tática de converter os setores conservadores anos a fio, inclusive quando integrou a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), criada mais tarde em 1986, e posteriormente, em 1986, transformada em Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Mesmo quando a CGT assumiu uma postura pragmática, claramente conservadora e de direita, daquilo que ficou conhecido como “sindicalismo de resultado”, o PCB manteve sua postura, ficando isolado da esquerda e sendo expulso da direção de vários sindicatos, como mostrou os autores com base em Azevedo (1990). Somente em 1990, o PCB decidiu sair da CGT e se integrar à CUT, num contexto em que estava imerso numa crise identitária e não possuía mais condições de disputar a hegemonia no campo da esquerda, como afirmam os autores: “Ainda que lentamente, o PCB foi dilapidando seu patrimônio político e entregou seu espaço de representação a um outro partido, o PT” (SANTANA; ANTUNES, 2007, p. 401) e pouco tempo depois, em 1991, acabou extinto. Retomaremos a este ponto mais adiante, antes vejamos em linhas gerais as orientações do PT, como partido que assumiu a hegemonia no campo da esquerda.

O Partido dos Trabalhadores

A construção do PT, como vimos, ocorreu no saldo organizativo da efervescência dos movimentos sociais e das greves do movimento operário, organizado no novo sindicalismo do ABC paulista. A origem do partido no contexto marcado pela ascensão de uma onda de protestos do movimento social geral, para usar os termos de Barker (2014) contribuiu para que sua composição fosse representativa das forças políticas oriundas tanto de organizações e tendências de esquerda anteriores quanto nascidas no período. Em nota explicativa, Reis (2007) afirma:

Sabe-se que, em fins dos anos 70 e inícios dos anos de 1980, para além dos inúmeros contingentes sem passado político-partidário, as três correntes constitutivas do Partido dos Trabalhadores foram, por ordem de importância social: as lideranças do novo sindicalismo, articuladas em torno do sindicalismo de São Bernardo; os militantes do vasto movimento católico de esquerda, impregnado, em maior ou menor medida, pelas referências da teologia da libertação; e militantes provenientes de organizações revolucionárias de esquerda, ainda existentes, já extintas ou em vias de extinção, mas que tinham em comum propósitos alternativos em relação às tradições até então mais fortes das esquerdas brasileiras: o comunismo e o trabalhismo (idem, p. 459, nota n. 6).

Vale lembrar, que apesar das diferenças gritantes entre as orientações ideológicas dos comunistas e dos trabalhistas, suas propostas convergiam em dois aspectos: na defesa do nacionalismo e no programa de reformas sociais (REIS, 2007).

Além das correntes citados com base em Reis (2007), segundo Silva (2009), grupos trotskistas, a Convergência Socialista (CS) e a Democracia Socialista (DS), também engrossaram a formação do PT. Apesar de não verem o partido como revolucionário, outros grupos o viam como um partido tático, por exemplo, o Movimento pela emancipação do Proletariado (MEP), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Ala Vermelha (AV), a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), dentre outros. Também acabou aderindo ao partido, a Liberdade e Luta (Libelu), como ficou conhecida a Organização Socialista (OSI), que a princípio chegou a ser contra a formação do partido. Além de contar também com parlamentares advindos do PMDB e intelectuais acadêmicos.

Por isso, concordamos com Iasi (2012),

[...] a criação do PT em 1980 só pode ser explicada como um momento de emergência das lutas sociais que encontrou na retomada da luta sindical e operária um ponto de fusão de classe, cuja expressão política foi a formação de um partido que buscava representar os setores que naquele momento se levantaram em lutas específicas e que confluíram finalmente para uma questão maior ao se contraporem à ditadura, mudando assim, o caráter da abertura restrita e sob controle que estava nas intenções iniciais dos militares (idem, p. 375).

Segundo o autor, o PT surge como um partido de classe ampliado, ou seja, que pretendia unificar e representar não apenas o setor fabril, mas todos os trabalhadores assalariados, voltado para a negação da ordem capitalista e com um horizonte socialista, portanto, um típico partido de esquerda.

A reunião de fundação do partido ocorreu em São Paulo e contou com representantes de 22 estados da federação. Como uma esquerda surgida no contexto ditatorial, o PT já desde seu Manifesto de Fundação (1979/1980) apresenta o compromisso com a democracia, tanto como

forma de luta pela democratização da sociedade, quanto como forma de organização interna do partido e, ainda, na sua relação com as massas (IASI, 2012).

Já no seu 1º Encontro Nacional (1981), o partido demonstra uma preocupação de negar os limites do reformismo da social-democracia e do burocratismo das experiências comunistas. Por meio desta dupla negação o PT buscava afirmar o socialismo que pretendia construir: o “socialismo petista” (IASI, 2012, p. 387), que tinha o sentido de um socialismo que fugisse da reprodução de manuais ou cartilhas prontas e levasse em consideração as particularidades da realidade brasileira e as questões cotidianas das lutas populares. Esta dupla negação ganhou destaque no debate da época sobre a originalidade do partido por ser uma demonstração clara de sua crítica ao trabalhismo e às experiências de transição socialista, cujas orientações eram expressas no Brasil, principalmente, pelo PDT e PCB, respectivamente.

Conforme o autor, no seu 2º Encontro Nacional (1982), “[...] o partido apresenta como eixo da tática eleitoral uma reafirmação do valor central da independência e autonomia de classe. As eleições são vistas como um momento na busca do objetivo final, que seria ‘construir uma sociedade socialista’ (IASI, 2012, p. 392). Independência e autonomia significava para o partido, a formação de um processo de alianças restritas, que excluía qualquer possibilidade de coligações com partidos da ordem. Mais uma tentativa de diferenciar-se do PCB.

Em pouco tempo o partido alcançou uma aceitação considerável entre os trabalhadores, de forma que já no seu 3º Encontro Nacional (1984), a organização, as finanças e a formação política foram destacadas como tarefas importantes para transformar o crescimento do partido em uma força orgânica (IASI, 2012). Também neste Encontro, “[...] o termo ‘acumulação de forças’ começa a ser utilizado com o propósito de indicar um conjunto de ações que visariam ‘alterar a correlação de forças’ em favor dos trabalhadores, permitindo ações mais decisivas” (IASI, 2012, p. 393). Entretanto, como mostra o autor, não demoraria muito para que a tática “acúmulo de forças” se transformasse no cerne da estratégia gradualista do partido, que ganhará contornos cada vez mais marcantes durante a Nova República. Retomaremos este debate na próxima seção.

Logo no início da Nova República, o PT buscou consolidar sua interpretação sobre a realidade brasileira, sendo esta a pauta do 4º Encontro Nacional (1986). Na ocasião, o partido afirmou o Brasil como uma formação social capitalista com desenvolvimento regional desigual, na qual

a burguesia apresentava capacidade de integração e unificação ideo-política das massas, ao passo que as classes trabalhadoras careciam ainda de desenvolver sua potencialidade de unificação. Neste Encontro, o partido ainda destacou a classe operária como um setor estratégico na luta pelo socialismo (IASI, 2012).

O debate sobre o “acúmulo de forças” aparecia neste Encontro como uma necessidade de unificar os diferentes setores da classe trabalhadora e construir alianças com os setores médios (a pequena burguesia urbana e rural) para a formação de um “bloco social” voltado à construção do socialismo. A manutenção deste bloco exigia, num primeiro momento do projeto petista, a coexistência da propriedade privada individual ao lado da propriedade coletiva estatal. Segundo Iasi (2012), o primeiro indício da reprodução daquilo que o partido propunha-se combater: “a teoria da etapa nacional e democrática no rumo de uma revolução socialista” (idem, p. 411), que orientava a prática do PCB.

A diferença central entre as propostas dos dois partidos seria que o PT defendia já desde um primeiro momento um governo dos trabalhadores e seus aliados. A estratégia de alianças de classes do partido assentava-se na compreensão de um acúmulo de forças que permitiria a classe trabalhadora manter-se hegemônica e dominante quando conquistasse o poder do Estado, demonstrando uma compreensão equivocada sobre o Estado ampliado e o conceito de hegemonia em Gramsci, visível sobretudo, nas resoluções do 5º Encontro (1987), analisa Iasi (2012).

Neste Encontro, o projeto democrático popular petista começa a ganhar contornos mais nítidos. Segundo Iasi (2012), as elaborações do partido assentavam-se na seguinte lógica: “já que o leque social que forma o sujeito deste processo é composto das classes que se chocam com o capitalismo e hegemônico pelo proletariado, excluindo a burguesia nacional da aliança, o caráter das transformações propostas é ‘popular’, e não ‘nacional’” (p. 430-431).

Entretanto, como mostrou Iasi (2012), ainda que no discurso expresso no texto das resoluções seja notório o esforço em negar a teoria de etapas, na prática, o partido acabou por reeditá-la. Com uma existência em um contexto histórico marcado pelo predomínio do modo de produção capitalista no Brasil, portanto, que já havia resolvido o dilema sobre os “resquícios feudais” e, conseqüentemente, sobre o papel da burguesia num processo de revolução burguesa que antecederia a revolução socialista, o PT encontraria sustentação teórica para o

seu projeto democrático popular na formulação de Florestan Fernandes, na qual “as tarefas em atraso” não deveriam ser realizadas em uma etapa democrático-burguesa, e sim no interior da própria revolução socialista.

Conforme Marques (2015), os fundamentos da estratégia democrático-popular podem ser buscados não só em Florestan Fernandes como também em Caio Prado Jr. Como citamos, estes teóricos foram dois dos principais críticos da estratégia democrático-nacional pecebista.

De maneira resumida, segundo a autora, Caio Prado desde a segunda metade dos anos de 1960 chamou a atenção para a interpretação dogmática pecebista e propôs um programa revolucionário centrado nas atividades econômicas nacionais como mecanismo para solucionar o principal problema socioeconômico no Brasil, qual seja o pauperismo que afetava vastos segmentos da população. Para o teórico, o Estado tensionado pelas lutas dos trabalhadores, principalmente, rurais, em prol de melhores condições de vida, seria levado a cumprir um papel interventivo fundamental voltado ao controle econômico externo e centrado no processo de distribuição.

Segundo a autora, as diretrizes caiopradianas partiam do desenvolvimento da atividade produtiva nacional, sobretudo, de bens e serviços básicos, direcionada a atender as necessidades essenciais das massas, portanto, focada no desenvolvimento do mercado interno. “Dessa dupla articulação - a se auto-proporcionar estímulos recíprocos – resultaria um sistema produtivo diferenciado, autossustentado, seguro e de consumo elevado, capaz de garantir a todos os trabalhadores ocupação e emprego com remuneração adequada” (MARQUES, 2015, p. 117).

Mostra a autora, que para Florestan Fernandes, o programa de Caio Prado apesar de crítico ao projeto democrático-nacional poderia ser executado pela burguesia nacional, ou seja, sem romper com o capitalismo. Para Fernandes era essencial superar esta limitação, por isso, sua proposta partia da necessidade da classe trabalhadora construir um programa claramente socialista. Sintetiza a autora:

Em suma, o que pretendia Fernandes era a introdução do socialismo como força histórica no processo político de construção de revolução brasileira, de modo a convertê-la a outro destino social que não o de uma ordem social competitiva “aperfeiçoada”, em nível de capitalismo avançado (MARQUES, 2015, p. 118-119).

Neste sentido, Florestan formula um programa socialista cuja primeira tarefa estaria em realizar a “revolução burguesa em atraso”, com contornos nacionais. Esta tarefa impossibilita uma política de aliança com a burguesia mesmo aquela dita “nacional”, uma vez que marcada por características “antinacional, antidemocrática, reacionária, contrarrevolucionária e imperialista” (MARQUES, 2015, p. 120), sua ação historicamente tem sido voltada para bloquear a participação dos trabalhadores, restringir as vias democráticas e a cidadania das massas. Por isso a ação revolucionária deveria desde o início assumir um caráter socialista e ser protagonizada pelos trabalhadores que buscariam num primeiro momento, pela chamada revolução “dentro” da ordem, provocar a instabilidade do regime autocrático burguês, para então ser possível uma revolução “contra” a ordem.

A autora mostra que as reflexões de Florestan Fernandes convergiam das formulações leninistas sobre a revolução democrática, aquelas que serviram de base para a estratégia democrático-nacional do PCB, cabe lembrar. Neste sentido,

[...] a proposta de uma revolução “dentro da ordem” se articula e se confunde com a revolução “contra a ordem”. Sendo assim, estaria posta aos destituídos a possibilidade histórica de construir uma ordem social própria e uma sociedade civil transitória, que ligasse o processo da “revolução nacional-democrática e anti-imperialista” à emergência e vitória do socialismo (MARQUES, 2015, p. 124).

Para provocar o encontro dos dois momentos revolucionários, Fernandes propunha uma tática de “acumulação de forças”, centrada no desenvolvimento de instrumentos da classe, como sindicatos, partidos e associações, na ocupação de instituições políticas da sociedade civil e na generalização da desobediência civil (MARQUES, 2015).

Fernandes muda sua interpretação sobre a política de alianças no decorrer da abertura política, passando de uma visão restritiva à classe trabalhadora a uma mais abrangente, que englobava a maioria da população, desde os trabalhadores industriais urbanos, os trabalhadores do setor de serviços, os trabalhadores rurais e os considerados trabalhadores “semi-livres”, até setores das classes médias, inclusive da chamada pequena burguesia, deixando de fora apenas o capital imperialista e a burguesia nacional a ele associada (MARQUES, 2015).

Com uma análise voltada à forma como as formulações do projeto democrático-popular foram encaminhadas pelo PT, Iasi (2012) faz a crítica:

Significativamente, as formulações do PT acabaram presas na fronteira entre o rompimento e a reprodução desta armadilha [do etapismo]. Rompe com a formulação de etapas do PCB para rerepresentá-las de forma trágica e caricatural. Na versão original, a aliança de classes era com a burguesia nacional, e a tarefa era desenvolver o capitalismo. Na reencarnação do drama, a aliança é com a pequena burguesia para construir o “socialismo”. Para que fosse idêntica, a formulação deveria assumir um caráter nacional e supor alianças com a burguesia propriamente dita (idem, p. 441).

As peças que faltavam para a completa identificação entre os projetos começariam a ser forjadas no 6º Encontro Nacional (1989), distanciando-se cada vez mais até mesmo do que originalmente formulou Florestan.

Para o partido, o projeto democrático-popular assentava-se em um processo de “acúmulo de forças”, que deveria combinar ações massivas diretas e a ocupação de espaços institucionais, que permitiriam alterações na correlação de forças e abririam possibilidades para uma vitória eleitoral para o cargo de presidência, a partir da qual as transformações previstas pelo projeto começariam a ser executadas (IASI, 2012).

A conjuntura de 1988 parecia comprovar que o “acúmulo de forças” tão almejado pelo partido estava em curso e poderia avançar para um nível superior. Neste ano, o PT venceu as eleições para 36 prefeituras, além disso, as primeiras pesquisas para as eleições presidenciais apontavam a disputa entre o candidato do partido, Lula, e do PDT, Leonel Brizola. Não havia na direita, unificação em torno de um nome que pudesse concorrer com a esquerda. Diante deste quadro a candidatura de Lula foi vista como meio de avançar no processo de “acúmulo de forças”, uma vez que o governo permitiria iniciar as medidas previstas pelo projeto democrático-popular (IASI, 2012).

Afirma o autor, com base nas resoluções do Encontro:

Visto como uma espécie de “poder alternativo”, o governo democrático-popular deveria dirigir a sociedade, ampliando as esferas de participação política, colocando o desafio de “romper com todas as formas de dominação”. As medidas tomadas neste governo, além das reformas fundamentais que seriam anunciadas, deveriam incidir na organização dos movimentos sociais e na “elevação do nível de consciência dos trabalhadores”, impulsionando formas de auto-organização dos trabalhadores que preparariam as “condições políticas” e acumulariam para a “revolução socialista” (IASI, 2012, p. 447).

Entretanto, as próprias diretrizes do Plano de Ação de Governo (PAG) apresentadas no Encontro já demonstravam um processo de moderação que começava a se fixar no partido, por exemplo, no lugar de nacionalização e estatização de empresas e bancos como era

proposto em 1979 nos primeiros documentos de fundação do partido, na campanha para as eleições de 1989 falava-se em subordinação do capital estrangeiro presente no setor produtivo; em vez de não pagamento da dívida externa, agora se afirmava a necessidade de realização de uma auditoria da dívida. Uma série de mudanças que pré-anunciavam o caminho da moderação tomado pelo partido e que aprofundará, sobretudo, após a derrota eleitoral para o cargo de presidência em 1989 (IASI, 2012).

O início da inflexão moderada seria notada, sobretudo, a partir do 7º Encontro (1990), argumenta Iasi (2012). Segundo o autor, dois fatores conjunturais contribuíram para as metamorfoses do partido, a partir dos anos de 1990: no âmbito internacional a crise da URSS e, conseqüentemente, o fim do bloco socialista mundial colocava o partido na defensiva em relação ao seu projeto socialista e no âmbito nacional a derrota de Lula para Collor trazia dúvidas sobre a possibilidade de obter uma vitória com um programa eleitoral tão radical e uma política de alianças restrita aos setores populares.

Um terceiro fator destacado pelo autor foi os primeiros sinais de um recuo dos movimentos populares e sindicais, que começava a sentir o desgaste organizativo, visível na dificuldade de renovação dos quadros, sobretudo, de lideranças, que eram absorvidas para atuação nas atividades partidárias e nos espaços institucionalizados ocupados pelo partido. Afirma o autor:

Além do problema das lideranças, os movimentos, no contexto de administrações municipais, pela primeira vez enfrentam o dilema de conduzir suas lutas agora ‘contra’ governos que ajudaram a eleger, produzindo uma crise de identidade com sérias proporções (IASI, 2012, p. 453).

Sobre as experiências administrativas gestadas pelo partido, o autor afirma que as práticas inovadoras foram exceção, no geral a lógica predominante era a gestão da crise capitalista e a tarefa principal era a reeleição.

Poderíamos acrescentar um quarto fator que atravessa os abordados pelo autor que seria a hegemonia mundial do neoliberalismo e a pressão e apoio internacional para a vitória de um governo que pudesse acelerar a implantação deste projeto no Brasil. Mas, o fato que gostaríamos de chamar a atenção é que as metamorfoses do partido já estavam em curso antes mesmo antes da implantação do neoliberalismo no Brasil. Ou seja, as deformações tinham também uma origem interna, no próprio partido. Uma das evidências de que o PT distanciava-se da sua origem é “[...] que as relações do partido com os movimentos sociais eram cada vez mais formais, quando não tensas” (IASI, 2012, p. 454).

O partido tomado pelo jogo institucional produzia justamente aquilo que pretendia negar: “[...] um distanciamento interno entre as direções e a base partidária” (IASI, 2012, p. 454), a desvinculação dos movimentos sociais, a burocratização partidária e a perda da centralidade da meta socialista - que já não era consensual e apresentava diferentes visões sobre o socialismo cada vez mais reduzido à democracia - já eram aspectos que estavam bem delineados desde o 7º Encontro.

Ainda assim, em um texto voltado a contribuir com o I Congresso do PT (1991), Florestan Fernandes reafirma o projeto democrático-popular e mostra-se esperançoso em relação ao partido.

Neste texto, o autor retoma um dos debates históricos no interior da esquerda mundial sobre a democracia para chegar a duas questões sobre as quais o PT deveria refletir para não cair em ilusões:

1º) A social-democracia, adulterada para servir às nações capitalistas centrais, é viável na periferia e nela perderia o caráter de uma capitulação de trabalhadores e dos assalariados de outros escalões ao despostismo do capital? 2º) O PT manterá a natureza de uma necessidade histórica dos trabalhadores e dos movimentos sociais radicais se preferir a “ocupação do poder” à ótica revolucionária marxista? (FERNANDES, 1991, p. 10).

O autor recupera a origem do partido, reafirmando que a mesma tinha como alvos a criação de uma democracia focada na participação dos trabalhadores e dos oprimidos, bem como a realização de tarefas políticas voltadas para as reformas sociais, ambos entendidos como condições necessárias e simultâneas para a realização de uma revolução socialista. Atento à conjuntura nacional, de derrota do partido nas eleições presidenciais de 1989, o autor adverte:

O PT saiu das eleições com a imposição de rever suas concepções e práticas políticas, diante da irradiação do socialismo, da luta de classes, das relações com os sindicatos e a CUT, com os trabalhadores da terra e do complexo industrial, comercial e de serviços, com os radicais da pequena burguesia e das classes médias, com o movimento negro, o movimento indigenista, o movimento das mulheres, o movimento ecológico, o movimento dos favelados etc. E é imperioso que corrija suas relações recíprocas com a esquerda reformista e revolucionária (FERNANDES, 1991, p. 13).

Para o autor, o partido deveria se preparar não só para ocupar o poder, como estava sendo impelido, mas também para transformar o Estado. Além disso, o autor chama atenção ao afirmar que o partido deveria retomar seus fundamentos originais e tentar resolver seus problemas de organização, do contrário poderia perder sua identidade de “partido de massas,

socialista e revolucionário [...], convertendo-se em partido da ordem, de centro-esquerda [...]" (FERNANES, 1991, p. 14).

O PT é visto pelo autor como instrumento de unificação das lutas que se davam de formas independentes, podendo ser um grande articulador das questões de classe, raça, entre outras. Florestan acreditava que como partido hegemônico no meio operário e socialista, o PT pudesse ser radical nos termos marxistas, tanto que afirma:

O Partido dos Trabalhadores propõe-se a fortalecer e dirigir o movimento social que se volta para a transformação da ordem existente, para consolidar a democracia, promover a formação de uma sociedade socialista e instituir a associação indissolúvel entre liberdade e igualdade em todas as relações humanas. Seu escopo histórico consiste em atingir uma época na qual a evolução da civilização progrida sem provocar manifestações concomitantes de barbárie (FERNANDES, 1991, p.18).

Entretanto, algumas páginas adiante, é o próprio teórico que quase como um presságio trará as bases para entender os rumos do PT, ao analisar:

[...] Todo partido contém as limitações e as grandezas da sociedade em que emerge e das classes que representa. Ele reproduz e supera carências históricas e políticas, mas em algum ponto sofre as determinações estruturais, dinâmicas e históricas das contradições que provocam o seu nascimento e crescimento. Em um país de desenvolvimento capitalista de desenvolvimento oscilante e desigual, o Partido dos Trabalhadores teria, como regra, mergulhar a fundo em debilidades que provinham do movimento operário e sindical (FERNANDES, 1991, p. 39).

Entretanto, como mostrou Iasi (2012), a força das correntes onde o PT mergulhou acabou conduzindo-o por outros mares, cada vez mais distantes do socialismo democrático. As análises do autor sobre os documentos do II Congresso Nacional do PT indicam:

Antes, quando se falava de democracia, era para dizer que o *socialismo* que se queria seria "democrático", o que nos atribuía certa identidade em relação a outros socialistas. Agora se trata de dizer que a *democracia* que se quer é socialista, nos diferenciando de outros democratas mais por uma questão de valores éticos do que por alterações nas reações de produção. [...] Não é por acaso que esta visão de "socialismo", centrada no fenômeno político e ético, irá assumir uma feição própria quando se refere a questões "econômicas", aqui também redominando a mescla entre elementos de uma ordem do capital e elementos "socialistas" (IASI, 2012, p. 476-477, grifos originais).

Em ritmo contínuo, a cada encontro e congresso do PT tornava-se mais patente a disputa entre as várias orientações ideológicas existentes no interior do mesmo, que iam desde propostas de refundação do partido com o abandono da meta socialista até direcionamentos mais moderados, de centro-esquerda, do estilo da social-democracia e também de esquerda. E, a cada derrota nas eleições presidenciais, uma nova inflexão moderada tensionava os rumos do

partido, cada vez mais distante de sua proposta original e mais próximo daquilo que pretendia ser a negação (IASI, 2012).

As inflexões moderadas sempre voltadas ao objetivo principal de vencer as eleições presidenciais sob a alegação de iniciar o cotado projeto Democrático-popular ficaram mais nítidas durante o período de governos FHC (PSDB). Segundo Iasi (2012), se por um lado o PT demonstrou crescimento significativo no número de parlamentares e de direções de prefeituras municipais, chegando inclusive a alcançar alguns governos estaduais, por outro, as deformações do partido não passavam despercebidas. Afirma o autor:

Crescia o poder de fato de uma base parlamentar ou institucional que substituíria na prática a base partidária. Crescia o poder de figuras individuais [...]. Criava-se um abismo entre direções e bases [...]. Sem que tenha perdido a força e a referência com que atuava no seio dos movimentos sociais e no movimento sindical, este vínculo era agora muito mais mediado por uma complexa cadeia de relações institucionais e trajetórias eleitorais do que por um vínculo orgânico (IASI, 2012, 506).

As deformações nas práticas do PT foram acompanhadas por deturpações teóricas de interpretação sobre o socialismo que se pretendiam inovadoras, mas que repetiram, ainda que com particularidades, uma trajetória já realizada pela social-democracia europeia. Não à toa, o discurso anticapitalista do partido aos poucos foi substituído por uma versão focada no anti-neoliberalismo, dando indicativos que o projeto do partido já não era o mesmo (IASI, 2012).

Segundo o autor,

[...] o caráter nacional passa a ocupar, cada vez mais, o lugar central antes ocupado pela polarização de classes; não se trata mais de “projetos de classe”, mas do embate de dois projetos para a “sociedade brasileira”: o neoliberal, restritivo, privatista e comprometido com a especulação e o capital internacional, e o projeto democrático (observe que começa a desaparecer o qualificativo “popular”), que interessa a toda a nação. Em seguida, como é natural, a base deste projeto, agora nacional, deve ser “uma aliança social mais ampla”. Durante anos a elaboração permaneceu nesta generalidade, e seria apenas no 12º Encontro (2001) que esta “nação” toma forma e aparece a face de nossa velha conhecida: a burguesia (IASI, 2012, p. 509-510).

A conclusão do autor não poderia ser diferente, as mutações sofridas pelo PT ao longo dos mais de 20 anos entre sua origem e a chegada à presidência da república não podem ser atribuídas a uma questão de escolhas pessoais, baseadas apenas em valores éticos e morais que orientaram as diferentes lideranças e militantes do partido. Segundo o Iasi (2012), as metamorfoses percebidas nas resoluções do partido apontam para uma “espécie de síntese” (p. 529) entre as intenções dos sujeitos e as condições conjunturais, sobretudo, do movimento da

luta de classes, demonstrando um momento particular da formação da classe trabalhadora no Brasil como classe.

Resume o autor:

O PT surgiu como expressão de uma classe que emergia de sua luta direta contra o capital, significativamente de um setor-chave da ordem capitalista ligado diretamente à produção do valor: o operariado industrial [...]. O PT serviu de meio de unificação e formação de uma identidade partilhada de diferentes setores das classes trabalhadoras que nele viram se abrir a possibilidade de assumir como seus os objetivos, a linguagem, os valores que conformavam este bloco como classe e o projeto como socialista. [...] Este partido foi a expressão política de um claro momento de fusão de classe, ao mesmo tempo em que foi a forma em que esta fusão encontrou a organização, instituiu-se em instrumento, em meio de ação (IASI, 2012, p. 530).

A possibilidade para a constituição do novo em uma conjuntura internacional em que o capitalismo maduro avançava e as experiências socialistas ruíam esbarrou em limites difíceis de serem transpostos, exigindo uma compreensão mais qualificada dos intelectuais orgânicos do partido sobre as particularidades da formação social brasileira, dentre estas, as características do Estado capitalista aqui desenvolvido. O que foi negligenciado pelo partido, segundo o autor.

Como demonstrou o autor, “A principal virtude do PT foi sua relação orgânica com o movimento vivo da classe, e, neste aspecto, o caráter e a autenticidade de suas lideranças foram essenciais. No entanto, esta virtude foi, também, o principal fator de sua rápida deformação” (IASI, 2012, p. 532). No sentido, esclarece o autor, de que ao mesmo tempo em que o PT constituiu-se em uma experiência que tentou romper com os vícios do que identificou como vanguardismo, ao buscar inovar atribuindo aos próprios sujeitos da classe, e não às lideranças, o protagonismo de sua organização política e definição de suas metas, o partido acabou por moldar-se pelo comportamento da classe já em refluxo, de forma que não foi capaz de contribuir para que a classe rompesse com os limites impostos pela ordem capitalista.

A citação do autor é elucidativa:

Como o PT não conseguiu mudar o mundo, o mundo mudou o PT. Ainda que neste processo possam existir, e de fato existam, pequenas e grandes traições, sua lógica deve ser buscada na incapacidade de certas forças políticas em transformar a sociedade e produzir uma ruptura que altere as bases do metabolismo social subordinado ao capital, o que implica a ação subjetiva de direções, mas não se reduz a ela. Nesta aproximação a tragédia do PT não é mais que um capítulo do drama da classe trabalhadora no século XX. No enredo deste drama temos três cenários, como afirmávamos há pouco: o pleno amoldamento à ordem do capital, como parte do capital total; a afirmação do ser da classe como antagonismo relativamente à burguesia nos limites da ordem do capital; e a negação revolucionária da ordem do capital pela instauração de novas relações sociais de produção que fundem uma nova sociabilidade humana emancipada (IASI, 2012, p. 536).

Na análise do autor, a proposta do PT em diferencia-se das experiências europeias tanto das experiências de transição socialista quanto da social-democracia se processou, mas não no sentido esperado por seus formuladores, ficando aquém destas, pois “[...] nem socializou os meios de produção e iniciou uma transição socialista, nem desenvolveu a economia capitalista minimizando, por meio das políticas públicas suas mazelas” (IASI, 2012, p. 549).

Para o autor, a inflexão moderada do PT aponta para a passagem de uma hegemonia proletária para uma hegemonia pequeno-burguesa. Não porque seus dirigentes ou a maioria dos militantes mudaram de classe, transformando-se em pequeno-burgueses, mas porque assume o projeto societário deste segmento de classe. E a base para este processo está na “burocracia partidária e sindical” formada no seu decurso (IASI, 2012, p. 559). De protagonista a classe trabalhadora passou a figurante, “[...] foi convertida em ‘base social’ e atua em relação ao partido de maneira cada vez mais ‘esporádica e fluida’ e definitivamente de forma ‘indireta’” (idem, p. 562).

Florestan Fernandes já desde o I Congresso do partido chamava a atenção:

No PT prevalece uma predisposição muito forte por realizações e ganhos relativos na competição pelo micropoder, o poder pequeno que nasce na estrutura hierárquica do partido e das probabilidades de mando que ela confere. Há também uma ambição clara de chegar ao poder institucionalizado, intrínseco à ordem social vigente, o que envolve a instrumentalização do partido para a satisfação de objetivos pessoais e de grupos congeniais. [...] O PT concorre, assim, com o populismo dos partidos tradicionais e corre o risco de se perder, como eles, numa variante do politicismo à esquerda. Podemos ou não vencer esta barreira? Parece óbvio que sim: ela não se generalizou ainda de modo intenso e extenso. Ninguém deseja que o PT se torne modalidade mais atraente, séria e sólida de populismo (FERNANDES, 1991, p. 74).

Infelizmente a história mostrou o contrário. O partido perdeu sua origem revolucionária, tornou-se mais uma variante do politicismo, renovou o populismo sobre as bases do neodesenvolvimentismo, tomou o reformismo como orientação ideológica apostando nas

reformas como meio e fim para a transformação social (IASI, 2012; MARQUES, 2015; SAMPAIO JR., 2017). Conforme a análise de Silva (2009), o PT,

Ao aceitar o jogo político das eleições burguesas, ainda que mantivesse uma postura crítica inicial, se viu diante dos mesmos dilemas vivenciados pela social-democracia clássica. Trata-se da atualização, no contexto de um país economicamente atrasado e que carrega a herança do passado colonial e escravista, do “debate Bernstein” sobre a prática reformista do partido e sua retórica socialista, entre a integração e a negação da ordem social capitalista. Reforma ou revolução? (idem, p. 103).

Enfim, em um país no qual até mesmo as pequenas reformas são intoleráveis para a classe dominante, o PT transformou-se numa versão reducionista até mesmo da social-democracia europeia do século XX, ganhando contornos de um partido de centro-esquerda da periferia.

No que se refere à relação entre o PT e o movimento operário, nota-se em Cruz (2010) que, com base nos documentos oficiais da CUT, a política de formação sindical inicia em 1987, período em que surgem as duas principais escolas voltadas à formação política da militância cutista. São estas: o Instituto Cajamar – INCA formada em 1986, em São Paulo, e Escola Sindical 7 de Outubro, fundada em 1987, com sede em Belo Horizonte.

A principal característica da formação política durante os anos iniciais até 1986 foi nortear uma política de ação baseada nos princípios da Central, como o caráter de classe, de massa, anticapitalista, socialista, democrática, dentre outros. Neste período foram realizados cursos de curta e longa duração e seminários que tratavam desde questões conjunturais até aquelas históricas acerca da luta de classes (CRUZ, 2010).

Já no período posterior de 1986 a 1984, nota-se no autor, uma mudança na formação política cutista, demarcando a passagem de política classista, para uma meramente instrumental que a princípio até manteve o recorte classista voltado à defesa dos interesses da classe trabalhadora, mas depois, isso mudou. Segundo o autor,

[...] a conclusão a que se chega é que houve uma mudança significativa ao longo os dez primeiros anos, desde a fase embrionária em 1984, até 1983, e que o ano de 1987 não foi o do início das atividades de formação e da Política Nacional de Formação, mas o marco inicial de um processo de modificação da orientação política da formação sindical da CUT, que implicou uma mudança na sua concepção e, conseqüentemente, na sua configuração (CRUZ, 2010, p. 136).

Apoiado em Tumolo (2002), Cruz (2010) indica a mudança de uma CUT combativa, classista e anticapitalista no primeiro período (1984-1986), para uma CUT instrumentalista no período posterior (1987-1994). Não demoraria muito para a metamorfose se completar, no período

seguinte, a partir de 1994, a passagem para uma CUT “propositiva”, em busca de resultados, a partir da estratégia proposição/negociação/participação, que substitui gradativamente o caráter classista pelo da cidadania, completa-se.

O autor ainda aborda outra instituição com vínculos estreitos com o PT, voltada ao processo de formação política era o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, conhecido como 13 de Maio NEP. Esta organização iniciou seus trabalhos de formação direcionados à classe trabalhadora latino-americana desde 1982 (CRUZ, 2010). É uma escola de formação de esquerda que contribuiu para os processos de formação política da CUT, do PT, de movimentos sociais, inclusive do MST, e das CEBs. A frente de trabalho de formação política da NEP era responsável por planejar e desenvolver cursos de capacitação para dirigentes e militantes com atuação nos movimentos sociais, cuja instituição tinha uma atuação direta. Basicamente, o trabalho consistia em levar a experiência organizativa para as atividades de bases dos movimentos iniciantes.

Segundo o autor, no início, esse processo de transmissão do conhecimento acumulado realizava-se por meio da produção e distribuição dos Cadernos de Formação, que serviam de base para a formação e organização de militantes dos trabalhadores. O primeiro Programa de cursos lançado em 1990 não fazia distinção entre os tipos de cursos (básicos, intermediários ou instrumentais e aprofundados) e a quem se destinaria a formação (iniciantes, militantes de movimentos sociais ou sindical e quem já passou pelas formações básicas).

O crescimento da demanda pelos cursos levou a equipe do NEP a construir o Programa de Formação de Entidade, um tipo de formação de multiplicadores, cujo objetivo era construir programas, roteiros e cursos. Entretanto, mostra o autor, “A primeira discussão sobre mudança nos rumos do 13 de Maio/NEP se deu, paradoxalmente, num momento de crescimento do trabalho da Entidade e não pela necessidade de fazer corte nos gastos” (CRUZ, 2010, p. 148). A primeira medida foi o corte de uma das frentes de trabalho, justamente esta voltada a produção de recursos pedagógicos, como cartilhas, materiais audiovisuais, dentre outros.

Já no final dos anos de 1980 e início de 1990, a equipe da NEP toma mais uma decisão que afetaria os rumos da instituição, qual seja, deixar de fazer o trabalho direto, aquele direcionado aos movimentos iniciantes, para focar-se na formação política. E foi na primeira

avaliação deste novo caminho tomado pela NEP que se pôde constatar, dentre outras coisas, uma questão importante para nosso trabalho “[...] o fato de que muitos dos participantes do curso “Questões do Sindicalismo” não se restringiam ao movimento sindical. Eram, também, militantes do movimento popular geral, de pastorais, de partidos (principalmente o PT) [...]” (CRUZ, 2010, p. 151). Importância que retomaremos na última parte do nosso estudo.

O que pretendemos aqui destacar é que se por um lado o 13 de Maio NEP reconheceu o esforço da Equipe de monitores para adotar uma postura poderíamos dizer suprapartidária, no sentido, de que a instituição adotava como tarefa instrumentalizar os militantes a fim de contribuir para uma participação ativa e consciente dos mesmos, indicando não fazer parte de “nenhum sindicato, partido, tendência ou corrente partidária” (13 de Maio NEP, 1991, p. 6 *apud* CRUZ, 2010, p. 152); por outro lado, a própria instituição reconheceu que naquele contexto, a Equipe acabou por “estabelecer uma relação mais próxima com o Partido dos Trabalhadores – PT, embora mantendo total independência” (13 de Maio NEP, 1991, p. 6 *apud* CRUZ, 2010, p. 152). Tanto que a partir de 1990, segundo o autor, o NEP começou a participar da Secretaria Nacional de Formação do PT.

Dois anos depois, frente à manutenção desta tendência entre os militantes de direcionar a formação para a disputa pelo poder entre as diferentes organizações da classe trabalhadora, o programa da instituição reforçava seu princípio suprapartidário, no sentido de “garantir autonomia dos grupos e entidades de trabalhadores com os quais seriam desenvolvidas” e ainda, preservar o “não alinhamento às correntes de opinião que disputavam o movimento, procurando realizar uma formação pluralista que respondesse às necessidades concretas e refletisse criticamente sobre os rumos do movimento” (13 de Maio NEP, 1994, p. 9 *apud* CRUZ, 2010, p. 155).

Entretanto, nota-se a partir do autor, que esta seria uma tarefa difícil de ser cumprida, uma vez que, se pegarmos, por exemplo, o público atingido pelos cursos do NEP, em 1993, veremos a seguinte composição: tirando os 16% que não declarou sua origem, 46% eram do movimento sindical, 17% do PT, 11% do Movimento Popular, 9% de Pastoral e 1% de outros partidos (13 Maio NEP, 1994 *apud* CRUZ, 2010, p. 157). Considerado o fato de que PT era composto por muitos militantes advindos das CEBs e movimentos populares, além do sindical, é possível inferir que havia entre os participantes dos cursos, uma hegemonia da influência político-ideológica do partido.

É importante ainda ressaltar que já naquele contexto a questão de sexo passou a entrar nos roteiros dos cursos, num contexto em que, indica o autor, “O programa de formação do 13 de Maio NEP ampliava-se pelo Brasil e já chegava a 15 estados, mas ainda se concentrava nas regiões sudeste e sul” (CRUZ, 2010, p. 163), sendo os operários ainda o principal público participante (46%), ao passo que as trabalhadoras domésticas, representavam apenas 1%.

O Programa de Formação de Formadores seguiu em ritmo de crescimento, e em 1995 já existiam outros núcleos de formação que apesar de terem sido criados por educadores formados pelo 13 de Maio NEP, funcionavam de forma autônoma em relação ao mesmo. Neste ano, já apareciam nas estatísticas de participação, o PSTU com 1%, outros partidos também 1% e PT 18%, e em disparada o movimento sindical com 64% (13 de Maio NEP, 1996, p. 7 *apud* CRUZ, 2010, p. 165-166).

Não pretendemos mais nos ater a este debate, contudo gostaríamos de recuperar a longa, mas fundamental, análise de Cruz (2010):

A experiência de formação política do 13 de Maio NEP nos mostra que a formação política levada à sério pode resultar em uma grande contribuição para a organização e a luta dos trabalhadores. Os cursos de monitores continuam a receber dirigentes e militantes de vários movimentos sociais, sindicais, pastorais e dos diversos partidos da esquerda brasileira; que procuram no 13 de Maio Nep a formação marxista que não encontram em suas formas de organização. Isso por um lado é importante porque mostra o trabalho sério e reconhecido desta entidade, mas por outro mostra também a extrema fragilidade em que se encontram nossos movimentos, sindicatos e partidos políticos de esquerda no Brasil. Infelizmente, a formação teórico-política da classe trabalhadora parece estar sendo deixada de lado, e se juntarmos a esse fato a fragilidade e a fragmentação da esquerda na atualidade, teremos um quadro crítico de como está a luta de classes em nosso país por parte da classe trabalhadora (*idem*, p. 171).

Com o exposto queremos mostrar que foi um PT já metamorfoseado e com sua principal base social também já transformada, que venceu as eleições presidenciais de 2002 e manteve-se no poder por quatro mandatos seguidos, tendo sido o último interrompido pelo processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, dirigido por uma forte coalizão de forças da direita ultraconservadora que tem demonstrado que nem mesmo as migalhas distribuídas pelos governos neo-desenvolvimentistas do PT serão toleradas pela elite autocrática brasileira.¹³²

¹³² Para uma análise crítica sobre a política econômica dos governos petistas de Lula e Dilma cf. Sampaio JR. (2017).

Orientações ideológicas de outras agremiações partidárias

Até o final da década de 1980, outros partidos de esquerda e centro-esquerda existentes antes da ditadura retomaram suas legendas, como foi o caso do PCB já mencionado, do PCdoB, do PSB, e novos partidos surgiram, como o próprio PT, o Partido Verde (PV), e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (SADER, 1995).

E, significativamente, a partir dos anos de 1990, outros partidos surgiram de cisões internas do PT, como alternativas mais à esquerda deste, como foi o caso do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), do Partido da Causa Operária (PCO) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (MATTOS, 2009; 2012).

Além destes, outros partidos de menor relevância surgiram no campo da esquerda no decorrer do mais recente capítulo da democracia no Brasil, que a nosso ver foi encerrado em 2016, com o processo impeachment de Dilma Rousseff do PT, a partir do qual se abre uma nova fase da democracia brasileira, caracterizado por um “golpe nas ilusões democráticas e ascensão do conservadorismo” como denominou Braz (2017).¹³³

Vejamos, de maneira resumida, alguns dos partidos citados.

O Partido Socialista Brasileiro

O PSB já foi citado em outros momentos neste trabalho, que mostram que o partido possui um processo histórico longínquo, que data dos primeiros anos do século XX, ainda no contexto da República Velha. Inclusive, durante o governo provisório de Vargas, o partido alcançou uma bancada significativa na Assembleia Constituinte de 1933, com 20 deputados eleitos, mas, ainda assim não conseguiu se tornar uma referência notável no campo da esquerda (REIS, 2007).

Com uma orientação socialista combinada à defesa da liberdade e da democracia, o partido encontrou dificuldades para se firmar e disputar a hegemonia com as principais tendências de esquerdas no país, quais sejam, o trabalhismo e o comunismo (REIS, 2007). Segundo o autor, o principal desafio dos socialistas era romper a polarização entre PTB e PCB e apresentar uma

¹³³ A expressão intitula o artigo do autor.

terceira via. Para esta tarefa o partido buscou inclusive referências teóricas marxistas, de Rosa Luxemburgo e Trotski.

Nos anos de ditadura militar o partido ficou abrigado no MDB, tendo sua refundação em 1986, na qual reafirmou seus princípios ideológicos originários. Em 2002, o PCB chegou a lançar Anthony Garotinho como candidato à presidência da República, num contexto em que já demonstrava um claro afastamento de suas referências marxistas e assumia tanto nos seus documentos quanto em suas atividades de formação política, conteúdos voltados “[...] para questões relativas à cidadania, à gestão administrativa e à definição e elaboração de políticas públicas” (REIS, 2007, p. 449). Todavia é preciso destacar que uma das principais organizações do partido, a Juventude Socialista Brasileira (JSB), parece insistir no legado marxista, pelo menos no campo do discurso, apresentando referências em seu *site* oficial de “Marx, Engels, Lênin, Trótski, Rosa Luxemburgo, Che Guevara, Fidel Castro e até mesmo Stálin” (idem, p. 449-450).

Descobrir se o aparente contraste existente entre o partido e sua juventude ultrapassa o campo do discurso ou se seria, conforme questiona o autor, uma espécie de concessão calculada à juventude, é uma questão de pesquisa em aberto, que não faz parte de nosso objetivo neste texto buscar responder.

O Partido Comunista do Brasil

Como já vimos o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), originou-se de uma cisão do PCB, quando este precisou mudar de nome para se adequar as regras eleitorais e firmar sua legalidade. Os dissidentes, alegando representar o verdadeiro marxismo-leninista retomaram o nome original e fixaram sua legenda em 1962, entretanto, não foi reconhecido pela URSS (REIS, 2007).

Durante os anos de ditadura, o PCB foi responsável organizar a principal experiência guerrilheira contra o regime, o foco do Araguaia (1972-1975) e perdeu significativos quadros de lideranças no que ficou conhecido como massacre da Lapa em 1976. Mas, apesar das perseguições, o partido sobreviveu e no contexto de retorno da democracia no Brasil, retomou o registro legal em 1985 (REIS, 2007).

Segundo o autor, o partido “[...] manteve-se ativo e presente nos grandes movimentos sociais do recente período democrático, a partir dos anos de 1980 [...]” (REIS, 2007, p. 451). Possui uma orientação marxista-leninista e maoísta, advinda de sua aliança com o Partido Comunista da China (PCC), e desde sua refundação adota as diretrizes da III Internacional.

O Partido da Social Democracia Brasileira

Assim como outros partidos já citados, O PSDB originou-se de uma cisão do PMDB, arrastando parte da esquerda abrigada no partido da transição, inclusive figuras políticas importantes como Fernando Henrique Cardoso e Mario Covas (SADER, 1995). Conforme o autor, no início de sua trajetória, o PSDB reivindicava a ideologia social-democrática, numa versão mais próxima aos partidos europeus partícipes da Internacional Socialista nos anos de 1980, que diferia à versão nacionalista representada pelo PDT, de Brizola. Neste sentido, o PSDB, “[...] passou a figurar como nova alternativa de centro-esquerda no espectro partidário brasileiro, uma novidade para um cenário com poucos partidos com definições ideológicas claras”, afirma Sader (1995, p. 152).

Entretanto, como mostra o autor, tal como a social-democracia europeia e depois a latino-americana passaram a adotar as orientações neoliberais, num contexto que já demonstrava o esgotamento das condições de manter e ampliar o Estado de bem-estar social como projeto social que permitia aos partidos com esta orientação se diferenciarem dos partidos conservadores, o PSDB também seguiu os mesmos rumos.

Pouco tempo depois de seu registro em 1989, já havia entre a liderança do partido a disposição de incorporar o projeto neoliberal introduzido no país pelo governo Collor. Segundo Sader (1995): “Expressavam-se aí confluências entre a nova orientação do PSDB e as forças conservadoras brasileiras – especialmente o PFL que passaram a fazer da modernização neoliberal do Estado sua principal bandeira política e ideológica” (p. 153). Rapidamente o PSDB abandonou a crítica à privatização do Estado para tomar como principal bandeira a defesa da inflação.

Com o impeachment de Collor e, em consequência disso, a nomeação de Itamar Franco para a residência da República, o ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso

(FHC) do PSDB, foi convidado a assumir o cargo de Ministro da Fazenda. Recupera Sader (1995):

A atuação de FHC se caracterizou por atacar o déficit público – considerado a raiz do processo inflacionário – mediante drásticos cortes nas políticas sociais, que viram reduzidos em vários bilhões de dólares seus recursos no ano em que esteve no Ministério da Fazenda e no período em que sua equipe deu continuidade a suas orientações (idem, p. 155).

Nota-se a partir do autor, que a ameaça sofrida pela direita no processo de eleição presidencial anterior, na qual o candidato de esquerda, Luiz Ignácio Lula da Silva (Lula) do PT, alcançou reais condições de vencer as eleições presidenciais, parecia coisa do passado. Nos anos de 1990, FHC conseguiu se fortalecer como uma alternativa governamental, apoiado em um programa que se somava às políticas conservadoras e fazia pequenas concessões aos trabalhadores. Sua candidatura propagava três discursos diferentes direcionados a conseguir apoio de classes com interesses distintos.

Dirigido às elites e a direita, o primeiro discurso de FHC enfatizava: “Só eu, um candidato originário da esquerda, posso derrotar a esquerda que ameaça a sua continuidade no poder” (SADER, 1995, p. 160), para tanto, dizia ele, é necessário fazer algumas concessões. O segundo, voltado para as classes médias, sustentando-se no argumento em moda na época que apontava o fim da divisão entre esquerda e direita, prometia: “vamos transformar o país desde cima devagar, convencendo as elites de que isso é necessário, até porque não afetará seus interesses ou o fará em pequena medida” (idem, p. 160-161). E, o terceiro, orientado às classes populares, renovava as expectativas de recuperação do poder aquisitivo da meda e, como consequência, dos salários.

Como parte da mudança ideológica sofrida pelo PSDB, o autor afirma que os movimentos populares e a própria esquerda passaram a ser responsabilizados pelo atraso do país devido suas pautas corporativistas, nacionalistas e economicistas que impediam a modernização.

Longe de acabar com a díade esquerda e direita, a década de 1990, segundo o autor, trouxe uma redefinição no campo político. No Brasil, o principal representante da nova direita, orientada pelo neoliberalismo, foi o PSDB, cujo projeto objetiva realizar “[...] reformas constitucionais que facilitem ainda mais a livre circulação do capital, conforme os novos requerimentos do processo de acumulação capitalista internacionalizado” (SADER, 1995).

A transformação do Partido Comunista Brasileiro em Partido Popular Socialista

Desprendido de sua base social (operária e sindical) no campo nacional, sem os alicerces da URSS no campo do comunismo internacional, o PCB acabou extinto em 1991 (SANTANA; ANTUNES, 2007). Sobre o processo que culminou na extinção, Segatto e Santos (2007), indicam:

De um lado pressionado com urgência pelo tempo democrático que lhe exigia atualizar a práxis para a competição política e, de outro, interpelado pela crise dos paradigmas marxistas e pelo fim próximo dos países socialistas, o PCB realizaria seu último congresso ao tom das discussões pós-Muro de Berlim e fim do comunismo. Consciente de que o PCB se encontrava já sem condições de sobrevivência na forma Partido Comunista, o núcleo dirigente propôs a tese da recriação da esquerda no Brasil. A refundação viria por meio de um processo que poderia redundar em uma nova formação política, cujo referencial programático e prático tivesse o pressuposto “de uma política para a democracia”, para a renovação progressiva do Estado e da sociedade brasileira na perspectiva do socialismo (idem, p.47).

Segundo estes autores, o documento do IX Congresso indicava a renúncia da orientação marxista-leninista sustentada pelo partido por décadas e a adesão a uma “política de radicalidade democrática” (idem, p. 48), que fundamentada no respeito às regras democráticas, consistia na adoção da estratégia revolucionária processual, ou seja, a partir de um processo gradual e crescente de conquistas sociais e humanas com fins igualitários e libertários.

No que se refere à relação com os movimentos sociais e as massas, nota-se a partir dos autores, que o documento apontava a preocupação com a aproximação dos novos sujeitos sociopolíticos emergentes, tais como movimentos de negros, de jovens, de mulheres, religiosos, populares urbanos e ambientalistas. Neste sentido, o partido deveria voltar-se a

[...] uma formação política de massas, inserida em suas mobilizações, respeitando sua autonomia e independência, influente nas instituições e na sociedade civil, cujo relacionamento não devia ser mais o instrumentalismo enraizado na tradição da esquerda ou o da compartimentalização em moda nos processos corporativos contemporâneos [...] (SEGATTO; SANTOS, 2007, p. 51).

Com os trilhos ajustados para outro caminho rumo à revolução brasileira, o PCB chegou ao X Congresso, no qual foi decidida a extinção oficial do velho partido e a fundação do novo, o Partido Popular Socialista (PPS) (SANTANA; ANTUNES, 2007), mais coerente com o “[...] contexto de retomada da tese sobre a criação de uma nova formação política reformista no Brasil” (SEGATTO; SANTOS, 2007, p. 52).

A mudança do nome do partido foi realizada em 1992 e a adaptação do conteúdo do Estatuto partidário em 1996, conforme consta no TSE.¹³⁴

A refundação do Partido Comunista Brasileiro

Logo após a transformação do antigo PCB em PPS (1992), um grupo de militantes dissidentes, que discordaram desta decisão, deu entrada ao pedido de registro da legenda do antigo partido junto ao TSE, alcançando êxito em 1993¹³⁵. No estatuto aprovado pelo TSE em 1996, o novo PCB evidencia, por meio das inúmeras alusões de características históricas do velho PCB, que não se trata de uma nova formação e sim, da refundação partido extinto. Por exemplo, o novo PCB indica como “objetivo da sua ação política a construção democrática de uma sociedade socialista, na perspectiva comunista” (PCB, 1995, Título I, Cap. I, Art. 2º). Já no Art. 3º o partido busca reafirmar sua identidade visual, adotando símbolos que remetem ao movimento comunista em âmbito internacional (cor vermelha, martelo e foice). Destaca o centralismo democrático como fundamental à sua organização (PCB, 1995, Título I, Cap. I).

No que diz respeito à sua relação com os movimentos sociais, o novo PCB indica como dever dos filiados participar tanto das atividades do partido quanto dos movimentos populares, que são compreendidos como uma fração da ação organizativa partidária.

Segundo Mattos (2009), após 2005, o partido fez a autocrítica no que diz respeito à sua defesa histórica de uma etapa democrática-burguesa como precedente à revolução socialista brasileira, realizou uma crítica aberta ao governo petista e, em 2006, orientou sua militância sindical a sair da CUT para compor a Intersindical, criada no mesmo ano, na tentativa de unificar os sindicatos combativos.

A influência do partido nos movimentos sociais é bem reduzida se comparada à sua história, menor até mesmo que a de partidos de esquerda mais recentes, como é o caso do PSTU e do PSOL, por outro lado, como mostra o autor, seus quadros são formados por um corpo de intelectuais e uma militantes com reconhecido acúmulo teórico e prático.

¹³⁴ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>>. Acesso em 26 jul. 2018.

¹³⁵ Idem nota anterior.

As características do Estatuto de 2005 foram ratificadas no Estatuto atual, aprovado em 2008. O documento ao indicar a data de fundação do partido (25 de março de 1922), demonstra que realmente se trata de uma refundação do antigo PCB.

O Estatuto atual também deixa clara sua orientação ideológica, ao afirmar: “O PCB tem por objetivo da sua ação política a ultrapassagem da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade socialista, na perspectiva do comunismo, e fundamenta esta ação nos princípios do Marxismo-Leninismo” (PCB, 2008, Cap I, Art. 3º). Neste documento o centralismo democrático também é destacado na forma de organização, ficando mais explícito que o PCB propõe ser um partido de quadros.

O internacionalismo do proletariado também é um princípio valorizado pelo partido na sua ação educativa junto à militância, conforme consta no documento. Além dos pontos que destacamos no Estatuto de 1996, no Estatuto atual consta como dever dos militantes, recrutar outros militantes para compor os quadros do partido a partir de sua participação nos movimentos populares e nos coletivos.

Esta ampliação da frente de atuação do PCB também aparece no seu *site* oficial, no qual o partido expõe sua relação direta com: o movimento sindical, por meio da Unidade Classista; o movimento juvenil, através da União da Juventude Comunista (UJC); o movimento feminista e o movimento negro, a partir dos Coletivos Ana Montenegro e Minervino de Oliveira, respectivamente. No *site*, a elevação da consciência de classe dos trabalhadores aparece como uma tarefa partidária, bem como a busca pela hegemonia junto às massas e suas diversas lutas sociais.¹³⁶

Com o exposto queremos mostrar que não há diferenças substanciais, exceto o tempo histórico, entre o novo PCB e o velho PCB, por isso falamos de refundação. Consideramos que a transformação do PCB em PPS significou a extinção do primeiro e o nascimento de um novo partido fundando em bases ideológicas diferentes da proposta original do PCB, que se afirmou no Brasil como um partido comunista que tinha inclusive o reconhecimento da URSS e da III Internacional, enquanto o PPS como vimos se apresenta como um partido socialista.

¹³⁶ Disponível em: < <https://pcb.org.br/porta12/>>. Acesso em 26 de jul. 2018.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro

O MDB/PMDB, como vimos, cumpriu um papel importante no processo de democratização pelo alto realizado no Brasil. O partido que durante a ditadura serviu de refúgio para forças de esquerda, centro-esquerda e centro-direita, remodelava-se à medida que representantes destas forças saíam para refundar os seus próprios partidos. De “oposição consentida” o PMDB passou a um partido típico de centro-direita, orientado para a defesa do chamado Estado democrático de direito.

Recentemente, o PMDB perdeu a única característica que o definia como um partido de centro, qual seja a defesa da democracia. À frente do governo desde o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff do PT, o governo Temer do PMDB não só endossou o processo de golpe, como tem se revelado como um dos principais protagonistas no campo da direita para dar continuidade ao projeto neoliberal em sua fase atual, que como vimos na primeira parte deste trabalho, volta-se a aprofundar os ajustes fiscais, promovendo contra-reformas necessárias para alcançar este objetivo. No Brasil, o mesmo tem sido alcançado, por exemplo, através da reforma trabalhista e dos cortes orçamentários para as políticas sociais de caráter universal como saúde e educação, realizados no governo Temer.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

O PSTU foi formado a partir de uma dissidência no interior do PT, que culminou na expulsão da tendência Convergência Socialista, em 1992 (REIS, 2007). Além desse grupo, compuseram a fundação do PSTU em 1994, militantes do Partido da Libertação Proletária¹³⁷ (PLP) e ex-sindicalistas da CUT, entretanto, logo o PLP se afastaria do partido criado (MATTOS, 2009).

Segundo Mattos (2009), o PSTU possui nos seus quadros, militantes com reconhecida influência no sindicalismo brasileiro e também com visibilidade no movimento estudantil. A Convergência chegou a conseguir entre 10% e 20 % dos votos no interior da CUT, no decorrer dos anos de 1980 e início de 1990. O partido ainda contribuiu diretamente para a

¹³⁷ O partido de origem prestista, no decorrer dos anos de 1980 atuou junto do PDT (MATTOS, 2009, p. 39).

construção da Conlutas como uma alternativa à CUT e possui atuação significativa nesta organização.

Conforme o autor, a partir da iniciativa do PSTU, a Conlutas começou a ser construída, desde 2004, por setores dissidentes da CUT, mas sua fundação ocorreu um pouco depois, em 2006. A Conlutas possui o caráter de uma Central sindical e de movimentos sociais, que apesar da heterogeneidade na composição política atual, ainda tem hegemonia desse partido que segue ocupando a maioria dos cargos de direção (MATTOS, 2009).¹³⁸

No que diz respeito à orientação ideológica, o partido alinha-se à perspectiva revolucionária do marxismo trotskista e vincula-se, internacionalmente, à Liga Internacional dos Trabalhadores, conhecida como Quarta Internacional (LIT-QI), fundada em 1982, com liderança argentina de Nahuel Moreno (REIS, 2007; MATTOS, 2009).

Conforme Reis (2007), o partido reforça o setor crítico às tendências reformistas e destaca-se no campo da esquerda partidária marxista pela radicalidade expressa em seu programa, que em linhas gerais, “Defende o rompimento com as instituições internacionais, políticas radicais de redistribuição de renda, uma reforma agrária ampla e radical sob controle dos trabalhadores, a estatização do sistema financeiro e das grandes empresas estrangeiras e o monopólio do comércio exterior” (idem, p. 454).

Para Mattos (2009), o PSTU possui um programa e uma forma organizativa típica de um partido de quadros de vanguarda, muito semelhantes ao *Programa de transição* trotskista e à experiência soviética. O partido necessita aprofundar a interpretação da realidade brasileira e formular estratégias conforme suas particularidades históricas e superar as práticas sectárias limitadoras de sua capacidade diretiva junto a amplos setores da classe, analisa o autor.

¹³⁸ A análise do autor indica que, ainda que a Conlutas, assim como também a Intersindical tenham se afirmado como alternativas à CUT no campo sindical, essas organizações tem reproduzido vícios herdados do passado cutista, mantendo “práticas de direção cupulistas”, com decisões muitas vezes distanciadas das bases e com baixo grau de renovação e reproduzindo inclusive “práticas assistenciais” como colônia de férias (MATTOS, 2009, p. 39).

O Partido Socialismo e Liberdade

O PSOL foi criado em 2004, por uma dissidência do PT contrária à contra-reforma da previdência, proposta pelo governo Lula e aprovada em 2003, mesmo com a resistência de alguns parlamentares considerados “radicais” que não seguiram a orientação partidária e votaram contra a proposta (MATTOS, 2009).

O processo de formação do partido iniciou após a expulsão desses parlamentares “radicais” e contou com a participação de diferentes grupos políticos com os quais estes possuíam proximidade como o Movimento Esquerda Socialista (MES), a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), parte minoritária da Democracia Socialista (DS), o Coletivo Socialismo e Liberdade dissidente do PSTU, e também contou com figuras públicas e intelectuais reconhecidos que atuavam no PT, além de militantes sindicais dissidentes da CUT, segmentos da esquerda Católica e outros grupos menos expressivos da esquerda. Pouco tempo depois a corrente Ação Popular Socialista do PT (APS, também conhecida como Força Socialista) também deixou esse partido para aderir ao PSOL. E, posteriormente, com devido os escândalos do mensalão envolvendo o governo Lula e o PT mais parlamentares migraram desse partido para o novo partido.

Talvez esta origem diversificada possa ser um caminho para explicar o apontamento feito por Reis (2007), de que embora vinculado à tradição marxista no Brasil, os documentos oficiais do PSOL evidenciam a disputa interna entre diferentes variantes. Ao que parece, tanto uma perspectiva marxista-leninista, orientada para a ruptura radical com o capitalismo, pautada na mobilização e luta da classe trabalhadora, mas que depois das experiências petistas e pecebistas, parece se combinar à crítica taticista de conciliação de classes, quanto uma perspectiva marxista-gramscista que orienta uma transformação social fundamentada também na defesa da democracia e das liberdades. Ou seja, justamente as questões que também ganharam destaque nas problematizações petistas nos anos de 1980 em relação ao PCB.

Desde sua fundação, o partido apresenta-se como uma alternativa à esquerda do PT, propõe um programa comprometido com o socialismo, busca uma organização interna democrática, e defende a sustentação financeira partidária advinda, principalmente, de seus militantes não aceita financiamento de empresas e bancos para suas campanhas (MATTOS, 2009).

Segundo o autor,

Do ponto de vista da inserção nos movimentos sociais, o PSOL possui militantes na direção de diversos sindicatos engajados tanto na construção da Conlutas quanto da Intersindical. Dirige uma parte significativa das organizações estudantis das universidades públicas e possui uma pequena participação no movimento de luta pela reforma agrária. Em cidades como o Rio de Janeiro está inserido em movimentos sociais urbanos (MATTOS, 2009, p. 41-42).

Comparado ao PSTU e ao PCB, para o autor, dadas as dimensões do PSOL e expectativas criadas sobre o mesmo, este partido possui uma responsabilidade ainda maior ao apresentar-se como alternativa ao PT. Mas, na prática o PSOL tem se demonstrado muito mais uma reprodução do petismo do que sua negação, conforme sustenta a análise do autor:

Se o seu programa oficial afirma o socialismo e a via revolucionária para alcançá-lo, na prática as posições vitoriosas em seus espaços deliberativos reafirmam o Programa Democrático-Popular que embasou a reviravolta estratégica petista. Se os estatutos afirmam as bases para o funcionamento democrático e militante, na prática tais estatutos são sistematicamente desrespeitados. Na fase de construção do partido sob a justificativa da provisoriidade e hoje, pelos imperativos da prática e da “viabilidade”. Os núcleos não funcionam, os momentos deliberativos tendem a ser dominados pelo “bloco majoritário”, que se formou desde o primeiro congresso do partido em 2007, através de mecanismos de restrição à participação dos militantes da base ou da sua escolha pelo filtro das tendências majoritárias. No dia-a-dia do partido, os parlamentares, mais que as instâncias, ditam a intervenção pública do PSOL. (MATTOS, 2009, p. 42).

Além disso, afirma o autor, o PSOL não conseguiu romper com a herança petista e segue a mesma linha de priorizar a luta institucional e não a intervenção nos movimentos sociais. Em 2008, o partido chegou a flexibilizar sua política de alianças com fins de viabilizar candidaturas municipais e em Porto Alegre chegou a aceitar contribuições de um grupo empresarial para as campanhas. Em suma, o partido trilha a passos largos o mesmo caminho percorrido pelo PT em vinte anos. Se não mudar de direção, poderá se transformar na continuidade da tragédia petista.

Outro ponto preocupante levantado pelo autor é a tensão entre grupos internos com concepções partidárias diferentes, apesar de terem o mesmo ponto de partida, qual seja, a negação do PT atual. De um lado, tem-se a defesa de um PSOL capaz de superar e se diferenciar do PT e de outro, a defesa de um partido que recupere as “origens” do PT. Por outro lado, como indica Reis (2007), “O PSOL parece não se importar com a multiplicidade de tendências” (p. 456).

Para o autor, é impossível não perceber as aproximações do PSOL com o PT dos anos de 1980, seja

[...] a diversidade das tendências, o caráter confederativo das doutrinas e das práticas, a perspectiva de construir sínteses inovadoras, a aposta no futuro, tudo isso conjugado com a preeminência das lideranças parlamentares e matizado por ela e por um(a) líder incontestável [...] (REIS, 2007, p. 456-457).

Na mesma direção, Mattos (2009) ao indagar “Estaria o PSOL destinado a ser um novo partido?”, aponta que apesar de não ter respostas ainda, dada a recente criação do partido, é importante capturar as pistas existentes. E estas indicam que:

Há, de fato, setores no interior do partido que, embora críticos das propostas hoje abraçadas pelo PT no governo, traçam como caminho a ser seguido pelo PSOL o mesmo que era traçado pelos petistas nos anos de 1980 [...]. Mas, vimos também que há setores do partido que defendem uma ruptura mais radical com a trajetória petista, apontando para a necessidade de construção de um partido realmente de “novo tipo”. [...] O primeiro grupo é hoje folgadoamente majoritário no aparelho partidário e tende a impor de forma cada vez mais veloz a sua linha de ação (MATTOS, 2012, p. 136).

Em outras palavras, mesmo que a primeira possibilidade parecesse estar mais próxima de acontecer, levando em conta o momento de análise, a resposta ao questionamento dependerá da correlação de forças interna ainda em curso no partido, como aponta o próprio autor e como também já tinha analisado Reis (2007).

4.3 CONCLUSÃO PARCIAL

Nesta segunda parte do texto, tivemos uma pretensão ousada, mas necessária para todos que queiram conhecer algumas questões que atravessam o tema da relação entre movimentos sociais e partidos de esquerda de maneira geral. Em pesquisa qualitativa desenvolvida a partir de estudos de caso, a generalidade não importa muito, o mais fundamental é justamente trazer a especificidade. Entretanto, consideramos que para conhecer o que é particular é preciso antes de tudo conhecer o que é universal. Com este intuito nós buscamos conhecer a construção da esquerda mundial no capitalismo para que pudessemos retornar a construção da esquerda no Brasil e demarcar a classificação dos principais partidos políticos deste campo.

É importante aqui mencionar que os caminhos que trilhamos não foram expostos necessariamente na mesma ordem que realizamos nossa pesquisa. A exposição da mesma segue uma estruturação que consideramos facilitar a compreensão dos resultados a que

chegamos. O primeiro aspecto necessário para o leitor deste trabalho alcançar nossa linha de raciocínio e argumentação é conhecer o tema da classificação ideológica dos partidos políticos, como campo de estudo que nos permite como pesquisadora afirmar diferenças nas orientações de partidos políticos de direita e de esquerda e dentro de cada um dos campos as variadas segmentações.

Primeiramente, apresentamos a abordagem orgânica para a compreensão do partido político, que permitiu compreendê-lo como uma forma de organização estabelecida na dinâmica social, que é atravessada pela luta de classes estendida para o nível da política. A partir desta abordagem concluímos que os partidos políticos expressam uma orientação ideológica conforme sua posição na luta de classes. Isso significa que o partido não é uma simples máquina política eleitoral. Mesmo quando serve apenas para este fim ele é um instrumento de classe que contribuiu para manutenção do sistema ou para sua contestação.

Apreender o partido político por este crivo requereu entender que a orientação ideológica – como variável analítica para demarcar a classificação dos partidos no espectro político – ao ser vista por uma perspectiva crítica, refere-se às ideologias orgânicas, históricas, porque são estas que podem incidir sobre a dinâmica da sociedade e contribuir inclusive para sua mudança de curso, conforme a análise gramsciana. A ideologia orgânica como sinônimo de uma concepção filosófica do mundo que se expressa em todas as áreas da vida em sociedade, é o que possibilita percebê-la no movimento geral da luta de classes como mediação capaz de influenciar os e ser influenciada pelos comportamentos sociais.

As ideologias orgânicas como conteúdos valorativos mais amplos que se expressam nas práticas dos sujeitos sociais, de maneira abstrata indicam pelo menos três grandes posições políticas: uma que apoia o sistema classista e visa mantê-lo, contribuindo então para a mistificação do mesmo; outra que acredita que o sistema de classes possa ser melhorado e se reduz à defesa de amenizar alguns problemas causados pelo mesmo; e outra, que defende a superação do sistema de classes, como apontou Mészáros.

Ao recuperarmos a construção histórica dos significados dos termos esquerda e direita foi possível demonstrar que essas três posições políticas universais fundamentaram dois amplos campos de classificação dos partidos, a partir de sua orientação ideológica: de contestação

total ou parcial à ordem estabelecida, como luta a esquerda, e de manutenção da mesma, como busca garantir a direita.

No século XIII, a contestação partia do liberalismo e demarcava os valores das novas forças sociais burguesas que viam nos valores conservadores um fermento para manutenção do feudalismo e, conseqüentemente, um impeditivo para o avanço da nova ordem social capitalista. As mudanças sociais processadas nos séculos XIX e XX levaram a uma ressignificação dos campos e a contestação passou a ser do socialismo defendido pela classe trabalhadora contrária aos valores liberais e conservadores que contribuem para a manutenção do sistema capitalista. Diferente do conservadorismo, os valores e pautas progressistas foram assimilados em alguma medida pelos dois campos, contribuindo, principalmente, para a composição da centro-esquerda e centro-direita.

Demonstramos que a esquerda como um campo de atuação do movimento socialista é marcado por disputas decorrentes das diferenças entre as matrizes teóricas adotadas pelos partidos para orientar suas práticas e a formulação de suas pautas e programas. De maneira generalista, vimos que historicamente o campo da esquerda tem sido disputado, principalmente, por forças socialistas, comunistas e anarquistas.

Mostramos que em termos concretos no que diz respeito à disputa expressa no aparelho burocrático do Estado, os principais partidos políticos da esquerda mundial, durante finais do século XIX e todo o século XX, foram os partidos social-democratas e os partidos comunistas. Ambos desenvolveram suas ações e pautas políticas sob a auto-afirmação de representarem os interesses da classe trabalhadora e do socialismo como projeto societário.

Esses partidos construíram suas estratégias e táticas para alcançar o socialismo com base principalmente, nas análises marxianas e nas variadas correntes interpretativas dessas análises formadas por teóricos de influência mundial como Lenin, Rosa Luxemburgo, Gramsci, dos quais buscamos recuperar alguns debates, no interior dos quais também foi possível mencionar alguns pontos defendidos por kautsky, Bernstein, Stalin e Trotsky, e ainda poderíamos citar outros tantos que não nos coube tratar como Mao Tse-Tung e Che Guevara. Destes autores, alguns contribuíram para avançar as análises políticas de Marx e Engels e outros desejando superá-las acabaram por distorcê-las ou por negá-las.

De toda forma, inseridos nos principais partidos da esquerda mundial e, em alguns casos, nas experiências de transição socialista, os debates suscitados por esses autores marcam influências no movimento socialista mundial. As interpretações acerca do Estado, das classes sociais, da luta de classes, das estratégias e táticas para chegar ao socialismo, da reforma e/ou revolução, do papel do partido na organização da classe trabalhadora, do proletariado como sujeito revolucionário, dentre outros debates, repercutiram e orientaram a atuação de partidos políticos de esquerda e de movimentos sociais do mundo todo e, no que aqui nos cabe destacar, as relações estabelecidas entre estes sujeitos políticos.

Como mostramos, para os teóricos recuperados por nós (Marx e Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo e Gramsci), o partido que se proponha representar interesses universais da classe trabalhadora na luta de classes possui uma inserção nas lutas sociais desta classe, mantendo um vínculo orgânico com a mesma. Ainda que as análises dos autores de maneira alguma devam ser tomadas de forma engessada, consideramos que alguns princípios gerais podem contribuir para os partidos que se pretendam revolucionários. Dentre estes princípios, como destacou Mattos (2012), a referência central de Max e Engels sobre a organização política da classe trabalhadora é de uma construção com base na unidade na diversidade, ou seja, de respeito às múltiplas posturas, posições, elaborações, desde que tenham como alvo central o projeto de emancipação dos trabalhadores e que não se aprisionem ao sectarismo. E, a respeito das contribuições de outros teóricos marxistas recuperados por nós, o autor contribui ao sintetizar:

Do debate travado por Lenin, Luxemburgo e Gramsci, podemos tomar como referência a definição de que o partido de novo tipo nasce no interior da própria classe para atuar como força dirigente – educadora, organizadora e mobilizadora – na perspectiva da consecução do projeto de transformação social. Para tanto, a “dupla perspectiva” de sua atuação não deve ser lida como atuação em dois planos – social e institucional – até porque a sociedade civil também possui suas “instituições” e o projeto da tomada do poder passa pela díade sociedade civil/sociedade política, no sentido mais ampliado e complexo de estado que lhe atribuiu Gramsci. Porém, pode ser entendida como busca de uma ação ao mesmo tempo educativa, de conscientização e mobilização (sobre a classe trabalhadora) e de força e autoridade, da revolução no seu sentido mais tradicional (sobre aqueles setores sociais que seriam desalojados pela chegada ao poder dos trabalhadores). (MATTOS, 2009, p. 137).

Em termos concretos, vimos que através da Internacional Comunista liderada pelo partido bolchevique, os comunistas orientados por uma perspectiva do partido de vanguarda leninista foram incentivados a formarem núcleos no interior dos sindicatos subordinados aos partidos comunistas. Entretanto, depois da morte de Lênin, a expansão das experiências de transição

socialista da URSS foi acompanhada da hegemonia do partido bolchevique stalinizado, o que desaguou num processo de transformação progressiva da IC em uma organização mundial que servia de correia de transmissão das orientações deste partido aos PCs de diversos países. Dentre as deturpações que assolaram os PCs do leste europeu gostaríamos de resgatar a ausência de uma cultura política democrática ou uma política residual, expressa dentre outras coisas, pela prevalência no interior do PCUS e, conseqüentemente, nos PCs que estavam sob sua influência ideo-política, uma relação vanguardista-instrumentalista dos partidos comunistas para com os movimentos sociais. Uma espécie de reprodução do que ocorreu com a IC, em âmbito nacional os PCs tratavam os movimentos sociais como correia de transmissão dos interesses político-partidários.

Resgatamos ainda, que o III Congresso da IC foi marcado pela compreensão de que era necessário unir as forças de esquerda para evitar um movimento reacionário de direita contra a Revolução. Na prática, esta orientação se converteu em uma política de alianças mais ampla que levou os PCs a buscarem se aproximar de outras forças políticas de esquerda, por exemplo, o campesinato, bem como direcionar atenção para as lutas cotidianas do proletariado, para alcançar maior proximidade com os sindicatos, que até então possuía hegemonia dos partidos social-democratas.

De posse desse panorama sobre o movimento socialista europeu e de seus representantes políticos partidários é possível perceber que a formação e configuração da esquerda brasileira foi apenas um capítulo desta história, como afirmou Iasi. Ao mesmo tempo, buscar as particularidades do processo de formação social brasileiro foi importante para entender a manutenção de valores e práticas políticas, culturais e econômicas que serviram de instrumento para a consolidação de um padrão dependente e subordinado do Estado brasileiro.

A inserção do Brasil no período colonial no processo de acumulação primitiva de capital que garantiu o desenvolvimento do capitalismo e depois a consolidação do escravismo como modo de produção interno subordinado ao capitalismo como modo de produção global foram algumas determinações que contribuíram para forjar uma classe oligárquico-patrimonialista no país, ou seja, a formação da burguesia brasileira como classe se processou como o aburguesamento da aristocracia. No sentido de que a centralização política e o desenvolvimento de um Estado democrático de direito moderno, como exigências do grande capital, foram realizadas de maneira peculiar, sem que as antigas classes dominantes do

regime escravista desaparecessem, mas pelo contrário, apresentassem total adequação ao *modus operandi* do capital global. Ao passo que essas mudanças políticas foram processadas pelo alto e sem a participação das massas, ou seja, sem choques revolucionários que culminasse em reformas democráticas no sentido de extensão dos direitos civis e sociais como tinha acontecido em vários países europeus após a Revolução Francesa. Em outras palavras, o processo de desenvolvimento da República no Brasil ocorreu com especificidades de nossa realidade social. Não foi acompanhada de revoluções de caráter democrático e nem pela atuação e hegemonia da burguesia nacional industrial enfraquecida pela força da oligarquia cafeeira ligada aos interesses do capitalismo global.

As particularidades de nossa formação social foram as principais preocupações da esquerda brasileira. No âmbito do PCB, principal partido da esquerda brasileira até os anos de 1960, os esforços foram despendidos em torno da estratégia democrático-nacional, como ponto precedente da revolução proletária. A formulação desta estratégia ou projeto expressava o direcionamento da própria IC sobre a situação dos países colonizados e as possibilidades revolucionárias nesses países. A política de alianças com a burguesia adotada pelo PCB foi expressão também de uma orientação da IC.

A reprodução das linhas da IC no PCB se refletiu também na relação deste partido com os movimentos da classe trabalhadora, no sentido de centralizar suas ações nos movimentos sindicais, devido à compreensão do proletariado como sendo o operariado industrial. E, devido à questão agrária no Brasil, o partido via nos camponeses uma classe estratégica para o projeto revolucionário, levando-o a direcionar suas ações também para a organização dos mesmos em movimentos sociais, inclusive em sindicatos. O movimento sindical foi o foco da atuação do PCB. Entretanto, a relação com os movimentos da classe reproduziu a tendência vanguardista-instrumentalista e transformou os movimentos em correia de transmissão das linhas do partido.

Outro ponto que merece destaque é que o desenvolvimento do capitalismo internamente no país levou à formação de uma centro-esquerda diferente dos partidos social-democratas europeus, caracterizada por um viés trabalhista e nacional-desenvolvimentista em larga medida marcada por um caráter populista em relação ao Estado. Tanto, que o atrelamento do sindicalismo brasileiro ao Estado foi um dos principais obstáculos que a esquerda socialista

brasileira precisou o todo tempo enfrentar. E, foi do meio sindical crítico a estas práticas de cooptação do movimento sindical, já em um contexto de ditadura militar, que surgiu o PT.

Apesar de ter suas principais bases no sindicalismo autêntico, o surgimento do PT respondia as necessidades representativas de parte da classe trabalhadora brasileira organizada em diferentes movimentos sociais, que tinha críticas às principais forças de esquerda e centro-esquerda brasileiras, o PCB e PTB.

Assim como o PCB, o PT em sua origem também possuía pretensões socialistas revolucionária e centrava suas ações no movimento sindicalista, tendo inclusive alcançado hegemonia no sindicalismo brasileiro. Por outro lado, uma das principais diferenças entre esses partidos estava na forma de organização dos mesmos, enquanto, o PCB foi estruturado como um partido de vanguarda com claras orientações leninistas, o PT seguiu uma diretriz mais próxima à linha gramscista, buscando uma estrutura que permitisse uma participação mais ativa e democrática das bases, que por sua vez, também tinham uma composição mais heterogênea. Todavia, aquilo que deveria ser a diferença central entre esses partidos acabou se tornando uma semelhança relevante. O programa revolucionário do PT expresso no projeto/estratégia democrático-popular ao fim e ao cabo reproduziu em outro contexto histórico e, portanto, com outras implicações sociais, o projeto/estratégia do programa democrático-nacional do PCB.

Os dois partidos tiveram destinos históricos parecidos, ambos abandonaram suas pretensões revolucionárias e passaram a defender uma linha reformista mais próxima da orientação social-democrata europeia. Entretanto, o PCB para ficar mais coerente com a nova perspectiva mudou de nome e passou a se denominar PPS, o que não ocorreu com o PT.¹³⁹

Como vimos, os novos partidos que surgiram à esquerda do PT parecem indicar ou uma semelhança com o partido, como é o caso do PSOL, ou uma tendência ao sectarismo, como é o caso do PSTU. De toda forma, seguindo a trilha de Mattos (2009), o principal desafio para os partidos da esquerda revolucionária no Brasil ainda é a construção de uma central da classe trabalhadora capaz de unificar suas lutas. O que exige, dentre outras coisas romper com a tendência de se focar no movimento sindical e, sobretudo, com a distinção entre este e os demais movimentos sociais, como sendo o primeiro de caráter classista e os outros

¹³⁹ Mais tarde um grupo de dissidentes do antigo PCB conseguiu recuperar a legenda e refundar o partido seguindo a diretriz marxista-leninista.

interclassista. É preciso entender que “[...] tais movimentos são todos vinculados à classe, que sofre a exploração, a desigualdade, as opressões e a violência de forma ampla, como amplo e sistêmico é o movimento de reprodução do capital” (MATTOS, 2009, p. 43).

Concordamos com o autor, de que é preciso recusar “[...] uma relação partido-movimento em que o primeiro seja direção de vanguarda e o segundo correia de transmissão para as massas (o que leva muitas vezes a que o partido, não a classe, seja na prática o sujeito estratégico da intervenção dessas organizações)” (idem, p. 46). Por outro lado, a ruptura e superação desta forma de relação em nosso entendimento não devem levar a uma compreensão de desmerecimento a respeito do papel do partido, no sentido indicado por Boaventura Santos (2017), de valoração e sobreposição dos movimentos sociais em detrimento ao partido, que para o autor deve se configurar como um partido de “retaguarda”, justamente, por ficar atrás dos movimentos. O que nos parece apenas uma inversão da lógica anterior.

Assim, como Mattos (2012), consideramos

[...] que a tarefa de unificar as lutas dos diferentes movimentos em torno de um programa que responda pela análise crítica da realidade e apresentação do caminho da revolução, sem desprezar as lutas imediatas, formando quadros, mobilizando para as lutas gerais e construindo a auto-organização dos trabalhadores, demanda uma organização específica, cuja forma partido político foi a resposta histórica encontrada pelos trabalhadores (idem, p. 46).

Em outras palavras, é preciso um partido orgânico, não só originado da classe, mas que mantenha uma relação orgânica, de proximidade com todas as suas formas de organizações e que seja capaz de demonstrar os vínculos entre as pautas mais imediatas e o projeto revolucionário socialista. Como indicou o autor: “O partido de que a classe precisa é um partido que está presente nas lutas, forma quadros para dirigi-las, apresenta propostas para unificação, acumulando forças nas vitórias e nas derrotas, e apontando sempre para a alternativa socialista” (idem, p. 47).

Uma organização que ultrapasse a forma partidária eleitoral, o que não significa abandonar a luta institucional, que poderia se dar com a unidade dos partidos de esquerda neste espaço, com a formação de uma frente, como exemplificou o autor.

Embora nosso estudo tenha como foco analisar a relação entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda, a partir do olhar do movimento e não do partido como expomos na introdução de nosso trabalho, consideramos que desde o surgimento dos partidos

políticos como expressão política da organização do movimento socialista, os mesmos buscaram e continuam a buscar manter relações com a classe trabalhadora, influenciando na origem e organização de outros movimentos sociais, numa tentativa de manter organicidade com os mesmos.

Por fim, acreditamos que o questionamento que fazemos em nosso trabalho, sobre como tem se expressado a relação entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda no Brasil, no período atual, de 2008 a 2017, ou seja, no contexto do acirramento da crise capitalista mundial, segue um caminho argumentativo próximo ao que sinalizou Alves (2017)¹⁴⁰, quando indica:

Na medida em que a distinção entre reforma e revolução se complexifica – no próprio sentido de enriquecimento concreto – ganhando densidade orgânica nas sociedades ocidentais, articula-se de outro modo, a relação entre forma-partido e a política dos movimentos sociais, dissolvendo-se, assim, a férrea hierarquia entre eles, no sentido estabelecido pela tradição marxista-leninista. Talvez os polos da relação partido-sindicatos (e movimentos sociais) tenham que ser redefinidos tendo em vista as mudanças sociais e estruturais e culturais do capitalismo tardio (idem, p.5).

Partimos do pressuposto que o saldo das lutas socialistas e feministas no interior da esquerda levou a uma reconfiguração da relação entre estes sujeitos, como tentaremos mostrar na próxima parte.

¹⁴⁰ Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/10/G-Alves-Crise-estrutural-do-capital.pdf>>. Acesso em 13 ago de 2018.

**PARTE III – A RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E
PARTIDOS POLÍTICO DE ESQUERDA**

Nesta parte final do nosso trabalho temos a tarefa de demonstrar como tem se expressado a relação entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda no Brasil, no período de 2008 a 2017, ou seja, no contexto do acirramento da crise capitalista mundial, a fim de apontar qual tem sido a forma hegemônica de relação (de distanciamento/ou negação, utilitarista, orgânica) entre estes sujeitos políticos, na atualidade. Para tanto, este bloco foi estruturado em dois capítulos, um que pretende uma abordagem mais geral sobre o movimento feminista e outro que, em busca de elementos concretos da realidade brasileira, foca em três experiências de movimentos feministas com abrangência nacional e influência sobre diversos movimentos feministas locais.

Tendo como ponto de partida as manifestações massivas e os movimentos sociais que eclodiram na cena global a partir de 2009, ou seja, no contexto de acirramento da crise capitalista mundial, vimos na primeira parte de nosso estudo, que as características apresentadas por estas experiências movimentalísticas suscitaram o debate sobre a crise da democracia e, no bojo deste, a crise dos partidos políticos ganhou destaque em muitas análises.

Esta crise atual dos partidos políticos, expressa na desconfiança das massas com estas formas organizativas e, no que nos coube destacar, no distanciamento e em alguns casos na negação dos movimentos sociais em manterem relações com partidos políticos, é por nós interpretada como uma resposta dos movimentos à maneira como os partidos políticos desenvolveram suas relações com os movimentos sociais. Esta interpretação só é possível quando saímos da particularidade da conjuntura atual e buscamos em um período histórico mais amplo mediações importantes para entender o fenômeno na sua atualidade, conforme buscamos fazer na segunda parte de nosso estudo.

Aqui, nós mostramos que as relações estabelecidas pelos principais partidos de esquerda, os socialistas e os comunistas, penderam para um esvaziamento no conteúdo de sua natureza de classe que lhes conferia vínculo orgânico com suas bases. Os primeiros distanciaram-se dos objetivos revolucionários, de transformação radical das estruturas do capitalismo necessárias para a implantação do socialismo e cederam aos encantos da institucionalidade burguesa, passando a funcionar como máquinas eleitoreiras e, com isso, transformaram suas bases, os movimentos sociais da classe trabalhadora e as massas populares, em meros instrumentos para alcançar os votos necessários para cheguem ao poder, estabelecendo com estes uma relação

utilitarista. De maneira próxima, os segundos, apesar de afirmarem o projeto revolucionário, acabaram transformando os movimentos sociais em correias de transmissão do partido, e também estabeleceram uma relação muito mais utilitarista do que orgânica com os movimentos, seguindo o mesmo direcionamento imposto na IC, hegemonicamente dominada pelo partido bolchevique-stalinista. Vimos que apesar das particularidades da formação sócio-econômica e político-cultural brasileira, os partidos de esquerda em larga medida demonstraram características gerais similares aos principais partidos europeus.

O conhecimento prévio de algumas especificidades da realidade brasileira nos permitiu trabalhar com a hipótese da prevalência da legitimidade do papel do partido político como instrumento de luta para os movimentos sociais da classe trabalhadora mesmo no contexto atual. Acreditávamos a princípio que a relação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e os movimentos sociais, nos primeiros anos deste partido, formado amplamente por militantes de variados movimentos sociais, caracterizou-se pela aproximação e diálogo com as bases desses movimentos, demonstrando uma relação orgânica entre partido e movimentos sociais.

Mas ao realizarmos uma pesquisa mais aprofundada, vimos na segunda parte de nosso trabalho que a relação dialógica entre o PT (representante hegemônico da esquerda brasileira, no contexto da Nova República) e os movimentos sociais fez parte de uma mudança na compreensão dos movimentos de esquerda, especialmente o novo sindicalismo (mas não só), sobre o papel vanguardista do partido, passando a questionar qualquer direcionamento hierarquizado por parte do partido para a construção da luta política em busca do socialismo. Essa mudança refletia o período histórico brasileiro marcado pelo autoritarismo do regime militar.

Consideradas as pesquisas que fizemos, acreditamos que o pressuposto tomado a princípio por nós parece manter-se viável. Tomamos como ponto de partida a hipótese inicial de que a relação entre os movimentos sociais e este partido específico, o PT, teria contribuído para introduzir mudanças na relação entre movimentos sociais e partidos políticos de esquerda de maneira geral, no sentido da participação protagonista dos movimentos sociais na luta política. Mas, que esta mudança não significaria para os movimentos sociais o abandono do partido político como mediador central na luta política, mesmo no contexto atual, no qual a metamorfose do PT, de um partido revolucionário para um partido reformista, tornou-se mais

evidente. Mas, significaria uma crítica às formas utilitaristas de relação estabelecidas pelos partidos de esquerda com os movimentos sociais.

O desdobramento desta hipótese nos levou a uma hipótese central, qual seja, de que no contexto de acirramento da crise capitalista, a relação entre movimentos sociais e partidos políticos de esquerda estaria se fortalecendo, no sentido de uma maior aproximação indicando organicidade. De forma que, tendo em vista as particularidades do cenário nacional, propomos a tese de que, no Brasil, a relação atual entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda sinaliza uma relação de novo tipo, baseada na compreensão dos movimentos sociais de que são sujeitos políticos e cumprem a mesma função dos partidos no direcionamento da luta política da classe trabalhadora.

Esta compreensão dos movimentos sociais acerca das relações com os partidos políticos está diretamente ligada ao debate sobre a autonomia. Assim, no subitem a seguir, destacamos algumas análises que contribuem para compreender como a relação entre movimentos sociais consolidados no Brasil e na América Latina e instituições políticas (partidos políticos e Estado) tem se expressado na última década e para refletir sobre o sentido da autonomia para os movimentos sociais. Ainda que essas análises se fundamentem em referenciais teóricos, de maneira geral, diferentes dos utilizados em nosso estudo, acreditamos que o diálogo aqui efetuado somado às reflexões feitas nos capítulos anteriores, contribui de forma singular para adensar os apontamentos feitos a partir da análise dos dados coletados para nosso estudo.

Elementos teóricos para pensar as relações entre movimentos sociais e instituições políticas

A compreensão de que os movimentos sociais e os partidos políticos se constituem mutuamente e que suas relações contribuem para engendrar transformações sociais e interferem no processo democrático é pouco explorada nas pesquisas tanto sobre partidos quanto sobre movimentos, que em geral, "[...] costumam ser tratados como mundos à parte [...]" (MEZA; TATAGIBA, 2016, p. 350). Entretanto, conforme mostram esses autores, a própria realidade latino-americana marcada pelo crescimento da "[...] inserção institucional dos movimentos nos partidos de esquerda e no Estado [...]" (p. 351) contribuiu para abordagens mais histórica e relacional desses sujeitos. Ainda assim, esse tem sido um tema pouco explorado, indicam os autores.

Segundo Büllow e Abers (2011), no que se refere à relação entre movimentos sociais e o Estado, normalmente, as análises tendem a duas direções: o Estado nem sequer chega a ser considerado como interlocutor relevante ou é automaticamente tomado como inimigo. As autoras destacam um trabalho de Jack Goldstone que demonstra como as relações entre formas institucionalizadas e não institucionalizadas de fazer política são fundamentais ao estudo dos movimentos sociais, pois,

[...] em vários países e regiões do mundo, tem se tornado cada vez mais difícil compreender os movimentos sociais sem fazer uma análise dos vínculos com partidos políticos e o Estado, e vice-versa, como é importante incorporar o estudo dos impactos da ação de partidos políticos e órgãos estatais nos movimentos sociais (ABERS; BÜLOW, 2011, p. 64).

Conforme estas autoras, as lutas dos movimentos sociais têm se dado no sentido de provocar mudanças sociais, influir nos processos decisórios, bem como na formulação/implementação de políticas públicas. As autoras defendem que “[...] não só é relevante teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado, mas também deveríamos compreender como, às vezes, movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal” (ABERS; BÜLOW, 2011, p. 78).

Tatagiba (2009) indica que a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda em vários países da América Latina, nas duas últimas décadas, trouxe novo fôlego e enfoques às análises sobre os movimentos sociais e, especificamente, ao debate sobre a autonomia. A autora aborda o tema, a partir da análise sobre a relação entre movimentos sociais e instituições políticas nesta conjuntura específica e voltada para a experiência brasileira recente. Entre as análises da autora que julgamos centrais destacar está “o argumento de que a relação entre movimentos sociais e sistema políticos é permeada por uma tensão intrínseca entre os princípios da autonomia e a da eficácia política (sic)” (TATAGIBA, 2009, p. 3).

Conforme a autora, parte significativa da literatura latino-americana sobre o tema dos movimentos sociais fundamentada na teoria dos novos movimentos sociais acabou por descuidar das interlocuções estabelecidas pelos movimentos e o Estado, governos e partidos políticos. Por muito tempo, o conceito de autonomia, compreendida como não-relação, foi tomado como a grande novidade dos movimentos sociais que surgiram na cena política nos anos ditatoriais. De certa forma, estes movimentos "romperam", no sentido de serem críticos, com o padrão de relação historicamente estabelecido pelo Estado com os movimentos,

caracterizado pelo autoritarismo, clientelismo, populismo e outros mecanismos que buscavam reduzir o poder de pressão coletivo. Assim, em larga medida, as análises do contexto tenderam "a certo 'fetichismo da autonomia' na análise e na prática dos movimentos latino-americanos (Helman, 1992), que levava a interpretar toda a aproximação dos movimentos com o Estado e partidos sob o signo da cooptação, instrumentalização e/ou subordinação" (TATAGIBA, 2009, p.4). Segundo a autora, é importante observar que este debate da autonomia como não-relação estava relacionado à conjuntura política de lutas contra o Estado autoritário.

Desta feita, conforme a autora, a mudança do contexto, com as redemocratizações latino-americanas e a consolidação do Estado Democrático de Direito nos países do subcontinente, contribuiu para novos enfoques analíticos. No caso do Brasil, os anos de 1990 foi marcado por experiências participativas e institucionalizadas pioneiramente desenvolvidas com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) a arenas governamentais.¹⁴¹ A proximidade com esse partido e a criação dos novos canais de participação foi analisada a partir de dois enfoques: um, defendia a tese da perda de autonomia dos movimentos sociais frente ao processo de institucionalização e, o outro, buscava entender a interlocução entre movimentos, partidos e governos a partir da tese do "compartilhamento de projetos políticos" entre estes sujeitos.

Aqui fazemos uma pauta para abordar a ideia de compartilhamento de projetos políticos, que foi cunhada por Dagnino (2002) para analisar as relações e articulações entre Estado e sociedade civil. A autora afirma: "A noção de projeto político, tomada como aquilo que orienta aquela ação" (DAGNINO, 2002, p. 144) tem um "[...] sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos

¹⁴¹ Conforme Dagnino (2002, p. 142): "A Constituição de 1988, através do seu artigo 1º e da criação dos conselhos gestores para a formulação de políticas públicas, além da inclusão de mecanismos como o plebiscito, referendun, audiência pública e tribuna popular, acabou consagrando o princípio da participação, estendendo-a para além do direito ao voto. Este mesmo princípio, presente já em experiências pioneiras desde a década de 1970, inspirou a criação de outras instâncias de participação e co-gestão, como Orçamentos Participativos, iniciados a partir de 1989 nas Prefeituras ocupadas pelas chamadas Frentes Populares, que reuniam o Partido dos Trabalhadores e seus aliados, os fóruns temáticos de caráter societal, que articulam o debate e as demandas em torno de questões específicas, como a reforma urbana, saúde, meio ambiente etc. [...]".

diferentes sujeitos” (Ibidem, p. 165).¹⁴² Portanto, o que a autora chama de projeto político está intrinsecamente ligado à concepção de orientação ideológica empregada em nosso estudo.

Para a autora, a compreensão das relações entre Estado e sociedade civil requer entender que estas sempre foram marcadas por tensões e conflitos que podem ser maiores ou menores dependendo do grau de aproximação ou compartilhamento de projetos políticos entre os sujeitos que concretizam estas relações. Dagnino (2002) chama a atenção para a diferença entre compartilhamento de projetos políticos e coincidência de objetivos e complementaridade instrumental. Enquanto a ideia de compartilhamento de projetos políticos implica considerar que o movimento social ou outra organização da sociedade civil mantenha o controle sobre suas concepções, conteúdos e práticas políticas, ou seja, preserve qualitativamente sua autonomia, na relação com o Estado, na complementariedade instrumental, a capacidade de autonomia dos sujeitos da sociedade civil é corroída, capturada e orientada para atender a lógica do Estado, num processo que contrário à partilha de poder, acaba esvaziando a participação ou provocando uma participação meramente aparental. Por outro lado, na coincidência de objetivos, a complementaridade é pontual, efêmera e por isso mesmo, precária.

Por fim, destacamos a seguinte indicação da autora:

A idéia do compartilhamento de um projeto político participativo e democratizante pode ser entendida para nos permitir talvez entender melhor um elemento recorrente mencionado em vários dos estudos: a existência de indivíduos em posições-chaves no interior do aparato estatal que se comprometem individualmente com os projetos participatórios. Esse compromisso é avaliado pelos setores da sociedade civil envolvidos como um elemento decisivo na implementação bem-sucedida das várias experiências. O inverso é igualmente recorrente: pessoas cuja disposição individual é hostil e negativa em relação à participação e que, dadas as posições que ocupam, acabam contribuindo decisivamente para a inviabilização do funcionamento efetivo dos espaços públicos (DAGNINO, 2002, p. 151).

Em diálogo com esses apontamentos iniciais de Dagnino (2002), Tatagiba (2009), apoiada em Davis (1998), recupera que historicamente, uma gama considerável de movimentos sociais latino-americanos não negam o Estado ou tentam distanciar-se dele, ao contrário, veem em

¹⁴² A autora também aborda o conceito de projetos políticos em Dagnino (2004), artigo no qual ela sustenta que a disputa entre dois distintos projetos políticos, o neoliberal e o democrático participativo se expressa também no âmbito simbólico, concretizando-se através do uso de termos iguais por ambos os projetos, mas com significados completamente diferentes e até mesmo antagônicos, indicando uma confluência perversa discursiva entre esses projetos políticos.

suas instituições um meio importante para a conquista de direitos, assim, "o que está em jogo não é a oposição autonomia x dependência, mas a articulação" (TATAGIBA, 2009, p. 6).

Conforme enfatiza Tatagiba (2009) não se trata de considerar que qualquer vínculo/articulação/interlocução entre movimentos sociais, partidos políticos e Estado significará, em sentido unilateral, ganhos seja para a esquerda de uma forma geral ou para os movimentos sociais de forma específica, ou mesmo que culminará em um aprofundamento da democracia. O importante é perceber que a interação entre estes sujeitos existe e pode se configurar em termos concretos de diferentes maneiras.

Nesse sentido, consideramos que a elaboração conceitual da autora sobre a autonomia é fundamental para as análises da relação entre os movimentos sociais e partidos políticos. Para ela, autonomia pode ser entendida

[...] como a capacidade de determinado ator de estabelecer relações com outros atores (aliados, apoiadores e antagonistas) a partir de uma liberdade ou independência moral que lhe permita co-definir as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir dos seus interesses e valores. Por essa chave, a autonomia não pressupõe ausência de relação mas a disposição e a capacidade de participar com o outro sem perder certa "distância crítica" que permite colocar a própria relação como objeto de reflexão. Para isso é preciso ter poder, e, no caso dos movimentos, esse poder advém da força dos vínculos mantidos com a sociedade civil (TATAGIBA, 2009, p. 7).

Esta linha analítica requer centrar muito mais na relação dos movimentos sociais com suas bases sociais do que nas interlocuções que estabelece com o Estado, governos e partidos políticos, sinaliza a autora. Por outro lado, a análise desta relação com o sistema político pode ser realizada a partir de uma chave analítica baseada na "eficácia política", que conforme a autora, "remete aos esforços empreendidos pelos movimentos no sentido de afetar o jogo político e a produção das decisões numa direção que seja favorável à realização dos seus interesses" (TATAGIBA, 2009, p. 8). Apesar de serem aspectos diferentes da análise, a eficácia política e a autonomia não são contraditórias entre si e podem ser inclusive complementares para entender os processos que tensionam o desenvolvimento das ações dos movimentos sociais.

A partir de um estudo de caso do Movimento Autônomo de Mulheres (MAM) da Nicarágua, que registrou em cartório sua aliança com um partido político específico, denominado Movimento de Renovação Sandinista (MRS), Meza e Tatagiba (2016) ao tomarem um marco

temporal bastante amplo para a análise deste movimento feminista, de 1974 a 2016, chegaram a três importantes apreensões, com as quais poderemos dialogar. Eles indicam duas formas de aliança (instrumental e por projeto) que foram construídas ao longo dos anos pelo MAM na sua relação com o MRS. A aliança instrumental tem o sentido de indicar uma aproximação do movimento feminista de um determinado partido considerado “confiável” para avançar as pautas específicas do movimento no congresso. Já a aliança por projeto mostra que em determinado momento, o movimento feminista e o partido político passaram a se orientar por um projeto em comum, influenciando-se mutuamente e construindo uma relação mais próxima, poderíamos dizer orgânica, se fizermos uma correspondência com nossas categorias de análise.

O outro ponto que gostaríamos de chamar a atenção no trabalho de Meza e Tatagiba (2016) é a recuperação do debate sobre a autonomia dos movimentos sociais no contexto mais atual. O estudo do MAM permitiu aos autores observarem que

Autonomia não significou ausência de relação, mas, pelo contrário, era uma reivindicação discursiva e uma estratégia de interação cujo conteúdo variava em função do contexto político da interação. Os conteúdos da autonomia são expressão de processos relacionais. É nesse sentido que nos referimos à modularidade da autonomia (MEZA; TATAGIBA, 2016, p. 353).

Para os autores, a natureza modular da autonomia significa que o conteúdo da mesma não deve ser pré-definido, pois depende do processo de interação que se conformará com as circunstâncias com as quais os movimentos terão que lidar. Se tomarmos a análise dos autores como ponto de partida, podemos indicar a título de hipótese de trabalho que, tal como autonomia não significa ausência de relação, apartidarismo ou não-partidarismo também não significam ausência de interação/relação com partidos políticos assim como partidarismo não indica necessariamente perda de autonomia.

Assim como Meza e Tatagiba (2016), o estudo de Elias mostra que até mesmo espaços a princípio definidos formalmente pelo não-partidarismo, como foi o caso do Fórum Social Mundial (FSM) não estão isentos de incorrer em contradições em suas práticas. A Carta de Princípios do Fórum afirmava que este se configurava em “um espaço não-partidário” do qual não deveriam participar “representações partidárias”, ainda que pudessem ser convidados “governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta” (apud ELIAS

2013, p. 38. Entretanto, o estudo demonstrou a larga influência que o Partido dos Trabalhadores teve sobre o processo de organização do FSM. Conforme o autor,

[...] a base do dilema que envolve a relação dos partidos políticos com movimentos sociais é a dupla atuação do partido, tanto na sociedade civil como nas disputas institucionais. Enquanto as bases de princípios e objetivos comuns com os movimentos sociais fazem parte da identidade do partido, as estratégias políticas para vencer eleições, arrecadar recursos e conciliar posições para garantir governabilidade são componentes que afetam a relação com os movimentos. Assim, o partido deve balancear suas posições no dilema entre o institucionalismo e o ativismo (ELIAS, 2013, p. 44).

Já Ventura (2007) recupera em Hangan (1998), pelo menos cinco tipos de relações estabelecidas entre movimentos sociais e partidos políticos: "articulação, permeabilidade, aliança, independência e transformação. As duas primeiras limitam seriamente a autonomia do movimento; as últimas são menos restritivas" (p. 41, tradução nossa). Estas formas de relações traduzem as estratégias dos movimentos sociais para alcançar seus objetivos.

A relação de articulação é caracterizada pelo compartilhamento do programa do partido político pelo movimento social. Nesta relação, busca-se entre os militantes do movimento, potenciais membros para o quadro partidário. Entretanto, mesmo que haja um controle direto do partido sobre o movimento, este também influencia aquele, já que insere nos seus quadros partidários representantes da militância social. Esta relação torna-se possível na medida em que o movimento identifica que suas reivindicações sociais e políticas estão contempladas pelo partido. Conforme indica a autora, "Neste caso, existe uma clara relação de articulação entre movimento social e partido político, na qual o movimento reconhece a necessidade de um aliado que possa lhe dar respaldo institucional em troca de apoio eleitoral dos seus militantes a um partido" (VENTURA, 2007, p. 42-43, tradução nossa). Segundo mostra a autora, esta relação é marcada por troca de favores para conseguir os votos dos sindicalizados ou dos simpatizantes, ou seja, uma relação claramente clientelista.

Já a relação de permeabilidade, também ocorre quando há em alguma medida compartilhamento de objetivos entre movimento e partido, no sentido de terem objetivos em comuns. Entretanto, ocorre o processo contrário ao da relação de aliança, ou seja, é o movimento que busca infiltrar-se no partido para tentar persuadi-lo e não o oposto. Esclarece a autora: "Leais ao partido, os ativistas do movimento esperam receber atenção a sua causa e,

mediante canais tradicionais, exercer pressão com o fim de chegar a ter uma influência importante sobre o partido" (VENTURA, 2007, p. 43, tradução nossa).

De outro modo ocorre a relação de aliança, caracterizada assim porque ocorre quando o movimento e partido negociam uma união ou colaboração mútua para alcançar um fim específico, mas ambos mantem suas próprias estruturas organizacionais e sua liberdade de ação. "As coalizões ou alianças implicam que cada parte espera obter benefícios específicos e concretos; estas se dissolvem se estas expectativas não se cumprem" (VENTURA, 2007, p.43). Por vezes, a relação de permeabilidade acaba sendo um primeiro passo para uma relação de aliança.

Relação de independência é uma estratégia de atuação autônoma do movimento em relação ao partido, possibilitada graças a sua capilaridade expressa no seu significativo contingente de militantes, o que lhe permite ter uma capacidade de pressão sobre o partido e, quando desejar, distanciar-se do mesmo. Pode ser combinada com a relação de permeabilidade (VENTURA, 2007). E, por último, a autora indica a relação de transformação que a grosso modo consiste no movimento tornar-se partido político.

Para esta autora, estas relações construídas entre movimentos sociais e partidos políticos demonstram que

[...] É importante não cair na ingenuidade ou no otimismo com respeito as funções e relações dos movimentos sociais e suas organizações, que às vezes tentam substituir certos atores políticos promovendo seus próprios interesses particulares, ou radicalizar a ação social e política reivindicando uma democracia direta que faz oscilar o quadro institucional. Por sua vez, os partidos políticos nem sempre são capazes de evitar se tornarem reféns dos movimentos e tendem a descartar ações que não levam a ganhos políticos imediatos (VENTURA, 2007, p. 52, tradução nossa).

Com base nesta breve revisão podemos concluir que se por um lado, a forma de relação que os movimentos sociais estabelecem com o Estado - no sentido de colaborar ou fazer oposição ao mesmo, manter-se de fora do aparato burocrático estatal ou, por meio, de sua militância ocupá-lo - é um dado significativo para entender o *modus operandi* dos movimentos como mostram Abers e Büllow, por outro, para nós o mais essencial está em observar quem são os mediadores para que esta relação seja concretizada. O que queremos chamar a atenção é que a relação dos movimentos sociais com o Estado é materializada, por exemplo, na interlocução que estabelecem com governos, que por sua vez, são mediados por partidos políticos.

Neste sentido, mais do que apontar a relação dos movimentos sociais com o Estado e a forma como esta relação tem sido estabelecida, acreditamos que o fundamental é mostrar que a afinidade quanto à orientação ideo-política levam esses movimentos se aproximarem ou se distanciarem de determinados partidos, representantes políticos, governos e governantes. Entretanto, diferente do que propõe Hangan (1998), segundo recupera Ventura (2007), consideramos que de maneira mais geral as relações entre movimentos sociais e partidos políticos podem ser categorizadas a partir de três chaves de análise: 1) relação de distanciamento ou mesmo de negação, 2) relação utilitarista, 3) relação orgânica, já anunciadas na introdução deste trabalho. Estas três categorias de análise em alguma medida fazem referência ao debate da autonomia dos movimentos sociais em relação aos partidos políticos.

Para entender como as relações entre a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) no Brasil, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) - movimentos feministas escolhidos como *corpus* empírico de nosso estudo - e os partidos políticos de esquerda se concretizam, é preciso primeiro uma aproximação com o movimento feminista em geral. Esse conhecimento permitirá distinguir as particularidades dos movimentos específicos deste trabalho, assim, como facilitará identificar os elementos de continuidade, isto é, a reprodução de características gerais.

5 FEMINISMO: A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE LUTA E TEÓRICO

Este capítulo objetiva retratar o movimento feminista de maneira geral, ou seja, a partir de um processo histórico marcado por três grandes ondas¹⁴³ que sinalizam saltos de qualidade nas características gerais desse movimento e no debate teórico efetuado por diferentes correntes no seu interior. Entretanto, devemos ressaltar que não se trata de uma abordagem no sentido de recuperar a história do movimento feminista, visto que não é nosso intuito aprofundar cada onda do feminismo ou tampouco mostrar os pormenores de cada uma das correntes teóricas que se desenvolveram no interior desse movimento. O que se pretende aqui é conhecer aspectos gerais do debate e das ações que tiveram rebatimentos sobre a relação entre o movimento feminista e os partidos de esquerda e atentar para as particularidades da realidade brasileira.

Assim, o capítulo foi estruturado em três itens organizados a partir da cronologia das ondas do feminismo. Mais uma vez tomamos como parâmetro as elaborações de Barker (2014) sobre as ondas do movimento social geral que se observado desde uma perspectiva histórica apresenta momentos de ascensão e declínio das lutas sociais, para recuperar algumas tendências mais gerais do movimento feminista. E, ao final de cada item, trazemos um subitem para retratar as particularidades do tema na realidade brasileira. A abordagem efetuada nestes subitens tem como objetivo recuperar em linhas gerais traços históricos do movimento feminista no Brasil, a fim de compreender como se conformou sua relação com os partidos políticos de esquerda no século XX.

Assim como o feminismo em âmbito internacional foi marcado por grandes ondas que expressam momentos históricos em que é possível observar mudanças no desenvolvimento do movimento de luta pelos direitos das mulheres, no Brasil isso também ocorreu, ainda que com peculiaridades inclusive temporais. Gohn (2014b) chama a atenção para o envolvimento das mulheres nas lutas abolicionistas do século XIX. Cisne (2014) destaca que apesar das origens no século XIX, com a luta pelo sufrágio, o feminismo ganhou dimensão nacional apenas na década de 1920. E, Pinto (2003) indica que uma das particularidades da formação do feminismo no Brasil foi o papel individual de algumas lideranças mulheres que tomaram os

¹⁴³ Algumas análises começam a sinalizar a eclosão de uma quarta onda do feminismo. Não será nosso objetivo adentrar neste debate. Entretanto, trazemos no capítulo alguns questionamentos que convergem com a proposta que apresentamos neste trabalho.

direitos como bandeira nos primeiros anos de construção deste campo de luta. Segundo a autora, algumas similaridades com o contexto internacional também podem ser percebidas, por exemplo, a existência de variadas correntes e, assim como ocorrera na Europa e nos EUA, as primeiras manifestações de luta das mulheres direcionaram-se aos direitos políticos.

Como retratou Pinto (2003), a história do feminismo no Brasil, a partir das tendências mais gerais, pode ser dividida em quatro momentos: 1) finais do século XIX a 1932, período do movimento sufragista à brasileira, no qual são identificadas duas correntes, um feminismo mais comportado e outro mais crítico, subdividido em outras duas correntes, uma mais difusa, composta por mulheres intelectuais e outra, mais orgânica e radical, que aglomerava anarquistas e líderes operárias; 2) década de 1970, com o surgimento do feminismo em pleno regime duro do período da ditadura; 3) anos de 1980 demarcando o feminismo no contexto da redemocratização; e 3) década de 1990 e algumas tendências do feminismo na virada do século, especialmente, a profissionalização do feminismo via ONGs. Estas fases serão retratadas com base na cronologia das três grandes ondas do feminismo.

Por fim, para fechar o capítulo, abordamos no quarto item alguns elementos teóricos do chamado “feminismo materialista francófono”, como proposta para entender a composição das lutas sociais sob o crivo da consubstancialidade entre classe, raça e sexo. Para nós o movimento feminista, assim como qualquer outro movimento está alocado no terreno da luta de classes, o que significa compreender que o trabalho possui centralidade e implica considerar que o sujeito coletivo da transformação social é formado a partir da identidade de classe (BOGO, 2010). Na trilha desse autor, isso significa assumir

[...] a tese da teoria marxista centrada nas leis fundamentais da dialética, principalmente a da negação da negação, quantidade e qualidade, unidade e luta dos contrários, abstrato e concreto, que nos possibilita ver as identidades de gênero, de idade, de etnia, de cultura, a subjetividade e quantas outras possam ser privilegiadas nas discussões atuais, no processo de transformação da sociedade – relacionadas e submetidas à identidade de classe – de exploradores e de explorados – e pela oposição e luta entre elas – de um lado as forças que impõem a ordem e de outro as que se colocam contra ela, procurando subvertê-la, negando-a e ao mesmo tempo, como forma de superação, afirmando outra ordem. As identidades de classe possuem uma conexão estreita que possibilitam passar de um estado para outro através do movimento das contradições (BOGO 2010, p. 9).

Veremos adiante que este tem sido um dos embates nos movimentos feminista e socialista. Considerado o pressuposto de que "Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção

teórica feminista [...]" (PINTO, 2010), nossa exposição busca abordar de forma imbricada aspectos da ação feminista e da construção teórica do feminismo.

De maneira geral, no que diz respeito à organização das mulheres, em termos históricos,

[...] O feminismo no mundo ocidental tem sido classificado em três grandes ondas ou fases. A primeira corresponde à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos - voto, trabalho etc. - nos séculos XVIII e XIX e início do século XX. A segunda onda corresponde às lutas desenvolvidas pelas feministas entre 1960 e 1980, quando a preocupação com a igualdade se estendeu das leis aos costumes, focalizando temas como sexualidade, violência, mercado de trabalho etc. [...] A terceira onda começou em 1990 [...]. Nesta última fase as mulheres falam em nome de uma libertação da sexualidade [...]. (GOHN, 2014b, p. 135).

Tomando como referência Ana de Miguel (2011), é possível conhecer “os distintos momentos históricos em que as mulheres chegaram a articular, tanto na teoria como na prática, um conjunto coerente de reivindicações e se organizaram para consegui-las” (p. 3, tradução nossa). Assim, a autora percorre desde um feminismo que denominou pré-moderno, que demarca as primeiras manifestações das mulheres, passando pelo feminismo moderno com destaque para as experiências feministas na Revolução Francesa e para os grandes movimentos sociais do século XIX, até chegar no feminismo contemporâneo, no interior do qual aloca o neofeminismo dos anos de 1960 e 1970.

De maneira resumida, a autora mostra que a religião, as leis e a ciência têm, ao longo da história, servido de bases ideológicas para propagar a inferioridade da mulher em relação ao homem, entretanto, pelo menos desde a Idade Média, mesmo com o domínio da Igreja Católica, surgiram grupos de mulheres que confrontaram o lugar da mulher como sendo naturalmente inferior ao do homem que cumpria um papel de patriarca. Estas ações de rebeldia contrastaram com uma suposta natureza submissa, frágil e subalternizada atribuída às mulheres, natureza esta que serve também para camuflar que, como destaca Pinto (2010), ao longo da história, sempre existiram mulheres que resistiram e lutaram.

Pode-se inferir que a existência destes grupos se dava de forma isolada, já que segundo a autora, as bases concretas e teóricas que alavancariam a organização das mulheres como sujeito coletivo só surgiram no contexto de transição do feudalismo para o capitalismo, sendo a Revolução Francesa destacada como um marco para o salto qualitativo das lutas feministas. Tanto que poucos meses após a tomada da Bastilha, as mulheres parisienses já buscavam se organizar, inclusive de forma armada, para garantir seus direitos políticos. Como saldo

organizativo deste contexto, a autora afirma: “Seguramente um dos momentos mais lúcidos na paulatina tomada de consciência feminista das mulheres está na Declaração dos direitos da mulher e cidadã, em 1791” (MIGUEL, 2011, p. 11, tradução nossa).¹⁴⁴ Apoiada em Fraisse, a autora indica que o contexto demarca a passagem das resistências e lutas individuais que caracterizavam os períodos históricos anteriores para um movimento coletivo, que transformou a questão da desigualdade entre mulheres e homens em uma luta política.

5.1 PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO

Se por um lado a Revolução Francesa significou acúmulo importante para a organização das mulheres, por outro acarretou derrotas, uma vez que, os jacobinos entre 1793 e 1794 proibiram a organização e presença das mulheres em qualquer atividade política, sob a pena de serem assassinadas ou exiladas em caso de desobediência (MIGUEL, 2011).

Tendo ciência que os jacobinos representavam os interesses mais radicais do Terceiro Estado se comparados aos girondinos, cujas ações e propostas eram bem mais moderadas, e considerada a exposição que fizemos nos capítulos anteriores, podemos dizer que até o século XVIII, tanto a esquerda (liberal), até mesmo nas suas formas mais radicais, quanto a direita (conservadora) relegaram o mesmo destino às mulheres que ousaram questionar o lugar inferiorizado que lhes foi imposto, qual seja, a morte ou o isolamento do exílio.

Tal como resgata Gurgel (2014, p. 57) “O feminismo como movimento social na dinâmica da luta de classes” surgiu como sujeito político ainda no século XVIII, como parte do movimento geral da classe trabalhadora em sua luta por uma sociedade socialista em que solidariedade, igualdade, liberdade e emancipação humana fossem princípios basilares concretos e não meras conquistas no âmbito político formal. Neste sentido, como afirma a

¹⁴⁴ Esta Declaração foi escrita por Olympe Gouges em resposta crítica aos dezessete artigos da Declaração Universal dos Direitos dos Homens, de 1789 (ANDRADE, 2011).

autora, não era de se estranhar que o feminismo tenha sido visto com desconfiança pela burguesia.¹⁴⁵

Não à toa, conforme mostra Miguel (2011, p. 12),

No século XIX, o século dos grandes movimentos sociais emancipatórios, o feminismo aparece pela primeira vez, como um movimento social de caráter internacional, com uma identidade autônoma teórica e organizativa. E, também ocupará um lugar importante no seio dos outros grandes movimentos sociais, os diferentes socialismos e o anarquismo (tradução nossa).

Como vimos, foi justamente em meados deste século que a classe trabalhadora reivindicou sua autonomia e independência organizativa em relação à burguesia, passando de uma organização e nível de consciência de *classe em si* à *classe para si*, para usar os termos marxianos. Apoiada em Thompson (1998), Andrade (2011, p. 132) conclui: "[...] as mulheres populares foram um elemento fundamental para a formação da própria classe trabalhadora e a constituição de uma emergente identidade proletária".

Ao mesmo tempo, a autora chama a atenção para o fato de que, ao longo do século XIX, a despeito da participação das mulheres nas agitações populares, uma vez que os homens foram introduzidos nas indústrias e, paulatinamente, desenvolveram formas de organização sindicais e políticas reguladas, as mulheres populares passaram a ser igualmente afastadas das revoltas. Tal como acontecera no século anterior com as burguesas, que foram confinadas ao âmbito privado da família, sendo responsabilizadas pelo trabalho doméstico, no caso das operárias o trabalho não remunerado desenvolvido no âmbito privado jamais foi substituído pelo trabalho assalariado, servindo inclusive de mecanismo de dominação e exploração ainda maior sobre as mulheres, como mostrou Saffioti (2013).

¹⁴⁵ Em Andrade (2011) é possível notar a quantidade de direitos e pautas levantadas pelas mulheres como emprego, educação, igualdade de direitos políticos, exercício militar, entre outros considerados ultrajantes pelos conservadores e burguesia em ascensão. Segundo a autora, "As revoltas populares deflagradas por mulheres, ao longo do ano de 1793, contra atravessadores, especuladores e agiotas, e sua participação nas ruas, na Assembleia e nas tribunas populares da Convenção, quando da tomada do poder em maio e junho de 1793, contribuíram para que fossem retratadas como ameaças à tranquilidade pública e à ordem republicana [...]. Assim, após participarem ativamente do processo revolucionário, redigindo manifestos, organizando motins contra a carestia, formando clubes políticos, as mulheres deveriam retomar aos seus lares e ao papel resignado que a 'natureza' havia lhes destinado, isto é, de um ser silencioso, submisso, obediente, boa esposa e mãe. Ocultava-se portanto seu papel ativo e revolucionário, a fim de reabilitar a imagem passiva das mulheres e justificar sua clausura doméstica" (p. 125).

Assim, compreendido como parte da dinâmica social que estava ocorrendo naquele contexto, na qual marcava o antagonismo da classe trabalhadora e da classe burguesa, o feminismo demonstrou as marcas desta relação social capitalista. Afirma Miguel:

Como se destaca habitualmente, o capitalismo alterou as relações entre os sexos. O novo sistema econômico incorporou massivamente as mulheres proletárias ao trabalho industrial – mão de obra mais barata e submissa que a dos homens -, mas, na burguesia, a classe social ascendente, se deu o fenômeno contrário. As mulheres permaneceram enclausuradas em um lugar que era, cada vez mais, símbolo de status e êxito do trabalho do homem. As mulheres, principalmente as da classe burguesa média, experimentaram com crescente indignação sua situação de propriedade legal dos seus maridos e sua marginalização da educação e das profissões liberais, marginalização que, em muitos casos, as conduzia inevitavelmente, se elas não se casassem, à pobreza (2011, p. 13, tradução nossa).

Ou seja, tanto as operárias quanto as burguesas continuaram a sentir o peso do patriarcado fundido no novo sistema. Apesar das diferenças de classes, a situação em comum de subalternização das mulheres e de privação de direitos, civis e políticos¹⁴⁶, foi um fator que contribuiu para sua organização. Como marco desta organização, parte da literatura feminista situa a ascensão da primeira grande onda do feminismo¹⁴⁷ no século XIX, pois “Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX as lutas e manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos, de votarem e de serem votadas” (PINTO, 2003, p. 13). Na trilha de Cisne (2014) pode-se entender que apesar das raízes nos primórdios da Revolução Francesa (século XVIII), apenas com a aproximação das lutas socialistas (segunda metade do século XIX), o movimento de mulheres ganhou maior organicidade. Em outras palavras, poderíamos falar que neste contexto a primeira onda feminista ganha densidade e alcança seu auge.

Segundo Miguel (2011), neste contexto as mulheres começaram a se organizar principalmente em prol do sufrágio feminino. Entretanto, o movimento sufragista, como ficou conhecido, tinha como pauta a igualdade e fundamentava-se em valores democráticos e liberais. As sufragistas acreditavam que o voto e o acesso ao parlamento seriam o primeiro passo para conquistar leis e realizar as transformações sociais pretendidas. O movimento tinha um caráter interclassista, pois, analisava que as mulheres de todas as classes sofriam com questões semelhantes.

¹⁴⁶ Importante observar que os direitos sociais só começaram a ser reconhecidos pelos Estados-nação, apenas a partir do século XX, de maneira que até então se constituiu alvo de lutas tanto das mulheres quanto dos homens da classe trabalhadora.

¹⁴⁷ Algumas autoras situam o início da onda ainda no século XVIII, como vimos com Ghon (2014b), outras a partir de meados do século XIX, como Pinto (2010) e Cisne (2014).

Conforme Pinto (2010), como o direito ao voto foi o primeiro a se popularizar, as ações das sufragistas tiveram destaque por terem impulsionado inúmeras manifestações de mulheres no período. Entretanto, é importante destacar que a abstração ao anunciar o movimento sufragista feminino não deve ofuscar as contradições suscitadas pela questão racial e pelas particularidades nacionais¹⁴⁸. Além disso, é preciso observar que a primeira onda do feminismo não se esgota na luta pelo voto, pois, caracteriza-se pelas inúmeras lutas das mulheres em prol de seus direitos. Assim, durante os séculos XIX até a primeira metade do século XX, as mulheres de diferentes países passaram a se organizar, sobretudo, em torno destas demandas mais gerais, que lhes garantiriam melhores condições de avançar em pautas mais específicas e polêmicas, como o aborto.

O exposto nos parágrafos anteriores, conjugado às análises que realizamos nos capítulos compilados na segunda parte desse trabalho, permite perceber que as marcas do capitalismo sobre o feminismo se expressam até mesmo nas formas de resistências e lutas criadas pelo movimento da classe trabalhadora, cujas diversas segmentações também reverberam sobre o movimento feminista. De forma, que se tornou praticamente impossível falar de feminismo sem recorrer aos adjetivos que visam anunciar as diferentes orientações ideológicas que acompanham as lutas das mulheres na sociedade capitalista. Socialista, marxista, anarquista, liberal¹⁴⁹, radical, da diferença, cultural, são alguns dos termos usados por Miguel (2011) para qualificar e explicar as diferenças no interior do movimento feminista quando tomado de forma genérica. Sobre o processo de segmentações do movimento feminista, Andrade (2011, p. 12) destaca:

¹⁴⁸ Davis (2016) realiza uma análise rica em detalhes que permite perceber as marcas do racismo e o recorte de classe presente no movimento sufragista organizado nos EUA. A questão racial marcou, por um bom tempo, inclusive a organização sindical e político partidária da própria classe trabalhadora estadunidense. Tanto o Partido Socialista quanto o Partido Comunista (criado posteriormente, em 1919) negligenciaram a opressão racial vivenciada pelas pessoas negras. Apenas uma década depois da criação do PC, "[...] os comunistas acabaram por reconhecer a centralidade do racismo na sociedade dos Estados Unidos" (p. 157).

¹⁴⁹ Mesmo que o nosso foco seja a relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda, o que e nos exige pensar mais sobre correntes do feminismo que de alguma maneira contribuem para entender nosso objeto de estudo, aqui achamos importante trazer uma breve definição sobre o feminismo liberal, uma vez, que durante o texto esta corrente, por vezes, será citada. O feminismo liberal costuma ser associado ao movimento sufragista, uma vez que, mulheres da classe média e da alta burguesia foram as principais protagonistas deste movimento. De maneira geral, como corrente teórica e política, "O feminismo liberal se caracteriza por definir a situação das mulheres como uma situação de desigualdade – e não de opressão e exploração – e por postular a reforma do sistema até que se alcance a igualdade entre os sexos. As liberais começaram definindo como problema principal das mulheres, sua exclusão da esfera pública e propunham reformas relacionadas com a inclusão das mesmas no mercado de trabalho. Também desde o princípio elas tinham uma seção destinada a formar ou promover as mulheres para ocupar postos públicos" (MIGUEL, 2011, p. 23, tradução nossa).

Ainda hoje, partidos e sindicatos mostram-se receosos diante das inúmeras tendências de "feministas socialistas", "feministas marxistas", "feministas vermelhas", "feministas materialistas", dentre outras denominações, que em sua visão levariam à fragmentação interna ou ao desvio do foco de luta anti-sistêmicas e das reivindicações gerais".

Uma vez que nosso objeto de estudo se atém aos movimentos feministas de esquerda, recuperaremos aqui em linhas gerais o feminismo socialista e o feminismo marxista. A partir de Miguel (2011) e com base em Andrade (2011), recuperaremos a abordagem teórica efetuada por Marx e Engels, bem como o tratamento político dispensado pela social-democracia europeia à questão da emancipação feminina. Esse exercício contribuirá para visualizar os avanços nas análises feministas contemporâneas, sem perder de vista as contribuições possibilitadas pela práxis da classe trabalhadora organizada.

Conforme Miguel,

O socialismo como corrente de pensamento sempre levou em consideração a situação das mulheres na hora de analisar a sociedade e projetar o futuro. Isso não significa que o socialismo seja necessariamente feminista, se não que no século XIX começava a ser difícil defender projetos igualitários radicais sem levar em conta a metade da humanidade (2011, p. 15, tradução nossa).

Segundo a autora, apesar dos socialistas utópicos terem sido pioneiros na abordagem da situação da mulher, os mesmos não explicaram de maneira satisfatória a divisão sexual do trabalho. Ainda assim, Fourier possui o mérito de perceber que a condição das mulheres serve de indicador central para medir o nível de civilização da sociedade, tese assimilada, posteriormente, pelo socialismo científico. Para a autora, talvez a principal contribuição do socialismo utópico em relação à situação da mulher tenha sido suscitar o debate em torno da questão familiar, destacando o casamento e o celibato como instrumentos de repressão, injustiça e causa de infelicidade.

Já o socialismo científico, desenvolvido em torno das teses marx-engelsianas, conforme a autora, foi responsável por avançar na interpretação em relação à situação das mulheres, ao apontar que a origem desta opressão não tinha causas biológicas, e sim social, de forma que a questão feminina estaria ligada à divisão social e sexual do trabalho que mediada pelo aparecimento da propriedade privada foi responsável por excluir as mulheres do âmbito da produção social.

Como desdobramento destas análises, segundo a autora, chegou-se a compreensão de que a emancipação feminina estaria ligada ao retorno das mulheres ao âmbito da produção e à sua

independência econômica. A incorporação das mulheres na produção não foi aceita por todos e encontrou críticos mesmo entre os socialistas marxistas, que usavam diferentes argumentos, muitos dos quais inclusive plausíveis, para opor-se ao trabalho assalariado das mulheres. Dentre os argumentos usados estavam: a preocupação com a superexploração das mulheres, o aumento do desemprego masculino, a queda no preço dos salários.

Apesar de no interior do movimento socialista de orientação marxista terem surgido mulheres como Alexandra Kollontai que contribuíram para revelar a incompatibilidade em termos concretos entre as pautas das mulheres da classe trabalhadora e das mulheres burguesas no interior do movimento sufragista¹⁵⁰, isso não significou que as feministas socialistas não tenham enfrentado dificuldades no interior do movimento geral da classe trabalhadora (MIGUEL, 2011). Segundo a autora,

Ainda que subscrevessem a tese de que a emancipação das mulheres era impossível no capitalismo – exploração do trabalho, desemprego crônico, dupla jornada, etc. – [as mulheres socialistas] eram conscientes de que para seus camaradas e para a direção do partido a “questão feminina” não era precisamente prioritária. Pelo contrário, foi considerada uma mera questão de superestrutura, que se solucionaria automaticamente com a socialização dos meios de produção, e no pior dos casos, “um desvio perigoso na direção do feminismo”. Isso não impediu que as mulheres socialistas se organizassem dentro de seus próprios partidos; se reuniam para discutir seus problemas específicos e criaram, apesar da proibição legal de afiliarem-se a partidos, organizações feministas (MIGUEL, 2011, p. 18-19, tradução nossa).

Segundo a autora, Kollontai teve o mérito de trazer para o primeiro plano do debate teórico a questão da igualdade sexual, destacando-a como fundamental para o sucesso da revolução socialista. As preocupações da feminista socialista russa eram de ordem teórica e prática, tanto que ao ocupar durante seis meses o cargo de ministra do governo de Lênin, Kollontai também denunciou os rumos que a revolução feminista tomava na União Soviética. A crítica da revolucionária indicava, segundo Miguel (2011, p. 19), que “A igualdade dos sexos havia se estabelecido por decreto, mas não se tomaram medidas específicas, tal como ela postulava, contra o que hoje chamaríamos a ideologia patriarcal”.

Os caminhos percorridos pela URSS após a morte de Lenin, posse do seu sucessor Stalin e a tendência que se firmou foram apresentados no decorrer da segunda parte deste trabalho. A

¹⁵⁰ “Em dezembro de 1908 teve lugar em São Petesburgo, convocado pelas feministas ‘burguesas’ o Primeiro Congresso Feminino de toda a Rússia. Kollontai não pode assistir, porque pesava uma ordem de detenção sobre ela, mas pode preparar a intervenção de um grupo de operárias. Estas tomaram a palavra para destacar a especificidade da problemática das mulheres trabalhadoras, e quando se propôs a criação de um centro feminista interclassista, abandonaram ostentadamente o congresso” (MIGUEL, 2011, p. 18, tradução nossa).

centralidade dos conflitos decorrentes da contradição gerada pela relação capital-trabalho ficou ao longo do século XIX até pelo menos o último quartel do século XX orientada para o movimento operário, com maior ênfase para as formas partido e sindicato e a relação estabelecida entre as mesmas (GALVÃO, 2011). Além de todas as críticas que recuperamos nos capítulos anteriores sobre a forma como se deu esta relação, aqui precisamos ainda enfatizar que os próprios sindicatos e partidos políticos da classe trabalhadora apresentaram dificuldades históricas para lidar com a problemática das mulheres e suas lutas, por exemplo, no que se refere a articulação entre suas demandas específicas e a luta geral pelo socialismo (GURGEL, 2014).

Segundo Kergoat (1986), a literatura crítica fala de classe operária ou de operários, mas não se atém para o fato de esta classe possuir dois sexos. As mulheres reduzidas à força de trabalho ou mão-de-obra não aparecem como sujeito social, como se "a relação capital-trabalho criasse apenas classes masculinas" (p. 81). Conforme a autora foi preciso que o movimento feminista apontasse o sexo como categoria para ampliar o debate sobre a articulação entre produção e reprodução do trabalho, que o movimento da classe trabalhadora deixou escapar, ao ater-se aos operários como sujeitos da produção (fábrica) e às mulheres, da reprodução (família).

Por muitos anos no debate da esquerda, o reducionismo etapista também predominou nas análises sobre as lutas específicas das mulheres, que alocadas mecanicamente no âmbito da reprodução, foram deixadas para o segundo plano, já que primeiro a classe trabalhadora havia de alcançar a sociedade socialista, o que significava investir na consciência do sujeito revolucionário, também entendido de forma reducionista como sendo o operariado fabril.

Como mostra Gurgel (2014), o próprio movimento histórico colocou em questionamento esta visão determinista e mecanicista de parte da esquerda socialista mundial, uma vez que as transformações na base produtiva iniciadas nas experiências de transição ao socialismo não foram acompanhadas de mudanças substantivas nas relações de poder e desigualdade entre homens e mulheres.

Nesse mesmo sentido, Andrade (2011, p. 12) afirma:

Em geral tende-se a atribuir ao marxismo uma postura teórica economicista, segundo a qual a dominação de gênero seria o resultado mecânico de exigências impostas pelo modo de produção capitalista. Deste modo, acusa-se a teoria marxista de subsumir as relações hierárquicas entre homens e mulheres à questão da exploração de classe [...].

Para a autora, esta análise apresenta pelo menos dois equívocos: um, que desconsidera a relação histórica existente desde o século XIX entre os movimentos feministas e a perspectiva marxista; e, outro, que desconsidera a contribuição do marxismo no desenvolvimento do feminismo e das análises feministas fundamentadas numa visão histórica e não naturalista. Em outras palavras, as críticas ao marxismo descoladas do contexto histórico têm sido responsáveis por um indicativo equivocado comumente difundido no interior do movimento feminista, qual seja, a insuficiência do método materialista histórico dialético, originalmente desenvolvido por Marx e Engels, para a análise da condição das mulheres no capitalismo e em modos de produção precedentes a este, bem como da emancipação feminina tida como um dever da classe trabalhadora (ANDRADE, 2011).

Neste sentido, buscaremos recuperar, a partir desta autora, alguns dos aspectos principais presentes nas análises marx-engelsianas e na social-democracia, a fim de perceber em que medida as análises feministas contemporâneas contribuem para aprofundar o debate em questão.

Andrade (2011), retoma a teoria hegeliana, a fim de demonstrar o processo de supressão¹⁵¹ e contribuição da teoria marxiana ao tratamento do tema. Conforme a autora,

A ruptura com o hegelianismo foi o passo fundamental que permitiu Marx a construção teórica de uma contundente crítica à cisão entre as esferas pública e privada, reproduzida pelos pensadores modernos. Tal cisão confinava as mulheres ao espaço doméstico e reservava exclusivamente ao homem o status de cidadão, dotado de virtudes cívicas indispensáveis à moralidade pública (ANDRADE, 2011, p. 13).

Para Hegel, a condição da mulher teria uma base essencialmente naturalista, uma vez que, considerava que elas eram incapazes de desenvolver um pensamento baseado na racionalidade e no processo de autoconsciência, dado o confinamento delas no âmbito familiar (ANDRADE, 2011). Assim, a formação de uma consciência universal, necessária ao desenvolvimento da vida coletiva não seria possível às mulheres, que por isso seriam "[...] tolhidas de participar do processo político, de reivindicar direitos e formar associações para

¹⁵¹ Tal como a editora Boitempo tem traduzido o termo *aufhebung*, que indica o processo de negação, conservação e superação.

representar interesses coletivos contra outros existentes na sociedade civil ou no Estado" (Idem, p. 16). Ao fim, esta interpretação levaria a uma justificativa para marginalização das mulheres no espaço público, baseada na diferenciação natural entre homens e mulheres.

Com efeito, a crítica de Marx a Hegel é extensa, abrangendo desde a concepção a-histórica da natureza humana até a formulação do método dialético, entretanto, no que aqui compete destacar, foi fundamental a crítica sobre "a diferenciação fixa e imutável entre mulheres e homens" (Idem, p. 17). Apesar da negação de uma concepção idealista religiosa acerca do casamento, Marx entende o mesmo como uma relação ética que ultrapassa os limites de um contrato legal, conferindo-lhe um caráter moral que conduz o autor à defesa da inviolabilidade da família, levando o autor a conservar traços das análises de seu tempo histórico. Entretanto, como mostra a autora, tão logo Marx avançou nos seus estudos e aproximou-se do movimento operário, suas análises sobre a opressão feminina aprofundam-se, de forma que abandona a moralidade e passa a analisar as contradições fundadas nas relações materiais (ANDRADE, 2011).

Assim, conforme a autora,

Já em "A questão judaica" (1844), Marx apresenta uma desconstrução radical da perspectiva hegeliana que enxerga a esfera pública como força unificadora da razão e da liberdade e o estado como paradigma moral e objetificação do espírito universal. Nesta obra, a cisão da ordem social em diferentes domínios - família (reprodução), economia (produção material) e política (regulação) - que tem por consequência a redução do espaço de confinamento da mulher, é duramente contestada por Marx (ANDRADE, 2011, p. 19).

A autora mostra que Marx supera uma visão cindida da realidade, possibilitando percebê-la a partir de suas múltiplas dimensões inter-relacionadas. A análise com base numa perspectiva da totalidade social teria, segundo a autora, permitido avançar na análise acerca da opressão da mulher, ao passo que possibilitou entendê-la "[...] como um fenômeno social complexo que permeia tanto as relações familiares, como as relações de trabalho, as relações de produção e distribuição e as relações político-jurídicas e morais" (ANDRADE, 2011, p. 20).

O aprofundamento teórico permitiu a Marx compreender o casamento como fenômeno histórico e social, que reflete determinações das relações sociais de produção e, assim, perceber a opressão da mulher a partir de sua subjugação moral e econômica, estabelecida e reproduzida na família patriarcal (ANDRADE, 2011). Conforme a autora, desde a juventude, Marx já demonstrava uma capacidade analítica em relação à condição da mulher que a

equipara a condição de servo ou mesmo de propriedade. O mesmo ocorre na trajetória teórica de Engels, afirma a autora.

A princípio Engels apresentava uma visão que resvalava na condenação moral como aspecto que fundamentava sua análise sobre a exploração da mão de obra feminina e infantil (ANDRADE, 2011). Segundo a autora, ao observar que 52% do operariado fabril seria composto por mulheres, Engels elencou uma série de possíveis consequências na saúde das mulheres e das crianças decorrentes das péssimas condições de trabalho nas indústrias, mas ao mesmo tempo, o teórico destaca impactos de ordem moral, ao passo que compreendia que esta conformação da classe operária implicaria na desestruturação da família e deteriorização dos valores morais tradicionais. Ainda que crítico à supremacia do homem sobre a mulher, como homem de seu tempo, "Engels reproduz nesta obra¹⁵² a concepção sexista tradicional dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, reivindicando veladamente um retorno das mulheres aos seus afazeres 'naturais' no lar, na maternidade e nos cuidados com o marido" (ANDRADE, 2011, p. 26).

Na trilha do resgate efetuado pela autora, torna-se perceptível que o trabalho de Marx e Engels demarcou um salto qualitativo nas análises dos teóricos, que paulatinamente superaram um discurso idealista e moralizante, passando a compreender as determinações históricas que fundamentam as relações sociais entre os sexos. Neste sentido, os teóricos do socialismo científico incorporam criticamente a análise de Fourier e avançam ao considerarem a emancipação da mulher não só como possibilidade histórica, senão como condição necessária à emancipação geral do gênero humano, demonstrando uma elevação na compreensão das causas históricas da opressão da mulher (ANDRADE, 2011).

Em um nível mais aprofundado da análise, Marx e Engels, no Manifesto Comunista (1848), criticam a família burguesa, compreendendo os interesses econômicos que a fundamentam, entretanto, a rejeição à instituição familiar e a monogamia não se apresenta de forma plena, aponta a autora. A subordinação da mulher, aspecto tocado na obra, não era vista pelos autores como um impeditivo para a identidade de classe, condição tida como fundamental para a união da classe trabalhadora e sua organização em partido político, conforme recupera a autora e como também abordamos na segunda parte de nosso trabalho. Como apontou a autora,

¹⁵² "A situação da classe operária na Inglaterra" (ENGELS, 1844).

Deste ponto de vista, as identidades de gênero não deveriam obstaculizar o conflito de classes e a divisão da sociedade em dois campos opostos. Como parte do proletariado, tanto as trabalhadoras como esposas e filhas de trabalhadores que compartilham desta posição de subordinação participariam do processo de simplificação dos antagonismos de classe, contrapondo-se às mulheres burguesas - o que não impediria, todavia, que setores de outras classes, como, por exemplo, parte das feministas burguesas, aderissem à causa operária (ANDRADE, 2011, p. 29).

Na obra "O Capital" a inter-relação entre classe social e gênero¹⁵³ se faz presente na descrição das condições de vida das operárias, cuja mão de obra passou a ser empregada prioritariamente em detrimento da masculina. A abordagem a respeito do papel das mulheres no modo de produção capitalista representou um salto qualitativo, segundo a autora, no que diz respeito à concepção do protagonismo político e econômico das mulheres. Entretanto, se por um lado, em 1868 [...] "Marx reafirma a importância da participação política feminina, em posição de paridade com o homem, para a realização das grandes revoluções" (ANDRADE, 2011, p. 29), por outro, o teórico tropeça nas contradições presentes nas organizações operárias de seu tempo, conservando uma visão de que as mulheres deveriam priorizar a luta pela emancipação da classe.

Um panorama sobre a abordagem teórica marxiana e política do movimento socialista no que diz respeito à temática da questão feminina pode ser percebido na seguinte análise da autora:

A opinião conflitante de Marx [...] demonstra o quanto as concepções conservadoras acerca das mulheres permaneceram arraigadas nos meios operários, mesmo entre seus principais líderes e mais proeminentes teóricos. A visão imperante no movimento operário ao longo de todo o século XIX em geral retratava as mulheres como passivas, conservadoras, imediatistas e até mesmo egoístas (por estarem comprometidas primeiramente com o bem-estar de suas famílias). Considerada um risco para as organizações, por ser capaz de provocar o refluxo e a paralisação das lutas, a personalidade feminina estaria em oposição à personalidade masculina, esta sim, destemida, ativa, impetuosa, inquieta e transformadora (ANDRADE, 2011, p. 30).

Outro momento de salto qualitativo visível nas análises marx-engelsianas, destacado pela autora, foi a elaboração da obra de Engels "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado" (1884). Dentre os aspectos que permitem aprofundar o debate sobre a questão da

¹⁵³ Diferente de Andrade (2011) que optou por usar o conceito gênero, neste trabalho optamos por usar a categoria relações sociais de sexo, por consideramos que esta perspectiva feminista é a que mais se aproxima do método materialista dialético (Cisne, 2014), como explicaremos mais à frente. Isso não significa que o uso do conceito de gênero não possa se dar desde uma perspectiva marxista. Entretanto, para que isso seja possível é fundamental que a análise considere a interrelação existente entre patriarcado e capitalismo, conforme indica Cisne (2014). De outro modo, Andrade (2011), realiza sua análise com base no materialismo histórico dialético usando o conceito de gênero e, ao mesmo tempo, fazendo a crítica ao uso da categoria patriarcado, demonstrando igualmente uma apropriação adequada do método. O que significa que é preciso aprofundar na análise desta questão de fundo teórico.

opressão da mulher, a obra apresenta um paralelo entre a situação vivenciada pelas mulheres no âmbito familiar e pela classe trabalhadora, chegando o teórico a afirmar: "Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletariado" (ENGELS, 1984 [1884] p. 80). De acordo com a análise de Engels, afirma Andrade (2011, p. 32) "[...] o surgimento da propriedade privada teria dado ensejo à subordinação das mulheres aos homens, sendo o marco inicial das lutas de classes". Mas também é com base no prefácio à primeira edição desta obra que, segundo a autora, "[...] a cisão entre as esferas pública e privada seria substituída por uma separação entre a esfera da produção e da reprodução [...]" (ANDRADE, 2011, p. 37).

Segundo Andrade (2011), as duas formas de produção citadas por Engels, o desenvolvimento do trabalho e a família, não receberam nos teóricos do socialismo científico tratamento mais aprofundado, dando margens para uma série de interpretações de autoras feministas de diferentes correntes teóricas. Para não fugir ao nosso objetivo não entraremos no debate que os temas da produção e reprodução, assim como do trabalho produtivo e improdutivo, geraram nas análises feministas, mas é fundamental destacar que serviram para fortalecer ainda mais a dicotomia entre estes campos.

Sabe-se que o método materialista histórico dialético propicia uma análise da produção e reprodução como faces de um mesmo processo que garantem a existência/prevalência da ordenação social; são interligados/inter-relacionados e não podem, portanto, ser tomados como momentos independentes, isolados ou autônomos (ANDRADE, 2011; MATTOS, 2009). Isso implica considerar que: "Mesmo afastados do processo produtivo imediato e do controle do capitalista individual, as vidas dos trabalhadores continuam, pois, regidas pelas necessidades impostas pela produção capitalista, em sua totalidade" (ANDRADE, 2011, p. 41). O que levou a autoras como Dephy a aprofundar a análise da família moderna para além do enfoque no consumo, tido como um momento das relações de reprodução, mas percebê-la como um espaço também de relações de produção não remuneradas.

Segundo Andrade (2011), Marx não se debruça sobre o tema do trabalho doméstico e, ainda que o tenha reconhecido como fundamental para o sistema produtivo capitalista, o teórico teria dado margem para interpretação do trabalho doméstico como sendo improdutivo, bem como, considerado uma possível tendência de extinção do trabalho gratuito à medida que as mulheres fossem incorporadas no sistema produtivo por meio do processo de assalariamento.

Essas interpretações marxianas teriam gerado críticas de autoras feministas¹⁵⁴, que partindo do entendimento da limitação da Teoria do Valor, buscaram demonstrar o papel da opressão da mulher para o funcionamento do sistema capitalista, sobretudo, a partir dos anos de 1960, no contexto da segunda onda do movimento feminista. Um dos enfoques dessas análises feministas consistia em demonstrar a importância das ideologias e outros aspectos não econômicos para analisar a questão da opressão feminina, o que segundo elas, levou à secundarização ou ao menosprezo da luta feminista em relação à luta pelo socialismo. Entretanto, segundo destaca Andrade (2011), é preciso considerar que

[...] se autores e autoras taxados de "economicistas" ou "reducionistas" falharam em detectar o sistema de valores e papéis que contribui para reproduzir o modo de produção como um todo, realizaram um válido esforço intelectual para inserir a complexa subordinação feminina na lógica de acumulação capitalista. Graças a esta perspectiva, fenômenos vinculados à vida familiar tiveram seu aspecto econômico desnudado. Desta maneira, tornaram visível o controle da mão de obra feminina e infantil através da instituição casamento - que permite o capitalismo regular a participação feminina no mundo do trabalho produtivo e a expandir ou reduzir a dimensão do exército de reserva constituído por uma força de trabalho subremunerada. Ao mesmo tempo, nos permitiu atentar para a relação entre a suposta "vocaçao materna natural da mulher", que resulta na sua responsabilização pelas atividades domésticas, e a divisão sexual do trabalho nos espaços produtivos (ANDRADE, 2011, p. 59).

O debate fértil e a vasta produção teórica no campo do materialismo histórico dialético sobre os temas da subordinação e da exploração da mulher expressam, segundo a autora, um acúmulo que não pode ser desconsiderado. Neste sentido, as críticas de que o marxismo teria secundarizado a questão da opressão/exploração da mulher são respostas em larga medida às deturpações produzidas por uma vertente determinista que contribuiu para difundir uma interpretação vulgar do marxismo. Para a autora, o legado marxista contribuiu significativamente para pensar esta questão a partir de uma visão histórica, dialética e fundada na totalidade social, trazendo para o cerne do debate as bases materiais de sustentação do patriarcado e a sua prevalência no capitalismo.

5.1.1 Movimento feminista no Brasil: a construção de um campo de luta

Já na primeira fase do feminismo em âmbito nacional, no contexto da primeira onda do feminismo no hemisfério norte, é possível identificar três vertentes no movimento (PINTO

¹⁵⁴ Margaret Benston, Mariarosa Dalla Costa e Selma James, Wally Seccombe, Maxine Molyneux, Roswitha Scholz, dentre outras (ANDRADE, 2011).

2003; CISNE, 2014). A primeira, liderada por Bertha Lutz, era composta basicamente por mulheres cultas e da elite brasileira, centrava-se na luta pelo direito político das mulheres. De caráter liberal, não suscitou ameaças às relações de dominação e buscou uma inclusão social sem alterar as estruturas sistêmicas, ou seja, “[...] agia no limite de pressão intraclasse”, dentro da legalidade (PINTO, 2003, p. 16; CISNE, 2014).

A segunda, era composta por mulheres intelectualizadas de classe média e com alguma expressividade pública, principalmente jornalistas e escritoras, que utilizavam a imprensa alternativa para realizar suas críticas à dominação dos homens e subalternização das mulheres. De caráter mais progressista, essa corrente denominada "feminismo difuso", atrelava à luta pelos direitos políticos, a defesa do direito a educação, da ocupação do espaço público pelas mulheres e de questões como o divórcio e a sexualidade (PINTO, 2003; CISNE, 2014).¹⁵⁵

Mais crítica do que essas, a terceira corrente, que teve como uma de suas expoentes, Maria Lacerda de Moura, era composta por

[...] mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes desses movimentos de esquerda que defendem a liberação da mulher de uma forma radical, tendo na maioria das vezes a questão do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas (PINTO, 2003, p. 15).

Essa vertente apesar de compreender a dominação da mulher interligada à exploração do trabalho e ter avançado no enfrentamento de aspectos do patriarcado e do capitalismo no Brasil, apresentou dificuldade em entender a especificidade da dominação da mulher em relação à dominação de classe (CISNE, 2014).

Dado o enfoque de nosso trabalho, nos ateremos apenas a esta última corrente, nesta fase de construção do feminismo brasileiro. Isso não significa desmerecer as lutas das sufragistas brasileiras e das jornalistas e intelectuais. Segundo Pinto (2003), a luta pelo sufrágio feminino levou à organização do Partido Republicano Feminino - que mesmo sem legenda formal, foi fundado em 1910 como forma de protestar contra a decisão da Constituinte de não aprovar o voto feminino – e da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) - criado em 1922 na ocasião do I Congresso Feminista no Rio de Janeiro, ligada ao ativismo de Bertha Lutz. A principal conquista das sufragistas brasileiras foi o direito ao voto feminino, em 1932, mas apenas em 1936, uma mulher conseguiu ocupar uma cadeira no parlamento. Assim

¹⁵⁵ Ainda que seja importante observar nem todas as expoentes do “feminismo difuso” se preocupassem com o direito político (PINTO, 2003).

mesmo, Bertha Lutz, eleita como suplente de um deputado, só assumiu a cadeira devido a morte do titular.

Ainda na trilha de Pinto (2003), nota-se que a luta feminista por meio da imprensa, entre o último quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX¹⁵⁶, apesar de sua importância na construção e divulgação de opiniões que rompiam em algum grau com valores conservadores, não teve alcance expressivo no conjunto das mulheres brasileiras. Deve ser levado em consideração que a despeito dos inúmeros jornais de circulação local, estes se limitavam em sua maioria às capitais brasileiras, enquanto a população era majoritariamente rural e apresentava um índice de analfabetismo muito alto, principalmente, entre as mulheres.

No bojo do movimento anarquista, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres foram importantes colaboradoras,

Por um lado, diferentemente do pensamento dominante na época, incorporava a mulher ao espaço público como companheira revolucionária. Por outro, entretanto, tinha uma dificuldade em aceitar a questão da dominação da mulher como problema diferente do da dominação de classe (PINTO, 2003, p. 34).

A despeito das dificuldades em perceber as especificidades do processo de exploração e de opressão sobre as mulheres não se pode perder de vista o acúmulo que se processou no interior do movimento geral da classe trabalhadora brasileira. Como mostra Pinto (2003, p. 34),

[...] se por um lado, é verdadeira a distância entre esses movimentos libertários e o feminismo, por outro as próprias ideologias que o professavam diminuía o espaço do preconceito contra as mulheres, permitindo que muitas delas se expressassem. Aí reside uma espécie de paradoxo: é nesses espaços revolucionários, não feministas a princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição de explorada da mulher como decorrência das relações de gênero.

Enquanto as reconhecidamente “feministas” se ocupavam da defesa dos direitos políticos, alheia a esta pauta,

¹⁵⁶ As primeiras publicações na imprensa com conteúdo voltado para as mulheres datam do início do século XIX e abordaram assuntos ligados, principalmente, a culinária e moda. Quando surgiram publicações que trataram de política, literatura e cultura geral, isso ocorreu de forma efêmera. A primeira a divulgar a “causa das mulheres” foi Francisca Senhorinha Motta Diniz através do jornal mineiro *O Sexo Feminino*, criado em 1873 e editado por ela. Em 1875, o jornal foi transferido para o Rio de Janeiro e em 1890 passou a se chamar *15 de Novembro do Sexo Feminino*. Com tiragem quinzenal, o jornal trouxe não só a questão do sufrágio feminino, como também temas ligados aos direitos civis e ao direito à educação das mulheres (PINTO, 2003, p. 31).

[...] um conjunto de manifestações operárias e de intelectuais de esquerda sobre a condição da mulher mostra com muita clareza que, já naquele momento, a questão de gênero era percebida como um aspecto organizador de um dos elementos estruturantes das desigualdades presentes nas relações de trabalho (PINTO, 2003, p. 34).

A contribuição possibilitada pelo acúmulo das lutas das mulheres, organizadas no interior do movimento anarquista, foi de suma importância não só para o feminismo, mas também para a classe trabalhadora de uma forma geral, uma vez, que demonstrava uma compreensão mais rigorosa. Segundo análise de Pinto (2003, p. 35),

Essas mulheres no início do século XX, anteciparam uma luta que só ganha espaço e legitimidade no fim do século, a do reconhecimento da especificidade da opressão, isto é, que os oprimidos não são oprimidos da mesma forma. Que ser mulher, ser negro ou pertencer a qualquer outra minoria traz uma carga a mais em relação a ser homem e branco. Essas anarquistas, na contramão dos movimentos libertários da época, chamavam a atenção para as diferenças.

Mas, por outro lado, centradas em lutas por grandes transformações, as anarquistas consideraram o sufrágio feminino, algo de menor importância e não somaram esforços para esta luta (PINTO, 2003).

Na trilha de Pinto (2003), os anos que vão de 1937 a 1968 marcam um momento de descenso para o movimento feminista. O contexto foi marcado pela secundarização das lutas consideradas pelos movimentos socialistas como “particularistas”. Por outro lado, nesse período, foi criado o Conselho Nacional de Mulheres (1949)¹⁵⁷ e aprovado o Estatuto da Mulher Casada (1962), que trouxe alguns pequenos avanços para a mulher se comparado ao código civil anterior. Ainda nesse contexto, as mulheres participaram de movimentos importantes, como o movimento contra a alta no custo de vida, entretanto, isso se deu a partir de lutas mais gerais.

Segundo a autora,

No final da década de 1940 e início da década de 1950, mulheres de diferentes classes sociais e ideologias lutavam contra a carestia. Nesta luta encontravam-se tanto mulheres associadas à Federação de Mulheres do Brasil, fortemente influenciadas pelo Partido Comunista e que, em 1953, levou a efeito a passeata da Panela Vazia, como mulheres da elite que se organizavam na Associação das Senhoras de Santa Tereza para lutar pela mesma causa (PINTO, 2003, p. 44).¹⁵⁸

¹⁵⁷ Uma organização não-governamental, cujos estatutos do Conselho foram registrados em 1947 (PINTO, 2003).

¹⁵⁸ A Federação de Mulheres do Brasil foi criada em 1948. Aglomerava várias tendências de esquerda, mas tinha forte influência do PCB, seu principal objetivo era a luta contra a carestia e a favor da anistia de presas políticas (PINTO, 2003).

Em 1956 foi realizada uma Conferência das Trabalhadoras, que tinha como pauta a luta por direitos trabalhistas. Esses tipos de organizações e manifestações se mantiveram até os anos de 1970, sobretudo, nas periferias, quando as lutas por saúde, educação e serviços públicos passaram a fazer parte de suas pautas. A exemplo dos Clubes de Mães, muitas dessas organizações tiveram apoio da igreja católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) (PINTO, 2003). Entretanto, como enfatiza a autora, mesmo que compostos por mulheres,

Esses movimentos não podem ser considerados feministas em sua formação ou mesmo em seus propósitos, na medida em que as mulheres neles envolvidas não lutavam pela mudança dos papéis a elas atribuídos pela sociedade. Entretanto, ao longo das três últimas décadas do século XX, esta distância, que era quase uma resistência, tendeu a diminuir (PINTO, 2003, p. 44).

Assim, até finais dos anos de 1970, segundo a autora a hierarquização das bandeiras de luta foi uma questão a ser enfrentada pelo movimento feminista também no Brasil. Este apontamento somado à exposição que fizemos no capítulo anterior, bem como na segunda parte deste trabalho permite concluir que no interior do PCB, partido de maior expressividade da esquerda até os anos de 1960, a questão da emancipação da mulher tenha ficado subjugada ao debate sobre a emancipação geral, sendo também em âmbito nacional relegada a segundo plano e deixada para ser tratada numa futura sociedade socialista.

5.2 SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO

As distorções do marxismo processadas pelas interpretações deterministas sobre a produção e a reprodução social contribuíram para fomentar uma série de análises que tinham em comum fazer uma linha argumentativa centrada na chamada "teoria dos sistemas duais" ou dualismo sistêmico, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, no contexto da chamada Segunda onda do feminismo. Como explica Miguel (2011), afirmaram-se dois campos de atuação, o feminismo tratou de ocupar-se do sistema de dominação sexual e, desta forma, construir a luta contra o patriarcado, ao passo, que o socialismo focou-se na luta contra o sistema de classes, sobretudo, o capitalismo. Este momento que demarca a consolidação do feminismo "como sujeito coletivo de luta das mulheres", para usar a expressão de Cisne

(CISNE, 2014, p. 137), ocorreu no bojo da chamada contracultura. Conforme Miguel (2011, p. 24),

Os anos sessenta foram anos de intensa agitação política. As contradições de um sistema que tem sua legitimação na universalidade de seus princípios, mas que na realidade é sexista, racista, classista e imperialista, motivaram a formação da chamada Nova esquerda e diversos movimentos sociais radicais como o movimento antirracista, o estudantil, o pacifista e, claro, o feminista. A característica distintiva de todos eles foi seu marcado caráter contracultural: não estavam interessados na política reformista dos grandes partidos, se não em forjar novas formas de vida (tradução nossa).

Na mesma trilha, Pinto (2010), indica que entre os vários eventos significativos que ocorreram no mundo durante os anos de 1960 destacam-se o surgimento do movimento hippie com sua crítica aos valores morais e consumistas da sociedade norte-americana e a explosão do Maio de 1968 na França, cujas lutas, inicialmente, protagonizadas por jovens estudantes, foram adensadas pelo movimento operário e rapidamente se espalhou por toda a Europa e outros continentes implicando em críticas anti-sistêmicas. Deste contexto, sobressaíram-se ainda as desilusões com os partidos de esquerda, sobretudo, com a burocratização dos PC. É durante esta década que o movimento feminista, sobretudo, na Europa e EUA, passa a teorizar sobre as relações de poder entre os sexos, demarcando a dominação dos homens sobre as mulheres, e a lutar também por “[...] por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo” (PINTO, 2010, p. 16). Assim as pautas pelos direitos sexuais e reprodutivos passam a compor, ao lado das clássicas pautas pelos direitos políticos e sociais, as agendas de lutas das organizações de mulheres de diversas partes do mundo. Como saldo desta segunda onda feminista, o ano de 1975 foi considerado pela ONU o Ano Internacional da Mulher. No mesmo ano foi realizada a Primeira Conferência Internacional da Mulher, no México, na qual a ONU além de reconhecer a agenda do dia 08 de Março¹⁵⁹ como Dia Internacional das Mulheres, define várias diretrizes para ações no decênio (1976-1985).

¹⁵⁹ Conforme Eva Blay (2001), a escolha de um Dia para destacar as pautas de luta das mulheres data pelo menos de fevereiro de 1908, quando um grupo de mulheres socialistas encabeçou uma manifestação nos EUA, que denominaram Dia da Mulher. No ano seguinte, 1909, os atos em memória ao Dia da Mulher reuniu em Manhattan cerca de duas mil pessoas. Um ano depois, em 1910, Clara Zetkin - importante intelectual orgânica socialista, ligada ao PC Alemão - na ocasião do II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, realizado na cidade de Copenhagem, sugeriu estabelecer um Dia Internacional da Mulher, mas sem indicar uma data específica, tanto que alguns países passaram a usar o dia 28 de fevereiro e outros 15 de março como Dia Internacional da Mulher. Em 25 de março de 1911, um grande incêndio em uma fábrica de tecidos, localizada na cidade de Nova Iorque, propagou-se rapidamente devido às precárias instalações do prédio e matou 125 trabalhadoras e 21 trabalhadores. A tragédia gerou comoção e alertou para as péssimas condições de trabalho. As

Para a autora, a originalidade do movimento feminista neste contexto foi apontar “[...] que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias” (PINTO, 2010, p. 16). Já Miguel destaca que a grande novidade do movimento feminista neste contexto foi construir sua organização de forma autônoma, e não mais em organizações mistas, o que culminou no Movimento de Libertação da Mulher. Estas elaborações decorreram especificamente de uma vertente do movimento, denominada feminismo radical e foram responsáveis pela primeira grande cisão desta entre “políticas” e “feministas”. Segundo a autora,

Todas elas formam inicialmente parte do feminismo radical por sua posição antissistema e por seu desejo de distanciar-se do feminismo liberal, mas suas diferenças são uma referência fundamental para entender o feminismo da época. [...] Para as “políticas”, a opressão das mulheres deriva do capitalismo ou do Sistema (com maiúsculas), por isso que os grupos de libertação deviam permanecer conectados e comprometidos com o Movimento; na realidade, consideravam o feminismo mais uma ala da esquerda. [...] As “feministas” se manifestavam contra a subordinação à esquerda, já que identificavam os homens como beneficiários de sua dominação. Não eram antiesquerda. Longe disso! Mas sim, muito críticas em relação ao seu sexismo recalcitrante e à interpretação tópica do feminismo em um leque de possibilidades que iam desde sua mera consideração como uma questão periférica à mais perigosa qualificação de contra-revolucionário (MIGUEL, 2011, p. 26, tradução nossa).

Conforme Cisne (2014), o feminismo radical, assim como a vertente socialista, defende a transformação estrutural da sociedade como meio de avançar no processo de emancipação das mulheres, entretanto, seu foco recai sobre o sistema patriarcal, ao passo que a segunda centra-se na transformação do sistema capitalista. Miguel (2011) mostra que, entre os anos de 1967 e 1975, as feministas radicais norte americanas lançaram mão de ferramentas teóricas do marxismo, da psicanálise e do anticolonialismo e desenvolveram conceitos importantes para as análises das questões relativas à subordinação do conjunto de mulheres, como patriarcado, gênero e casta sexual.¹⁶⁰ No que diz respeito à organização interna dos movimentos, as

manifestações das mulheres trabalhadoras continuaram a acontecer em vários países em diferentes datas e com pautas diversas. Assim, “Em 8 de março 1917 (23 de fevereiro no Calendário Juliano), trabalhadoras russas do setor de tecelagem entraram em greve e pediram apoio aos metalúrgicos. Para Trotski esta teria sido uma greve espontânea, não organizada, e teria sido o primeiro momento da Revolução de Outubro. Na década de 60, o 8 de Março foi sendo constantemente escolhido como o dia comemorativo da mulher e se consagrou nas décadas seguintes” (BLAY, 2001, p. 605).

¹⁶⁰ “O patriarcado é definido como um sistema básico de dominação sexual, que também é concebido como um sistema básico de dominação sobre o qual se erige o resto das dominações, como as de classe e de raça. O gênero expressa a construção social da feminilidade e a casta sexual alude à experiência de opressão comum vivida por todas as mulheres” (MIGUEL, 2011, p. 27).

feministas radicais também criticaram a figura de lideranças e lograram êxito em buscarem construir grupos mais horizontais, menos hierárquicos.

Entretanto, segundo Andrade (2011, p. 77),

A síntese entre marxismo e o feminismo radical produziu, no entanto, uma teoria universalista, idealista e a-histórica, que tende a enxergar a opressão das mulheres como um sistema de opressão à parte. A produção da opressão específica de gênero, portanto, não estaria diretamente atrelada ao modo de produção, regendo-se por uma lógica própria que ordenaria as relações familiares, estabelecendo divisões hierárquicas, padrões de conduta e formas de representação que concretamente se manifestam na dominação das mulheres pelos homens em todas as camadas sociais.

Um dos rebatimentos políticos desta linha argumentativa foi considerar que a luta feminista se daria de forma separada da luta anticapitalista e do movimento socialista, deixando o antagonismo de classe em segundo plano e considerando que a emancipação das mulheres pode ser efetivada no interior da sociedade de classes, analisa a autora. Kate Millett, Juliet Mitchell, Gayle Rubin, Shulamith Firestone, Sheila Rowbotham, Heidi Hartmann e Cristine Delphy são algumas teóricas do feminismo radical (ANDRADE, 2011). Com efeito, algumas autoras, durante os anos de 1970 e 1980 buscaram no feminismo e no socialismo de forma complementar aportes teóricos para empreender suas análises, como Rowbotham, Mitchell, Zillah Eisenstein, Roberta Halmiltom, entre outras (MIGUEL, 2011).

Entre os vários aspectos presentes nas teses defendidas por autoras do feminismo radical, consideramos relevante destacar a análise de Andrade (2011) sobre o conceito de classe em Delphy, uma vez que retomaremos este ponto do debate com as feministas materialistas francófonas. Para Andrade (2011, p. 89-90):

O conceito de classe adotado pela autora [Delphy], portanto, foge da acepção marxista, ganhando uma abrangência que compromete seu poder analítico e sua capacidade explicativa. Para Delphy, o conceito de classe poderia ser aplicado a toda relação dicotômica na qual um grupo não pode ser considerado separadamente do outro por estarem ligados por uma relação de dominação. Com efeito, a autora posiciona a dominação social no centro da explicação da hierarquia de classes, aplicando tal classificação às relações entre homens/mulheres, adultos/crianças, brancos/não-brancos, etc.

Andrade (2011) contra-argumenta que o sistema de dominação patriarcal deve ser compreendido a partir de suas manifestações históricas específicas, e não de forma isolada, o que significa compreender que a condição de gênero por si só não determina a estrutura de relações de classe. Essa conclusão não deve ser entendida como menosprezo da questão de gênero, visto que acena para a compreensão de que

As relações de gênero, portanto, encontram-se profundamente integradas nas formações sócio-econômicas e nas instituições políticas não podendo ser devidamente compreendidas pelo desprezo de outras divisões, antagonismos e contradições sociais [...] Nestes termos, devemos ter em mente que as experiências de classe são formadas por um complexo de relações sociais desenvolvidas no cerne de formações sociais e históricas determinadas (ANDRADE, 2011, p. 91).

Conforme a autora, apenas uma leitura com base na apreensão dialética da totalidade social é capaz de perceber a unificação entre as lutas de classe e de gênero, sem que isso, resvale na secundarização de uma ou de outra dimensão. Neste sentido, considera que o socialismo precisa reconhecer esta articulação e por fim a qualquer tipo de hierarquia social de gênero, raça/etnia, entre outras, reafirmando a importância das lutas igualitárias serem uma pauta já no capitalismo e não esperar o momento pós-revolucionário para iniciá-las. A autora conclui: "Ao analisarmos a totalidade social, econômica, política e cultural, percebemos então que há uma interconexão fundamental entre a luta das mulheres e a luta de classes, de forma que o capitalismo penetra em todos os cantos da vida social" (ANDRADE, 2011, p. 93).

Como contraponto às teorias dos sistemas duais, que entendiam o patriarcado e capitalismo como distintos sistemas de opressão, propagadas nos anos de 1970 e 1980, surgiu o "materialismo histórico feminista", adotado por autoras como Iris Marion Young que buscou defender uma teoria social capaz de demonstrar a unidade entre patriarcado e capitalismo, propondo compreender o modo de produção como um todo, como um sistema único (ANDRADE, 2011).

Um materialismo feminista deve ser uma teoria social total, não meramente uma teoria da situação e opressão das mulheres. Esta teoria tomará a diferenciação de gênero como seu ponto de partida fundamental, no sentido de que ele sempre buscará manter o fato da diferenciação de gênero no centro de suas análises e rejeitará qualquer perspectiva que obscureça o fenômeno da diferenciação por gênero, mudanças nas relações de gênero, ideologias de gênero, etc., como aspectos centrais de qualquer formação social, e outros aspectos da formação social devem ser ligados a eles (YOUNG, 1980 apud ANDRADE, 2011, p. 95, tradução da autora).

Para Young todo programa e atividade socialista deveriam tratar da situação de opressão das mulheres de forma unificada à opressão de classe, entretanto, dada a resistência das organizações socialistas incorporarem o "materialismo histórico feminista" em suas análises e

ações, a alternativa para as feministas socialistas deveria ser a organização autônoma das mulheres (ANDRADE, 2011).¹⁶¹

Para Andrade (2011), Young falhou em não reconhecer o acúmulo teórico proporcionado pelas análises de várias feministas socialistas que propunham interpretações não-ortodoxas com base no materialismo histórico no interior do movimento socialista. Assim, para não incorreremos no mesmo equívoco, faz-se necessário também retomar como esse debate teórico feminista expressa as disputas que ocorriam no interior do movimento socialista, ao mesmo tempo que também interferia nos rumos desse movimento. Em outras palavras, chamamos a atenção para a práxis feminista como parte do movimento da classe trabalhadora organizada.

O resgate realizado por Andrade (2011) mostra que as variadas correntes do movimento operário adotaram em alguma medida a crítica marx-engelsiana à condição da mulher no capitalismo, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX com a formação e expansão dos partidos de massa social-democratas. Neste espaço, "[...] o reconhecimento da 'questão feminina' como sendo parte fundamental do projeto emancipatório mais amplo não foi atingido facilmente" (Idem, p. 97). Até mesmo a participação política das mulheres nos partidos e movimentos gerais da classe trabalhadora esbarrou nos obstáculos de reprodução dos valores e práticas patriarcais. A subordinação das mulheres no interior da luta de classes era visível no desenvolvimento nas tarefas cotidianas dos movimentos e partidos, ficando as mulheres responsáveis, principalmente, pelas atividades "domésticas" e do "cuidado". O fragmento a seguir, apesar de longo, é um retrato da situação das mulheres nas organizações da classe trabalhadora, destacadamente, nos partidos social-democratas.

¹⁶¹ Sobre as proposições de Young, Andrade (2011) analisa: "[...] Young apresenta sua versão de um 'materialismo histórico feminista', sem, no entanto, diferenciá-lo das contribuições teóricas e práticas legadas pelas militantes social-democratas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Sua preocupação em afastar as críticas geralmente dirigidas ao 'marxismo histórico tradicional' fez com que deixasse de reconhecer a validade de uma interpretação não-ortodoxa do materialismo histórico, que levou milhares de mulheres a se organizarem autonomamente em grupos socialistas, em que possuíam liberdade de participação e poder de decisão e nos quais desenvolviam relações de solidariedade uma com as outras em um ambiente livre da dominação masculina ou do paternalismo" (p. 96-97).

Mesmo quando as mulheres passaram a arrogar-se sua identidade de classe, a forma de sua inclusão nas lutas e nas tarefas diárias de organização as manteve em segundo plano. Eram elas as responsáveis pela limpeza e arrumação das sedes e escritórios dos partidos e sindicatos, pela datilografia e arquivamento de cartas, panfletos e documentos, pela decoração e apresentação de reuniões e encontros, pela preparação de alimentos e sua distribuição em momentos de greve ou em jantares do partido, pelo atendimento aos trabalhadores feridos e doentes, dentre muitos outros afazeres. Mas, ainda que seu apoio e colaboração fossem vitais para o sucesso das ações - inclusive empunhando armas quando necessário -, sua participação na tomada de decisões, na formulação de estratégias e no desenvolvimento teórico dos organismos da classe permanecia diminuta. Aquelas que se destacavam como escritoras, jornalistas, dirigentes, oradoras ou agitadoras não estavam livres dos olhares de reprovação, deboche ou menosprezo de seus companheiros. Quando suas intervenções não eram interrompidas em assembléias e debates por ofensas, xingamentos, assovios, gritos, saídas do recinto, conversas ou risos, geralmente eram tratadas de modo condescendente e igualmente sexista (ANDRADE, 2011, p. 98).

Segundo a autora, a situação descrita manteve-se até a segunda metade do século XIX praticamente inalterada. Mesmo nas décadas de 60 e 70 do século XX, os ranços de subalternização das mulheres e de suas pautas ainda eram reproduzidos mesmo no interior da chamada "nova esquerda".

O argumento mais comum que circulava no meio do movimento operário no século XIX era de que a mulher deveria ser protegida dos malefícios provocados pela indústria, reforçando a ideia de uma suposta fragilidade feminina e as relações paternalistas estabelecidas entre homens e mulheres, ocultando tanto o componente da competição entre os trabalhadores e as trabalhadoras no capitalismo quanto a reprodução de valores e práticas patriarcais (ANDRADE, 2011).

A partir do resgate efetuado por Andrade (2011) é possível perceber que as relações entre homens e mulheres estabelecidas nas organizações políticas da classe trabalhadora expressavam os mesmos traços de competição presentes nas relações sociais de produção. Nesse sentido, não causa estranheza que, a despeito das tentativas de intelectuais orgânicos do movimento operário em elaborar contribuições teóricas¹⁶² e pautar no interior dessas organizações demandas importantes para as mulheres, tenha prevalecido, por exemplo, nos

¹⁶² August Bebel (1840-1913), por exemplo, um dos fundadores e grande referência para o Partido Social-Democrata Alemão, tentou incluir a pauta do sufrágio feminino nas pautas do partido, mas não obteve êxito (ANDRADE, 2011). Bebel entendia que a luta feminista deveria se dar de forma atrelada à luta socialista. Defendia que numa sociedade futura, organizada em novas bases de relações sociais, a mulher seria independente social e economicamente, gozaria de uma liberdade sexual equiparada a do homem, poderia desenvolver suas potencialidades intelectuais e teria as mesmas condições de trabalho do homem, entre outras coisas. Atento, às particularidades da sociedade capitalista em relação às formas de sociabilidade anteriores, o teórico segue a mesma linha de direcionamento de Marx e Engels ao apontar os impactos negativos da nova ordem sobre a família, sobre o processo educativo, sobre a formação da moral, entre outras questões.

programas da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (1863), do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores Alemães (1869) e também de Gotha (1875), um vazio em relação às demandas das mulheres, mesmo em pautas fundamentais para a classe trabalhadora, como o sufrágio universal, cuja proposta nos programas contemplavam apenas os homens.

Ao mesmo tempo, é importante observar como também estas formulações teóricas foram importantes para possibilitar avanços nas elaborações dos programas partidários da esquerda, ainda que nitidamente estivessem permeados de elementos conservadores¹⁶³. Andrade (2011), chama a atenção, por exemplo, sobre os esforços realizados por Bebel em pautar a questão da emancipação das mulheres no interior do movimento operário e de suas organizações políticas. Segundo a autora, as análises deste teórico marxista influenciou a redação do Programa de Erfurt do PSDA, de 1891. Vale a pena a reprodução de um trecho citado por Andrade (2011, p. 111), que anuncia:

O Partido Social-Democrata da Alemanha não luta, portanto, por novos privilégios de classe, mas pela supressão da dominação de classe e das próprias classes, e por direitos iguais e deveres iguais de todos, sem exceção de sexo nem de raça. Partindo destas idéias, combate na sociedade presente não só a exploração e a opressão dos trabalhadores assalariados, mas qualquer espécie de exploração e de opressão, seja ela dirigida contra uma classe, um partido, um sexo ou uma raça.

Isso não significa que as disputas teóricas internas, nos partidos social-democratas, tenham sido sanadas, ao contrário. Mas o fato que queremos destacar é que, segundo aponta Andrade (2011), Bebel foi um grande incentivador da organização e participação das mulheres na vida pública, inclusive no sentido de ocuparem espaços nos sindicatos e partidos políticos.¹⁶⁴ A partir de Cisne (2014), observa-se que Lênin¹⁶⁵ também dá destaque à lutas das mulheres, pois compreendia que a liberdade delas era um dos condicionantes para o sucesso do comunismo.

¹⁶³ Como exemplo do conservadorismo presente na esquerda, pode-se destacar a votação dos delegados presentes no Congresso da I Internacional dos Trabalhadores de 1968, que se contrapôs à pauta do trabalho feminino. A negativa dos delegados provocou indignação das feministas, que trataram de organizar a Primeira Liga das Mulheres (GURGEL, 2011 apud CISNE, 2014).

¹⁶⁴ Até a própria Klara Zetkin, uma das principais intelectuais orgânicas feministas do movimento socialista, a despeito de todas as críticas às limitações da obra de Bebel, reconhece a contribuição de seu camarada de partido (ANDRADE, 2011).

¹⁶⁵ Cisne (2014, p. 117) analisa: "Apesar do importante reconhecimento de Lênin ao significado da liberdade das mulheres para a vitória do comunismo, o revolucionário atribui o alcance dessa liberdade apenas à necessidade de uma 'transformação radical e técnica e dos costumes', o que pode nos conduzir ao idealismo. Assim, ainda que essa transformação seja, de fato, indispensável para a libertação da mulher, ela deve estar associada à transformação das relações materiais que dão origem aos 'costumes' [...]".

Apesar das limitações das análises de Lênin e Bebel, bem como do próprio Marx e Engels, de autoras feministas marxistas e socialistas, e ainda das próprias organizações da classe trabalhadora, gostaríamos de sublinhar o acúmulo que a relação entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda possibilitou à luta "específica" das mulheres e à luta da classe trabalhadora. Nesse sentido, afirma Andrade (2011, p. 114):

Embora a "questão feminina" fosse objeto de muita controvérsia, sua incorporação nos partidos social-democratas tornou-se geral por volta do início do século XX, impulsionada por inúmeros avanços obtidos por intermédio da construção de um movimento feminino no interior da social-democracia.

Esse apontamento converge com as seguintes indicações de Cisne (2014, p. 114):

Foi em decorrência do processo organizativo e de luta das mulheres, inclusive no interior das organizações de esquerdas, que muitas destas passaram a buscar superar seus limites e rever suas concepções em relação aos propósitos feministas. Foi a partir de 1968 que tivemos uma ruptura mais significativa com esses limites e rever suas concepções em relação aos propósitos feministas.

A secundarização do debate e da luta feminista e os embates enfrentados pelas militantes no interior das organizações mistas da classe levaram as mulheres a buscarem construir espaços alternativos de auto-organização, sem a presença de homens (ANDRADE, 2011). Como já mencionado, os equívocos teóricos e da ação política de parte da esquerda foram confrontados por autoras feministas que buscaram avançar nas análises no sentido de demonstrar as mediações existentes na composição da classe e, sobretudo, nas relações sociais sistêmicas (Cf. CISNE, 2014). Voltaremos a este debate ao final do capítulo.

5.2.1 A consolidação do movimento feminista no Brasil

A segunda onda feminista mundial esbarra no Brasil com a Ditadura Militar, um cenário completamente adverso à efervescência política e cultural que ocorria na Europa e nos EUA. Os partidos políticos, movimentos sociais e demais forças do campo da esquerda foram presas, exiladas, aderiram à luta armada, mantiveram-se em silêncio ou foram silenciadas, de toda forma, na clandestinidade, suas ações foram sufocadas pela força do regime. Da mesma feita, “A maioria das militantes feministas dos primórdios do feminismo no Brasil esteve envolvida ou foi simpatizante da luta contra a ditadura no país, tendo algumas delas sido presas, perseguidas e exiladas pelo regime” (PINTO, 2003, p. 45).

Ainda assim, é no período ditatorial que o feminismo se firma como "movimento social" (CISNE, 2014, p. 139). Em sua segunda fase, o movimento feminista no Brasil apresenta características peculiares, por exemplo, na década de 1980 inclinou-se à institucionalização e na década de 1990 sofreu influência da chamada "onguização", expressando claramente os efeitos do neoliberalismo e do avanço da perspectiva pós-moderna (CISNE, 2014).

Desta feita, mesmo diante de um quadro assolador e de derrota para a esquerda, na década de 1970, surgiram os primeiros grupos feministas próximos ao movimento feminista da Europa e dos EUA¹⁶⁶, entretanto, ainda muito marcados pela dispersão em decorrência do próprio contexto. Se por um lado, o feminismo no Brasil não era bem-visto e quisto pela extrema-direita no poder, por outro, fora do país, as mulheres de esquerda exiladas, que se aproximaram do feminismo durante sua estadia, sobretudo, na Europa, também encontraram resistência entre os camaradas que compartilhavam o mesmo campo ideológico, que por vezes, eram seus próprios companheiros (PINTO, 2003). Conforme analisa a autora, “Na verdade, a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais” (PINTO, 2003, p. 53).

A autora chama a atenção para um grupo/círculo de mulheres exiladas de diferentes matizes ideológicos que passaram a se reunir em Paris em 1975, ou seja, no contexto em que, no centro do debate encontravam-se “[...] as ideias sobre o movimento autônomo de mulheres, que viam a luta de classes e a liberação das mulheres como coisas distintas, que não podiam ser subsumidas uma à outra.” (PINTO, 2003, p. 54). Para a autora, em termos ideológicos, esse círculo apresentou uma contribuição ímpar, pois, manteve uma postura política crítica alinhada à luta de classes contrapondo-se à compreensão sobre a autonomia que se alastrava pelo movimento feminista europeu, mas ao mesmo tempo, não perdeu o acúmulo do feminismo e construiu um novo significado à autonomia do movimento. Um trecho da Carta Política, lançada em 1976 pelo círculo, dá a dimensão da síntese efetuada pelas mulheres da esquerda exilada.

¹⁶⁶ Em 1972 surgiram os primeiros grupos da chamada nova onda do feminismo. Alguns deles inclusive formados por iniciativas de mulheres que tiveram contato com o feminismo no período que moraram nos EUA ou Europa (PINTO, 2003).

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós, mulheres organizadas autonomamente, podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam na destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista (Apud PINTO, 2003, p. 54-55).

Conforme a autora, a ideia de autonomia presente no movimento feminista brasileiro em Paris era bem distinta da que estava colocada no debate. Comprometidas com o ideário marxista, as mulheres que participaram desse círculo defendiam a autonomia como auto-organização das mulheres em prol de suas lutas específicas. Em condições mais propícias do que as feministas tinham no Brasil, as brasileiras exiladas em Paris fizeram um trabalho de propaganda do feminismo: mandaram materiais para o Brasil, fizeram contato com outros grupos feministas, buscaram mobilizar outras mulheres, realizaram assembleias e tiraram comissões para melhor organizarem o movimento. Entretanto, afirma a autora:

O êxito da organização do círculo não impediu que a questão fundamental que acompanha (sic) o feminismo brasileiro na época tenha se manifestado, a saber: a tensão entre aquelas que pensavam que o feminismo tinha de estar associado à luta de classes e aquelas que associavam o feminismo a um movimento libertário que dava ênfase ao corpo, à sexualidade e ao prazer (PINTO, 2003, p. 55).

A autora mostra que o ano de 1975 é considerado o marco da organização do movimento feminista no Brasil, já que os grupos anteriores eram pequenos e bem restritos, compostos basicamente por mulheres intelectualizadas. Como vimos, 1975 foi definido pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, que abriu uma agenda de ações globais para os dez anos seguintes, que contribuíram para dar visibilidade à questão da mulher, inclusive em países regidos por governos autoritários como era o caso do Brasil. Os dois grupos feministas informais que haviam no país fizeram contato com a ONU, que patrocinou um evento no Rio de Janeiro no ano de 1975, organizado por esses grupos a fim de comemorar o Ano da Mulher e dar visibilidade a causa feminista. Como saldo, durante o evento, as mulheres criaram a uma organização chamada Centro de Desenvolvimento da Mulher. “Esta formalização é particularmente interessante porque aponta para uma virada radical na trajetória do movimento, que não só se tornava público como buscava a institucionalização” (PINTO, 2003, p. 57). O desenvolvimento por esta via esteve claramente relacionado ao contexto ditatorial brasileiro, em que qualquer iniciativa na clandestinidade poderia ser perseguida e desarticulada, indica a autora.

No que diz respeito às relações com os partidos de esquerda, o mais importante a apreender é que a esquerda brasileira não fugiu à tendência europeia. De modo geral, os grupos de esquerda também aqui secundarizaram as lutas específicas. Assim, “Evocando a primazia da luta de classes ou a luta pela democracia, esses grupos viam o feminismo como uma luta menor ou uma ameaça à unidade” (PINTO, 2003, p. 58).

Por outro lado, no interior do movimento feminista nascente no Brasil, a centralidade da luta de classes se impunha dadas as próprias contradições da realidade concreta de um país periférico, com níveis de desigualdade alarmantes e um pauperismo na época bastante generalizado, levando a particularidades no desenvolvimento do movimento, mas ao mesmo tempo imprimindo as marcas de uma consciência de classe ainda bastante embrionária e contraditória, como atesta o relato abaixo, de uma militante da época, que foi recuperado pela autora.

Todas do Centro da Mulher Brasileira se diziam feministas, mas defendiam um feminismo diferente daquele dos países desenvolvidos: aqui, tratava-se de lutar pela causa das outras mulheres, de salvar as operárias, cuja causa era mais importante do que a nossa, já que tínhamos comida, casa e instrução. Era engraçado, tinha até gente vomitando se se falasse em aborto; não se podia falar em problemas pessoais, todas se diziam bem e felizes, quem tinha problemas eram as operárias, as outras mulheres, uma dissintonia total com a realidade (PINTO, 2003, p. 59).

Ainda que permeado de contradições e enfrentando muita resistência por parte das feministas radicais - que propunham debates centrados em pautas mais específicas do feminismo como sexualidade e aborto -, a partir do último quartel do século XX, no Brasil,

[...] desenvolvia-se um feminismo político, que estava mais interessado em arregimentar as mulheres para a luta contra a ditadura e a favor das mulheres proletárias. A partir de 1977, o centro foi largamente dominado por mulheres ligadas ao Partido Comunista pró-soviético (PINTO, 2003, p. 59-60).

Mesmo que o centro tenha contado com a participação de mulheres orientadas pelas três vertentes do feminismo, quais sejam, a marxista, a liberal e a radical, o que mais importa destacar é que ele “[...] teve uma trajetória marcada pelo afastamento das feministas radicais e pela aproximação com posições políticas partidárias e com sindicatos” (PINTO, 2003, p. 65). Assim, seguindo a tendência nacional dos movimentos sociais de esquerda e progressistas do período, o movimento feminista endossou as pautas mais gerais em favor da anistia geral e das eleições livres e diretas, por exemplo. O próprio contexto ditatorial funcionou como um excelente cimento para unificação das pautas de lutas das tendências marxista e liberal. As pautas específicas tomadas pelo movimento feminista no Brasil também

refletiram muito mais as tendências nacionais dos movimentos populares do que as pautas específicas do feminismo propriamente, uma vez que demandaram creches públicas e em empresas privadas, escolas, aumento salarial, entre outras (PINTO, 2003).

Se por um lado, a consciência de classe contribuiu para que as mulheres que participavam do centro, mesmo sem pertencer as camadas populares, orientassem suas lutas em favor dessas; por outro, faltou-lhes o desenvolvimento de uma consciência feminista que lhes permitissem enxergar a si mesmas como oprimidas em decorrência do sexo.

Também caracterizaram o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil, as ações do chamado “feminismo acadêmico”, que despontou a partir de 1975, inicialmente, em São Paulo. O que nos interessa aqui destacar é que este se tratava de “[...] um polo irradiador do movimento feminista que parte de um núcleo de mulheres intelectualizadas de classe média e que se localiza à esquerda no espectro político” (PINTO, 2003, p. 63).

Outro ponto a ser destacado no desenvolvimento do movimento feminista no Brasil neste contexto foi o seu envolvimento na luta pela anistia que, utilizando-se da visibilidade do Ano Internacional da Mulher, conseguiu se organizar e desenvolver ações mais densas, até alcançar êxito em 1979 (PINTO, 2003). Com o processo de anistia política e a instauração do multipartidarismo, também em 1979, as feministas passaram a participar de diferentes partidos políticos, principalmente, o PT e o PMDB.

Em resumo, o ano de 1975 demarca a influência da segunda onda do movimento feminista internacional sobre o Brasil. Mas, as brasileiras que tiveram contato com esse movimento na Europa e nos EUA, ao chegarem ao Brasil e buscarem levar adiante as lutas feministas encontraram resistências tanto à direita, com a ditadura militar, quanto à esquerda, com a prevalência de uma tendência marxista que via nestas lutas específicas uma espécie de desvio da luta de classes fundamental, isto é, do proletariado contra a burguesia. De todo modo, as questões feministas alcançaram as mulheres do operariado e passaram a fazer parte de suas lutas. E, ao fim da década, mesmo perseguido, o movimento feminista, ainda que frágil e fragmentado, conseguiu se organizar no país. É desta década também, a publicação do livro de Saffioti “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, cuja primeira edição no Brasil é de 1976 (PINTO, 2003).

5.3 TERCEIRA ONDA DO FEMINISMO

Enquanto os anos de 1970 foram de efervescência de lutas e renovação teórica do movimento feminista e de outros movimentos sociais e políticos, os anos de 1980 marcam um marasmo das grandes e massivas lutas sociais, que poderiam levar a alguns desavisados a supor o desaparecimento do feminismo (MIGUEL, 2011). Entretanto, como afirma a autora: “Efetivamente, o feminismo não desapareceu, mas passou por profundas transformações” (Idem, p. 36, tradução nossa). O chamado feminismo institucional ganhou força nos anos de 1980 e, apesar das diferentes formas assumidas nos distintos países, possui como característica,

[...] a decisão de abandonar a posição de estar fora do sistema e por não aceitar nada menos do que mudanças radicais. Um resultado notável das políticas tem sido o fato, realmente impensável há somente duas décadas, de que mulheres declaradamente feministas chegam a ocupar importantes postos nos partidos políticos e no Estado (MIGUEL, 2011, p. 37, tradução nossa).

Os anos de 1980 também foram marcados, segundo a autora, pela propagação de núcleos de estudos e pesquisas feministas em universidades. A década contou ainda com a realização de duas Conferências Mundiais sobre a Mulher, realizadas pela ONU em Copenhague (1980) e em Nairóbi (1985).

Alguns estudos utilizam a expressão “terceira onda do feminismo” para referir-se ao feminismo que começou a despontar nos anos de 1980 e orientou-se para o tema da diversidade das mulheres (MIGUEL, 2011). Segundo a autora,

Este feminismo se caracteriza por criticar o uso monolítico da categoria mulher e se foca nas implicações práticas e teóricas da diversidade das situações das mulheres. Esta diversidade afeta as variáveis que interagem com a de gênero, tais como o país, a raça, a etnia e a orientação sexual e, em particular, tem sido especialmente notável a contribuição realizada por mulheres negras (MIGUEL, 2011, p. 39).

Em outras palavras, a terceira onda busca desconstruir a ideia vigente na segunda onda de que o conjunto de mulheres, ou seja, tidas como um grupo, classe ou sujeito coletivo, está subjugado a opressões, de forma que todas as mulheres independentemente de suas especificidades, tem em comum o fato de ser alvo de processos de subalternização. Ou seja, na contramão do que indicava a segunda onda, a terceira onda reivindica as particularidades e a diferença, ou seja, por um lado as mulheres são diferentes dos homens e por outro, também não são iguais entre si. Agora a pluralidade deste sujeito coletivo está no centro dos debates e

ações políticas. Não basta falar de opressão, é preciso demarcar os indicadores que poderão torná-la ainda mais aguda. É mulher, mas, além disso, pode ser negra, lésbica, trabalhadora, pobre, da periferia urbana, da zona rural, etc.

5.3.1 A tendência à institucionalização do feminismo

De maneira geral o debate teórico produzido sobre as ONGs tem sido enriquecido por estudos ligados a diferentes correntes teóricas que tem se ocupado de demonstrar a funcionalidade destas organizações para o neoliberalismo, sobretudo, no que diz respeito ao processo de desresponsabilização do Estado frente às expressões da questão social¹⁶⁷ e, por outro lado sob o crivo do discurso de ineficiência do Estado, este tem repassando vultosas quantias de dinheiro público para o financiamento de projetos via ONGs (Cf. DAGNINO, 2004; MONTAÑO, 2002). Além, do financiamento de instituições internacionais como a ONU e fundações empresariais de âmbito privado implicar no direcionamento dos projetos realizados pelas ONGs, pois estas acabam por se adequar aos critérios expressos nos editais de financiamento para conseguir recursos. Ao mesmo tempo, quanto às ONGs feministas, estudos como os de Sônia Alvarez (1998; 2000) tem revelado a complexidade do debate quando se trata do feminismo. Não é nosso intuito aqui recuperar os pormenores desse tema tão complexo e que exige um rigor teórico para além do que temos condições neste momento de oferecer.¹⁶⁸ O que pretendemos é resgatar alguns traços daquilo que Sônia Alvarez tem chamado de “feminismos latino americanos”, nos quais a atuação das ONGs feministas está na ordem do contexto da terceira onda do feminismo.

Para Alvarez (1998), não dá para fazer uma distinção muito rigorosa no caso das ONGs feministas do movimento feminista, já que a maioria delas tem um caráter híbrido. Assim, se

¹⁶⁷ Questão social é uma daquelas expressões cujo significado pode variar a depender do campo de estudo e de atuação e da linha teórica do pesquisador. Aqui ela é utilizada com base na compreensão desenvolvida no campo do serviço social crítico. Assim, “[...] a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho com [sic] meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

¹⁶⁸ Só a título de exemplificação, além das ações da ONU, entre 1978 e 1998, a Fundação Carlos Chagas no Brasil, financiada pela fundação Ford, promoveu uma série de editais que acabam por direcionar as pesquisas sobre a mulher (PINTO, 2003).

é verdade que semelhante às ONGs em geral¹⁶⁹, as ditas organizações feministas são compostas em geral por mulheres intelectualizadas da classe média, por outro, elas se distinguem fundamentalmente de outras ONGs em pelo menos duas características fundamentais.

Primeiro, a maioria das ONGs feministas não entendem seu trabalho como apenas para “ajudar as outras”, mas também o fazem para alterar relações de poder de gênero que circunscrevem suas próprias vidas como mulheres. Segundo, a grande maioria de ativistas-profissionais de ONGs feministas se percebem como parte integral de um movimento de mulheres maior que abarca outras feministas (“soltas”¹⁷⁰ ou em outros tipos de organizações) e os diversos grupos de mulheres de base a favor daqueles que afirmam trabalhar (ALVAREZ, 1998, p. 267, tradução nossa).

Conforme a autora, as dimensões da “ONGuização do movimento feminista” variam qualitativamente entre os países latino-americanos, entretanto, é possível notar alguns traços comuns. Diferente das organizações que surgiram no início da segunda onda do feminismo e focavam em atividades de educação popular voltadas, sobretudo, à conscientização das mulheres de classes populares, as condições das ONGs feministas latino-americanas, na cena a partir dos anos de 1990, para manterem este trabalho estão cada vez mais difíceis. Como indica a autora, as recompensas políticas e recursos materiais direcionam-se a outras ações: “Em nível global e local, cada vez mais se privilegia a execução de projetos governamentais de gênero, a avaliação das políticas públicas e a provisão de serviços sociais para as mulheres, especialmente, para aquelas excluídas pelo modelo neoliberal reinante” (ALVAREZ, 1998, p. 268). Em grande medida isso se dá pelo “[...] fato de que os fundos bilaterais e multilaterais agora freqüentemente exigem evidências de que o governo se preocupa com o ‘papel da mulher no desenvolvimento’.” (Idem, p. 270).

Com efeito, o próprio formato da Conferência Internacional de Beijing (1995) realizada pela ONU induziu as ativistas feministas, muitas alocadas em ONGs feministas, a buscarem realizar acordos em níveis locais, nacionais e internacionais, o que acabou por fortalecer a tendência de formalização das organizações, que nos anos de 1980 tinham um caráter mais informal (ALVAREZ, 2000). Assim, seguindo o ritmo de crescimento da procura por

¹⁶⁹“A literatura acadêmica geralmente define as ONGs como ‘organizações intermediárias’... ‘tipicamente compostas por pessoas profissionais, educadas e de classe média que tem optado por trabalhar com (ou a favor de) os pobres e os marginalizados por razões políticas ou humanitárias’ [PEARCE, 1997, p. 259]. Tais instituições de apoio ‘canalizam fundos internacionais para os grupos de base e ajudam a desenvolver comunidades que não são as suas’ [FISHER, 1998, p. 4]” (ALVAREZ, 1998, p. 267).

¹⁷⁰ No Brasil costuma-se chamar feministas “independentes”.

conhecimentos especializados sobre temas relacionados à mulher e ao debate de gênero, desde os anos de 1990, as ONGs feministas latino-americanas cada vez mais têm se profissionalizado e capacitado tecnicamente e oferecido conhecimentos científicos sobre o tema (ALVAREZ, 1998; 2000).

O processo de “onguização” deve ser entendido no bojo das contradições das realidades latino-americanas, nas quais a consolidação das democracias pós-ditaduras militares ocorrem em um contexto global de avanço do neoliberalismo. A afirmação das democracias produziu mudanças nos discursos e práticas de diferentes sujeitos da sociedade civil em relação ao Estado, que passaram de uma postura crítica e de confronto em relação a este para uma postura crítica aberta à negociação. Um dos reflexos tem sido a mudança na concepção de autonomia, que assume a interlocução com o Estado, expressando um caráter mais dialógico e propositivo e não mais de negação (ALVAREZ, 1998).

As últimas tendências das ONGs feministas estudadas pela autora levaram-na a fazer esta importante observação:

Devo sublinhar que não estou tratando de argumentar que há algo intrinsecamente equivocado em que as ONGs sub-contratem seus serviços como peritas ou executoras de programas governamentais, especialmente quando a sobrevivência organizacional e o sustento pessoal estão cada vez mais em jogo. Mas, estou tratando, sim, de sugerir que estas tendências podem chegar a “des-hibridizar” ou amenizar a dupla identidade até agora da maioria das ONGs feministas latino-americanas. E, como sugeri no começo é precisamente esta identidade híbrida que até agora tem sustentado a capacidade crítica das ONGs feministas para refutar versões “patologizadas” das políticas governamentais a respeito de gênero, promover interpretações alternativas dos direitos da mulher e fomentar o empoderamento das mulheres (ALVAREZ, 1998, p. 276).

Em outro texto, a autora afirma que as ONGs feministas estão cada vez mais atreladas a órgãos governamentais atuando na promoção de políticas públicas, de forma que acabam se caracterizando muito mais “[...] como organizações ‘neo’ em vez de não-governamentais” (ALVAREZ, 2000, p. 403). Assim, ao mesmo tempo em que as ONGs feministas contribuíram para progressos visíveis na política feminista na América Latina, por outro, isso se dá num terreno bastante contraditório já que cada vez mais elas vêm assumindo responsabilidades do Estado.

O processo de “onguização” também tem acarretado tensões na relação entre as ONGs feministas e o movimento feminista (*stricto sensu*). Esta relação tem sido marcada por

divisões, dualismos, distinções, contraposições e embates entre as feministas “institucionalizadas” e as militantes (ALVAREZ, 2000).

5.3.2 O feminismo no Brasil no contexto de abertura política e consolidação da democracia

O contexto da redemocratização trouxe novos desafios ao movimento feminista no Brasil. Além das segmentações político-partidárias favorecidas pelo multipartidarismo, as feministas se dividiram em duas tendências: “[...] de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação” (PINTO, 2003, 68). Neste período também, surgiram grupos feministas focados em temas específicos, como violência contra a mulher e saúde da mulher, para citar apenas os que mais se destacaram. Além disso, no âmbito do “feminismo acadêmico” surgiram os “Núcleos de Pesquisas em Estudos da Mulher” (Ibidem).¹⁷¹

Segundo a autora, de maneira geral, o movimento feminista, mesmo na Europa, sempre olhou com desconfiança as relações com as instituições do Estado com receio de perder sua autonomia, entretanto, o cenário brasileiro - e, poderíamos acrescentar latino-americano - de lutas por democracia colocou o debate em outro patamar. As feministas próximas ao PMDB viram nas vitórias do partido para governos estaduais, em 1982, um canal para construir espaços em defesa das causas das mulheres, já as feministas próximas ao PT que tinham uma visão mais radical e autonomista do movimento criticavam a institucionalização.

Para Pinto (2003), a criação dos conselhos para tratar das questões especificamente ligadas à mulher foi uma das formas de institucionalização do movimento feminista. Esses conselhos remetem a eleição de governos estaduais do PMDB, em 1982, de maneira que em 1983, foi criado o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) no estado de São Paulo, por ocasião do governo do PMDB. Cabe observar que este conselho tinha uma composição diferente dos que surgiram alguns anos depois, os chamados “conselhos de direitos e conselhos gestores de políticas”. O primeiro tinha uma composição fechada, formada apenas

¹⁷¹ Em 1979 foi criado o primeiro núcleo de estudos da mulher na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS); em 1982 foi criado o Primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do RJ (PINTO, 2003).

por mulheres do partido na situação, não tinham orçamento próprio e caracterizava-se pela natureza consultiva e não propositiva. Dadas as suas peculiaridades, ele enfrentou oposição não só das feministas ligadas ao PT como das mulheres das camadas populares.

No mesmo ano de criação do CECF foi organizado também o Movimento das Mulheres pelas Diretas Já, cujas mobilizações resultaram na criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNCM), em 1985. A origem deste está diretamente relacionada às mulheres ligadas ao PMDB, que buscaram dialogar com um dos candidatos à presidência, Tancredo Neves, que acabou por assumir o compromisso de criar um órgão de caráter nacional para tratar da questão da mulher, caso fosse eleito. Devido à morte de Tancredo, seu vice José Sarney foi empossado presidente e, em sua gestão, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O Conselho contava com orçamento próprio e uma composição formada por 17 conselheiras indicadas pelo Ministério da Justiça, órgão ao qual estava ligado. E, teve atuação ativa até 1989¹⁷², abordando todos os temas ligados às lutas das mulheres, como direito a educação infantil (creches), direitos sexuais e direitos reprodutivos. Também em 1985 foi instituído o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e realizada a Primeira Conferência Nacional sobre a Saúde da Mulher (PINTO, 2003).

No contexto de democratização, independentemente das orientações ideológicas e das disputas político-partidárias no interior do movimento feminista brasileiro, o mesmo conseguiu unidade em torno da incorporação dos direitos das mulheres na Constituição. Nesse sentido, o CNDM também teve uma atuação importante no processo da Constituinte, pois, promoveu inúmeras propagandas, inclusive na televisão, sobre a causa das mulheres, e realizou um grande encontro de feministas em Brasília, do qual resultou a formulação da “Carta das Mulheres”, apresentada na Assembleia Constituinte. A Carta continha reivindicações mais gerais, que beneficiavam toda a classe trabalhadora, tais como “[...] justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia sindical, reforma agrária, reforma tributária, negociação da dívida externa, entre outras propostas” (PINTO, 2003, p. 75); e pautas específicas, voltadas para o conjunto das mulheres, como os direitos reprodutivos e a criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher. Apesar do CNDM ter cumprido um papel de articulação fundamental,

¹⁷² No governo Collor (1990-1992), o CNCM perdeu o orçamento. Não recuperou seu espaço nem mesmo quando o PSBD (partido que abrigou feministas históricas) alcançou a presidência com a eleição de FHC, em 1994 (PINTO, 2003).

é importante destacar que outras mulheres, autointituladas feministas ou não, também se organizaram e participaram do processo de construção da Constituinte, tais como, sindicalistas, acadêmicas, militantes do MST, políticas, entre outras.

De um modo geral, a participação no processo de construção da Constituinte expressou um acúmulo do movimento feminista que possibilitou novas configurações nas relações com as instituições políticas, sobretudo os partidos políticos. Conforme a autora,

A presença de militantes do movimento feminista durante os trabalhos constituintes e a capacidade que tiveram de fazer pressão, vencer resistências e fazer que [sic] fossem incorporadas suas demandas no texto da Carta Constitucional apontam para um fenômeno que não pode ser desprezado. Trata-se de formas alternativas de participação política que não passam pela representação. Atuar politicamente por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva, foi uma das marcas do movimento feminista brasileiro da década de 1980. O caso da Constituinte é particularmente interessante, pois não se tratava de forma alguma de um Congresso Constituinte feminista, nem mesmo de uma bancada feminina feminista (PINTO, 2003, p. 76).

Em um contexto marcado pela “partidarização e institucionalização do movimento feminista no Brasil” (PINTO, 2003, p. 79), esse movimento começava a descobrir nos anos de 1980 uma capacidade de fazer pressão direta, nas ruas, que lhe conferia maior liberdade de atuação junto às instituições políticas (Estado e partidos políticos).

Por outro lado, também na década de 1980, os temas da violência contra a mulher e saúde da mulher passaram a fazer parte do debate público e inúmeras organizações surgiram com o fim de ofertar serviços especializados às mulheres, definindo as ações de um novo tipo de feminismo que começaria a despontar. Segundo a autora, as ações feministas de combate à violência contra a mulher constituíram-se um marco importante para os rumos do movimento feminista brasileiro e trouxeram à tona uma contradição que parecia estar superada. A autora ajuda a entender.

Até então, as mulheres militantes identificavam-se como sujeitos de sua causa: elas eram as vítimas da opressão contra a qual lutavam. A crise entre feministas e mulheres dos partidos de esquerda no Brasil ainda durante o período do regime militar surgiu por conta da diferenciação que as militantes comunistas faziam entre elas, “mulheres cultas e politizadas” e as “companheiras da classe operária, as realmente vítimas do patriarcalismo burguês” (PINTO, 2003, p. 81).

Ao passo que, segundo a autora,

Agora, diante de uma questão de natureza muito diversa, as feministas encontravam-se em uma situação que revelava algumas semelhanças. As mulheres que formavam o SOS Mulher¹⁷³ não eram vítimas da violência física. A vítima era, isso sim, a outra, aquela que não era feminista, aquela que não tinha cultura, aquela que não tinha condições econômicas. [...] As mulheres das camadas populares eram, na maioria das vezes, mães de muitos filhos, trabalhavam em casa ou ganhavam salários irrisórios, viviam em regiões distantes e perigosas onde a ausência de um homem em casa muitas vezes representava não só a fome, como constituía realmente um risco para a sobrevivência física das mulheres e dos filhos. Nesse cenário, as mulheres não queriam se tornar militantes feministas, queriam apenas não ser agredidas (PINTO, 2003, p. 81).

Segundo a autora, as contradições da realidade e do movimento feminista levaram à construção de um novo tipo de ativismo coletivo, o chamado feminismo profissional, desenvolvido no interior de organizações não-governamentais (ONGs) feministas que começaram a surgir nos anos de 1980 e dominaram o movimento feminista, sobretudo, a partir dos anos de 1990 (PINTO, 2003).¹⁷⁴ Voltaremos a este ponto rapidamente mais a frente.

Como saldo dos anos de 1980, foram criados e ampliados muitos serviços públicos voltados às mulheres, mas ainda assim alguns temas continuaram a ser tabus, como é o caso do aborto, seja no sentido de sua descriminalização ou de sua legalização, ele continua a ser um tema controverso no interior da sociedade brasileira, que desde o período de colonização foi fortemente influenciada pelos valores cristãos, sobretudo, da Igreja Católica, mas por muito tempo também foi para a própria esquerda (PINTO, 2003). Como mostra a autora,

Como parte dessa Igreja esteve desde a década de 1960 muito associada à esquerda, não se constituiu no Brasil um pensamento de esquerda vigoroso que fosse capaz de sustentar uma discussão pública sobre temas éticos e comportamentais que enfrentasse o senso comum conservador. Decorrente dessa situação, a esquerda brasileira pós-regime militar tem sido muito omissa a esse respeito, exceção feita, claro às feministas, que mesmo quando vinculadas à Igreja Católica, têm tido um papel central no enfrentamento de temas tabus como esse (PINTO, 2003, p. 83).

Assim como o aborto, o tema da sexualidade, ambos com bastante repercussão no movimento feminista internacional nos anos de 1980, não foi tratado publicado pelo movimento feminista brasileiro por bastante tempo, seja porque a própria realidade do país levava as mulheres a priorizarem a luta pelos direitos civis e sociais, seja porque a esquerda e a direita, mesmo que por motivos diferentes, igualmente menosprezaram o trato da questão. Para a esquerda,

¹⁷³ Organização feminista que prestava serviço voltado ao atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica (PINTO, 2003).

¹⁷⁴ Dado o nosso objetivo de focar apenas em algumas questões do movimento feminista no Brasil, que possam contribuir para entender suas relações atuais com os partidos políticos de esquerda, não vamos entrar no debate sobre as chamadas ONGs feministas. Ademais, consideramos que a abordagem no item anterior já contempla os aspectos gerais necessários ao nosso estudo, dispensando abordar as particularidades da realidade brasileira.

tratava-se de uma questão burguesa, enquanto que para a direita uma ameaça à família (PINTO, 2003).

Se por um lado, durante os anos de 1980, não é de se estranhar, portanto, as críticas do movimento feminista à esquerda brasileira organizada, sobretudo, nos partidos políticos, já que o movimento não teve muito êxito em introduzir o feminismo na agenda político-partidária, por outro, não nos parece que essas críticas levaram o movimento a uma relação distanciada ou marcada pela negação dos partidos de esquerda. Tanto que, o movimento manteve aproximações com o PMDB e o PT, neste contexto.

Por fim cabe-nos destacar as tendências expressas no Brasil entre finais do século XX e início do atual. Um ponto a ser mencionado é que o contexto mostrou que as lutas das mulheres, provocaram uma mudança cultural na sociedade tão notória, que a questão dos direitos destas se tornou alvo de campanhas políticas desde os anos de 1990, não porque havia provocado uma mudança na cultura política institucional do país, mas porque cada vez mais representantes político-partidários viam nesta questão uma possibilidade de ampliar seus votos. Se por um lado, temas importantes para o feminismo, como o assédio sexual, passaram a ser debatidos no Congresso e nas câmaras estaduais, demonstrando a legitimidade que as questões envolvendo as mulheres alcançaram, por outro, a pequena representatividade da mulher na política institucional demonstra que o sexismo político-institucional está longe de ser rompido (PINTO, 2003).

Outro ponto a ser retomado característico do contexto é o domínio das ONGs, que no caso daquelas voltadas às questões ligadas às mulheres aponta para um processo de especialização em determinados temas. Ao mesmo tempo, o período se caracteriza por uma inflexão nos movimentos sociais, entre eles, o movimento feminista. Mas cabe aqui observar que quando se fala de inflexão não significa que os movimentos sociais tenham deixado de atuar. Como esclarece a autora,

Ao enfatizarmos a presença das ONGs como a mais pública expressão do feminismo na virada do século, não podemos deixar de mencionar que continua a existir uma multiplicidade de manifestações de mulheres em movimentos populares, em sindicatos, em partidos políticos, que trazem para a discussão as questões dos direitos das mulheres (PINTO, 2003, p. 97).

De todo modo, no que diz respeito ao feminismo no Brasil, a autora é enfática em afirmar que sua expressão, ao longo dos anos de 1990, foi intermediada pelas ONGs. Algumas dessas

organizações passaram a realizar assessorias aos movimentos sociais e tornaram-se uma espécie de representantes destes, e assim, marcaram presença no legislativo e nos ministérios, exercendo articulação e pressão junto aos partidos políticos e políticos profissionais individuais. Como uma espécie de intermediárias políticas não oficiais, a nosso ver, estas ONGs acabaram por cumprir um papel tradicionalmente atribuído aos próprios partidos e, mesmo a contragosto, alimentaram ainda mais a tensão presente na relação entre movimentos feministas e os partidos políticos de esquerda, ocasionada pela tendência destes em tratarem as pautas feministas como específicas e, portanto, secundárias. Segundo a autora,

Os temas e as demandas dos movimentos sociais, assim como suas ações, caminham ao lado dos partidos políticos em uma difícil convivência, que, inclusive tende a ser mais tensionada quando se trata do movimento feminista. A dinâmica que essa relação tomou, somada à abertura para a participação da sociedade civil organizada, a partir da Constituição de 1988, levou a uma espécie de divisão de trabalho, em que os partidos ficam com os grandes temas e com candidatos mais universalistas, e os movimentos sociais e, atualmente, as ONGs com as representações nos espaços institucionais não-eleitos que tratam com questões específicas (PINTO, 2003, p. 99).

No que se refere à relação de ONGs com o Estado, gostaríamos de chamar a atenção para dois aspectos analisados pela autora. O primeiro para mostrar que, como estas organizações, em muitos casos, são também interlocutoras do Estado, acabam ficando vulneráveis à ação deste, já que “[...] agentes estatais procuram as ONGs quando precisam atuar junto à sociedade civil” (PINTO, 2003, p. 103). O segundo, referente à presença delas nos espaços de participação da sociedade civil, por exemplo, os Conselhos. Consideramos que por terem uma composição, organização e atuação diferente dos movimentos sociais, por exemplo, por não possuírem bases militantes para as quais precisem responder diretamente, as ONGs estão ainda mais sujeitas a ações clientelistas de políticos profissionais individuais, partidos políticos e governantes.

Por outro lado, sem qualquer pretensão de encerrar o assunto, mas sem ter condições de regatá-lo aqui, destacamos apenas que os estudos sobre as ONGs no campo do feminismo realizados pela autora e também, por Alvarez (1998; 2000) demonstram as contribuições destas organizações para o avanço das pautas feministas, tanto em âmbito nacional como internacional.

Portanto, qualquer tentativa de trazer o assunto sob o crivo da análise crítica requer uma apropriação metodológica capaz de perceber as contradições que perpassam o fenômeno, o que implica considerar que se do ponto de vista estrutural, as ONGs tornam-se ferramentas

propícias à acumulação capitalista, uma vez que seus recursos advêm em larga medida do Estado em seu movimento de se desresponsabilizar frente às expressões da questão social e do fomento de instituições internacionais privadas que assumem o financiamento como parte de sua “responsabilidade social”. Por outro lado, a atuação de muitas destas ONGs, em lugares ou temas de difícil penetração do Estado, tem sido muito importante para o avanço de muitos debates inclusive na agenda pública, por exemplo, ONGs instaladas na periferia que acolhem mulheres vítimas de violência doméstica.

O exposto neste item e nos anteriores fornece elementos importantes para que possamos compreender os arranjos do movimento feminista no contexto atual, no qual este tem se tornado protagonista importante na cena política. Em âmbito internacional, a presença das mulheres, sobretudo, jovens, nos eventos movimentalísticos massivos dos últimos dez anos tem chamado a atenção dos analistas e alguns começam a falar na emergência de uma quarta onda do feminismo. No Brasil, o ciclo de manifestações de junho de 2013 abriu um período de polarização e intensas disputas políticas, nas quais as ações das mulheres tanto nas ruas como no parlamento trazem o mesmo questionamento: estaríamos diante de uma nova onda feminista? O processo quando em curso torna difícil estabelecer análises conclusivas, entretanto, não restam dúvidas de que as mulheres através do movimento feminista ocupam cada vez mais as arenas de luta e tornam cada vez mais urgente adensar o debate da luta de classes com as dimensões do sexo e da “raça/etnia”¹⁷⁵. Neste sentido, recuperamos algumas contribuições das feministas materialistas francófonas que permitem ampliar este debate a fim de englobar de maneira mais enfática estas dimensões.

¹⁷⁵ Tomamos emprestada uma observação feita por Kergoat (2010), fundamentada na análise de Colette, para indicar que: “O termo ‘raça’ é utilizado aqui da mesma forma que classe ou sexo, isto é, como uma categoria socialmente construída, resultado de discriminação e produção ideológica [...]” (KERGOAT, 2010, p. 94). Entretanto, diferente da autora, optamos em trazer o termo entre aspas apenas desta vez, mas, sempre que esse aparecer no texto será com o mesmo sentido aqui destacado.

5.4 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÓFONO PARA PENSAR A LUTA DE CLASSES

Assim, de maneira bastante introdutória, neste item procuramos resgatar alguns elementos teóricos do feminismo materialista francófono¹⁷⁶ que podem contribuir com as análises sobre a articulação entre classe, sexo (inclui sexualidade) e "raça/etnia" na dinâmica das lutas sociais. Consideramos que para alcançar êxito em suas proposições societárias é fundamental que a classe trabalhadora organizada e consciente consiga perceber outras mediações determinantes presentes na composição da própria classe social, já que como lembra Kergoat (1986), a classe possui dois sexos. Esta heterogeneidade da classe se dá não só pelo componente do sexo, mas também da raça/etnia (CISNE, 2014; CISNE; SANTOS, 2018).

As análises sobre as relações sociais de sexo guardam alguma sintonia com a proposição marx-engelsiana de que “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação de filhos”; ideia que foi melhor desenvolvida por Engels que esclarece: “Hoje posso acrescentar que a primeira oposição de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, 1984, 70-71).

De forma geral, o FMF pode ser caracterizado a partir de três pressupostos centrais: 1) mulheres e homens constituem grupos cujas identidades são definidas a partir de uma relação histórico-social estrutural, material/concreta; 2) esta relação está fundada no processo de produção e, portanto, marcada pela exploração do trabalho; 3) trata-se de uma relação antagônica, ou seja, conflituosa, hierarquizada, de oposição de interesses que beneficia uma classe de sexo (homens) em detrimento da exploração, opressão e dominação de outra (mulheres) (CURIEL; FALQUET, 2014; CISNE, 2014; 2015).

¹⁷⁶ Ou como ficou mais difundido Feminismo Materialista Francês (FMF). Considerando que “Na realidade o qualificativo de ‘francês’ é um abuso da linguagem, já que uma das teóricas centrais desta corrente é italiana (Paola Tabet, que escreve boa parte da sua obra em francês)” (CURIEL; FALQUET, 2014, p. 10), neste trabalho, preferimos usar a tradução “feminismo materialista francófono” (FMF) adotado por Cisne (2014), que por sugerir o idioma utilizado e não a nacionalidade das autoras torna-se mais rigorosa. O FMF é uma vertente teórica que surgiu nos anos de 1970, no bojo dos debates da segunda onda feminista, cuja origem está ligada a um pequeno grupo de feministas da tendência “radical”, responsáveis pela revista francesa *Questions Féministes*, na qual passaram a publicar suas teorias sobre as relações sociais de sexo.

A “relação social de sexo” tomada como uma categoria sociológica implica considerar a divisão sexual do trabalho como fundamento material das relações sociais entre homens e mulheres (CISNE, 2015). Neste sentido, a vertente do feminismo materialista francófono está próxima do marxismo em termos do método de análise (CISNE, 2014).

É importante antes de seguirmos com nossa exposição, indicar que existe um debate em torno do uso da expressão “relações sociais de sexo” em detrimento do termo “gênero”. Não vamos nos ater às diferenças já tão bem situadas por Devreux (2005) e recuperadas também a partir do diálogo com esta e outras teóricas por Cisne (2014)¹⁷⁷. Basta-nos destacar os dois principais motivos que nos levaram a esta adoção teórico-metodológica.

O primeiro é que, conforme Cisne (2014), gênero é um conceito que pode servir a quaisquer análises inclusive àquelas que ocultam a mulher como sujeito político, podendo acarretar implicações políticas para o feminismo, já que “Sem esse sujeito, o movimento feminista perde o seu sentido e dilui o seu propósito” (Ibidem, p. 67). Esta análise fundamenta-se principalmente nas indicações de Devreux e de Saffioti, que respectivamente, indicam que se trata de um conceito demasiadamente polissêmico e palatável (CISNE, 2014).

Como uma das teóricas que contribuíram para a elaboração da teoria das relações sociais de sexo, Devreux (2005) indica que a diferença mais importante entre a adoção desta teoria em detrimento da teoria de gênero é que a primeira demarca de forma mais precisa que “as relações entre os homens e as mulheres constituem uma relação social” (p. 562). A autora argumenta: “A relação social de sexo nomeia explicitamente a confrontação entre duas classes de sexo. Não pode haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação” (DEVREUX, 2005, p. 564).

O segundo motivo que teve peso em nossa escolha foi que diante das lacunas e imprecisões do conceito de gênero, Cisne (2014) indica que “relações sociais de sexo” como proposta de tradução do conceito “rapports sociaux de sexe”¹⁷⁸ possui correspondência mais próxima em

¹⁷⁷ Também é possível encontrar uma boa explanação sobre os usos desses termos no prefácio à 2ª edição de Cisne (2015), bem como em Cisne e Santos (2018).

¹⁷⁸ Existem duas expressões que são igualmente traduzidos do francês para o português como relações sociais. A expressão *relations sociales* e *rapports sociaux*. A primeira faz alusão “às relações cotidianas, no nível micro e interpessoal. Podem ser experimentadas concretamente e transformada pela ação individual” (CURIEL; FALQUET, 2014, p. 15, nota de rodapé n. 17), ao passo que a segunda, a qual nos deteremos no trabalho, indica relações estruturais, como enfatizaremos no corpo do trabalho. Para aprofundamento desse debate, consultar Cisne (2014).

relação à perspectiva marxista, dado que a origem desse, no início dos anos de 1980, vincula-se aos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, o que leva a autora afirmar que esse conceito “[...] assegura o não esquecimento da centralidade do trabalho para os estudos feministas” (Ibidem, p. 63), diferente de gênero, que pode inclusive nem tocar na dimensão classe social. Na mesma linha, Devreux (2005) chega a afirmar: “Com o estudo das relações sociais de sexo assistimos um enriquecimento do marxismo” (p. 562).

Para nós, importa mais sublinhar o esforço empreendido pelas autoras materialistas francófonas em buscar compreender a articulação entre as relações sociais de sexo, de classe, de raça/etnia, do que dar destaque às nossas discordâncias a respeito de alguns aspectos que divergem de nossa interpretação da teoria marxista. Entretanto, gostaríamos de sinalizar duas questões: a primeira, para chamar a atenção para o fato de que as críticas de Devreux (2005) e de Kergoat (2010) ao marxismo dirigem-se nitidamente a uma tendência determinista que insiste na separação mecânica e hierarquização das esferas da produção e reprodução, o que para nós também é válido; e a segunda, para indicar nossa discordância com o conceito classe de sexo inscrito na categoria de análise relações sociais de sexo.

Devido à importância que a categoria luta de classes e o conceito classe social possuem para a teoria marxista, sentimos a necessidade de nos posicionarmos a fim de evitarmos interpretações equivocadas sobre nossa análise. Entretanto, para não correr o risco de perder o foco do trabalho, nossa abordagem será sucinta e sem o aprofundamento que o tema requer, portanto, tem muito mais o intuito de trazer algumas inquietações que sentimos do que de fechar uma linha argumentativa. A pretensão aqui é de abrir o debate.

A análise marxista apreende a origem da classe social na divisão social do trabalho (que como recuperamos em Engels foi acompanhada da divisão sexual do trabalho), ou seja, dirige-se às primeiras formas de apropriação, por parte de uma minoria, do excedente de trabalho produzido pela maioria, caracterizando uma relação antagônica, de conflito, entre duas classes fundamentais (MATTOS, 2009), expressa ao longo da história pela luta de classes, em que essas assumiram várias formas até chegar no capitalismo com contornos mais complexificados (MARX; ENGELS, 2010).

Mattos (2009), apoiado em Bensaid, indica que Marx – se lido a partir de um ponto de vista integral de sua obra e levando em consideração, sobretudo, o aprofundamento e acúmulo

realizado pelo teórico nos livros I, II, e III de *O Capital* – “[...] jamais poderia restringir o estudo da classe à simples oposição de interesses entre capital e trabalho na produção” (MATTOS, 2009, p. 64), uma vez que, a partir do livro III “a [...] característica determinante da relação de classes passa a ser compreendida na dimensão ampliada da lógica do capitalismo” (idem, *ibidem*).

Portanto, apreender a questão da classe social desde uma perspectiva marxista deve ter como ponto de partida não reduzi-la à esfera/dimensão econômica, mas percebê-la também nas dimensões política, cultural e simbólica. Nesse sentido, concordamos com a indicação de Mattos (2009), de que

A percepção da complexidade do conceito de classe pelo materialismo deve levar a que não nos contentemos com uma dimensão da classe para entendê-la, pois que suas dimensões econômicas possuem sentido ampliado (na produção, na circulação das mercadorias e na divisão desigual do produto do trabalho, ou seja na reprodução ampliada do capital) e Marx nunca restringiu sua definição de classe a uma dimensão econômica, ao contrário, valorizou seu papel político, algo que só conseguiria definir a partir da ideia de uma consciência de classe, cujo desenvolvimento não se dá isoladamente, mas na luta de classes (idem, p. 64).

Na mesma trilha de Mattos (2009) e com o mesmo rigor teórico, a síntese de Iasi (2012, p. 17) complementa:

As classes não se definem apenas pela posição objetiva no seio de certas relações de produção e de formas de propriedade, mas na concepção de Marx, as classes se formam e se constroem em permanente movimento de negação e afirmação, ora como indivíduos submetidos à concorrência, ora como órgãos vivos do capital em seu processo de valorização, ora como personificação de interesses de classes em luta, ora como aspectos subjetivos da contradição histórica entre a necessidade de mudar as relações sociais e a determinação de classes dominantes em mantê-las.

Esses apontamentos somados aos que apresentamos mais detidamente na segunda parte do nosso estudo levam à compreensão de que apesar do trabalho assumir uma forma histórica nas sociedades de classes de maneira geral como trabalho expropriado, e particularmente no capitalismo, como trabalho estranhado, não se pode perder de vista, que o trabalho é também uma característica ontológica do ser social. Por isso, falar da centralidade do trabalho e da luta de classes como motor da história é fundamental não só para a superação do capitalismo como forma mais avançada dos sistemas de classes existentes na história da humanidade, como também para a construção de uma nova sociabilidade em que o trabalho possa ser meio de realização do humano como ser criativo. Essa superação requer reconhecer as classes sociais fundamentais que protagonizam a luta de classes que pode dar fim a esse sistema capitalista.

Essas classes como mostramos a partir da análise marx-engelsiana são a classe trabalhadora e a classe burguesa.

Nesse sentido, concordamos com Mattos (2009) sobre a centralidade do trabalho para pensar as lutas sociais, tomadas no movimento geral da luta de classes, e principalmente, com a análise segundo a qual afirmar a perda da referência da classe social não é mais do que uma construção ideológica no sentido de mistificação da realidade. Argumentos também defendidos por Braz (2011) e Antunes (2015).

Feitas estas observações, é importante frisar que o reducionismo teórico que levou às análises equivocadas de divisão hierárquica entre trabalhadores que exercem trabalho produtivo e de divisão mecânica entre as esferas da produção e da reprodução acabou por alimentar críticas, entre estas, de autoras feministas materialistas francófonas que com o objetivo de entender as relações sociais de classe, sexo e raça/etnia, lançaram mão dos conceitos classe de sexo e classe de raça/etnia ao lado do conceito classe social, buscando com isso trazer para o centro do debate os antagonismos sociais presentes nessas relações.

Apesar de reconhecermos o avanço que as análises das autoras que resgataremos adiante trouxeram para a compreensão da divisão social e sexual do trabalho, consideramos que os termos classe de sexo (assim como Cisne, 2014) e classe de raça/etnia podem ocasionar confusão teórica a respeito do conceito classe social para a teoria marxista e fortalecer sua leitura reducionista.

Importa demarcar que, para nós, a categoria trabalho tomada por sua dimensão ontológica e também histórica possui centralidade nas análises de qualquer forma de luta social, o que significa dizer que para nós a luta de classes, demarcando o antagonismo entre as duas classes sociais fundamentais no capitalismo, é central para promover mudanças sociais estruturais, tanto no sentido de acabar com o sistema de classes quanto para mantê-lo e aprofundar as relações de exploração/opressão. Isso não significa perder a heterogeneidade na composição da classe social e tampouco secundarizar a luta feminista, ao contrário, significa entender que a classe trabalhadora organizada devido ao seu papel no sistema capitalista é quem possui condições de unificar as demais lutas sociais em torno do seu projeto societário socialista.

5.4.1 A contribuição das teorias feministas sobre as relações sociais de sexo

Neste subitem nosso intuito é recuperar ideias centrais do FMF sobre as relações sociais de sexo, para tanto utilizamos uma revisão de textos considerados fundamentais para a compreensão da temática, mas sem qualquer pretensão de aprofundar cada uma das autoras.

Para Kergoat (2010, p. 93) os significados dos termos “imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade” não traduzem a complexidade da dinâmica das relações sociais. Fundamentada na análise de que toda relação social é marcada por antagonismos e conflitos, a autora sustenta:

[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

Por consubstancialidade entende-se “unidade de substância” (Ibidem). Trata-se de uma forma de interpretar a realidade social, entendida a partir do “[...] entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (Idem, p. 100).

A compreensão das relações sociais por esse crivo leva ao entendimento que exploração, dominação e opressão operam e se manifestam conjuntamente nas relações sociais de classe, de sexo e de raça/etnia. Não é que cada uma dessas relações manifeste individualmente um desses aspectos, se não que esses atravessam todas igualmente.

Nesse sentido, a autora indica, que tomadas a partir da noção de consubstancialidade, nenhuma relação social possui prioridade em relação à outra, contribuindo para romper com a ideia de que as relações sociais de classe estão circunscritas unicamente na esfera econômica ou que as relações patriarcais são apenas ideológicas (KERGOAT, 2010), ou ainda que o racismo seja uma questão meramente cultural, se fôssemos estender o raciocínio. No que diz respeito ao conceito de coextensividade, a autora, pretende indicar que essas relações sociais se produzem mutuamente.

Falar de “relações sociais” para Kergoat (1986) implica considerar que “relação significa contradição, antagonismo, luta pelo poder” (p. 82). Possui correspondência ao sentido atribuído a *rappports sociaux* na língua francesa,

têm a ver com as relações estruturais da sociedade no nível macro; são impessoais, invisíveis e não podem ser transformados tão facilmente apenas pelas ações individuais. Geralmente, o que está em jogo nessas *rappports sociaux* é a organização social do trabalho (no seu sentido mais amplo) (CURIEL; FALQUET, 2014, p. 15, nota de rodapé n. 17, grifos originais).

[...] relações no sentido estrutural, macro, entre grupos; por exemplo, as relações de classe que colocam a classe proletária e a classe burguesa em posições antagônicas, ou as relações sociais de sexos, que aludem a uma relação estrutural de poder [...], [em outras palavras] numa dinâmica de classes antagônicas (de sexo, de raça ou classe social) (Nota de tradução, rodapé n. 3, GUILLAUMIN, 2014, p.31).

Nesse sentido, como destaca Cisne (2014), o mais fundamental é notar que a categoria relações sociais de sexo tal como tomada pelas feministas materialistas francófonas tem o sentido de indicar relações estruturais fundamentadas em antagonismos sociais, ou seja, tem um significado mais amplo, que não pode se reduzir às relações individuais e cotidianas. Esclarece a autora,

A categoria *relações sociais de sexo* acentua o fato de que as relações entre homens e mulheres constituem uma relação social permeada por conflitos, hierarquias e antagonismos correspondentes às relações de exploração e opressão, o que nos possibilita a compreender que as relações de sexo não são questões isoladas ou meramente individualizadas entre homens e mulheres, mas relações sociais estruturantes, consubstanciadas e coextensivas aos conflitos de classe e “raça”. Assim, ao serem percebidos como estruturais e não meramente individuais, os conflitos entre os sexos exigem o pensar de um sujeito político coletivo na busca por transformação: o feminismo (CISNE, 2015, p. 19).

Conforme Devreux (2005), a relação social de sexo vista de forma abstrata se expressa a partir de três atividades ou modalidades, quais sejam, a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo, “[...] isto é, a atividade simbólica das relações sociais de sexo” (Ibidem, p. 569), ou seja, a partição entre homem e mulher é acompanhada de representações que correspondem ao que se espera de cada um desses sujeitos, por exemplo. Estas três modalidades de ação, na interpretação da autora, ocorrem de forma conjunta e simultânea. Para a autora,

A divisão sexual do trabalho, à qual certas análises tendem a reduzir as relações sociais de sexo, é uma divisão social: a organização social do compartilhamento do trabalho (e, portanto, também, do emprego) entre os dois grupos de sexo. Essa divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Não os separa: ela os articula excluindo ou integrando, segundo momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva (DEVREUX, 2005, p. 568).

Sendo assim, as relações sociais patriarcais, que estruturam a dominação¹⁷⁹ dos homens sobre as mulheres e mantém a desigualdade entre os mesmos se perpetua no capitalismo, não apenas porque como afirma Kergoat (1986, p. 84), as mulheres "são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo", e sendo assim, são impedidas de ocupar em massa o espaço da produção. Mas, essencialmente, porque como mostra Devreux (2005), as mulheres são levadas a ocupar ou não, a esfera produtiva e/ou reprodutiva conforme os interesses dominantes.

Na análise de Devreux (2005), importa observar que assim como a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder, bem como as categorizações sociais de sexo, atravessam e integram igualmente a relação social de sexo. Por este motivo, considera que apontar uma determinada hierarquização, por exemplo, da divisão sexual do trabalho, em relação aos outros modos ou formas de ação ou atividades da relação social de sexo, pode impedir "[...] a utilização da teoria das relações sociais de sexo em outras sociedades, além daquelas sociedades onde o trabalho assalariado é o motor das partições sociais" (idem, p. 569).

O estudo dessas três modalidades de ação da relação social levou a autora à formulação de três propriedades formais: a transversalidade, a dinâmica e o antagonismo das relações sociais de sexo. A autora explica que "[...] as propriedades formais constituem uma representação científica que visa permitir balizar o funcionamento específico dessas relações no emaranhado de fatos sociais e, notadamente, de apreender sua evolução" (DEVREUX, 2005, p. 570).

Segundo a autora, o aprofundamento nas pesquisas sobre as relações sociais de sexo contribuíram para romper com a análise de que as mesmas se reduzem às relações familiares ou conjugal entre homens e mulheres. A autora afirma que a compreensão da transversalidade se impôs após vários trabalhos recuperarem as articulações entre as funções reprodutiva e produtiva da mulheres, de maneira a demonstrar não apenas "[...] que a divisão sexual do trabalho opera de maneira transversal nos domínios do trabalho e da família" (DEVREUX, 2005, p. 573), mas, fundamentalmente que "[...] todos os domínios da sociedade são atingidos pela transversalidade das relações sociais de sexo" (Ibidem). Portanto, a transversalidade das relações sociais de sexo indica que essas relações se expressam ao mesmo tempo e de forma

¹⁷⁹ Segundo Guillaumin (2014) esta relação de dominação das mulheres pelos homens é construída e mantida com base não só na ideologia, mas também por meio de atos de força, ou seja, pela coerção.

articulada em cada campo da sociedade, estando presente inclusive em situações ou locais que à primeira vista seriam exclusivamente masculinos.

De posse da premissa sociológica de que as mudanças sociais podem ocorrer tanto no sentido da progressão quanto da regressão social, a autora, chama a atenção para a dinâmica da relação social de sexo, indicando a necessidade das pesquisas sociais se atentarem que essa relação ocorre nos dois sentidos indicados. Segundo a autora,

Falar da dinâmica das relações sociais implica que essas relações se desenvolvem segundo sua própria lógica, mesmo que essa lógica esteja em interação com aquelas de outras relações sociais, sejam de classe, de raça ou de geração. Isso significa que elas não evoluem somente porque a relação capital e trabalho se modificava, como durante muito tempo os marxistas supunham. O progresso social em favor das classes trabalhadoras não significa, automaticamente, o progresso em favor das mulheres, enquanto mulheres dominadas pelos homens: a degradação do mercado de trabalho, por exemplo, frequentemente conduz a uma degradação acentuada no nível do desemprego para as mulheres, pelas desigualdades de sexo e pela inferiorização social das mulheres (DEVREUX, 2005, p. 574).

A outra propriedade das relações sociais de sexo indicada pela autora é o antagonismo entre homens e mulheres presente nessas relações. A ideia de um antagonismo de classe entre esses grupos sociais sugere a oposição radical entre os mesmos, que segundo a autora, é a condição central para a compreensão de que se trata de uma relação social, em que um grupo social/classe se privilegia com a opressão do outro, o que “[...] permite incluir na reflexão a dimensão de luta caracterizando a relação social de sexo” (DEVREUX, 2005, p. 578). Uma luta que visa o desaparecimento desta forma de relação baseada na opressão e o estabelecimento de outra relação entre os sexos fundamentada na igualdade.

Para a autora, demarcar a particularidade dessa forma de antagonismo social entre os sexos de maneira alguma tem o objetivo de desconsiderar ou negar os antagonismos entre classes sociais e também entre raças, e sim, o intuito de destacar a luta específica das mulheres para romper com esta relação de opressão e também de trazer a tona o movimento de resistência dos homens no sentido de buscar impedir essa mudança social. A autora argumenta: “Como toda relação social, as relações de sexo incluem uma luta incessante de dois grupos sociais agindo para melhorar suas situações respectivas e suas possibilidades de interferência sobre a evolução da sociedade em seu favor” (DEVREUX, 2005, p. 581).

Para a autora, quando se trata da relação social de sexo, não se pode fixar uma ordem hierárquica e pré-estabelecida para a construção do que ela chama de sistema de valores,

sistema de divisão do trabalho e sistema de divisão poder, o que para nós significa que a dimensão econômica não é vista pela autora como um determinante central para a criação do sistema de poder e tampouco do sistema cultural, mas que os três se determinam mutuamente. Como é possível notar, as análises de Devreux (2005) e Kergoat (2010) convergem em muitos aspectos.

Se seguirmos a trilha de Guillaumin (2014), é possível notar que a autora utiliza-se do conceito de “sexagem” para destacar as relações antagônicas fundamentadas na apropriação individual e coletiva das mulheres pelos homens. De maneira elucidativa, Cisne (2014, p. 99) explica:

O termo “sexagem” foi elaborado por Guillaumin (1992,[1978]), como um prolongamento dos conceitos de escravidão e servidão (Falquet, 2012). Por meio da sexagem, as mulheres são resumidas ao sexo, sendo apropriadas não apenas no que diz respeito a sua força de trabalho, mas, também, ao seu corpo e a sua vida. Em outras palavras, a sexagem denota a apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as tira da condição de sujeito e as tornam “coisas” (Guillaumin, 2005).

Portanto, Guillaumin (2014) observou que diferente do homem que é proprietário de sua força de trabalho, a sociabilidade da mulher tem uma determinação a mais. Por isso, para a autora, uma análise sobre a exploração da mulher com o foco na “força de trabalho como última coisa de que se dispõe para viver é inadequada para a classe das mulheres em seu conjunto” (Ibidem p. 32), uma vez que o próprio corpo da mulher, como reservatório de sua força de trabalho, sofre com a apropriação por parte do homem. A autora esclarece:

Nas relações de sexagem, as expressões particulares dessa relação de apropriação (aquela do conjunto do grupo de mulheres, aquela do corpo material individual de cada mulher) são: a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) o encargo físico dos membros inválidos por idade – bebês, crianças, velhos – ou doente e deficientes, bem como dos membros válidos do sexo macho (GUILLAUMIN, 2014, p.34).

Essas relações de sexagem, portanto, impedem mensurar a real exploração da força de trabalho da mulher, já que em larga medida o trabalho desenvolvido por ela, por exemplo, no âmbito familiar não tem como ser quantificado, além de ser desconsiderado nas análises.

Segundo Cisne (2014) é preciso entender que para Guillaumin as relações sociais de sexagem, indicando a apropriação física direta do corpo da mulher, não se restringe a uma apropriação individual, que ocorre no âmbito privado da família em decorrência do casamento, essa

apropriação é também coletiva e realiza-se por intermédio de instituições como as Igrejas, o Estado e as empresas.

Para Guillaumin (2014), as relações de classe de sexo e as relações de classe social se diferenciam substancialmente, pois enquanto na segunda, a pessoa é subjugada ao trabalho pela potencialidade instrumental que possui, de aplicar sua força de trabalho para criar produtos, na primeira, a mulher é subjugada pela sua capacidade instrumental diretamente aplicada a outro ser humano. Ou seja, a relação de sexagem se assemelha à relação de escravidão (CISNE, 2014).

Guillaumin (2014) sustenta que a particularidade da força de trabalho das mulheres é ser não-pago, diferente dos outros grupos explorados e oprimidos, para os quais a relação salarial transformou a medida do tempo de uso da força de trabalho em termos monetários.

Se se compara a relação de sexagem com a venda da força de trabalho no mercado clássico, somos confrontados à noção de troca. Ora, não há troca na relação de sexagem, pois com efeito, nela não se contabiliza nada que seja ou que poderia ser a matéria de troca. Se nada é avaliado ou contabilizado, se TUDO é devido e se tudo é propriedade: o tempo, a força, os filhos, tudo, ilimitadamente, a relação de sexagem não é uma relação de mercado” (GUILLAUMIN, 2014, p.50).

Isto ocorre, segundo a autora, porque a força de trabalho da mulher é derivada de um corpo já apropriado. Esta relação baseada na apropriação da mulher é que explica o fato de que no mercado de trabalho as mulheres têm uma força de trabalho sub-remunerada em relação aos homens, taxas de desemprego maiores, além de muitas vezes sequer entrarem no mercado. Tudo isso, conforme a autora, contribui para que a mulher seja intimada a ocupar o posto de esposa, para sustentar a si e aos filhos.

Esta apropriação material do corpo das mulheres, que configura as relações sociais de classe de sexo, com base no argumento de Guillaumin (2014) se expressa no campo ideológico a partir do discurso naturalista, pautado numa “[...] concepção de que homens e mulheres possuem uma essência natural, biologicamente determinada” (CISNE, 2014, p. 101) e não como uma construção social e histórica.

Assim como Guillaumin (2014), Tabet (2014) é um dos grandes nomes do feminismo materialista. De maneira peculiar, esta autora debruça-se em desvelar um aspecto da divisão sexual do trabalho muitas vezes desconsiderado nas análises, qual seja, os instrumentos usados por mulheres e por homens.

Segundo Tabet (2014), este aspecto é fundamental para explicar a desigualdade entre os sexos e desmontar os argumentos que ao ater-se à divisão das atividades de caça e coleta, respectivamente realizadas por homens e mulheres, como sendo complementares nas sociedades consideradas igualitárias, acaba por favorecer uma compreensão naturalista de que tal divisão ocorreu não por determinações sociais e sim, dadas às limitações naturais que recaem sobre as mulheres.

A autora defende a tese de que a “divisão do trabalho não é neutra, mas orientada e assimétrica, mesmo nas sociedades ditas ‘igualitárias’; que não se trata de uma relação de reciprocidade e complementaridade, mas de dominação; [...] este caráter de dominação está na própria instituição da divisão do trabalho” (TABET, 2014, p.108). Sua tese fundamenta-se na análise de que enquanto um sexo (masculino) teve acesso aos instrumentos e meios de trabalho que o permitiram desenvolver suas capacidades para além do seu próprio corpo, o outro sexo (feminino) foi impedido de acessar esses instrumentos, tendo como único meio instrumental de trabalho o seu próprio corpo ou no máximo instrumentos mais rudimentares, considerando o grau de desenvolvimento de cada sociedade. O domínio exclusivo de técnicas e instrumentos de trabalho por parte dos homens, mesmo em sociedades onde ainda não havia divisão de classes sociais, foi um fator fundamental para a dominação das mulheres por parte deles.

A autora verificou, a partir de diferentes sociedades, que a realização ou exclusão das mulheres de determinados tipos de atividade/trabalho se processa em função dos instrumentos usados na sua execução. O que sustenta o argumento de que o controle dos homens sobre os instrumentos de produção e o subaparelhamento das mulheres são faces de uma relação social que garante e mantém a dominação dos homens sobre as mulheres. Em outras palavras, para a autora, a própria “divisão do trabalho é uma estrutura de dominação” (TABET, 2014, p.115).

Tabet (2014) mostra que a caça demarca não só a divisão do trabalho, mas também dos instrumentos com armas e sem armas, respectivamente, considerados masculinos e femininos. Se por um lado, os instrumentos masculinos são ao mesmo tempo armas e estratégicos para a fabricação de outros instrumentos, por outro, o não uso de armas está na raiz da exclusão das mulheres dos meios produtivos. A autora enfatiza:

A tarefa masculina torna-se “estratégica” na medida em que, se os homens podem efetuar a sequência feminina e o inverso não é verdadeiro, ou seja, as mulheres não podem realizar a sequência masculina, as mulheres acabam dependendo dos homens. Trata-se, portanto, de uma noção política, mais do que técnica ou econômica, ligada ao caráter das relações entre os sexos (TABET, 2014, p. 147).

Segundo a autora, o controle da força na disputa entre quem dispõe e quem não acessa armas é um fator central para explicar o subaparelhamento das mulheres, predominantemente alocadas na execução de atividades de manipulação simples e impedidas de usar instrumentos complexos. Em outras palavras, “o poder dos homens sobre as mulheres é garantido pelo monopólio das armas-instrumentos” (TABET, 2014, p. 157).

Próxima ao pensamento de Guillaumin (2014), Tabet (2014), conclui que a exploração das mulheres se assenta na expropriação do tempo de trabalho delas pelos homens.

Com base nestas autoras é possível entender a crítica de Mathieu (2014), às correntes “feministas socialistas” e “feministas marxistas” anglo-saxãs e feministas francesas adeptas da tendência “luta de classes”, para as quais, segundo a autora a solidariedade entre homens e mulheres necessária para as lutas de caráter macro como as anticapitalistas e nacionalistas não poderia ser abalada pelas lutas das mulheres.

Se partirmos da compreensão de que “segundo a tradição marxista, com o surgimento da propriedade privada, a subordinação feminina ganha uma base estruturante. Ainda segundo essa tradição, a propriedade privada é o marco inicial da luta de classes” (CISNE, 2014, p. 73), perceberemos que a opressão das mulheres está enraizada na própria composição da classe social e, por isso, intrinsecamente ligada à dinâmica da luta de classes.

É com base nesta apreensão que Cisne (2014) é enfática em demonstrar que sexo tal como raça/etnia são aspectos indispensáveis para compreender a exploração da classe social no capitalismo. Em relação ao sexo, conforme a autora, além da colossal desigualdade dos salários entre homens e mulheres, estas ainda se apresentam em maior número nos empregos em tempo parcial, bem como na informalidade ou mesmo no desemprego. De maneira que no interior da classe trabalhadora, a exploração incide de forma mais intensa sobre as mulheres do que sobre os homens.

Neste sentido, o reconhecimento das mulheres como forças sociais fundamentais na dinâmica da luta de classes é evidente. Entretanto, como bem destacou Cisne (2014), “os revolucionários não devem se preocupar com a luta das mulheres somente porque darão um

grande peso de mobilização para a luta de classes [...] mas, pelo entendimento de que uma sociedade socialista é incompatível com qualquer sistema de opressão” (p. 120).

Diante do exposto, percebe-se que os aspectos gerais da análise marxista sobre a sociedade capitalista, na qual o proletariado e a burguesia aparecem como forças sociais centrais dadas à estruturação das relações de trabalho, através da apropriação privada dos meios de produção, da redução da força de trabalho ao *status* de mercadoria, bem como dos mecanismos criados para manutenção desta relação antagônica de exploração de uma classe por outra, como vimos na segunda parte do nosso estudo, deve ser ampliada no que diz respeito à dimensão sexo e raça/etnia que perpassam as relações sociais. Assim, a compreensão do capitalismo como uma relação social de exploração requer considerar que este sistema se apropriou, ainda que com peculiaridades, de formas de organização precedentes que contribuem para manter a estrutura de dominação e garantir a acumulação.

O debate enriquecido com as análises feministas sobre as relações sociais de sexo nos permite perceber que o sexo (assim como a raça/etnia, apesar desta não ter sido o nosso enfoque) é um componente imbricado na classe social. Em outras palavras, o fundamental é perceber o sexo como uma característica consubstanciada na classe social, o que propicia considerar as mulheres e o movimento feminista de esquerda como forças sociais fundamentais para a organização da classe trabalhadora na dinâmica da luta de classes. Como pretensa alternativa à esquerda ao capitalismo, a luta pelo socialismo desde agora deve incorporar as bandeiras de luta das mulheres, pois como evoca o movimento feminista crítico atual: sem feminismo não há socialismo! Este é o mote comum aos três movimentos feministas analisados no próximo capítulo.

6 A RELAÇÃO ATUAL ENTRE MOVIMENTOS FEMINISTAS E PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA NO BRASIL

Este capítulo visa responder a seguinte questão: como os movimentos feministas, elencados neste trabalho - a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), em sua expressão no Brasil, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) - construíram suas relações com partidos políticos de esquerda no período de acirramento da crise capitalista, entre 2008 e 2017.

Para buscar responder esta questão definimos como objetivo: analisar a relação estabelecida entre esses movimentos específicos e os partidos políticos de esquerda no Brasil, no período de acirramento da crise capitalista. Sustentamos a tese de que a relação atual entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda no Brasil sinaliza uma relação de novo tipo, baseada na compreensão dos movimentos sociais de que são sujeitos políticos e cumprem a mesma função dos partidos no direcionamento da luta política da classe trabalhadora. Assim, tomamos como foco, o período mais recente, a saber, os últimos cinco anos, quando a onda de protestos atual que eclodiu como resposta aos impactos da crise capitalista mundial alcança o país. As primeiras expressões desta onda nesta realidade ocorreram com os eventos movimentalíticos de Junho de 2013 e abriram um período de intensificação das lutas e de maior visibilidade da polarização entre esquerda e direita.

Para realização da pesquisa empírica foram utilizadas duas fontes diferentes de coleta de dados: entrevistas em profundidade e levantamento de documentos públicos. As entrevistas foram realizadas entre maio e dezembro de 2017 com mulheres de referência para cada um dos movimentos feministas escolhidos. Do total de quatorze (14) entrevistas, duas foram realizadas pessoalmente e as outras por meio do *skype* e/ou do *whatsapp*. A seleção das militantes para participar das entrevistas seguiu a técnica bola de neve (detalhada na introdução deste trabalho), iniciada com nomes indicados por uma pesquisadora dos movimentos em questão e pelos próprios movimentos a partir de seus órgãos ou assessoria de comunicação.

Cada militante entrevistada ao final de sua entrevista indicava outras militantes do seu movimento, justificando o motivo pelo qual considerava a participação de cada uma delas importante para a pesquisa. Esta técnica foi aplicada até que as indicações chegaram ao ponto

de saturação e os nomes começaram a se repetir. Buscou-se contato com todas as mulheres indicadas e as entrevistas foram feitas com todas aquelas que retornaram o contato e aceitaram participar da entrevista.

Cabe ressaltar que algumas militantes se recusaram a participar sob justificativas diversas, tais como: falta de tempo, dificuldade com a *internet*, viagem, problemas de saúde, considerarem que as entrevistas realizadas já eram suficientes, julgarem-se inaptas para responder as questões.

Tomadas em seu conjunto, essas justificativas provocaram a diferença no número de entrevistadas de cada movimento. Do total de quatorze (14) entrevistadas, metade, isto é, sete (7) são militantes da MMM, quatro (4) da AMB e três (3) da MMC. Tendo em vista a natureza qualitativa da pesquisa e que não é nosso objetivo realizar um estudo comparativo entre os três movimentos preferimos manter todas as entrevistas.

O perfil das entrevistadas da MMM indica um alto grau de escolaridade: cinco cursam o doutorado, uma faz o mestrado e outra já é mestre. Destas, seis são profissionais da área social e de humanidades e uma da área da saúde. Quatro são jovens adultas, enquadram-se na faixa etária de 25 a 35 anos e duas de 40 e 50 anos. Três entrevistadas possuem rendimento familiar de 4 mil reais, duas na faixa dos dez mil reais e duas recebem até 3 salários mínimos. Apenas uma professa religião, sendo esta umbandista.

Todas as entrevistadas da AMB possuem grau superior de escolaridade, destas: uma cursa o doutorado e uma possui pós-graduação. Destas, três são profissionais da área social e de humanidades e uma da área do direito. Duas estão na faixa etária de 35 a 40 anos e duas de 50 a 55 anos. Duas entrevistadas possuem rendimento familiar na faixa dos 3 mil reais e duas entre 5 e 8 mil reais. Nenhuma delas professa religião.

Também as entrevistadas da MMC possuem grau superior de escolaridade, destas: uma cursa o doutorado e uma, o mestrado. Duas são profissionais da área de ciências naturais e uma da área de humanidades. Uma está na faixa etária de 25 a 35 anos, uma de 31 a 40 anos e uma de 41 e 50. As entrevistadas possuem rendimento familiar médio de até 3 salários mínimos. Apenas uma professa religião, católica.

No geral, as entrevistadas possuem um alto grau de escolaridade, das quatorze, metade cursam o doutorado, duas fazem o mestrado, uma é mestre, uma possui pós-graduação *lato*

sensu e as outras três possuem graduação. Dez delas são profissionais da área social e de humanidades, duas são profissionais da área de ciências naturais, uma da saúde e uma do direito. Consideradas as faixas etárias das entrevistadas, seis possuem de 25 a 35 anos e quatro de 36 a 45 anos, duas de 46 a 50 anos e duas tem mais de 50 anos. A maioria não professa religião, apenas uma se declara umbandista e outra católica. A maioria possui rendimento familiar baixo ou médio: cinco entrevistadas possuem até 3 salários mínimos, outras cinco, entre 3 e 5 salários mínimos e quatro acima de 5 salários mínimos.

O levantamento documental foi realizado nos sites oficiais da MMM no Brasil, da AMB e do MMC. Foram considerados todos os documentos disponíveis entre janeiro de 2008 e maio de 2018, entre os quais, notas públicas, moções de repúdio, textos informativos e de opinião. A partir das palavras-chaves Movimentos Sociais, Partidos Políticos e Estado foram separados os documentos analisados neste trabalho, que totalizam 64 documentos, dos quais, 29 são da MMM, 16 da AMB e 19 do MMC. A diferença no quantitativo de documentos de cada movimento ocorreu porque a pesquisa não se baseou em uma amostra quantitativa de documentos pré-determinada e igual para cada movimento e, sim, na seleção a partir das palavras-chaves.

O período desses documentos varia conforme os movimentos: MMM, de 11/05/2011 a 31/05/2018 (1 de 2011, 7 de 2015, 11 de 2016, 6 de 2017 e 4 de 2018); AMB, de 08/03/2014 a 15/03/2018 (3, de 2014, 8 de 2015, 2 de 2016, 2 de 2017 e 1 de 2018); e, MMC, de 20/09/2013 a 07/04/2018 (4 de 2013, 3 de 2014, 4 de 2015, 1 de 2016, 3 de 2017 e 1 de 2018). Nota-se, que considerados os três movimentos, o ano de 2015 foi o que apresentou um número maior de publicações com o conteúdo das palavras-chaves (19 no total), seguido do ano de 2016 (14 no total).

Os documentos de cada movimento foram organizados em dois tipos de quadros (5[a,b e c] e 6 [a,b e c], em anexo). O primeiro, intitulado Lista de documentos, contém: a enumeração dos documentos, os títulos dos mesmos conforme apresentados por cada movimento, a data da publicação¹⁸⁰ nos sites e os links para acesso direto pela *internet*. Já, o segundo, nomeado Conteúdo dos documentos, contém: os números dos documentos e o ano de publicação

¹⁸⁰ Importante salientar que o site do MMC não informa a data de todas as publicações, quando isso ocorreu optamos por uma datação aproximada, localizando o ano e quando possível mês e dia. Poucos documentos ficaram sem data.

conforme os primeiros quadros, as palavras-chaves elencadas encontradas em cada documento, breve descrição de elementos dos textos e detalhamentos dos conteúdos. A exposição dos documentos nos quadros segue a ordem crescente da data.

Importante indicar à priori que os apontamentos que traremos, ainda que partindo de duas técnicas de coleta de dados, possuem limitações, uma vez que para esgotar o objeto de pesquisa seria necessário explorar também os documentos internos de cada um dos movimentos sociais e todas as bibliografias sobre eles, bem como realizar observação de pelo menos de algumas de suas reuniões e de atos mobilizados por eles ou com a sua participação.

Essas possíveis fontes de coletas de dados foram excluídas devido ao tempo para fechamento da pesquisa e também às próprias limitações que no seu percurso surgiram, tais como: não ter sinalização afirmativa por parte de todos os movimentos sociais para fazer a pesquisa em documentos internos (apenas um indicou esta possibilidade); a distância entre o local de moradia da pesquisadora e as sedes das secretarias nacionais dos movimentos, bem como a falta de recursos financeiros para realizar viagens constantes com o fim de garantir o acompanhamento mais próximo dos movimentos; e ainda, a própria estruturação desses movimentos em nível nacional por si só apresenta uma dificuldade para uma única pessoa realizar este monitoramento e participar dos atos organizados em diferentes locais do país.

Apesar das limitações metodológicas, não há dúvidas de que esta pesquisa permite encontrar pistas sobre a forma como estes movimentos feministas estão construindo suas relações com os partidos políticos de esquerda no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista. Para exploração dos dados coletados na pesquisa, elegemos três categorias de análise, já anunciadas na introdução deste estudo: 1) relação de distanciamento ou mesmo de negação, 2) relação utilitarista, 3) relação orgânica. Estas categorias direcionam a pensar que a orientação ideológica dos sujeitos envolvidos na relação podem provocar aproximações de variados modos, bem como afastamentos entre os sujeitos, a depender também do contexto histórico.

Nossa primeira aproximação, a partir de Cisne (2014), com a temática da relação entre a MMM, AMB, e MMC e partidos políticos, permitiu observar que a MMM é marcadamente hegemonizado pela tendência Democracia Socialista do PT, entretanto, a influência partidária não foi um aspecto preocupante para a maioria das militantes entrevistadas pela autora, apenas uma expressou que isso dificulta a adesão de outras militantes ao movimento.

A dupla militância é um aspecto bastante destacado na marcha. Além do PT, a mesma possui militantes do PSOL e do PCB (CISNE, 2014). O movimento também busca articulação com outros movimentos sociais, dentre estes os sindicais, que possuem pautas da classe trabalhadora e de luta pelo socialismo como estratégia para inserir as demandas feministas na pauta dos movimentos operários e ao mesmo tempo levar a "dimensão de classe" para o interior da Marcha (CISNE, 2014, p. 231). No trecho, uma das entrevistadas, afirma:

Quando nós estamos discutindo auto-organização das mulheres, nós estamos dizendo que esse sistema não serve porque ele contribui para a opressão das mulheres, ele contribui para a divisão sexual do trabalho e nós queremos que os movimentos de classe também percebam isso e contaminem a agenda deles com a luta das mulheres [...]. Nós que fazemos a Marcha temos contribuído muito com essa ideia da transformação por inteiro (entrevistada por Cisne, 2014, p. 231-232).

O que demonstra tratar-se de um arranjo na relação que corresponde aos anseios do movimento, em prol do projeto de sociedade que deseja construir, livre de processos de exploração da classe trabalhadora e de opressão humana que vitimizam em larga medida às mulheres (CISNE, 2014). Portanto, trata-se de um processo que possui um sentido muito mais próximo daquilo que Dagnino chamou de compartilhamento de projetos políticos do que de uma ideia de sobreposição dos interesses dos movimentos operários sobre os objetivos e pautas da Marcha. Não fica claro, se esta estratégia construída pelo movimento de "contaminar as agendas" dos movimentos sociais, conforme nomeia a entrevistada (CISNE 2014, p. 231), também se estende aos partidos políticos de esquerda ou mesmo se isto expressaria a influência dos partidos sobre a Marcha. Por outro lado, sobre a relação com os partidos, a autora afirma:

[...] por ter muitas militantes da Marcha que estão no governo, são do PT ou possuem referência nesse partido, conseguem ser mais conhecidas e, portanto, terem mais visibilidade e influência no campo governamental. A relação da MMM com o governo, portanto, é também, mediada por essa relação partidária (CISNE, 2014, p. 234).

Já a AMB assume como princípio "não ter interferência partidária em qualquer direcionamento do movimento" (CISNE, 2014, p. 226), afirmando sua autonomia político-partidária. Entretanto, segundo a autora, a liderança do movimento expressa a dificuldade do mesmo em garantir este princípio na prática, sobretudo, dado o fenômeno da dupla-militância, isto é, militantes partidárias que também atuam no movimento.

Conforme a autora, este movimento possui uma atuação histórica de militantes petistas, inclusive na direção do movimento, por outro lado, essas militantes têm apresentado no

contexto atual críticas ao seu partido de origem. A pesquisa evidencia ainda que "a preocupação com a autonomia partidária, por parte da AMB, foi fortalecida depois de o PT ter chegado à Presidência da República [...]" (CISNE, 2014, p. 227).

A relação com outros partidos de esquerda também tem contribuído para provocar esse movimento a buscar a autonomia partidária. A denúncia de uma liderança da AMB expõe uma possível explicação: "[...] Os partidos que também não estão no poder também não estão discutindo com os movimentos. O PSOL, o PSTU, que são partidos de esquerda, também só estão olhando para o governo [...]" (CISNE, 2014, p. 228). Conforme outra liderança da AMB, a relação com os partidos tem dificultado não só a unificação dos movimentos feministas no que diz respeito às suas pautas específicas, mas também a unidade quanto ao projeto de transformação social. Segundo Cisne (2014), a centralidade na luta política-institucional por parte dos partidos tem interferido na relação entre estes e os movimentos de mulheres.

Sobre o MMC, a autora indica que, tal como a MMM, ele também busca influenciar as pautas de outros movimentos, sobretudo, os vinculados à via campesina. Assim, o MMC busca articulação com vários movimentos para além dos de mulheres, que possuem uma orientação classista em direção ao projeto de sociedade que tem no escopo romper com as estruturas que perpetuam a exploração da classe trabalhadora e a opressão de determinados segmentos da sociedade como mulheres, negros e indígenas. Uma das entrevistadas deste movimento afirma:

Nós nos guiamos por princípios que definem com quem nós nos relacionamos, com quem nos articulamos, com quem fazemos parceria. [...] O movimento das mulheres se articula com todos que fazem luta nessa perspectiva [...] onde tiver luta em defesa da igualdade, da liberdade das mulheres, em defesa da vida, contra o capitalismo, o movimento está aliado [...] Isso não nos impede de fazer alianças mais táticas, mais pontuais, de conjuntura, em defesa de um direito, de uma política pública (entrevistada por CISNE, 2014, p. 237).

Segundo a autora a maior referência político-partidária da MMC é a Consulta Popular, um partido político não institucionalizado que visa à unidade de luta entre diferentes movimentos do campo.

No que diz respeito à unificação das lutas da AMB, da MMM e do MMC, Cisne (2014) destaca a luta contra a violência e a atuação em dois espaços: Fórum Itinerante Paralelo das Mulheres em Defesa da Seguridade Social (FIPS) e Frente Nacional pelo Fim da

Criminalização das Mulheres e Legalização do Aborto e em torno da luta contra a violência. A autora chama a atenção que a Marcha das Margaridas¹⁸¹ também se constitui em um espaço de atuação conjunta da AMB e MMM, entretanto, o MMC não participa da mesma.

Nota-se com esta breve exposição, que à primeira vista, a compreensão dos movimentos feministas destacados a respeito da autonomia parece ser um indicador importante para pensar sobre suas articulações políticas atuais, sobretudo, com os partidos políticos de esquerda, nosso foco de estudo. Além disso, o debate sobre a dupla militância também parece ser um ponto rico para a análise.

6.1 TRAJETÓRIA DA MILITÂNCIA PESSOAL DAS ENTREVISTADAS

A trajetória da militância pessoal das entrevistadas é um dado importante para compreender as orientações ideológicas que acompanham suas ações no interior do movimento feminista do qual são parte. Se por um lado, esta trajetória demonstra o acúmulo individual de cada uma dessas mulheres, por outro, este acúmulo expressa a mediação da práxis coletiva da classe trabalhadora organizada em diferentes espaços. E, assim como esta práxis influenciou a trajetória individual destas mulheres, as ações delas no âmbito dos movimentos feministas do qual são parte podem interferir na construção dos mesmos.

6.1.1 Militância em outros movimentos sociais e CEBs

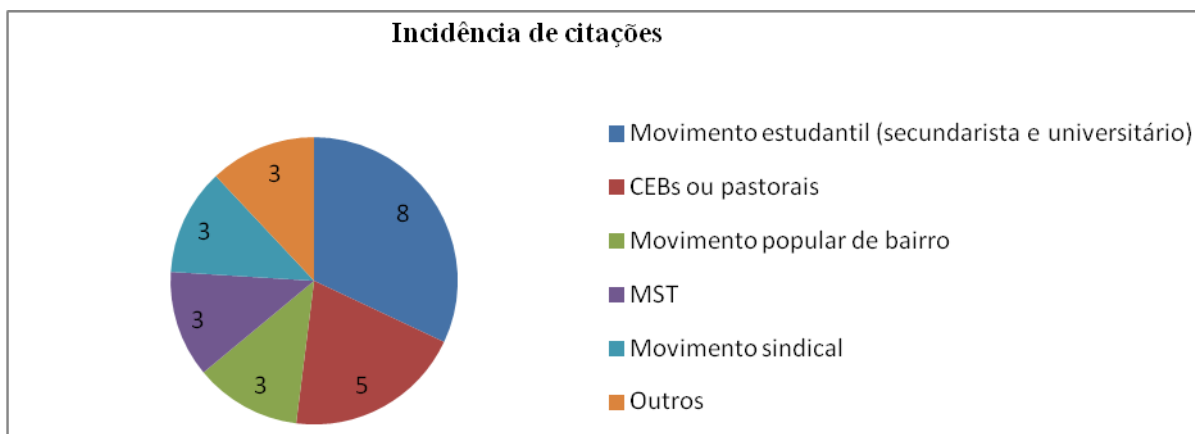
A exposição da segunda parte de nosso trabalho contribui para entender que o intercâmbio de conhecimento proporcionado pelas vivências na militância assim como em outros espaços políticos é um momento importante para o desenvolvimento de uma concepção de mundo crítica capaz de qualificar a ação coletiva e transformá-la em uma ação revolucionária. A partir desta compreensão, aqui nosso intuito é mostrar que a maioria das entrevistadas

¹⁸¹ O nome dessa Marcha foi proposto por mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e faz referência à Margarida Alves (MMM, doc. 30), uma das pioneiras a ocupar cargo de direção no sindicalismo brasileiro.

participou de algum movimento social ou de CEBs antes de sua inserção no movimento feminista. Este dado é interessante para perceber que estas mulheres já possuíam uma formação política que contribuiu para forjar sua consciência de classe e orientação ideológica.

Quando pedimos para as entrevistadas discorrerem sobre sua trajetória de militância, a maioria apontou a participação em outros movimentos sociais ou CEBs antes de começarem sua militância no movimento feminista do qual são parte. Apenas duas de quatorze entrevistadas iniciou a militância diretamente no movimento feminista. A maioria delas indicou a militância no movimento estudantil e nas CEBs, como é possível observar no gráfico 1, estes movimentos foram citados 8 e 5 vezes, respectivamente, pelas entrevistadas. O movimento popular de bairro, o MST e o movimento sindical foram citados 3 vezes cada. Três outros movimentos tiveram apenas uma citação cada. Dos movimentos citados é importante notar que o movimento estudantil historicamente é um espaço bastante disputado por partidos políticos, assim como os movimentos populares de bairro e o movimento sindical. As CEBs e o MST possuem uma aproximação com o PT desde sua origem.

Gráfico 1 Movimentos sociais citados pelas entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

Adiante, no quadro 4, é possível notar os movimentos citados pelas entrevistadas conforme cada movimento feminista do qual são parte: MMM, AMB e MMC.

Quadro 4 Participação das entrevistadas em outros movimentos sociais e CEBs

Movimento	Movimentos sociais e quantidade de citações realizadas pelas entrevistadas
MMM	Movimento estudantil (secundarista e universitário) – 6 MST – 3 CEB – 2 Movimento popular de bairro – 1 Outros – 1
AMB	Movimento sindical – 2 CEB – 2 Movimento estudantil – 1 Movimento popular de bairro – 1 Outros – 2
MMC	Movimento estudantil – 1 Movimento sindical – 1 Movimento popular de bairro – 1 CEB – 1

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

Destacamos algumas falas que servem para exemplificar a marca de outros movimentos sociais na trajetória pessoal das entrevistadas.

Entrevistadas da MMM afirmam:

Cheguei ao movimento secundarista e pulei para o feminista. [...] O movimento secundarista para mim era uma tarefa partidária. Nunca fui dirigente partidária, sempre fui de base [...]. (Entrevistada A, MMM).

Particpei do MST, na verdade é meu berço, de onde vem minha formação política, [...] o MST é minha casa e muito da compreensão política de que há várias trincheiras na revolução (Entrevistada E, MMM).

Do movimento secundarista, eu passei pelo movimento estudantil universitário, onde eu conheci o MST, e dentro do MST a Consulta Popular. Eu nunca fui do MST, mas eu contribuía permanentemente [...] e estava sempre presente nos espaços de formações desse movimento, que foi onde eu realmente tive formação política [...]. (Entrevistada G, MMM).

Já entrevistadas da AMB indicam:

Minha trajetória de militância [...] se inicia pelo movimento estudantil, [...]. Nesse momento não me definia como feminista, nem o movimento era um movimento feminista [...]. Mas dentro do movimento estudantil a gente tinha uma proximidade com os debates feministas (Entrevistada I, AMB).

Minha militância primeira, então, foi no movimento de bairro, igreja e depois fui para o conselho de moradores. Mas quando estava organizando o conselho de moradores, e já dentro dele se organizava um grupo de mulheres. A gente foi um dos primeiros grupos de mulheres do meio popular que se declarava feminista (Entrevistada K, AMB).

Enquanto entrevistadas do MMC dizem:

Então, a gente tinha uma relação muito próxima com os movimentos sociais do campo que compunham a Via Campesina (Entrevistada L, MMC).

Ajudo nas associações das comunidades, de moradores. Essa foi minha trajetória desde 1984. Até hoje a gente ainda é referência para essas questões (Entrevistada N, MMC).

6.1.2 Militância feminista

Os relatos das entrevistadas sobre como começaram a militância feminista é muito significativa para demonstrar que outros movimentos sociais, partidos políticos e mesmo ONGs feministas podem ser influências fundamentais para a aproximação com o feminismo.

Quando questionamos sobre a participação em ONGs, notamos que algumas entrevistadas têm atuado como militantes profissionais na construção de ONGs feministas ou ONGs híbridas. A atuação de um feminismo profissional contribui para que as entrevistadas possam atrelar a obtenção do sustento financeiro com um tempo maior e mais qualificado para o exercício da militância feminista ocupando-se, por exemplo, com atividades formativas sobre temas ligados ao feminismo.

De sete entrevistadas da MMM, três indicam ser militantes profissionais de ONGs que se tornaram próximas da MMM: o CF8, a SOF e o Centro da Mulher 8 de Março. E, outra é enfática em afirmar: “Trabalhei em ONG, mas nunca militei em ONG” (Entrevistada E, MMM). Outras três nunca atuaram ou trabalharam em ONGs. Como o intuito aqui é falar sobre a militância feminista, focaremos nos relatos das feministas que desenvolveram ou desenvolvem uma atividade profissional em organizações feministas. Uma delas indica que começou a atuar como estagiária na ONG e depois foi contratada pela mesma. Na mesma direção, outra entrevistada relatou que iniciou como voluntária na ONG e depois foi contratada como quadro técnico-profissional para desenvolver trabalhos de educação não-formal voltados a temas relevantes para a saúde da mulher. Ela relembra “[...] a gente tinha formação pela ONG e a gente ia fazer prevenção DST/AIDS, falar de preservativo, fazer relação com agentes de saúde, os serviços de saúde dos bairros” (Entrevistada D, MMM). E, a outra, fazia parte do quadro técnico-profissional do funcionalismo público e foi direcionada a atuar na ONG, o CF8, que segundo a entrevistada, realizava trabalhos de educação não-formal e mobilização, mas sem uma direção política definida. O relato da entrevistada recupera que

sua experiência foi parte de um quadro mais geral do feminismo no Brasil no contexto de consolidação da democracia após o fim da Ditadura Militar. Segundo a entrevistada,

Nos anos 90 os movimentos feministas se institucionalizaram, uma parte foi para o governo na abertura política. As feministas do PMDB foram para o governo Sarney e muitas outras se institucionalizaram e legalizaram suas organizações que não eram legais. Nós fomos parte desse processo. Legalizamos o CF8 e no período de 87 começou o debate sobre o perfil do CF8, o que ele era? Chegamos à conclusão que éramos uma ONG feminista e híbrida - que inclusive aquela autora cubana faz uma discussão sobre isso - [...] ONGs híbridas: parte técnica e parte movimento. Nós nos definimos como isso: ONG que presta assessoria e ao mesmo tempo constrói o movimento, isso na década de 90. Depois disso ficamos mais tranquilas, participamos [refere-se à ONG] da Conferência da ONU em 95 [...]. Nos anos 2000 o CF8 ingressou na Marcha Mundial das Mulheres, [...] nós éramos uma ONG feminista [...]. Não tínhamos uma definição sobre se queríamos um movimento mais popular, que juntasse gênero e classe, [ou] que fosse um feminismo radical [...] e com a chegada da Marcha a gente chegou a se definir (Entrevistada A, MMM).

Conforme a entrevistada, nos anos de 1990, a hegemonia no interior do feminismo no Brasil era de um setor que seguia as diretrizes da ONU e que ao mesmo tempo era crítico à forma hierarquizada de organização que, tradicionalmente, caracterizava a esquerda. Crítica esta que de certa forma foi absorvida pelo CF8, afirma. Este relato revela o descontentamento e distanciamento de parte do movimento feminista de determinada forma de partido de esquerda e não a todos os partidos do campo. Se tomado o exemplo desta ONG e sua identificação política com a Marcha, construída no Brasil a partir de mulheres da CUT e do PT, que representavam uma espécie de renovação na forma de organização da esquerda, é possível inferir que esta crítica das feministas direcionava-se, provavelmente, à linha política construída pelo PCB no Brasil.

Os relatos das entrevistadas da AMB também demonstram uma atuação profissional no interior de ONG. Das quatro entrevistadas, apenas uma nunca teve participação neste tipo de organização, as outras três são ou já foram parte do quadro técnico-profissional da SOS Corpo, que segundo elas, possui ligação com a AMB. Duas entrevistadas afirmam o caráter político da SOS Corpo, indicando seu hibridismo que a caracteriza como uma ONG feminista. Elas descrevem:

Participo de uma organização que é vista como ONG, que é o SOS Corpo Instituto Feminista pela Democracia. A gente é legalmente constituída como sociedade civil sem fins lucrativos, e nos consideramos um coletivo político profissional. Antes trabalhei dois anos em uma escola de educação popular, a escola Quilombo dos Palmares, trabalhei cinco anos numa organização de São Paulo, Instituto Cajamar, que fazia formação política para militância partidária, sindical e de movimentos populares (Entrevistada H, AMB).

[...] comecei a trabalhar no SOS [...], foi um grande desafio e, desde então, sou parte desse coletivo político profissional. É o meu grupo político, além de ser meu espaço de trabalho profissional. Estou no SOS corpo há 14 anos, e a partir da minha inserção no SOS eu conheço mais profundamente a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Eu já conhecia, já tinha visto a presença da AMB em algum movimento forte na luta contra ALCA e contra o Neoliberalismo [...], e chegando à SOS que eu pude me dedicar mais à militância feminista, passei a atuar pelo Fórum de Mulheres [...], a militância bem forte na AMB, passei a entender a forma da AMB se posicionar, a forma da AMB se organizar com a ideia de horizontalidade, pluralidade, de forte democracia interna [...]. E, eu estou nessa organização que é o SOS Corpo e nesse movimento que é a AMB (Entrevistada I, AMB).

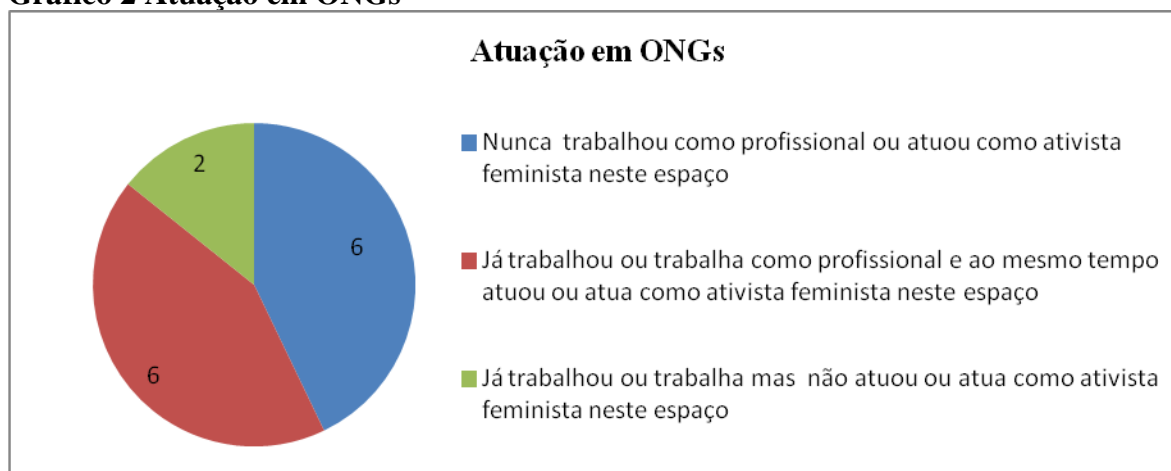
No relato de outra entrevistada aparece o caráter educativo desenvolvido no espaço de ONGs feministas:

Trabalho em uma ONG e já trabalhei em outra ONG. Fui educadora no SOS Corpo durante 10 anos e estou nessa agora a 5 anos [uma ONG que trabalha com projeto que discute a questão da violência contra as mulheres e a relação com HIV/ AIDS na cidade de sua residência]. Meu campo profissional está no espaço das ONGs (Entrevistada K, AMB).

Diferente da MMM e da AMB, a única entrevistada do MMC que indicou já ter atuado em ONG, afirma que seu vínculo era apenas como profissional técnica e ressaltou: “Eu trabalhei em ONG. Eu trabalhei na ASA, [mas,] eu não entendo como militância [...]. Eu nunca fui de ONG como militância, com essa confusão” (Entrevistada L, MMC).

Consideradas as entrevistadas dos três movimentos é possível afirmar que mais da metade já desempenhou atividades profissionais feminista em ONG feminista. Dessas, seis desempenharam seu trabalho técnico atrelado ao ativismo político como feministas nessas ONGs, conforme fica mais claro no gráfico abaixo.

Gráfico 2 Atuação em ONGs



Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

Sobre a influência do partido na militância feminista, as falas de duas entrevistadas mostram, por exemplo, a importância da Consulta Popular na composição de quadros da MMM:

No segundo ano da graduação eu entrei na ONG, se chama Centro da Mulher 8 de Março [...]. Fiquei um tempo como voluntária, quando surgiu oportunidade eu acabei me incorporando na equipe da instituição. [...] Da Marcha Mundial de Mulheres, apesar de eu já conhecer desde que entrei na ONG, [...] em um primeiro momento eu não me engajei na Marcha, fiquei envolvida com os trabalhos da ONG. [...] Passei a construir a Consulta como movimento, articulado com a Via Campesina. [...] Assim, a gente identifica a Marcha como espaço importante de militância para nossas mulheres, não só como espaço de construção do partido, mas de avançar na luta e formar nossas mulheres (Entrevistada D, MMM).

Eu, então, começo a fazer parte, a gente na Consulta vai criando espaço auto-organizado por mulheres, a gente tem setor de mulher, tem encontro de mulheres da Consulta. A gente tem uma linha, o feminismo é parte da nossa concepção de luta pelo socialismo. E, a gente dentro dessa organização, vai atuar no movimento de mulheres e a gente define essa participação e começa a participar da Marcha por volta de 2007, então, as primeiras vão participando. A definição da Consulta que nós participaríamos da Marcha Mundial das Mulheres foi em 2011. Então, existem várias companheiras da Consulta que constroem a Marcha Mundial das Mulheres nos estados (Entrevistada G, MMM).

Em sentido próximo, uma entrevistada também aponta a mediação da Consulta Popular para sua atuação no MMC.

[...] 2009 ou 2010, por aí, a gente teve uma assembleia da Consulta e teve um grande debate sobre o movimento feminista, a organização das mulheres e tal. Eu não fui para essa assembleia. [...] E, aí eu tinha uma militância feminista, que não conseguia, porque não me via na Marcha [...], que eu queria casar com a questão agrária, que era meu objeto de estudo e de militância e tal. Então, ela [a pessoa que reportou o debate na Consulta] disse: 'então, acho que você devia conhecer o MMC e ver como você constrói aqui no estado', porque no estado não tinha MMC na época. E, eu fui pra algumas atividades, disse que estava disposta a construir e voltei para o estado com a tarefa de construir (Entrevistada L, MMC).

No primeiro trecho a entrevistada aponta que já atuava em uma ONG feminista, inclusive ligada à MMM, como veremos mais adiante. Entretanto, a militância nesse movimento só foi iniciada após o direcionamento coletivo da Consulta Popular. Outro ponto interessante a ser observado é que não se tratava de um direcionamento hierarquizado da Consulta Popular, e sim, uma decisão coletiva tomada inclusive porque as mulheres que ali militavam também começaram a atuar na MMM. A experiência dessas mulheres no movimento feminista e no partido deve ser vista como um momento de ganho também para o partido, uma vez que possibilita o aprofundamento do debate sobre o feminismo no seu interior, o que é um pressuposto fundamental para fomentar mudanças. Dois trechos ajudam a demonstrar esse apontamento. No primeiro, a entrevistada que ajudou a construir o MMC em seu estado a

partir da Consulta Popular, depois de se tornar dirigente nacional do MMC indica que passou a representar esse movimento em outros espaços, ou seja, o processo se inverte.

Então, tipo, eu comecei a acompanhar a Via, comecei a acompanhar outros espaços e comecei a acompanhar a Consulta. Aí já não é alguém da Consulta no MMC, mas passei pelo MMC a acompanhar a Consulta (Entrevistada L, MMC).

Então, tipo, eu comecei a acompanhar a Via, comecei a acompanhar outros espaços e comecei a acompanhar a Consulta. Aí já não é alguém da Consulta no MMC, mas passei pelo MMC a acompanhar a Consulta (Entrevistada L, MMC).

Já no trecho abaixo, outra entrevistada ao relatar sua experiência na Consulta afirma o ganho que a sua atuação e de outras companheiras na Marcha possibilitaria para o partido.

Embora tivéssemos muitas mulheres nas instâncias, na organização política não tinha acúmulo na questão das mulheres e atuar na Marcha poderia ajudar (Entrevistada D, MMM).

Nas falas de outras entrevistadas a aproximação entre a militância feminista e político-partidária, naquilo que a literatura costuma chamar de dupla militância, também é apontado no caso do PT.

Eu comecei no movimento feminista exatamente a partir da entrada no Partido dos Trabalhadores (PT). [...] Quais as agendas clássicas do feminismo hegemônico no Brasil? Violência, aborto, saúde. E, nós tínhamos a necessidade, da nossa experiência de vida e do que a gente já fazia, de algo que desse respostas às mulheres do setor popular, você não chega na mulher de setor popular porque ela quer se libertar. Ela quer geração de renda, energia elétrica, saneamento, demandas concretas. A gente começou a se identificar com a Marcha, porque todo assunto é assunto de feminismo, a questão energética é assunto do feminismo, questão de classe é assunto do feminismo (Entrevistada A, MMM).

Depois no meu terceiro ano na universidade, já havia debate feminista no movimento estudantil, debate sobre a questão das mulheres, do questionamento do lugar das mulheres no próprio movimento. [...] A partir da inserção nesse grupo [de estudo de pesquisa sobre Gênero e Trabalho] eu me aproximei mais da base feminista, depois entrei para um grupo feminista, [...] é um grupo também vinculado ao DS, Democracia Socialista do PT [...]. A gente tinha uma grande mobilização na cidade contra a ALCA, e nesse momento se constrói a primeira grande mobilização da Marcha Mundial de Mulheres, que naquela época era uma mobilização mundial contra ALCA, contra a pobreza e a violência. Foi um momento de construção muito forte. Todos os diferentes setores do movimento feminista atual [estavam] na construção da Marcha Mundial de Mulheres. Foi um momento marcante para mim da minha definição como feminista, de reconhecer que 'aqui eu me encontro, esse é o movimento do qual eu quero fazer parte'. E continuava, também, no grupo, fazendo pesquisa e também na Casa Lilás começando minha vida profissional com formação feminista (Entrevistada I, AMB).

Esta dupla militância no movimento feminista e no PT ocorre com uma das entrevistadas do MMC, que inclusive já exerceu mandato como vereadora pelo partido (Entrevistada J, MMC).

Já em outros relatos, o movimento sindical também aparece como um interlocutor importante.

As entrevistadas afirmam:

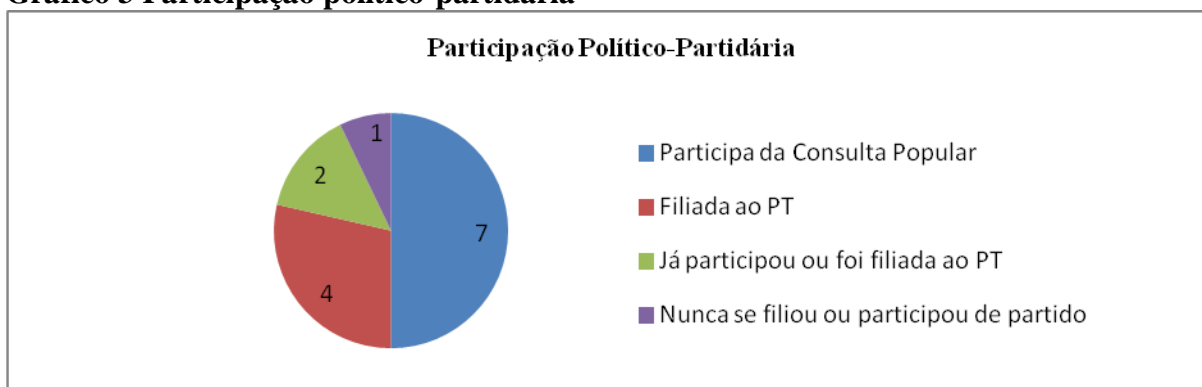
eu participo do movimento feminista desde 2010. [...] Participo da AMB, me inseri no movimento feminista após minha inserção no movimento sindical, na oposição sindical, no caso dos bancários, e após militância em igreja e partido político (Entrevistada J, AMB).

Em 2004 criamos o MMC, eu estava na fundação em Brasília. O movimento de mulheres foi pelo sindicato, pelas CEBs, pela CUT [...] (Entrevistada N, MMC).

O que queremos refletir a partir desta breve exposição é que, ainda que a influência político-partidária não apareça de forma direta nos relatos das entrevistadas, a participação delas em outros movimentos, em organizações que possuem relações próximas com partidos políticos ou mesmo a participação ou aproximação nos próprios partidos podem ser um indicativo da presença de orientações ideológicas político-partidárias no interior do movimento feminista do qual essas mulheres participam, ainda que não se possa generalizar o dado para afirmar o tipo de relação estabelecida pelos movimentos estudados com os partidos políticos de esquerda. O próximo subitem pode nos ajudar a melhor fundamentar este argumento.

6.1.1 A militância político-partidária e os desafios na construção da militância feminista

O gráfico 3, abaixo, apresenta uma visão mais geral da participação político partidária das quatorze (14) entrevistadas dos movimentos pesquisados. A partir dele é possível notar que sete entrevistadas, isto é, metade do número total, possuem relação orgânica com a Consulta Popular e quatro com o PT. Outras duas em algum momento de sua militância feminista já mantiveram relação próxima com o PT. E, apenas uma (da AMB) nunca foi filiada ou participou de partido político. O quantitativo por si só já seria um dado bastante significativo. Entretanto, considerando que as militantes entrevistadas foram escolhidas a partir da indicação de outra militante, pode ser que ao tomar contato com informações sobre o estudo, a militante tenha escolhido indicar outras que em seu julgamento poderiam contribuir mais com o estudo e, com isso, ter feito indicações de militantes que tivessem alguma proximidade com partido político. De toda forma os relatos das entrevistadas revelam uma contribuição que qualifica nosso estudo.

Gráfico 3 Participação político-partidária

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa.

Quando tomamos os movimentos feministas de forma separada, vemos que todas as entrevistadas da MMM indicam experiência de dupla militância: no movimento feminista e em partido político. Das sete entrevistadas, cinco apontam participação na Consulta Popular e duas no PT. Uma das entrevistadas indica também haver militantes da MMM que participam do PSB (Entrevistada G, MMM). O que achamos relevante destacar aqui não é o fenômeno da dupla militância em si, mas a indicação que as entrevistadas militantes da Marcha e da Consulta Popular levantam sobre uma nova forma de relação construída entre estes sujeitos, que afirma a nossa tese.

Então, estamos em espaços que inclusive temos como parceiros partidos políticos, como é o caso da Frente Brasil Popular¹⁸². Então eu acho que a questão não é

¹⁸² Consta na página oficial da Frente Brasil Popular (FBP), que esta foi lançada em 05 de setembro de 2015 e reúne “artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, LGBT, negros e negras, mulheres e juventude, cidadãos e cidadãs de todas as regiões do País”. Esta Frente possui uma composição de mais de 70 organizações, entre as quais: a MMC, a MMM, a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Levante Popular da Juventude, a Mídia Ninja, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), a União Nacional de Estudantes (UNE), a Via campesina, o PT, o PCdoB, o PSB, PMDB, PCO, PCML, a Refundação Comunista e o PDT (Consultar o site <www.frentebasilpopular.org.br>). Conforme o jornal El País, pouco tempo depois, em 08 de outubro de 2015 foi lançada a Frente Povo Sem Medo (FPSM), uma espécie de alternativa à FBP e de oposição à esquerda ao PT. Segundo o jornal, “A criação de duas frentes acontece devido a dificuldade de se encontrar um discurso na esquerda que agrade a todos os segmentos. Enquanto um grupo, ligado ao PT, quer defender enfaticamente a postura anti-impeachment, o outro acredita que o momento é de aumentar o tom contra as políticas de austeridade do Governo, algo que, para os petistas, pode desgastar ainda mais [Dilma] Rousseff nesta crise política. O grupo ligado à Frente Povo Sem Medo, por sua vez, acredita que as críticas são essenciais para evitar que a presidência ceda ainda mais à pressão do que chamam de grupos conservadores e continue a adotar mais políticas de austeridade”. Entre as organizações que compõem a FPSM estão: segmentos da CUT, o Juntos! e o Rua-Juventude Anti-capitalista (movimentos estudantis ligados ao PSOL), a União da Juventude Socialista (UJS) e a CTB (ambas ligadas ao PCdoB) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que

instrumento partidário em si, mas tem também essa perspectiva de qual relação que esse instrumento partidário tem com o movimento, e como o movimento também tem essa relação com o partido. Tem muito mais a ver essa relação do que necessariamente as pessoas fazerem parte de um partido, pois de certa forma, a minha leitura, é que é necessário as pessoas estarem organizadas em partidos (Entrevistada B, MMM).

No relato aparece que a relação entre partidos políticos e movimentos pode ser complicada a depender da forma como cada um desses estabelece esta relação como sujeitos coletivos e não que, individualmente, a militância tenha vínculo com partido. Já outra entrevistada afirma,

Quando eu entrei na Consulta, não era partido, era uma grande articulação, me inseri nessa perspectiva, tinha rechaço à militância partidária, seja ela referência que eu tinha dos partidos de direita, mas também dos de esquerda por conta do debate do feminismo, de que não era prioridade, [pois,] primeiro [vinha] a luta de classes. Então, não tinha simpatia. É um debate clássico, desde a organização dos partidos de esquerda e sindicatos na Europa no final do século XIX, de que a luta de classes vem primeiro. Primeiro toma o poder e depois resolve as questões específicas, aí entra mulheres, negros, LGBT. [...] Na militância feminista e geral eu tinha muito contato com a militância do PT (as mulheres do PT). Embora seja um debate antigo, clássico, para nós está um pouco ultrapassado, mas ele vez ou outra voltava, de que primeiro a gente toma o poder e depois a gente resolve as questões consideradas específicas. Embora, eu reconhecesse já na época, [pois,] já estudava e lia muito sobre teoria marxista, sobre marxismo e feminismo, [...] o avanço que o PT teve nesse aspecto específico, da luta das mulheres, negros e diversidade sexual, para mim ainda cheirava um pouco incompatível. Era difícil me engajar em um partido que eleitoralmente eu gostava, mas não tinha que me filiar. Para mim a Consulta era a organização de novo tipo, como a gente diz, que respondia mais às minhas expectativas no sentido de construção de movimento [...]. A gente bebia do acúmulo que as mulheres já tiveram e das próprias mulheres do PT, a gente lia muita coisa que as mulheres do PT tinham escrito, tinha a expectativa de não repetir os erros que as organizações cometeram em relação ao debate das mulheres. A gente não se propagandeia como partido político, apesar de a gente não querer se formalizar, a gente não tem um debate moralista de que a gente abomina os partidos, é mais uma opção. (Entrevistada D, MMM).

A crítica suscitada pela entrevistada se dá aos partidos políticos de forma geral, mas no caso dos partidos de esquerda se centra nos debates presentes nas organizações do movimento socialista em geral no século XIX, mas que continuam a ser reproduzidos durante todo século XX até a atualidade, em organizações da classe trabalhadora. Tal como essa entrevistada, outras reforçam a centralidade no processo eleitoral, prática em geral realizada por partidos de centro-esquerda.

tem como um de seus principais intelectuais orgânicos Guilherme Boulos (que na última eleição de 2018, saiu como candidato à presidência pelo PSOL). Além deste outros intelectuais como Frei Betto, André Singer, Raquel Rolnik, e figuras partidárias reconhecidas como Lindberg Farias (PT) e Luciana Genro (PSOL). (Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html>. Acesso em: 02 jan. 2019). O link para o site oficial da FPSM (<www.povosemmedo.org>) disponibilizado na sua página no Facebook apresenta problema, por isso, não foi possível consultá-lo. Não localizamos em nenhum documento pesquisado se a AMB compõe alguma das Frentes, por outro lado, uma breve pesquisa na *internet* mostrou que o movimento participou de vários atos com ambas.

Temos dificuldades na sociedade como um todo em falar de partido político, a gente já pensa na disputa eleitoral. Faço parte de uma organização política que não disputa eleições, é uma organização, um instrumento político, a Consulta Popular. [...] Eu entro por uma decisão política do MST – sou nascida e criada nesse movimento social – a compreensão de um novo instrumento político que não perca de vista as questões centrais do poder e da revolução. Senti uma identificação do esgotamento do PT enquanto transformação social, não como partido político eleitoral (Entrevistada E, MMM).

[...] faço parte da Consulta Popular, que é um movimento político, podemos chamar de partido também, mas não é um partido com legenda, no sentido eleitoral do termo, mas é um desdobramento de uma série de movimentos sociais que surgem no final da década de 90 (Entrevistada F, MMM).

A Consulta popular constrói a Marcha, tem um perfil muito popular, faz trabalhos com mulheres da periferia, mulheres do campo, bem distante de outros perfis da Marcha.” [...] A Marcha é minha atuação paralela, e não ao inverso como temos com mulheres que participam da Consulta a partir de uma participação da Marcha. (Entrevistada G, MMM).

Os relatos suscitam questionamentos sobre a forma de relação estabelecida pelos partidos de esquerda com o movimento feminista e a secundarização de suas pautas. Relação esta reproduzida até mesmo pelo PT, que durante os anos de 1980 e início dos anos de 1990 surgiu e se estabeleceu no cenário político da esquerda como um partido de novo tipo, crítico à forma de organização do PCB que se consolidava como um partido de quadros, centralizado, com uma burocracia rígida e hierarquizada e que estabelecia uma relação de correia de transmissão com os movimentos sociais. O PT surge, então, como um partido de massas, construído pelos próprios movimentos sociais, que aponta para uma relação mais horizontalizada entre partido e movimento.

Também é possível notar nas falas que um dos problemas da relação entre movimento feminista e partido político está na centralidade do processo eleitoral e o risco iminente de levar esta prioridade para dentro do movimento. Talvez, por isso, a Consulta Popular represente a possibilidade de construir uma nova forma de relação entre partido e movimento feminista. Por se tratar de um partido político de novo tipo, um partido-movimento, mais horizontal e não burocratizado e que por não ser institucionalizado não corre o risco de tomar a disputa eleitoral como via prioritária para a luta de classe e transformar o movimento em correia de transmissão do partido.

Ainda que os relatos das entrevistadas da MMM, sobre sua trajetória pessoal, não possam ser generalizados para fazer uma análise do movimento, servem para pensar que ao menos no

nível individual dessas mulheres a dupla militância tem sido construída numa relação orgânica entre o movimento e o partido político, neste caso, a Consulta Popular.

A fala de outra entrevistada, filiada ao PT desde os finais dos anos de 1980, mostra que esta relação orgânica também ocorre na experiência dela e sugere ser uma marca da própria origem da Marcha, conforme mostra o trecho abaixo:

A Marcha chega e aglutina os setores que não tinha referência desse feminismo hegemônico que não tinha muita leitura de transformação geral dessa realidade, mas uma lógica de resolver o problema das mulheres nessa sociedade. As feministas que não se referenciavam nesse setor hegemônico eram mais as sindicalistas, classistas, inclusive de partidos de esquerda, que pensa as mulheres junto com a transformação geral da sociedade. E a marcha consegue aglutinar esse setor, nós viemos de experiência de movimento estudantil, partidos de esquerda, sindical. Aglutina esse setor popular, sindical (Entrevistada A, MMM).

A relação orgânica com o PT também fica evidente no relato de uma das entrevistadas da AMB, que afirma estar filiada a esse partido desde meados dos anos de 1990, ainda no período em que era adolescente (Entrevistada J, AMB). Ainda que a filiação a um partido seja uma evidência de uma relação orgânica da militância com o partido, uma vez que demonstra o compromisso dela na construção da organização, a escolha em manter a não filiação a um partido político nem sempre significa distanciamento do mesmo. O relato de uma das entrevistadas da AMB demonstra que uma relação próxima com o partido pode ser estabelecida mesmo sem filiação. Ela declara:

[...] eu era muito próxima de uma tendência, nem entendia direito o que eram as tendências dos partidos, mas, o movimento de estudantes era muito vinculado e, muitos militantes e muitas militantes eram filiados ao PT, isso por volta de 1997. Eu nunca me filiei em nenhum partido, sempre fui muito próxima ao PT, participei de espaço de formação. A tendência que era muito próxima ao movimento estudantil e do meu grupo político no movimento estudantil era a DS (Democracia Socialista, uma tendência de esquerda do PT). [...] [Eu] nunca fui de partido político, nunca me filiei ao PT apesar de ter sido, acho que da zona de influência durante muito tempo, e reconhecer que grande parte da minha formação política vem dos espaços petistas, dos mandatos, mas nunca me filiei, não por nada, mas porque achava que era um formalismo que eu não queria naquele momento (Entrevistada I, AMB).

Outra entrevistada da AMB, apesar de ter tido uma relação orgânica com o PT indica mudança na sua trajetória. Em trechos de sua fala o entendimento sobre o papel do partido político como sujeito coletivo central na organização e construção da unidade de classe é substituída por uma visão mais gramsciana sobre o partido político, na qual outras organizações coletivas também podem cumprir o papel educativo do partido revolucionário. No relato fica evidente a compreensão, ainda que individual, de que os movimentos sociais

são sujeitos políticos e cumprem a mesma função dos partidos no direcionamento da luta política da classe trabalhadora, como nossa tese busca sustentar. Ainda que a fala dela sugira certo distanciamento do partido político institucionalizado, isso não é no sentido de negá-lo. A entrevistada, que ficou cerca de 15 anos filiada ao PT, afirma:

Como eu estava no movimento popular, depois no movimento estudantil, me aproximei do PT, no sentido de ver como importante. Naquele momento, eu pensava que um partido poderia ter um projeto geral para a sociedade. [...] Hoje penso diferente, para ter um projeto coletivo de sociedade, você não precisa necessariamente ser de um partido, tem movimentos que tem projeto de sociedade, visão de mundo, estratégia de transformação. E, para transformação ser democrática é preciso articular múltiplos sujeitos: a esquerda e movimentos sociais que têm visão de transformação (Entrevistada H, AMB).

Das quatro entrevistadas da AMB, apenas uma afirma nunca ter se aproximado de partido político, as outras, mantiveram em algum momento de suas vidas ou ainda mantêm aproximação ideológica com o PT, no sentido de uma relação orgânica, mesmo no caso de não filiação ao partido.

A relação orgânica estabelecida por militantes feministas da MMM com a Consulta Popular e o PT parece também se concretizar nas experiências das três entrevistadas do MMC que mantêm dupla militância. Uma delas, militante da Consulta Popular, expressa sua compreensão sobre esta organização, ao afirmar,

[...] a consulta eu entendo como um partido na lógica gramsciana do que é um partido. Mas, não tem uma filiação, você participa das instâncias, [...] porque não é um partido formal, da lógica eleitoral (Entrevistada L, MMC).

Este formato partidário não institucional da Consulta Popular, que aparece de forma implícita como um diferencial fundamental na fala desta entrevistada é explicitado no relato de outra, que descreve sua relação com este partido e aproximação de outros. Ela diz:

Tenho algumas relações com outros partidos, mas, muito assim na articulação política e não como militância. Então, conhecendo um pouco as articulações das mulheres do PT [...], do próprio PCdoB, algumas outras, [...] não com uma proximidade como militância [...]. Sempre tive, inclusive, resistência na juventude em relação a partidos, sempre enxerguei a luta a partir da construção do movimento de massas, do instrumento, do movimento do trabalho de base. Eu me sinto muito mais parte desse processo, dessa construção a partir do movimento de massas, do movimento de bases que é o movimento social, no caso o MMC e feminista. E, começa a chegar – um pouco mais agora com essa militância na Consulta – também a importância do partido no cenário, na política macro, enfim, mas, sempre com um pé no instrumento de massa, que é o movimento social (Entrevistada M, MMC).

A relação orgânica aparece no relato de outra entrevistada do MMC, quadro do PT. A militante indica que além de participar desde a fundação desse partido em sua cidade, já chegou inclusive a exercer mandato político como representante desse e até hoje mantém sua filiação com participação ativa nas atividades partidárias (Entrevistada N, MMC).

Como dissemos, ainda que as experiências da militância pessoal das entrevistadas não possam ser generalizadas para a análise dos movimentos feministas estudados, acreditamos que os elementos suscitados por elas refletem em alguma medida o movimento do qual são parte e referência. Neste sentido, os apontamentos delas sobre os desafios da filiação partidária no exercício da militância do movimento social trazem questões que complementam o que até agora tentamos pensar sobre esta relação entre os movimentos feministas e os partidos políticos de esquerda na atualidade. As análises das entrevistadas não são consensuais e indicam contradições que apesar de se expressarem de forma individual, no relato de cada uma, expõem questões também do coletivo.

Quando perguntamos para as entrevistadas da MMM se a filiação partidária facilita ou dificulta a militância no movimento social nos deparamos com respostas que apesar de individuais tinham pontos em comum. Quatro entrevistadas foram enfáticas em afirmar que a filiação partidária facilita, seja porque contribui para a formação de uma visão de mundo mais ampla, seja por possibilitar intercâmbio com diferentes sujeitos.

A filiação partidária facilita a militância. Podia facilitar mais. A ideia que tenho de partido é dar um norte aos militantes do ponto de vista de classe, da intervenção política. O PT hoje não está assim. Mas facilita pela relação de ter uma dimensão geral da vida. Ter espaços de debate em que você consegue entender a dinâmica da sociedade institucional, a dinâmica dos movimentos fora do meio que participo. Acho que contribui pra me transformar em uma militante mais completa. Acredito em processos, sou convicta que vamos mudar o mundo se tiver movimento feminista, mas não só o feminista. Tem que ter um conjunto de movimentos, o partido é parte desse conjunto (Entrevistada A, MMM).

Eu tenho plena ciência de que a consulta orienta minha militância, acredito que ela facilita o nosso trabalho pra dentro da marcha, sem sombra de duvidas (Entrevistada E, MMM).

Facilita-me bastante o fato de não estar só no movimento feminista, estar nesse outro movimento social misto. Eu acho que eu consigo estar em mais articulações, enfim, campanhas, movimentos mistos, do que se eu estivesse apenas no movimento de mulheres. Amplia as possibilidades de militância (Entrevistada F, MMM).

[...] a filiação partidária talvez facilite porque quando você está em um partido você tem, além da militância no movimento, você tem acesso a discussões, você está envolvido em outras discussões para além das que o movimento faz e que são tão

importantes também para a nossa formulação no movimento, das estratégias, das pautas. Então, não é que facilita, [no sentido] que você tem que ser do partido para facilitar, mas a partir do momento que eu decidi ser de um partido político e ter uma vida orgânica no partido, eu acho que o envolvimento com os debates mais gerais, até o acesso à informação potencializa, na verdade, a nossa militância (Entrevistada C, MMM)

Apesar de convergir com os apontamentos acima e considerar que a militância no partido contribui para qualificar sua ação política no movimento, o relato da entrevistada destacado abaixo expõe outro elemento importante para pensar os desafios da dupla militância. Para ela esta vivência por um lado facilita a militância e por outro dificulta. Ela reflete:

Acho que a militância no partido, do ponto de vista do tempo mesmo, porque militar no partido político e no movimento organizado não tem ninguém que é sustentável para militar, muito poucas. É um trabalho de compromisso, o que é o meu caso, acho que dificulta. Mas do ponto de vista da ação política, da atuação militante, são companheiras que - mais do que companheiras que só militam no movimento feminista - têm uma visão do todo, não uma visão só específica, porque a visão geral da classe trabalhadora, não é uma visão isolada. Porque as companheiras que militam só no movimento feminista às vezes só enxergam um ponto específico da luta das mulheres e não articulam essa luta com a luta mais geral, com a luta contra o capitalismo. Então, eu acho que qualifica as companheiras, a militância geral, tanto partidária como em movimentos sociais livres (Entrevistada G, MMM).

E, outra entrevistada da MMM vai no sentido de apontar as dificuldades que a filiação partidária traz para a militância no movimento feminista. Ela afirma:

Nos últimos anos, 2 ou 3 anos, tem trazido dificuldades, estou falando pessoalmente, não dá pra tirar uma leitura como organização. Ficou mais difícil atuar no movimento feminista sendo mais identificada como uma militante de organização política. Acho que tem disputas que são históricas, das correntes que constroem os partidos, especificamente, de esquerda, que acabam influenciando o trabalho com mulheres, isso é muito prejudicial para a militância. Dificulta quando vai fazer processos mais gerais de articulação [...]. No partido, nossa organização recrudescer um pouco por conta dessas disputas mais gerais, acabou tendo um refluxo no trabalho de mulheres, não é retrocesso, mas deu uma desacelerada. Vinha numa construção muito forte, atividades, formação, construção de quadros, [...] mas deu uma desacelerada por conta dessas disputas e das incompreensões do papel do feminismo diante de um partido que se pretende revolucionário. [...] Eu, particularmente, tenho tido dificuldade de atuar como militante partidária, seja para dentro do movimento, seja como feminista dentro da minha organização política (Entrevistada D, MMM).

No caso desta entrevistada é importante observar que um dos desafios de ser uma militante feminista dentro do partido é “a resistência dos companheiros” partidários. (Entrevistada D, MMM). Esse apontamento revela que até mesmo em um partido de novo tipo, como é o caso

da Consulta Popular, a reprodução de atitudes machistas por parte dos próprios camaradas não parece algo que tenha ficado no passado das organizações revolucionárias.

Os relatos abaixo, das entrevistadas da AMB, contribuem para entender os desafios da filiação partidária para o exercício da militância no movimento social, pois, trazem pontos em comum com os que foram levantados pela MMM e acrescentam elementos novos. Todas as entrevistadas da AMB consideram que a filiação partidária cria contradições que podem colocar em risco a autonomia do movimento feminista, no sentido de perder suas prioridades e tornar-se correia de transmissão dos interesses partidários. Por outro lado, segundo as entrevistadas, o dilema não se encontra na filiação em si, e sim, na postura estabelecida pelas feministas que possuem dupla militância, no movimento e no partido, o que em nossa análise não se trata de uma característica individual, haja vista que revela e se refere à forma de relação estabelecida entre o partido político e os movimentos feministas.

Em minha opinião, a filiação partidária pode facilitar ou dificultar o exercício no movimento social. Às vezes dificulta, [pois,] tem que dividir energia, seu tempo livre, fora o trabalho doméstico, o trabalho profissional, tempo de autocuidado, ter um tempo para a militância. Duas coisas que exigem muito tempo são: partido e movimento social. Se o partido é daquele tipo que quer impor uma linha no movimento, aí dificulta porque você sempre vai ser no movimento social como aquele que quer dar a linha, se o movimento for autônomo. Se o movimento for aquele “seguidista”, que segue o partido, você está tranquilo. Se o partido não tem esse tipo de postura, aí você não tem problema, vai para dentro do movimento colocar suas questões como outro militante também faz (Entrevistada H, AMB).

A entrevistada H da AMB chama a atenção para um aspecto também mencionado por entrevistadas da MMM, qual seja a questão da sobrecarga da dupla militância. Entretanto, ela ressalta que esta sobrecarga no caso da militância das mulheres se torna ainda mais pesada do que a dos homens, pois, soma-se a tudo o trabalho doméstico e do cuidado que recai sobre as mulheres, dificultando o exercício na vida política. Também na fala abaixo, da entrevistada I, aparecem elementos novos que requerem ser destacados.

Eu não acho que a vinculação a partido atrapalhe, acho que cria uma dificuldade e um desafio político que é o de manter a autonomia do movimento e não se subordinar a decisões partidárias. É por isso que a gente constrói a AMB como um movimento autônomo, e não ligado a partidos, porque a gente acha que é importante ter um movimento feminista que defina seus próprios rumos. Evidentemente, muitas militantes de nós são de partidos, e evidentemente as questões dos partidos perpassam o tempo inteiro nossas definições, mas nós não fechamos, não brocamos e não estamos subordinadas a nenhuma definição partidária, nós realmente definimos nossos rumos e construímos nossos caminhos por nós mesmas, com todas as dificuldades que isso representa. Mas nós não somos um movimento anti partidos, somos um movimento que não é partidário, mas a gente defende e tem muitas

militantes da AMB que são de partidos de esquerdas, tem militantes do PSOL, do PT, PSTU, enfim, muitas de nós têm sua trajetória de vida e de militância construída muito fortemente no processo de construção do que foi o sonho do “Partido dos Trabalhadores” (Entrevistada I, AMB).

Note que o caráter “não partidário” da AMB não tem um sentido de distanciar-se dos partidos políticos de esquerda, e sim, de manter a autonomia do movimento em relação aos mesmos. E que a autonomia afirmada pelo movimento não significa a inexistência de orientações ideológicas partidárias no seu interior e sim, que o movimento busca construir suas próprias escolhas, tomar suas próprias decisões e seguir pelos caminhos indicados coletivamente pelas militantes do movimento e não por decisões de determinado partido político. O relato também indica que há no interior desse movimento, militantes que mantêm relações próximas com partidos de diferentes correntes do campo da esquerda, desde a extrema esquerda até a centro-esquerda. O relato da entrevistada J contempla outros pontos importantes para nosso estudo. Vejamos:

A filiação partidária tem prós e contras dentro do exercício da militância pessoal. Agora eu acredito que dentro do movimento feminista se você não fizer uma opção de prioridade, de qual é a sua prioridade, você vai ficar muito confusa e pode não conseguir contribuir efetivamente. [...] Então, é uma pergunta ambígua, depende. Para mim é positivo para o movimento, a filiação partidária, desde que a militância saiba colocar o movimento social como prioridade. Porque, se ela leva posição partidária para dentro do movimento social ela não vai contribuir com o movimento, ela vai contribuir com o partido. De alguma forma qualquer outra luta que se diga específica, a luta dos diferentes (questão de gênero e raça), que não é a questão econômica principal, muita gente coloca nisso.

Assim como militantes da MMM, esta militante da AMB ressalta que o problema é a prevalência daquilo que vem sendo um debate histórico dentro da esquerda marxista, a secundarização das lutas específicas. Entretanto, ela advoga que é possível não transformar o movimento em correia de transmissão do partido, para tanto, as militantes partidárias devem ser cuidadosas ao se posicionar.

Mas, para mim, enquanto feminista partidária, eu não levo as definições do meu partido para o movimento social. Isso influencia com princípios, com valores, na minha própria análise no meu lugar de mundo que estou. Agora, a pessoa levar a pauta do partido para dentro do movimento social é uma coisa muito ruim, atrapalha o andamento da coisa. Por exemplo, um ano como o ano eleitoral, aí a agenda feminista fica parada, a discussão do movimento feminista fica parada, porque as pessoas vão discutir agenda eleitoral, ou pessoas do movimento social que saem em massa para compor algum governo, e esse movimento também vai perder. Então, tem que saber o que é prioridade para você enquanto militante. Para mim a AMB é minha militância prioritária. [...] não acho que o problema seja levar bandeiras, não é isso. Por exemplo, “nenhum direito a menos” que é uma bandeira do partido, hoje, também é uma bandeira do movimento social, às vezes, isso está muito junto. O que não dá é para você confundir sua prioridade. [...] A não ser que você é representante

de partido. Se você é representante de partido dentro do movimento social, você vai fazer a política do partido para contribuir com o movimento social. O que é diferente eu me considerar militante, uma feminista, e ter dupla militância, porque eu estou filiada a um partido político, por mais que esse partido não me dirija. É uma influência vir de um lugar do mundo, mas o que é minha prioridade? Se eu sou uma representante do partido dentro do movimento social, [...] quem eu estou representando? [Se é] o partido, eu estou representando as mulheres do partido, eu não estou representando o movimento social. A gente não pode confundir, a militância tem que ter clareza, se ela tem dupla militância alguma coisa tem que ser prioritária, pois não é possível você servir a dois senhores. E, isso é muito claro nos anos de eleição (Entrevistada J, AMB).

A fala dessa entrevistada também chama atenção para a impossibilidade de neutralidade no exercício da militância. Uma vez que a pessoa constrói sua orientação ideológica correspondente a uma orientação político-partidária, toda a sua ação e posicionamentos são direcionados por esta orientação. Isso, segundo a entrevistada é diferente de levar as “pautas do partido” para o movimento. Para ela, o problema não está propriamente nas bandeiras do partido, já que, muitas vezes estas são compartilhadas também pelo movimento social, a questão é quando as tarefas partidárias, sobretudo, voltadas para as eleições são levadas para dentro do movimento.

As entrevistadas da MMC vão ao mesmo sentido das respostas dadas pelas militantes da MMM e da AMB. Uma delas, que participa também da Consulta Popular, responde que não saberia dizer se a militância partidária facilita ou dificulta a militância no movimento feminista, mas que certamente suscita desafios. Ela diz:

Acho que é um desafio essa relação que não seja nem de empurrar uma coisa e nem a outra, tipo: não empurrar uma definição do MMC para dentro da Consulta e nem fazer o contrário. Esse é um desafio cotidiano. E, como você vai construindo? Pelo o que você acredita. Mas respeitando aquele coletivo. Eu não consigo dizer se facilita. Eu acho que tem coisas que facilitam e tem coisas que dificultam. Acho que a minha formação política ser melhor ou ser mais densa - ter mais estudo de marxismo, de Lênin, da construção da revolução - se deve à militância no partido. Acaba que você não consegue fazer isso, com essa profundidade em um movimento. A gente consegue debater feminismo, consegue debater agroecologia, organização produtiva, porque são as pautas concretas da vida das mulheres. Mas, aprofundar sobre a questão da revolução, isso é o partido que dá. Então, nesse sentido eu posso dizer até que facilita. Outras coisas podem dificultar. Por que quando tem impasses, como é que você fica? Quando tem disputas internas, como você fica? Então, tem coisa que não é tão simples, mas eu acho que eu tenho conseguido ir levando meio “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa” e tentando, construir. Mas, eu não consigo ser muito clara sobre essa resposta não (Entrevistada L, MMC).

Para outra militante, filiada ao PT,

[...] querendo ou não quando você faz parte de um partido, é dirigente, tem aqueles que não querem, então dificulta, mas isso não impede de participar ou deixar de participar (Entrevistada N, MMC).

Já outra entrevistada do MMC, também participante da Consulta Popular, considera que a militância partidária facilita a atuação no movimento, pois, ajuda na formação de lideranças como intelectuais orgânicos. No relato também aparece o formato partido-movimento assumido pela Consulta e os desafios de levar o debate do feminismo para dentro do partido. A entrevistada, assim como outras, também aponta a sobrecarga da dupla militância. Ela relata:

Eu acho que contribuí no sentido do papel que cumpre, entendendo a Consulta justamente como esse partido-movimento, mas esse partido que pensa na formação de quadros políticos e esse, eu acho que é um dos principais objetivos da Consulta. E, que ajuda na formação de quadros. E, a gente como liderança de um movimento, precisa se ver também como uma liderança, como um quadro político que ajuda a pensar as linhas políticas do MMC, então ter um pouco essa amplitude na análise, na conjuntura política, ter essas compreensões da formação do estudo, do intelectual, que é uma das coisas que a Consulta faz bastante: a formação, o estudo, o intelectual orgânico. Enfim, essas coisas contribuem com o MMC nessa perspectiva de eu ser uma dirigente do movimento que precisa pensar o movimento em linhas mais amplas, preciso pensar o movimento em articulação com outras entidades, pensar o movimento no contexto brasileiro, mas para além do contexto brasileiro também. Então, nesse sentido, contribuí [...], [pois,] eu sendo parte da Consulta, que é um partido misto, há comparações que se desenvolvem no interior do partido que a gente não tem dentro do MMC, por ser um movimento auto-organizado. Então, essas contradições da gente fazer a discussão sobre a participação das mulheres, sobre como enfrentar casos de violência no interior do movimento, a gente não tem isso dentro do MMC. Mas, por exemplo, dentro da Consulta, isso é outra forma de pensar o processo de construção da luta feminista em um espaço misto. Então, eu acho que isso é um desafio que se coloca. E, coloca também [questionamentos de] como abrir um horizonte de pensar de outra forma, como atuar dentro do movimento misto? Essas situações e o próprio debate do feminismo, [de] como colocar o feminismo como uma questão estratégica dentro de um partido que pensa o socialismo, por exemplo, como é o caso da Consulta [...]. [E,] uma coisa que a gente também não convive no MMC, que é como o trabalho com as mulheres dentro do partido se torna como se a gente tivesse que militar duplamente. Eu preciso estar no espaço que é um espaço coletivo, nos espaços de discussões do partido e os espaços que são considerados específicos aos organizados dentro do partido, no caso do partido da Consulta, o setor de mulheres. Então, como também participar das atividades específicas construídas das mulheres, para fortalecer autonomamente as mulheres para depois atuar dentro do coletivo do partido. Então, existe essa duplicidade que é uma sobrecarga à militância, que a gente não vive num momento que é só de mulheres (Entrevistada M, MMC).

Considerados os três movimentos é possível concluir que os relatos da maioria das entrevistadas sugerem uma relação orgânica com o partido, indicando que de alguma forma esta relação foi construtiva no sentido de fomentar a formação política visando à construção de uma visão de mundo mais crítica, contribuindo para uma atuação mais qualificada do

ponto de vista político, uma vez que a formação partidária permite uma leitura mais ampla das contradições sociais, percebendo-as na dinâmica geral da sociedade, ou seja, a partir das mediações entre o nível local, nacional e internacional, das mediações entre as lutas “específicas” e a luta política geral.

A partir desta conclusão inicial e como já dissemos sem qualquer pretensão de generalizá-la aos movimentos feministas estudados, seguimos com o auxílio dos documentos e das entrevistas para ver se estes apontamentos iniciais de caráter individual de cada uma das entrevistadas também aparecem no direcionamento da ação coletiva dos movimentos feministas estudados, a fim de apreender a forma de relação estabelecida pelo movimento feminista e os partidos políticos de esquerda no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista. Para tanto, será necessário conhecer um pouco sobre a trajetória e organização de cada um desses movimentos.

6.2 TRAJETÓRIA E ORGANIZAÇÃO DA MMM, DA AMB E DO MMC

Como nosso intuito é conhecer os movimentos feministas enfocados nesse estudo, neste item procuramos recuperar a origem de cada um e os processos de organização, mobilização e divulgação construídos por eles.

6.2.1 Marcha Mundial das Mulheres

A origem da MMM remete a uma manifestação realizada em 1995 no Canadá, na qual cerca de 850 mulheres marcharam 200 quilômetros para protestar contra os impactos do sistema capitalista em suas vidas (MMM, doc. 30). Assim, um grupo de “[...] sindicalistas, principalmente, no Quebec fazem uma marcha de dez dias reivindicando questões ligadas ao trabalho, mas também, com relação à violência. Então, elas somam esses elementos” (Entrevistada B). A partir da marcha “Pão e Rosas”, como ficou conhecida,

[...] as mulheres começaram a fazer uma discussão mais forte sobre os impactos do neoliberalismo, em que aquela agenda da década de 90 implicava na vida das mulheres, muito fortemente a questão da pobreza e da violência contra a mulher.

Embora a violência seja uma pauta presente e permanente no movimento feminista e muito fortemente a partir da segunda onda do feminismo nos anos 70, dessa vez com essa reflexão em Quebec, elas associam muito mais a uma violência capitalista como um todo. Um sistema econômico que reforça, constrói a violência sexista. Então essas mulheres fizeram uma marcha que era um outro posicionamento sobre a agenda da ONU (Entrevistada D, MMM).

As ações no Quebec não somente trouxeram à tona os principais efeitos do neoliberalismo e da globalização sobre a vida das mulheres, quais sejam, pobreza, violência e questões ligadas ao trabalho, como também suscitou um debate crítico sobre o feminismo hegemônico, institucionalizado e direcionado pela ONU (Entrevistadas A, B, C e D). Como ressalta uma das entrevistadas,

[...] nos anos 90, têm uma série de organizações feministas capturadas pela agenda da ONU. A ONU fez um ciclo de conferência que fez com que o movimento feminista fosse construir ações para monitorar essa agenda, os acordos que os países são signatários. Uma agenda mais institucional, [que] tira a força das ruas (Entrevistada D, MMM).

Como saldo de suas lutas, as trabalhadoras do Quebec conquistaram aumento do salário mínimo, mais direitos para as imigrantes e suporte para o desenvolvimento da economia solidária (MMM, doc. 30).

E, a partir disso, tem uma leitura de que essas conquistas seriam mais temporárias se elas permanecessem só entre elas. Então, era necessário ampliar esse processo para que além de, mais mulheres terem conquistas, que as conquistas pudessem ser mais permanentes. Então, começa um processo de diálogo com várias organizações, que a princípio, inclusive, estavam nesse âmbito sindical, de chamada mesmo para um diálogo (Entrevistada B, MMM).

Desta forma, após as manifestações, um grupo de mulheres do Quebec estabeleceu contato com organizações de diferentes países para aventar o planejamento de uma campanha mundial. No Brasil, este contato foi estabelecido com a CUT, que ficou responsável por mobilizar mulheres para as reuniões a fim de tirarem as propostas e escolherem as representantes brasileiras para participarem do I Encontro Internacional da Marcha (MMM, doc. 30).

Esse encontro foi realizado no Quebec, em 1998, e contou com 145 mulheres, representantes de 65 países (MMM, doc 30). As entrevistadas da MMM são unânimes em indicar que do Brasil, foram representantes, principalmente, da CUT e do PT. Entretanto, é importante frisar que “[...] não vão só organizações do campo sindical, mas vão também representações de ONG e de movimentos” (Entrevistada B, MMM), tais como, a SOF (Entrevistadas A e B). Na ocasião desse encontro, ficou definida uma plataforma com 17 pontos de reivindicação que

tenham como objetivo a luta pelo fim da pobreza e violência das mulheres e serviu de fundamento para a campanha, realizada no decorrer dos anos 2000, com início em 8 de março e término em 17 de outubro. Neste período, mulheres de várias partes do mundo mobilizaram outras mulheres e realizaram atividades de educação popular e manifestações públicas em torno das pautas da plataforma (MMM, doc. 30). De forma que,

Essa campanha se transformou em um movimento internacional contra a pobreza, [com o lema] “nós queremos derrotar o capitalismo”, e contra a violência, [com o lema] “nós queremos derrotar o patriarcado”. Só derrota esses dois se for entrelaçado. Nós da Marcha achamos que não são sistemas separados, eles se codeterminam, um se sustenta no outro (Entrevistada A, MMM).

Entretanto, como enfatiza a entrevistada, neste contexto, a Marcha ainda não havia se consolidado como um movimento organizado, mas uma campanha, com inúmeras manifestações bastante expressivas. Assim, no último dia da campanha foram realizadas marchas em 40 países como forma de denunciar os efeitos perniciosos do neoliberalismo e reivindicar a erradicação da pobreza. Na contramão das teses que defendiam o triunfo do capitalismo e propunham o fim da história, “Em um ato simbólico em frente à sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, foram apresentadas mais de 5 milhões de assinaturas recolhidas em apoio às demandas da Marcha” (MMM, doc. 30).

No Brasil, as atividades construídas em todos os estados da federação, tiveram como ponto alto a realização da Marcha das Margaridas (MMM, doc. 30). Conforme um dos relatos, “aqui no Brasil, foi interessante o processo de construção da Marcha, [pois,] aglutinou setores que não tinham identidade com o feminismo mais hegemônico no país” (Entrevistada A, MMM), ainda que setores deste feminismo também tenham participado da campanha, afirma. Assim, no Brasil a Marcha vai ganhando contorno de articulação de movimentos como Contag, CUT e UNE e também de ONGs (Entrevistada D, MMM). Como enfatiza a entrevistada:

Surge nessa perspectiva de ter um campo maior de articulação para fortalecimento da luta das mulheres, seja a luta auto-organizada, nos espaços propriamente auto-organizados, mas também, nesses movimentos que são importantes para a luta social que são mistos: o campo do sindicalismo, movimento estudantil, juventude, o campo [rural] (Entrevistada D, MMM).

O processo que acontecia no Brasil era, ao mesmo tempo, expressão do que a Marcha se tornava também em âmbito internacional, sobretudo, na América Latina. O Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, foi um espaço muito fértil para a construção de alianças e de

articulações da Marcha que passou a contribuir com ações de grande porte como a campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Desde então,

A MMM passou a se articular de forma crescente e convergente com outras organizações e movimentos sociais. Entre estes, estão a Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE), a Via Campesina e Amigos da Terra Internacional. Essas articulações se ampliaram na Assembléia dos Movimentos Sociais, que impulsionou lutas e campanhas comuns, como na luta contra a guerra e o livre comércio. Nossas agendas vão se “contaminando” umas com as outras e, nessa mescla, as organizações se fortalecem e contribuem com as elaborações umas das outras (Doc. 30, MMMM).

O alcance expressivo da primeira campanha internacional da Marcha levou à construção da segunda, realizada em 2005. Como declara uma das entrevistadas, “[...] nessa segunda ação a característica é exatamente essa: a gente passar de uma campanha apenas para um movimento permanente” (Entrevistada B, MMM). A consolidação da MMM se processou a partir de uma composição de caráter híbrido, “Marcha como articulação e como movimento”, como afirma a Entrevistada F da MMM. Conforme outra entrevistada, esta segunda ação foi um marco importante para o movimento feminista no Brasil, com manifestações muito massivas por ocasião do 8 de Março que contaram com a participação de diferentes movimentos sociais:

[...] tanto que tinham caráter mais partidário, então, tinha movimentos da Via [Campesina], indígenas, [...] envolvia esse leque, mas era uma ação que também se torna um espaço convocatório mais amplo para os movimentos e não necessariamente a esses mais ligados à CUT ou ao próprio Partido dos Trabalhadores. Então, outros vêm a se envolver nesse processo de ação em 2005 (Entrevistada B, MMM).

Nesse processo de consolidação da Marcha no Brasil como movimento social, muitas organizações saíram e outras se firmaram. De toda forma, fica claro nas entrevistas e nos documentos que mesmo diversificando sua composição, o movimento foi se construindo em uma relação muito próxima do Partido dos Trabalhadores e de sujeitos coletivos que possuem vínculo orgânico com esse partido, como é o caso da CUT. O panorama traçado por uma das entrevistadas resume bem o que aparece na maioria dos relatos.

A Marcha quando surge, surge pelas mãos das mulheres petistas, mulheres da CUT em [sua] maioria. Acho que quem cria não tinha como saber o que ia virar depois, a Marcha virou algo muito maior. Quando surgiu por ter sido construída por mulheres do PT, talvez pudesse dar a entender que seria a auto-organização de mulheres do partido, mas a Marcha não foi isso. Tem a maioria dos partidos, no PCR tem o coletivo Olga Benário, as mulheres do partido. A Marcha virou um movimento social muito maior do que o próprio PT, [que] a DS, que dentro das tendências, digamos, a tendência que mais tinha mulheres construindo na executiva nacional se for falar de algum tipo de hegemonia seria da DS, mas a Marcha virou maior que tudo isso [...]. De forma histórica, desde que surge é pela mão de mulheres petistas. Até hoje a executiva nacional, as militantes mais antigas, históricas, são mulheres

que são do PT, muito importantes inclusive, formularam teoricamente e politicamente (Entrevistada F, MMM).

Portanto, ainda que a Marcha seja um movimento auto-organizado e conte com militantes de diferentes partidos e movimentos sociais não restam dúvidas que possui uma relação orgânica histórica com PT. E como revela o relato de outra entrevistada nos últimos dez anos, esse movimento também conta com uma relação muito próxima com a Consulta Popular e, se consideramos o ponto de vista do partido, pode-se dizer uma relação orgânica, uma vez que ele indica que suas militantes contribuía com a construção da MMM.

E partir de 2008, a gente da Consulta entra na Marcha. E, cresce muito, triplica, o número de núcleos e a visibilidade política da Marcha, porque vem a juventude. Porque até então tinha muitas companheiras mais velhas, então, quando a Consulta entra, vem a juventude, que ainda não se organizava. A Marcha ganha mais visibilidade, para além das ações que já tinha: muitas companheiras ocupavam espaços institucionais na luta contra a violência, muitas estavam inseridas no Centro de Referência da Mulher (Entrevistada G, MMM).

- *Princípios e Objetivos*

A MMM compreende que as mulheres são exploradas ininterruptamente pelo sistema patriarcal e capitalista, por isso, luta “[...] para superar a divisão sexual do trabalho e, ao mesmo tempo, pelo reconhecimento de que o trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados está na base da produção do viver” (MMM, doc. 30). O movimento afirma que está alinhado a uma vertente crítica do feminismo contrária ao modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico e orientada por um paradigma centrado na sustentabilidade, “entendida como relação dinâmica e harmônica entre humanidade e natureza e entre humanos e humanas” (MMM, doc. 33).

O núcleo da MMM no Brasil compreende que o capitalismo possui uma natureza “patriarcal, racista e lesbobifóbico” (MMM, doc. 31) e assumem a solidariedade e o internacionalismo como características que orientam sua ação política. Por isso, para a Marcha no Brasil, a luta pela igualdade do conjunto de mulheres deve remeter “[...] não só à incorporação da dimensão de classe, mas também às outras formas de opressão e discriminação com que vivem as mulheres, como é a questão da opressão racial, da sexualidade e de geração” (MMM, doc. 31).

De maneira geral, os relatos de todas as entrevistadas da MMM centram-se em três princípios que nos parecem ser centrais para pensar este movimento: o internacionalismo, a auto-

organização e a articulação entre gênero, classe e raça. O internacionalismo não se refere apenas à forma de organização, mas também, à natureza da luta de classes, ao conteúdo de uma ação capaz de levar a cabo o fim da opressão e exploração do sistema capitalista e a solidariedade entre as mulheres e entre a classe trabalhadora.

Nem queríamos ser como o setor hegemônico, apenas com a questão da identidade, lidar apenas com a discussão muito no “eu mulher”, nem ser igual às mulheres partidárias, que a classe resolve tudo. Queremos juntar um pouco de uma coisa, desse lado e desse, para ser a Marcha Mundial das Mulheres (Entrevistada A, MMM).

A gente continua existindo com esses princípios, a gente continua se organizando, juntando essa dimensão local, nacional e internacional (Entrevistada C, MMM)

A década de 90, com a ideologia neoliberal, acaba influenciando setores do movimento de mulheres, que vai fazer um trabalho mais focalizado, trabalho comunitário. Tinha uma perspectiva de transformação, mas era focalizado, não articulava a situação de opressão e exploração a um debate maior. A gente precisa fazer enfrentamentos maiores que não é só reconhecimento da igualdade de gênero, a linguagem inclusiva, a política pública pontual para melhorar a vida das mulheres, ma, fazer um debate mais sistêmico e o debate do mercado também (Entrevistada D, MMM).

[...] articulação não apenas no eixo no luta específica das mulheres, mas no eixo mais geral, de transformação do mundo (Entrevistada G, MMM).

O princípio do internacionalismo e da solidariedade entre as mulheres tem como escopo a construção de uma sociedade alternativa, baseada em uma nova forma de viver, com novos valores e princípios. Já o princípio da auto-organização aponta para uma organização construída coletivamente pelas mulheres para pensar alternativas de resistência e lutas sobre todos os aspectos da sociedade, pois, tudo implica na vida das mulheres. Este princípio se baseia na compreensão das mulheres como protagonistas de suas próprias lutas e como parte da classe trabalhadora, protagonista também da luta desta classe. A auto-organização para a MMM está essencialmente ligada a outro princípio, o da articulação entre gênero, classe e raça.

A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento para transformar a vida de todas as mulheres. Não é pra transformar a vida de um setor [...]. Nós temos essa leitura de que quando a classe trabalhadora retrocede, as mulheres retrocedem junto porque nós estamos dentro dessa classe e aí, por isso, nós temos aquela consigna “mudar o mundo para mudar a vida das mulheres e mudar a vida das mulheres para mudar o mundo” (Entrevistada A, MMM).

[...] não é um movimento que pautas as lutas específicas, mas, que está articulado com a luta política da classe trabalhadora. Não perder esse vínculo de mulheres e classe, para mim é importante. Um desafio é fazer o debate racial e das mulheres negras com mais propriedade, ainda é um gargalo que temos dentro do movimento (Entrevistada E, MMM).

A Marcha traz um elemento novo para o feminismo no Brasil, enxerga a luta das mulheres pela sobrevivência, pela alimentação, pelo trabalho, por melhores condições de vida, [que] muitas feministas olham para essas lutas e veem só uma luta de mulheres e não uma luta feminista. E, a Marcha articula a [luta] econômica geral com as lutas específicas (Entrevistada G, MMM).

Entre seus valores e princípios, o movimento defende também que a autonomia econômica das mulheres não pode ser alcançada no sistema capitalista. Sua efetivação direciona a uma sociedade, cujo trabalho seja valorizado em todas as suas formas de expressão e realizado em respeito ao meio ambiente; cuja riqueza seja distribuída e o tempo livre se constitua um direito; que garanta pleno emprego para mulheres e homens e proteja sua juventude; e, cujo “Estado tenha políticas para garantir renda em situações de doença, de desemprego, licença maternidade e paternidade, aposentadoria (proteção social universal)” (MMM, doc. 32). Características de uma sociedade socialista.

Os relatos das entrevistadas trazem uma nova forma de compreender o feminismo e a luta das mulheres como parte da luta geral, mas ao mesmo tempo, expõe a centralidade desta. Recupera neste sentido, o debate crítico realizado por autoras socialistas de que as pautas feministas não podem ser alcançadas plenamente na sociedade capitalista e, requerendo do movimento uma luta entrelaçada à luta contra este sistema. Por outro lado, o movimento também parece compartilhar críticas do feminismo radical ao feminismo marxista, e enfatiza que esta luta geral deve ser ao mesmo tempo, antirracista, antissexista, anti-heterossexista e anticapitalista. Os relatos transparecem uma compreensão de que estes são aspectos articulados e, por vezes, aparece também um entendimento de que se tratam de aspectos imbricados, aproximando-se do debate de consubstancialidade, que trouxemos com as autoras do Feminismo Materialista Francófono. Um exemplo que reflete bem as falas das entrevistadas seria o trecho do relato abaixo.

A gente entende que o capitalismo é um sistema patriarcal, está imbricado, no seu processo de acumulação, exploração, não faz sem lançar mão de seus elementos patriarcais. A gente faz essa análise quando vai se posicionar sobre o que vai interferir na vida das mulheres (Entrevistada D, MMM).

A orientação político-ideológica expressa pela MMM na forma como compreende seus princípios e objetivos, é importante porque interfere diretamente na construção de suas pautas e nos mecanismos de tentar concretizá-las, como nos parece evidenciar os relatos de duas entrevistadas.

Então, esses elementos, também, de como as mulheres se articulam nesse campo internacional, não só articular a pautas ligadas as mulheres, mas também a projetos de resistência e de transformação, é uma característica a Marcha Mundial das Mulheres e que se expressa também, nas nossas pautas de reivindicação (Entrevistada B, MMM).

Em termos dos nossos objetivos atuais e reivindicações atuais aqui no Brasil, a gente continua sendo um movimento feminista anticapitalista, antirracista e antissistêmico de forma geral, então, isso organiza a nossa atuação. [...] A gente continua existindo com esses princípios, a gente continua se organizando, juntando essa dimensão local, nacional e internacional. A gente continua tendo o feminismo presente nas agendas de lutas consideradas gerais como toda essa coisa do golpe, mas também trazendo para a agenda, chamada geral, a dimensão do enfrentamento ao patriarcado, que nesse momento é bastante forte, o enfrentamento ao conservadorismo, a partir do golpe (Entrevistada C, MMM).

- ***Principais pautas de reivindicação***

Por se tratar de um movimento feminista classista, a MMM busca atrelar a pautas mais gerais da classe trabalhadora e pautas do feminismo. No Brasil, a Marcha expõe direcionar suas pautas para reivindicações e defesa: dos direitos trabalhistas, sobretudo para grupos vulneráveis (como domésticas e migrantes); dos direitos sociais; das políticas de igualdade salarial entre homens e mulheres; das políticas de valorização salarial e de salário mínimo capaz de assegurar vida digna; da diminuição da jornada de trabalho sem rebaixamento dos salários; do investimento na economia solidária e do apoio à produção das mulheres na agricultura e no artesanato; da reorganização do trabalho doméstico e de cuidados a partir de políticas públicas voltadas a criar creches, espaços para idosos, lavanderias e restaurantes coletivos (MMM, doc. 32); do direito aos bens e serviços públicos fundamentais à manutenção da vida como água, terra, eletricidade, saneamento básico, entre outros; soberania e segurança alimentar; reforma agrária com vistas a produção agroecológica (MMM, doc. 33).

O movimento expõe buscar denunciar questões, tais como: a exploração das mulheres por empresas transnacionais, (MMM, doc. 32); a mercantilização do meio ambiente; a privatização dos serviços públicos; o ataque de empresas transacionais à soberania alimentar e energética (MMM, doc. 33); a militarização e a guerra como mecanismos de sustentação do capital (MMM doc. 34); a violência contra as mulheres como elemento estruturante do patriarcado e do capitalismo (MMM, doc. 35).

Além dos documentos acima que expõem de forma direta as reivindicações da MMM, a tabela 1a compila as pautas defendidas pelo movimento e pontos aos quais ele é crítico e contra que apareceram nos 29 documentos selecionados entre notas públicas, moções de repúdio, textos informativos e de opinião, ou seja, documentos que tinham como foco outras questões.

Tabela 1a - Pautas expressas nos documentos da MMM

	Defesa	Contra
2011	Democracia Direitos da juventude Direitos das mulheres, Direitos dos trabalhadores	Expressões e atos machistas no parlamento
2015	Autonomia Democracia (radical) Democratização da comunicação massiva Dignidade das mulheres Direitos sociais Direitos trabalhistas Igualdade Justiça Liberdade Participação das mulheres Políticas públicas Produção agroecológica Recursos naturais (terra, água) Reforma agrária Reforma política democrática Soberania alimentar Terras indígenas Valorização da vida da população negra Voto popular	Agronegócio Exploração da classe trabalhadora e dos povos tradicionais Forças reacionárias Fundamentalismo Política macroeconômica do capital
2016	Autonomia das mulheres da classe trabalhadora Democracia Direitos dos indígenas Direitos para as mulheres Direitos sexuais e reprodutivos Direitos sociais Igualdade Igualdade racial Legalização do aborto Liberdade	Ajuste fiscal Capitalismo Criminalização dos movimentos sociais. Violência contra as mulheres
2017	Direito de acesso a terra Direito dos indígenas Direitos da classe trabalhadora Direitos para as mulheres Direitos sexuais e reprodutivos Direitos sociais e trabalhistas Legalização do aborto	Armamento Conservadorismo Extinção do debate de gênero nas escolas Neoliberalismo Privatização Projeto escola sem partido Reforma trabalhista

Cont.

	Defesa	Contra
2018	Democracia (radical) Direitos sociais, Direitos trabalhistas Recursos naturais (água)	Capitalismo Conservadorismo Expressões fascistas Privatização

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa.

Muitas destas reivindicações aparecem também nos discursos das entrevistadas, que tomaremos como parâmetro para pensar quais efetivamente seriam as pautas principais do movimento. Partimos do pressuposto de que a probabilidade destas serem as reproduzidas na fala das militantes é grande. É possível observar a partir dos dados da Tabela 2a que a MMM mescla pautas históricas da classe trabalhadora, como os direitos, e do feminismo, como a legalização do aborto, com pautas mais conjunturais como o Fora Temer.

Tabela 2a - Pautas expressas nos relatos das entrevistadas da MMM

Defesa	Contra
Autonomia econômica das mulheres	Golpe
Bens comuns	Mercantilização do corpo e da vida das mulheres
Democracia	Pobreza
Desmilitarização do Estado	Reforma da previdência
Direitos	Reforma trabalhista
Fora Temer	Violência contras as mulheres
Legalização do aborto	
Menos de relação com o Estado	
Participação política das mulheres no parlamento	
Plebiscito popular para uma constituinte	
Soberania alimentar	
Valorização do salário mínimo	

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa.

Alguns relatos são interessantes para nosso estudo, pois, trazem elementos que extrapolam as pautas do movimento. No trecho abaixo, uma entrevistada sublinha:

A maior experiência de pauta da Marcha é menos relação com o Estado, apesar da campanha do salário mínimo, que tinha bastante relação com o Estado, [mas neste caso se tratava de] pautar o governo que nós considerávamos progressista, o governo Lula (Entrevistada A, MMM).

O discurso sugere uma compreensão da natureza do Estado capitalista, que leva a militante destacar a necessidade de o movimento tentar manter menos relação com o mesmo, mas ao mesmo tempo, a faz revelar que a depender da orientação ideo-política do governo, a relação

com o Estado pode ser um mecanismo para a concretização de algumas pautas. Outros relatos trazem alguns apontamentos interessantes para pensar essa questão.

Na atualidade, eu acho que nesse processo a gente tem se envolvido mais justamente nessa resistência ao golpe. Então, a gente acompanha essas Frentes inclusive, de luta e resistência ao golpe. A gente compõe a Frente Brasil Popular, que é um espaço que a gente enxerga como esse espaço amplo de resistência e luta contra o golpe e contra as medidas golpistas. Essas lutas contra a reforma trabalhista, contra a reforma da previdência, são lutas que para nós ganham principalidade nesse período e é onde a gente está jogada de corpo e alma. Não é a toa que pra nós o 8 de março desse ano [2017], a pauta da reforma de previdência era nossa pauta central [...]. Tipo assim, a gente também viu nesse próprio processo político o elemento patriarcal, de como que isso interfere na participação das mulheres nesse espaço, mas na própria construção de políticas pra mulheres, a forma de fazer política e a forma que esse sistema político está organizado [...] (Entrevistada B, MMM).

E a gente se engajou aqui no Brasil com o golpe, entendendo que o golpe tinha elementos que eram patriarcais, era um golpe que não queria só tirar uma representação pública, que era oposição, mas porque queria tirar um conteúdo que as últimas gestões do PT trouxeram do ponto de vista de políticas que contribuíssem com a vida das mulheres. O golpe tinha esse enfrentamento que era o avanço que as mulheres tiveram no último período, como a Lei Maria da Penha, a valorização do salário mínimo [...], uma série de políticas de atenção à saúde da mulher, [...] atendimento das mulheres vítimas de violência. [...] Teve uma série de avanços que se refletiu no aspecto simbólico e ideológico da sociedade, do ponto de vista dos direitos que foi muito importante, [que] colocou as mulheres em outro patamar. O golpe veio pra acabar com isso, para tirar esse leque de conquistas que as mulheres tiveram não só econômicas, mas também, simbólicas. [...]. A gente entende que esse golpe tinha grande conteúdo patriarcal, também na própria pessoa da presidenta Dilma. Não era só um ataque a uma chefe de Estado, mas era por ser mulher, uma mulher solteira (Entrevistada D, MMM).

Continuam sendo as mesmas pautas, apesar de que nos anos de governos do PT tiveram melhorias pontuais, mais que não [se] pode não destacar, como a PEC das domésticas, [...] uma redução de 5% na distância entre os salários de homens e mulheres [...]. Coisas pontuais, conjunturais talvez. Principalmente agora, dos últimos anos para cá, desde o golpe e tudo mais, [é] como se a gente tivesse revivendo uma década de 90 piorada, não é neoliberal como a de 90, mas vem muito mais complexificada. [...] [Por exemplo,] desde o ano de 40, a gente tinha previsto em lei o abortamento legal, [para] mulheres que faziam a prática do aborto a partir de estupro, de anencéfalos ou de risco de vida da mãe, a gente está vendo tudo isso agora em votação, podendo retroceder (Entrevistada F, MMM).

Esses relatos ajudam a compreender que a orientação ideo-política dos governos são importantes porque incidem diretamente na concretização ou não de pautas caras para o movimento feminista. Um governo conservador pode colocar em risco os direitos conquistados pelas mulheres durante governos progressistas. As entrevistadas mostram como o processo de ataque da direita e extrema-direita desencadeado, principalmente, desde 2013 e que culminou no golpe contra a democracia em 2016, concretizando um governo de extrema-direita, pode ser prejudicial para as mulheres.

- *Desafios da luta pela defesa da democracia*

Nos documentos publicados pela MMM encontramos críticas à democracia tal como se expressa no capitalismo. Um dos pontos problemáticos é a pouca representatividade das mulheres no sistema político como pilar de reprodução da desigualdade entre homens e mulheres. Por isso para esse movimento é preciso realizar mudanças estruturais, como políticas igualitárias, com vistas à radicalização da democracia. Um dos mecanismos seria o aumento de espaços de participação direta.

O parlamento é majoritariamente hetero, branco e masculino, um ambiente hostil para as mulheres que lutam contra toda forma de opressão e em defesa da democracia (MMM, doc 01, 2011).

Marchamos por liberdade e democracia com efetiva participação das mulheres [...]. Nos afirmamos como sujeito de direitos e sujeitos políticos que seguem em luta pela garantia de reformas democráticas capazes de proporcionar mudanças em estruturas históricas que ainda sustentam as desigualdades e a discriminação no Brasil (MMM, do. 03, 2015).

[...] defesa da democracia implica em fortalecê-la e ter políticas geradoras de igualdade. [...] É preciso radicalizar a democracia e viabilizar espaços de participação direta (MMM, doc. 08, 2015).

[...] a Marcha Mundial das Mulheres fez um grande esforço para que se realizasse uma ação de luta feminista, comprometida com as transformações necessárias para mudar o mundo e a vida das mulheres. Essa foi nossa atuação desde o início e com essa convicção, fomos às ruas na Paulista por autonomia, liberdade e por uma democracia que permita lutar por igualdade (MMM, doc 12, 2016).

O acirramento da crise política que deflagrou o processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT) levou a MMM a engrossar sua defesa e luta pela democracia.

Como sujeitos políticos não vamos ficar indiferentes diante deste ataque à liberdade e à democracia. Assim, em aliança com outros movimentos sociais, brasileiros e internacionais, saímos às ruas para denunciar a ditadura da direita (MMM, doc. 15, 2016).

Acreditamos que a participação nos conselhos de controle social tem como objetivo primordial democratizar o Estado e avançar na garantia de direitos. Em um governo instituído pelo desrespeito à Constituição e ao voto popular e, portanto, à institucionalidade democrática, não existe possibilidade de diálogo [...]. Não renunciaremos à luta em defesa da Democracia (MMM, doc. 18, 2016).

Repudiamos qualquer ação que contrarie a democracia e desrespeite a luta das mulheres (MMM, doc 20, 2017).

A defesa da democracia é para a MMM condição necessária para avançar na luta das mulheres e por outra forma de sociabilidade fundada nos interesses da classe trabalhadora e na igualdade entre mulheres e homens.

A luta feminista construída pelas mulheres da Frente Brasil Popular em defesa da democracia e do direito de Lula ser candidato faz parte da agenda de enfrentamento ao golpe patriarcal e misógino para que a igualdade entre mulheres e homens possa avançar. [...] Seguiremos em marcha, pela democracia! (MMM, doc.26, 2018).

Seguiremos reforçando a luta expressa nos atos massivos ocorridos no 8 de março: exigindo democracia pela vida das mulheres (MMM, doc. 27, 2018).

As mulheres e a classe trabalhadora em geral precisam levantar a voz e tomar para si esta luta. [...] O que precisamos é de uma democracia radical, que coloque os interesses do povo acima dos interesses dos empresários (MMM, doc. 29, 2018).

- *Estratégias de Luta e atividades*

Como um movimento que já nasce crítico à tendência de institucionalização que marcou hegemonicamente o feminismo no último quartel do século XX, não é de estranhar que a MMM invista, primordialmente, na ação voltada a alcançar diretamente a sociedade, isto é, que não requer mediação de instituições políticas ou uso de espaços representativos ou mesmo participativos limitados a poucas pessoas da sociedade, como os conselhos de direito e gestores de políticas públicas, as câmaras municipais e estaduais e o congresso. O movimento vem apostando, na ocupação de rua como espaço para mobilização de mulheres e na construção de alianças com os movimentos sociais, como duas estratégias principais. Além destas estratégias, destaca-se também a batucada usada para mobilizar, sobretudo, a juventude (MMM, doc. 30).

A rua para nós é uma grande estratégia de luta. Eu até fico falando que a gente tem pouca estratégia institucional e que a gente deveria ter uma equipe da Marcha para ser as pessoas responsáveis por estar no congresso, estar nos governos fazendo negociações sobre as nossas pautas. Temos pouco disso. Temos mais experiências de estratégias de rua, de auto-organização, de mobilização para acesso a políticas. Nossa fortaleza é a mobilização social [...]. Nós temos também uma estratégia que é muito presente entre nós - e que preservamos muito - que é a nossa aliança com os movimentos sociais e isso a gente sempre teve. Construímos conjuntamente com os movimentos do Fórum Social Mundial [...]. Nós construímos junto à Aliança Social Continental [...]. Nós compomos a coordenação dos movimentos sociais por um período e, hoje, nós compomos a Frente Brasil Popular. Tem algumas militantes nossas que constroem a Frente Povo Sem Medo, mas por definição política a Marcha constrói a Frente Brasil Popular (Entrevistada A, MMM).

Estratégia: auto-organização das mulheres nos lugares da nossa atuação, formação política, muita mobilização e ocupação dos espaços públicos com a batucada, com os lambe-lambes, com mobilização massiva de rua, que ajuda a gente a democratizar, inclusive, o lugar da fala. A rua é o nosso lugar preferido da cidade. E também, articular a auto-organização das mulheres e também alianças com os movimentos mistos (Entrevistada C, MMM).

A necessidade de construção de movimento de massa e que vá para a rua. A gente faz ação pontual, debates. Trabalhamos em várias linhas, feiras de economia solidária, uma série de ações. Nosso principal enfrentamento é nas ruas e isso é um ponto positivo (Entrevistada D, MMM).

Nossas ações são muito em torno da agitação e propaganda. Lambe-lambes, batucadas, ocupação, [isto é,] formas menos institucionais de luta. As formas institucionais são confortantes, a gente realiza, mas, a gente realiza muito melhor as

ações de agitação e propaganda do que as ações institucionais [...]. A gente põe mais força nas ações diretas com a sociedade. [...] Não que a gente descarte a institucionalidade, ela é importante também, mas a gente acha que tem muita gente fazendo (Entrevistada G, MMM).

Por outro lado, como mostram os relatos, apostar na ação direta não significa o descarte de ações institucionalizadas, mas tem o sentido de dispensar maior esforço na primeira.

Os relatos também trazem algumas atividades realizadas pela MMM, das quais destacamos a formação política, pois demonstra a preocupação do movimento com a orientação político-ideológica de sua militância.

A gente tem, no último período, apostado nos espaços de formação mais ampla, escolas de formação feministas, inclusive não só da Marcha, mas, em aliança com outros movimentos populares, tanto movimentos do campo como o Levante Popular da Juventude, aparecem no nosso campo de aliança dentro desse processo de formação. E, esses espaços das escolas acabam sendo, também, espaço de organicidade, no sentido de que tem o espaço de formação, mas, tem também o próprio movimento debate suas lutas, suas pautas. E, como a gente vai tendo uma leitura comum da conjuntura e como a gente vai pensando nas lutas juntas, então, os cursos e os espaços de formações têm sido estratégias que a gente tem utilizado como espaço para a gente conseguir dar organicidade para o movimento (Entrevistada B, MMM).

Tem uma equipe de formação, que pensa as escolas de formação. A gente fez a segunda escola de formação feminista, onde a gente debateu o patriarcado, violência, organização e feminismo popular. As mulheres que entram, passam pela escola de formação. [...] Uma das coisas que a gente vem fazendo é, a partir da coordenação, pensar como alinha o trabalho de organização com as mulheres com o debate político geral (Entrevistada E, MMM).

Além disso, movimento busca realizar campanhas de mobilização nacional (Entrevistadas B e F, MMM) e internacionais (Entrevistadas C e E, MMM).

- *Forma de organização*

Como uma articulação de movimentos, de caráter internacional, a Marcha possui uma secretaria geral e realiza, a cada cinco anos, os encontros internacionais com vistas a construir certa organicidade (Doc. 30, MMM). Entretanto, a MMM não tem moldes pré-determinados de estruturação que devam ser reproduzidos. A militância de cada país constrói o movimento, conforme suas particularidades nacionais e regionais. “Em cada país ela tem uma característica, um jeito orgânico de ser. No Brasil a cada estado a gente percebe muita diversidade de organização” (Entrevistada F, MMM).

No Brasil, a estrutura organizativa da MMM é de: uma coordenação nacional ampla, composta por duas representantes de cada estado em que o movimento está organizado (Entrevistada D, MMM); uma coordenação executiva, responsável por dar encaminhamento às tarefas nacionais do movimento, atualmente, “[...] composta por mulheres da CUT, CONTAG, SOF, CF8 do RN” (Entrevistada E, MMM) e uma representante de Minas Gerais; uma secretaria operativa que funciona na SOF (Entrevistada B, MMM); um coletivo de comunicadoras criado, em 2013, com o objetivo de facilitar o processo de comunicação nas redes e nas ruas das cidades e do campo; comitês estaduais organizados em 20 estados da federação (MMM, doc. 31); comitês municipais; e, núcleos locais (Entrevistadas B, D e E).

Por se constituir como movimento social e, ao mesmo tempo, como articulação de movimentos sociais, a heterogeneidade é uma característica muito presente na organização da MMM, como apontam alguns relatos.

Esses núcleos, muitas vezes, eram coletivos de mulheres, coletivos já existentes ou que se formaram, mas, tinham uma característica diferente dos comitês. Porque os comitês, normalmente, envolviam um pouco dessa representação das organizações [...] e os coletivos, geralmente, eram militantes da Marcha [...], elas se reconheciam (ou se reconhecem) como militantes da Marcha Mundial das Mulheres e não como “eu sou CUT na Marcha”, “eu sou CONTAG na Marcha” (Entrevistada B, MMM).

[...] tem lugar que se organiza como comitês da Marcha, tem lugar que se organiza como núcleo da Marcha e tem lugar que tipo “eu sou do sindicato x e construo a Marcha, então, eu vou também” (Entrevistada D, MMM).

Esta heterogeneidade da MMM é uma característica também de sua horizontalidade no processo de auto-organização das mulheres.

Por outro lado, a horizontalidade nos ajuda, é muito fácil construir a Marcha, não é um movimento burocratizado, que tem que pedir permissão. A gente diz que é da marcha quem constrói a marcha. No momento que você se identifica com a pauta, com a leitura, o método de ação, com as coisas que a gente faz, você tem autonomia, pode começar a construir e ir se articulando com a Marcha. Isso é positivo para o movimento feminista, é diferente de outros movimentos [...] (Entrevistada D, MMM).

Mas tem um trabalho da Marcha que é de processo de organização de mulheres nos bairros, nas universidades, que são mulheres que se identificam enquanto Marcha, não sendo parte de nenhuma outra organização (Entrevistada E, MMM).

A Marcha se organiza de forma muito horizontal, por núcleos, esses núcleos tem livre possibilidade de construção, forma de atuação, então você encontra núcleos da Marcha com perfis muito distintos (Entrevistada G, MMM).

- *Frequência das reuniões*

Os relatos das entrevistadas revelam que a MMM tem uma variação na frequência de suas reuniões, a depender da instância de organização: internacional, nacional, estadual, municipal e local. A coordenação internacional realiza encontros trienais ou quadrienais, a depender dos recursos financeiros. Já o secretariado internacional tenta realizar reuniões com maior frequência, por vezes, aproveitando os eventos em que as feministas estarão presentes. No Brasil, as reuniões da coordenação nacional ocorrem de forma presencial pelo menos uma vez ao ano ou duas, quando há recursos financeiros. Participam até duas representantes estaduais (apenas uma tem as passagens custeadas pelo movimento), representantes de movimentos sociais que compõem a coordenação executiva e representantes de movimentos convidados, tais como: “MST, MAB, MMC, movimentos de trabalhadores do Nordeste, a própria UNE” (Entrevistada B, MMM). A média de participação é expressiva, “normalmente essas reuniões da coordenação nacional tem em torno de 60 a 100 mulheres que participam” (Entrevistada B, MMM). Já a reunião da coordenação executiva acontece pelo menos a cada três meses e quando há algum problema são realizadas também reuniões virtuais, por skype.

No âmbito dos comitês estaduais e municipais e dos núcleos, o número de reuniões, o horário, a quantidade e o perfil das participantes variam muito. Como indica um dos relatos, “[...] nos estados, a organização dos comitês é aberta, então, a partir dos nossos posicionamentos, quem quiser, participa. É um processo que sempre tem novas militantes. É um processo permanente de formação e construção” (Entrevistada C, MMM). Ainda que em nível estadual, o relato de uma das militantes chama atenção para a existência de um núcleo duro, orgânico da MMM, que organiza e constrói as ações e um grupo de militantes que se somam às manifestações e atos, revelando a importância das intelectuais orgânicas para a permanência do movimento.

A gente tem uma militância chamada orgânica que é em torno de 22 mulheres e tem militância que nas convocações dos atos são da Marcha, mas não é que estão ali no cotidiano construindo as ações. A gente tem esse outro grupo que adere cerca de 120 mulheres. Temos dois grupos de *whatsapp*, um maior com essas 120, mas no grupo tem cerca de 200, que são mulheres que aderem em chamados para atos, ocupações, mas é algo muito flutuante, pois é uma militância que se dá pela voluntariedade (Entrevistada G, MMM).

O relato mostra também que o *whatsapp* como as mídias sociais digitais tem apresentado relevância para o processo de mobilização do movimento.

- *Definição de pautas, processos decisórios e desenvolvimento de atividades*

As pautas das reuniões nacionais da MMM no Brasil estão centralizadas na coordenação executiva, que as leva prontas e as apresenta às militantes, ainda que estas possam decidir e propor alterações. Nos estados, esse processo parece ser mais descentralizado, uma vez que as militantes também podem participar da comissão de organização que irá construir a pauta. O relato de um das militantes indica:

Na área estadual a gente sempre tira uma comissão de organização. Quem é militante da Marcha pode participar, [depende] principalmente, do tempo que a pessoa tem para participar, porque envolve não somente definir a pauta, mas garantir a mobilização, a parte de infraestrutura. A gente não separa o que é a tarefa da infraestrutura da tarefa política. É tudo bem misturado. E, nacionalmente, normalmente o executivo propõe a pauta na reunião e no começo da reunião a apresenta e se as participantes quiserem alterar alguma coisa, altera e a gente segue (Entrevistada B, MMM).

O que queremos refletir é que de toda forma as pautas não são construídas pelas militantes de base do movimento e sim pelas lideranças. Este pode ser um desafio para a concretização de um dos princípios do movimento, qual seja, a horizontalidade. Mesmo que os processos decisórios sejam tomados a partir do consenso como indicam as entrevistadas de maneira geral, de toda forma estas decisões são tomadas a partir de uma pauta pré-construída pelas feministas que tocam o trabalho de direção, ainda que haja rotatividade para a ocupação destes “postos” e ainda que estas mulheres não se vejam como lideranças e nem as outras militantes, mas desde o momento em que tomam decisões que irão interferir na dinâmica do coletivo, elas cumprem este papel.

Não se trata de apontar erros e acertos, mas de indicar que a horizontalidade e até mesmo a construção do movimento feminista encontram barreiras estruturais. Projetar e tentar construir organizações horizontais em uma sociedade fundada em hierarquias no processo de trabalho e de produção e distribuição da riqueza, no processo de organização política da sociedade, no processo de construção da cultura, buscar solidariedade em uma sociedade individualista são realmente desafios muito grandes que, por vezes, trazem para a prática dos movimentos sociais, que visam a romper com este sistema, contradições que requerem de sua militância criatividade para buscar formas de concretizar novos arranjos, principalmente, em movimentos sociais de expressividade nacional.

Apesar da complexidade deste desafio de construir uma organização horizontalizada, ele quase não apareceu nos discursos das entrevistadas. E quando apareceu não direciona a reflexão que estamos suscitando aqui. De toda forma, achamos significativo indicar que a forma organizativa da MMM traz desafios para sua construção.

Mas, internamente, a gente tem que avançar em algumas questões como - é uma leitura minha - a Marcha tem uma perspectiva de horizontalidade nos seus espaços de construção. Eu concordo, a gente tem nossa coordenação de forma mais horizontal possível, mas as vezes isso traz problemas do ponto de vista organizativo, a horizontalidade vira descentralização da parte de algumas pessoas, algumas instâncias, a coisa fica meio confusa (Entrevistada D, MMM).

Pensar um formato organizativo, como vai funcionar a democracia interna, a estrutura organizativa. [É] movimento de massa? Articulação? [...]. Acho que tem muitos desafios no processo organizativo e de construção de lutas mais ousadas, que de fato ajude a melhorar e mudar a vida das mulheres (Entrevistada E, MMM).

A gente tem essa dificuldade, eu acho que essa forma organizativa da Marcha parece não fornecer muita estrutura nacional debilita bastante nossa ação conjunta nacional [...]. A gente tem essa ausência de estrutura organizativa, a gente não consegue um acordo comum nacional. A gente da Consulta sempre leva esse debate para dentro da Marcha, de pensar uma estrutura organizativa para as ações dos núcleos, para as ações nacionais, que isso ganhe visibilidade, para não ser apenas ações espontâneas dos núcleos, mas ter algum momento uma ação para potencializar os núcleos (Entrevistada G).

Um desafio abertamente citado pelas entrevistadas foi os recursos financeiros e materiais para o movimento, o que remete a sua capacidade de autossustentação (Entrevistadas A, D, G).

- ***Recursos materiais e financeiros***

A MMM é um movimento-articulação de caráter internacional e a sua continuidade e a manutenção de suas atividades geram custos. Saber as fontes de financiamento de suas atividades é um dado importante para pensar sobre a capacidade de o movimento manter sua autonomia e revelar sujeitos políticos com os quais o movimento possui relação próxima. Dois relatos resumem bem esse ponto e trazem outros elementos interessantes para pensarmos.

A Marcha, geralmente, vem sendo financiada por recurso que vão desde projetos captados pelas ONG que fazem parte da Marcha. Aqui no Brasil, principalmente, a SOF e o CF8. Então, a partir de projetos que são projetos desde cooperação internacional e, antes do golpe, tinham projetos governamentais que contribuam. [...]. Mas também tem contribuições, muitas vezes, que não é por dinheiro, mas com estrutura, parceria em algum curso de sindicatos, centrais sindicais, outros

movimentos sociais, a gente tem, também, esse processo de financiamento (Entrevistada B, MMM).

Em questão do financiamento, a gente vai ter na Marcha duas grandes ONGs que cumprem papel importante no financiamento, são: a SOF e a CF8. Essas ONGs cumprem papel importante, pois financiam reuniões nacionais. No período do governo do PT eram projetos financiados pelo governo, que a agora estão em profunda crise, tanto que já faz um tempo que não tem reunião nacional, porque não tem dinheiro [...]. Mas, a maioria dos estados não vai ter nada, não vai ter nenhum tipo de ONG. Os estados fazem projetos, internacionais e nacionais, e coisas pontuais, e articulação com entidades em cada estado, entidades sindicais, principalmente (Entrevistada G, MMM).

Percebe-se que nos trechos selecionados há a menção ao papel orgânico de duas ONGs feministas no suporte financeiro do movimento, a saber: a SOF (SP) e o CF8 (RN) e a contribuição de sindicatos locais. Esses elementos nos levam a duas reflexões. A primeira para pensar que ainda que a MMM seja produto da crítica ao processo de institucionalização e ONGuização do movimento feminista, ela é um exemplo de que esse ainda é um processo vivo no interior do movimento feminista, mesmo os movimentos de esquerda e críticos do sistema capitalista. A preocupação com esta forma de financiamento através da captação de recursos via projetos encaminhados pelas ONGs levou uma das entrevistadas a ressaltar:

Eu queria reforçar que a gente tem um critério. Não é para toda gente e todo lugar que tem edital aberto que a gente manda projetos. Como tem o debate do enfrentamento às políticas neoliberais, contra a mercantilização do corpo das mulheres, têm lugares que a gente não pega financiamento, por exemplo, do Banco Mundial, [ou] financiamento do tipo Avon, Natura, essas coisas. As entidades jurídicas que fazem essa captação de recurso não tem projeto apoiado por esse tipo de agência, porque tem a ver com o nosso debate político. Não é todo o tipo de dinheiro que a gente recebe (Entrevistada B, MMM).

De toda forma isso não diminui a dependência do movimento de ONGs feministas. E, mesmo sem usar recursos decorrentes de fontes inaceitáveis para um movimento no campo da esquerda, essas instituições continuam a cumprir a cumprir papéis que são do Estado na formulação e execução de projetos sociais. Esse aspecto aparece inclusive quando as entrevistadas apontam o financiamento de projetos durante governo petista. O problema talvez se torne mais visível se pensarmos em um governo de caráter conservador, cujas proponentes e executoras de projetos sociais serão ONGs com outra orientação ideológica. A outra reflexão para a qual queremos chamar a atenção é que mesmo em meio a uma crise mundial, com rebatimentos diretos sobre os movimentos sindicais, estes continuam a cumprir papel importante no suporte de outros movimentos da classe trabalhadora.

Por outro lado, a militância da MMM no Brasil tem buscado nas instâncias locais, saídas criativas para a captação de recursos, como exemplifica uma das entrevistadas: “[...] a gente vive de autossustentação: vende camisa, realiza festas, bazares, eventos, rifas, tem a contribuição voluntária militância (cada militante contribui mensalmente com a quantia que lhe é possível), às vezes tenta escrever projetos” (Entrevistada F, MMM).

6.2.2 Articulação de Mulheres Brasileiras

A origem da AMB remonta à década de 1990, contexto em que o Brasil experimentava a consolidação de sua democracia pós Ditadura Militar e, ao mesmo tempo, a orientação dos a orientação neoliberal dos governos ficava mais evidente com as políticas de abertura à entrada de capitais estrangeiros no país. O período de consolidação também das Conferências Mundiais sobre a Mulher realizadas pela ONU desde 1975, marcava a hegemonia da tendência à institucionalização do movimento feminista. Segundo uma das entrevistadas, nesse momento, “[...] muitas organizações sociais se voltavam pra tentar incidir sobre os processos decisórios, a fim de que essas decisões pudessem refletir nos Estados-nação” (Entrevistada H, AMB). Foi com base nesta aposta na luta pela via institucional, que várias mulheres brasileiras decidiram se reunir para pensar a participação na IV Conferência Mundial sobre a Mulher da ONU, realizada em Beijing, na China, em 1995, com o tema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. A fim de coordenar as ações dos movimentos de mulheres brasileiras a serem encaminhadas na Conferência, em 1994 foi organizado um encontro nacional, que contou com a articulação de mais de 700 mulheres (AMB, doc. 17). Com um caráter inicial efêmero, a “Articulação de Mulheres Brasileiras pró-Beijing” como foi chamada, segundo uma das entrevistadas, foi composta, principalmente, de

[...] três fóruns de mulheres no âmbito dos estados, [que] articulavam as mulheres feministas de vários grupos, vários movimentos: Fórum de Mulheres de Pernambuco, [Fórum de Mulheres] do Distrito Federal e [Fórum de Mulheres] do Espírito Santo. Foram as três articulações estaduais que participaram da AMB. [...] Essa Articulação produziu [um] documento elaborado nos encontros de cada estado e no encontro nacional, [que] foi apresentado em Beijing, na Conferência (Entrevistada H, AMB).

Como saldo do evento em Beijing, “[...] as mulheres que foram, tinham mulheres negras, ligadas a partido, sem ser ligadas, voltaram e ficaram com essa ideia de movimentar uma articulação que pudesse organizar as lutas mais gerais nessa perspectiva” (Entrevistada K,

AMB). Conforme outro relato, a motivação principal se fundamentava na compreensão de que a aprovação em Beijing de medidas a serem implementadas pelos governos não garantia a sua concretização (Entrevistada H, AMB). Segundo uma das entrevistadas,

[...] as reivindicações centrais, naquele momento, eram questão dos direitos sexuais, dos direitos reprodutivos, a luta pela autodeterminação reprodutiva, luta pelo direito do campo e do trabalho, lutas no campo do enfrentamento da violência contra as mulheres. Naquele momento, também havia uma grande questão em torno do desenvolvimento, de um lado a política do desenvolvimento, do outro lado a denuncia de como o desenvolvimento não beneficiava as mulheres. A reivindicação de políticas públicas, [do] Estado Laico, a legalização do aborto, essas eram pautas que mobilizavam esse conjunto de militantes feministas, que hoje estão em vários movimentos, umas estão na Marcha, grande parte na AMB (Entrevistada I, AMB).

Então, visando “[...] pressionar, incidir para que o governo brasileiro estivesse comprometido e realizasse as ações” (Entrevistada H, AMB), tiradas na Conferência em Beijing, as militantes e organizações envolvidas na AMB decidiram mantê-la. Entretanto, paulatinamente, a articulação começou a se desorganizar até que, por volta dos anos 2000, na tentativa de se fortalecer e se reestabelecer,

a AMB propôs para outros movimentos nacionais organizados e coletivos de mulheres dos movimentos sindicais, que fosse realizada uma conferência feminista nacional. Em 2002 foi feita a conferência de mulheres brasileiras [...]. Era movimento mesmo, sem participação do governo. Essa conferência decidiu por um documento bem importante, que é a política feminista. A AMB já saiu organizada a partir daí e depois foi se consolidando. Porque tinha o caráter de articulação mesmo, a reunião era quem pudesse ir dos estados, tinha uma secretaria executiva no Rio de Janeiro e depois, em Brasília (Entrevistada H, AMB).

Assim, apenas por volta de 2005, a AMB deixou de se definir como articulação para constituir-se como movimento social (Entrevistada I, AMB).

A origem da AMB e sua organização como movimento social dão algumas pistas para entender este movimento e prosseguir na compreensão sobre sua relação com partidos políticos, com o foco no campo da esquerda. Primeiro, o surgimento desse movimento como saldo das ações da ONU e do feminismo institucionalizado, hegemônico nos anos de 1990. Segundo, ao mesmo tempo, a sua consolidação como movimento social se dá fundamentada em uma crítica que “[...] coloca o feminismo como antissistêmico, que é um feminismo antipatriarcal, anticapitalista e antirracista” (Entrevistada H, AMB). Terceiro, por um lado, a composição original, com a presença de Fóruns, expressa arranjos possibilitados por um contexto em que, após duros anos de Ditadura Militar, de maneira geral os movimentos sociais no país, apostaram na via institucional de luta e em formas organizacionais, como

Conselhos e Fóruns, pois viam possibilidade de pressionar o Estado de caráter democrático, por compreendê-lo como espaço de luta e disputa, apesar de sua natureza classista. Por outro, segundo um dos relatos, a “AMB se manteve, desde sua fundação, como um movimento autônomo e não permite que a gente utilize, por exemplo, recursos que vêm de governos, ou do Estado, então, nossas ações são autônomas, e por isso tem essa radicalidade muito grande” (Entrevistada J, AMB), o que pode sugerir que o movimento busca manter uma relação crítica com o Estado. E, por último, trata-se de um movimento-articulação, como inclusive já expressa em seu nome. Assim, organiza-se como um movimento feminista, ao mesmo tempo, em que é composto por outros movimentos, atuando como organizador destes.

- *Princípios e Objetivos*

Como movimento social, a AMB afirma ser “[...] uma organização política feminista, antirracista, não partidária, [...] articulação feminista anticapitalista, [...] antipatriarcal” (AMB, doc. 17), que se propõe a potencializar “[...] a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos local, nacional, latino-americano e internacional” (Idem) e assume a autodeterminação dos povos como um de seus compromissos. Na carta de princípios da AMB, aprovada em 2008, encontram-se as diretrizes e compromissos que fundamentam a ação política do movimento. Entre os princípios organizativos definidos pelo movimento estão: a autonomia organizativa, política e teórica dos fóruns, redes e articulações da AMB; democracia interna fundada na horizontalidade e participação nos processos decisórios e na não burocratização institucional; livre adesão das mulheres nas lutas feministas; auto-organização das mulheres; alianças com movimentos sociais do campo democrático-popular (AMB, doc 18). Além desses, o movimento toma como princípio o seu caráter de articulação. No documento, afirma:

A AMB reúne, articula e é integrada por mulheres feministas que atuam, em seus diferentes espaços de participação, em nome próprio ou por meio da representação de organizações e movimentos feministas, setoriais de mulheres de movimentos sociais e/ou setoriais de mulheres de partidos políticos (AMB, doc. 18).

Chamamos a atenção para a indicação da presença de militantes partidárias desde a composição do movimento. O que à primeira vista pode parecer contraditório com o princípio da autonomia, que para o movimento refere-se a sua práxis, a sua ação-orientação política-

teórica. E, isso, segundo o relato de uma das entrevistadas indica a capacidade do movimento fazer suas próprias escolhas sem interferências de outros sujeitos políticos, entre eles, partido.

Ela [a AMB] gestou o projeto político, princípios como movimento autônomo, que não depende de decisões, não tem vínculo com decisões de partido, igreja, governo, toma decisões por si mesmo (Entrevistada H, AMB).

O que seria para as feministas da AMB não ter vínculo com decisões de partido, mas ao mesmo tempo, ter nos quadros do movimento mulheres com dupla-militância? A aparente contradição só pode ser entendida se pensarmos que este princípio está diretamente relacionado à forma como este movimento constrói, estabelece relações com outros sujeitos políticos e não a negação desta relação. Esse apontamento fica mais claro se tomarmos o relato feito na introdução deste item, no qual a Entrevistada J (AMB) afirma que o movimento não recebe recursos governamentais, mantendo assim sua autonomia do Estado/governo. Também neste caso, a autonomia diz respeito à forma de relação estabelecida e não a negação do Estado como interlocutor, indicando sentido do movimento não se deixar “cooptar” nem mesmo por governos do campo da esquerda, como fica mais claro no trecho abaixo da fala da mesma entrevistada.

Durante todos esses anos de governo Lula, alguns movimentos se acoplaram de certa forma ao governo e à política do governo federal. E isso, na nossa avaliação, era equivocado (Entrevistada J, AMB).

Por se tratar de um movimento antissistêmico, a AMB elenca como seus objetivos:

Promover a auto-organização das mulheres e de seus movimentos como sujeitos políticos da luta contra a dominação, opressão e exploração das mulheres, e da luta por transformação social; [...] Lutar pela democratização radical do Estado no Brasil e por Estados democráticos na América Latina [...], contrapondo-se à perspectiva neoliberal nos processos de desenvolvimento da economia capitalista na região; [...] Lutar pela democratização do poder, da vida social e dos sistemas políticos, construindo uma cultura política democrática no Brasil e nos outros países da América Latina [...] (AMB, doc. 18).

A AMB compreende a auto-organização como um mecanismo de fomentar o protagonismo das mulheres em lutas que incidem diretamente sobre suas vidas, compreendendo que estas lutas são parte da luta geral da classe trabalhadora organizada com vistas a uma sociedade alternativa, antagônica à capitalista. Para a AMB gênero, classe e raça estão articulados, ao mesmo tempo, orientada por uma visão de mundo socialista, compreende que a construção de uma nova sociedade só pode se dar a partir de uma transformação radical do processo de trabalho e da produção e distribuição da riqueza, que deverão ser direcionados para a

coletividade e não fundados na propriedade privada como ocorre no capitalismo. Sobre este aspecto o movimento afirma que:

Almeja o trabalho livre da lógica de acumulação capitalista das riquezas, orientado para a satisfação das necessidades de todas as pessoas e não para o lucro e a vantagem particular. [...] Atua para construção de uma outra economia, com divisão do trabalho justa e democrática, políticas redistributivas das riquezas produzidas e que garantam a autonomia econômica para todas as mulheres, no campo, na floresta e nas cidades (AMB, doc.18).

Portanto, para a AMB a autonomia econômica é fundamental para a plena emancipação das mulheres.

- ***Principais pautas de reivindicação***

As pautas da AMB estão no campo de lutas historicamente defendidas por diferentes correntes do movimento feminista. Assim, entre suas pautas, encontra-se a defesa: da autonomia e da liberdade das mulheres; do direito reprodutivo e do direito ao aborto; da superação da divisão sexual do trabalho; da democratização do sistema político; da laicidade do Estado. O movimento repudia, entre outras questões, a cultura política patriarcal e racista, bem como, toda forma de violência contra as mulheres e de exploração e mercantilização dos seus corpos e sexualidade, colocando-se contra a lógica heterossexista e lesbofóbica da sociedade capitalista (AMB, doc. 17).

Como forma de organizar suas pautas, a AMB busca construir frentes de lutas, que “[...]são frentes que pegam grandes questões, problemas, da sociedade” (Entrevistada K, AMB), tais como: “Enfrentamento ao Racismo, Democratização do Poder, Descriminalização do Aborto, Enfrentamento à Violência Contra Mulher, entre outras” (AMB, doc. 19) para direcionar a atuação do movimento em todo o Brasil (AMB, doc. 20). A questão sócio-ambiental e a questão da lesbofobia são pautadas em outras frentes de luta (Entrevistada K, AMB).

Além destas pautas, na Tabela 1b apresentamos as pautas defendidas pelo movimento e pontos aos quais ele é crítico que identificamos nos 16 documentos selecionados, entre notas públicas, moções de repúdio, textos informativos e de opinião, da AMB.

Tabela 1b - Pautas expressas nos documentos da AMB

	Defesa	Contra
2014	Educação Demarcação de terras indígenas e quilombolas Democratização do poder Judiciário Democratização dos meios de comunicação Desmilitarização da PM Política agrária baseada na Política externa com foco nos países do sul Políticas públicas (combate ao machismo, racismo e homofobia, com foco na juventude) Direitos sociais Produção agroecológica Reforma política (popular e democrática) Reforma sanitária Reforma tributária progressiva Soberania alimentar Direitos das mulheres Descriminalização e legalização do aborto	Contra as privatizações dos bens e serviços públicos
2015	Democracia Direito à saúde Direitos Políticas públicas que promovam igualdade Reforma política (democrática) Taxação das grandes fortunas Transformação social Tributação mais progressiva	Conservadorismo PL 5069 Violência contra as mulheres.
2016	Democracia Reforma política	Ultraliberalismo Forças de direita
2017	Democracia (participativa) Comunidades quilombolas Direitos da população cigana Direitos das mulheres Direitos dos emigrantes. Direitos dos indígenas Direitos dos negros Direitos sociais, Direitos trabalhistas Terras indígenas, Voto popular	
2018	Democracia	

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa.

Listamos na Tabela 2b as principais pautas do movimento que apareceram nas falas das entrevistadas.

Tabela 2b - Pautas expressas nos relatos das entrevistadas da AMB

Defesa	Contra
Direitos reprodutivos	Criminalização de mulheres
Democratização do poder	Lesbofobia
Políticas públicas	Racismo
Desmilitarização do Estado	Reforma da previdência
Justiça socioambiental	Reforma trabalhista
Legalização do aborto	Superexploração do trabalho
Legalização do aborto	Violência contra as mulheres
Previdência pública e universal	
Reforma política	

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa.

A cada período, o movimento define a partir da conjuntura qual/quais frente(s) de luta(s) será/serão prioritária(s) para sua atuação, como indica uma entrevistada.

Hoje a AMB está organizada em algumas frentes de luta: a luta contra o racismo, a luta contra a superexploração do trabalho, a luta por políticas públicas, a luta pela legalização do aborto, a luta pelo fim da violência contra as mulheres, a luta por justiça socioambiental, contra o modelo de desenvolvimento capitalista, [a luta pela] previdência pública e universal. Mas, nesse momento, a partir do ano passado [2016], a nossa prioridade tem sido as lutas pelo fim da violência, pela legalização do aborto - por conta de toda ofensiva fundamentalista - a luta contra a reforma da previdência e contra a reforma trabalhista, a luta contra o pacote do governo golpista de formas antidireitos. Essas são nossas lutas prioritárias hoje. [...] E, durante o ano, as decisões, e as pautas, dependem das estratégias. Esse ano [2017], decidimos que nossa estratégia de luta será sempre centrada na frente da legalização do aborto, contra a criminalização de mulheres, dada a conjuntura atual. No semestre que vem a gente se reúne de novo e verifica se isso permanece (Entrevistada I, AMB).

A gente tem uma proposta na nossa plataforma feminista, que precisa ser revisitada, de reforma trabalhista e previdenciária. As principais reivindicações pra gente nesse momento são as que sempre tiveram para o campo do feminismo, atualmente inclusive fazemos a análise que houve grande retrocesso. [...] Se eu puder dizer qual é a nossa reivindicação, é uma vida com dignidade para as mulheres, porque reconhecemos que vivemos numa sociedade machista, classista, homofóbica, heteronormativa, e que a gente precisa respeitar os direitos à diversidade e individualidade de cada um (Entrevistada K, AMB).

O relato desta entrevistada da AMB resume bem a preocupação exposta também por este movimento sobre a conjuntura atual marcada pelo acirramento da crise capitalista que no Brasil se expressa em uma profunda uma crise política, que culminou no impeachment da presidenta Dilma. O movimento considera os perigos iminentes para as mulheres, com as reformas regressivas propostas pelo governo Temer, caracterizado como de extrema-direita, pois, as ações tanto possuem um caráter neoliberal como também conservador. De forma que, se por um lado a AMB

Tem reivindicações que são permanentes, como a legalização do aborto, contra a violência, e tem coisas específicas, por exemplo, na luta contra violência, a questão de denúncias, de equipamentos públicos, lei Maria da Penha. Isso vai variando de acordo com o momento (Entrevistada H, AMB).

Por outro, a conjuntura atual tem levado a AMB a direcionar suas ações para pautas de defesa de direitos de toda a classe trabalhadora, pois, considera que o ataque a esses direitos implicará em impactos ainda mais devastadores para as mulheres.

- ***Desafios da luta pela defesa da democracia***

No que diz respeito à compreensão da conjuntura atual e dos reflexos da crise capitalista sobre a democracia brasileira, AMB considera a defesa da democracia uma pauta primordial.

É com a certeza de que temos, como movimento social, cumprido nosso papel na defesa intransigente da Democracia, e, em especial, na luta do enfrentamento a todas as formas de discriminação, violência e opressão contra as mulheres, que afirmamos que nós, mulheres, não podemos pagar por essa crise! (AMB, doc 08, 2015).

A grave crise que atravessamos deve ser enfrentada em diálogo com as forças sociais que historicamente vem lutando em defesa dos direitos, da democracia e da transformação social nesse país (AMB, doc. 10, 2015).

O momento exige, mais uma vez, reforçar nossa luta e nossa resistência pela democracia nas ruas, nas redes e em todos os lugares (AMB, doc. 13, 2016).

Exigimos a democratização do poder para todas as brasileiras e brasileiros, o que não se dará sem a Reforma Política sobre a qual temos debatido e reivindicado nos últimos anos (AMB, doc. 15, 2017).

A Plataforma Política dos Movimentos Sociais assinada por várias organizações do Brasil, entre os quais AMB (doc. 03, 2014; também compartilhado pelo MMC, doc. 02, 2014), traz em seus pontos de defesa expressões como “Democracia Direta”, “Democratização dos Meios de Comunicação”, “Democratização da Educação”, “Reforma Agrária, que de fato democratize a estrutura da propriedade fundiária e garanta terra a todos/as os sem-terra” e “Democratização do Poder Judiciário”, demonstrando que a democracia não é um valor em abstrato, mas sinaliza pautas concretas a serem levadas a cabo na luta dos movimentos sociais

- ***Estratégias de Luta e atividades***

A AMB tem utilizado de estratégias que mesclam ações diretas e institucionais, em espaços voltados à participação social, a depender do contexto político.

Por exemplo, participa de conferências para reivindicar políticas públicas para mulheres. Essa é uma estratégia de atuação em governos democráticos, não existindo governos democráticos, a estratégia é outra. Agora, [a estratégia] é de jogar peso na rua e na ação direta, [pois é um] momento de resistência ao golpe. Agimos de acordo com a conjuntura (Entrevistada H, AMB)

O movimento indica que o contexto requer ações mais diretas. Demonstra que não dá para ocupar espaços que fomentam a democracia em contexto de governo de caráter antidemocrático, uma vez que, estar nestes espaços significaria dar legitimidade ao golpe, assevera uma das entrevistadas.

[...] Hoje [2017], temos no Brasil esse presidente postiço e tem movimentos sociais que não saíram dos conselhos, por exemplo, o conselho da mulher. Tem movimento que permanece validando, pelo dito controle social. Primeiro houve esse golpe e partidos de esquerda por de trás desse movimento. Já a AMB não aceita nada relacionado ao Temer, porque ele sempre vai ser o golpista. Por exemplo, há pouco tempo apareceu uma petição da anistia internacional e nós não assinamos, porque assinar algo que envolve o presidente Temer é aceitar ele como presidente. Para ter essa radicalidade é necessário ter uma autonomia radical (Entrevistada J, AMB).

As militantes da AMB apostam na relação com outros movimentos sociais para construir lutas em comum e se fortalecerem frente à conjuntura adversa. Esse movimento tem se utilizado de estratégias criativas para levar suas bandeiras de luta, além de ações mais tradicionais como fechamento de estradas.

Como estratégia de luta, a gente se junta muito com outros movimentos, principalmente, nesse momento. Mas a gente realiza vigília, [...] fechamos a BR com nossos cartazes [...]. Em alguns estados a gente tem a batucada, em outros tem grupo de teatro [...] (Entrevistada K, AMB).

Com base nas suas estratégias de luta a AMB desenvolve diversas ações com mulheres, segundo uma das entrevistadas,

As principais atividades desenvolvidas são as mobilizações, principalmente, de enfrentamento à conjuntura de retrocesso [...]. A gente tem se juntado com outros movimentos e ido para rua. A gente faz escracho na rua. Nossas principais atividades são também que os fóruns (as AMB nos estados) fazem (Entrevistada K, AMB).

- ***Forma de organização***

A AMB é um movimento de caráter nacional, que possui base em 17 estados brasileiros, atualmente (Entrevistadas H e I). Apesar do caráter nacional, ainda tem pouca presença nas regiões sul e sudeste,

[...] no sul, só [tem] em Chapecó, no sudeste tem uma presença mais forte no Espírito Santo, no Rio e [em] São Paulo não tem nada. Mas, Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm uma presença muito forte (Entrevistada H, AMB).

A estrutura organizativa da AMB integra: uma coordenação nacional, composta por militantes, que “[...] tem a tarefa de articular e impulsionar os processos nacionais, cuidar das dimensões organizativas: comunicação, articulação, política de aliança e a própria organização do movimento” (Entrevistada I, AMB); duas coletivas nacionais: uma de formação, responsável por organizar a formação política interna do movimento, isto é, direcionada às suas militantes, e uma de comunicação, responsável em pensar e construir a política de comunicação externa, ou seja, direcionada à sociedade e não apenas a sua militância (Entrevistada K, AMB); além das “frentes de luta, que são coletivos que têm a responsabilidade de liderar as lutas que são prioritárias em determinado período” (Entrevistada I, AMB). Segundo uma das entrevistadas, a AMB está com

[...] nove frentes de luta hoje e de acordo com a conjuntura a gente define as lutas prioritárias. Como na última plenária as lutas prioritárias foram: antirracista, legalização do aborto, e por conta da ofensiva dentro do congresso nacional, [...] então são: frente antirracista, legalização do aborto e a frente de democratização do poder, [...] há outras frentes, como a socioambiental, mas nossa prioridade enquanto movimento nacional hoje está centrado nessas três frentes (Entrevistada J, AMB),

Além destas, o movimento conta com os agrupamentos estaduais.

Em cada estado existe o que a gente chama de agrupamentos estaduais - que são fóruns de mulheres em alguns locais, em outros são rede de mulheres, em outros têm fóruns de mulheres que são estaduais e ao mesmo tempo têm movimentos regionais que são parte desses fóruns - com essas diferentes configurações. Em outros lugares existe núcleo ou grupo de militantes [...] e existem militantes mulheres que não são de grupos ou coletivos, são [as] que se identificam com a AMB. Então, nós somos uma articulação de mulheres, que majoritariamente estão estruturadas, fazendo a militância nos estados, nesses agrupamentos estaduais, que são vinculados a AMB (Entrevistada I, AMB).

A heterogeneidade das configurações estaduais demonstra que o movimento não possui uma forma de organização pré-determinada e rígida. As militantes de cada estado constroem o movimento, com base no que consideram ser mais adequado à sua realidade. Esta estrutura organizacional expressa uma crítica à forma como alguns setores da esquerda se organizam e como a relação entre sua militância e a liderança é construída. Uma entrevistada explica:

Pensando a história política, social, a gente tem uma esquerda muito estruturada nos modos antigos. Se você pega um sindicato, [ou] uma associação, tem uma estrutura de organização de presidente, coordenador, [em] que as pessoas mandam, dizem "quem é a base?". A gente tenta desconstruir esse conceito. Não é porque eu era, estava, como uma das coordenadoras nacionais que eu tinha mais poder que

qualquer outra militante da AMB. Não é [apenas] uma coordenadora que pode representar a AMB em qualquer espaço, [mas] é qualquer militante da AMB [que] pode representar a AMB em um espaço político para o qual for convidada, se ela assim se sente capaz e a plenária diz "pode ir", [porque] você faz uma consulta (Entrevistada K, AMB).

O relato, em outras palavras, invoca a horizontalidade como um caráter importante na forma como as militantes se relacionam. Trata-se de desconstruir hierarquias entre aquelas que ocupam espaço de liderança e as que constituem a base do movimento. Esta horizontalidade também aparece na forma como o movimento constrói suas estruturas organizacionais. Este segundo aspecto fica evidente em outro trecho da fala da mesma entrevistada, que mostra como a representação nacional é escolhida.

A coordenação é tirada na plenária nacional, a cada três anos. A gente faz uma discussão ampla na lista e as pessoas vão apontar [os nomes]. Não é uma representação por estado, [por exemplo,] essa plenária agora, a gente elegeu, [quer dizer,] a gente não faz voto direto, a gente indica, foram indicadas nove companheiras de vários estados para compor a coordenação nacional (Entrevistada K, AMB).

- *Frequência das reuniões*

Devido à forma de organização e expressividade nacional da AMB, a frequência das reuniões apresenta variação que ocorre devido à instância organizacional, por exemplo, se é reunião da coordenação nacional ou do agrupamento estadual; ao tipo de reunião, se é reunião de alguma frente ou dos coletivos; e depende também do perfil das organizações de cada estado. Por exemplo, uma das entrevistadas indicou que no seu estado as reuniões são quinzenais, “mas tem em outros estados da federação, agrupamentos que se reúnem uma vez por mês, outros uma vez por semana, [portanto,] varia de acordo com o local” (Entrevistada H, AMB). A fala de outra resume bem a dificuldade que seria precisar este dado sobre a frequência, até mesmo a partir de uma média.

A gente tem que pensar em três escalas para eu conseguir responder isso. Nós temos a escala local, regional e nacional. Como a AMB é um movimento nacional, eu tenho mais dificuldade de responder essa frequência, pois, depende da frente de luta [...]. Então isso vai depender da frente da luta que você está inserida, para ir a reuniões nacionais, cursos ou formações. [...] E, vai depender do estado e da mulher: quem é essa mulher, onde ela está inserida, quais correntes ela atua. E, além das frentes, a gente tem coletiva, temos duas coletivas: coletiva de formação e a coletiva de comunicação (Entrevistada J, AMB).

Sobre a frequência dos encontros nacionais, as entrevistadas indicam:

As plenárias são anuais, [as] que definem nossas prioridades estratégicas. [...] Nós temos uma plenária que acontece a cada ano, onde a gente faz uma análise de conjuntura. No máximo a cada dois anos, a plenária reúne o conjunto de militantes [...]. A cada quatro anos a gente, também, busca fazer um encontro nacional da AMB, que é um espaço amplo de participação (Entrevistada I, AMB).

Se gente olhar em escala nacional a AMB, vamos ter um encontro anual, que é a plenária nacional. Vão mulheres do Brasil inteiro, que não são delegadas, porque tudo se discute via consenso, [de forma] progressista (Entrevistada J, AMB).

Portanto, até mesmo em âmbito nacional, a frequência das reuniões depende do tipo de encontro, se é uma plenária de deliberação ou se é um encontro de formação. Nos chama a atenção, no segundo relato, a ressalva da entrevistada em indicar que quem participa dessas plenárias nacionais não são delegadas, uma vez que o relato, abaixo, de outra entrevistada indica que a escolha das participantes é feita a partir dos estados. O que nos leva a pensar que a Entrevistada J refere-se ao mecanismo da escolha, ou seja, não são delegadas porque não foi votado e sim, decidido de forma consensual quem iria.

[quem] participa da reunião, da plenária, [é] o estado [que] discute e tira. Dessa vez agora foram 6 pessoas por estado. Localmente, participa das reuniões todo mundo que se identifique com a AMB, que concorde com a carta de princípio (Entrevistada K, AMB).

Entretanto, ao discorrer sobre a média de participantes, o relato da entrevistada K mostra que, a depender do objetivo da reunião e dos recursos para realizá-la, as militantes orgânicas podem acabar tendo prioridade na participação em detrimento das outras. O que a entrevistada chama de militantes orgânicas, em nossa avaliação é, justamente, as que cumprem um papel de intelectual orgânico em termos gramscianos. E, são lideranças, ainda, que não sejam lideranças formais ou que não sejam nomeadas desta forma. O que queremos ressaltar é que há no interior do movimento pessoas que cumprem uma função de núcleo duro do movimento e possuem uma atuação mais diretiva, ainda que este núcleo duro não seja centralizado. Em sentido diferente do que indicam autores como Castells e Gohn sobre os arranjos horizontais dos movimentos atuais, como vimos na primeira parte de nosso trabalho.

Como AMB, a média varia. Agora mesmo a plenária nacional [contou] com 50 participantes, não dava para ser grande por falta de recursos, mas também para os objetivos, pensar estrategicamente a luta para ao próximo ano, então, tinha que ser as mulheres que estão mais organicamente construindo nos locais, para pensar ações nacionais, o que fazer. A gente já teve uma plenária com 100, já fez um encontro com mais de 200 pessoas. A depender do objetivo e do contexto (Entrevistada K, AMB).

Mas, “em geral essa plenária [nacional] tem participação de 100 mulheres que vem dos 17 estados” (Entrevistada I, AMB). A média de participação nos agrupamentos estaduais também

varia conforme o estado, as entrevistadas relatam, por exemplo, médias entre 25 e 40 participantes (Entrevistadas H e I).

- ***Definição de pautas, processos decisórios e desenvolvimento de atividades***

Na plenária nacional da AMB, as militantes presentes decidem sobre as pautas, as estratégias e as táticas que irão direcionar as ações nacionais no decorrer do ano (Entrevistada J, AMB).

O processo decisório é realizado com base no consenso.

Nós vamos discutindo e se não tiver consenso, [é porque] não está maduro. E se não tem consenso, sai. A gente nunca vota. Então, as mulheres reunidas em plenária nacional, presentes fisicamente, vão discutir várias coisas que agente passou o ano discutindo e alimentando o debate para tomar decisões nessa plenária nacional, e nessa plenária nacional se decide estratégias e táticas de luta, assim como decisões da nossa auto organização (Entrevistada J, AMB).

Portanto nessa plenária são definidas as prioridades do movimento, por isso, nesse espaço, também são realizadas análises de conjuntura e debates sobre os desafios organizativos (Entrevistadas H e I, AMB). A partir destas definições gerais, no cotidiano, a coordenação nacional e as frentes de luta consultam a militância e decidem como realizar os encaminhamentos necessários para realizar as ações (Entrevistada H, AMB).

A gente tem uma lista de emails, a gente tem um grupo de *whatsapp* que facilitam muito nossa articulação, nossa comunicação e a tomada de decisão. Para gente tomar decisão, isso é feito a partir de um processo de consulta nesses instrumentos de comunicação. Partes dessas decisões são tomadas na plenária, outras, que são mais cotidianas, são tomadas nesses espaços de comunicação [...]. [Ou seja, via] consulta direta da coordenação aos agrupamentos, mas em geral, são feitas pela lista de comunicação e no espaço da plenária (Entrevistada I).

A construção das pautas nacionais é realizada de forma coletiva e são transmitidas para os agrupamentos estaduais e locais, que por sua vez, possuem autonomia para toma suas próprias decisões, tanto no sentido de acatar as pautas nacionais quanto no de construir novas pautas mais adequadas à sua realidade.

[os agrupamentos estaduais] organizam sua pauta de luta a partir das definições estratégicas da AMB, mas, fazem suas próprias lutas locais e a partir dessas lutas locais também alimentam a própria definição das pautas de lutas nacionais da AMB. Essa é uma coisa interessante no nosso modo de funcionar, nós não temos essa pauta nacional que todos os movimentos fazem no local, nós temos prioridades estratégicas e lutas comuns, que todo mundo faz nos seus contextos, mas também há lutas que são próprias de cada contexto local, tem essa relativa autonomia (Entrevistada I, AMB).

As lutas prioritárias para o próximo ano quem vai determinar e quem determina é a plenária nacional e quando volta para os estados, [esses] têm autonomia de implementar, de fazer a luta ou inventar outra luta se for o caso, de achar [que] a luta não está de acordo com o que a plenária tirou (Entrevistada K, AMB).

O processo de construção das pautas, portanto, expressa o esforço desse movimento em concretizar o princípio da horizontalidade. Esse tem sido um dos seus grandes desafios citados pelas entrevistadas, sobretudo, pela AMB ser uma organização nacional e que apresenta uma composição da militância muito diversa, como afirmam duas entrevistadas.

Ser um movimento horizontal nacional exige muita organização e isso é uma dificuldade muito grande. Manter uma organização coletiva, tomar definições coletivamente, tomar posição coletivamente em um movimento nacional em um país [de dimensão] continental não é uma tarefa fácil, muitas vezes, a gente demora a tomar posição por conta dessa construção, mas [a gente] tenta na medida do possível tomar posição. Construir lutas nacionais também não é uma tarefa fácil, a partir desses princípios de organização [...]. A gente é um movimento muito plural, de mulheres da classe média, que são da organização, mas, majoritariamente, são mulheres das classes populares, mulheres sindicalistas, mulheres trabalhadoras, de mulheres que são de povos indígenas, de mulheres negras, de mulheres da classe trabalhadora mesmo e isso cria dificuldade objetivas e também para a militância, mas, sempre foram as pessoas com as piores condições que lutaram, mas, dificuldades em termos da gente se manter articulados, de construir lutas locais que sejam lutas ao mesmo tempo nacionais (Entrevistada I, AMB).

A maior dificuldade é que somos muitas, somos plurais. Somos negras, brancas, indígenas, pardas, de classe média, pobres, a gente tem um número significativo de mulheres sem trabalho. A grande dificuldade é mobilizar nesse país de tamanho continental, construir um movimento nacional, mas, por outro lado, a gente não tem recursos. A gente quer fazer um movimento horizontal e autônomo e isso nos custa muito (Entrevistada K, AMB).

Construir um movimento feminista de caráter nacional, em um país como o Brasil, requer expertise para lidar não só com os desafios da própria diversidade das mulheres, mas também com as diferenças regionais do país e com as próprias dificuldades do movimento, tais como, de autofinanciamento e comunicação entre as militantes, como também outras duas entrevistadas indicam.

[...] dificuldade de se autofinanciar e muitas mulheres do movimento tem dificuldade de acesso à *internet* (Entrevistada H, AMB).

A gente teve uma grande queda de financiamentos internacionais e também um grande ataque às políticas públicas, então, a dificuldade dos movimentos sociais de se manterem é grande (Entrevistada J, AMB).

A construção de um movimento gera custos que sua militância nem sempre consegue arcar. Por isso, o processo de levantar recursos financeiros e materiais pode revelar relações com outros sujeitos políticos, em alguns casos, sustentáculo do movimento.

- *Recursos materiais e financeiros*

O processo de financiamento das ações nacionais da AMB vem basicamente de recursos conseguidos via projetos apresentados por ONGs organicamente ligadas ao movimento. Este aspecto é revelado por todas as entrevistadas da AMB. Em determinado momento de sua trajetória, a própria AMB chegou a se institucionalizar, conseguindo recursos de projetos financiados inclusive por uma instituição de renome internacional, qual seja, a Fundação Ford. Atualmente, o movimento conta com os recursos advindos, principalmente, da SOS Corpo e do CFEMEA. Entretanto, conforme os relatos, a própria militância da AMB tem buscado formas alternativas de autossustentação que, sobretudo, em âmbito local são a principal fonte de recursos para realização de atividades do movimento.

A questão do financiamento. Teve um período que a AMB tinha uma secretaria executiva, tinha CNPJ, fazia projeto e conseguiu financiamento não muito grande com a fundação Ford. E, isso facilitava ações nacionais. Hoje, está sem projeto de financiamento, dificulta muito. Às vezes tem apoio de ONGs que são do campo do movimento feminista que a AMB constrói, [por exemplo,] a SOS Corpo tem projetos de financiamento [...]. No plano local, fazemos diversas campanhas, venda de camisetas, tem brechó em quase todos os estados, com isso a gente consegue um deslocamento, quando vai para manifestação, um deslocamento para levar os tambores [...] (Entrevistada H, AMB).

É tudo basicamente autossustentado, a partir da militância, mas nós também temos apoio muito forte das organizações feministas que são integrantes da AMB, o próprio SOS corpo, CFEMEA, [...] e outros coletivos que tem acesso a financiamentos buscam, também, seus recursos para fortalecer a Articulação das Mulheres Brasileiras, isso também é uma forma importante de apoio. A gente também tem a prática de autofinanciamento das nossas atividades. Então, sempre que tem uma plenária a gente constrói um fundo, a gente tem doação de milhas, a gente busca apoios. É parte da nossa estratégia de financiamento. E, a gente busca também, projetos próprios, feitos pela AMB ou pelas organizações integrantes da AMB, as organizações integrantes cumprem esse papel de apresentar um projeto para fortalecer e financiar as ações da AMB. [...] Agora mesmo todos os agrupamentos estão se mobilizando, fazendo bazar, fazendo feijoada, doação de milhas, enfim, essas são as formas de nos mantermos e de nos financiarmos (Entrevistada I, AMB).

As atividades do movimento nacional são autofinanciadas por organizações parceiras e por projetos que se faz para fundos. [...] Normalmente uma organização amiga empresta o nome, por exemplo, SOS Corpo, no SOS Corpo praticamente todas as mulheres que estão lá são da AMB, elas atuam como organização não governamental desde 1989, entre outras organizações. Essas organizações mais estruturadas emprestam o nome e apoiam as ações por meio de projetos (Entrevistada J, AMB).

Nós não temos recurso e agora muito menos. Como não somos ligadas a partido, a gente então pega dinheiro de fundos público e de fundos privados, a gente tem

pouco, não tem recurso. Enquanto AMB funciona com os recursos autogestionados, das militantes. [...] Os recursos vêm de projetos específicos que as organizações, [como] CFEMEA, SOS, [...] fazem para desenvolver atividades com a AMB. São várias organizações que apresentam projetos, normalmente, são fundos estrangeiros para desenvolver atividades. [...] Outra coisa são os agrupamentos locais, que produzem camisa, chapéu, essas coisas para vender e se autossustentar localmente. Assim que os recursos chegam para a gente (Entrevistada K, AMB).

Note que no último relato é afirmada a autonomia financeira do movimento em relação a partidos políticos, considerados pela entrevistada um mediador para conseguir recursos governamentais.

6.2.3 Movimento de Mulheres Camponesas

O surgimento de um movimento de mulheres de caráter popular e camponês no Brasil, segundo uma das entrevistadas do MMC, remete aos anos de 1980, quando mulheres camponesas ou trabalhadoras rurais, como algumas se designavam, buscaram construir espaços auto-organizados, composto por mulheres do campo para pensar sobre suas condições como tal, discutir pautas e propor ações coletivas em espaços em que suas demandas fossem prioritárias tanto quanto as outras lutas da classe trabalhadora (Entrevistada M, MMC). O relato desta entrevistada recupera um contexto em que as interpretações de parcelas da classe trabalhadora organizada tomavam o movimento sindical como o potencial sujeito revolucionário e com isso, priorizaram esta forma de organização e suas lutas, já que estas expressam a dinâmica da luta de classes, e colocou em um segundo plano as demais formas de organização e de lutas. Um trecho da fala da entrevistada resume bem como era a relação entre o movimento feminista e as organizações da esquerda no país.

As mulheres perceberam e percebiam que todas as pautas que eram importantes para elas enquanto mulheres permaneciam, de certa forma, secundárias na questão sindical. As mulheres não podiam se candidatar a presidentas do espaço sindical. Na luta pela terra, algumas pautas das mulheres ficavam secundárias, os temas e [as] questões de violências domésticas que aconteciam em acampamentos não eram trabalhados, não eram considerados problemas a serem discutidos como problemas políticos, dentro do conjunto do movimento. Então, eram situações que as mulheres foram percebendo que elas eram mulheres do campo que lutavam igual e com pautas similares à luta sindical, às lutas de outros movimentos, mas que tinham especificidades enquanto mulheres. E, que essas especificidades enquanto mulheres não deveriam ser entendidas como secundárias ou que poderiam ser resolvidas depois. Mas, que deveriam ser resolvidas e discutidas paralelamente ou de forma conjunta e com igual interesse e com igual importância com os outros temas. E, elas começam a se auto-organizar especificamente como mulheres (Entrevistada M, MMC).

Durante os anos de 1980, duas grandes articulações, uma da região sul e outra da região nordeste, foram organizadas por mulheres trabalhadoras rurais ou camponesas que participavam de diferentes movimentos. Segundo outra entrevistada,

as mulheres do nordeste, [eram] muito mais próximas de um debate feminista, a partir de algumas organizações internacionais que faziam o debate feminista e as do sul [eram] muito mais próximas da CLOC, a Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo, que era muito mais ligada a pauta de reforma agrária (Entrevistada L, MMC).¹⁸³

Estas articulações serviram de espaço para discussões coletivas e construções de lutas comuns a serem realizadas nos estados. Em 1989, estas duas grandes articulações se juntaram e realizaram a primeira reunião nacional, com mulheres de várias organizações (Entrevistada M). Em 1995, com o propósito de unificar as mulheres organizadas em diferentes movimentos sociais e eclesiais rurais, tais como, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Atingidos pelas Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e sindicatos de trabalhadores rurais, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMC, doc.20).

Esta Articulação realizou várias ações, tais como: acampamentos estaduais e nacional, participação em datas históricas de luta, produção de materiais educativos (panfletos, vídeos, cartilhas e outros), formação ideo-política. Voltou-se para a luta por reforma agrária, direitos sociais, especialmente, saúde e previdência social, entre outras bandeiras. O acúmulo teórico e prático formado nesses momentos levou a compreensão de gênero e classe como dois eixos da luta das mulheres (MMC, doc. 20).

Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero (MMC, doc. 20).

¹⁸³ “A Coordenação Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina) é uma instância de articulação continental com 16 anos de compromisso constante com a luta social que representa a movimentos camponesinos, de trabalhadores e trabalhadoras, indígenas e Afrodescendentes de toda América Latina. No presente, contamos com 84 organizações em 18 países de América Latina e do Caribe [...]. A CLOC é a aliada direta da Via Campesina Internacional no nosso continente [...]. Se constitui formalmente no congresso realizado em Lima, Peru, do dia 21 a 25 de fevereiro de 1994 [...]. Embora a CLOC tenha nascido esse ano, sua caminhada começou anos atrás sob o impulso de organizações, não afiliadas internacionalmente que concordaram com a necessidade de articular um espaço próprio e autônomo. Mas, particularmente, esse impulso foi potencializado pela realização da ‘Campanha Continental 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular’ (1989-1992), convocada por organizações campesino-indígenas da Região Andina e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do Brasil [...]” (CLOC, 2010, tradução nossa).

Entre os finais desta década e início de 2000, essas mulheres passam a debater sobre a necessidade de transformarem esta Articulação em um movimento camponês auto-organizado por mulheres (Entrevistadas M, MMC). Sobre o caráter feminista do movimento, a militante esclarece:

nós não nascemos lá nos anos 80 como um movimento feminista, nós fazíamos debates de gênero e classe [...]. Nós fomos percebendo com o passar do tempo, com o estudo, o aprofundamento da organização e da luta, que a nossa prática era uma prática feminista e o quanto o feminismo contribui para a luta pelos direitos das mulheres, pela emancipação das mulheres. E, nós nos identificamos e passamos a nos assumir como movimento feminista [...]. Nós nos identificamos como feministas, mas damos também a esse feminismo um sobrenome, então, nós estamos agora no processo de aprofundamento e de construção do debate do feminismo camponês popular como uma estratégia desde as mulheres do campo para a luta de emancipação das mulheres camponesas, mas também para as lutas de emancipação dos povos do campo (Entrevistada M, MMC).

Assim, paulatinamente, as mulheres desses movimentos sociais rurais procuraram se unificar e construir um movimento autônomo de mulheres que pudesse alcançar projeção nacional. Desta feita passaram a organizar trabalhos de base em âmbitos municipal e estadual que culminaram na realização de um curso nacional, entre 21 a 24 de setembro de 2003, do qual participaram 50 mulheres, representantes de movimentos sociais rurais, oriundas de 14 estados. Neste curso ficou definida a organização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, doc. 20). Os debates teóricos no decorrer do curso sobre a “categoria camponês” levaram o MMC a definir:

[...] mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas (MMC, do. 20).

Desta feita, o movimento tornava mais claro os grupos para concentrar suas ações de mobilização para a luta pela emancipação da mulher, fundado no entendimento de que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta” (MMC, doc. 20). Fundamentadas nesta compreensão, as militantes camponesas justificam em alguns pontos, os motivos pelos quais acreditam ser necessária a construção do MMC, dos quais destacamos:

- porque temos capacidade de articulação com amplo campo de entidades e movimentos que lutam, acreditam e possuem identidade com o Projeto Popular. Entendemos que entre os movimentos aliados há uma unidade de valores, princípios e lutas que foram sendo construídas historicamente por mulheres e homens;
- porque nós, mulheres camponesas, temos a capacidade de decidir e dirigir nossas ações;

- temos o acúmulo necessário, obtido pela experiência do enfrentamento com o modelo neoliberal que produz, ao mesmo tempo, a opressão de gênero e a exploração de classe que fere a dignidade de mulheres e de homens, jovens e idosos, negros, brancos e indígenas;
- Porque entendemos que é necessário avançar na continuidade das lutas específicas e gerais, enfrentando o sistema neoliberal e ao machismo que explora as mulheres e a classe trabalhadora; (MMC, doc. 20).

Princípios e Objetivos

Já neste breve resgate da história de organização do MMC fica nítido que a autonomia é um dos seus princípios e, se considerarmos os relatos das entrevistadas, ele é o principal. A fala de uma das militantes indica que a autonomia tem o sentido de uma organização independente, livre de interferências ou influências de sujeitos políticos externos ao movimento, tais como partidos políticos e diferentes formas de movimentos sociais que poderiam agir no sentido de impor suas determinações e subjugar as decisões do próprio movimento.

Autonomia é um princípio e esse é um debate que a gente faz com muita tranquilidade, que é: ser um movimento autônomo, onde não tem uma ingerência nem de partido, nem de sindicato, nem de outros movimentos sociais e veja, nossa base tem quilombolas e que são da CONAC, por exemplo que é a coordenação como também tem quilombolas que não, e são organizados em outras coisas, tem atingidos por barragens, tem Sem-Terra. Então, tem mulheres que são base de outros movimentos, mas, a gente precisa que o MMC tenha autonomia em relação a esses movimentos, da mesma forma com partidos. Só que essa autonomia não é negar nem a necessidade desses outros movimentos, a importância deles, e nem a necessidade de partidos e a importância deles. É como a gente constrói dentro das instâncias, dentro do próprio movimento as decisões e quem é de outra coisa para além do MMC, por exemplo, quem é de partido, leva suas posições, se passar, passou, e se não passar, a decisão é tomada [...]. [E] pensando nessa coisa de “2013”, que autonomia virou quase um apartidarismo, então, para a gente não é isso, mas, é algo que a gente tem sempre que se debruçar para entender melhor qual é essa autonomia e qual a relação, é classista. Claramente, para a gente não tem mudança na vida das mulheres sem uma mudança no sistema capitalista (Entrevistada L, MMC).

A autonomia, portanto, tem o sentido de indicar uma nova forma de relação estabelecida entre esse movimento e os partidos políticos ou outras organizações da esquerda; tem o sentido de afirmar que os rumos deste movimento são definidos coletivamente pelas próprias mulheres que o constroem. E, ainda que, no âmbito individual, algumas dessas mulheres possuam orientações político-partidárias e as leve para o interior do movimento, por meio de proposições teóricas e propostas de ação, isso não significa que serão acatadas. Assim, como

outras as que forem feitas por outras mulheres, estas proposições e propostas são submetidas ao conjunto das militantes que após debaterem-nas, decidirão coletivamente sobre qual será a posição do movimento. Por outro lado, fica claro que a dupla militância é um mecanismo utilizado pelos partidos de esquerda para estabelecer relação com os movimentos sociais e com isso, conseguir ampliar suas bases e construir novos quadros. A mudança parece ser na forma como o movimento feminista atual se percebe na relação, haja vista, que este tem sido um mecanismo historicamente utilizado pelos partidos políticos de esquerda.

Além de autônomo, o MMC afirma ser um movimento democrático e popular, classista, socialista, entre outras características. O respeito às diferenças, a ética, a disciplina e a solidariedade, o companheirismo, a preservação, conservação e proteção da natureza, bem como a valorização da mulher, de todos os seres humanos e da família são alguns dos valores defendidos pelo movimento (MMC, doc. 22). O movimento reforça a sua identidade de classe: “Pertencemos à classe trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade” (MMC, doc. 21). Ao mesmo tempo assegura que sua perspectiva feminista fortaleça a luta desta classe (MMC, doc. 20), uma vez que objetiva lutar contra a exploração e opressão, bem como toda forma de violência contra as mulheres e a classe trabalhadora, pois, entende que só assim, a libertação da mulher pode se realizar (MMC, doc. 21).

- ***Principais pautas de reivindicação***

As pautas do MMC trazem uma mescla lutas que estão nos campos do feminismo, dos movimentos camponeses e de outras organizações da classe trabalhadora. Neste sentido, o movimento direciona suas ações para conquistar direitos para a classe trabalhadora, ao mesmo tempo, luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres, bem como tem em suas pautas um projeto de produção agro-ecológico (MMC, doc. 21).

Com o foco na luta contra o capitalismo e o patriarcado e com vistas à construção de uma sociedade mais igualitária, o MMC tem no Projeto Popular de Agricultura Camponesa Ecológico sua principal bandeira de luta. Além disso, pauta a ampliação dos direitos sociais, a defesa de um projeto popular para o Brasil (que entre outros pontos defende a soberania

nacional e se coloca contra políticas impostas pelo FMI, OMC, ALCA, entre outras), a participação política da mulher nos variados espaços sociais (MMC, doc. 24).

Vejamos as pautas defendidas pelo movimento e pontos aos quais ele é crítico que identificamos nos 19 documentos selecionados do MMC, entre notas públicas, moções de repúdio, textos informativos e de opinião.

Tabela 1c - Pautas expressas nos documentos do MMC

	Defesa	Contra
2013	Agricultura camponesa e agroecológica Democratização dos meios de comunicação Direitos dos atingidos por barragens Direitos sociais Garantia de direitos aos povos do campo (sobretudo mulheres e jovens) Política pública de controle do desmatamento Recursos naturais Reforma agrária Reforma agrária Reforma política Soberania nacional Terras indígenas e quilombolas	Repressão dos movimentos sociais
2014	Democratização do poder Judiciário Democratização dos meios de comunicação Desmilitarização da PM Direitos sociais Políticas públicas (combate ao machismo, racismo e homofobia e com foco na juventude) Produção agroecológica Reforma agrária Reforma política (popular e democrática) Reforma sanitária Reforma tributária progressiva Soberania alimentar Terras indígenas e quilombolas	Privatização de bens e serviços públicos
2015	Soberania Alimentar	Agronegócio Violência contra mulheres, negros e população LGBT.
2016	Democracia Agricultura camponesa agroecológica Direitos da classe trabalhadora Direitos das mulheres Direitos sociais Taxação sobre grandes fortunas e transações financeiras internacionais Transformação da sociedade	Reforma da Previdência Social Criminalização e repressão das lutas sociais
2017	Direitos sociais Políticas sociais	Conservadorismo Criminalização aos movimentos sociais populares Privatização Reforma da previdência
2018	Democracia	Ajuste fiscal Intervenção militar

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa.

Algumas dessas pautas foram reproduzidas nos discursos das entrevistadas (Tabela 2c), contribuindo para sugerir quais seriam de fato as principais pautas do movimento.

Tabela 2c - Pautas expressas nos relatos das entrevistadas do MMC

Defesa	Contra
Aposentadoria rural	Modelo patronal da agricultura
Direito a terras	Reformas regressivas
Discriminização da mulher	Uso de agrotóxico
Previdência social	Violência contra as mulheres
Reforma do sistema político	Violência contra as mulheres
Segurança alimentar	
Direitos para trabalhadores rurais	
Direitos sociais	
Sistema Único de Saúde	
Democracia	
Permanência no campo	

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa.

O período atual, marcado por um golpe nas instituições democráticas do país, expresso principalmente no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, gerou preocupação no MMC, que considera que o contexto acarreta riscos às conquistas da classe trabalhadora e das mulheres. Uma das entrevistadas expõe que as pautas do movimento continuam a ser as pautas do movimento feminista em geral, que nesta conjuntura seguem ameaçadas.

Ainda continuam sendo as mesmas pautas de luta, ainda há muito que se avançar nesses temas que são as lutas pelos direitos das mulheres. E, hoje, sobretudo nesse contexto de golpe do Brasil, a gente tem esses direitos ameaçados [...]. Hoje, uma das pautas também que está na nossa agenda de lutas é a luta pela democracia, sem dúvida, isso não dá para deixar de demarcar. A luta pela democracia, a luta pelo direito ao sistema político, primeiro à mudança desse sistema político, mas retomar a democracia que se perdeu nesse país com o golpe que a gente vive. Então, essa é uma das pautas principais nessa luta pelas diretas já e o fim do golpe, a saída dos golpistas do governo nesse momento. Uma luta constante é a luta contra as reformas, todas as reformas, das reformas da forma como tem apresentado o governo golpista (Entrevistada M, MMC).

- ***Desafios da luta pela defesa da democracia***

No bojo das manifestações polarizadas que se desenrolou com maior expressividade nacional após as manifestações massivas de 2013, o MMC demarca sua posição em defesa de uma democracia real. Sua participação na Plataforma Política dos Movimentos Sociais, junto com outros movimentos da classe trabalhadora, expressa que a luta pela democracia extrapola os limites da democracia burguesa. A luta pelo aprofundamento da democracia em um país

marcado por níveis de desigualdade colossais, como o Brasil, é ao mesmo tempo uma denúncia da incapacidade de se efetivar pautas concretas que poderiam levar a este aprofundamento, tais como, democratização dos meios de comunicação, democratização do acesso a terra por meio da reforma agrária, entre outras defendidas no documento. Além dessas pautas, o MMC também entende ser necessário a “adoção de políticas estruturais para democratização da água e para ajudar as famílias a enfrentar as secas” (MMC, doc. 05, 2013). E, diante da conjuntura atual, o movimento sinaliza:

Por todo esse desmonte dos direitos sociais no Brasil e que está por trás a privatização da Previdência Social, é que somos **Contra a PEC 287, somos Contra a Reforma da Previdência**, gritamos **Fora Temer**, não queremos golpistas no governo, queremos democracia. Esses foram os gritos que ecoaram nas ruas no dia 08 de março (MMC, doc. 16, 2017, grifos originais)

O Brasil vive hoje o aprofundamento do golpe parlamentar, mediático e jurídico, que rompeu com a democracia em 2016, semeou ódio às mulheres e população LGBT e reforçou o racismo (MMC, doc. 17, 2017)

Que a unidade de todas as forças progressistas, democráticas e em defesa da soberania nacional e da autodeterminação dos povos seja uma realidade crescente capaz de demonstrar o poder da classe trabalhadora em luta legítima por seus direitos. (MMC, doc. 19, 2018).

- *Estratégias de Luta e atividades*

A ação direta é uma estratégia tão importante para o movimento, que é tomada inclusive como um princípio que norteia sua prática. Outra estratégia tem sido realizar grandes atividades nacionais em datas importantes para as lutas do movimento feminista, a saber, 8 de março e 25 de novembro, respectivamente, Dia Internacional da Mulher e Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, e o Dia Internacional da Alimentação, 16 de outubro, usado estrategicamente por movimentos camponeses para debater sobre o modelo hegemônico de produção dos alimentos, apresentar a agricultura familiar como modelo contraposto a esta lógica, defender a alimentação saudável, livre de agrotóxicos (Entrevistada L, MMC). O movimento também busca apresentar projetos para conseguir financiamento, que atrelem a formação política à formação técnica voltada a melhorar as condições de autonomia econômica das mulheres.

A gente busca fazer formação sempre que a gente tenta um projeto, alguma coisa, a gente tenta para formação que é na ideia de tanto formar politicamente, mas também de fazer a formação que melhore a condição de autonomia econômica dela concreta (Entrevistada L, MMC).

- *Forma de organização*

O MMC é um movimento auto-organizado, ou seja, construído exclusivamente por mulheres, o que segundo uma das entrevistadas é importante para a autonomia das mulheres, neste caso das camponesas (Entrevistada M, MMC). Ele está organizado em 18 estados da federação (MMC, doc. 21), dos quais, “14 [são] mais consolidados, que estão em todas as atividades” (Entrevistada L, MMC). Entretanto, ao afirmar que “em 2013, nesse encontro nacional, que nós tivemos aqui em Brasília com quase 4000 mulheres de 23 estados, onde o MMC está organizado hoje” (Entrevistada M, MMC), esta entrevistada traz indicativos que sugerem a ampliação nas bases do movimento. Em outro trecho ela reafirma “hoje a gente está em média com 20, 23 estados” (Entrevistada M, MMC). O movimento estrutura-se em: grupos de base, coordenados por duas dirigentes; direções municipais, compostas por uma dirigente de cada grupo de base; direções regionais, compostas por duas dirigentes de cada município; direções estaduais, compostas por duas dirigentes de cada regional; coordenação nacional, composta por duas dirigentes de cada Estado; e, direção executiva, composta por dez dirigentes da coordenação nacional e por coordenadoras de equipes de trabalho (lutas, formação, finanças, organização, relações internacionais, relações nacionais e comunicação) (MMC, doc. 23), ou seja, da coordenação nacional é tirada “uma direção que é menor, que é o grupo que vai ter tarefas políticas específicas” (Entrevistada L, MMC) e todas as militantes da direção devem estar ligadas a um grupo de base. O MMC ainda conta com a estrutura de um escritório e uma secretaria nacionais, com sedes em Brasília/DF e Passo Fundo/RS, respectivamente (MMC, doc. 23).

Nesta estrutura organizacional, grupo de base ou grupo de produção, como alguns são chamados, constitui um núcleo pequeno (Entrevistada L, MMC), que

[...] pode ser grupo comunitário, por comunidade, pode ser por município. Vai depender da quantidade de mulheres que tem ou da proximidade, da questão das distâncias, o que vai variar muito, sobretudo, de acordo [com] as regiões. Então em algumas regiões, as mulheres se encontram enquanto município, em outras elas se encontram enquanto comunidade, em outras como assentamentos, quando há grupos de mulheres em assentamentos também. Esse seria a célula básica, a célula central do movimento. Os grupos de base que se reúnem para fazer estudos, que se reúnem para se organizar, para construir pautas e lutas, fazer atividades que os grupos determinem e que definam, que pensem, e outras que são construídas coletivamente a partir da coordenação nacional (Entrevistada M, MMC).

Em geral, as reuniões da base são abertas a participação de qualquer mulher camponesa. Entretanto, a militante assevera,

Óbvio que, à medida que a conjuntura se acirra, alguém que você vê, por exemplo, nos pequenos municípios você sabe bem quem são as pessoas, você sabe quem representa o coronel [...], mas a gente nunca, pelo menos eu nunca vivenciei essa realidade de alguém chegar à reunião e a gente dizer assim: “vai embora” por mais que talvez você mude o tema da reunião, você comece a não falar tão claramente se você não tem confiança em quem tá ali de qual é o debate da reunião, mas acho que eu nunca vivenciei essa realidade de mandar as pessoas embora da reunião e acho que a gente tá num processo de tentar ampliar a base e a ideia é a de que quem quiser se organizar, quem quiser e que seja do campo, venha (Entrevistada L, MMC).

A forma de organização e a participação, em nível dos estados, podem variar conforme as condições apresentadas para a militância em cada localidade.

Então cada estado vai ter um grupo de coordenadoras de grupos de mulheres que formam a coordenação estadual do movimento que podem definir a lei de coordenação, podem se dividir por temas: uma responsável por formação, outra responsável por lutas, outra responsável por determinados temas, vai depender. É muito livre. E, também vai depender muito da condição de organicidade de cada estado (Entrevistada M, MMC).

Já a participação das reuniões da coordenação nacional é mais restrita às próprias militantes que a compõem e a participação de intelectuais orgânicas convidadas, que possam contribuir com a reflexão do movimento. Por vezes, quando há recursos abre-se a participação para mais militantes dos estados.

Nacionalmente quando a gente faz reunião são duas por estado, mas, é meramente por uma questão financeira. Quando a gente consegue ter mais grana, a gente consegue trazer, pedir para o estado mandar mais gente. A gente sempre chama também algumas figuras de fora [...]. Então, a gente tem varias pessoas que a gente confia politicamente e que a análise daquela pessoa para gente não é uma definição, mas são elementos importantes para gente refletir e que a gente leva para as nossas reuniões para ajudar a gente a deliberar (Entrevistada L, MMC).

- *Frequência das reuniões*

Com uma expressividade nacional e várias instâncias de organização, as frequências de reuniões do MMC vão variar. Por exemplo, tem estados que podem ter fôlego para realizar atividades mensais e outros que podem passar até seis meses sem realizar atividades, investindo mais nas ações nos grupos de base, nas comunidades (Entrevistada L, MMC). Já em âmbito nacional, a direção tem buscado garantir ao menos duas reuniões por ano, podendo ter mais a depender dos recursos financeiros disponíveis.

Sempre que a gente faz, a gente tenta fazer ampliada, tenta trazer mais alguém, até para contribuir e não ser uma reunião tão pequena. Mas encontros nacionais são muito caros, então, quando a gente faz dois por ano a gente fica super feliz porque acaba sendo muito oneroso fazer. Normalmente a gente tem feito dois por ano. Faz bastante tempo que a gente consegue ao menos dois por ano, mas ai só com duas de cada estado (Entrevistada L, MMC).

E, dessa coordenação nacional, temos um grupo mais ou menos de 10 companheiras que formam a direção nacional. Essa direção nacional que tem uma representatividade das cinco regiões no mínimo e que às vezes nos reunimos. Fazemos em média, duas a três reuniões anuais dessa direção nacional e, às vezes, essa reunião da direção nacional a gente chama de reunião de direção ampliada, porque às vezes a gente agrega outras companheiras que são da coordenação nacional ou não, mas, às vezes, são companheiras que estão no movimento desde o início, mas hoje não tem tarefa de coordenação estadual, mas estão na militância nos estados. Então, às vezes a gente também convida essas companheiras que são companheiras do processo histórico de construção do MMC Brasil (Entrevistada M, MMC).

O movimento conseguiu realizar dois grandes encontros nacionais com ampla participação da militância e planeja o terceiro, entretanto, estes encontros não possuem uma periodicidade pré-definida.

esses encontros nacionais que acontecem - a gente teve um em 2004 e agora em 2013 e estamos tentando construir um novo encontro nacional agora no próximo período em 2018 ou 2019 - também são os grandes momentos de encontro, porque são de 3000 a 4000 mulheres, que a gente chama, como se fosse uma assembleia das mulheres camponesas do Brasil, que se reúnem para discutir todos os diferentes temas e que a gente vai, depois desse encontro nacional que tem o objetivo de animação e mobilização, mas também, de recolher quais são as pautas, quais são os temas, o que as mulheres camponesas estão demandando, qual a luta que é comum para as mulheres camponesas do Brasil (Entrevistada M, MMC).

Como esses encontros nacionais têm militantes de todas as regiões do país, em geral, eles ocorrem em Brasília, como justifica a militante: “É mais centralizado e a gente já tem um processo de sempre se reunir em Brasília, então, facilita um pouco a questão logística, de mobilização, etc,” (Entrevistada M, MMC).

O Congresso ou Assembleia Nacional é realizado de três em três anos e constitui a instância máxima de decisão do movimento, que também realiza congressos ou assembleias estaduais e regionais, mas com uma periodicidade aberta a realidade de cada estado (MMC, doc. 23).

- ***Definição de pautas, processos decisórios e desenvolvimento de atividades***

A coordenação nacional do MMC desempenha um papel central no processo de escolhas das pautas prioritárias do movimento, como mostram os relatos de duas entrevistadas.

os temas ou as decisões mais de posicionamento político em relação a algumas coisas a gente tenta tirar na coordenação nacional e óbvio que a gente tem que ter um acordo na direção primeiro. Por exemplo, se uma direção não tem clareza que a luta principal é contra a reforma da previdência como você desce isso para discutir no mais amplo? (Entrevistada L, MMC).

Na coordenação nacional a gente tira as bandeiras de lutas e temas, metas. A gente reúne a coordenação do estado e tira metas daquela bandeira, daquela luta. A gente encaminha para os municípios (Entrevistada N, MMC).

Conforme outra entrevistada a função da coordenação nacional é sistematizar as pautas, mas como a própria composição desta coordenação é de representantes estaduais, então, o processo é ao mesmo tempo construído conforme as demandas estaduais, que na instância nacional passa por um processo reflexivo-crítico e retorna para as instâncias estaduais e locais de maneira mais organizada politicamente.

A direção nacional tem o objetivo de tentar sistematizar aquilo que vem nas reuniões de coordenação nacional, quais são as pautas que são levantadas pelas mulheres nas reuniões de coordenação, quais são os temas centrais e tentar construir estratégias de ação, de luta. Pensar politicamente a partir das pautas e das demandas que venham dos estados e organizar isso e dar o rumo político para o próximo período, para as próximas lutas [...]. As representantes de cada estado fazem essas articulações com as demais representações dos estados que não estão na direção nacional [...]. Então tem um pouco esse objetivo, e a coordenação nacional tem esse objetivo de trazer as pautas de cada estado, quais as lutas, quais as demandas, fazer um pouco a análise de conjuntura política de cada estado, das mulheres, das lutas das mulheres camponesas, da organicidade de cada estado e a gente, coletivamente, tentar estratégias de ações, como cada estado vai atuar nos calendários de luta, por exemplo, ou quais são as pautas políticas (Entrevistada M, MMC).

Em outro trecho, ao relatar como são tomadas as decisões no interior do movimento, a mesma entrevistada completa seu apontamento no sentido de indicar que as construções das pautas e as decisões são realizadas coletivamente em uma dinâmica que envolve a direção nacional, a coordenação nacional que por sua vez é composta por representantes das instâncias estaduais. Ela afirma:

Também sobre as tomadas de decisão, elas se dão de forma coletiva, são discutidas coletivamente na direção nacional, a construção é feita a partir das pautas e das demandas que vem da coordenação nacional e são discutidas propostas de encaminhamentos, de atividades ou de ações que são apresentadas na coordenação nacional e afirmadas ou não essas decisões [...]. É como um processo de retroalimentação. As coordenações trazem as pautas dos estados, a direção recolhe, afina isso, porque vem bastante amplo e disperso. Afina e pensa as prioridades e organiza em atividades, em ações práticas a partir da discussão política e volta para a coordenação nacional de uma forma mais organizada e é reafirmada e discutida e encaminhada junto à coordenação nacional que volta os encaminhamentos para a base, para os estados, dos estados para as regiões, das regiões para os municípios. Aí depende do nível de organicidade de cada estado. Isso é um pouco sobre a tomada

de decisões, mas reafirmar que são tomadas de decisão sempre coletivas, que são decididas coletivamente e enviadas coletivamente (Entrevistada M, MMC).

Ainda que o discurso dessa entrevistada demonstre claramente uma preocupação em afirmar que a tomada de decisões é um processo coletivo, o relato evidencia a existência de um núcleo duro no movimento responsável não apenas por elencar as prioridades das pautas, como ainda propor ações para concretiza-las. E ainda, pensar o direcionamento político destas ações. É nítido que as decisões mais importantes para o movimento ficam centralizadas nesse núcleo duro, qual seja, a direção nacional.

Em um trecho da fala de outra entrevistada aparece como a direção nacional do movimento trabalha as orientações político-partidárias no interior do movimento sem “ferir” o seu caráter não-partidário.

Então normalmente a gente tenta ter uma clareza entre nós [refere-se à direção nacional], do o que é e aí a gente faz o debate com a coordenação nacional pra poder tirar o apoio à candidatura. A gente nunca apoia enquanto movimento, mas a gente discute qual é que acumula mais para gente ou não, mas, raramente faz uma fala pública enquanto movimento dizendo: “nosso candidato é fulano” [...] internamente a gente debate: esse projeto representa isso e esse projeto representa isso e a gente tem que ver o que acumula mais para a nossa pauta. Então, isso a gente faz, agora não para fora, é mais difícil, mas talvez já tenha acontecido (Entrevistada L, MMM).

Note que a entrevistada indica duas coisas: primeiro, o debate é realizado de forma fechada, internamente com as militantes mais orgânicas do movimento; segundo a tomada de posição fica no âmbito individual de cada dirigente, salvo raras exceções, não é tirada uma posição coletiva do movimento sobre questões político-partidárias.

- ***Recursos materiais e financeiros***

Os recursos financeiros e materiais necessários para a realização das atividades do MMC dependem da instância de realização. No âmbito local e dos estados, a solidariedade da militância tem sido suficiente para manter o autofinanciamento das ações. O perfil de mulher camponesa e a criatividade são características que se expressam de forma peculiar na prática do movimento.

A gente tem buscado construir estratégias de autofinanciamento, como rifa [...]. Então, as mulheres também criam essas estratégias, mas são estratégias que dão conta, na maioria das vezes, da realidade da militância local, de pagar a passagem de alguém pra ir pra um lugar (Entrevistada L, MMC).

Sobretudo na base, os financiamentos, a forma de se organizar, de poder se reunir, muitas vezes, se dá de formas solidárias. As mulheres dispõem de seu tempo, dispõem das suas próprias condições de mobilização, de pagar a própria passagem ou de contribuir voluntariamente com o alimento que produzem. Cada uma leva aquilo que produz na sua casa, na sua chácara, no seu lote para compartilhar com as demais, para fazer um almoço solidário, para fazer uma festa. São feitas muitas rifas, bingos, festas (festas camponesas, festas das mulheres camponesas), que são abertas para a comunidade, abertas para o município, mas que as mulheres doam: a farinha, o arroz, o pão. Mas, cobram um valor simbólico para as pessoas que participam dessa festa e é uma forma de arrecadar recursos. As próprias rifas também são formas de arrecadar recursos (Entrevistada M, MMC).

No entanto, o envolvimento da base no processo de autofinanciamento não é suficiente para levantar recursos capazes de garantir a realização das ações em âmbito nacional. Nesse sentido, o movimento tem buscado propor projetos sociais com o fim de obter recursos financeiros para implementar suas atividades.

A gente acessa projetos, por exemplo, governamentais, mas pontuais [...]. A gente busca parceria, mas, por exemplo, comida - e aí isso é muito nosso, da Via - cada região leva a sua comida e a sua cozinha e faz. Mas, por exemplo, para pagar ônibus, para pagar a estrutura do local onde vai ser o encontro nacional, a gente sempre busca parceria que na maioria das vezes é um edital público que apoia evento. Isso em épocas passadas, ir aos ministérios [para] saber se tem apoio a evento [...]. Então, a gente fazia muito isso. Hoje, os de coordenação nacional não. A gente tenta desses projetos de cooperação, alguma coisa mais pontual para atividade, mas, a gente não consegue financiar - só conseguia em outra época, mas desde a época que eu estou a gente nunca conseguiu - por exemplo, fazer uma reunião de coordenação nacional que cada estado banque a passagem da dirigente de lá para ir. E, acho que esse é o mundo ideal, isso daí é o que seria ideal, que a gente conseguisse fazer reuniões de coordenação e que os estados bancassem a ida [das participantes] (Entrevistada L, MMC).

Os relatos de outras entrevistadas não deixam dúvidas de que esses projetos são apresentados, principalmente, via ONGs e em contextos favoráveis, via governo.

O financiamento nacional se dá principalmente por meio de projetos apresentados junto com ONGs. Nós temos relações e articulações com ONGs internacionais. Alguma coisa também com as entidades nacionais, coisas pequenas, como projetos com a Cáritas, CNBB, que são valores pequenos, mas que permitem fazer algum tipo de atividade nacional ou complementar. E, nós tínhamos projetos nacionais grandes para com os ministérios, com os ministérios que em sua maioria foram fechados como o SPN, MDA. Sobretudo, esses dois que nós tínhamos projetos de enfrentamento a violência com a SPN, tínhamos projetos de formação e capacitação na área produtiva das mulheres no MDA, que agora não temos mais. Mas, nós sempre tivemos esses apoios nacionais nesse último período (Entrevistada M, MMC).

Tem a associação nacional que representa o movimento e ela, hoje, tem sede em Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Ela às vezes faz projetos, assim nós tivemos vários chamadas públicas que nós conseguimos para formação, para trabalhos com as mulheres [...]. Há dois anos atrás nós fizemos um encontro estadual de mulheres aí nós tivemos apoio também da secretaria de desenvolvimento rural do estado com recurso para esse encontro. Aí tem as mulheres de outros municípios que trabalham com PNAE e PAA, que a gente tira recursos ou então associação que tem trabalho também com artesanato. Quase todos os movimentos têm uma série ou um ponto de apoio para se manterem. Essas associações fazem esses trabalhos e a sócia também contribui. Então, é nisso que vai levando, tem grupo que é mais avançado, tem uma expressão maior, tem outros grupos que é menos [...]. A sustentação depende de que região você está e que política você está desenvolvendo, às vezes tem grandes êxitos e [outras,] pequenos (Entrevistada N, MMC).

Dois apontamentos a partir do discurso das entrevistadas são importantes para pensar esse processo do financiamento para os movimentos feministas. Primeiro, a dificuldade que uma conjuntura marcada pelo avanço da extrema-direita no país, com cortes de verbas voltadas a áreas sociais, representa para o movimento. A implicação direta que isso pode ter na sua sobrevivência, haja vista que o movimento possui no financiamento do Estado uma de suas fontes para conseguir recursos financeiros. Segundo, a dependência de ONGs internacionais, ou mesmo nacionais, cujos arranjos, em geral, vão no sentido de aprofundar ainda mais a desresponsabilização do Estado frente ao social.

Para uma das entrevistadas, a questão do financiamento das ações do movimento é um dos problemas enfrentados pelo movimento. Ela afirma: “o financeiro é um desafio da gente, dos principais inclusive” (Entrevistada). Entretanto, tanto esta quanto as outras entrevistadas do MMC destacam outros desafios que merecem ser recuperados, uma vez que sinalizam aspectos que podem ser comuns a outros movimentos.

A gente tem muita rotatividade na direção porque as mulheres engravidam, tem dificuldade de participar porque sempre são chamadas ao cuidado [...] mas, a minha impressão pelo o que eu vejo é que parece que é do movimento de mulheres, a gente sempre ser chamada ao cuidado e acabar é diminuindo a participação política. Uma outra dificuldade eu acho que é a organização do campo ela é diferente. Ela é diferente pelas distâncias [...]. Chegou muita coisa no rural, as mulheres tem celular, a coordenação quase inteira tem celular, boa parte das mulheres foram alfabetizadas nesse período, principalmente, nesses últimos 13 anos. A gente percebe muito na nossa base que antes tinha muito analfabetismo e agora tem bem menos. Você consegue ter reuniões massivas e ter uma ou duas pessoas só que não sabem ler. Isso é uma mudança muito significativa para a nossa base. Mas mesmo assim as coisas não são nessa rapidez [...]. O tempo no rural é mais lento, tem toda uma outra construção a ser feita e isso não é todo ruim, porque a gente preserva umas coisas muito boas do tempo ser outro, mas é uma realidade e dificulta a organização das mulheres às vezes, de [ter que] dar respostas rápidas (Entrevistada L, MMC).

O relato nos chama a atenção para alguns pontos. Primeiro, para as condições reduzidas de participação política das mulheres devido à sobrecarga de trabalho doméstico, por exemplo,

no cuidados com membros da família, demonstrando como as relações sociais de sexo baseadas em processos de exploração, opressão e dominação das mulheres são fundamentais não apenas para a acumulação capitalista, mas também para tentar pulverizar a capacidade de ação coletiva das mulheres como força capaz de se contrapor ao sistema. Segundo, para a dinâmica de vida no campo e as dificuldades de comunicação, escolarização e inclusive de mobilização típicas de localidades rurais, que durante a gestão petista, apresentam impactos, que podem não ser significativos do ponto de vista de mudanças estruturais, mas, que parecem ter feito diferença na vida das mulheres camponesas.

Outras entrevistadas destacam as dificuldades que se apresentam para manter o trabalho de base e também construir lideranças.

Nossos desafios hoje têm sido, sobretudo, o fortalecimento da organização do movimento, porque ele nasce como um movimento de base, de organização de grupos de base na comunidade, nos assentamentos de reforma agrária. Como fortalecer esses grupos, como ampliar esses grupos, como seguir fazendo formação com os grupos de mulheres, como ir se organizando e como seguir fazendo luta, [como] fazer enfrentamento com as mulheres, demarcando enfrentamento contra o patriarcado e contra o capital? (Entrevistada, M, MMC).

o movimento tem vivido uma crise de afirmação, de liderança, o contexto político do Brasil não favorece. Então, a gente tá assim, uma fragilidade de lideranças não só no movimento de mulheres, mas nos movimentos sociais, nas CEBs, nas comunidades. Estamos vivendo uma crise de liderança (Entrevistada N, MMC).

Com o exposto sobre os três movimentos feministas estudados é possível fazer um balanço que pode expor algumas tendências atuais do movimento feminista no Brasil. Primeiramente observar que os três movimentos em questão foram produto de um contexto político em os primeiros efeitos danosos do neoliberalismo começaram a corroer suas bases ideológicas no campo da disputa política. Diversos movimentos sociais ganham a cena internacional com manifestações que visavam denunciar a globalização, as ações de organizações multilaterais como o FMI cujas são avassaladoras para as economias dos países latino-americanos, entre outras. No bojo, o feminismo institucionalizado, sobretudo, a partir das conferências mundiais da ONU, começa a ser questionado, era a hora de retomar as ações de enfrentamento mais diretas. Como saldo deste contexto, MMM, AMB e MMC surgem como articulações que visam unificar as lutas de mulheres organizadas em diferentes espaços. Aos poucos, esses três espaços de articulação, cada um em seu tempo, se metamorfoseia em movimento social, passando a se constituir em espaços autônomos, ou seja, auto-organizados por mulheres, demonstrando o acúmulo do debate no campo do feminismo. A MMM, a AMB e o MMC

carregam marcas de sua trajetória, uma vez, que são compostos por outros movimentos sociais, coletivos, fóruns, ONGs, entre outros, ao mesmo tempo em que possuem militantes que se organizam apenas neles. Assim, talvez fosse mais preciso nomear estas organizações de movimento-articulação.

A partir das pautas defendidas por esses movimentos feministas é possível constatar a natureza classista deles, no sentido de defesa dos interesses da classe trabalhadora e observar as bandeiras em comum defendidas por eles e contra o que lutam. De maneira geral, esses movimentos têm se ocupado de pautas históricas do movimento feminista e do movimento socialista, dentre as quais: a legalização do aborto, os direitos da classe trabalhadora em geral, sobretudo, os direitos trabalhistas e sociais e as políticas sociais, mas também, os direitos especificamente das mulheres, dos indígenas, da juventude e da população negra, as reformas política e agrária, de caráter democrático e popular, a democratização dos meios de comunicação, e ainda, a democracia que em alguns momentos ganha os adjetivos radical ou participativa. Os recursos naturais, a produção agroecológica e a soberania alimentar também entram nas pautas da MMM e do MMC. E, a desmilitarização, a taxação de grandes fortunas e a transformação social são pautas compartilhadas pela AMB e MMC. A MMM considera ainda, a autonomia e participação das mulheres, a igualdade, a liberdade e os direitos sexuais e reprodutivos.

A MMM, a AMB e o MMC apresentam o acúmulo do debate feminista que salienta a importância equivalente das questões de gênero/sexo e de raça/etnia às de classe social. Nesse sentido, observa-se que esses movimentos têm se empenhado na luta contra o capitalismo e suas formas de apropriação e (re)produção do patriarcado e manutenção de expressões de machismo, misoginia e violência contra as mulheres, bem como do racismo e da LGBTfobia. Por isso, eles têm se levantado contra o conservadorismo e também contra a política macroeconômica do capital em sua face neoliberal, que orienta o Brasil ao ajuste fiscal, às privatizações dos bens e serviços públicos e ao fortalecimento do agronegócio, intensificando a exploração da classe trabalhadora e dos povos tradicionais, as reformas trabalhista e previdenciária de caráter regressivo, bem com, a repressão e a criminalização dos movimentos sociais. A conjuntura atual marcada por crescente ameaça e ações fundamentalistas, conservadoras e fascistas preocupam esses movimentos feministas, não à toa, a democracia é um valor compartilhado pelos três. O contexto de acirramento da crise capitalista mundial,

colocando em xeque a democracia capitalista, que na primeira parte de nosso trabalho mostramos estar na raiz das manifestações massivas e dos movimentos sociais atuais, no Brasil tem levado à centralidade da defesa da democracia nas pautas dos movimentos feministas de esquerda. Assim, MMM, AMB e MMC afirmam lutar contra o capitalismo e contra o patriarcado, desenvolvendo lutas mais gerais que englobam toda a classe trabalhadora e lutas específicas voltadas às mulheres. Entretanto, os três são enfáticos em afirmar que estas lutas precisam caminhar juntas sem predileção de uma à outra, haja vista, que mesmo as lutas ditas específicas ao fim e ao cabo são lutas também gerais, tanto que os três movimentos advogam que não haverá socialismo sem feminismo.

Apesar da criatividade e solidariedade marcarem a organização dos três movimentos estudados, eles também passam por dificuldades similares, por exemplo, no que diz respeito construir um movimento de âmbito nacional, que requer não só expertise para forjar os arranjos estruturais e processos decisórios, mas também para conseguir levantar recursos financeiros e materiais suficientes para manter e aumentar as ações e atividades deles. Tanto que o financiamento tem sido um desafio comum aos três movimentos, que também compartilham os desafios de tentar construir relações horizontalizadas entre base e direção.

Aqui também é possível afirmar que os três movimentos feministas estudados compartilham projetos políticos, bandeiras e pautas de lutas não apenas com outros movimentos feministas, mas também com outros movimentos sociais em geral, ONGs feministas, setores progressistas de igrejas, bem como partidos do campo da esquerda. Vamos expor estas relações divididas em dois blocos: um com os principais interlocutores sociais e outro, com os principais interlocutores políticos. Esta divisão parte da compreensão de sociedade civil e sociedade política em Gramsci. Mas, aqui fazemos uma ressalva, a divisão não tem o intuito de desconsiderar os interlocutores sociais como sujeitos políticos, ao contrário, os reafirma como tal.

6.3 PRINCIPAIS INTERLOCUTORES SOCIAIS DA MMM, DA AMB E DO MMC NA ATUALIDADE

Os interlocutores sociais de um movimento social são importantes para compreender como ele tem construído suas articulações externas com vistas a aumentar a capacidade de pressão dos sujeitos políticos envolvidos, sobretudo, no que diz respeito à mobilização das massas para manifestações, tanto para atos mais pontuais quanto para campanhas mais prolongadas. Mas também, estas interlocuções ajudam a entender aspectos da organização interna do movimento, por exemplo, desvelando concretamente os sujeitos que possivelmente serão acionados como apoiadores em relação aos recursos financeiros para realização de atividades do movimento. Ademais, os interlocutores podem revelar mais sobre a natureza do movimento social, como no dito popular “diga-me com quem andas e eu te direi quem és”. Em se tratando de movimentos-articulação, como é o caso dos estudados por nós, esta este dito nos parece bastante apropriado. Como interlocutores sociais, consideramos: movimentos sociais de uma forma geral, movimentos feministas, ONGs e igreja.

No que diz respeito à articulação com outros sujeitos políticos, as tabelas 2a, 2b e 2c, expostas no decorrer dos itens de cada movimento, reproduzem os diferentes movimentos sociais e centrais sindicais que assinaram os documentos selecionados dos três movimentos feministas estudados. Foram consideradas apenas as organizações que assinaram pelo menos dois documentos e levados em conta todos os documentos selecionados, independentemente se foram produzidos pelos sujeitos do estudo ou somente assinados por eles. Pois, neste ponto, o interesse é indicar os principais movimentos e/ou centrais sindicais com os quais a MMM, a AMB e o MMC mantiveram alguma articulação. Entende-se que as relações político-partidárias dos principais articuladores dos movimentos feministas estudados possam levantar pistas sobre as relações desses.

A relação de articulação exposta publicamente, a partir dos documentos, apesar de trazer uma visão ampla dos movimentos sociais com os quais os movimentos feministas estudados mantêm proximidade, não é por si só um dado suficiente para afirmar as relações orgânicas desses, por isso, recorreremos ao discurso das entrevistadas. Os documentos permitem um olhar mais geral sobre os movimentos com os quais os movimentos feministas estudados se

articulam, ao passo que as entrevistas permitem um olhar mais cuidadoso para as articulações mais orgânicas.

- ***Marcha Mundial das Mulheres***

Conforme é possível observar na Tabela 2a, a organização que possui a maior quantidade de assinaturas nos documentos publicados pela MMM foi a CUT, com nove. Em seguida, constam 6 assinaturas da UBM; 5, da AMB, da CTB e do LPJ; 4, do MST; 3, da UNE; e, 2 da UBES, CONTAG, MAMA, CIMI, CONAQ, PJR e LBL. Se levarmos em conta as três maiores incidências de assinaturas, veremos duas centrais sindicais, a CUT e a CTB, a primeira, como mostramos no estudo tornou-se correia de transmissão do PT e, a segunda, possui organizações de influência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB).¹⁸⁴

Tomados os movimentos feministas estudados, encontramos a assinatura da MMC em apenas um documento da MMM (doc. 13, 2016). Entretanto, trata-se de um documento assinado coletivamente pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), do qual esses dois movimentos faziam parte. Assim, pode-se deduzir que não há ou há pouca articulação entre MMM e MMC. Já a AMB apresentou cinco assinaturas em documentos publicados pela MMM, desses apenas um era da própria Marcha (doc. 19, 2016) e os outros eram coletivos, mas de todo modo pode-se inferir a existência de alguma articulação entre esses movimentos.

¹⁸⁴ Segundo o seu site oficial, a CTB é uma organização classista anticapitalista e socialista, que possui como um de seus princípios e objetivos a “independência classista”, no sentido de defesa da “liberdade e autonomia sindical” que significaria a independência das entidades ligadas à Central a “patrões, governos, credos religiosos e partidos políticos na definição dos seus objetivos e campanhas e na luta pela transformação social” (Disponível em: <<http://portalctb.org.br/site/a-ctb-nacional-brasil/principios-e-objetivos>>. Acesso em 07 jan. de 2019). Entretanto, uma breve pesquisa na *internet* revela que a origem da CTB ocorre com uma dissidência da CUT em 2007, na qual setores “vinculados à Corrente Sindical Classista, ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e ao Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), ligado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), associaram-se na fundação da CTB”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/central-dos-trabalhadores-e-das-trabalhadoras-do-brasil-ctb>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

Tabela 2a – Lista de organizações que assinaram os documentos publicados pela MMM

Nº Doc., ano	Assinaturas
01, 2011	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) Central Única dos Trabalhadores (CUT) Levante Popular da Juventude (LPJ) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) União Brasileira de Mulheres (UBM) União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) União Nacional dos Estudantes (UNE)
03, 2015	Articulação De Mulheres Brasileiras (AMB) Central Única Dos Trabalhadores (CUT) Confederação De Trabalhadores E Trabalhadoras Do Brasil (CTB) Confederação Nacional Dos Trabalhadores Rurais Na Agricultura (CONTAG) Movimento Articulado De Mulheres Da Amazônia (MAMA) União Brasileira De Mulheres (UBM)
04, 2015	Central Única dos Trabalhadores (CUT) Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Levante Popular da Juventude (LPJ) Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) Pastoral da Juventude Rural (PJR) Quilombolas (CONAQ)
06, 2015	Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) Levante Popular da Juventude (LPJ) Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) Movimento Sem Terra (MST) Secretaria Nacional de Combate ao Racismo da CUT (SNCR/CUT) Secretaria Nacional de Igualdade Racial da CUT Secretaria Nacional de Mulheres da CUT Setorial de Combate ao Racismo da Central de Movimentos Populares (CMP) União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) União Brasileira de Mulheres (UBM) União Nacional dos Estudantes (UNE)
07, 2015	Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) Central Única dos Trabalhadores (CUT) União Brasileira de Mulheres (UBM)
13, 2016	Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) Central Única dos Trabalhadores (CUT) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) União Brasileira de Mulheres (UBM) União Nacional dos Estudantes (UNE)
16, 2016	Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
18, 2016	Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)
19, 2016	Articulação das Mulheres Brasileira (AMB) Levante Popular da Juventude (LPJ) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Pastoral da Juventude Rural (PJR) Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT/PE
20, 2017	Central de Movimentos Populares (CMP) Levante Popular da Juventude Sec. Estadual de Mulheres da CUT Sec. Nacional de Mulheres da CUT União Brasileira de Mulheres da Capital de São Paulo (UBM)

Fonte: Elaboração da autora durante a pesquisa.

A partir dos discursos das entrevistadas, nota-se que com alguns desses movimentos sociais, a MMM estabelece relações orgânicas, enquanto que com outros, a relação é apenas de articulação. De toda forma é recorrente o apontamento de que para a Marcha “[...] a aliança com os movimentos sociais sempre foi central e nunca deixou de acontecer” (Entrevistada C, MMM), que a constrói “[...] priorizando a auto-organização das mulheres, mas entende que os movimentos mistos e organizações sociais da classe são importantes” (Entrevistada D, MMM), sempre em “[...] uma relação muito casada com essa perspectiva de construção de um projeto de transformação para sociedade” (Entrevistada C, MMM). A incidência de referência por parte das entrevistadas foi: FBP, citada pelas sete entrevistadas; CUT por seis; MST por cinco; Via Campesina e CONTAG por três, cada; CTB, MAB, ALBA e UNE, por duas, cada. Outros nove movimentos foram citados uma vez cada, não importando para os propósitos do trabalho, destacar quais foram. De toda forma, a Entrevistada D (MMM) assegura: “[...] temos feito a opção de construir com organizações que pelo menos a gente tem leituras parecidas, semelhantes, com canais de diálogo embora algumas divergências”.

A FBP é o principal espaço de articulação da MMM com outros movimentos sociais, como aponta a Entrevistada F (MMM), “hoje a prioridade é a Frente Brasil Popular, a Marcha compõe e está na coordenação nacional. Dentro dela hoje está boa parte da esquerda, ou quase toda a esquerda”. Apesar da MMM ter vínculos orgânicos serem com a CUT e CONTAG, com primeira estes vínculos são ainda mais profundos.

[...] A CUT é parte constitutiva da Marcha e nós temos nela uma grande aliada nossa. A CONTAG é nossa aliada, o MST é nosso aliado. Isso na vida cotidiana da Marcha Mundial das Mulheres (Entrevistada A, MMM).

[...] a gente sempre tem esse processo de aliança com outros movimentos mais ampliada, mas a própria constituição da Marcha já é um processo de articulação com outros movimentos, por exemplo, a secretaria de mulheres da CUT e a CONTAG fazem parte da executiva da Marcha, [...] hoje, é muito fortalecida nossa aliança com as centrais sindicais, principalmente, as que estão no bojo da FBP, que são a CUT e a CTB (Entrevistada B, MMM).

Ainda que as entrevistadas em geral tenham indicado uma relação de aliança entre a MMM e a UNE, os relatos abaixo mostram que esta relação sinaliza a construção de vínculos orgânicos.

No Brasil os movimentos sociais com os quais a gente se relaciona, são os movimentos que são do campo de esquerda, mas do campo que algumas chamam democrático popular e outras chamam de campo popular que, basicamente, são os movimentos que, [...] atualmente, estão na Frente Brasil Popular. Acho que a gente pode destacar, [...] quais a gente tem mais relação, [...] tem o campo da CUT, [...] a

Via Campesina em geral, aí vem o MST, MAB, MPA, o MMC [...], a gente tem uma atuação muito em aliança com a UNE, e participando de todo congresso da UNE, encontros de mulheres estudantes da UNE, [...] Então, em todos os congressos da UNE a gente está nas mesas, na organização das mulheres, no encontro de mulheres estudantes, tem essa proximidade (Entrevistada C, MMM).

Aqui no Brasil a gente tem relação e diálogo com movimentos sindical mais no campo da CUT. Na coordenação da Marcha, desde que surgiu, sempre tem relação com a secretaria nacional de mulheres da CUT, uma relação desde a fundação. [...] Com os movimentos sociais, temos uma aliança permanente com os movimentos da Via Campesina [...]. Aqui no Brasil temos relação com o MST e MAB [...] temos relação com a CONTAG, [...] gente constrói a Frente Brasil Popular. Com a juventude temos militantes que constroem a UNE, por entender que é importante o debate com a juventude. A gente tem feito essa relação com a UNE. (Entrevistada D, MMM).

As entrevistadas da MMM também reforçam que no campo internacional o movimento tem procurado articulações com a Via Campesina e outras organizações anticapitalistas, portanto, do campo da esquerda mundial, bem como tem buscado manter distância do feminismo hegemônico capitaneado pela ONU.

[...] desde o início a Marcha se colocou internacionalmente crítica aos processos institucionalizados de negociação, por exemplo, dos vinculados com a ONU. Isso nos afasta de algumas redes internacionais do feminismo, então, a gente não é muito presente em espaços da ONU, por exemplo. Tem uma agenda mais própria e com os movimentos desse campo anticapitalista (Entrevistada C, MMM).

[...] têm os movimentos que ficam muito na pauta da ONU, não tem sido um espaço que a gente prioriza para criar relação. A gente prioriza aqueles antissistêmicos, antineoliberal, nos orienta as articulações como a ALBA, o movimento que foi feito via o debate do Mercosul (Entrevistada D, MMM).

No âmbito nacional, não tem sido muito diferente, mas as entrevistadas indicam que mesmo com todas as diferenças em algumas pautas ou datas de lutas, os diferentes movimentos feministas tentam fazer alianças.

[...] nós temos alianças pontuais em pautas feministas com os movimentos feministas que não estão inseridos nessa lógica de transformação mais geral, nós temos alianças com esses setores quando a nossa agenda é a agenda dita como “pauta feminista”, quando a pauta é violência, aborto, creche que são consideradas “pautas de mulheres”, o para nós não é isso (Entrevistada A, MMM).

A gente, também, tem essa relação de aliança com outros movimentos feministas, principalmente, com pautas que a gente acaba tendo em comum, a pauta da legalização do aborto é uma pauta que a gente tem unidade com outros movimentos feministas [...], nas lutas também, no calendário de lutas, como o 8 de março, 25 de novembro, são momentos que essa aliança e parceria aparece com mais expressão (Entrevistada B, MMM).

Entretanto, o relato abaixo mostra como a orientação ideológica é fundamental na construção dos processos de lutas mesmo em pautas mais específicas, o que aponta para a centralidade da luta de classes.

Com os demais movimentos de mulheres, a gente se relaciona na construção de pautas unitárias como o 8 de Março, geralmente a gente chama reuniões unitárias, o 25 de novembro. Esse é o movimento mais amplo que a gente estabelece diálogo para montar a pauta e botar o bloco na rua. Esses movimentos não tem sido fáceis, a gente tem uma pluralidade, às vezes divergências, os espaços de construção do 8 de Março tem sido muito tensos, as divergências nesse lugar são ressaltadas. Para nós fica difícil construir uma pauta unitária se tem divergência na leitura de conjuntura, da pauta que quer colocar (Entrevistada D, MMM).

No campo do feminismo, a MMM constrói relações tanto de articulações mais constantes, com os movimentos feministas que compartilham o mesmo projeto político, apresenta proximidade ou semelhanças, quanto de alianças pontuais, com segmentos do movimento feminista em geral sempre que pauta for comum ou em datas permanentes no calendário de lutas, como 8 de março e 25 de novembro. As articulações mais constantes podem ser indícios de uma relação orgânica desenvolvida às vezes com movimentos que possuem uma relação próxima e orgânica dos partidos políticos, podendo contribuir com a nossa pesquisa.

A partir dos relatos abaixo é possível chegar aos principais movimentos feministas com os quais a Marcha mantém relações constantes são:

Nós temos pouco contato com o movimento feminista. [...] o que nós temos mais relação é com a Marcha das Margaridas, essa nós temos uma boa relação de contato, de fazer coisa junto (Entrevistada A, MMM).

Com o movimento feminista, a Marcha tem muita relação com o MMTR, Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste, com todo o processo da Marcha das Margaridas [...]. Com o MMC também, por exemplo, na agenda da reforma da previdência teve essa reunião de todos os movimentos feministas contra a reforma [...]. E, também, particularmente no assunto do aborto, a gente tem relação com a Frente pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela legalização do aborto, e a gente se articula bastante [...], construindo essa frente, mas também articulando alguns passos estratégicos com esse corpo da AMB, particularmente, no assunto do aborto (Entrevistada C, MMM).

Temos nacionalmente e localmente uma articulação com a AMB, fazemos muitas coisas juntas, atos de rua, reuniões, a frente pela legalização do aborto, sempre com essa parceria (Entrevistada F, MMM).

Além desses, a Marcha tem mantido relação de articulação próxima com a UBM (Entrevistada E, MMM), bem como, com “a Frente Pela Descriminalização do Aborto, que organiza diferentes organizações de mulheres”. Entretanto cabe ressaltar, que dos movimentos

listados nos relatos acima, a Marcha estabelece uma relação de parceria mais pontual com o MMC.

A relação da MMM com ONGs não é a prioritária para o movimento, como mostra o trecho do relato: “a gente se relaciona também com as ONGs, mas a gente aposta muito na articulação dos movimentos sociais com capacidade de mobilização” (Entrevistada C, MMM). Entretanto, como já mostramos, a Marcha possui vínculos orgânicos com duas ONGs feministas.

A CF8 e a SOF são ONGs que são parte da Marcha, elas participam inclusive da executiva da Marcha, elas não são só organizações que a Marcha vai lá solicitar um projeto, elas são também organizações que se colocam na construção da Marcha e contribui para a captação de recurso para a Marcha (Entrevistada B, MMM).

Em geral, a relação da Marcha com outras ONGs varia conforme o Estado. As que foram citadas são ONGs feministas, de comunicação e de agroecologia.

Outra coisa das ONGs é que tem muita ONG do campo da comunicação que a gente mantém contato no processo de luta da democratização da comunicação e mais ainda da *internet*. Então, tem uma ONG que se chama Actantes em São Paulo que é muito parceira na agenda da *internet* livre. Então, a gente faz tanto atividades de formação junto, capacitação, quanto um debate político, Intervozes também (Entrevistada C, MMM).

Tem o Centro Sabiá, que é um centro que trabalha a agroecologia, sustentabilidade, tem trabalho com mulheres também, temos feito coisas juntos (Entrevistada E, MMM).

[...] tem ONGs como Cunhão, Centro das Mulheres 8 de Março, que são ONGs [...] que trabalham junto à políticas públicas das mulheres, as companheiras dessas ONGs são da AMB. A gente tem relação com essas ONGs, mas não temos financiamento, nem nada do tipo, só na luta concreta que a gente articula (Entrevistada K).

No que diz respeito a igrejas, a incompatibilidade das próprias pautas do movimento feminista, por exemplo, a legalização do aborto, acaba sendo um dificultador para esta relação. Mas isso não significa que não possa haver alguma relação de articulação ou apoio para algumas atividades desses movimentos por parte de setores mais progressistas de igrejas, o que não quer dizer também que não seja permeada de tensões. Além desses setores mais progressistas, os relatos das entrevistadas também chamam a atenção para a religiosidade individual de militantes que compõem o movimento.

Nós temos uma relação com a igreja que é engraçada. Assim, os setores populares, se você fizer uma linha do tempo da história do feminismo no Brasil você vai ver que os primeiros contatos que as mulheres populares tiveram foram com as igrejas dos setores populares. Então, nós temos algumas instituições, assim, alguns locais

que tem a igreja progressista que é uma aliada, mas, não a instituição igreja [...], nós temos algumas pessoas de igreja, por exemplo, nós temos uma boa relação com a CPT que é a Comissão Pastoral da Terra. [...] [Mas,] é muito relativo tendo em vista que alguns setores da igreja é nosso aliado, mas ao mesmo tempo, alguns são totalmente inimigos (Entrevistada A, MMM).

Note que a entrevistada acima destaca os setores progressistas da igreja Católica, enquanto a entrevistada abaixo mostra que além desses setores, há também relação no âmbito estadual com setores dos segmentos protestantes. Mas, também aqui fica nítido que se trata de articulações pontuais.

A gente tem contato, mas não aliança. Então, tem os setores da igreja do campo protestante, por exemplo, que sempre chama a gente para as discussões que estão fazendo sobre a conjuntura que até são mais abertas à nossa discussão de enfrentamento ao conservadorismo, inclusive porque eles debatem muito com os neopentecostais. Então, [se chamam] a gente para as atividades de formação, do debate político deles, a gente vai. Igrejas mais do campo da igreja Católica aparecem na articulação da frente [FBP], [...] tem alguns bairros que a gente tem relação com os padres de paróquia, com freira, mas uma coisa menos organizada nacionalmente (Entrevistada C, MMM).

Outra entrevistada mostra a complexidade desta relação.

Com Igreja, a gente tem uma relação complicada, não dá pra dizer que a gente tem uma relação direta. A gente respeita que nossas mulheres são mulheres religiosas, seja do catolicismo, protestantismo ou neopentecostalismo, mas dizer que a gente tem relação direta, aliança, é difícil, pelo próprio lugar da Igreja e nosso posicionamento com os dogmas, conservadorismo que prejudicam a vida das mulheres. Mas em alguns espaços temos articulação, como nas campanhas e plebiscitos, por exemplo, o plebiscito da dívida, da ALCA, propriedade da terra, têm organizações da Igreja que estão, em especial, a igreja Católica mais progressista, algumas pastorais sociais. Temos uma boa convivência nesses espaços. [...] Digamos assim que somos pessoas não muito gratas pela igreja, pela natureza da nossa luta, às vezes damos umas trombadas, especialmente, quando vai pautar a questão do aborto. Por outro lado, a gente tem as Católicas pelo Direito de Decidir, fazem um outro debate, a partir do cristianismo. A gente entende que a igreja é contraditória, mas tem dificuldade de ter relação. A gente tem muita militante que vem desses lugares, do catolicismo e cada vez maior das neopentecostais. Elas entram na Marcha, as mulheres individualmente. A gente preserva o direito a religiosidade de cada uma, mas uma aliança com a igreja não sei se é possível dizer (Entrevistada D, MMM).

Além desses setores foi citado também o Fórum Dom Helder Câmara, ligado a igreja Católica (Entrevistadas E e F, MMM) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) em ações pontuais, por exemplo, a Assembleia Popular Nacional, em 2005 (Entrevistada C, MMM).

- *Articulação de Mulheres Brasileiras*

Já na Tabela 2b, relativa aos documentos publicados pela AMB, observa-se que a CUT e a MMM apresentaram assinaturas em três, que por se tratarem de construções coletivas, indicam no máximo alguma articulação entre esses sujeitos. Os outros movimentos, contam com apenas 2 assinaturas cada. São esses: ABRASCO, CEBES, CFEMEA, Grupo Curumim, SOS Corpo, MAMA, UBM, UNE. Encontramos a assinatura da MMC em apenas um documento da AMB, assim mesmo de caráter coletivo (AMB, doc. 03, 2014).

Tabela 2b – Lista de organizações que assinaram os documentos publicados pela AMB

Nº Doc., ano	Assinaturas
02, 2014	Marcha Mundial das Mulheres (MMM) Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) Central Única dos Trabalhadores (CUT) Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) Grupo Curumim Gestação e Parto SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia União Brasileira de Mulheres (UBM) União Nacional dos Estudantes (UNE)
07, 2015	Centro Feminista de estudos e assessoria (CFEMEA) Grupo Curumim Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia
08, 2015	Marcha Mundial das Mulheres (MMM) Central Única dos Trabalhadores (CUT) Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) União Brasileira de Mulheres (UBM)
09, 2015*	Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes)

Fonte: Elaboração da autora durante a pesquisa.

Nota: Documento não assinado pela AMB, apenas publicado.

Os relatos das entrevistadas contribuem para melhor entender as relações da AMB com os movimentos sociais de uma forma geral e, especificamente, com os movimentos feministas. A AMB constrói relações de articulação e aliança com esses sujeitos políticos “[...] desde que seja respeitada a autonomia de cada um e seja respeitada a prioridade de cada um” (Entrevistada J, AMB), quando compartilham as mesmas lutas concretas ou quando a conjuntura adversa à classe trabalhadora requer maior unidade desta classe.

A AMB contribui na construção de espaços de articulações mais consolidados como a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, na qual está há mais de dez anos, o “Fórum Social Mundial como espaço de articulação das lutas antissistêmicas”

(Entrevistada I, AMB) e a Articulação Feminista Marcosur (Entrevistada H, AMB). O movimento também participa do Grito dos excluídos, pois, como indica a militante,

Essa política de aliança é algo muito importante, alianças com o movimento feminista e com outros movimentos sociais, na construção das nossas mobilizações nacionais (Entrevistada I, AMB).

Por outro lado, em outro trecho, a entrevistada adverte:

com movimentos feministas a AMB tem uma política de aliança prioritária, com outros movimentos isso acontece a partir da definição da urgência da conjuntura, mas também, de lutas de longo prazo que a gente considera que tem que ser levadas a diante pela articulação das forças feministas brasileiras (Entrevistada I, AMB).

Portanto, a conjuntura de acirramento da crise capitalista levou o movimento a buscar aproximar-se ainda mais de outros movimentos sociais da classe trabalhadora para tentarem construir resistências aos ataques da direita e extrema direita. Nesse sentido, a AMB,

Hoje mantém relação com as frentes constituídas de resistência ao golpe, tanto na Frente Brasil Popular quanto na Povo Sem Medo; [...] com os movimentos sindicais, com a CUT e também com a CSP-Conlutas. Mantém relação com o MTST e com muitos movimentos juvenis, de periferia (Entrevistada H, AMB).

[...] a gente em atuado, nesse processo de resistência democrática, na Frente Brasil Popular e na Frente Povo Sem Medo, construindo junto com outros movimentos sociais o processo de resistência ao golpe e agora resistência contra as reformas (Entrevistada I, AMB).

Mesmo com críticas, a AMB se mantém nestes espaços maiores de articulação, porque entende que o momento requer unidade de classe. Ao mesmo tempo, se por um lado, “[...] com os movimentos feministas tem uma relação mais consistente e permanente” (Entrevistada H, AMB), por outro, a conjuntura também levou o movimento a buscar maior proximidade de outros movimentos feministas, uma vez que os cortes de direitos produz impactos imediatos e mais perversos sobre a vida das mulheres.

A AMB prima muito pela política de aliança entre os movimentos feministas para fazer as lutas estratégicas nesse momento atual de que as forças contra nós são tão poderosas (Entrevistada I, AMB).

Na Articulação, a gente constrói também com outros movimentos, com a CUT, a Marcha, o movimento das camponesas, a gente tem uma relação, principalmente agora no acirramento de retrocessos, a gente precisa estar junto. Temos atuado nas frentes de luta, tanto na Povo Sem Medo quanto na Frente Brasil Popular, agora a gente acabou de sair com a indicação de que a gente continua nessa. Porque a gente tem crítica também com relação a essas frentes, mas a gente avaliou que mesmo com todas as críticas - [pois] muitas vezes a gente constrói muitas frentes, mas na horas dos atos, das atividades públicas a gente fica invisível - a gente reconhece que esse é um espaço coletivo que a gente tem que estar contribuindo e visibilizando as nossas pautas feministas. Se a gente um dia vai conseguir reverter o que está aí hoje é através de mobilização social e com muita gente. (Entrevistada K, AMB).

O relato abaixo reafirma exatamente o que argumentamos neste item, ou seja, conhecer os interlocutores sociais de determinado movimento social leva a pistas sobre seus interlocutores políticos.

Por exemplo, a Frente pela Legalização do Aborto, para fazer essa “virada feminista”, ela fez um aspecto amplo de organização, ela falou desde a União Brasileira de Mulheres, com a Marcha Mundial de Mulheres, as mulheres Ccamponesas, as mulheres do MST, tudo são movimentos sociais, mas a gente sabe que tem partidos por de trás deles. [...] Então, vai se fazer uma articulação, desde que essa não tranque nossas expectativas. Se é aliado tático, a gente vai coligar, se não é, naquele momento não vai (Entrevistada J, AMB).

Apesar de buscar os espaços de construção de frentes mais amplas, sobretudo, diante da conjuntura atual, a relação da AMB com alguns movimentos feministas se dá de forma mais consolidada e próxima.

Com os movimentos feministas, [a AMB] tem uma relação mais consistente e permanente, em âmbito municipal e estadual, vai mudando [...]. No plano nacional, a gente participa com outros movimentos feministas: a Marcha Mundial, mulheres da CUT, mulheres da Consulta, PSTU, mulheres da Contag, a Frente Contra a Criminalização das Mulheres pela Legalização do Aborto, que é uma articulação nacional de vários movimentos feministas. Mas, a gente compõe também, a Marcha das Margaridas, que é uma ação protagonizada pela Contag, mas que congrega no seu apoio a maioria dos movimentos de mulheres e feministas do Brasil (Entrevistada H, AMB).

A AMB possui uma relação próxima com ONGs, sobretudo feministas, inclusive possui relações orgânicas com algumas, uma vez que elas compõem o movimento. Um dos relatos esclarece como funciona.

A gente mantém contato com ONG sim. Têm muitas que fazem parte da AMB, muitas feministas. A gente é mais consolidada no Norte e no Nordeste, a gente tem um pouco no Centro-Oeste, porque a gente tem atuação em Goiás, Mato Grosso do Sul, em Brasília, no sudeste somos poucas, entre Mauá e São Paulo capital tem um pouco, no Sul somos pouquíssimas, mas a gente se articula. Inclusive tem ONG que é parte da AMB, têm várias: Redé do RJ, a Cunhá, o próprio Centro Nordestino faz parte da AMB, [...] têm muitas organizações. Mas a gente se organiza por agrupamento local, essas ONGs também estão se organizando no estado. Então o SOS [Corpo] também está no Fórum de Mulheres de Pernambuco, o Cfemea está dentro da AMB Candanga, a Redé do Rio de Janeiro está na AMB do Rio. Essas organizações que tem como princípio o fortalecimento do movimento e têm projetos voltados para fortalecer a própria AMB (Entrevistada K, MMM).

A partir desse relato é possível perceber que a atuação da AMB como em sua origem continua atrelada a espaços institucionalizados, ainda que não se reduza a eles, uma vez que o movimento articula muitos fóruns locais. Internacionalmente, a AMB também participa do Fórum Social Mundial (Entrevistada I, AMB).

A relação que a AMB possui com setores progressistas de igrejas é de articulação pontual, a partir de lutas em comum em sua maioria fora do campo do feminismo. O contato com segmentos progressistas engloba igrejas Católica, Espírita, Luterana.

Com igrejas nós temos relação e luta concreta com os setores progressistas, das igrejas progressistas, setores que fazem a luta social dentro das igrejas, então nós temos articulação com a REJU, que é Rede de Juventude Ecumênica. Não são as igrejas, mas são espaços construídos a partir de diferentes igrejas religiosas, na luta pelo sistema político tem a participação ecumênica, o Grito dos Excluídos a gente está presente construindo junto com os trabalhadores. Então, a gente não tem relação direta com as igrejas, mas com os [movimentos] ligados aos setores progressistas dentro das igrejas (Entrevistada I, AMB).

Com a igreja, eu posso citar uma articulação que foi o Movimento Estado Laico (MEL), que contou com a presença, com parceria constante conosco, que foi as ‘ Católicas pelo Direito de Decidir, então, outros movimentos de igrejas, que agora vão me faltar o nome, mas eu fui a uma reunião que tinham várias pessoas de igreja, desde igreja Espírita, até igreja Católica, algumas Luteranas, a favor do Estado laico. [...] Então, tem setores progressistas da igreja e tem setores progressistas da sociedade, que são todos nossos aliados, vai depender da localidade (Entrevistada J, AMB).

Outra entrevistada destaca a incompatibilidade das pautas feministas com os dogmas religiosos.

A gente tem pouco contato com igreja, tem contato com as Católicas pelo Direito de Decidir. Não como igreja formal, mas as mulheres que vão às atividades da AMB que são evangélicas. Mas, a gente não pode dizer que tem o contato com a igreja, a gente está em campos diferentes, se a gente for ver a nossa perspectiva, nossa bandeira de luta e for ver o que a igreja defende, estamos em campos opostos (Entrevistada K, AMB).

- ***Movimento de Mulheres Camponesas***

Os quatro documentos publicados pelo MMC que apresentam assinaturas de outras organizações são produções coletivas, o que permite suspeitar apenas de articulações desse movimento. Todos contam com assinaturas das seguintes organizações: CONAQ, MAB, MAM e MST. Em três, constam: MMM, ABEEF, ADERE, CIMI, ENEBIO, FEAB, LPJ, MPA, MCP, MPP e PRJ. E, em dois, assinam: AMB, APIB, CPT, CONTAG, MPP e Via Campesina.

Tabela 2c – Lista de organizações que assinaram os documentos publicados pelo MMC

Nº Doc., ano	Assinaturas
04, 2013	Marcha Mundial das Mulheres (MMM) Articulação dos Empregados Rurais de Minas Gerais (ADERE) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) Comissão Pastoral da Terra (CPT) Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia (ENEBIO) Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Pastoral da Juventude Rural (PJR)
05, 2013	Articulação dos Empregados Rurais de Minas Gerais (ADERE) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia (ENEBIO) Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Movimento dos Camponeses Popular (MCP) Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPP) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Movimento Nacional pela Soberania Popular sobre Mineração (MAM) Pastoral da Juventude Rural (PJR) Via Campesina Brasil
06, 2013	Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) Marcha Mundial das Mulheres Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais (ADERE) Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) Comissão Pastoral da Terra (CPT) Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Coordenação Nacional de Articulação das Entidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) Entidade Nacional de Estudantes de Biologia (ENEBIO) Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) Levante Popular da Juventude Movimento Camponês Popular (MCP) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Movimento Nacional pela Soberania Popular frente a Mineração (MAM) Pastoral da Juventude Rural (PJR) Via Campesina – Brasil

Nº Doc., ano	Assinaturas
17, 2017	Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB Marcha Mundial de Mulheres (MMM) Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) Levante Popular da Juventude (LPJ) Movimento Camponês Popular (MCP) Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)

Fonte: Elaboração da autora.

Comparado aos outros movimentos feministas estudados, o MMC apresenta a particularidade de ser uma organização camponesa. Não é de se estranhar, portanto, que os principais interlocutores sociais sejam justamente movimentos sociais, articulações e organizações que compartilham este campo de luta. Em nível nacional, as relações de articulação são “[...] basicamente, Via Campesina, CONTAG e FETRAF [...]; em nível de América Latina, a CLOC que é a Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo; e mundialmente, a Via Campesina Internacional” (Entrevistada L, MMC). As reuniões com esses sujeitos políticos ocorrem com frequência regular. No Brasil, por exemplo, ocorre entre duas e três reuniões anuais da Via Campesina (Entrevistada M, MMC). E estes espaços servem

[...] tanto pra fazer análise conjunta da realidade política do campo, mas para além do campo, das realidades políticas do país, continentalmente e internacionalmente. Então nós temos bastante relação, fazemos plenários nacionais, reuniões nacionais ampliadas e reuniões mais orgânicas. No sentido de reuniões mais pontuais, para discutir temas pontuais [por] que para construir a agenda juntos precisamos discutir a nossa participação coletivamente, a nossa posição e outras questões (Entrevistada M, MMC).

O que fundamenta a relação entre esses sujeitos políticos é a compreensão das análises dos autores clássicos do marxismo sobre o internacionalismo da luta de classes e, portanto, a necessária unidade dos proletários ultrapassar as fronteiras nacionais, é a “[...] clareza de que a mudança não vai ser num lugar só, nem por um movimento só, nem por um segmento só e daí a necessidade de ampliar as articulações” (Entrevistada L, MMC). Portanto, a relação entre esses sujeitos não é apenas de articulação, trata-se de uma relação orgânica direcionada a construção de unidade entre os camponeses fundada na identidade de classe.

Cada movimento, às vezes, tem uma pauta específica, porém nós temos pautas que nos unificam; nós temos clareza de um inimigo comum no campo, que é o modelo do agronegócio. Então, isso nos fortalece em uma identidade comum e nos fortalece na luta, fazemos muitas lutas e mobilizações, mas também, fazemos formações, temos vários cursos de formação que os militantes de diferentes movimentos se unem e fazem juntos. Então, isso vai criando uma identidade, essa identidade do campesinato brasileiro e da luta da unidade do campo brasileiro (Entrevistada M, MMC).

Apesar da prioridade do movimento está em manter relações com os movimentos sociais camponeses, elas se estendem.

Para além do campo, nós também temos a ação que chamamos do campo popular, que vai para além dos movimentos da Via Campesina, com: o Levante Popular da Juventude, no âmbito urbano com o MTD, que é o Movimento dos Trabalhadores em Luta por Direito, [com os quais] também nos unimos e fazemos seminários, fazemos ações conjuntas (Entrevistada M, MMC).

A conjuntura de acirramento da crise capitalista que desembocou no Golpe levou o movimento a se aproximar ainda mais de organizações do campo da esquerda.

[...] Nós fazemos parte da Frente Brasil Popular, temos a nossa construção na luta contra o golpe, na luta pela democracia, pelas diretas já, [...] na construção do projeto emergencial para o Brasil, no projeto Brasil que é o projeto mais programático dos movimentos para o próximo período, das lutas da esquerda, para além dos movimentos (Entrevistada M, MMC).

As relações do MMC com outros movimentos feministas também foram fortalecidas diante do cenário adverso. A unidade se dá pela compreensão em comum de que as mulheres serão duramente afetadas com as reformas de caráter regressivo.

A gente sabe que os movimentos feministas têm divergências, mas no ano passado [2016], a gente chegou a uma discussão na direção de que nessa conjuntura se a gente não se juntasse a gente ia acabar. Porque quem mais ia perder eram as mulheres [...]. A gente consegue se juntar e esquecer as diferenças e ir pra frente. Quando não tem uma luta concreta muito clara, isso fica um pouco mais afastado, cada um tocando a sua vida que também é a organização do seu movimento e que também tem bastante coisa (Entrevistada L, MMC).

Mas, mesmo nas pautas das mulheres, os espaços prioritários continuam a ser as articulações mais voltadas para a questão agrária, principalmente: a CLOC, a Aliança Bolivariana Para os Povos da Nossa América (ALBA), a Via Campesina e a Marcha das Margaridas (Entrevistada L, MMC). Para além desses,

E, dos movimentos feministas, nós temos uma boa articulação com a AMB, com a Marcha Mundial de Mulheres [...] Há algumas diferenças em termos, às vezes do método, da forma de fazer algumas pautas inclusive, temos talvez, não divergência, mas pensamos diferente em alguns temas [...]. Então, às vezes, em alguns lugares, o próprio método de fazer a luta, de como se faz a luta é um pouco diferente e que em alguns locais, às vezes, não conseguimos fazer juntos e em outros conseguimos

amadurecer juntos e fazer lutas juntos. Umás respeitando as outras com as suas diferenças, com os diferentes feminismos que nós construímos (Entrevistada M, MMC).

O MMC mantém relações próximas com ONGs, principalmente, ligadas a temas do campo como a agroecologia, inclusive no que diz respeito ao financiamento, como mostramos. Além da articulação, a relação com essas organizações propiciam processo de formação, nos quais o movimento pode levar suas bandeiras.

A gente está na Articulação Nacional de Agroecologia [ANA], que basicamente são várias ONGs e movimentos sociais que fazem o debate da agroecologia. Então, a gente tem bastante relação, a maioria do campo agroecológico. Eu não sei se Terra de Direitos é ONG também, mas a gente tem relação com o pessoal do Terra de Direitos que é o pessoal dos direitos humanos ligado a questão agrária e ambiental. É uma relação continua também porque, a ANA para nós é o espaço onde você amplia o debate da agroecologia, por exemplo, você tem o nosso debate, da Via Campesina, mas você vai ter a execução de políticas que as ONGs fazem, vai ter um processo com a academia inclusive tem professores que compõe a ANA e, então, você tem uma articulação. Também não dá para dizer a frequência que reúne. A gente é da ANA, tem ano que reúne mais, tem ano que reúne [menos], esse ano tem reunido mais por causa do golpe. A política de agroecologia está morrendo e a gente tem precisado ter mais reuniões (Entrevistada L, MMC).

Outra entrevistada é cuidadosa em abordar a questão, mostrando que o movimento não possui articulações com qualquer forma de ONGs.

Temos articulações com as ONGs, mas um pouco, em alguns pontos, alguns temas pontuais para além do financiamento. Mas claro, essas ONGs que nós temos financiamento têm o mesmo pensamento político e a mesma proposta política que a nossa. Não fazemos relações com ONGs que tenham propostas que divirjam politicamente das nossas definições. E temos algumas relações políticas no campo das ONGs que disputam o tema da alimentação saudável, o tema da questão ambiental também, nós participamos de um grupo nacional que se chama Carta de Belém (Entrevistada M, MMC).

Por se tratar de um movimento feminista de caráter camponês, a relação com segmentos progressistas de igrejas é mais possibilitada no MMC, uma vez, que algumas de suas pautas são comuns a alguns setores, sobretudo, da igreja Católica.

Com igreja, alguns estados tem mais relação, outros menos. Acho que a gente nacionalmente tem mais relação com a CARITAS do que com igreja, a CPT [Comissão Pastoral da Terra] faz parte da Via Campesina, o Conselho Indígena Missionário faz parte da Via Campesina [...]. A gente teve nos últimos anos o Papa Francisco, então, se tem uma ultrarretomada de relação com a igreja. Os movimentos sociais mundiais já fizeram três encontros com o Papa que foram encontros muito bons para fazer o debate com a sociedade e, inclusive, o Papa se posicionou: “Nenhum trabalhador sem teto, nenhum camponês sem-terra e nenhum trabalhador sem pão”. Então assim, isso para o diálogo com a sociedade tem sido importante. [...] Eu fico olhando camponeses históricos que tinham relação com a igreja e com as Comunidades Eclesiais de Base, mas que já estavam meio assim

negando [...] e agora vai para Roma e volta achando o Papa o máximo. Então, claro, é uma estratégia da igreja, a igreja não é besta, tem uma reaproximação, mas eu acho que também tem tido coisas boas dessa reaproximação com o Vaticano. E, a gente também consegue um bom diálogo com a CNBB, [...] a igreja tem um papel importante na conjuntura brasileira sim, por exemplo, a igreja se posiciona contra a reforma da previdência para mim foi importantíssimo e não foi uma posição imediata, foi construindo isso com a CNBB e mostrando o impacto, então, é uma aliança tática importante (Entrevistada L. MMC).

Outra entrevistada reforça, indicando que a relação com esses segmentos progressistas só ocorre quando estes defendem pautas que são comuns ao MMC.

Quanto às igrejas, aí não é uma relação [no sentido de dizer] “o MMC tem uma relação com a igreja Católica” ou com outra religião. Mas, nós temos uma relação boa com a Cáritas, por exemplo. Nós vemos algumas das nossas relações e discussões das nossas pautas com a própria CNBB. Nós, no último período, participamos também nessa construção dos encontros dos movimentos populares com o Papa Francisco, não pensando nessa relação só com a igreja, mas pensando na representatividade do Papa enquanto um ator político nessa conjuntura, um ator político que tem pautado questões que nos são caras como a questão dos camponeses, da agroecologia [...]. Lembrando que o MMC, em muitos lugares nasceu de grupos eclesiais de base, em muitos lugares foram mulheres que faziam parte dos grupos eclesiais de base que depois foram se auto-organizando enquanto mulheres para construção do MMC. Então, a gente tem essa relação, mas também, tem uma relação com o CONIC [...], onde tem igrejas Presbiterianas, as igrejas Luteranas, a própria igreja Católica, que estão dentro dessa articulação e também têm tido posições muito progressistas no último período contra todo esse processo da homofobia, da retirada de direitos das mulheres, dos ataques patriarcais que a gente sofreu antes do golpe que estavam muito fortes. Da questão racial, enfim, têm tido posições muito boas e muito alinhadas às nossas discussões do movimento, então, a gente tem tido uma boa articulação (Entrevistada M, MMC).

Em termos gerais, os três movimentos feministas estudados indicam manter relações próximas e em alguns casos até orgânicas com movimentos sociais, que possuem relações orgânicas com partidos políticos do campo da esquerda, por exemplo, CUT, UNE, MST, cuja proximidade com o PT é histórica. No que diz respeito à articulação entre os três movimentos da pesquisa parece haver maior articulação entre a MMM e a AMB, ainda que o MMC também construa relações com os dois, parece mais distanciado. Os três movimentos possuem relações próximas com ONGs, no caso da MMM e da AMB, principalmente, com ONGs feministas que inclusive compõem estes movimentos, enquanto o MMC possui relação mais próxima com ONGs ligadas a temáticas do campo, diferente dos outros movimentos o MMC não possui ONGs em sua composição, apesar de também contar com apoio no financiamento de atividades por parte dessas organizações, assim como MMM e AMB. Os três movimentos possuem relações com setores progressistas de igrejas, principalmente, da Católica, entretanto, a MMM e a AMB de forma mais diminuta, enquanto o MMC mostra uma

aproximação maior. Interessante observar que em nenhum dos relatos apareceu segmentos de religiões de matriz africanas.

6.4 PRINCIPAIS INTERLOCUTORES POLÍTICOS DA MMM, DA AMB E DO MMC NA ATUALIDADE

Conhecer quais são principais interlocutores dos movimentos estudados é significativo para compreender a forma de relação estabelecida por eles. Por vezes, o movimento pode não apresentar uma relação diretamente com os partidos políticos, mas, compreendemos que de maneira geral, a relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos pode ser mediada por outros sujeitos, tais como: militantes que atuam tanto em partidos quanto em movimentos, configurando uma dupla-militância; representantes político-partidários que assumiram funções políticas no poder legislativo do Estado, ou seja, políticos profissionais que dado o cargo que ocupam podem se apresentar mais próximos da sociedade civil: vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, e seus respectivos assessores; representantes político-partidários que assumiram funções políticas no poder executivo do Estado, como governantes, ministros, secretários e, seus respectivos assessores. No caso do movimento feminista, a possibilidade de se estabelecer uma relação mais utilitarista partidos políticos a partir da intermediação de políticos profissionais pode aumentar, uma vez que pautas do feminismo podem ser compartilhadas por outros setores progressistas da sociedade não necessariamente no campo da esquerda. Ademais, a relação com o governo pode ser mediada também por militantes incorporadas ao aparato estatal, seja por assumir cargos de confiança em determinada gestão, expressando nitidamente uma relação orgânica com determinado partido, seja por fazer parte do funcionalismo público.

Dividimos a exposição em três partes: uma que, a partir das entrevistas, aborda uma relação que consideramos mais visível entre os movimentos estudados e os partidos políticos, seja diretamente com o partido, seja mediada militantes político-partidárias ou por políticos profissionais representantes do legislativo; outra que, a partir das entrevistas, aborda uma relação mais difícil de ser percebida entre esses sujeitos, abordada genericamente como relação com o Estado; e aborda a relação com todos esses sujeitos a partir dos documentos.

Uma análise inicial dos dados tenciona mostrar que a incidência das palavras-chaves nos documentos de cada movimento feminista pesquisado traz um indicativo dos principais sujeitos com os quais esses movimentos têm estabelecido relações. Importante salientar que as palavras-chaves não necessariamente indicam que os termos Movimentos Sociais, Partido Político e Estado estejam escritos nos documentos, mas que estavam presentes como "ideia" ou "conceito", ou seja, que esses documentos expressam de alguma forma uma relação determinada com Movimentos Sociais, Partidos Políticos e Estado. Assim, os dados da Tabela 5 possibilitam inferir que os movimentos pesquisados têm o Estado como grande interlocutor. A incidência com que esta palavra-chave aparece nos documentos excede a soma das outras duas. E, apesar de Partidos Políticos ter apresentado a segunda maior incidência, a diferença comparada a Movimentos Sociais, no geral, foi insignificante.

Tabela 3 - Incidência das palavras-chaves nos documentos

	Estado	Movimentos Sociais	Partido Político
MMM	17	12	15
AMB	16	02	01
MMC	16	04	06
Todos	49	18	21

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa.

Para não ter uma visão equivocada dos dados é preciso lembrar que não há como realizar qualquer comparação, neste caso, entre os movimentos estudados, uma vez que, o número de documentos total de cada um é diferente. Mas, quando observado de forma individual cada um dos movimentos, chama a atenção o caso da AMB, em cujos documentos as palavras-chaves Partidos Políticos e Movimentos Sociais aparecem, respectivamente, apenas uma e duas vezes, ao mesmo tempo em que todos os documentos constam a palavra-chave Estado. Além disso, esse foi o único movimento que afirmou explicitamente nesses documentos seu caráter não partidário no sentido de demonstrar a sua autonomia. Mas ao afirmar: "a Articulação de Mulheres Brasileiras, uma organização feminista e não partidária, vem a público apresentar sua indignação e protesto contra a nova tentativa de golpe contra a presidenta Dilma Rousseff" (AMB, doc. 12, 2016), esse movimento considera a conjuntura adversa, de avanço de forças que ameaçam as lutas sociais, de forma que a defesa da legalidade do governo petista é assumida pelo movimento como uma bandeira de luta.

Em sentido próximo ao da AMB, o MMC também ressalta sua autonomia, quando se apresenta como um: "[...] Movimento de Mulheres Camponesas autônomo, feminista, camponês e socialista" (MMC, doc. 03, 2013). E, a MMM ao indicar como um de seus princípios fundamentais de luta, a auto-organização (doc. 12, 2016), parece querer indicar também um processo de autonomia organizativa.

Num primeiro momento, consideramos que as assinaturas de partidos nos documentos dos movimentos feministas poderiam indicar alguma forma de apoio ou parceria, sugerindo alguma proximidade entre estes sujeitos ou em último caso pelo menos uma tentativa de aproximação, de todo modo pode ser um indicativo da existência de uma relação entre os mesmos. Por outro lado, documentos mais amplos assinados coletivamente por diferentes organizações para a defesa de determinada pauta, apesar de indicarem uma articulação entre os sujeitos que assinam, não necessariamente implica apoio ou parceria entre estes.

Nota-se que, dos vinte e nove documentos selecionados da MMM, apenas doze possuem assinaturas de outras organizações, dos quais somente seis contam com assinaturas de partidos políticos, seja através de suas instâncias regionais ou de representantes políticos partidários individuais (Cf. Quadro 6a, em anexo). São eles: PSTU (MMM, doc. 04, 2015), PCdoB (MMM, doc. 06, 2015 e 20, 2017), Consulta Popular (MMM, doc. 04 e 07, 2015 e 19, 2016) e PT (MMM, doc. 10, 19, 2016 e 20, 2017)¹⁸⁵. Entretanto, nos três documentos da própria Marcha (MMM, doc. 04, 06 e 07) consta assinatura apenas do PT e da Consulta Popular. PCdoB e PSTU aparecem apenas nos documentos de articulação coletiva em prol de determinada pauta (MMM, doc. 10, 19 e 20).

No caso da AMB, dos dezesseis documentos selecionados, apenas cinco possuem assinaturas de outras organizações. E, do MMC, dos dezenove pesquisados, somente quatro apresentam assinaturas. Em ambos os casos, constamos só um documento assinado por partido, a Consulta Popular (AMB, 03, 2014; MMC, 06, 2013. Cf. Quadros 6b e 6c em anexo).

¹⁸⁵ No doc. 10 consta duas assinaturas que remetem ao PT: uma, de sua instância regional e outra, de uma deputada estadual.

6.4.1 Relação com os partidos políticos e representantes políticos partidários profissionais

- **Marcha das Mulheres Brasileiras**

Ao discorrerem sobre as relações com os partidos políticos do campo da esquerda, as entrevistadas da MMM foram unânimes em afirmar que o movimento mantém relação com esses partidos, com alguns esta relação se dá de forma mais próxima e com outros mais a partir de uma articulação. Das sete entrevistadas da MMM, seis fizeram menção direta ao caráter da dupla militância, afirmando que o movimento possui militantes que são também vinculadas a partido político. O PT foi citado na fala das seis, o PSOL foi citado por cinco, a Consulta Popular por quatro, o PCdoB e o PSB por duas, enquanto o PCB foi citado apenas por uma. Uma delas indicou que o movimento já teve militante político-partidária do PDT, mas que não tem mais, assim como também não tem militantes do PSTU (Entrevistada B, MMM), outra indicou que também não há militantes no movimento do PCB (Entrevistada E, MMM). Os discursos apontam que a relação do movimento se dá de maneira mais próxima justamente com os partidos mais citados pelas entrevistadas: PT, PSOL e Consulta Popular.

Os discursos das entrevistadas apontam para duas maneiras de abordar o tema da relação do movimento com os partidos políticos, algumas indicam de forma mais clara e outras preferem destacar que o movimento não possui relação direta com partidos políticos. Em ambos os casos, é possível notar uma preocupação comum por parte das entrevistadas, qual seja, o receio de que seus relatos possam ser descaracterizados e servir para indicar duas coisas sobre o movimento: a existência de uma determinada forma de relação com o partido político, na qual o movimento como “correia de transmissão” ou “braço” do partido (específico ou não) está subordinado às decisões tomadas por este; e, de que esta seja a forma de relação estabelecida pelo movimento com o PT. Vejamos alguns trechos dos relatos que possam ajudar a compreender como são construídas estas relações pelo movimento, conforme as entrevistadas. Vamos começar pelo tema da dupla militância. Duas entrevistadas consideram:

A avaliação que eu tenho é que a nossa base é uma base de partidos de esquerda. A Marcha é constituída por militantes de partidos de esquerda? Não é isso que eu estou dizendo. O que estou dizendo é que ela tem uma grande parcela de militantes de partidos de esquerda. Você olha e tem uma base petista, de mulheres petistas dentro da Marcha. Tem uma base de mulheres de outros partidos, por exemplo, aqui no [estado], em nível nacional não sei se tem, mas no [estado] tem militantes do PCdoB

que faz parte da Marcha [...]. Nós não temos uma vinculação a partido. Existe uma referencia de militantes em partidos, mas de partidos de esquerda, de organizações de esquerda. Acho que pelo fato da Marcha no Brasil conseguir organizar os setores, que eu posso dizer assim, “desorganizados” dentro do feminismo, e que setores eram? Setores que não se referenciavam naquele feminismo hegemônico no Brasil que a gente chama de institucionalizado. Eram setores Cutistas, sindicalistas, as feministas partidárias, principalmente, do PT, mulheres populares. Então, esse conjunto de mulheres diversas que se referendaram na Marcha. E, elas trouxeram essa referência de partido, mas a gente tem muito claro, essa coisa assim [de que] não existe uma linha direta (Entrevistada A, MMM).¹⁸⁶

A gente acaba tendo um processo de relação, a partir dessas mulheres que já são filiadas (Entrevistada B, MMM).

Em outro relato, fica mais evidente que ainda que não seja a vontade do movimento, a dupla militância acaba sendo um mecanismo de mediação para esta relação do movimento com o partido ocorra inclusive no sentido de levar as pautas prioritárias do partido.

A gente não tem relação direta com partidos. O movimento tem a liberdade de, individualmente, as pessoas possam ter sua opção partidária, isso é individual e como movimento a gente não tem esse tipo de ação, [de] manter uma relação com determinado partido. O que acontece com a Marcha é que a construção do movimento é a partir de militantes feministas que grande maioria tinha filiação partidária, isso acabou trazendo uma série de outras militantes de um partido, que no caso é o PT. Você tem a construção da Marcha a partir de mulheres do sindicalismo e do feminismo que trouxeram a experiência da Marcha para o Brasil, construíram a Marcha e esse movimento cresceu. Você tem uma grande participação de mulheres do partido. A gente tenta tomar o cuidado, embora nem sempre é possível, de separar as coisas. Para não gerar confusão, muitas vezes as mulheres trazem mesmo preocupações do partido pra dentro do movimento, isso é um processo educativo. Como elas estão em duas frentes, [por exemplo,] “trabalho no bairro, sou do partido, faço a luta pelo bairro, quero eleger meu vereador e deputado, sou feminista também, faço a luta pela Marcha”, então, às vezes nas atividades da Marcha tem um pouco de confusão e acaba acontecendo esse tipo de coisa. A gente tenta ser pedagógico, entender o que é o espaço da Marcha, do movimento, e o que é o do partido. A gente não é um movimento que prega o apartidarismo, a gente entende que na sociedade tem projetos em disputa que são protagonizados pelos partidos. (Entrevistada D, MMM).

Chamamos a atenção para alguns elementos que aparecem nos relatos, importantes para pensar o tema: primeiro, a origem do movimento a partir do PT, como já mostramos, mas que aqui gostaríamos de destacar o aspecto de que militantes político-partidárias do PT continuam a buscar a Marcha para construir sua militância feminista; segundo, a consolidação da MMM no Brasil e sua ampliação ocorrem por meio de um processo em que ela busca se construir como um movimento independente, autônomo, das orientações de um determinado partido ou poderíamos dizer de partidos; três, a composição das bases militantes político-partidárias no interior do movimento ampliam-se para outros partidos de esquerda; quatro, mesmo com

¹⁸⁶ Substituímos o nome do estado citado pela entrevistada para garantia do sigilo de sua identidade. De todo modo, não interfere na análise que pretende uma abordagem mais geral do movimento.

determinação do movimento de que ali não é espaço para cumprir tarefa partidária, no sentido de levar as determinações do partido para dentro do movimento, isso ocorre em alguns momentos, sobretudo, em período de disputas eleitorais. Todos esses aspectos suscitam uma mesma reflexão, se por um lado o movimento demonstra séria preocupação em manter sua independência em relação aos partidos, por outro não se atentou que a estratégia usada pelos partidos políticos de esquerda para se relacionar com os movimentos e ampliar seus quadros e sua base de influência é justamente orientar/direcionar seus quadros a buscarem estar ou a manter-se em movimentos sociais. É desta maneira que os partidos políticos de esquerda buscam conquistar hegemonia no interior da classe a respeito do seu projeto de sociedade e das estratégias para alcançá-lo.

No que diz respeito a esse compartilhamento de projetos políticos, no sentido desses sujeitos, no caso, movimentos feministas e partidos políticos de esquerda, de fazerem uma luta anticapitalista tendo no escopo o socialismo como mesmo projeto de sociedade, isso não representa problema para a Marcha, pelo contrário, o movimento considera este compartilhamento inclusive necessário. A questão, então, seria realmente a forma da relação muitas vezes estabelecida pelos partidos de esquerda com os movimentos.

A Marcha não tem referências a partido. A Marcha tem referência da esquerda. Ao mesmo tempo em que a gente critica a forma hierárquica da forma da esquerda tradicional, nós acreditamos nessa ideia de que a gente quer transformar o mundo e para gente transformar o mundo nós temos que nos aliar com quem também quer (Entrevistada A, MMM).

Eu gostaria de marcar que a marcha tem uma participação bem diversa, eu até falei dos partidos, inclusive, mas tem muitas e muitas mulheres que não necessariamente estão organizadas em partidos, e que tem, inclusive, origens e formas de pensar o mundo bem diferentes. Acho que isso é uma riqueza do movimento e da própria relação, [...] que para nós é uma relação que passa por, também, construção de síntese importante, que tem que ter essas mulheres organizadas em partidos fazendo parte da Marcha Mundial das Mulheres. Para a gente é algo muito mais potencial e menos dessa perspectiva de problema, como eu acho que tem em outros movimentos. A gente tem uma relação de autonomia, a gente não é um braço de um partido, não somos dessa tradição, onde alguns movimentos são braço partidário. Mas reconhecendo, inclusive, dificuldades para lidar com isso, mas que na história da Marcha isso tem mais nos ajudado, no sentido de ampliação da organização das mulheres, de que as pautas sejam incorporadas, também, nesses processos mistos de organização (Entrevistada B, MMM).

Interessante notar que nesse trecho do relato da Entrevistada B, a indicação de que a participação de militantes com vínculos partidários na MMM não só não é um problema para esse movimento como ainda pode se constituir em uma importante contribuição para o movimento feminista em geral, uma vez, que as pautas desse movimento passam a ser

incorporadas em organizações mistas, neste caso, os partidos. Enquanto, para a Entrevistada A (MMM), “o partido ganha muito mais com a Marcha do que o inverso”.

Nossa análise é no sentido de indicar que a relação entre a MMM e os partidos de esquerda tem fomentado aprendizados mútuos, uma vez que, o partido contribui com a construção de uma visão mais ampla no movimento (como vimos com os relatos sobre a trajetória da militância pessoal das entrevistadas), ao passo que o movimento feminista contribuiu com para ampliar a compreensão do partido sobre as relações sociais de sexo e a questão da emancipação da mulher.

Em outro trecho, a Entrevistada A também aponta que a dupla militância não seria um problema para o movimento, uma vez que, as militantes da MMM que possui esta filiação a partidos não estariam lá com o intuito de cumprir tarefa partidária. Ao se referir às militantes com vínculos político-partidários, ela sublinha:

nenhuma tem essa coisa de ser da Marcha e ser o correio de transmissão desses partidos. Nunca. Sempre deixei muito claro que o PT não me influencia, quer dizer, não me dirige para eu ser dirigente da Marcha. Eu não cumpro tarefa partidária dentro da Marcha. De forma nenhuma. Como eu cumpria, por exemplo, no movimento secundarista [...]. Nós nos encontramos em vários atos - não sei, pode até dizer assim, a formação política do PT que eu aprendi desde que eu fui ganha pelo feminismo através de uma candidatura do PT e tal - mas não é uma coisa de tarefa partidária. O que quero dizer é isso: não cumpro uma tarefa partidária dirigindo a Marcha Mundial das Mulheres (Entrevistada A, MMM).

Mas, vimos que ao relatarem sua trajetória de militância pessoal, outras entrevistadas indicam que também há esta tarefa, já que, por exemplo, a Consulta definiu a construção da Marcha como tarefa do partido, orientando inclusive a participação de suas militantes. Não ficou constatada, nos discursos das entrevistadas, esta determinação especificamente para participação na Marcha por parte de outros partidos, por exemplo, PT e PSOL. Mas, vimos na segunda parte da tese, que os programas destes partidos orientam a participação em movimentos sociais.¹⁸⁷ Por outro lado, o discurso da entrevistada abaixo sinaliza que a resolução dos partidos por vezes também pode não ser acatada por uma ou outra militante partidária, como ocorre com militantes do PCdoB que participam da MMM mesmo que a indicação desse partido direcione a participação em outro movimento feminista.

¹⁸⁷ Essa é uma lacuna que pode ser preenchida por trabalhos futuros, que possam pesquisar, por exemplo, esta relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda, desde o ponto de vista dos partidos e não do movimento, como nos propomos fazer aqui.

Principalmente essas [organizações], o PT e a Consulta, que tem a ver com a discussão política, o campo político da Marcha e também com o fato de que na Marcha a gente tem militantes que são filiadas ao PT, a gente tem militantes que são da Consulta, em alguns lugares a gente tem militantes que são do PSOL e, às vezes, aparece gente até que é filiada a outros partidos, mas, que não é uma resolução do partido, por exemplo, tem estado que tem gente que é do PCdoB e que é da Marcha, mas a definição do PCdoB é que tem que construir com outro movimento. [...] Então, essa relação tem a ver com a nossa estratégia política, a nossa agenda política, são partidos que estão no mesmo campo (Entrevistada C, MMM).

De maneira geral, a preocupação central das entrevistadas é demonstrar que a MMM é um movimento que toma suas próprias decisões, ou seja, as militantes do movimento que são as protagonistas; que apesar de ter muitas militantes partidárias tem também muitas não partidárias; que a despeito de sua origem demonstrar vínculo orgânico com o PT isso não significa que a Marcha tenha se consolidado como um movimento braço desse partido até porque existem militantes também de outros partidos, por exemplo, Consulta Popular e PSOL.

Não tem uma definição política da Marcha Mundial das Mulheres por um determinado partido. Tanto que tem pessoas de outros partidos. Agora, nós temos muitas militantes nossas que são da base partidária, mas também tem gente que não é de partido nenhum. Nacionalmente as meninas do Levante Popular da Juventude são da Marcha Mundial das Mulheres, mas elas não são do partido, mas são de esquerda. As meninas autônomas de SP não são de partido nenhum, mas são de esquerda (Entrevistada A, MMM).

Fora a relação mediada pela dupla militância, nota-se também na fala das entrevistadas que a relação direta que a MMM assume ter com os partidos do campo da esquerda é na forma de articulação e que um dos principais espaços para esta articulação é a Frente Brasil Popular.

Dentro da Frente Brasil Popular tem partidos como o PT, PCdoB, PCO (Entrevistada B, MMM).

Com se dá a relação com os partidos políticos? É o que se dá dentro da FBP. Apesar de ter companheiras que são da marcha e constroem partidos políticos diferentes, essas articulações nossas são pontuais para dentro da FBP (Entrevistada E, MMM).

Essa articulação se daria pelo compartilhamento de projetos políticos com esses partidos políticos do campo da esquerda, o que os levariam não apenas a construir pautas e lutas comuns, como também espaços de formação.

No campo do movimento fazer relação com os partidos, muitas, a gente está nesse processo de construção de lutas. Nesse processo de elementos de formação. [...] Então, essa relação político-partidária está no bojo da esquerda, a gente não tem relação política-partidária com o bojo da direita, é sempre no bojo da esquerda mesmo. E essa relação dessa coisa de construção de políticas públicas, de construção de lutas e, às vezes, parceiras de formação, tanto das mulheres desses partidos participarem de formação quanto da gente ir fazer formação em espaços partidários,

mas, não só partidários, [espaços] que são mistos, isso também, acontece no nosso processo de relação (Entrevistada B, MMM).

A forma como a MMM é vista por outros movimentos, sobretudo feministas, também pode ser um mecanismo para compreender a relação entre ela e os partidos políticos. Apesar dessa não ter sido uma ferramenta usada por nós, uma vez que as entrevistas não tinham o intuito de averiguar como cada um dos movimentos pesquisados visualiza a relação uns dos outros com os partidos, apareceram nas falas de algumas entrevistadas, apontamentos interessantes sobre a Marcha.

[...] muitos partidos não tem reconhecimento com a AMB porque existem outros movimentos feministas que são muito próximos a esses partidos, então, os partidos reconhecem mais esses outros movimentos. Por exemplo, a UBM é próxima do PCdoB, a Marcha Mundial é muito próxima do PT, então, preferencialmente esses partidos devem ter mais proximidade e reconhecimento maior com esses movimentos que tem maior proximidade com eles (Entrevistada H, AMB).

A gente não se organiza enquanto partido na AMB, diferente da UBM, por exemplo, que é um braço do PCdoB, diferente da Marcha, que é uma parte do PT (Entrevistada K, AMB).

Portanto, mesmo na atualidade, a MMM é reconhecida externamente por apresentar não apenas uma relação de proximidade com o PT, mas uma relação inclusive orgânica.

A articulação do movimento, bem como a forma como esta é construída, com políticos profissionais pode contribuir para apontar para os arranjos as formas da relação estabelecida entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda, sobretudo, considerando que esses movimentos possuem demandas voltadas para os direitos das mulheres, o que requer deles alguma interlocução com aqueles que são responsáveis por apresentar estas propostas ao parlamento e câmaras municipais e estaduais.

Em geral, as entrevistadas da MMM no Brasil afirmam que as relações do movimento com esses políticos partidários profissionais são estabelecidas a depender, sobretudo, das pautas ou da agenda política do movimento, mas também podem ocorrer no sentido de apoiar uma candidatura, inclusive de militantes do próprio movimento com dupla militância. Em um trecho, uma entrevistada mostra como são construídas as relações a partir das pautas do movimento.

Então, a nossa relação se dá muito a partir da agenda política, então, por exemplo, a gente, no âmbito nacional, a gente tem contato com alguns deputados, deputadas e senadores, mas, não é um contato permanente ou uma super articulação. Tem a ver com os temas da conjuntura política, então serve muitas vezes para trocar informação, para alertar de alguma agenda, por exemplo, passou uma questão do

aborto em uma comissão do senado e os senadores do PT, por exemplo, o Lindbergh [Farias] não estava sabendo, porque estava em outra agenda, então, a gente falou para os assessores do Lindberg, com quem a gente tem relação. Então é um exemplo pontual, mas tem muito a ver com os temas da agenda política. Não é outro tipo de relação. A mesma coisa com deputados, por exemplo, [...] em São Paulo, tinha a Janete Pietá [PT] que era deputada na época, em 2013, [...] a gente tem muito contato com um dos mandatos de [uma] vereadora que várias assessoras são militantes, militantes feministas, uma é até militante da Marcha há mais tempo, antes de ter esse emprego. E é um mandato totalmente vinculado à luta, que está na luta. Então, a gente tem uma relação mais cotidiana de troca e apoio. Então é um mandato muito presente na agenda política que a gente tem construído. Isso é uma relação nova, na verdade, acho que faz uns 2 ou 3 anos que tem essa relação mais próxima, mas principalmente, esse ano, considerando a resistência aos desmontes [...] (Entrevistada C, MMM).

É possível notar no relato da entrevistada certo receio sobre como esta relação vai ser interpretada, tanto que a fala direciona a mostrar que se trata de contatos pontuais, não permanentes, relacionados a temas da conjuntura. Ao mesmo tempo é interessante perceber que a entrevistada indica que o próprio movimento chegou a realizar a tarefa de informar assessores de um determinado político sobre uma agenda importante para o feminismo. Ainda que isso tenha ocorrido de forma pontual, como ela pondera, não deixa de ser uma relação próxima. E, na continuidade do relato, a relação em nível municipal com políticos profissionais se dá de forma orgânica, inclusive com militantes do movimento compondo o mandato de determinada vereadora. Em outros trechos do relato desta entrevistada, recuperados mais adiante para indicar outras questões para se pensar esta relação, a entrevistada não demonstra qualquer receio em reconhecer a proximidade do movimento com alguns políticos profissionais de esquerda, o que nos leva a deduzir que sua preocupação não está em negar esta relação próxima, mas de reafirmar uma forma de relação na qual o movimento mantém sua autonomia em relação aos partidos.

Os relatos de outras entrevistadas seguem o mesmo caminho de mostrar que estas relações com políticos profissionais são construídas quando esses são reconhecidos pelo movimento. Ao mesmo tempo, este reconhecimento não se dá em abstrato, por exemplo, apenas porque eles são representantes de partidos do campo da esquerda. A relação só se estabelece a partir do reconhecimento de que o mandato construído concretamente representa interesses do movimento.

A gente tem sim relação com alguns mandatos, que são mandatos que a gente entende que do ponto de vista político são mais interessantes para nossa luta, em São Paulo, por exemplo, a gente tem uma relação de trabalho, reivindicação, aciona o mandato da Juliana Cardoso, do PT, que tem assumido a pauta das mulheres e tem feito coisas interessantes, não só na pauta das mulheres, mas no enfrentamento

político [...] contra o PSDB, o Dória, não só no tema das mulheres, mas nas políticas do Estado e que a prefeitura tem feito, que são prejudiciais à população, a gente constrói relações sim com o mandato. Eu não saberia te dizer, nacionalmente, com quais a gente já teve relação, mas sei lá, a Benedita da Silva [PT], com o tema racial, então, a gente faz sim (Entrevistada D, MMM).

Os políticos partidários profissionais com os quais a MMM no Brasil mais constrói relações contribuem para tornar mais claro não apenas a forma de relação entre estabelecida por esse movimento com os partidos políticos de esquerda, como quais seriam os principais partidos nesta relação.

Então, geralmente está nesse bojo de partidos que tem militantes na Marcha, a grande maioria, com certeza, a nossa relação se dá com os deputados e vereadores do Partido dos Trabalhadores, mas também dos partidos de esquerda, de forma geral, a gente tem uma relação, [com] o próprio PCdoB, PSOL, em algumas questões a gente tem esse processo de relação (Entrevistada B, MMM).

Um dos relatos também contribui para pensar sobre a postura dos políticos profissionais de esquerda em relação aos movimentos sociais, evidenciando a abertura que esses políticos apresentam aos movimentos.

Eles são muito receptivos porque ali dentro do Congresso é muito pauleira. Acho que os deputados de esquerda, dos partidos de esquerda, eles gostam muito de ter diálogo com os movimentos sociais, das pautas que eles travam lá dentro (Entrevistada A, MMM).

Confirmando aquilo que mostramos na revisão bibliográfica, os políticos profissionais da esquerda procuram manter esta relação próxima com os movimentos sociais.

Algumas vezes assim, quando eles estão com pauta, assim, teve uma pauta sobre a CPI da Violência e eles procuram bastante (Entrevistada A, MMM).

Por vezes, esta relação com políticos profissionais nasce inclusive da relação de dupla militância com o movimento, que por razões óbvias, tem a tendência de estabelecer uma relação próxima de organicidade com esses políticos, representantes partidários.

Temos companheiras que trabalham na secretaria de mulheres, mas que aí há um distanciamento dessa companheira do movimento, por ter uma compreensão que o governo do estado não tem dado conta das políticas de mulheres, por isso, essa companheira se encontra afastada da organização do movimento (Entrevistada E, MMM).

O contato com os políticos profissionais em algumas ocasiões ocorre por procura do movimento,

Por exemplo, a pauta do salário mínimo, nós fomos buscar pessoas lá no Congresso, geralmente, de partidos de esquerda para dialogar sobre essa pauta. A pauta do

aborto, a gente vai dialogar com algumas deputadas lá, mas, todas ligadas a partidos de esquerda, principalmente, PT e PCdoB (Entrevistada A, MMM).

Referindo-se à sua realidade local, uma entrevistada sinaliza certo pragmatismo do movimento, que poderia se concretizar em uma relação utilitarista com o partido político via seus representantes políticos.

De forma individualizada a gente nunca foi procurada por um político, a gente já foi inclusive atrás de vereadores pensando esse processo de ajuda e contribuição para o encontro estadual, mas nenhum retorno foi possível, ninguém levou a gente a sério. Não é uma articulação que a gente queira estabelecer, esse vínculo com políticos e com governo (Entrevistada E, MMM).

Portanto, nem sempre a prática desejada pelo movimento corresponde com a sua realização concreta. Por outro lado, a fala de outra entrevistada mostra que não se trata de pragmatismo caracterizando uma relação utilitarista, mas, de uma relação em que a busca de apoios dos políticos partidários com os quais o movimento compartilha projetos políticos e se relacionam ou buscam se relacionar de forma mais próxima, se pauta na compreensão de que estes são representantes dos interesses do movimento feminista ou da classe trabalhadora em geral.

O contato com políticos vai se dar nas pautas concretas de luta, então, sempre que tiver uma pauta, a gente sabe que a nível nacional temos alguns aliados dentro do Congresso e dentro do Senado que serão procurados com certeza. Aqueles que se mostrarem ser defensores de nossas pautas serão aliados, serão procurados. E nos estados onde irão concorrer serão possíveis nomes a serem defendidos na disputa eleitoral, pois, sabemos que cumprem um papel importante. Aqui no estado quando vai ter eleições a gente sempre reúne, decide quem a gente vai apoiar, sempre a gente procura nomes de mulheres, nesse período eleitoral. Fora do período eleitoral a gente sabe quem é aliado, a gente tem relação muito próximo de deputados, vereadores, que a gente sabe que defendem nossas pautas. Então, eles tanto podem ser parceiros para viabilizar ações que a gente tiver que prover, no ponto de vista financeiro, como pode ser parceiros em casos de votações e pautas, nos casos de assembleias e senado (Entrevistada G, MMM).

A entrevistada abaixo reforça o discurso de que a busca do movimento é orientada ao diálogo e pressão com os representantes políticos a fim de que determinada pauta do movimento seja colocada em debate no parlamento, ao mesmo tempo, mostra que pode acontecer de o movimento recuar em suas pautas por considerá-la prejudicial às candidaturas político-partidárias com as quais possui maior proximidade. Isso desmistifica a ideia de que a Marcha estabeleça uma relação mais utilitarista com os partidos políticos; fica evidente que se trata de uma relação orgânica.

A relação é mais no sentido de você, como posso dizer, a gente aciona quando tem alguma necessidade, por exemplo, uma época a gente estava em uma comissão que tentou encaminhar um primeiro projeto para legalização e regulamentação do aborto do Brasil [e] tinha relação com esses mandatos para fazer com que esse projeto tivesse força e os mandatos pudessem ajudar lá dentro da Câmara, mas esse projeto

foi retirado, nem chegou a ir pra debate. Na época teve uma avaliação de que isso prejudicaria, a gente tava ali nas eleições do Lula, acho que 2008, senão me engano, ou 2009. Esse tema volta de novo na eleição da Dilma, então a gente acaba ficando um pouco amarradas por conta disso, [porque] a gente sabe que a direita utilizaria disso para detonar as candidaturas, como utilizaria de qualquer forma. Mas o projeto foi para mostrar que a gente faz um pouco essa frente. Ainda no tema do aborto, essa articulação nacional, que eu comentei, a gente também tem muita ação legislativa, é acompanhar a agenda legislativa junto com outros movimentos. Quando necessário a gente aciona os mandatos (Entrevistada D, MMM).

Diferente da relação estabelecida, pontualmente, pelo movimento com políticos profissionais ligados a partidos, considerados por ele, de outro campo político, com os quais a relação é marcada por disputa de interesses políticos, como exemplifica o relato abaixo.

Tem a comissão da mulher na Câmara, às vezes nem é presidida com uma pessoa de partido considerado de esquerda, às vezes é um partido de centro ou de direita, mas às vezes a gente aciona para sair tentando ver se a gente consegue uma articulação para a não retirada de direitos, às vezes tem um projeto muito complicado para passar, a gente faz essa relação assim. Isso não quer dizer que em alguns lugares, também não saberia te dizer de forma mais segura, que a Marcha não faça algumas discussões em relação a candidaturas (Entrevistada D, MMM).

A procura pode acontecer de forma recíproca, tanto por parte do movimento quanto do político, mas o objetivo do contato é diferente para cada um desses sujeitos. Por vezes, a busca do partido acaba indicando uma relação utilitarista que se pretende com o movimento, por exemplo, direcionada a conseguir apoio eleitoral para sua candidatura. Enquanto, que o movimento orienta sua ação para conseguir colocar suas pautas específicas e mais gerais da classe, ou seja, uma relação de diálogo que visa propor e ao mesmo tempo pressionar pela efetivação de demandas da classe trabalhadora, nada fora daquilo que se espera de um político no campo esquerda.

Então, se a gente for pensar assim em qual situação que a gente recorre ou que a gente é procurado pelos políticos profissionais de forma individualizada, tem a ver com os temas da conjuntura, tem a ver com as questões que a gente está levantando, as agendas que a gente tem, as reivindicações que a gente tem [...], a gente já foi procurado como movimento por candidaturas e a gente sempre responde a mesma coisa independente do partido, independente da candidatura, que a Marcha como movimento não faz campanha para ninguém, que as militantes da Marcha até fazem, mas, que a gente como movimento não se compromete com a candidatura de ninguém. E, isso já aconteceu com candidatos do PT, com candidatos do PSOL, a gente sempre respondeu a mesma coisa. Mas nessa relação que eu estava falando antes, mais do cotidiano, da agenda política, normalmente, é com políticos filiados ao PT (Entrevistada C, MMM).

Em outro trecho do relato, a entrevistada complementa indicando que há uma procura por apoio tanto por parte do movimento quanto do partido, na figura de seu representante político.

Então sobre a relação com políticos do PT era mais aquilo mesmo, a partir da conjuntura política, em situações tanto que a gente precisa de mais informação ou

que a gente precisa garantir a posição, no caso de quem está em algum lugar como o parlamento, o executivo. Então, a gente procura, mas ao mesmo tempo a gente é procurada também em algumas outras situações, tanto de debate, de pedir opinião sobre algum tema ou até (eu cheguei a mencionar para você) que em momento eleitoral já existiu, várias vezes, de candidaturas virem pedir o nosso apoio como Marcha [...]. Ao mesmo tempo, [...] que a gente tem essa relação, principalmente, em âmbito municipal e estadual, quando os mandatos são mandatos muito envolvidos com a luta política, com a conjuntura, a gente tem uma relação mais próxima, e aí muitas vezes a estrutura do mandato ajuda em tarefas de processos de mobilização (Entrevistada C, MMM).

Não causa surpresa que em situações que as militantes da MMM com dupla militância em partidos políticos foram eleitas para o exercício de mandato político, o movimento tenha estabelecido uma relação orgânica com elas, uma vez que neste caso, são representantes diretas não só do partido como também do movimento.

O que mais posso dizer para você em relação a partido? Aqui a nível local nós temos uma vereadora que é militante da Marcha e que todas nós votamos nela. Fizemos parte da campanha, [pois] ela é militante feminista e tal (Entrevistada A, MMM).

[...] tem uma companheira vereadora que foi da Marcha, então, ajuda na articulação, inclusive financeira (Entrevistada E, MMM).

Esta relação orgânica com políticas profissionais, decorrente do vínculo de dupla militância, em movimento feminista e em partido político, não se limita às feministas da MMM, podendo se estender a de outros movimentos que estão no mesmo campo de luta.

Por exemplo, a gente conhece uma deputada que era da AMB, uma companheira histórica na luta feminista [...], que com certeza é uma companheira que expressa nossa voz na Assembleia Legislativa [...], ela enxerga na gente parceria e a gente enxerga nela uma parceira. O que for possível para ela - mesmo sabendo que isso dentro da assembleia é um combate - aprovar de políticas públicas e de alteração de leis, nos será importante, interessante. Sempre que possível mostraremos nosso apoio, sempre [com] demonstração de força, porque como a gente sabe, não será só o papel individualizado do político, mas, que isso demonstre força na sociedade, então, construímos esse papel, de demonstrar força dessa pauta fora da Assembleia (Entrevistada G, MMM).

Com efeito, a relação entre a MMM e os partidos políticos tem se apresentado como dois grandes desafios: um, combinar a luta política institucional sem perder a capacidade de mobilização e pressão nas ruas; dois, enfrentar as dificuldades que se apresentam na conjuntura atual sem cair nas armadilhas do reformismo, de construir unidades e alianças a qualquer custo e, tampouco, do sectarismo. O relato da entrevistada mostra que o sectarismo parece ser um risco distante para o movimento, que tem tentado avançar junto com outras organizações da classe na construção de lutas coletivas de resistência ao golpe. Precisarão junto com a esquerda acumular forças não só para manter esta resistência, na defesa dos direitos,

como também organizar lutas mais ofensivas, o que requer potencializar a capacidade de pressão nas ruas.

Talvez um dos desafios é dialogar, construir as pontes a partir de diferentes enfoques de atuação e formas de atuação. Às vezes, a gente quer pressionar para que os partidos avancem mais nas suas elaborações e na atuação de seus parlamentares, mas a gente entende que isso não acontece simplesmente com negociação, isso no ponto de vista do movimento, acontece a partir da nossa capacidade de mobilização. Acho que os benefícios para a gente manter essa articulação têm a ver com essa nossa opção política, por fortalecer a construção de unidade de um campo democrático popular nesse contexto de golpe, então, para a gente isso é fundamental. Não adianta a nossa resistência ser fragmentada, pelo contrário, a gente precisa conseguir ir acumulando forças para enfrentar essa ofensiva que não vai ser curta, desde outro patamar. E aí, nenhum movimento sozinho, nenhum partido como está, conseguem dar conta desse desafio, então, para nós o benefício é justamente conseguir avançar nessa estratégia de construção da esquerda mesmo (Entrevistada C, MMM).

O discurso aponta para parte de nossa tese de que no contexto atual, marcado pelo aprofundamento da uma crise capitalista, a relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda tem sido estabelecida de forma próxima, demonstrando organicidade entre esses sujeitos.

Na conjuntura de descenso, de perda de direitos, há uma necessidade de organização maior. Para mim, quando olho para os últimos dois anos, a construção da FBP tem sido a saída coletiva da esquerda, para sair da crise, a construção coletiva de um plano de país [...]. Na esquerda, não tenho conhecimento na história de um momento tão importante como esse de unidade, mesmo que sejam unidades pontuais de luta. Acho que esses atores sociais, esses movimentos e partidos tem sido de extrema necessidade para atravessar esse momento e não se pautar simplesmente pelas eleições a cada dois anos. A frente tem conseguido resistir às eleições do ano passado [2016] e precisa resistir, atravessar, esse campo que vai ser as eleições 2018. [...] Como eu, pela Marcha, estou nessa construção da FBP, acho que, queria reforçar, a necessidade da articulação da esquerda. Ter um projeto político para o país, que possa ser colocado em disputa com o projeto das elites. A esquerda é carente de um projeto de país, o que a gente quer para o Brasil? No desenvolvimento, na soberania nacional, nas pautas específicas das mulheres, população negra, LGBT. Reafirmar que há uma necessidade política de pautar projeto de país, a gente não tem construído com o povo pelo povo na história do país. Construir esse projeto e ter força política e social suficiente para colocar em disputa com os projetos da elite brasileira (Entrevistada E, MMM).

O relato traz uma análise profunda da realidade. Por outro lado, do nosso ponto de vista, se esta relação orgânica da MMM com os partidos e organizações da esquerda for ao sentido de aproximar-se ainda mais do PT, segmento sem dúvida alguma ainda hegemônico no campo da esquerda, esta relação implicará em riscos reais não só para este como também para outros movimentos e organizações da classe trabalhadora de manter-se na defesa do projeto reformista e de conciliação de classes, adotado pelo partido.

Outro desafio, apontado por uma entrevistada da MMM, mostra que a relação entre o movimento feminista e os partidos de esquerda continua a apresentar vícios de uma esquerda que continua a secundarizar as pautas das mulheres, por outro lado, esta relação demonstra ser um espaço importante para a mudança desta perspectiva por parte dos partidos políticos deste campo.

O desafio da gente ter essa interlocução com os partidos políticos e com os movimentos mistos, é que ainda essas perspectivas do feminismo, da luta das mulheres, ainda têm dificuldade de incorporação por essas ferramentas dessa perspectiva, não é simples, é permeada sempre de conflito, mas ao mesmo tempo a gente pensa que tem avanços, mesmo que parcial, [de] uma incorporação desse processo, tanto das lutas quanto da leitura que a gente faz da própria sociedade, [de] como é organizado. A gente estar nesses espaços, ainda, na interlocução com esses sujeitos, amplia nossa capacidade, inclusive, de falar dessas coisas para outras mulheres, que não necessariamente estão em movimentos auto-organizados, e possibilita, também, a incorporação das nossas lutas e nossas reivindicações como parte de um projeto maior de construção da sociedade, ao mesmo tempo em que é desafiador, conflitivo, não é muito simples construir essas coisas nesses espaços, a gente vê esse potencial e esses avanços. Acho que é um pouco disso nessa coisa da relação, e como essa relação, partido e movimento, também se expressa. [...] A interação se dá muito mais nesse sentido de construção de um projeto comum, e de incorporação nessas organizações da perspectiva do feminismo como parte de um projeto transformador da sociedade (Entrevistada B, MMM).

- **Articulação de Mulheres Brasileiras**

A relação entre a AMB e partidos políticos do campo da esquerda foi reconhecida com naturalidade pelas entrevistadas desse movimento, que afirmaram unanimemente que esta relação ocorre tanto por meio da articulação com esses partidos para realização de lutas em comum, quanto pelo vínculo de algumas de suas militantes com partidos desse campo. Das quatro entrevistadas, duas falaram sobre o caráter da dupla militância de forma mais geral, sem mencionar siglas partidárias, e duas fizeram menção ao PT e PSOL, uma delas apontou também a Consulta Popular e outra o PSTU. Uma delas ainda observa: “apesar da Consulta ter tirado uma orientação de não participar da AMB, tem companheiras que resistem” (Entrevistadas H, AMB). E, outra afirma que o movimento não possui relação com direta com o PCB e PCO, mesmo nas frentes coletivas, a articulação com esses partidos é nula:

A gente se articula mais, com esses movimentos, dentro da construção do 8 de março, dentro das frentes de ações, mas tem uma relação direta mesmo nas frentes de resistência ao golpe, [nas quais] o PCB e o PCO estão, mas tem uma presença muito pequena, tem uma relação de plenária, não tem uma relação direta da AMB com esses partidos (Entrevistada H, AMB).

Além de militantes vinculadas a partidos, o movimento também tem militantes anarquistas e militantes que se organizam apenas na AMB (Entrevistada H, MMM). Sobre a dupla militância, em partido político e na AMB, as entrevistadas apontam:

Em relação a partidos, dentro da AMB tem companheiras que individualmente participam de partidos políticos no campo da esquerda [...]. Mas o movimento não tem vínculo com partido (Entrevistada H, AMB).

Tem militante da AMB que é filiada a partido, a gente não é antipartidário, mas a gente não se organiza enquanto partido na AMB (Entrevistada K, AMB).

O discurso das entrevistadas da AMB chama atenção pela afirmação de que o movimento não tem vínculo com partido, mas ao mesmo tempo, também não é antipartidário, uma vez que tanto tem militantes filiadas a partidos como também o próprio movimento em alguns momentos se articula com partidos, ou seja, é um movimento que se relaciona com partidos do campo da esquerda sem ver qualquer problema nesta relação, até porque, como afirma uma delas:

Partidos de esquerdas e movimentos sociais estão muito juntos, porque a militância dos partidos políticos de esquerda é oriunda dos movimentos sociais, da militância dos movimentos sociais, pode ser movimento social de igreja, pode ser movimento social de bairro, pode ser movimento social pela terra, pelo teto, pelo direito da criança, pelo direito da mulher, direito dos negros, etc. E, essas mesmas pessoas que são militantes, hoje menos porque está muito démodé, mas elas também estão filiadas a partidos. Então, eu não vejo nenhum problema, e acho que é natural, que os movimentos de esquerda se relacionem com os partidos de esquerda. Assim como, os movimentos da direita irão se relacionar com os partidos de direita. Acho que é uma articulação meio estratégica. E, o que tem que ser respeitado é a autonomia de cada grupo e cada pessoa tem que saber qual é sua prioridade para jogar de forma correta (Entrevistada J, AMB).

Ou seja, não se trata de negar a existência desta relação ou de distanciar-se dos partidos políticos que o movimento considera estarem no mesmo campo político que o seu. Então, não há qualquer problema nesta relação desde que se respeite a autonomia dos sujeitos envolvidos. E o que significa esta autonomia para a AMB? Vejamos os relatos de duas entrevistadas que apontaram diretamente para esta questão.

Mas, também, na realidade que a gente se encontra, como AMB, na relação com os partidos de esquerda, a gente não tem grandes problemas de relação. Acho que existem mais problemas quando o movimento é muito vinculado, tem aquela coisa de seguir a linha de um partido, acho que talvez isso gere muito atrito, tipo, o partido tem uma linha e o movimento que é ligado a ele quer trazer de outra forma, aí talvez gere atrito. No nosso caso, como a gente não é ligado a coletivo ou partido político, fica mais fácil de a gente ter uma definição mais autônoma, mesmo forma em relação ao governo (Entrevistada A, AMB).

A gente é muito autônomo, independente, não tem orientação partidária. A nossa luta quem nos dá somos nós mesmas, construindo na nossa plenária. [...] [Até] mesmo as meninas que estão ligadas a partido e estão militando com a gente, tem independência, as orientações são nossas. Partido não influencia na nossa orientação e a gente também não defende porque o partido está mandando (Entrevistada K, AMB).

Os discursos apontam tanto para uma crítica à determinada forma de relação estabelecida por partidos do campo da esquerda, quanto para uma nova forma de relação que esses movimentos auto-organizados, sobretudo, os feministas, querem construir com estes partidos, uma relação de independência, uma relação na qual eles, como movimentos sociais, sejam respeitados e considerados em suas decisões como sujeitos políticos, em que não sejam meros espectadores ou bases dirigidas por esses partidos, mas que sejam protagonistas nos processos decisórios e de construção de suas pautas e ações.

Todas as entrevistadas da AMB destacam que a principal forma de relação que este movimento estabelece com os partidos políticos de esquerda é de articulação proporcionada pelo compartilhamento de projetos políticos. E que esta relação ocorre, sobretudo, a partir da Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. Mas, como mostra a entrevistada abaixo, a AMB também se relaciona com as setoriais de mulheres de partidos do campo da esquerda e fazem atos de mobilização em conjunto.

Nossa relação com partidos de esquerda, sobretudo, com o PSOL, basicamente hoje se dá na construção de lutas e no processo de mobilização. Então, por exemplo, nós temos a participação do setorial de mulheres de PSOL e do PT na luta pela legalização do aborto, mas o dialogo se dá, em caso dos partidos, com as mulheres dos partidos, com a organização de mulheres dos partidos. A partir da nossa atuação nas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo a gente, também, se relaciona, está construindo luta junto com outros partidos de esquerda, então essa relação se da na construção das lutas, das lutas que nos une (Entrevistada I, AMB).

Outras duas entrevistadas reforçam que esta relação, proporcionada pelo compartilhamento de projetos políticos leva a mais uma maneira de relação com os partidos políticos, mediada por políticos profissionais, com o fim de aprovar pautas direcionadas tanto às mulheres especificamente, mas também pautas voltadas para a classe trabalhadora em geral.

Se articula com alguns partidos do campo da esquerda no âmbito de suas lutas, por exemplo, agora na resistência ao golpe, na luta pelo “fora Temer” e pelas “diretas já”, a AMB se articula com os partidos dentro da Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, porque esses partidos estão lá dentro e construindo junto essa resistência. Ou, em outras oportunidades, quando estamos com um projeto de lei para ser debatido no congresso nacional. Na época [em] que o congresso ainda tinha alguma chance de aprovar uma lei em benefício dos movimentos, a gente se articulava tanto com os partidos, [como] às vezes com as bancadas, precisamente, com bancadas da Câmara e do Senado para defender aquela proposta. No âmbito da reforma no sistema político, a gente participou muito ativamente e teve uma experiência no Congresso

que muita gente achou interessante, que foi coordenada pela Luiza Erundina¹⁸⁸ de organização da “Frente Parlamentar pela Reforma do Sistema Político com Participação Popular”, foi a primeira vez que uma frente parlamentar teve participação da sociedade civil. A gente esteve nessa frente durante um período e foi bem interessante esse tipo de articulação. Tem benefícios para o movimento, porque [este] precisa que suas lutas sejam contempladas na legislação, como nas políticas públicas (Entrevistada H, AMB).

A gente tem relação com partido político do campo da esquerda, partidos que estão nas frentes de luta: Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, é aquela relação ali. Quais são os partidos? Acredito que estão lá nas frentes o PT, PSOL, essa é a relação. E, se vai ter um determinado projeto de lei, por exemplo, de legalização do aborto vai estar tramitando, a gente tem sempre buscado discutir. Agora está muito mais difícil, em outros tempos a gente tinha muito mais aliados lá dentro do congresso para defender nossas bandeiras. Eram os políticos dos partidos de esquerda. [...] Com os partidos a gente tem essa relação, se tem um projeto e é a história da votação, agora tá muito mais difícil, a gente tem um contexto muito [adverso]. Tem essa história de fazer o monitoramento, o CFEMEA tem essa atividade de fazer monitoramento de alguns projetos de lei que estão no campo da saúde reprodutiva, a gente sempre está discutindo (Entrevistada K, AMB).

No que se referem às relações, articulações ou interlocuções com políticos partidários profissionais, uma entrevistada da AMB aponta uma reflexão importante para pensar o tema e que vai de encontro ao que defendemos neste trabalho, de que esses políticos têm suas práticas e discurso orientados por projetos políticos defendidos, representados, disputados na sociedade no aparato institucional do estado pelos seus partidos políticos. Ela reflete:

Para nós políticos profissionais são uma categoria que não existe, nós não dialogamos com esse tipo de político profissional, para nós os políticos são pessoas que devem estar vinculadas a projetos políticos e, nessa atual conjuntura, projetos políticos são conformados, ainda hoje, nesse sistema político por partidos. Então, políticos profissionais nós não reconhecemos, não reconhecemos legitimidade nesse tipo de figura (Entrevistada I, AMB).

A relação com os partidos políticos mediada por representantes desses é comum a qualquer movimento ou organização que queira avançar com a pauta dos direitos, agir no sentido de buscar a agregação dessa pauta na legislação, o que implica que constantemente os embates que se encontram no âmbito da sociedade civil se estendam para a sociedade política, para usar as categorias gramscianas.

se a gente pega mulheres da AMB que são trabalhadoras do Centro Feminista por Democracia, elas monitoram leis que estão lá no Congresso Nacional e querem piorar a vida das mulheres. Elas monitoram isso por meio de projetos, mas elas contam para poder agir, fazer audiência pública, poder intervir naquele processo

¹⁸⁸ Trata-se de uma figura política com reconhecida influência no campo da esquerda. Erundina foi filiada ao PT a maior parte de sua carreira política, transferiu-se para o PSB, no qual ficou por pouco tempo e, posteriormente, migrou para o PSOL pelo está, atualmente, como deputada federal. Ao longo de sua trajetória política, Erundina já exerceu mandatos como vereadora, deputada estadual, deputada federal, prefeita de São Paulo, maior cidade do Brasil. Também já atuou como ministra.

legislativo ali, enquanto movimento social, enquanto organização de direito das mulheres, elas vão ter que “recorrer” a assessoria parlamentar. [...] Então, necessariamente a gente vai ter que lidar com partido, através de assessorias parlamentares de deputados e senadores [...] e eu acho que isso não tem nenhum problema desde que a gente saiba o que a gente está fazendo (Entrevistada I, AMB).

A AMB utiliza-se deste diálogo com os políticos profissionais como um mecanismo a mais de pressão para alcançar aquilo que o movimento almeja, sobretudo, no que diz respeito aos direitos das mulheres, mas não só, também no que se refere aos direitos da classe trabalhadora em geral. Os políticos profissionais com os quais a AMB estabelece alguma relação encontram-se no campo da esquerda, principalmente, como vemos abaixo, da centro-esquerda. Não é possível afirmar uma relação de organicidade com esses partidos que em geral o movimento estabelece alguma relação, já que eles podem estar sendo acionados simplesmente por serem os que possuem representantes eleitos nesses espaços. Mas o final do relato da entrevistada sugere uma relação um pouco mais próxima com PT, PCdoB e PSOL, com os quais se busca construir unidade.

[...] ações no parlamento quando é necessária uma resistência contra uma restrição de direitos, ou defesa da própria legislação para garantir direitos, em geral, sempre são do campo da esquerda, faz sentido porque considerando que PT, PDT, PSB, PCdoB, dependendo da pauta, eles colocam no campo da esquerda na defesa dos direitos, então, se tem esse tipo de relação. O movimento se relaciona dessa forma com os políticos, com os parlamentares. Tem uma coisa que é muito forte nessa relação, que é relação com o setoriais de mulheres dos partidos, principalmente dos partidos de esquerda, no âmbito do debate da reforma do sistema político, a gente já fez espaços conjuntos. A AMB já fez seminário em conjunto com o setorial de mulheres do PT, do PCdoB, do PSOL, para ter unidade com mais mulheres que estão no movimento e estão nos partidos em defesa de algumas reivindicações (Entrevistada H, AMB).

Esta relação com políticos profissionais é estabelecida por iniciativa da AMB sempre que esta considerar que poderá trazer algum benefício para as mulheres, mas a ação institucional é para o movimento um mecanismo atrelado à ação direta com a sociedade.

Por exemplo, na época do processo da Lei Maria da Penha, a AMB fez uma caravana, indo à bancada de cada parlamentar, [...] procurando discutir, apresentando argumentos, fazendo pressão, ao mesmo tempo, fazendo mobilização de rua, fazendo a denuncia da violência contra as mulheres (Entrevistada H, AMB).

Apesar de buscar relação com partidos mais próximos, que compartilham com o movimento os mesmos processos de luta, ações pontais poderão levar a articulação com partidos sensíveis à causa do movimento, mais progressistas. Ou seja, há então uma possibilidade de se buscar alianças não apenas no campo da esquerda, mas, até da centro-direita. A relação, entretanto,

envolve tanto ao diálogo quanto à pressão, como exemplifica o trecho do relato de uma entrevistada.

Com parlamentares desses setores mais progressistas abertos a nossa causa e aliados nos processos de lutas, por exemplo, no congresso nacional, hoje está mais difícil, mas sempre em momentos estratégicos como na luta pela previdência, a luta pelo aborto e na luta da lei Maria da Penha, a gente faz articulação com parlamentares desses partidos que nós consideramos que devem ser pressionados para garantir os direitos das mulheres, é uma relação de dialogo e uma relação de pressão aos parlamentares, é basicamente essa nossa relação nos progressos de luta, dialogo e pressão em torno de causas concretas (Entrevistada I, AMB).

Mas, uma relação próxima, de apoio, entre os sujeitos envolvidos ocorre com políticos ligados aos partidos de esquerda, como é categórica a entrevistada.

Eu posso citar um que sempre teve esse lugar, Paulo Rubens Santiago [PSOL]¹⁸⁹ foi um político que segurava muita bomba, mas em um outro contexto, não nesse contexto de governo golpista. O Jean Wyllys [PSOL] apresentou alguns projetos, que é um deputado do RJ, a assessoria dele estava na frente de luta pela legalização do aborto, a gente tinha essa relação. [...] Mas sempre com os políticos do campo da esquerda, esquerda mesmo. A depender da necessidade, nossa relação é essa. Buscar apoio para nossas propostas (Entrevistada K, AMB).

O estabelecimento desta relação medida por políticos profissionais, entre a AMB e os partidos políticos de esquerda, pode ocorrer também por iniciativa dos próprios políticos, que buscam manter proximidade com os movimentos sociais e feministas do campo da esquerda.

Os padrões parlamentares, ultimamente menos, porque tá todo mundo focado com o debate do golpe, mas parlamentares também procuram. Parlamentares de esquerda, algumas parlamentares que tem compromisso com a luta feminista quando o congresso tem alguma medida que coloca em risco os direitos, tem parlamentares que procuram o movimento para informar isso, para saber o que o movimento pode fazer para que a proposta contrária não ganhe força dentro do Congresso (Entrevistada H, AMB).

Por fim, é interessante notar que, mesmo a AMB contando com militantes que já exerceram mandatos ou assessoria política de políticos, como mencionou uma entrevistada da MMM, as entrevistadas da AMB não fazem menção a essa relação mediada pela dupla militância.

O relato abaixo indica que a relação com políticos profissionais pode se caracterizar por uma relação utilitarista por parte do político, no sentido de que este desconsidera a opinião e construção realizada pelos movimentos sociais.

¹⁸⁹ Foi um dos fundadores do PT, no qual construiu a maior parte de sua trajetória política; migrou em 2007 para o PDT e em 2017 para o PSOL, no qual se mantém até hoje.

O grande desafio com essa história de se articular com um político é que muitas vezes o político não respeita, quer fazer da compreensão dele. Às vezes, apresenta projeto sem levar em conta o que a gente já tinha construído. Atualmente a gente só tem levado porrada dentro do congresso. Então, [se] pensar quais são os benefícios para o movimento manter a articulação, o benefício é estar articular com políticos de esquerda que vão defender, botar a cara, na hora da votação dos projetos que a gente defende, esse é o benefício (Entrevistada K, AMB).

A relação entre movimento e políticos partidários de esquerda é permeada de tensões que por vezes geram contradições com as quais o movimento precisará lidar, mas mesmo com dificuldades e limitações, os benefícios que podem ser gerados para a classe trabalhadora a partir de um processo articulado de luta vale a pena mostram que os riscos valem mais a pena do que manter uma atuação sectária.

- **Movimento de Mulheres Camponesas**

O MMC possui relações com alguns partidos do campo da esquerda: Consulta Popular, citado por uma entrevistada; PSOL e PCdoB, indicados por duas; e, principalmente PT, como afirmam as três entrevistadas. A relação entre esse o movimento tem sido construída tanto diretamente com os próprios partidos, sobretudo, para articulações de lutas, quanto pela mediação de mulheres com dupla militância. Tomemos, então, alguns relatos que possam ajudar a entender como tem se estabelecido esta relação. Uma das entrevistadas conduz:

A gente não nega partido, a gente sabe da importância que tem e a gente não nega a relação com algum deputado. Não tem aquela coisa assim: “nós somos puras, somos só movimento social e a gente não se relaciona com quem disputa a institucionalidade”. A gente não tem esse debate, a gente se relaciona sim. Agora, acho que a nossa relação é frágil. Nunca deslocamos ninguém para ser responsável por essa relação, entendeu? As nossas prioridades são outras [...]. Acaba que nosso forte continua sendo essa lógica de partido mais de formação de quadros. Não sei nem se isso é bom ou ruim. Confesso que, às vezes, acho que é ruim, mas, às vezes acho que assegura a nossa autonomia, mas também autonomia sem dinheiro e sem poder. É uma relação que eu não sei avaliar (Entrevistada L, MMC).

A entrevistada aponta alguns indícios que levam a inferir que pelo fato de o movimento priorizar lutas mais de diretas e não pela via institucional, acaba que sua relação com os partidos fica mais restrita à formação política. Entretanto, chamamos atenção para um dos aspectos levantados por ela que vai de encontro com um dos argumentos que procuramos sustentar: qualquer indicação por parte de movimentos sociais do campo da esquerda no sentido de uma não relação com partidos deste campo é ideológica, uma vez que, ainda que do ponto de vista aparental tanto do discurso quanto da prática o movimento afirme

apartidarismo, suprapartidarismo, não partidarismo, autonomia, independência ou qualquer outro nome que se queira dar, do ponto de vista concreto, isto não é possível. Isso pois, esses partidos políticos como expressão da própria organização da classe trabalhadora, procurarão levar seu projeto de sociedade para o maior campo possível de influência, direcionando suas ações, prioritariamente, para os movimentos sociais desta classe, que é onde eles têm base ou procuram ampliar suas bases, buscam formar ou selecionar lideranças para seus quadros.

Do ponto de vista concreto desta relação entre movimento e partidos políticos ela ocorre também como falamos pela mediação de militantes com dupla militância e de políticos profissionais de uma maneira geral. Não ser guiado diretamente e escancaradamente por um partido, no sentido de afirmar esta relação com um partido especificamente, pode significar no máximo que há no interior desses movimentos uma disputa política por parte dos partidos que ali se encontram representados. Em outras palavras, não há neutralidade nas posturas de militantes político-partidárias no interior de um movimento, se ela está lá de uma maneira ou outra vai levar a orientação político-ideológica de seu partido.

E, se o movimento não possui militantes com dupla militância, mas, possui relação com outros movimentos que mantém esta relação com partidos, estes podem acabar cumprindo as funções de levar as orientações dos partidos. Ademais, como os movimentos sociais, em geral, possuem em suas pautas a criação/ampliação/efetivação de direitos, logo, sua luta em um momento ou outro se direciona para as instituições políticas. O trecho abaixo sustenta nosso argumento:

Eu acho que a gente tem relação com partido político de todas as formas. A Consulta é um partido construído pela Via Campesina. E esta é quem discutia aí muito com militantes do PT na época, até porque não era a construção de um partido, era a construção de um instrumento político que pudesse ser unitário para a classe trabalhadora. E, então, você tem companheiros do PT, [...] da Via que era um instrumento político - que a gente falava muito de formação de quadros, do papel de formar quadros, de formar militantes e cumpriu essa tarefa por muito tempo e acho que ainda cumpre um pouco - e, então essa é uma construção que a gente fez e que a gente continua fazendo, que é essa relação com a Consulta. Relação com o PT ou com outros partidos políticos, por exemplo, nos estados a gente sabe que tem relação. Tem porque tem companheira que é filiada, tem por causa dos interesses locais, por exemplo, aqui no [estado] você vai fazer uma luta contra a violência

contra a mulher, por exemplo, para ter uma lei, você precisa de uma interlocução com algum parlamentar (Entrevistada L, MMC).¹⁹⁰

É possível notar que a Via Campesina media a relação do movimento com a Consulta Popular, por exemplo, assim como no passado mediou com o PT. Observamos também que em níveis locais esta relação é mediada por militantes com dupla militância e na relação com políticos profissionais.

O partido de mais articulação são os de esquerda, PT, PCdoB, PSOL. Depende de cada região. Cada estado tem um trabalho. [...] Quando eu falo que tem aproximação com a esquerda, [é] porque também tem uma trajetória de luta, tem mulheres do movimento que fazem parte e ali se constrói bandeiras de luta no momento, não é uma bandeira permanente, depende da situação (Entrevistada N, MMC).

O discurso de outra entrevistada traz mais elementos que ajudam vão no sentido de sustentar nos argumentos.

Sobretudo, nós temos relação com o PT, tem muita relação com o PT, tem muitas mulheres que são filiadas. O movimento em si, como movimento, não tem uma relação pré-estabelecida com nenhum partido. Porém, as relações se dão em âmbito político das articulações, no âmbito das construções políticas, sejam locais, sejam estaduais, sejam nacionais. Então, muitas companheiras que construíram o movimento dos trabalhadores nos anos 80, têm muitas mulheres que também fizeram parte desse processo de construção do partido em diferentes locais do país. Muitas mulheres são filiadas ao partido, outras não. Algumas mulheres, inclusive assumem cargos políticos. Vereadoras, temos prefeitas, vice-prefeitas. Tivemos e temos algumas deputadas estaduais que nasceram do bojo da luta do movimento do MMC ou passaram pelo MMC e hoje estão exercendo funções em cargos políticos como vereadoras, prefeitas, deputadas estaduais. Sobretudo o PT, [mas] na base, pode haver algumas mulheres que tem outras relações que podem ser com outros partidos. O PSOL, talvez um PCdoB, talvez, mas menos, bem menos. Alguns locais ainda com o próprio PMDB que nascem de outra forma ou se apresentam de outra forma, sobretudo, em nível local (Entrevista M, MMC).

Mas, nos chama atenção o fato de que não há qualquer pretensão por parte da entrevistada em ressaltar o caráter de autonomia do movimento apontando que não há relação direta com partido. Como ela bem expressa ainda que esta relação não seja pré-estabelecida pelo movimento, no sentido de dizer, que o movimento não possui compromisso organizacional com nenhum partido específico, pois é um movimento organizado de forma independente.

Se no trecho do relato anterior a Entrevistada L (MMC) sugere uma relação mais orgânica com a Consulta Popular, a fala da Entrevistada (MMC) leva a pensar em uma relação orgânica com o PT. Na continuidade do seu discurso, a Entrevistada L(MMC) diz:

¹⁹⁰ O nome do estado foi suprimido para garantia do sigilo da identidade da entrevistada.

[...] a gente não tem relação com o PSOL, não sei se em algum estado tem. O PCdoB não, [mas] consegue ter nacionalmente uma unidade na pauta da reforma da previdência por causa da Jandira, mas não é com o partido. Queira ou não queira, com todos os defeitos ou qualidades, o PT também foi, lá na abertura democrática, construído por muitas das mulheres e dos homens que construíram os movimentos sociais que fazem parte da Via Campesina e acaba que mesmo, por exemplo, os que saíram do PT, por não terem ido para nenhuma outra organização, guardam uma certa referência e eu acho que a gente acaba que é a nossa relação. E, não sei se por causa dos 13 anos de governo (e aí é isso, [eu] comecei a militar no governo Lula e por isso) eu sou tão incomodada com essa questão de [falarem] que as pessoas não lutam na época do governo do PT (Entrevistada L, MMC).

Esta fala nos leva a cogitar que o movimento possui uma relação orgânica com o PT em decorrência da construção desse partido e que, na atualidade, mesmo com as críticas ao partido, a militância ainda possui referências nele. Ao mesmo tempo, que busca também construir outras referências, por exemplo, com a Consulta Popular.

O distanciamento do movimento social de determinado partido pode ser reflexo também da forma como este partido se relaciona com esse movimento, como mostra o trecho da fala da Entrevistada L(MMC) e também da Entrevistada B (MMM), que aqui destacamos apenas para que se perceba que o exemplo não é individualizado.

O PSTU é muito complicado. Eu tenho amigas, por exemplo, pessoalmente, que militam no PSTU, mas, a gente não tem relação enquanto movimento e não tem porque tem muitas situações que “governista” é o menor nome que o PSTU já chamou a Via Campesina, entendeu? Esse é o menor, tem piores. É, que atrela todo mundo ao PT, todo mundo é igual e que é adesista ao governo, isso não ajuda a ter uma relação porque você [o partido] não chega para construir, você chega para dizer que o que você [movimento] faz está tudo errado. E o PCB, eu acho, [que] nós do MMC não temos relação, mas acho, por exemplo, tenho vários companheiros do MST que são filiados, inclusive ao PCB e tem uma relação [...]. Então, tem uma certa dificuldade, assim, com outros partidos de esquerda, mas isso, localmente, talvez tenha algumas realidades que sejam diferentes, até porque uma galera do PCB foi do PT e tem relação local com alguém, com o PSOL da mesma forma, mas, nacionalmente, a gente não tem nenhuma uma relação (Entrevistada L, MMC).

Então, não tem nenhuma militante nossa no PSTU, elas dizem que nós somos pelegas. (Entrevistada B, MMM).

Os discursos sustentam a análise que recuperamos a partir de Mattos (2009) sobre o caráter sectário do PSTU.

Ao relatarem sobre a relação que o MMC estabelece com políticos partidários profissionais, as entrevistadas apontam que mesmo sem o foco prioritário na via institucional para colocar suas lutas, o movimento busca construir estas relações a depender das pautas políticas concretas defendidas pelos políticos.

Você faz a luta, mas como você também coloca a pauta no parlamento? Tem um pouco dessa relação, mas eu acho, a minha impressão vem do período que eu estou no MMC até hoje, que esse não é nosso foco. Temos relações em Minas, que é interessante porque não é uma relação construída por Minas, é uma relação com um político específico de Minas que é uma relação construída nacionalmente pela proximidade dele com a pauta da questão agrária e tal. Então, por exemplo, a gente tem um histórico na Via Campesina [...] com Adão Preto [PT] que era deputado lá no sul e que era um assentado da reforma agrária. Você também tem, mas eu acho que nós especificamente o MMC, a nossa relação é muito distante assim, companheiros e companheiras deputados que [...] tem uma interlocução, mas eu acho que não é forte. Por exemplo, nós não temos deputadas nossas, alguém que é uma camponesa e que é filiada, que se candidatou e que é vereadora ou não sei o que, já tivemos uma vereadora, assim, em Santa Catarina, uma companheira que foi vereadora [PT] e depois foi direção, não sei antes ou depois, não sei bem direito. [...] O melhor exemplo é esse, a luta agora contra a reforma da previdência a gente articulou com muito deputado do PT, do PSOL, do próprio PCdoB, fizemos várias conversas. É imprescindível está no Congresso, não tem como não fazer esse debate. O que nos aproximou de alguns, nos afastou de outros, mas não é nosso forte, a minha impressão é de que não é o nosso forte (Entrevistada L, MMC).

Na fala dessa entrevistada há o apontamento de que a relação com políticos profissionais pode ser facilitada pela atuação de dupla militância. Outra entrevistada indica que, localmente, as relações políticas tendem a ser personificadas, isto é, estabelecidas com determinados políticos não pela orientação político-partidária, mas por sua atuação individual na construção de sua trajetória política. Entretanto, é bom lembrar que, mesmo que internamente um partido seja marcado por tendências, às vezes, até divergentes entre si sobre princípios e estratégias, por exemplo, grosso modo, os políticos que ali se encontram abrigados compartilham pelo menos o mesmo projeto de sociedade defendido pelo partido.

Preciso dizer que em nível local, muitas vezes, a sigla de um partido tem menos valor que a pessoa, às vezes, a relação em nível local, sobretudo em município, é a referência das lideranças comunitárias do movimento. Ali [nas instâncias] municipais se dá muito mais no nível do individual, de conhecer a pessoa e saber o trabalho que ela faz, [de] conhecer sua história. Porque a nível local tem um conhecimento muito mais próximo das pessoas, sobretudo, nos municípios pequenos e rurais que é onde a gente, a base [está], do que pela própria sigla. Então, às vezes a sigla não é um determinante do projeto político de determinado candidato, mas a sua história, o seu recorrido histórico, e o quanto isso vai de acordo com as demandas e com os princípios do movimento e que é possível estabelecer algum tipo de diálogo com esse representante ou esse candidato a nível local, em sentido de construir demandas, pautas. Seja no nível do campo, das demandas das camponesas, seja das demandas por educação, as diferentes demandas que possa haver. Isso é uma coisa que se dá muito a nível local, do município. Então, às vezes as mulheres tem uma relação ou apoio a determinado candidato que nem sempre é, necessariamente, de um partido como o PT, ou como o PCdoB, ou como o PSOL, por exemplo. Que é os que a gente tem mais relação nacionalmente falando. Há essa relação de partido, sobretudo com o PT, mas também, há essa relação individual que se estabelece tanto como o movimento procurar alguém para tentar construir algum diálogo ou já tem um diálogo construído pela convivência no âmbito político local ou inclusive da procura também desse indivíduo, desse indivíduo candidato, conjunto às lideranças das mulheres do movimento (Entrevistada M, MMC).

O relato mostra que a relação estabelecida pelas militantes e lideranças da base com políticos profissionais se estabeleça pelo compartilhamento de pautas em comum, que podem ser tanto com partidos do campo da esquerda, como com políticos do campo da direita, que individualmente possuem uma trajetória mais progressista. Ainda assim, é interessante pensar na forma das relações políticas em cidades rurais, nas quais relações clientelistas constituem ainda uma marca muito presente do *modus operandi* da política partidária. Muitas vezes, com uma atuação de coronéis, caracterizando a força da direita e da extrema-direita nesses locais, utilizando-se de estratégias inclusive de cooptação de lideranças, como um perigo que ronda de forma muito próxima os movimentos do campo da esquerda.

Outra entrevistada confirma que a relação com políticos profissionais depende muito da realidade imediata, local, que as militantes se encontram, mas, ao mesmo tempo depende do partido.

Depende de cada região, todo o movimento tem relação com políticos. No meu município tem vereador, que temos relacionamento, [que tem relação] com movimento sindical, [da] categoria do PT, tem lugares que convive mais com o PCdoB, depende do partido (Entrevistada N, MMC).

A continuidade do relato dessa entrevistada chama a atenção para os perigos de reprodução de uma relação utilitarista, às vezes configurando inclusive uma relação de cooptação, por parte desses políticos profissionais.

Às vezes a gente [se] sente usada pelos companheiros, pessoas da luta, [que] chamam só para [nos] fazer de escravo, tirar proveito daquilo. [As lideranças] têm que ter habilidade na hora que são procuradas e na hora de responder. As lideranças que vêm acompanhando têm que analisar onde é conveniente estar. Isso fortalece a luta ou não? Depende. [...] Eu falo muito perto das eleições, quem se destaca, os partidos usam, a gente sabe que o PMDB é mestre para isso. Quando a pessoa se destaca, mas não tem muita firmeza, é capturada. É procurada por todos os lados, esquerda e direita. Mas, depende. Eu mesma sou filiada no PT, participo do partido, mas tenho muito pé atrás quando chega eleição, porque é sempre tirando proveito (Entrevistada N, MMC).

Se por um lado o relato evidencia que os partidos do campo da esquerda não estão isentos de reproduzir relações utilitaristas, marcadas pelo pragmatismo de alcançar seus objetivos eleitoreiros, por outro, devemos apontar que neste campo estão mais proícos a reproduzir esta forma de relação partidos que tem primazia pela luta eleitoral, ou seja, os de centro-esquerda, já que a esquerda visa a luta pela institucionalidade apenas como mais um mecanismo para demonstrar as contradições do sistema capitalista.

Já o relato abaixo, demonstra como a questão do machismo ainda é muito presente no interior das organizações político-partidárias do campo da esquerda.

A gente tem uma avaliação, inclusive enquanto MMC - e no último período tiveram várias mulheres nossas que são do MMC que saíram candidatas à vereadora, à prefeita, mas sobretudo, no nível de vereadoras – a gente tem uma avaliação que muitos dos partidos ainda veem as mulheres só como cumpridoras de cotas, ou porque tem uma grande capacidade mobilizadora ou que tem grande capacidade de ser referência na comunidade, no município pelo trabalho que fazem como liderança do MMC e pelas lutas contra a violência, pelas lutas em favor dos direitos das mulheres, mas também pelos direitos de todos. Mas, ainda as mulheres são vistas muito nesse sentido de cumprir as cotas, as mulheres vão, se candidatam e são usadas para cumprir as cotas. Se a gente for ver, são sempre as mulheres que ficam nas últimas posições com menos votos. Então, são só usadas para cumprir as cotas e são usadas para conseguir votos por serem pessoas de boa índole, pessoas de referência, pessoas que tem trabalho, que são conhecidas historicamente por fazer trabalhos que trazem alguma contribuição para as comunidades e para o município. Mas ainda pouco vistas como realmente todas políticas, com capacidade de se candidatarem, de serem eleitas e exercerem um cargo político como vereadoras, como prefeitas e mais ainda como deputadas (Entrevistada M, MMC).

A reprodução de práticas/valores machistas no interior das organizações político-partidárias do campo da esquerda tem sido a principal causa para que os movimentos feministas auto-organizados desse campo busquem manter uma distância de segurança desses partidos, afirmando sua autonomia e não partidarismo. Por outro lado, a continuidade do relato da entrevistada sinalizando que a conjuntura, de acirramento da crise capitalista no Brasil, expressa na crise política que culminou no golpe de estado, foi um terreno fértil para uma reprodução ainda maior desta forma de relação, parece colocar em xeque parte de nossa tese, de que no contexto atual a relação entre o movimento feminista e partidos políticos de esquerda sinaliza uma relação de novo tipo, haja vista que indica a prática de velhas relações, nas quais tanto as pautas das mulheres foram secundarizadas por parte do movimento operário, quanto às mulheres subalternizadas nos espaços de organização da classe. Conclui a entrevistada

No último período, a gente percebeu isso, muitas companheiras se candidataram, mas foram muito utilizadas para cumprir cotas ou para buscar votos, mas não com capacidade real de serem pensadas e vistas dentro no partido com capacidade real de serem eleitas. E isso a gente avalia que tem muito reflexo desse processo que a gente viveu nacionalmente do desgaste da figura de uma mulher que tinha um cargo político, como foi o caso da Dilma [Rousseff]. Teve um processo também de o golpe contra ela, teve um forte recorte da questão sexista, de dizer que o lugar da mulher não é na política, de dizer que a mulher não tem capacidade de estar na política ou de fazer política e também isso teve um reflexo nos resultados das eleições municipais de vereadoras e inclusive na atuação política das mulheres em outros espaços e outros âmbitos. Então, isso para nós também é um saldo negativo do processo da perda da democracia, que a gente vive, que teve um recorte muito claro

para nós da questão sexista, de dizer que nós mulheres não temos a capacidade de fazer política (Entrevistada M, MMC).

Esse trecho, diferente do anterior, traz indícios que podem sustentar a nossa tese, no sentido de apontar que no contexto de aprofundamento da crise capitalista, a relação entre o movimento feminista e partidos políticos de esquerda é estabelecida de forma mais próxima, caracterizando uma relação de orgânica, fundada na compreensão deste movimento de que sujeitos políticos e cumprem a mesma função dos partidos no direcionamento da luta política da classe trabalhadora.

6.4.2 Relação com o Estado

- **Marcha das Mulheres Brasileiras**

A MMM expressa construir relações com o Estado, a depender da orientação político-ideológica expressa pelos governos. Se estiverem no mesmo campo político, esta relação será mais próxima, pautada no diálogo propositivo e na ocupação dos mecanismos de participação social, esta relação pode inclusive se expressar em uma relação orgânica, por outro lado, se o governo estiver em outro campo político, esta relação será de enfretamento, com ênfase em ações diretas e recusa dos espaços de participação social. O movimento expressa uma relação muito próxima com os governos petistas, dando mostras de uma relação orgânica.

Uma das entrevistadas afirma que o governo nas gestões do PT convidava recorrentemente o movimento para dialogar (Entrevistada A, MMM). O relato mostra como era esta relação:

Nós tivemos um diálogo muito forte para incidir sobre a pauta das mulheres rurais no governo Lula e Dilma. O MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário] tem uma diretoria política para mulheres - e aí eu estou falando da nossa experiência daqui – então, a gente incidia muito, a gente era parte do Conselho Gestor e a gente fazia, influenciava muito na política pública (Entrevistada A, MMM).

O apontamento de que nos governos petistas muitos quadros de lideranças da MMM foram atuar em cargos públicos é recorrente nos relatos das entrevistadas. A maneira como se configurou este processo nos leva ao entendimento de que se tratava de uma relação orgânica entre o partido e o movimento e não necessariamente uma relação de cooptação, como poderiam alegar alguns analistas. Apesar de aparentemente parecidas, as relações orgânica e de cooptação, são profundamente antagônicas.

No processo de cooptação, a relação de estabelecida é utilitarista e ocorre entre sujeitos que não compartilhavam a mesma posição política, sendo uma das partes levadas a abandonar a sua visão de mundo inicial para assumir a de outrem, no caso de quem está no poder (partidos políticos, governantes, políticos profissionais). Ao passo, que uma relação orgânica expressa entre as partes compartilhamento de projetos políticos e, justamente, por ter a mesma orientação político-ideológica, uma das partes (lideranças ou militantes de movimentos sociais ou outras organizações) é convidada a assumir e compor postos no governo.

Apesar de em outros termos, a relação orgânica assim como a relação de cooptação é permeada por contradições, uma vez que pode significar ao mesmo tempo perdas e ganhos para o movimento social. Perdas de quadro, sobretudo, de lideranças (que aqui não é sinônimo de liderança formal, mas sim, a pessoa que consegue ter uma influência expressiva sobre outras pessoas), perdas em sua capacidade de pressão. Ganhos, se de repente consegue colocar suas pautas, avançar em políticas e incidir sobre legislações.

Por outro lado, considerado o transformismo político do PT já com claros sinais de um partido de centro-esquerda e não mais de esquerda como em sua origem, podemos sugerir que talvez no caso desse partido, a relação estabelecida com os movimentos sociais da classe trabalhadora, quando chegou ao poder, tenha sido ao mesmo tempo de cooptação e orgânica.

Vejamos alguns relatos que nos ajudam a sustentar o argumento de que a forma como se estabeleceu a relação entre a MMM e o governo petista aponta para uma relação orgânica entre o movimento e o partido político.

Na relação com os governos, tem também, uma diversidade dependendo de como está isso, já teve espaço de militantes da marcha estarem inseridas diretamente em governos, serem parte do governo, exercerem algum cargo, alguma coisa assim. No governo Lula e Dilma isso aconteceu, mas também, essa relação foi nos colocando desafios, tais como: militante faz parte do governo, mas ao mesmo tempo, o movimento tem que forjar suas pautas e reivindicar. Mas eu acho que a gente foi lidando com isso de boa, porque ter militantes lá não significava que o movimento em si estava lá. Isso foi uma compreensão que a gente foi construindo no sentido de que o movimento era maior do que aquele processo e as pautas que a gente tinha que apresentar aquilo ali poderia ser um canal de potencializar para que essa pauta fosse incorporada pelos governos e não como: não apresentar determinadas pautas porque era o governo. Isso foi algo que a gente foi dando conta de construir com muita maturidade. Mas, a gente tem esse processo de achar que precisamos construir essa interação com os governos no sentido das reivindicações das políticas públicas, mas também nossa interlocução não é com qualquer governo (Entrevistada B, MMC).

A fala de outra entrevistada complementa e traz mais indícios de uma relação orgânica entre o movimento e o partido:

Pouco tempo depois que o PT assume, nessa década de governos petistas, a gente teve muitos quadros da Marcha que foram trabalhar nos governos, SP é o exemplo mais forte, a maioria dos quadros mais antigos, que tocavam a Marcha, entraram para gestão. É uma via de mão dupla, não é simplista de que o movimento foi cooptado. Mas, houve essa tensão, de termos avanços nas vias institucionais, mas também um esvaziamento de uma militância que estava mais preparada, que migrou para as esferas de gestão (Entrevistada F, MMM).

Em outros trechos, as afirmações das entrevistadas são no sentido de indicar distanciamento de governos que não estão no mesmo campo político do movimento. Neste caso, as relações com o Estado passam a tomar ares de confronto e a estratégia de enfrentamento fica mais centrada em ações diretas.

A interlocução se dá de forma diferenciada dependendo do governo que está, por exemplo, com o governo golpista a gente não tem interlocução nenhuma, a nossa forma de interlocução junto a ele é nas ruas, é com as lutas que a gente faz, é um pouco disso nossa relação. A gente participava de espaços de conselhos, a gente estava no conselho nacional de mulheres, estava em alguns conselhos estaduais e municipais, como parte da nossa relação de controle social, mas também da relação com o Estado. A gente saiu do Conselho Nacional [dos Direitos da Mulher], a gente não está em nenhum desses conselhos a nível nacional mais. Com essa perspectiva do golpe a gente se retirou dessas instâncias. Dependendo do estado e do município a gente permanece em alguma medida, mas no sentido do diálogo mais local (Entrevistada B, MMM).

Apesar de ficar mais evidenciado no contexto do golpe, esta “ruptura” ou relação distanciada com o Estado a depender da orientação político-ideológica do governo também ocorria em momentos que não havia ameaças à democracia.

Em relação aos governos, a gente constrói sim relação de parceria com os governos, mas não é todo o governo. Como eu falei, a gente tem projetos políticos que são mais interessantes - o que não quer dizer que é o ideal - que a gente consegue acionar mais em políticas públicas e outros não. Não fazemos parceria com governos que estão no campo do PSDB e PMDB, a gente identifica agora como setores golpistas. Nos governos Lula e Dilma, agora Haddad em São Paulo a gente constrói parcerias em alguns projetos. Obviamente essas parcerias se dão muito mais juridicamente com as entidades que fazem captação de recursos para as atividades da Marcha, mas como Marcha a gente também já se colocou na defesa desses governos quando a gente entendia que tinha que defender uma pauta e não poderíamos perder direito. A coisa do golpe está claro, como Marcha nós fomos para rua para defender o Estado Democrático, contra o golpe e para defender o governo Dilma mesmo (Entrevistada D, MMM).

A continuidade do relato desta entrevistada mostra que, no contexto democrático que precede o golpe, a MMM considerava as vias institucionais de participação como espaços importantes para demandar e avançar as pautas das políticas públicas para mulheres, bem como realizar o

controle social. Mesmo com críticas ao governo petista, os espaços de participação eram considerados estratégicos para a luta do movimento tanto quanto o espaço das ruas.

A gente não se furta em fazer esse debate e apoiar políticas interessantes, reivindicar políticas que a gente entende que são necessárias para melhorar a vida das mulheres, de apoiar quando a política é boa, fomos parceiras da CPMI [Comissão Parlamentar Mista de Inquérito] da violência contra a mulher [...]. A gente estava junto com a CPMI, rodamos vários estados do Brasil, denunciemos, a gente apoia como a gente apoiou a Lei Maria da Penha, como apoiemos várias outras políticas que o governo fez. Mas a gente também se colocava no enfrentamento contra esse mesmo governo que a gente considera progressista, e que apoiava em larga medida e também tomava decisões que a gente não considera boas. O debate do Conselho de Direitos Humanos, do plano nacional de direitos humanos, a gente atua nesse sentido, como Marcha a gente participou de espaços de controle social que a gente entende como importante para políticas públicas, para fortalecer, por exemplo, o ministério das mulheres, que era a secretaria nacional, as secretarias que foram criadas no último período, as próprias conferências: a conferência de saúde, de políticas para as mulheres, de igualdade racial, conferência das cidades. A gente entende que numa conjuntura de democracia esses espaços são importantes, mesmo sabendo que são espaços formais, institucionais, do governo. Assim como a gente constrói nosso espaço de luta, como a Marcha das Margaridas, como Ação Internacional, dia 8 de Março, a gente entende que em governos que possam avançar com políticas públicas, os espaços institucionais são importantes também (Entrevistada D, MMM).

A mesma lógica de relação do movimento com o Estado se configura nos âmbitos do governo federal, estadual e municipais, como mostram outras duas entrevistadas. Na fala de uma fica explícito o caráter efêmero e conjuntural da relação: “Não se tem uma relação permanente, a gente não faz parte do governo, mas nos colocamos como adversário quando a pauta nos coloca como” (Entrevistada G, MMM). Outra contribui para pensar que a participação do movimento em espaços institucionais depende não só de uma conjuntura democrática, como também da própria prioridade de pauta e melhores táticas para alcançá-la, e ainda, da orientação político-ideológica por trás do governo.

No governo anterior era diferente, no caso, no governo do Haddad, a gente pressionava também dessa forma, a partir das mobilizações, mas tinha uma abertura do governo municipal de discutir a política e fazer a política acontecer, tinha a política pública e isso também passou em âmbito nacional. A gente participou do conselho dos direitos da mulher nacionalmente quando ele foi reformulado, no período do governo Lula e da Dilma, e assim que teve o golpe, a gente se retirou do conselho junto com outras entidades e definimos como Marcha Mundial das Mulheres que a gente não tem diálogo com o governo golpista, a gente não reconhece porque é um governo ilegítimo, do nosso ponto de vista, e a gente acha que a negociação, o diálogo, com esse governo também é uma forma de legitimar ele, então, nós não vamos legitimá-lo (Entrevistada C, MMM).

Fica nítido que a MMM a relação com governo dependerá do compartilhamento de projetos políticos, como ficou demonstrada em sua relação com o governo petista, ao mesmo tempo, a

conjuntura de aprofundamento da crise política no Brasil (expressão do acirramento da crise capitalista mundial) empurrou o movimento para uma aproximação ainda maior com o PT e apoio crítico aos governos com gestão do partido. Esses apontamentos ficam mais evidentes na análise dos documentos.

- **Articulação de Mulheres Brasileiras**

A AMB estabelece uma relação crítica com o Estado, uma vez que não o nega como interlocutor importante, mas, ao mesmo tempo, não descarta a orientação ideo-política expressa pelo governo na hora de decidir se irá, por exemplo, ocupar ou não instâncias de participação social, construir uma relação mais de diálogo ou de pressão direta. Mas de todo modo como indica uma das entrevistadas, a relação com os governos (que em nossa linha de raciocínio é expressão concreta da relação com o Estado) sempre ocorre numa dinâmica que envolve “diálogo, pressão e crítica” (Entrevistada I, AMB).

As críticas às instâncias de participação social estão muito mais demarcadas à conjuntura atual, conforme indicam as entrevistadas devido o processo de golpe nas instituições democráticas, deflagrado com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), configurando o avanço de forças da extrema-direita no país. Em outros contextos, esses espaços participativos também eram considerados pelo movimento como espaços de disputa.

Em relação a órgãos públicos a gente se relaciona de várias formas, sempre se relaciona para fazer pressão, por exemplo, no sentido de estar pressionando aquele órgão público, no momento de participação que tem conferências, ou as cidades com algo participativo, também há participação, nesses espaços de participação popular nos trabalhos institucionalizado. Embora, ultimamente, estejamos tendo uma leitura muito crítica dos conselhos. No momento agora do golpe a gente decidiu sair do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, porque entendeu que a presença nele, no momento [em] que está apresentado como governo, um golpista, isso cria legitimidade para esse governo. Então, essa relação vai sendo ou de confronto, ou de participação política, ou de apoio de algumas propostas, de acordo com o nível local e nacional, em cada situação específica (Entrevistada I, AMB).

Há dois anos, em uma plenária, a gente tirou como estratégia de não investir mais nesses conselhos, nesses espaços de controle social, porque não é mais um espaço de controle social. A gente entende que estando nesse espaço, mesmo como sociedade civil, a gente está fortalecendo esse modo de governo que está aí, [por isso] a gente se retirou. Já houve tempo que a gente tinha cadeira em conselho, inclusive no conselho nacional de mulheres, claro. A gente estava em muito conselho estadual de mulheres, conselho de saúde, a gente tirou como estratégia sair desses lugares e atuar nas conferências por fora. Se a gente vai para conferência, a gente não vai

como delegada, mas vai denunciar as questões que aquela conferência trata, do jeito de denúncia. A nossa relação com o governo, e com esse governo atual, nossa relação com o governo atual é puramente de embate, certo. A gente não tem relação com o governo (Entrevistada K, AMB).

Um trecho do relato de outra entrevistada aponta para a mesma direção de afirmar que o contexto atual, pós-impeachment, modificou a forma de relação do movimento com o governo, demonstrando que a orientação político-ideológica é um elemento importante para o movimento na construção de suas relações. Ela afirma:

Agora nesse momento, depois do golpe, nós não temos nenhuma relação com o governo federal, a não ser a de crítica e de mobilização e de luta para que ele caia, nós estamos em franca oposição a esse governo, não reconhecemos legitimidade desse governo, e por essa razão, tão logo houve a consolidação do golpe, nós nos retiramos, as representantes da AMB do Conselho Nacional de Direito das Mulheres, assim que a presidenta Dilma foi afastada em maio, nós também fizemos uma carta e saímos do conselho junto com outras companheiras de outros movimentos. Isso demonstra que com esse governo não há diálogo, em um governo golpista autoritário um conselho não vale nada, para nós é uma ilusão achar que participar de conselho vai influenciar em algo. Por essa mesma razão nós não participamos da Conferência de Saúde da Mulher que aconteceu um mês atrás [em 2017], porque um governo que aprova uma PEC da “morte” e congela por vinte anos o investimento na política de saúde, o que [vai] fazer em uma conferência? É realmente uma ilusão achar que vai sair dessa conferência alguma proposta concreta. E, a demanda é deslegitimar um espaço que por si só já está deslegitimado, porque o governo que convoca é um governo golpista. Então, não há diálogo no plano federal nesse momento, há crítica, há resistência e há poder de posição e enfrentamento. No plano local isso varia, dependendo da correlação de força e a composição dos governos no plano local, no plano federal a gente está fazendo a denúncia do Estado, da apropriação do estado, da apropriação do fundo público, por essa atual [direita] ultraliberal (Entrevistada I, AMB).

Note que o discurso da entrevistada também não invalida completamente os espaços de participação social, mas, considera que em uma conjuntura antidemocrática estes espaços, que teriam a finalidade de expansão da democracia, são apropriados e se tornam mais um mecanismo mistificador. Outra entrevistada indica a mesma análise:

Hoje, por exemplo, estamos denunciando retrocessos e ninguém aqui é besta de achar que política pública é nossa prioridade, não estamos discutindo política pública, estamos discutindo desmonte. Então, vai fazer parte de um governo golpista? Nunca vamos conversar com um governo ditatorial, jamais vamos aceitar um governo tirano, não vamos (Entrevistada J, AMB).

Ao mesmo tempo, em outros trechos dos relatos aparece também a indicação, que nos governos petistas, o movimento ocupava estes espaços não só devido o caráter democrático do Estado, mas também pelo compartilhamento de projeto político, expresso na compreensão de que a orientação político-partidária expressa no governo era do campo da esquerda, assim, como o movimento afirma ser.

no governo Lula a gente tinha uma participação crítica, a gente tinha a avaliação que teve vários processos no âmbito da política econômica, do modelo de desenvolvimento, e mesmo da capacidade dada as mulheres da participação, a gente tinha muitas críticas, mas a gente participava porque achava que era um governo dentro dos movimentos do campo de esquerda, e que era importante estar fazendo essa presença crítica mas propositiva. A AMB foi um movimento nacional que fez uma avaliação crítica do governo Lula, isso foi importante, porque a gente apresenta o que a gente concordava, [como] a ampliação do salário mínimo, ampliação das políticas para as mulheres, mas também, fazia crítica ao projeto de desenvolvimento sem justiça socioambiental, da política econômica, da mínima decisão dos mecanismos de participação. Então, isso é importante para a gente garantir a autonomia e ter feito esse balanço crítico (Entrevistada H, AMB).

Não é que o relato indique uma relação próxima do governo petista no sentido de organicidade, e sim que havia pontos em comum entre as pautas defendidas pelo movimento e algumas políticas realizadas pelo governo. Outras entrevistadas são ainda mais enfáticas em mostrar o não atrelamento do movimento em relação ao governo petista como condição também que lhe permitia inclusive criticar um governo do campo da esquerda.

Durante todo o período de governo Lula e governo Dilma, dialogamos nos espaços de conselhos e conferências, mas também, pressionamos, reivindicamos, fizemos manifestações e crítica. Nós temos um balanço das políticas públicas, nos dez anos de governo Lula, que é um balanço crítico das políticas públicas. Acho que nós somos o único movimento que fez um balanço crítico feminista sobre essas políticas, a partir das nossas experiências na participação nos espaços de diálogo, pressão e mobilização. Essa sempre foi nossa tática na AMB em relação aos governos: diálogo e pressão, diálogo, críticas e demandas concretas (Entrevistada I, AMB).

O movimento feminista, tudo que a gente conseguiu com relação a políticas públicas, não foi porque o governo Lula foi bonzinho não, ou se fosse outro governo. Tudo veio com muita luta, a gente faz uma luta há mais de 30 anos para conseguir algumas coisas (Entrevistada K, AMB).

Outra entrevistada levanta aspectos importantes para pensar a relação não só a relação dos movimentos feministas, mas, a relação de movimentos sociais de uma forma geral com partidos políticos de esquerda e as contradições que isto traz para o movimento em um momento em que um partido deste campo ou seus representantes chegam ao poder.

Acho que com o governo a tarefa do movimento é a tarefa de maior radicalidade, é no governo que não pode se misturar as coisas mesmo, porque desde o momento que você participa dos conselhos como movimento social, representando a organização social e o controle social, até o momento que determinada ativista é chamada para compor equipe técnica comissionada ou qualquer outra coisa. Então, têm que ter muito claro, companheiras nossas, por exemplo, já tiveram dentro da secretaria de saúde para as mulheres e isso foi importante para elas e importante para nós, pois são companheiras que vieram, foram forjadas na luta social que vão levar para o lugar que elas estão toda essa experiência, toda essa lógica, toda essa expertise, para dentro da política pública. Agora, é claro, dentro de toda limitação que a gente sabe, por isso, que a gente tem que manter claro o que é tático, o que é estratégico, se é o

momento necessário, isso vai depender da política, da nossa realidade. [...] Então, a relação movimento governo vai depender da relação desse governo com o movimento, se ele vem historicamente da luta desse movimento. [...] Na minha organização, por exemplo, ninguém de nós tem alguma pretensão de humanizar o Estado, de acreditar que vai humanizar isso. Então, toda luta que a gente faz estão claras as contradições e a lógica de poder que está estabelecida (Entrevistada J, AMB).

A incorporação de militantes feministas em cargos públicos importantes para o desenho ou implementação da política pública nem sempre configura uma ação de cooptação de lideranças ou mesmo militantes de base por parte do Estado, em governos de esquerda que compartilham o mesmo projeto político dos movimentos sociais deste campo esta forma de relação pode expressar organicidade. A ocupação desses espaços no Estado pode também ser visto como uma estratégia pelo movimento para garantir a representatividade das mulheres na esfera pública, na qual elas ainda seguem sub-representadas.

- **Movimento de Mulheres Camponesas**

O MMC estabelece uma relação crítica com o Estado, no sentido de que não o nega como interlocutor importante para concretização de suas pautas e independente do partido ou governante que esteja no poder o movimento procurará pressionar órgãos como ministérios, secretarias, entre outros, por meio de enfrentamentos e de diálogos, visando a realização e constante ampliação de suas demandas. Ao mesmo tempo, o movimento apresenta sérias desconfianças a respeito do Estado dos espaços de participação social, os quais considera expressar uma participação muito mais aparente do que real, servindo muitas vezes de mecanismo para validar o que o Estado pretende e dar ares de construção democrática. No entanto, isso não significa que o movimento se abstenha de ocupar estes espaços. Às vezes avalia ser importante estar em espaços com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), o qual o movimento compôs durante a gestão petista. Apesar da relação utilitarista com o Estado, o movimento expressa que as orientações ideo-políticas dos governos e governantes interferem nesta forma de relação, podendo torná-la mais distanciada ou mais próxima.

Em um dos relatos, a entrevistada critica os espaços de participação social, no entanto, também indica a participação do movimento nestes espaços. Ela diz:

A gente sempre teve um debate no MMC, por exemplo, supercrítico a essa história da participação social [...] Nós nunca fomos de CONDRAF¹⁹¹, a gente é da PNAP¹⁹² porque a gente entende que a política de agroecologia ela tem outro caráter. Ela de fato foi construída com outros movimentos e tal, mas mesmo assim, a gente ia meio assim [desconfiada]. Essas instâncias de participação, a gente já foi muito crítico. A gente estava em coisas, por exemplo, a gente estava no Conselho da Mulher porque era complicado o movimento feminista se negar ir para o Conselho da Mulher porque tem um papel na construção de políticas, mas a gente sabe que é um papel limitado, é um papel que amarra mais do que ajuda [...]. Então, a gente foi muito crítica dessa coisa, dessa participação social que na nossa avaliação é [para] dizer que ouviu os movimentos para legitimar a política que o governo quer fazer. Na hora do “pega para capar”, na hora do vamos ver, o que vai passar é o que o governo quer fazer e não o que as mulheres vão dizer em conferências. E, a gente foi sempre muito crítica e esse não é um espaço que a gente construiu com tanta força. A gente vai, por exemplo, tem mulheres na base que gostam dessa coisa da conferência e vai, a direção vai muito pouco (Entrevistada L, MMC).

A entrevistada enfatiza que a via institucional de participação não é prioridade para o movimento. Em outras falas também aparece que a relação com órgãos do Estado - mediada por seus representantes - tem muito mais o intuito de pressionar, tanto que ações diretas não deixam de ser realizadas, do que de canalizar toda a capacidade de ação do movimento.

Relação com órgão público em si, por exemplo, nós sempre tivemos uma relação muito próxima de enfrentamento ao INSS porque é lá que as camponesas vão [...]. O que faz com que a direção vá inúmeras vezes ao Ministério da Previdência para fazer debate com ministro, a gente [também] sempre teve uma relação de demanda com o Ministério de Desenvolvimento Agrário muito grande, algumas vezes avançamos, outras não, mas, era pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário que a nossa pauta, praticamente toda, passa, fora a pauta da previdência, mas, assistência técnica, acesso a política pública, acesso a crédito, são pautas que estavam lá e a gente tinha uma relação, fazia reunião com o ministro, provocava reunião com equipes técnicas, ocupava o INCRA, o MDA (Entrevistada L, MMC).

As relações com órgãos públicos e governos, nós temos muito uma relação no sentido de ir até os órgãos públicos para colocar as nossas demandas, as nossas pautas, as nossas lutas, o que as mulheres estão necessitando, independente do partido político que possa estar [...]. A gente vai lá, fazer a nossa incidência política no sentido de levar uma demanda e construir um diálogo, no sentido não de ser um aliado, mas de levar uma demanda e uma necessidade das mulheres e da população local, municipal ou estadual. [...]. Então, também vamos no sentido da incidência da denúncia, de levar a nossa pauta, de levar essa discussão, de abrir esse diálogo com esses órgãos no sentido de cobrar, da cobrança, de pedir ações realmente efetivas ou a efetivação das leis ou o conhecimento sobre leis que muitas vezes, sobretudo, na ponta, nos municípios, nos estados, muitas leis que são criadas, não são conhecidas e

¹⁹¹ Em 1999, no governo FHC foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR), que posteriormente, em 2000, teve a sigla modificada para CNDRS, incorporando a palavra Sustentável. E, 2003, na gestão Lula, este conselho passou por alterações. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável assumiu a sigla Condraf, indicando as políticas prioritárias do governo nesta pasta: reforma Agrária e agricultura Familiar. O CONDRAF, que está ligado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), em 2017 passou por novas alterações. (Cf. [sítio oficial do Ministério da Agrário - MDA <http://www.mda.gov.br/>](http://www.mda.gov.br/)).

¹⁹² Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída por decreto na gestão Dilma Rousseff, em 2012.

os direitos das mulheres são negados. Então, é como que a gente leva essa informação e faz essa pressão para que as políticas sejam implementadas, ações sejam implementadas (Entrevistada M, MMC).

Em continuidade a seu relato, a entrevistada L analisa a relação com o Estado, demonstrando como se trata de um processo contraditório, até mesmo para um movimento que é crítico à natureza do Estado capitalista, pois, se por um lado, compreende seus limites para a efetivação de uma democracia real, isto é, voltada para as massas trabalhadoras e não para efetivar interesses das elites, por outro, em vários momentos esse movimento também terá que acionar o Estado.

Então, assim, não tem como negar o Estado. Eu acho que o resumo da ópera para a gente é meio isso. Não adianta a gente negar o Estado. O Estado tem políticas para serem feitas e a gente pode até querer construir um outro Estado, destruir o Estado [capitalista], mas nesse caminho até lá, o Estado [capitalista] tem um papel e ele tem que cumprir o [seu] papel social, de atender as demandas da classe trabalhadora. Por mais que teoricamente esse não é o papel do Estado [capitalista], mas, “faz de conta [que seja]”. Então, a gente tem muita demanda para o Estado. Tanto a nível nacional [quanto estadual]. Acho que esse período, essa também é uma crítica ao período PT, [o movimento] se focou muito nas demandas nacionais, porque era muito mais fácil você fazer um debate com o Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre assistência técnica do que você ir bater no Governo do Estado, que aqui, por exemplo, era do DEM, [...] você batia, mas entrava num ouvido e saía no outro, enquanto, nacionalmente, você conseguia fazer um debate e ter alguma política de assistência técnica, por exemplo, chegar nas mulheres. Acho que essa é basicamente a nossa relação com o Estado (Entrevistada L, MMC).

O relato também evidencia que a orientação político-partidária por trás do governo direciona suas ações, podendo facilitar ou dificultar a efetivação de demandas dos movimentos sociais, que dependem diretamente da ação do Estado. Ao mesmo tempo, o discurso de outra entrevistada revela, que apesar de importante a orientação ideo-política de governo progressista e de esquerda não implica automaticamente na concretização das pautas colocadas pelos movimentos sociais do mesmo campo, mas de toda forma, a relação construída tem traços diferentes, ainda que a capacidade de pressão do movimento seja preservada.

Claro, que onde governa um governo mais progressista, de esquerda e, próximo, muitas vezes, está aberto ao diálogo. Então, o diálogo se dá de outra maneira, mas, às vezes, também não está aberto ao diálogo, e a gente tem que construir um processo de forjar condições para o diálogo com os órgãos públicos, seja prefeitura, seja secretarias das mais diversas, seja outros órgãos públicos como INCRA, seja o INSS no tema do resolver problema das mulheres que não conseguem se aposentar, das burocracias dos órgãos públicos, então, a gente cria as condições para forjar o diálogo no sentido de resolver pautas [...]. Aonde é possível ter essas pautas mais construtivas com que há um diálogo nessa perspectiva também, a gente constrói, abre caminho e leva a pauta para construções de programas, de políticas públicas, de

ações também nessa perspectiva de ações de enfrentamento à violência [...]. Então, também vamos no sentido da incidência da denúncia, de levar a nossa pauta, de levar essa discussão, de abrir esse diálogo com esses órgãos no sentido de cobrar, da cobrança, de pedir ações realmente efetivas ou a efetivação das leis ou o conhecimento sobre leis que muitas vezes, sobretudo, na ponta, nos municípios, nos estados, muitas leis que são criadas, não são conhecidas e os direitos das mulheres são negados. Então, é como que a gente leva essa informação e faz essa pressão para que as políticas sejam implementadas, ações sejam implementadas (Entrevistada M, MMC).

O relato de outra entrevistada indica que a relação com governos do mesmo campo de orientação ideológica pode se dar de outra forma. A partir da mediação de militantes que são convidadas a assumir postos governamentais. Como vimos, esta relação é contraditória, mas seria um reducionismo analítico enquadrá-la como uma relação de cooptação.

Nós tivemos relação nos governos Lula e Dilma, o pessoal do próprio movimento, [...] algumas mulheres, foram para ministério, secretarias, assessorias de deputados, faz parte do movimento. Nessa relação é mais próxima [...]. Na nacional, as meninas de Brasília - que foi desfeito o escritório [do movimento] - participava todo dia, chamava para entrevista, para uma mesa do ministério, nos conselhos, conselho da mulher, ministério da mulher, conselho de saúde, audiência pública. As mulheres eram chamadas para participar da atividade, ia para mesa representar o movimento de mulheres. [Uma militante] está na STR, representa o movimento, ela está no Estado. [Uma militante] foi candidata a deputada federal, também faz esse debate com as mulheres. Mas tem partido também que gosta de usar liderança naquela região, chama por conveniência. Tem que pensar, refletir (Entrevistada N, MMC).

Esses relatos mostram que a relação do MMC com o Estado não depende apenas da conjuntura política, mas também das práticas e orientações ideo-políticas de quem está ocupando os cargos governamentais.

6.4.3 As relações da MMM, da AMB e do MMC com interlocutores políticos, construídas antes, durante e depois do Golpe

Para melhor exposição das análises sobre a relação dos movimentos feministas com os partidos políticos de esquerda, a partir dos documentos selecionados, dividimos os mesmos em três períodos: antes, durante e depois do processo de impeachment movido contra a presidenta Dilma Rousseff (PT).

Consideramos que os documentos com data anterior à aceitação pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB) do pedido de denúncia de crime de responsabilidade

fiscal da presidenta, ou seja, antes do dia 02 de dezembro de 2015¹⁹³, trazem um retrato importante de como estava a relação dos movimentos feministas com os partidos políticos, políticos profissionais e o Estado em um contexto de gestão do PT, considerado neste trabalho como um partido de centro-esquerda. Os documentos selecionados que se encontram dentro deste período são: os de número 1 ao 7 da MMM, de 1 ao 11 da AMB e, de 1 a 11 da MMC.

Já os documentos publicados após esta data até o fechamento do processo no dia 31 de agosto de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), possibilitam uma análise sobre esta relação em uma conjuntura de ameaças para o campo da esquerda. Dos documentos selecionados, os que se inserem neste contexto são: de 8 ao 19 da MMM, 12 e 13 da AMB, e de 12 ao 14 do MMC.

E, por fim, o contexto que se abre após impeachment de Dilma Rousseff (PT), ou seja, a partir de 01 de setembro de 2016 até o primeiro semestre de 2018, possibilitam pensar esta relação em um contexto ainda mais adverso para o campo da esquerda. Os documentos selecionados que foram publicados nesse contexto são: dos números 20 ao 29 da MMM, do 14 ao 16 da AMB e do 15 ao 19 do MMC.

De maneira geral, os documentos pesquisados, que de alguma maneira retratam a conjuntura política anterior, durante e posterior ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), demonstram que a aproximação ou distanciamento da MMM, da AMB e do MMC para com os partidos políticos de esquerda, políticos profissionais deste campo e governos, depende tanto da orientação ideo-política assumida por esses sujeitos, como também da conjuntura política, conforme tentaremos mostrar adiante. Assim, esses documentos, assim como as entrevistas, ajudam a pensar sobre o tema e perceber se houve alteração na forma de relação estabelecida por cada um desses movimentos feministas para com os partidos políticos de esquerda no contexto de acirramento da crise capitalista, que no Brasil se expressa com mais nitidez a partir de 2013.

¹⁹³ Importante frisar que o início formal do pedido de impeachment se dá no dia 17 de abril de 2016, entretanto, consideramos que a aceitação do pedido pelo presidente da Câmara já poderia ser significativo para os movimentos sociais e partidos políticos do campo da esquerda e implicar em mudanças nas formas de relação estabelecidas entre eles e também com o governo petista.

- **Marcha Mundial das Mulheres**

Bem antes da ofensiva da direita tomar rumos mais extremistas, é possível notar nos documentos da MMM posicionamentos defensivos em resposta aos ataques conservadores contra representantes do campo da esquerda. Em nota de repúdio, datada de 11 de maio de 2011, assinada pela MMM junto com outros movimentos sociais, a denúncia de atitudes machistas de parlamentares de partidos de direita (Alberto Fraga do DEM e Roberto Freire do PPS) contra parlamentares mulheres de partidos do campo da esquerda (Jandira Feghali do PCdoB e Maria do Rosário do PT) não possui um caráter de sororidade apenas, no sentido de apoio pelo fato de serem mulheres. Além da violência contra as mulheres e da sub-representatividade política das mulheres, a nota evidencia que a solidariedade ultrapassa estas questões e se refere também à orientação ideológica expressa através da defesa de outras pautas em comum, como permite entender o trecho abaixo.

Toda solidariedade a Deputada Jandira Feghali, que nos orgulha com sua luta incansável pelos direitos das mulheres, da juventude, dos trabalhadores e em defesa de um Brasil democrático, soberano e desenvolvido (MMM, doc. 01, 2011).

Em outro momento, a retirada do debate de gênero do Plano de Ensino Municipal de São Paulo foi apontada pela MMM como parte dos ataques de setores conservadores e fundamentalistas (MMM, doc. 02, 2015). Na Carta, o movimento faz um apelo às vereadoras e aos vereadores de maneira geral, ou seja, sem fazer menção a qualquer partido, para manterem o caráter laico do Estado, conforme preconizado na Constituição de 1988.

No entanto, as ameaças de retirada do debate de gênero dos planos de ensino, bem como a redução da maioria penal são vistas pelo movimento como ações de forças reacionárias e fundamentalistas contrárias aos direitos da classe trabalhadora (MMM, doc. 03, 2015). Neste documento, uma nota da Marcha das Margaridas assinada por diferentes movimentos sociais, a orientação ideológica de esquerda fica nítida, conforme o trecho abaixo extraído da nota.

Manifestamo-nos contra as orientações na política econômica em favor do capital. Não pagaremos pelos custos do ajuste fiscal. Exigimos que o estado não seja defensor de privilégios e sim portador do interesse geral dos povos, promovendo liberdades, garantindo direitos para todas e todos e ampliando os espaços de participação e de controle das políticas públicas, no fortalecimento da democracia (MMM, doc. 03, 2015).

Em outro trecho desta nota, aparece a análise de que as forças de direita e conservadoras no Brasil encontraram na grande mídia privada um aparato importante para criminalizar o governo do PT, bem como os demais partidos e movimentos sociais progressistas.

Em outra nota coletiva, assinada pela MMM, a chamada "Agenda Brasil"¹⁹⁴ é vista como uma afronta à democracia e a soberania nacional. O documento deixa em suspeição uma crítica velada ao governo petista (mandato de Dilma Rousseff), ao indicar ironicamente que a proposta surgiu da "base aliada" do governo (MMM, doc. 04, 2015).

Outra crítica velada da MMM ao governo petista (mandato de Dilma Rousseff) diz respeito à proposta governamental que indicava a unificação da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres (SPM) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). A proposta foi vista como um retrocesso pelo movimento. Para a MMM o contexto de fortalecimento do conservadorismo exigia que ambas as secretarias alcançassem maior relevância e não o contrário (MMM, doc. 05, 2015).

Em outro momento, a crítica ao governo petista aparece de forma mais aberta em busca de pressionar a presidenta Dilma Rousseff. No manifesto, assinado por mais de 162 organizações e movimentos sociais, apesar de reconhecer os avanços sociais alcançados em governos petistas, consta a seguinte interpelação:

Senhora Presidenta Dilma, todos nós saímos e sairemos às ruas em defesa da legitimidade do seu Governo, unguído pelo voto de 54 milhões de brasileiros, em defesa da democracia e da vida. Mas, entendemos como inaceitável a desmontagem de estruturas administrativas, de controle social e de diálogo entre governo e sociedade [...]. Portanto, agora é o momento de continuar, aprimorar a gestão pública para consolidação das iniciativas criativas e de pavimentação da trilha da cidadania (MMM, doc. 06, 2015).

Fica nítido que se trata de um apoio crítico à Dilma Rousseff (PT), não é um apoio incondicional, que aceita a qualquer custo as medidas tomadas pelo governo mesmo quando consideradas como retrocessos para as lutas das mulheres.

Assim como no documento 2, no documento 7 da MMM aparece o apelo generalizado aos parlamentares em relação a uma demanda específica. A mensagem direcionada às deputadas e aos deputados - poderíamos assim dizer, aparentemente, independente da orientação

¹⁹⁴ Trata-se de um conjunto de propostas, apresentadas ao governo de Dilma Rousseff pelo, então, presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), voltado a enfrentar a crise econômica. As medidas possuem um teor claramente neoliberal e de ataque aos direitos conquistados.

ideológica - foi assinada por um conjunto de movimentos sociais, inclusive a Marcha e também a AMB (doc. 11, 2015), faz apelo pela não aprovação do PL5069/2013, considerado um retrocesso para a luta das mulheres, uma vez que a proposta impede o uso de medidas de profilaxia em casos de estupro e indica inclusive a penalização para profissionais de saúde que atuem nesse sentido mesmo em casos previstos em lei. Quando dizemos aparentemente é porque se sabe que as pautas pelo aborto legal mesmo em casos já permitidos por lei possuem um caráter progressista que não é defendido por boa parte dos partidos do campo da direita.

Esses documentos que precedem o contexto de ameaças ao governo Dilma Rousseff (PT) demonstram que a relação da Marcha com o governo petista, durante esta gestão, se dava com muitas críticas. Como vimos com as entrevistas, a consolidação do impeachment da presidenta provocou maior aproximação do PT e dos governos sob sua gestão. Mas e durante o processo, desde a aceitação do pedido de denúncia contra a presidenta na Câmara dos Deputados até a consolidação do impeachment, como se processou esta relação?

Ao reportar-se à conjuntura desse contexto, a expressão da MMM no Brasil considera o contexto favorável ao avanço do neoliberalismo e de forças fascistas no país. Para este movimento, o processo de impedimento movido contra Dilma Rousseff (PT) deve ser visto como parte de um golpe imperialista processado pela direita conservadora de forma articulada em toda a América Latina contra governos progressistas que despontaram nos últimos anos no subcontinente (MMM, doc. 08, 2015; doc. 15, 2016). Estas análises ficam explícitas nos trechos a seguir:

Em todo o continente latino-americano, o imperialismo atua para desestabilizar governos progressistas, e o processo do impeachment no Brasil é parte disso (MMM, doc. 08, 2015).

Já há muito tempo vimos sentindo a crescente pressão da direita conservadora e neoliberal sobre os governos progressistas de toda a América Latina (MMM, doc. 15, 2016).

No caso brasileiro, a polarização política foi adensada desde as eleições presidenciais de 2014, de forma que as forças de direita e conservadoras têm atuado no ataque aos direitos da classe trabalhadora, dos indígenas, da população LGBT, da juventude e dos negros (MMM, doc. 08, 2016). Neste documento o movimento faz críticas ao avanço do conservadorismo no parlamento e às ações do deputado Eduardo Cunha (PMDB).

O núcleo da MMM no ABC Paulista assina uma nota crítica sobre os debates da Câmara de Vereadores de SP que visa a retirada de uma suposta "ideologia de gênero" dos planos

nacional, estaduais e municipais de ensino (PNE, PPE e PME). O movimento não se isenta de declarar seu repúdio à aproximação do prefeito Luiz Marinho (PT) a esse posicionamento conservador, entretanto, não menciona o partido ao qual é filiado. A postura do prefeito fundamentada em argumentos religiosos e em uma concepção de família tradicional é duramente criticada pelo movimento, que denuncia:

Lamentavelmente, o ano de 2016 se iniciou com o alinhamento do prefeito Luiz Marinho, de São Bernardo do Campo, a esta perspectiva de negação do debate sobre igualdade de gênero, isto é, de uma educação que contemple o importantíssimo tema da não discriminação entre os sexos e respeito à diversidade. Sua postura em relação à inserção da discussão sobre gênero no Plano Municipal de Educação da cidade é muito preocupante, pois se compromete, com base nas concepções confusas e distorcidas sobre uma suposta “ideologia de gênero”, em barrar a inclusão do tema gênero nos currículos escolares não somente das escolas municipais, mas nas de todas as escolas da cidade.[...] A proibição no PME do que o prefeito chama de “ideologia de gênero” – termo criado pelos conservadores, inexistente nos debates acadêmicos nem nos dos movimentos feministas sobre o tema – reflete que o prefeito, além de não acompanhar os avanços na discussão sobre gênero no Brasil, ainda usa um termo cunhado por pessoas que estão na defesa de todos os retrocessos que ameaçam a democracia do nosso país (MMM, doc. 09, 2016).

Ainda que não seja possível afirmar o porquê do partido ter sido ocultado, isto não deixa de ser relevante. Se considerada a análise de Cisne (2014) sobre a relação de proximidade do movimento com o PT, isso pode significar um apoio incondicional ao partido mesmo quando há discordância com a ação de algum governante ou parlamentar de forma específica. Mas, se considerado o contexto, esta pode ter sido uma estratégia do movimento de proteger o PT de mais ataques, numa tentativa de não expor as contradições da própria esquerda. Outra hipótese indicaria se tratar da junção das duas coisas, como nos parece ser o caso, conforme o trecho abaixo.

Vale enfatizar que embora o vídeo de Marinho veiculado em janeiro deste ano se tratasse (sic) de “resposta” a boatos e ataques da direita da cidade – que espalhou vídeos, panfletos e cartilhas distorcendo suas posições sobre o tema e criando um clima de verdadeiro terrorismo social sobre o assunto – isso, em nosso entendimento, não justifica que o prefeito responda a seus difamadores com base em argumentos também infundados, confusos e que desrespeitam os direitos assegurados das mulheres, da população lgbt e a própria luta por uma sociedade mais democrática, da qual ele historicamente fez parte (MMM, doc. 09, 2016).

Já em outra nota da MMM (doc. 10, 2016) em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos e contra a violência sofrida por uma jovem da cidade de Rio Grande/RS, o indicativo de que há alguma proximidade entre as representações locais do PT e o núcleo da Marcha nesse estado está na assinatura do partido tanto coletivamente, por meio de sua secretaria estadual de Mulheres, quanto na figura de uma representante eleita, a deputada estadual Stela Farias.

Em outra nota, a MMM denuncia a ação apresentada por Roberto Alves do PRB à Câmara dos Deputados Federais com a proposta de retirar a expressão "perspectiva de gênero" da atribuição do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Para o movimento, a ação oportunista demonstra que: “Estes setores estão aproveitando o momento de crise para penalizar a classe trabalhadora em especial a retirada de direitos das mulheres” (MMM, doc. 11, 2016).

Em ocasião da Comemoração do 8 de Março de 2016, a MMM publica uma nota com conteúdo que extrapola as bandeiras específicas das lutas das mulheres. A luta contra o ajuste fiscal e as ameaças de retrocessos em relação aos direitos sociais ganha centralidade devido a conjuntura. Nesse documento fica bastante explícito que para as feministas da MMM, os ataques ao PT têm intuito de atingir não só este partido especificamente, mas todo o campo da esquerda. Elas afirmam:

Sabemos que os ataques dirigidos hoje ao PT nas figuras de Lula e Dilma têm a intenção de destruir um processo de acúmulo histórico e atingir a todas organizações e pessoas de esquerda que há muito tempo resistem e lutam cotidianamente para transformar o Brasil em um país justo (MMM, doc. 12, 2016).

Os perigos da conjuntura levaram a expressão da MMM no Brasil a buscar o apoio dos demais núcleos do movimento em nível internacional contra o golpe. Esse apoio foi expresso por meio de notas enviadas por representantes de: Moçambique, EUA, Suíça, Quênia, Argentina, Espanha, Filipinas, México, Mali e pela representação da Marcha na América Latina. A maioria usou a frase: "pela legalidade, contra o machismo e em defesa da democracia" para expressar sua indignação e oposição quanto à abertura de processo contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) por crime de responsabilidade fiscal (MMM, doc. 14, 2016).

Diante da possível vitória da direita no processo de impeachment, a necessidade dos movimentos sociais buscarem construir alianças para se fortalecer se expressa como um aspecto relevante para a Marcha que indica:

Como sujeitos políticos não vamos ficar indiferentes diante deste ataque à liberdade e à democracia. Assim, em aliança com outros movimentos sociais, brasileiros e internacionais, saímos às ruas para denunciar a ditadura da direita (MMM, doc. 15, 2016)

A decisão tomada pela maioria dos parlamentares em favor do pedido de afastamento da presidenta Dilma Rousseff (PT) foi considerada pela MMM como primeiro passo na concretização de um Golpe de Estado, caracterizando um ataque às instituições democráticas (MMM, doc. 15, 2016). Entretanto, como expõe o documento caracterizava-se como uma

tentativa de golpe fortemente amparada na mídia e no aparato judiciário, com o fim de dar sustentação ao avanço das políticas austeras do neoliberalismo, cujos rebatimentos incidem de forma ainda mais perversa sobre as mulheres. O golpe seria parte de um projeto ofensivo orquestrado, como afirmam as feministas: "Já há muito tempo vimos sentindo a crescente pressão da direita conservadora e neoliberal sobre os governos progressistas de toda a América Latina" (MMM, doc. 15, 2016). No Brasil os ataques visavam destituir o governo petista, cuja gestão estava a presidenta Dilma Rousseff (PT), que passou a sofrer ataques pessoais de caráter misógino. Por isso e também dado o avanço da extrema-direita, o movimento considera que a tentativa de golpe se amparava também no patriarcado.

Portanto, não se tratava de ameaça de um golpe de tipo tradicional, no qual o chefe(a) de Estado é deposto de forma repentina, por meio de um processo violento de ruptura com a ordem e a legalidade institucional, ou seja, no qual um governo constitucionalmente legitimado pelo voto da maioria é substituído por outro de forma coercitiva, muitas vezes com uso da violência, como ocorre em ditaduras militares, por exemplo. O golpe de 2016 foi paulatinamente sendo construído sob artifícios jurídicos e ideológicos amparados em um grande esquema de ataque midiático, que conferiram um caráter legal ao pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), sob a alegação de crime de responsabilidade fiscal.

Entretanto, mesmo diante deste contexto, extremamente adverso para a esquerda e, especialmente, ao governo petista, a MMM não se priva de fazer as críticas ao partido. Em um documento (MMM, doc. 17, 2016), publicado durante o governo provisório de Temer¹⁹⁵ o movimento expõe o esquema de favorecimento político de José Carlos Bumlai (amigo de Lula condenado na Operação Lava-Jato), faz críticas às políticas indigenistas implementadas pelo PT - que durante o governo Dilma Rousseff apresentou índices de demarcações ainda mais baixos que o governo Collor e em 2013 paralisou os estudos sobre demarcações de terras indígenas - e à "[...] política de expansão do agronegócio adotada e impulsionada vigorosamente pelos governos petistas [...]" (MMM, doc. 16, 2016).

Em outro documento, a MMM expõe o viés ideo-político de direita do governo pemedebista:

¹⁹⁵ Michel Temer (PMDB), vice-presidente de Dilma Rousseff (PT), assumiu o cargo interino de presidente em 12 de maio de 2016 e manteve-se nesse, depois de concluído o processo, até o fim de 2018.

Dias depois de assumir o Ministério da Justiça no governo provisório de Michel Temer (PMDB), o ex-secretário de Segurança do estado de São Paulo Alexandre de Moraes afirmou à imprensa que irá combater “movimentos de esquerda”, e que ações de grupos que ocupem terras – em referência ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), citado pelo ministro – “vão ser combatidas assim como os crimes” (MMM, doc. 17, 2016).

Em virtude do golpe, a MMM considera o governo Temer (PMDB) ilegítimo (doc. 18, 2016) o que a leva a renunciar a cadeira como representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, sob a seguinte justificativa

[...] Acreditamos que a participação nos conselhos de controle social tem como objetivo primordial democratizar o Estado e avançar na garantia de direitos. Em um governo instituído pelo desrespeito à Constituição e ao voto popular e, portanto, à institucionalidade democrática, não existe possibilidade de diálogo (MMM, doc.18, 2016).

O impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) expressa uma nova etapa na estratégia da direita para garantir a realização das contrarreformas exigidas pelo grande capital. Com o golpe em curso e a legitimidade do governo interino em suspeição, a direita precisava encontrar alguém capaz de conter a ameaça de retorno do petismo. A crise de hegemonia exposta deflagrava um acirramento da luta de classes e uma polarização mais delineada entre esquerda e direita.

Os ataques extremistas de dois assessores do vereador de SP e líder do MBL, Fernando Holiday (DEM), à vereadora de SP Juliana Cardoso (PT), configurados na tentativa dos assessores de invadirem uma reunião realizada pela vereadora com a finalidade de filmá-la e expô-la, aconteceram no dia 10 de fevereiro, logo após esses mesmos terem sua tentativa de constranger o senador Lindbergh Farias (PT) frustrada (MMM, doc. 2017). Os episódios levaram a MMM se posicionar em favor dos parlamentares petistas por acreditar que

Não se trata de uma agressão ao Partido dos Trabalhadores, mas, sobretudo, um ataque contra a democracia e contra nós mulheres, pois irrompe o direito dos partidos e dos movimentos sociais se reunirem e se organizarem internamente. [...]. A postura dissimulada e misógina do ultraconservador Movimento Brasil Livre já nos é antiga conhecida, faz parte da lógica de seu líder a ofensiva irrestrita aos militantes de esquerda, ainda que isso custe violar o regimento da Câmara Municipal de São Paulo (MMM, doc. 20, 2017).

Em outra ocasião, a ação truculenta da polícia, em um município do Rio Grande do Sul, contra professoras(es) e servidoras(es) que, no dia 30 de março de 2017, protestavam em frente à Câmara dos Vereadores com o fim de barrar a aprovação do “Pacote de Ajuste Fiscal do Prefeito Miki Breier (PSB), causou indignação das militantes da MMM tanto pela ação

violenta inclusive com componente misógino (arma de choque disparada nos mamilos de uma professora) como pelas medidas austeras à classe trabalhadora. Em um contexto de acirramento da crise capitalista, o episódio levou a MMM a se posicionar:

Nós militantes feministas repudiamos o ataque ao direito mais do que legítimo de greve, único instrumento das trabalhadoras e dos trabalhadores no sistema capitalista para melhorar suas condições de trabalho. No último ano, com a desculpa da crise econômica e de um ajuste fiscal nas contas de todos os governos, nossos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais estão sendo cortados como se fossem privilégios. (MMM, doc. 21, 2017).

Em outro trecho desse documento, a Marcha indica a natureza de classe do Estado ao afirmar:

Cada vez mais o Estado criminaliza as lutas sociais, as lutas por direito a terra, ao trabalho decente, ao transporte, a moradia a saúde, a comunicação e a educação pública impondo políticas neoliberais que transformam pessoas e seus direitos básicos em mercadorias, com todo um aparato policialesco militar que só aumenta a violência no campo e na cidade (MMM, doc. 21, 2017).

A deposição do governo petista e a ascensão de um governo de extrema-direita contribuíram para uma mudança na relação da MMM com o Estado, no sentido de tornar-se ainda mais crítica.

O acirramento da crise capitalista exigindo dos Estados Nacionais governos que possibilitem os ajustes fiscais necessários para a acumulação capitalista em sua fase atual torna mais nítida a natureza classista do Estado. Em um governo fundado na conciliação de classes como ocorreu na gestão petista no Brasil, a realização de políticas sociais e públicas, ainda que mínimas como é bom sempre frisar, incide diretamente na vida das massas trabalhadoras contribuindo para mistificar esta natureza do Estado.

Por ocasião da audiência pública sobre o tema da descriminalização do aborto até 12 semanas de gravidez, solicitada pela ministra Rosa Weber após o PSOL (em parceria com o Instituto Anis) ter ajuizado uma ação¹⁹⁶ junto ao STF, a emissão de uma nota conservadora do presidente interino Michel Temer (MDB) sobre o tema, causou revolta da MMM, que considerou:

O posicionamento de Temer está alinhado com os parlamentares conservadores, os principais pilares de sustentação do golpe. A bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala) tem atuado coletivamente em várias matérias de modo a retroceder ainda mais os poucos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Esses congressistas são os mesmos que

¹⁹⁶ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de número 442, na qual o PSOL, alegando violação de princípios fundamentais, solicita a exclusão da prática interrupção voluntária da gravidez nas primeiras 12 semanas de gestação, dos artigos 124 e 126 do Código Penal, que versam sobre a criminalização do aborto.

atuam pelo fim da demarcação das terras indígenas, pela flexibilização do uso de armas e pela terceirização ampla e irrestrita (MMM, doc. 22, 2017).

O fato de a proposta ter sido apresentada por um partido de esquerda demonstra que segmentos deste campo não apenas estão atentos às pautas específicas do movimento feminista, como as consideram prioritárias tanto quanto outras pautas da classe trabalhadora, haja vista que a ação foi ajuizada em pleno contexto de acirramento da crise política no país, o que pode sinalizar uma mudança na relação entre o movimento feminista e os partidos políticos de esquerda no Brasil.

Por outro lado, o Projeto de Lei 1.465/2013¹⁹⁷, proposto à Câmara Legislativa do Distrito Federal pela deputada Celina Leão (PDT), que conforme a Marcha, vai na contramão de uma das principais bandeiras defendidas pelo movimento feminista, o aborto legal (MMM, doc. 23, 2017), pode ser um indício de que o conservadorismo está longe de ser superado em alguns segmentos da centro-esquerda. Nos chama a atenção, que mesmo tendo sido proposto por uma representante política do campo da esquerda, a MMM tenha direcionado suas críticas a setores da extrema-direita. Para o movimento, o PL é expressão da onda conservadora que avança na sociedade e no parlamento brasileiro. A ação ofensiva é a estratégia de setores representados no Congresso Nacional pelas bancadas ruralista, evangélica, e armamentista, respectivamente, apelidadas de bancadas do “boi”, da “bíblia” e da “bala” (“BBB”) e por políticos como Marcos Feliciano (PSC), Jair Bolsonaro (PSC) e Eduardo Cunha (PMDB) (MMM, doc. 23, 2017), portanto, de segmentos da direita e da extrema-direita. A postura do movimento frente ao episódio nos leva a cogitar que o movimento pode não considerar o PDT como um partido do campo da esquerda ou pode ter aproveitado a situação para alertar sobre a hegemonia da extrema-direita avançando inclusive com o aval de alguns segmentos da centro-esquerda.

O trecho da nota em repúdio a ação da bancada conservadora no Congresso brasileiro, abaixo reproduzido, trata sobre a discussão realizada pela Comissão, montada para este fim, sobre a PEC 181/15, que prevê uma ampliação do tempo de convivência entre mãe e filho em caso de nascimento antes do previsto. Na ocasião a Comissão defendia a inclusão da frase “direito a vida desde a concepção” na redação da PEC, o que levou o movimento a se posicionar.

¹⁹⁷ O PL propôs o uso de imagens de fetos como suposto mecanismo para alertar às mulheres vítimas de estupro sobre as consequências físicas e psicológicas da prática do aborto.

O projeto em si seria bastante positivo não fosse o mau caratismo e a misoginia da bancada religiosa e adjacências que tentam a todo custo proibir o aborto em qualquer situação[...]. A comissão é formada pelos mesmos deputados que aprovaram recentemente a PEC 55 (que congela por 20 anos os recursos para saúde, educação e assistência) e que em uma única canetada acabaram com a CLT, autorizando entre tantos outros absurdos que as gestantes trabalhem em lugares insalubres. Então porque estes deputados estariam preocupados em ampliar direitos? [...] A resposta é simples, o que está por trás não é o aumento de direitos e a proteção das mulheres e das crianças, mas sim a continuidade do golpe patriarcal que tem como objetivo arrancar direitos históricos do conjunto das trabalhadoras/es e reduzir as mulheres a meras reprodutoras e trata-las como seres inferiores aos homens (MMM, doc. 25, 2017).

No mesmo documento, a MMM também cita a ofensiva ao debate de gênero nas escolas e o “Projeto Escola Sem Partido” como expressão do contexto em que avançam as forças conservadoras no país.

No trecho, é possível notar que a ação de partidos de extrema-direita é motivo de desconfiança da MMM, pois expressa a mesma orientação ideológica que visa mistificar os ataques contra a classe trabalhadora. O que nos leva a pensar que assim como o conservadorismo, que articulado ao liberalismo alinha-se à orientação ideológica da extrema-direita, é motivo de distanciamento do movimento feminista dos partidos com esta orientação, o mesmo seria válido para os partidos de esquerda que em alguma medida reproduzem valores e práticas do conservadorismo, tal como fez o PDT.

O fragmento, reproduzido abaixo, da nota emitida pela MMM em solidariedade a militantes do Levante Popular da Juventude, presas (os) em Porto Alegre/RS em 24 de janeiro de 2018, traz apontamentos importantes sobre a defesa do ex-presidente Lula (PT) concorrer as eleições para presidente no pleito de 2018. Segundo a MMM,

A luta feminista construída pelas mulheres da Frente Brasil Popular em defesa da democracia e do direito de Lula ser candidato faz parte da agenda de enfrentamento ao golpe patriarcal e misógino para que a igualdade entre mulheres e homens possa avançar (MMM, doc. 26, 2018).

Observa-se que a defesa da candidatura de Lula tem um sentido mais amplo para o movimento, significa pensar nas dificuldades históricas da luta das mulheres em prol de uma sociedade mais igualitária e nos efeitos ainda mais perversos que um contexto marcado por uma frágil democracia pode ter sobre a vida delas. Nesse sentido, a aproximação do PT nessa conjuntura não deve ser analisada simplesmente como expressão de cooptação política dos movimentos por esse partido. A tática adotada por parcela significativa da esquerda brasileira, inclusive crítica ao PT, em sair em defesa da figura de Lula ou de seu partido, demonstra que

a preocupação dos movimentos sociais era a vitória de uma extrema-direita e as ameaças fascistas que isso representa.

O assassinato da vereadora do RJ, Marielle Franco (PSOL), ocorrido no dia 14 de março de 2018, indicam a importância da ação política dos partidos de esquerda para o avanço de pautas do movimento feminista e expõe o caráter da dupla militância. O excerto demonstra que a influência da intelectual orgânica do PSOL extrapola o partido.

Marielle, mulher negra e oriunda da favela da Maré, foi uma militante de extrema importância para o movimento feminista do estado do Rio de Janeiro. Pautou a construção de políticas públicas para as mulheres na cidade – com destaque para o enfrentamento à violência e para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres foi uma militante de extrema importância para o movimento feminista do estado do Rio de Janeiro (MMM, doc. 27, 2018).

O assassinato da vereadora foi compreendido pela MMM como um ato extremista que indica o avanço das forças fascistas no país. Para o movimento, “A execução de Marielle é uma tentativa de intimidar todas/os que lutam contra a violência do Estado e contra a desigualdade” (MMM, doc. 27, 2018).

Os documentos (MMM, doc. 27 e 28, 2018) apontam para o recrudescimento do caráter coercitivo do Estado, que na conjuntura atual assume uma face mais perversa e expressa um “Estado de exceção”.

Somamos nossa voz às de todos aqueles que denunciam o assassinato de Marielle como a primeira execução política da Intervenção Militar no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um ato criminoso que busca nos silenciar. Denunciamos que o Brasil está sob um Estado de Exceção em que forças fascistas agem sem qualquer limite e avançam sobre a nossa sociedade. [...] A execução de Marielle é uma tentativa de intimidar todas/os que lutam contra a violência do Estado e contra a desigualdade. Essa violência foi visível também nesse mesmo dia na violenta repressão às professoras e servidoras públicas em São Paulo (MMM, doc. 27, 2018). Reafirmamos, ainda, que lutar não é crime! A Polícia Militar de MG, em ação vergonhosa, manteve as mulheres presas nos ônibus após a ação, sem direito de filmar ou mesmo tirar fotos do que estava acontecendo. É o Estado criminalizando e reprimindo aquelas que lutam pelos nossos direitos (MMM, doc. 28, 2018).

O último documento selecionado da Marcha mostra que a oposição ao governo Temer (PMDB) parte da compreensão do movimento de que o partido da situação aliou-se ao PSDB e outros partidos de direita para articular o golpe e avançar em reformas neoliberais, ofensivas à classe trabalhadora. Segundo interpreta o movimento “para seguir o projeto neoliberal do governo golpista e do PSDB, é preciso privatizar tudo” e “O governo Golpista já acabou com vários direitos” (MMM, doc. 29, 2018). Nesse sentido, o movimento assume uma postura de

luta contra esse processo de ataque a todos os trabalhadores, mas que possui rebatimentos ainda mais perniciosos sobre as mulheres. Assim, as feministas conclamam:

As mulheres e a classe trabalhadora em geral precisam levantar a voz e tomar para si esta luta. Assim, poderemos dar um basta no golpe e em todos os retrocessos impostos pelo governo golpista de Temer e do PSDB. Não permitiremos que candidatos e propostas fascistas prosperem neste momento, ganhando visibilidade em cima de manifestações de ódio e conservadorismo. Não aceitamos a prisão de Lula, o assassinato de Marielle e todas as tentativas de calar e criminalizar líderes do povo. O que precisamos é de uma democracia radical, que coloque os interesses do povo acima dos interesses dos empresários!

Não poderíamos deixar de notar que Lula (PT) e Marielle Franco (PSOL) são reconhecidos pelo movimento como intelectuais orgânicos das massas.

- **Articulação de Mulheres Brasileiras**

A importância da representatividade das mulheres nos espaços de poder e decisórios é uma pauta histórica para a AMB. Em uma nota publicada bem antes do pedido de afastamento da presidenta Dilma Rousseff (PT) ser aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados para ser votado, o movimento já vinha num processo de denúncia sobre a subrepresentação das mulheres nestes espaços e a subalternização das mulheres na administração pública e no poder judiciário onde ocupam cargos de menor hierarquia e com salários inferiores, o que não difere do campo trabalhista geral onde a exploração é ainda maior sobre as mulheres, já que elas continuam a receber menos mesmo quando ocupam a mesma função e apresentam o mesmo nível de escolaridade dos homens (AMB, doc. 01, 2014).

Além disso, o movimento também destaca outras expressões concretas das opressões imputadas socialmente às mulheres, tais como: a sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado, a criminalização das mulheres quanto ao aborto, a subalternização das mulheres nos movimentos sociais, populares e sindical onde os cargos de decisão continuam a ser ocupados por homens (AMB, doc. 01, 2014).

No trecho que replicamos abaixo fica nítido que a meta não é somente que as mulheres alcancem uma representatividade equiparada à dos homens na política e em outros espaços da sociedade, e sim que há no escopo desse movimento um projeto societário alternativo ao capitalismo.

Seguimos lutando para superar as desigualdades e construir uma sociedade onde as mulheres ocupem os espaços de poder na política, nos movimentos sociais e no mundo do trabalho, de forma paritária, que nossa representação seja do tamanho do nosso poder de mobilização e do número populacional que representamos única forma de garantir que nossos direitos e interesses sejam realmente representados e defendidos (AMB, doc. 01, 2014).

Por outro lado, não podemos deixar de destacar que a representatividade das mulheres na política institucional também é um aspecto importante de luta para o movimento.

Em um trecho de uma nota coletiva, assinada pela AMB (e também pela MMM), é possível perceber a decepção dos movimentos sociais frente a uma decisão tomada pelo Ministro da Saúde durante o governo petista, gestão de Dilma Rousseff.

Foi com perplexidade que recebemos a notícia de que o Ministro, Arthur Chioro, revogou a Portaria nº 415, de 21 de maio de 2014. Esta Portaria estabelecia o registro específico, na tabela do Sistema único de Saúde (SUS), dos procedimentos de aborto previsto em lei, medida que foi por nós comemorada por significar um passo à frente para a garantia dos direitos das mulheres e por estar sintonizada com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) (AMB, doc. 02, 2014).

Essa portaria foi revogada, por outra de número 437, de 29 de maio de 2014, ou seja, com apenas uma semana de diferença da primeira. A ação, vista pelos movimentos sociais como prejudicial ao avanço dos direitos das mulheres, causou indignação. Ao mesmo tempo, a expressão: “Temos expectativa de que esta revogação seja corrigida e solicitamos deste Ministério explicações sobre a medida de retrocesso” (AMB, doc. 02, 2014) demonstra alguma proximidade, abertura ou possibilidade de diálogo com o governo petista.

Em uma nota construída coletivamente por diversos movimentos sociais com o objetivo de apresentar uma plataforma com uma proposta de reforma política democrática e popular, assinada pela AMB (e também pela MMC), fica explícita a compreensão de que as candidaturas políticas que estavam na disputa no pleito para a presidência da república expressavam projetos distintos para o Brasil. Ao assinarem a nota, os movimentos reafirmam a necessidade de se posicionar politicamente conforme os projetos sociais que defendem. Nesta, consta a compreensão dos movimentos sociais de que "Os processos eleitorais devem ser espaços de debate e afirmações de projetos, que impliquem uma concepção de sociedade e de Estado [...]." (AMB, doc. 03, 2014; MMC, doc. 02, 2014).

A articulação de diferentes movimentos sociais em torno de uma plataforma política coletiva, proposta para as eleições de 2014, condensa nos seus 22 pontos, as seguintes defesas: a

realização de uma reforma de caráter popular e democrático do sistema político; a democratização do poder Judiciário, dos meios de comunicação e da educação; a criação de programas sociais na área da habitação e transporte público; a formulação de uma política agrária baseada na soberania alimentar e na produção agroecológica; a realização de uma reforma sanitária; uma reforma tributária progressista, ou seja, que incida diretamente nas grandes fortunas e não sobre o consumo, de forma a garantir que quem ganha mais pague mais; a concretização de mudanças na política econômica com vistas ao pleno emprego; a desmilitarização da PM; a implementação de políticas públicas de combate ao machismo, racismo e homofobia e voltadas para juventude; a manutenção da previdência social e dos bens e serviços públicos (contra privatizações); a demarcação de terras indígenas e quilombolas e a adoção de uma política externa com foco nos países do sul (AMB, doc. 03, 2014; MMC, doc. 02, 2014).

As pautas demonstram que algumas aspirações dos movimentos sociais, entre estes AMB e MMC, ultrapassam as possibilidades de realização no capitalismo, requer uma nova forma de socialibilidade, que pelos elementos destacados nas bandeiras de luta, podemos afirmar tratar-se de um projeto socialista e, portanto de esquerda.

Em um artigo de opinião sobre o tema da reforma política, produzido por uma militante de referência da AMB, consta que em 2007 foi criada a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político. Tratava-se de uma espécie de frente de movimentos sociais que apresentou uma proposta de PL que pautava a realização de uma reforma política com participação dos movimentos (AMB, doc.04, 2015). A análise da feminista indica sua consciência sobre a natureza do Estado capitalista e a instrumentalidade do sistema político para sua manutenção, como mostra o trecho abaixo.

Nós sabemos que o poder econômico tem forte ingerência sobre o sistema político, que, em última instância, este serve para a manutenção daquele. Também temos uma visão nítida sobre como a imbricação entre sistema econômico e político é operante na continuidade do patriarcado e do racismo, como estruturas da sociedade e do Estado. Por conta disso, nossa crítica é radical! (AMB, doc. 04, 2015).

Conforme destaca a militante, o sistema político ultrapassa o sistema eleitoral e partidário, bem como não se restringe aos setores executivos do governo. Ainda que os partidos e as eleições sejam reconhecidos como instrumentos para alcançar alguns cargos de poder, a militante enfatiza que o poder judiciário e os meios de comunicação de massa também são

espaços de poder político. Ela completa: “E a sociedade organizada, na qual se veem, os Movimentos Sociais e organizações, coletivos, grupos populares também exercem poder, só que bem menor” (AMB, doc. 04, 2015). Não podemos deixar de notar a proximidade com as interpretações gramscianas acerca do Estado ampliado.

Ao abordar a participação social nas instâncias institucionalizadas, como conselhos e conferências, a militante retoma um ponto central no debate sobre autonomia dos movimentos sociais, em voga desde os anos de 1990, ao asseverar: “Mas isso não é tudo, a ampliação do poder dos movimentos depende de sua capacidade de mobilização, de ação direta e de ampliar seu apoio na sociedade” (AMB, doc. 04, 2015). Disto entende-se que a luta por fora dos canais institucionalizados e a relação orgânica com as bases militantes são consideradas para este movimento mecanismos importantes para aumentar sua capacidade de pressão e manter sua autonomia. Todavia, a capacidade de pressão não deve ser um aspecto tomado de forma isolada e sim, associado à orientação ideológica político-partidária, como indica a feminista no trecho que recupera o fato da demanda dos movimentos sociais ter chegado à disputa institucional.

No Congresso Nacional, parlamentares do campo da esquerda criaram a Frente Parlamentar por uma Reforma Política com participação Popular, que, pela primeira vez, incorporou representantes da sociedade civil (AMB, doc. 04, 2015).¹⁹⁸

O compartilhamento de projetos políticos por movimentos sociais e partidos políticos de esquerda foi o principal fator para a assimilação e defesa da pauta da reforma política por parte dos parlamentares no Congresso. Mas, esse compartilhamento não se deu porque de forma isolada esses sujeitos tinham interesses que eram comuns e que em dado momento se inter cruzaram e sim, da relação estabelecida entre eles, como fica mais claro em outro trecho do documento no qual a militante cita, dois Seminários, ocorridos em 2006 e 2011, respectivamente, os quais “foram espaço de construção de unidade entre os diversos movimentos feministas e as feministas de outros movimentos sociais e de partidos políticos de esquerda” (AMB, doc. 04, 2015). Como temos visto no decorrer do trabalho, esta é a forma de relação estabelecida pelos partidos políticos de esquerda com os movimentos sociais, não se trata de uma relação distante que busca suas bases apenas em contextos de eleição, ainda que seja verdade que nestes contextos a prioridade de muitos desses partidos de esquerda se volta para o processo eleitoral. Mas o que queremos destacar é que se trata de uma relação

¹⁹⁸ Esse processo culminou na criação da Lei "Ficha Limpa".

permanente, em que a militância político-partidária é direcionada pelo partido a estar nos movimentos sociais, para contribuir não só com a formação e com a construção da luta, mas também com o direcionamento político dela.

Outro indício desta relação é que o projeto de reforma política levado a cabo pelos parlamentares de esquerda buscou a participação da sociedade civil, da qual os movimentos sociais são parte constitutiva. Deste documento cabe ainda ressaltar que ao se referir aos eventos movimentalísticos que ocorreram no Brasil em 2013, a militante da AMB analisa que a conjuntura adensou inquietações junto aos movimentos sociais sobre uma crise de representatividade do sistema político do país, cuja saída proposta por vários movimentos sociais mirava a reforma política (doc. 04, 2015). Ela argumenta:

Com as mobilizações de junho de 2013 que, em alguns lugares, mantiveram fôlego nos meses seguintes e foram seguidas de um ciclo de manifestações e greves, o debate sobre a crise de representatividade do sistema político brasileiro veio à tona com muita força [...]. Paralelamente, outros movimentos sociais buscaram também respostas à crise de representatividade do sistema político escancarada em 2013. CUT, AMB, MST, UNE, MMM, Levante Popular da Juventude e outros lançaram a campanha do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana para a Reforma Política (AMB, doc. 04, 2015).

Em outro artigo de opinião, a militante da AMB expõe a disputa ideológica em relação à pauta da reforma política. Ela indica:

A reforma está em debate no Congresso Nacional. Do ponto de vista dos movimentos sociais a proposta é para ampliar a democracia garantindo a participação direta nas decisões sobre grandes temas nacionais. Do ponto de vista dos parlamentares da direita que querem se manter no poder, o debate é outro (AMB, doc. 06, 2015).

Em um documento que traz o apoio da AMB à candidatura de Vilma Reis (representante da sociedade civil) para a Ouvidoria da Defensoria Pública da Bahia, fica explícito que esse apoio se fundamenta na trajetória política de defesa dos direitos humanos da população pobre e negra construída por ela. Dado que é um espaço que possibilita a articulação entre democracia representativa e participativa, a Ouvidoria é tida como um espaço de disputa política pelo movimento.¹⁹⁹

Em outro trecho desse mesmo documento, a AMB se reconhece como "movimento feminista antiracista e anticapitalista, comprometido com a democratização da sociedade e do Estado

¹⁹⁹ Como órgãos públicos, as ouvidorias tem a finalidade de tentar introduzir as demandas da sociedade civil no Estado, neste sentido, constituem espaços de mediação entre sociedade civil e estado. Em alguns estados brasileiros existe um processo de eleição para o cargo de ouvidor(a) aberto à candidatura de representante da sociedade civil, como ocorre na Bahia (caso citado no texto).

Brasileiro" (AMB, doc. 05, 2015). Para esse movimento, o Estado é "[...] responsável pela implementação de ações, programas e projetos que viabilizem direitos" (AMB, doc. 05, 2015).

O contexto de ataque ao governo Dilma Rousseff (PT), marcado por expressões de machismo contra a presidenta, levou a AMB juntamente com a Articulação Feminista Marcosur a produzirem uma nota de solidariedade. No documento, o lema "Mexeu com uma, mexeu com todas!" (AMB, doc. 07, 2015) expõe à primeira vista um caráter de sororidade que marca o apoio do movimento à presidente.

Entretanto, em outro momento, a AMB assina e reproduz uma Carta da Marcha das Margaridas direcionada à presidenta Dilma Rousseff protestando contra a fusão da SPM, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH) em um único ministério. A proposta é tida como um retrocesso, pois pode secundarizar, invisibilizar e exterminar as poucas políticas voltadas para as mulheres. Nesta carta, os movimentos aconselham a presidenta que busque uma alternativa à esquerda para enfrentar o contexto de crise. Eles sustentam que ao invés de acabar com a SPM, "Outras medidas como a taxaçoão de grandes fortunas poderiam responder de fato a um maior equilíbrio financeiro frente ao cenário de crise mundial" (AMB, doc. 08, 2015).

Mas, o que queremos chamar a atenção é que uma carta direcionada à presidenta já é um indicativo de que os movimentos que a assinam veem possibilidades de diálogo com o governo petista, que diante da crise retrocede em algumas conquistas. Os movimentos chegam a afirmar: "Para nós está explícito que mais do que uma crise econômica, vivemos uma crise política, onde vemos retroagir as forças da esquerda brasileira" (AMB, doc. 08, 2015).

Esse posicionamento é reafirmado pela AMB. Em uma nota própria contra a medida provisória de unificação das SPM, SEPPIR e SDH, o movimento demonstra seu descontentamento com a medida e indica:

A grave crise que atravessamos deve ser enfrentada em diálogo com as forças sociais que historicamente vem lutando em defesa dos direitos, da democracia e da transformação social nesse país. Deve ser enfrentada com a taxaçoão das grandes fortunas, com medidas que caminhem para uma tributação mais progressiva, com a imposição de limites ao sangramento do fundo público pelo capital financeiro, com a manutenção dos direitos, de políticas públicas que promovam igualdade e de seus instrumentos fundamentais de realização (AMB, doc. 10, 2015).

Mesmo com críticas aos governos petistas, em pontos considerados retrocessos para a classe trabalhadora de maneira geral e para as mulheres especificamente, a AMB declarou apoio crítico ao governo do PT e defendeu a legalidade do mandato de Dilma Rousseff, pois considerou que os ataques à presidenta e o processo de impedimento era uma reação da direita que pretendia avançar com uma agenda regressiva e ultraliberal (AMB, doc. 10, 2015).

O retrocesso foi retratado em outro documento da AMB em apoio à nota pública assinada pela Abrasco e Cebes contra negociações do governo Dilma Rousseff (PT) envolvendo o Ministério da Saúde e o corte de verbas direcionado ao financiamento da política de saúde desde 2015 (AMB, doc. 09, 2015). Este posicionamento crítico do movimento em relação à gestão petista teria sido abrandado com o processo do impeachment da presidenta em curso? Para a AMB, esse processo deflagrava um atentado tão perigoso que o movimento sentiu-se impelido a se posicionar:

Na atual conjuntura política, a Articulação de Mulheres Brasileiras, uma organização feminista e não partidária, vem a público apresentar sua indignação e protesto contra a nova tentativa de golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (AMB, doc. 12, 2016).

Fica claro que para a AMB, a defesa da legalidade do mandato petista não interfere na autonomia do movimento. A defesa fundamenta-se na interpretação de que o adensamento da disputa política expôs uma crise de hegemonia e a necessidade de realização de uma reforma política, mas ao mesmo tempo, o golpe inviabiliza a alternativa de novas eleições diretas. O movimento argumenta:

Sabemos também que as elites estão com dificuldades de concluir o golpe porque, aos poucos, a população brasileira vem percebendo que o impeachment nada mais é do que uma tramoia para impor ao povo brasileiro medidas antipopulares de subtração de direitos duramente conquistados na constituição de 1988. Um novo processo eleitoral para a presidência, no nosso entendimento, seria uma forma de legitimar o golpe através do voto popular. **"Ora, se há sufrágio, não é golpe"**!, seria a alegação (AMB, doc. 12, 2016, grifo do texto original).

A AMB considera que o processo de impeachment deflagrou um "[...] golpe parlamentar, jurídico e midiático [...]" (AMB, doc. 13, 2016), que possui um caráter patriarcal, machista e misógino, serve aos interesses do capital e foi articulado por um conjunto de partidos do campo da direita (PMDB, PSDB, PSB, PPS e DEM) e por setores do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e da grande mídia (AMB, doc. 12 e 13, 2016). Completado o processo de impeachment e com o golpe em curso, teria o movimento mudado sua postura em relação ao

PT e outros partidos do campo da esquerda? Para a AMB o contexto que se abriu desde então é adverso não apenas ao PT, mas a toda a esquerda.

No documento que expressa o pesar pelo falecimento de Marisa Letícia, esposa de Lula, o movimento indica o seu projeto de sociedade e também expõe sua análise da conjuntura, na qual enfatiza o acirramento da luta política e expõe o ataque ideológico direcionado à esquerda.

Acreditamos num mundo justo e solidário e lutamos para que as conquistas da humanidade sejam igualmente distribuídas entre os povos, raças e comunidades. O ódio à esquerda propagado pela mídia hegemônica e a irresponsabilidade da Justiça e do Ministério Público são grandes responsáveis pelo adoecimento e morte, não só de Dona Marisa, mas de muitas outras militantes e ativistas que vêm sofrendo com o massacre ideológico sem trégua financiado pelo capital financeiro e sua face colonialista, classista, racista e homofóbica (AMB, doc. 14, 2017).

No mesmo documento, o movimento afirma estar de luto pela morte de Marisa, reconhece e registra sua representatividade, dando sinais de aproximação com a liderança petista (AMB, doc. 14, 2017).

A mudança da conjuntura, com o afastamento de Dilma Rousseff (PT) e a tática da direita de tentar eleições indiretas, levou a esquerda a modificar sua tática, como parte dessa a AMB conclama: “É hora de exigir Eleições Gerais, Diretas Já!” (AMB, doc.15, 2017). Nesse documento, a AMB indica as bandeiras levantadas pelo movimento feminista no Brasil em ocasião das lutas do 8 de Março, em 2017, Dia Internacional da Mulher.

as mulheres protestaram contra o governo da coalisão golpista liderado pela tríade PMDB-PSDB-DEM e sua base parlamentar mais ampla, consubstanciada pela bancada BBBB (boi, bala, bíblia, bancos). Foi quando as brasileiras aderiram à paralisação mundial que denunciou, de um lado o ódio às mulheres e o crescimento da violência, tão “naturalizada” pelo golpe nacional de caráter misógino e racista e, de outro, a subtração de direitos, promovida mundialmente pelo capital internacional associado, como aqui, a governos conservadores e antidireitos (AMB, doc.15, 2017).

Para este movimento, o governo Temer é ilegítimo, machista, racista, lesbofóbico, transfóbico e, o combate à corrupção é apenas um aspecto ideológico do golpe, explícito no direcionamento enviesado da operação Lava-Jato. Segundo o movimento, “A máscara da Lava Jato caiu, ao ver evidenciado seu papel de ‘protetora’ de partidos golpistas” (AMB, doc. 15, 2017).

A AMB, na ocasião do assassinato de Marielle Franco (PSOL), lançou nota que reconhece essa liderança partidária como intelectual orgânica da classe trabalhadora, bem como, expõe sua múltipla militância. Sua morte, para a AMB,

Silenciou sua incansável energia, sua luta, mas não silenciou e nem silenciará seus e suas companheiras de partido, de movimento de mulheres, de movimento social por Democracia neste país (AMB, doc. 16, 2018).

A conjuntura de avanço das forças da direita e extrema-direita no país exigiu da AMB posicionamentos políticos inclusive no sentido de defender partidos e projetos político-partidários do campo da esquerda, expressando inclusive uma aproximação com o PT, ainda que com críticas.

- **Movimento de Mulheres Camponesas**

A publicação de algumas Cartas direcionadas à presidenta Dilma Rousseff (PT), antes mesmo do processo de impeachment ser aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados para ser votado, é um indicativo de que o MMC considerava ser possível dialogar com aquele governo e mesmo pressioná-lo sobre alguma ação. Com isso queremos afirmar que já havia alguma proximidade deste movimento com o governo petista.

Esta relação de proximidade do MMC com o governo Dilma Rousseff (PT) é evidenciada em um documento que relata o I Encontro Nacional do movimento sob o tema "Na sociedade que a gente quer basta de violência contra a mulher". Na ocasião, a dirigente da MMC Rosângela Piovezani Cordeiro "apontou os desafios existentes na luta de classes e salientou a importância deste momento histórico da trajetória das mulheres no campo" (MMC, doc. 03, 2013). O evento, que teve representantes de 23 estados ligadas a diversas organizações populares, feministas, nacionais e internacionais da classe trabalhadora, contou com um discurso proferido pela presidenta. Conforme o documento,

Durante o ato foi oficializado um acordo entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para promover o financiamento de projetos que beneficiam cooperativas e grupos informais de mulheres (MMC, doc. 03, 2013)

A relação de proximidade com o governo, entretanto, não impediu que, durante o evento, uma jovem camponesa surpreendesse com sua intervenção repentina para cobrar à presidenta

Dilma Rousseff (PT) uma política de educação no campo orientada ao atendimento das especificidades das crianças e da juventude nesse espaço (MMC, doc. 03, 2013).

Em outra Carta, produzida pela Via Campesina e assinada por diversos movimentos sociais, entre os quais o MMC e a MMM, consta o repúdio à eleição de Marco Feliciano (PSC) como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, demonstrando que a relação de aproximação ou o distanciamento com governantes e parlamentares depende das práticas e orientações ideo-políticas dos mesmos. Sobre a candidatura do parlamentar de extrema direita, os movimentos declaram: "Acreditamos que essa eleição representa um retrocesso para a democracia brasileira e um ataque aos direitos humanos" (MMC, doc. 04, 2013).

Em uma Carta direcionada à presidenta Dilma Rousseff (PT) e aos trabalhadores, assinada por diversos movimentos sociais e publicada pela MMC - que tinha como intuito apresentar aos trabalhadores o conteúdo que seria levado pelos representantes dos movimentos para uma reunião a ser realizada com a presidenta - é possível observar que o convite para esta reunião partiu da presidenta, indicando certa abertura desse governo para dialogar com os movimentos (MMC, doc. 05, 2013).

Nesta Carta, os movimentos se posicionam em favor da soberania nacional, de uma reforma agrária orientada a diminuir as desigualdades sociais, da formulação de políticas públicas de incentivo ao crédito para agricultura familiar e a garantia de direitos dos povos do campo, da implementação de programas para mulheres e jovens do campo, da demarcação de terras indígenas e quilombolas, dos direitos dos atingidos por barragens, do fim do uso de agrotóxicos proibidos em outros países, da aplicação de uma política pública de controle do desmatamento e de proteção dos recursos naturais, da realização de plebiscito sobre a reforma política, entre outros (MMC, doc. 05, 2013). Fica explícito no trecho abaixo que o diálogo com o governo não se dá sem críticas ao mesmo.

O povo está nas ruas, cobrando e reivindicando solução aos verdadeiros problemas da classe trabalhadora, exigindo redução nas tarifas, melhorias no transporte, lutando por melhorias no atendimento da saúde (SUS) e educação pública, gratuita, de qualidade, e pela democratização dos meios de comunicação, contra a repressão, entre outros. As lutas exigem mudanças estruturais. [...] Estamos e seguiremos juntos nas lutas populares que estão ocorrendo nas cidades e no campo [...]. As ruas pedem mudanças para melhorar a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. [...] É momento dos governos superarem posturas conservadoras e avançarem no ritmo que as lutas populares estão exigindo (MMC, doc. 05, 2013).

Esta análise também fica evidente na Carta de vários movimentos sociais - publicada pela MMC e assinada também pela MMM e AMB - para interceder contra o leilão do pré-sal. O documento faz referência positiva à atuação do presidente Lula e de Dilma Rousseff, na época ministra daquele governo, sobre a questão do pré-sal. Os movimentos consideram que comparado ao modelo adotado por FHC (PSDB), o modelo do PT para regular o setor petrolífero era melhor. O apelo feito à presidenta Dilma expõe a preocupação dos movimentos sociais de que os lucros advindos da extração dos recursos naturais (do campo de Libra) fossem exclusivos da PETROBRÁS, garantindo a soberania nacional sobre o petróleo, maior riqueza natural do país (MMC, doc. 06, 2013). O final da Carta expõe as pretensões dos movimentos:

Estamos prontos para contribuir com nossas reflexões, experiências, criatividade e capacidade. Queremos ser ouvidos, para evitar que o poder econômico seja ouvido em primeiro lugar. Ficaríamos honrados de ser recebido em audiência pela Vossa pessoa, presidenta Dilma Rousseff, para discutirmos diretamente as razões que nos levam a esse posicionamento, certos de que é uma solução conforme os interesses de soberania nacional (MMC, doc. 06, 2013).

Os ataques conservadores de caráter misógino por parte de políticos levou o MC a emitir nota crítica para denunciar as ofensas machistas direcionadas à deputada Maria do Rosário (PT), desta vez proferidas por Jair Bolsonaro (PP), na ocasião deputado (MMC, doc. 07, 2014). Nota-se que novamente os insultos foram proferidos por um parlamentar do campo da direita contra uma representante da esquerda. A nota de repúdio ainda faz menção à deputada Jandira Feghali (PCdoB), que também sofreu com posturas machistas de parlamentares de direita em ocasião já retratada, no item sobre a MMM (MMC, doc. 07, 2014).

Em uma Nota de pesar pelo falecimento de duas integrantes da SPM, o MMC destaca a trajetória que ambas tiveram no PT e o relacionamento próximo com o movimento. No documento é possível perceber o reconhecimento da militância feminista das representantes petistas, cujas trajetórias contribuíram para o fortalecimento da luta das mulheres camponesas e do MMC (MMC, doc. 08, 2015).

Outro documento relata que representantes do MMC, em uma reunião com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias (PT), pediram mudanças no PRONAF e o ministro indicou certa abertura para ouvi-las (MMC, doc. 09, 2015). E, em outro momento, o movimento participou de um evento realizado no Palácio do Planalto, no qual a presidenta Dilma Rousseff (PT) sancionou a lei que torna o feminicídio crime hediondo. O documento

ressalta a fala da presidenta em combate à violência contra mulheres, negros e população LGBT e indica a abertura do governo em realizar programas e projetos sociais com recorte de sexo (MMC, doc.10, 2015). Apesar de o ato presidencial expressar uma conquista da e para a luta das mulheres é importante observar também que esta só foi possível dada à orientação ideo-política do governo. A abertura para o diálogo com o movimento social pelo ministro do governo petista também é um indicativo de que tanto o MMC via a possibilidade de buscar pressionar o governo, quanto este via no movimento algum tipo apoio ou parceria que devesse ser mantida.

Se por um lado o MMC via possibilidades de diálogo com o governo petista, por outro isso não significava apoio irrestrito. O movimento manteve-se crítico ao modelo de desenvolvimento que favorece o agronegócio, por entender que se trata de "[...] um modelo de produção que expulsa camponesas(es), indígenas, quilombolas, pescadoras(es) de seus territórios" (MMC, doc. 11, 2015). Em busca de mostrar ao governo Dilma Rousseff (PT) sua insatisfação, o MMC realizou uma manifestação (parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Trabalhadoras), em frente ao Ministério da Agricultura.

Será que a sinalização de um possível processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), a partir da aceitação do pedido de denúncia contra a presidenta, implicou em alterações na relação do MMC com o Estado? Assim como outros movimentos sociais e outras forças do campo da esquerda, as feministas camponesas também consideraram que esse processo expressava uma tentativa de golpe que articulava as forças neoliberais e os meios de comunicação de massa, especialmente a Rede Globo, configurando uma ofensiva conservadora, pois, apesar de direcionarem-se a toda classe trabalhadora, os ataques voltados à presidenta tiveram um caráter extremamente misógino. No calor da conjuntura, as camponesas coletivamente se posicionaram pelo Fora Temer e registraram:

O Movimento de Mulheres Camponesas reafirma a luta em defesa da vida, dos direitos das mulheres e da classe trabalhadora, entendemos que a derrota do golpe se dará nas ruas, nos mobilizando, pressionando (MMC, doc. 12, 2016)

Diante do contexto adverso, a MMC buscou compor a Frente Brasil Popular (FBP). Esta frente, formada por diferentes movimentos sociais e partidos de esquerda, apresenta como característica central a compreensão de que a conjuntura requeria assumir uma postura anti-impeachment da presidenta Dilma (PT), mesmo antes da abertura formal do processo. Apesar de compor à FBP, o MMC não hesitou em aproveitar a ocasião de audiências com os

Ministros da Previdência Social, Miguel Rosseto (PT), e do Desenvolvimento Agrário, ainda Patrus Ananias (PT), para entregar uma Carta à presidenta Dilma Rousseff (PT) (MMC, doc. 13, 201?), na qual expõe sua crítica ao governo petista e pede que não sejam realizadas alterações, ou seja, reformas regressivas, na previdência social. Frente ao contexto de crise marcado pelo avanço de uma onda conservadora e de ameaças ao governo petista, o movimento busca pressionar para que o governo não corte verbas das políticas sociais e chega a sugerir uma forma alternativa para arrecadação fiscal. O trecho abaixo demonstra as pretensões e insatisfações da MMC.

[...] o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, que aglutina mulheres trabalhadoras rurais camponesas, quilombolas, ribeirinhas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, assentadas, acampadas, indígenas, mulheres do campo, das águas e da floresta lutamos pela libertação das mulheres, pela construção do projeto de agricultura camponesa agroecológica e pela transformação da sociedade. [...] Nos posicionamos contrárias a política econômica do governo da qual recorre a proposta da Reforma da Previdência Social em curso que afeta a classe trabalhadora do campo e da cidade [...]. Para arrecadar e reforçar o financiamento à Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência) propomos: a) implantar a taxação sobre grandes fortunas e transações financeiras internacionais; b) a contribuição sobre o faturamento do setor do agronegócio; c) enfrentar à sonegação de impostos e impedir que empresas em situação de inadimplência com a Previdência Social sejam beneficiadas com programas de renegociação de dívidas e incentivos fiscais; d) o fim das aposentadorias abusivas do setor público (MMC, doc. 14, 201?).

A conjuntura adversa não foi um empecilho às críticas do movimento, o que pode indicar que a abertura ao diálogo e apoio ao governo petista por parte do MMC não foi a qualquer custo. Por outro lado, mesmo no contexto posterior ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), ou seja, no qual o PT já não estava no poder, o movimento expressa alguma aproximação com lideranças históricas desse partido. Por exemplo, em ocasião do falecimento de Marisa Letícia, a MMC expressa solidariedade à Lula (PT). Em um trecho da nota de pesar, a aproximação do movimento com a liderança petista é exposta numa linguagem familiar para referir-se à esposa do ex-presidente. O movimento registra:

queremos manifestar nossos sentimentos de solidariedade ao presidente Lula e sua família neste dia em que Dona Marisa nos deixa e parte para a eternidade. [...] Mãe que acolhia em sua casa militantes, trabalhadoras(es) que compartilhavam sonhos de vida digna. Dona Marisa, você de algum modo, continuará viva no coração de mulheres e homens que lutam por justiça. A história segue e você estará acompanhando as gerações de lutadoras e lutadores. [...] Grande abraço de cada militante do MMC (MMC, doc. 15, 2017).

O Manifesto contra a Reforma da Previdência, produzido coletivamente por movimentos de mulheres, entre os quais, a MMM, a AMB e o MMC relata o contexto marcado pelo avanço do conservadorismo, visível no aumento de expressões misóginas, LGBTfóbicas e racistas, e

pelo aprofundamento do Golpe de caráter parlamentar, jurídico e midiático. Os movimentos sociais relatam:

Temos vivido uma conjuntura de avanço do conservadorismo e de perdas de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados, seguido do aumento da violência e do controle sobre a vida e o corpo das mulheres e da repressão, criminalização aos movimentos sociais populares e desqualificação e perseguição das esquerdas (MMC, doc. 17, 2017).

Ao final do documento, consta uma lista com uma série de ações sugeridas para serem realizadas na semana de lutas em virtude do 8 de Março, entre as quais, destacamos a:

Realização de grandes mobilizações, atos, paralisações e jornadas de lutas descentralizadas nos estados, durante os dias 6 a 15 de março, de forma unitária com mulheres urbanas e rurais e em articulação com partidos de esquerda, movimentos populares e sindicais (MMC, doc. 17, 2017)

Esse trecho é significativo, pois demonstra a veracidade de uma das hipóteses levantadas por nós, qual seja, de que o contexto de acirramento da crise capitalista, no Brasil, demarca uma aproximação do movimento feminista com os partidos políticos de esquerda.

O MMC, diante da conjuntura política optou pela defesa do ex-presidente Lula (PT) concorrer às eleições presidenciais de 2018. Na mesma trilha dos movimentos já recuperados, o MMC considera que a prisão de Lula abre uma nova faceta do golpe que aprofunda ainda mais os riscos de uma completa erosão do Estado Democrático de Direito. O movimento se posiciona:

Diante desta arbitrariedade, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) manifesta sua posição ativa na luta da classe trabalhadora, contra o Estado de exceção, em defesa da liberdade de Lula e pelo direito de Lula se candidatar nas próximas eleições. Repudiamos toda e qualquer defesa de intervenção militar, bem como, a incitação de ódio que se dissemina pelos diversos meios de comunicação, amparados por setores golpistas do capital internacional e nacional, entreguistas de nossas riquezas (terras, águas, sementes, minérios, biodiversidade), violentando nossos corpos e nossa dignidade. Reiteramos que somente com a unidade de TODA A CLASSE TRABALHADORA na resistência popular e no enfrentamento as forças neoliberais é que será possível frear os retrocessos e resgatar o processo democrático de direito (MMC, doc. 19, 2018, destaques no original).

Diante da conjuntura de ataques da direita e ameaças reais aos direitos da classe trabalhadora, o MMC demonstra maior proximidade com o PT, um partido de centro-esquerda. No entanto, se por um lado a conjuntura contribuiu para esta aproximação, por outro, ela também resulta da relação orgânica estabelecida com o partido, ainda que de forma crítica, o que significa dizer que o movimento não tem fechado os olhos para os equívocos cometidos pelo PT nos anos de gestão.

Frente aos apontamentos realizados até aqui, nos parece razoável concluir que para os três movimentos as características de "não-partidarismo", "autonomia" e "auto-organização" não significa distanciamento dos partidos políticos de esquerda e tampouco negação de interlocução com o Estado. Para esses movimentos feministas, a relação com o Estado dependerá das ações e do direcionamento ideo-político assumido pelos governos. Em outras palavras, ao se assumirem no campo da esquerda, a MMM, a AMB e o MMC tendem a manter um diálogo mais aberto e aproximar-se de governos dirigidos por partidos políticos deste mesmo campo, com os quais os movimentos acreditam possuir maior capacidade de pressão. Por outro lado, esses movimentos tendem a se distanciar de partidos, governos ou de políticos profissionais de forma individual, classificados por eles como direita ou conservadores.

No que diz respeito à relação com partidos políticos de esquerda no contexto mais atual no Brasil, nota-se que há uma proximidade ainda maior dos movimentos feministas com o PT. Em larga medida, a explicação está na conjuntura adversa à classe trabalhadora e, principalmente, às mulheres, uma vez que o conservadorismo tem sido a principal arma ideológica da classe dominante brasileira para alcançar a direção política do Estado e avançar com as reformas econômicas e sociais fundamentais à acumulação capitalista. Mas além do PT, é possível perceber também certa aproximação dos movimentos feministas com o PSOL e com a Consulta Popular.

7 CONCLUSÕES

Buscamos neste trabalho responder a questão: Como tem sido estabelecida a relação entre o movimento feminista e os partidos políticos de esquerda no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista? Para responder a questão, propomos como objetivo central, demonstrar como tem se expressado a relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda no Brasil, no contexto do acirramento da crise capitalista mundial, 2008 a 2017, a fim de apontar qual tem sido a forma hegemônica de relação (de distanciamento/ou negação, utilitarista, orgânica) entre estes sujeitos políticos, na atualidade.

Para tanto, elencamos três movimentos feministas de expressão nacional: Marcha Mundial das Mulheres (MMM), em sua expressão no Brasil, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Esses movimentos possuem a peculiaridade de serem movimentos anticapitalistas, portanto, do campo da esquerda, e ao mesmo tempo são movimentos auto-organizados por mulheres, que não estão direta e formalmente vinculados a nenhuma organização político-partidária, ao contrário, à primeira vista, os três se apresentam como autônomos de partidos ou não-partidários. Além disso, são movimentos em cuja composição possui outros movimentos, ou seja, os três cumprem um papel também de articular diversas lutas sociais, portanto, cumprem o papel de um movimento-articulação ou um papel político-partidário, considerada a concepção de partido na visão gramsciana.

O contexto de crise capitalista e avanço das políticas de austeridade de conteúdo neoliberal geraram impactos sobre a classe trabalhadora mundial, com efeitos ainda mais perniciosos sobre jovens, mulheres e imigrantes. Ainda que o aprofundamento da crise por si não seja suficiente para explicar o início de uma grande onda de protestos massivos no mundo, foi consensual entre os teóricos a análise de que os efeitos dela foi um dos fatores na origem desta onda.

As manifestações massivas e os movimentos sociais que estavam na crista da onda trouxeram à tona o debate sobre a democracia e a crise das instituições políticas, o que inclui os partidos políticos. Categorias como “movimentos sociais em rede” ou “movimentos dos indignados” foram usadas, respectivamente, por Castells e Gohn, com o intuito de explicar uma tendência concretizada nos arranjos dos chamados “novíssimos movimentos sociais”, cujas

características centrais são: autonomia, apartidarismo, horizontalidade, processos decisórios com base na democracia direta e delibe deliberativa, ou seja, sem intermediários e por consenso, uso intensivo das redes digitais, composição juvenil e de classe média. Como expressão desta onda de protestos que tomou a cena mundial, no Brasil os eventos movimentalísticos de junho de 2013 protagonizados, inicialmente, pelo MPL colocaram o país na ordem do debate em alta entre os analistas sociais. Enquanto, para esses movimentos a autonomia e apartidarismo teriam o sentido de distanciamento e negação dos partidos políticos como canais de representação, argumentamos que esta tendência não se aplicaria aos partidos de esquerda e aos movimentos sociais consolidados, nem mesmo aos movimentos feministas que, historicamente, possuem críticas contundentes a respeito dos partidos políticos, inclusive de esquerda.

Partimos da hipótese central de que no contexto de acirramento da crise capitalista, a relação entre movimentos sociais e partidos políticos de esquerda estaria se fortalecendo, no sentido de uma maior aproximação indicando organicidade. De forma que, tendo em vista as particularidades do cenário nacional, propomos a tese de que, no Brasil, a relação atual entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda sinaliza uma relação de novo tipo, baseada na compreensão dos movimentos sociais de que são sujeitos políticos e cumprem a mesma função dos partidos no direcionamento da luta política da classe trabalhadora. Levando-se em consideração os dados empíricos dos movimentos feministas estudados, a pesquisa leva à comprovação de nossa tese e, ao mesmo tempo, nega alguns de seus aspectos.

Para apresentar as conclusões a que chegamos é importante lembrar que nossas análises partiram do seguinte pressuposto: de forma geral, a relação entre movimentos sociais e partidos políticos nem sempre se apresenta de forma explícita e sim, mediada por alguns outros sujeitos coletivos e individuais, tais como, militantes com dupla militância (no movimento e no partido), políticos profissionais, governantes e outros gestores de órgãos públicos, outros movimentos sociais com vínculos partidários mais destacados. A não exposição, por parte dos movimentos sociais de seus vínculos partidários não significa necessariamente que eles não existam. Mesmo em movimentos no campo da esquerda influenciados pelo anarquismo como orientação ideológica, caso do MPL segundo Gohn, desde os primeiros atos contra o aumento das tarifas do transporte coletivo em 2013, mantinham alguma relação com partidos políticos de esquerda. Como mostraram Verdú e

Ferraz, havia uma relação de proximidade entre esses sujeitos políticos, propiciada, propiciada pelo compartilhamento de projetos políticos para usar a categoria analítica de Dagnino.

A maioria das entrevistadas afirmou ter participado de movimentos estudantis ou de CEBs antes de sua inserção no movimento feminista. O movimento estudantil é um espaço historicamente, disputado por partidos políticos e as CEBs um espaço de atuação da ala progressista da igreja Católica que, historicamente, possui vínculo orgânico com o PT. Isso mostra que estas mulheres já possuíam uma formação política que contribuiu para forjar sua consciência de classe e orientação ideológica. E contribuiu inclusive com sua compreensão sobre o feminismo, tanto que a maioria também se mostrou crítica ao feminismo institucionalizado pela ONU, inclusive as feministas cuja atuação profissional se desenvolveu no interior de ONGs feministas, ou seja, em um campo de atuação também institucionalizado, ainda que com moldes diferentes.

A pesquisa também mostrou que a maioria das entrevistadas dos movimentos pesquisados possui dupla-militância, no movimento feminista e em partidos políticos do campo da esquerda, principalmente, na Consulta Popular e no PT. Todas as entrevistadas indicaram o vínculo de dupla-militância como sendo algo comum a várias militantes dos três movimentos, filiadas ou muito próximas dos partidos políticos citados, mas também de outros, principalmente, PSOL e PCdoB. Portanto, partidos políticos do campo da esquerda, tomado este campo de forma mais ampla, ou seja, englobando os partidos de extrema-esquerda, esquerda e centro-esquerda. Por outro lado, consideradas as partições deste campo, os discursos das entrevistadas indicam que, salvo alguns casos individuais, muito pontuais, não há militantes do PCB, PSTU e PCO nos três movimentos estudados.

Se esse apontamento em um primeiro momento poderia levantar a hipótese de que as lutas das mulheres continuam secundarizadas no interior da esquerda comunista brasileira, por outro, uma breve pesquisa nos sites desses partidos poderá apontar para uma hipótese oposta a esta, uma vez que cada um desses partidos constrói movimentos feministas, como o Coletivo Ana Montenegro vinculado ao PCB, Movimento Mulheres em Luta vinculado ao PSTU e Coletivo de Mulheres Rosa Luxemburgo vinculado ao PCO. Os três movimentos defendem um feminismo classista, podendo indicar que houve por parte destes partidos uma proximidade

com o movimento feminista. Entretanto, o tema requer pesquisas para demonstrar como as relações entre esses sujeitos políticos têm sido estabelecidas concretamente.

Também chamou a atenção o apontamento das entrevistadas de que a participação de militantes dos três movimentos em partidos políticos não é um problema para esses movimentos, pois se trata de uma escolha individual de cada militante e não uma definição coletiva de cada um desses movimentos feministas, que possuem como uma de suas características não serem partidários. Ora, as práticas individuais das feministas com dupla militância não devem ser esvaziadas de seu conteúdo no que diz respeito às suas orientações político-ideológicas. Ao contrário, a dupla militância deve ser compreendida como uma forma de mediação utilizada pelos partidos do campo da esquerda para manter relação com a classe trabalhadora organizada. Uma vez que esses próprios partidos constituem expressão da organização desta classe, procuram manter com os variados ou determinados segmentos dela, relações próximas. Portanto, a prática individual reflete ao mesmo tempo a práxis coletiva de segmentos da classe trabalhadora organizada nesses espaços.

Como mostramos no capítulo dois, os partidos institucionais do campo da esquerda no Brasil colocam em seus estatutos a tarefa de seus filiados buscarem fomentar e participar da organização e atividades dos movimentos sociais da classe trabalhadora. Até mesmo a Consulta Popular, partido de caráter não institucional, orienta sua militância a esta tarefa como mostraram as entrevistadas. Essa atuação dos partidos de esquerda no Brasil, apesar de suas especificidades, não difere grosso modo, da práxis do movimento socialista de maneira geral, cujas expressões no plano político se deram, sobretudo, por meio dos Partidos Social-Democratas e, posteriormente, também pelos Partidos Comunistas. Esses partidos utilizaram a estratégia de disputar as organizações do movimento operário, buscando neste meio trabalhadoras e trabalhadores que pudessem engrossar os quadros do partido e influenciar essas organizações ou construir novas organizações para disputar a classe. As duas perspectivas, mesmo a que caiu no revisionismo, se valeram da teoria da organização política marx-engelsiana que aponta a unificação da classe como tarefa necessária para avançar na luta de classes com vistas a seu projeto societário.

A pesquisa com os movimentos feministas estudados permite sustentar que mesmo que esses não assumam diretamente proximidade com um partido político específico, isso não quer dizer que não sejam disputados internamente por diferentes orientações ideológicas que se

expressam nos programas, estratégias e ações dos partidos políticos da esquerda com vistas a alcançar um determinado projeto de sociedade. Desta feita, os três movimentos pesquisados demonstraram vínculos político-partidários com partidos políticos do campo da esquerda que, por sua vez, também desejaram manter vínculos com esses movimentos.

Diferentemente do que ocorre com um movimento feminista diretamente vinculado a um determinado partido, cujos laços orgânicos são assumidos externamente para a sociedade, nos movimentos auto-organizados autônomos, tal como os pesquisados, esses laços não aparecem com facilidade porque inclusive não existem de fato com um único partido, ficando o movimento aberto a disputas. Mas, se por um lado não é apropriado falar de um vínculo orgânico entre cada um dos movimentos sociais pesquisados com um determinado partido político, nos parece adequado apontar ainda assim, que a forma hegemônica da relação entre os movimentos feministas pesquisados e os partidos políticos de esquerda no Brasil é orgânica, uma vez que, compartilham o mesmo projeto político, se identificam como parte da mesma luta e realizam articulações para várias atividades, mobilizações, atos de rua.

Entretanto, a forma como esta relação entre o movimento feminista e partidos políticos da esquerda se expressa concretamente depende de muitas variantes que atravessam tanto os movimentos como os partidos, tais como, objetivo central, estratégias de luta política, estrutura organizacional, entendimento sobre a concepção de proletariado que define quem é o sujeito central do processo de transformação social, compreensão de seu papel, orientação teórica, leitura da conjuntura histórica, compreensão de quem são seus inimigos de classe e de quem pode ser seus aliados na luta política, entre outros.

Portanto, a forma de relação, historicamente, estabelecida pelos partidos políticos de esquerda com o movimento feminista influenciou em como esses movimentos buscaram estabelecer relações com esses partidos ou se distanciar deles, em alguns casos. Apesar dos desafios desta relação, as entrevistadas com dupla-militância indicam possibilidades de sínteses que podem ser construídas com as vivências nos dois espaços. Assim, apesar de apontarem os desafios para o exercício da dupla-militância, no geral, as entrevistadas afirmaram que sua atuação no partido contribui com sua atuação no movimento, uma vez que lhe permite uma compreensão mais ampla das relações sociais, uma compreensão fundamentada em uma visão geral da dinâmica da sociedade, das contradições de classe, dos limites da sociedade capitalista para alcance das pautas das mulheres, uma visão que lhes leva a perceber a necessidade da unidade

da classe trabalhadora para alcançar seu projeto societário, como única forma de alcançar plenamente a emancipação da mulher. Ao mesmo tempo, os discursos também indicam a possibilidade de levar os debates do feminismo para dentro dos espaços mistos dos partidos políticos.

Por outro lado, os discursos também apontaram que alguns dos desafios da dupla-militância se expressam como dificuldades ou barreiras. Por exemplo, a atuação em duas frentes de organização, partido e movimento, significa para as mulheres trabalhadoras uma sobrecarga ainda maior. Uma vez que elas já possuem a sobrecarga de trabalho doméstico, do cuidado e do trabalho remunerado, atuar politicamente em duas frentes pode significar desgaste ainda maior. Outra dificuldade para quem tem dupla-militância é lidar com a desconfiança de outras militantes do movimento preocupadas que esse vínculo possa levar a disputas político-partidárias no interior do movimento feminista com o fim de influenciar suas decisões. No interior do partido, as militantes feministas também esbarram em barreiras, ainda que de outra ordem, tais como, a reprodução da secundarização das pautas feministas e de atitudes machistas dos militantes.

Com exceção do primeiro desafio que nos remete a pensar nas condições concretas das mulheres como trabalhadoras e as implicações de sua participação política na vida pública, os três seguintes apontam para as formas como as relações entre movimentos feministas e partidos políticos se estabeleceram, historicamente. Estes desafios levam a alguns questionamentos: como manter esta relação entre partidos e movimento feminista sem perder a autonomia do movimento? Sem que o movimento seja reduzido à correia de transmissão do partido? Como manter esta relação com as pautas do movimento feminista consideradas secundárias pelos partidos? Como manter esta relação se as mulheres continuam silenciadas no partido? Como manter esta relação se as mulheres sofrem com as violências dos próprios companheiros partidários?

No cerne de algumas dessas questões, há a reprodução de debates históricos no interior da esquerda. A reprodução no interior do movimento socialista de uma compreensão segmentada, não dialética, entre reforma e revolução. A secundarização das ditas lutas “específicas” em detrimento de uma centralidade da luta de classes, por uns reduzida à luta política realizada pelos partidos na via institucional, por outros reduzida à luta dos operários industriais e no máximo, em uma sociedade que não passou por uma suposta revolução

democrático-burguesa, estende-se esta luta aos camponeses. Apesar dos históricos desafios no interior do movimento socialista, essas compreensões apontam para uma determinada forma de relação fundamentada em duas práxis reducionistas presentes na esquerda mundial, que são: uma relação utilitarista estabelecida por partidos social-democratas fundamentada em interesses pragmáticos de se aproximar dos movimentos da classe com interesses de ganhar as eleições apenas; uma relação utilitarista estabelecida por partidos comunistas fundamentada em visão distorcida do partido vanguardista leninista pelo PCRUS stalinizado e, conseqüentemente, dos partidos à época ligados a III Internacional.

Todavia, a afirmação de entrevistadas dos três movimentos de que é possível para as militantes partidárias não caírem na tentação de transformar o movimento em correia de transmissão, sendo para tanto necessário, sobretudo, atentar para a forma como vão se colocar no movimento, principalmente, no período eleitoral. Portanto, a preocupação central não é com o vanguardismo em si, tanto que foi comum o apontamento de um núcleo duro nos três movimentos. O desafio neste caso é a forma de relação também entre as lideranças (formais ou não), que preferimos chamar de intelectuais orgânicas conforme Gramsci, e as demais militantes. O problema central apontado pelas entrevistadas indica que no período eleitoral aumentam as tentativas de transformar o movimento base eleitoreira para o partido. O que aponta para outro desafio, neste caso, a relação entre o partido como intelectual orgânico e as demais organizações da classe trabalhadora.

Internamente, no âmbito dos movimentos estudados, a pesquisa mostrou que dos três, a MMM e a AMB procuram romper com o vanguardismo e afirmam a horizontalidade em seus princípios. Dos dois, as estratégias da AMB para realizar a construção das pautas nacionais no sentido de tirar esta pauta de forma coletiva no plenário, sem qualquer indicação prévia de pontos de pauta pela liderança, somada a processos decisórios deliberativos e a liberdade dos agrupamentos estaduais terem outras lutas como prioritárias e por isso não acatarem as decisões nacionais, colocam este movimento mais próximo da efetivação do princípio da horizontalidade. A MMM apresentou centralismo na liderança nacional na definição inicial das pautas, apesar disso, a abertura para que as militantes possam modificar os pontos de pauta atrelada à construção de processos decisórios deliberativos demonstra coerência quanto o princípio de horizontalidade. Mesmo em uma organização mais centralizada, a democracia

interna por meio de processos participativos pode ser construída, como mostramos com o MMC.

A pesquisa mostrou que, para as entrevistadas, uma das dificuldades da dupla-militância no que diz respeito à autonomia do movimento, pode ser facilmente driblada, desde que essas militantes tenham claro que naquele espaço, as pautas do movimento são prioritárias, mesmo que estas possam divergir em algum aspecto dos posicionamentos de militantes partidárias, é preciso que estas respeitem a decisão coletiva do movimento e, inclusive, se for o caso, ir contra a decisão do seu partido. Como afirmaram algumas entrevistadas, as militantes com dupla-militância precisam escolher qual atuação é prioridade, no movimento ou no partido. Nosso questionamento é: esta escolha é realmente possível? Talvez esta escolha não seja concretamente possível se pensada no sentido de abandono por parte da militante político-partidária de suas convicções advindas de suas vivências no partido, por outro lado, é possível a ela se manter neste espaço, mesmo com discordâncias em um ou outro ponto, pois isso lhe abre possibilidades de disputas futuras quanto aos rumos do movimento.

Ao sinalizarem que as relações construídas entre militantes com dupla filiação e o movimento não interfere no caráter não-partidário desse coletivo, o que as entrevistadas pretendem é afirmar que o movimento segue livre para fazer suas escolhas, conforme o conjunto de sua militância considera ser mais adequado, o que para elas é diferente de quando um movimento possui um direcionamento ou vínculo orgânico diretamente estabelecido com um determinado partido. Em outras palavras, o que as entrevistadas querem indicar é que a dupla-militância não interfere na autonomia do movimento, que apesar das disputas político-ideológicas em seu interior, este poderá traçar suas próprias estratégias e táticas de luta, decidir sobre as prioridades, estabelecer alianças ou articulações com sujeitos que lhe aprouver, distanciar-se daqueles que considerar inimigo, ou seja, está nas mãos das mulheres que constroem o movimento a decisão de como construí-lo. Portanto, ao se colocarem como movimentos autônomos, não partidários, os três movimentos feministas estudados querem com isso indicar que suas decisões não são direcionadas por um determinado partido, e sim pelas construções coletivas das próprias militantes desses movimentos, indicando um sentido de autonomia próximo ao apontado por Castells.

Entretanto, contra-argumentamos que esta autonomia é relativa. Pois se por um lado, a pesquisa demonstrou que os movimentos pesquisados, dados os arranjos de uma auto-

organização não-partidária, possuem maior abertura às disputas ideológicas e por isso possuem maiores possibilidades de chegar a novas sínteses, que podem diferir de um ou outro partido individualmente; por outro, o acirramento da crise capitalista levou estes movimentos a tomarem os mesmos rumos que a maioria das organizações do campo da esquerda, confirmando a tese defendida por Iasi de que a construção da consciência de classe é um processo coletivo. Esse processo interfere nas escolhas individuais de cada movimento. Quanto mais próximos à consciência de classe, mais suas escolhas estarão também condicionados à consciência do conjunto da classe trabalhadora e não apenas pelas militantes do movimento.

Assim, mesmo que as relações dos movimentos feministas pesquisados se processem aparentemente (é bom lembrar que a aparência traz elementos da essência) de forma diferente comparada às relações de movimentos feministas construídas diretamente com os partidos políticos, essencialmente, os movimentos feministas autônomos também direcionam suas ações a partir de orientações político-partidárias. Então, se por um lado as relações dos movimentos estudados comprovam a nossa tese e apontam para uma relação de novo tipo, fundada na compreensão desses de que são sujeitos políticos e cumprem a mesma função dos partidos no direcionamento da luta política da classe trabalhadora; por outro, cumprir a mesma função na organização da classe não significa para estes movimentos que eles possuem o mesmo papel dos partidos, o que poderia levar a uma compreensão de que esses não são necessários.

Ao contrário, a pesquisa demonstrou que ainda que esses movimentos organizem mulheres distantes de partidos e algumas inclusive até críticas à estrutura partidária como as anarquistas que participam da AMB, por exemplo, coletivamente eles não apenas não são avessos aos partidos políticos do campo da esquerda, como ainda mantêm relações próximas para várias atividades consideradas por ambos relevantes para a organização da classe trabalhadora, justamente, porque compartilham projetos políticos e o fazem com organicidade, ou seja, compreendendo que são parte da mesma luta, cumprindo cada um papéis importantes na organização da classe.

Mas tal como a primeira parte de nossa tese pode ser comprovada apenas se olhada a partir da dialética, a segunda, também, pois se por um lado o acirramento da crise capitalista levou os movimentos pesquisados a uma maior aproximação dos partidos de esquerda, indicando

organicidade, por outro, isso só foi possível porque também esses partidos se tornaram mais próximos da própria centro-esquerda.

O contexto da crise estrutural capitalista que apesar de se arrastar desde os finais dos anos de 1970, apresenta-se a partir de 2007 de forma mais exacerbada se alastrando até mesmo as economias dos países centrais. A dominância do capital fictício ávida de lucros cada vez mais exorbitantes leva a medidas de austeridade que impactam de forma ainda mais perversa as economias periféricas, que precisam para alcançar as altas taxas exigidas pelos organismos multilaterais, sobretudo, o FMI, cortar gastos do Estado com as políticas sociais e realizar reformas de caráter regressivo, ou contra-reformas como prefere Berhing.

O Partido dos Trabalhadores que esteve à frente do executivo federal direcionou sua ação a um projeto de conciliação de classes e conseguiu com medidas anticíclicas amortecer os efeitos imediatos da crise estrutural atual. Manteve sua legitimidade junto ao grande capital uma vez que o governo conseguiu alcançar a até mesmo ultrapassar os superávits primários exigidos pelo FMI e garantir ao capital bancário lucros recordes. A legitimidade junto aos trabalhadores foi garantida, sobretudo, pelo programa de transferência de renda direta aos segmentos mais empobrecidos e geração de empregos, ainda que mal remunerados e precarizados. Mas a crise capitalista tornou insustentável manter a conciliação de classe, que “blindou” o governo Lula. A realização de políticas setoriais, por exemplo, direcionadas a diminuir as desigualdades de sexo, durante o governo petista, principalmente, nas gestões de Dilma Rousseff contribuiu para avanços nas pautas do feminismo.

Entretanto, os primeiros sinais da crise capitalista no país começam a aparecer, principalmente, no segundo governo de Dilma Rousseff, que passou a ser alvo de ataques da direita e da extrema-direita desejosas de levar adiante e com maior rapidez as contra-reformas, abrindo assim, novos nichos de lucratividade ao grande capital. Com as manifestações massivas em junho de 2013 foi jogado no caldeirão o tempero que faltava para levar a cabo este projeto para o Brasil, a insatisfação e mobilização popular, que rapidamente foram capitaneadas pela direita e redirecionada ao combate da corrupção. Na mira da mídia televisiva, o governo petista passou a ser atacado diariamente e as mobilizações da esquerda não foram capazes de conter o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, aprofundando a crise política detonada no país, polarizando as disputas políticas.

Neste contexto, percebemos uma aproximação ainda maior dos movimentos feministas estudados com o PT. Apesar das críticas constantes desses movimentos ao direcionamento dos governos petistas, a proximidade no contexto de acirramento da crise capitalista no país não se deu apenas devido a conjuntura adversa para a esquerda, mas também por que há uma compreensão desses movimentos de que este era um governo mais aberto ao diálogo, mais aberto a possibilidades de interferência dos movimentos no arranjo das políticas públicas. Há ainda arraigado na classe trabalhadora brasileira organizada que o PT continua um partido de esquerda, por isso, muitos movimentos continuam a manter vínculos orgânicos com o partido. Entretanto, “a relação orgânica com o movimento vivo da classe trabalhadora não garante ao PT de forma imutável seu caráter de classe” (IASI, 2012, p. 551).

O abandono do projeto democrático popular e a guinada do partido à moderação para supostamente alcançar aquilo que era possível não ocorre num processo distanciado da classe trabalhadora, ao contrário, está respaldado nesta classe, mas isso não significa que ele ainda seja um partido de esquerda. Tampouco um partido de direita, haja vista que ele se coloca em defesa de algumas pautas que beneficiam os trabalhadores. A inflexão moderada do partido revela a sua transição e conformação de seu projeto político num suposto espaço de neutralidade e conciliação de projetos de classes, o centro do espectro político. Mais precisamente na centro-esquerda, flertar com as classes trabalhadoras defendendo algumas de suas pautas sem ter no escopo qualquer pretensão de transformar as estruturas capitalistas, mas já em um contexto que até as reformas pretendidas pela social-democracia não possuem mais sustentação no estágio atual do capitalismo.

Os três movimentos aqui estudados compõem a Frente Brasil Popular em defesa da democracia e apenas a AMB compõe também a Frente Povo Sem Medo que surgiu, inicialmente, como uma alternativa à esquerda do PT. Durante todo o período que antecedeu ao golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff e durante esse processo os movimentos feministas estudados assim como parcelas significativas do campo da esquerda, seguiu nas denúncias contra o golpe e na defesa da democracia.

Com as eleições de 2018 em vista, a corrida eleitoral do PT com Lula como candidato, abrindo uma possibilidade real de o projeto da direita sair derrotado nas urnas novamente, as disputas políticas se acirraram ainda mais. Os ataques da direita incluíram a cassação do direito de Lula concorrer às eleições. Era o capital mostrando escancaradamente a sua face

mais perversa. Esses ataques levaram a esquerda organizada nas duas frentes a buscarem unidade na defesa do direito de Lula concorrer às eleições de 2018.

Recuperamos estes aspectos apenas para mostrar que, diferente de nossa hipótese, a conjuntura marcada pelo acirramento da crise capitalista levou o movimento feminista assim, como movimentos sociais em geral e inclusive partidos de esquerda, a tomarem como estratégia uma maior proximidade com o PT. Se esta estratégia foi ou não um erro, não nos cabe aqui esta avaliação, por outro lado, não podemos nos furtar da análise de que não havia na esquerda qualquer partido político com força suficiente para apontar outro caminho, o PT continua hegemônico no interior das organizações da classe trabalhadora, as quais estabelecem relações orgânicas com esse partido, mesmo com inúmeras críticas a ele.

Nos três movimentos tivemos entrevistadas com vínculos orgânicos com o PT que não devem ser reduzidos a questão da filiação. Como apontaram as entrevistadas, há nesses movimentos muitas militantes que se identificam com a orientação ideológica desse partido, mantendo com ele uma relação orgânica muitas vezes, mesmo sem os vínculos formais de filiação.

No caso da MMM, por exemplo, desde sua origem, as sindicalistas da CUT e as mulheres do PT cumpriram um papel importante na construção do movimento. Mesmo que o vínculo orgânico com o PT na origem do movimento não tenha sido impeditivo para que esse se tornasse um espaço de atuação de militantes de outros partidos ou outras inclusive distantes de partidos. Desde 2008 o movimento possui em seus quadros militantes com vínculos orgânicos com a Consulta Popular, mas a hegemonia no interior do movimento ainda parece ser do PT. Ainda que bem verdade, com muitas críticas a esse partido, as militantes do movimento seguiram na construção dos governos petistas, inclusive abandonando o movimento para cumprir as tarefas do partido no governo, demonstrando que a prioridade era o partido e não o movimento. A orientação da Consulta Popular não coloca em risco a hegemonia no que diz respeito a disputa institucional, priorizada pelo PT, logo, não é um ameaça para o partido.

Já o MMC, apesar de não ter diretamente sua origem vinculada ao PT, especificamente, desde o início também possui relações próximas com organizações em que este vínculo é marcante. Desde sua origem o MMC possui vínculos orgânicos com a Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo e, sobretudo, no Brasil com o MST e outros movimentos da Via

Campe sina. Dos quais pelo menos o MST já foi alvo de estudos que demonstram os vínculos orgânicos desse movimento e a sua capacidade de influencia junto a outros movimentos sociais camponeses menores. Além disso, o MMC apesar das críticas ao PT, mesmo na atualidade segue próximo desse partido como mostrou a pesquisa. A AMB, por sua vez, dos três, foi o que a primeira vista apresentou menor aproximação com os partidos políticos do campo da esquerda, entretanto, apresentando um arranjo desde sua origem voltado para disputas por vias institucionais, também este movimento, no governo petista, apresentou uma aproximação com este partido.

Um aspecto a ser observado é que os três movimentos possuem relações orgânicas com ONGs, MMM e AMB no campo do feminismo e MMC ligadas a questões da agroecologia. A relação com estas organizações garante a esses movimentos apoios no que diz respeito a recursos financeiros, o que permite também que sejam mais independentes de apoios financeiros de partidos políticos e organizações sindicais, em geral vinculadas ou disputadas por partidos políticos. Por outro lado, os movimentos tornam-se mais dependentes dessas ONGs.

Como os três movimentos feministas compartilham a compreensão de que as mulheres sofrem exploração/opressão decorrentes do sistema que é patriarcal racista e capitalista, pois consideram que no capitalismo gênero, raça e classe estão articulados, os três possuem pautas comuns que mesclam pautas do campo da esquerda em geral e do feminismo. São movimentos anticapitalistas que tem no escopo o socialismo, que tem plena consciência dos limites capitalistas para alcançar plenamente suas pautas, mas consideram que estas pautas não devem aguardar o socialismo para serem priorizadas, pois são também parte da luta de classes.

Esse compartilhamento de projetos políticos com as organizações do campo da esquerda, o que inclui os partidos políticos, possibilita que esses movimentos desenvolvam relações de articulação com esses partidos sem que isso necessariamente signifique abrir mão de suas próprias orientações como movimento. Mas não só isso, com alguns partidos como Consulta Popular, PT e, inclusive, PSOL ainda que em menor medida, a relação que estabelecem é orgânica indicando que a orientação político-ideológica desses partidos influi sobre esses movimentos, mas isso não ocorre porque estes são correias de transmissão dos partidos e sim

porque coadunam com eles a construção do processo de organização da classe. Portanto, esses movimentos estabelecem com os partidos do campo da esquerda uma relação de novo tipo, baseada na compreensão de que cumprem a mesma função que esses no direcionamento da classe trabalhadora, ainda que em espaços e formas de organização diferentes, ou seja, desempenham papéis diferentes na organização da classe. Apesar dos inúmeros desafios já abordados, o fato desses movimentos estabelecerem esta relação de novo tipo com estes partidos leva a um indício de que eles também possam estar mais abertos ao movimento feminista e suas pautas.

8 REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ANDRADE, Joana El-Jaick. **O marxismo e a questão feminina**: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário - São Paulo. 2011. 210f. Tese. (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, letras, e ciências humanas, Universidade de São Paulo.

ALI, Tariq. O espírito da época. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo:Boitempo: Carta maior, 2012, p. 65-71.

ALVAREZ, Sonia E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ____; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 383-426.

____. ALVAREZ, Sonia E. Feminismos Latinoamericanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 265, jan. 1998.

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois?In: HARVEY, David *et al.* **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, p. 31-38.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. O método nas ciências sociais. In: ____; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências Naturais e Sociais**: pesquisa qualitativa e quantitativa. São Paulo: Pioneiras, 1998. p. 109-198.

AMARAL, Roberto. **A grande rede e a explosão das ruas**. In: SOUSA, Cidoval Moraes de; SOUZA, Arão de Azevêdo (Orgs.). **Jornadas de junho**: repercussões e leituras. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 8-12.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013a. (Volume I).

____. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013b. (Volume II).

____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BACON, Francis. **Novum Organum ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza**. Pará de Minas: Virtual Books Online M&M Editores Ltda, 2000/2003. Disponível em: <<http://www.virtualbooks.com.br/>>. Acesso em 17 out 2017.

- BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Estudos feministas**, ano 9, 2001, p. 601-607. (segundo semestre/2001). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- BARKER, Colin. “O movimento como um todo”: ondas e crises. **Revista Outubro**, n. 22, 2. sem. 2014.
- BARSOTTI, Paulo. Marx e Engels: crise econômica e revolução social (1844-1857). **Lutas Sociais**, São Paulo, n.23, p.114-128, 2. sem. 2009. Dossiê: Artigos de Marx. Acesso em: 06 nov. 2017.
- BASTOS Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas. **Economia, Selecta**, Brasília (DF), v.7, n.4, p.239–275, dez.2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p239_275.pdf>. Acesso em: 01 jun 2018.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos políticos registrados no TSE. **Partidos**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 15 Dez. 2015 e 29 Jul. 2016.
- BRAUN, Douglas. **Democracia representativa: (re)pensando os seus pressupostos através da fidelidade partidária**. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: ____; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (Orgs.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.p. 153-174.
- BENJAMIN, César. Apresentação. In: LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 7-11.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOGO, Ademar (Org). **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. (volume I).
- BOGO, Ademar. O legado de Antonio Gramsci. In: ____ (Org). **Teoria da organização política II**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular 2010a.
- BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 79-82.
- ____. **A pulsão plebéia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.
- BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução: 1848-1989**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Mudanças no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das ciências sociais. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (Orgs.). **Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 111-145.

_____. Apresentação. In: LENIN, Vladimir Ilich. **Que fazer? problemas candentes de nosso movimento**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p. 85—103, jan./abr. 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependencia, super-explotación del trabajo y crisis: una interoretación desde Marx**. Madrid: Maia, 2017 (Colección Claves para comprender la economía).

CARREIRÃO, Yan de Souza; NASCIMENTO, Fernanda Paula do. As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006). **Rev. Brasil. Ciên. Polít.**, n. 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 75-104. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/19701.pdf>>. Acesso em: 10 Jun. 2016.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação - rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimento de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, p. 7-14.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84

CARONE, Edgard. **Socialismo e anarquismo no início do século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CASTEL, Robert. Desestruturação do mundo do trabalho e suas implicações para a política social. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira *et al* (Orgs.) **Política social, trabalho e democracia em questão**. Brasília. UnB, Programa de Pós Graduação em Política Social 2009, p. 83-96.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo, 2014.

_____. SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018 (Biblioteca básica de serviço social, v. 8).

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Biblioteca de educação. Série 1. Escola; v. 16).

CLOC - Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. **Quienes somos?**
Disponível em: <<http://www.cloc-viacampesina.net/informacion-general/quienes-somos>> .
Acesso em: 22 mar. 2019.

COELHO, Eurelino; SANTOS, Igor Gomes. Para a história da Polop (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: ____; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 103-127.

____. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

____. Gramsci e as ciências sociais. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 9, n. 34, p. 21-40, dez. 1990.

____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

____. Introdução. In: ____ (Org). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 13-39.

COUTINHO, Ronaldo. Lenin: a dimensão teórica e prática do compromisso revolucionário. In: LENIN, Vladimir Ilich. **O esquerdismo: doença infantil do comunismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 9-40.

CRUZ, César Albenes de Mendonça Cruz. **O processo de alienação e desalienação dos trabalhadores no capitalismo**: um estudo sobre o papel da formação teórico-política na construção da consciência de classe. 2010. 189f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. Introdução. In: GUILLAUMIN, Colette; TABET, Paola; MATHIEU, Nicole Claude. **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Org. FERREIRA, Verônica et al. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 7-26.

DAGNINO, Evelina. Democracia, teoria e prática: a participação da sociedade civil. In: ____ PERISSINOTTO, Renato Monseff; FUKS, Mario (Orgs.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Curitiba, PR: Fundação Araucária, 2002, p. 141-166.

____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**: Revista de Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, v.1, n. 5 (2004). Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2004, p. 137-161.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Mike. Chega de chiclete. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy**: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, p.39-43.

DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Soc. estado.**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, Dez. 2005.

DEWES, João Osvaldo. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling: uma descrição dos métodos**. 2013. 53f. Monografia (Graduação em Estatística). Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/93246/000915046.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 Maio 2016.

DIAS, Marcia Ribeiro; MENEZES, Daiane Bollouwer; FERREIRA, Geison da Cunha. “A quem serve o Graal?” Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006). **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 209-235, maio-ago. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11918/8102>>. Acesso em: 25 Jul. 2016.

DIERCKXENS *et al.* **Século XXI: crise de uma civilização**. Fim da história ou começo de uma nova história? Goiânia: CEPEC, 2010.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Damará: ANPOCS, 1995.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 2. Ed. Brasília: Zahar Editora Universidade de Brasília, 1970.

ENGELS, Friedrich. Princípios do comunismo. BOGO, Ademar (Org). **Teoria da organização política**: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010a, p. 41-65. (volume I).

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1984. (Coleção Perspectivas do Homem, vol. 99, Série Ciências Sociais).

_____. Del prefacio de F. Engels a la edición alemana de 1890. In: ____; MARX, Carlos. **Obras escogidas**. Tomo I. Moscú: Progreso, 1980, p. 49-50. Distribución: <<http://bolchetvo.blogspot.com/>>, 2008a [1890]. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/0Bw5Zm10Cq88HODUzYWU1NWMtMzIwZS00OTU4LTlkYjgtYmE3NGZIYTdjZjdj/view?authkey=CJeAyIII&hl=en>>. Acesso em: 23 out. 2017.

_____. Contribución a la historia de la Liga de los Comunistas. In: _____.; MARX, Carlos. **Obras escogidas**. Tomo III. Moscú: Progreso, 1980, p. 99-109. Distribución: <<http://bolchetvo.blogspot.com/>>, 2008b [1885]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0Bw5Zm10Cq88HYWYzZDNhZjMtODFhMi00M2EyLWE0MmItMjEwMWE3ODU4M2Rj/view?authkey=COF22HM&hl=en>>. Acesso em: 23 out. 2017

_____. Sobre la acción política de de la clase obrera. In: _____.; MARX, Carlos. **Obras escogidas**. Tomo II. Moscú: Progreso, 1980, p. 143. Distribución: <<http://bolchetvo.blogspot.com/>>, 2008c [1871]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0Bw5Zm10Cq88HODIxNjNIOTItYmJkMS00MmI4LWEwMmEtYmQxZjc4OTQ1YzE4/view?authkey=COSrgOEG&hl=en>>. Acesso em: 23 out. 2017.

_____. Introdução à edição de 1895. In: MARX, KARL. **A revolução antes da revolução II**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. v.2 (Coleção Assim lutam os povos), p. 35-151.

_____. **Anti-Dürhring**. 2001. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cv000004.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2017.

_____. As Guerras camponesas na Alemanha. In: _____. **A revolução antes da revolução I**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010b. v.1 (Coleção Assim lutam os povos), p. 37-63.

_____. Prefácio escrito ao programa de Gotha. In: MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels). Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. Inclui Cartas de Marx e Engels, Programas da Social-Democracia Alemã e Excertos dos Estatutos da Associação internacional dos Trabalhadores.

_____. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2013a. (Volume I).

FERNANDES, Florestan. Movimento socialista e partidos políticos. In: BOGO, Ademar (Org.). **Teoria da organização política III**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 383-432.

_____. O PT em movimento: contribuição ao I congresso do partido dos trabalhadores. São Paulo: Autores associados, 1991 (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 43).

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. **Impactos da experiência conselhistas sobre as atividades políticas e organizativas dos movimentos sociais na saúde: o caso do movimento popular de saúde de Campinas - São Paulo**. 2005. 187f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

FILHO, Alexander Maximilian Hilsenbeck. **O MST no fio da navalha - dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes**. 2013. 275f. Tese (Doutorado em Ciência Política) -

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

GALVÃO, Andréia. Os movimentos sociais da América Latina em questão. Dossiê Cultura Política e Democracia. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 8-24, jul./dez. 2008. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/debates/article/download/6436/4554>. Acesso: 23 nov. 2015.

_____. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, n. 32, p. 107-126, 2011.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. Coleção questões da nossa época, v. 47.

_____. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014a.

GOHN, Maria da Glória. _____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

_____. **Educação não-formal e cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.71).

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia da natureza. In: ____; TABET, Paola; MATHIEU, Nicole Claude. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Org. FERREIRA, Verônica et al. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 27-99.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Perspectivas do Homem, v.48, série Filosofia).

_____. **Concepção dialética da história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. O moderno príncipe. In: _____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução Luiz Mário Gazzaneo. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. cap. 1, p. 3-102.

_____. O partido comunista. In: BOGO, Ademar (Org). **Teoria da organização política II**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular 2010a, p. 47-60.

_____. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. COUTINHO, Carlos Nelson (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

____. **Gramsci; poder, política e partido**. SADER, Emir (Org). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUERRIERI, Maurício Abdalla. **A dialética como método e sua apropriação pela educação popular no Brasil**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Pedagógico, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1994.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio – 1963; As três frentes da luta de classes no campo brasileiro -1960. In STÉDILE João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional -1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 35-78 e 110 (Parte I – O debate no PCB).

GURGEL, Telma. Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos. **Temporalis**, Brasília, ano 14, n. 27, p. 57-76, jan./jun.2014.

HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimento de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: ____ *etal.* **Occupy: movimento de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, p.

____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo:Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 27-34.

____. **O neoliberalismo: história e implicações**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HUNT; E. K; SHERMAN, H. J. As doutrinas socialistas e a revolução industrial. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Ugar, 1982, p. 71-107.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília: Abepss, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./ jun. 2001.

IANNI, Octavio. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STEDILE (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 127-146.

IASI, Mauro Luis. Reflexão sobre o processo da consciência. In: _____. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2.ed.São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 11-45.

_____. As revoluções do século 19 e a poesia do futuro. In: ENGELS, Friedrich. **A revolução antes da revolução I**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v.1 (Coleção Assim lutam os povos), p. 7-34.

_____. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo:Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 41-46.

_____. O PT entre a negação e o consentimento. In: _____. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

JESUS, Antonio Tavares. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez: Campinas (SP): UNICAMP, 1989.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée *et al.* **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 79-93.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos**. - CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 93-103, Mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>>. Acesso em 29 ago 2018.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

_____. **Marx: vida e obra**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. Lenin. In: ____ *et al.* **A questão do partido**. 1.ed. São Paulo: Kairós, 1978, p. 34-61 (parte II).

_____. Carta a um camarada. In: BOGO, Ademar (Org). **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 137-229. (volume I).

_____. **O Esquerdismo: doença infantil do comunismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

_____. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. Dossiê: imperialismo, ecologia e crise estrutural. **Margem Esquerda**, São

Paulo: Boitempo, n. 14, p. 36-42, 2010. Disponível em: <<http://marxismo21.org/analises-de-conjuntura/margem-14-m-lowy/>>. Publicado em 23 jul. 2012. Acesso em: 10 jul. 2015.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. (Série Revisão; n. 3).

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. BOGO, Ademar (Org). **Teoria da organização política**: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 241-333.(volume I).

_____. **Reforma ou Revolução?** 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MANDEL, Ernest. **Crítica do eurocomunismo**. Lisboa: Antidotos, 1978.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: _____ *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 19-26.

MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da revolução brasileira**: uma análise crítica da estratégia democrático-popular. Curitiba: Prismas, 2015.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. In: **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, cap. 5, p. 211-219.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels). Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. Inclui Cartas de Marx e Engels, Programas da Social-Democracia Alemã e Excertos dos Estatutos da Associação internacional dos Trabalhadores.

_____.Estatutos generales de la asociación internacional de los trabajadores. In: _____.ENGELS, Friedrich. **Obras escogidas**. Tomo II. Moscú: Progreso, 1980, p. 143. Distribución: <<http://bolchetvo.blogspot.com/>>, 2008b [1871]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0Bw5Zm10Cq88HODIxNjNIOTItYmJkMS00MmI4LWEwMmEtYmQxZjc4OTQ1YzE4/view?authkey=COSrgOEG&hl=en>>. Acesso em: 23 out. 2017, p. 7-8.

_____. Manifiesto inaugural de la asociación internacional de los trabajadores. _____.ENGELS, Friedrich. **Obras escogidas**. Tomo II. Moscú: Progreso, 1980, p. 143. Distribución: <<http://bolchetvo.blogspot.com/>>, 2008a [1864]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0Bw5Zm10Cq88HODIxNjNIOTItYmJkMS00MmI4LWEwMmEtYmQxZjc4OTQ1YzE4/view?authkey=COSrgOEG&hl=en>>. Acesso em: 23 out. 2017, p. 1-6.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013a. (Volume I), p. 139-156

_____. Miséria da filosofia. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2013b. (Volume II).

_____; ENGELS, Friedrich, Manifesto do Partido Comunista. In: BOGO, Ademar (Org). **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 83-125. (volume I).

MATHIEU, Nicole Claude. In: _____.; GUILLAUMIN, Colette; TABEL, Paola. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Org. FERREIRA, Verônica et al. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 175-222.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

_____. Sobre os partidos políticos no Brasil de hoje: um enfoque a partir da classe trabalhadora e seus movimentos. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (Orgs.). **Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 146-165.

MESQUITA, Rui Gomes de Mattos. **Representação política e constituição de identidades coletivas: um estudo sobre a narrativa petista**. 2009. 387f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MÉSZÁROS, Isteván. **A crise estrutural do capital**. 2.ed. rev. e ampliada São Paulo: Boitempo, 2011 (Coleção Mundo do Trabalho).

_____. Ideologia e emancipação. In: _____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 327-513.

MEYER, Victor. **Frágua inovadora: o tormentoso percurso da Polop**. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/polop/>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

MEZZARROBA, Orides. O partido político: concepção tradicional e orgânica. **Revista de informação legislativa**, v. 31, n. 122, p. 133-143, abr./jun. 1994. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176215/000487569.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 out. 2017.

MIGUEL. Ana de. **Los feminismos a través de la historia**. In: Creatividad Feminista recibido a través de Modemmujer. Disponível em: <<http://www.mujiresenred.net/anademiguel.html>>. Acesso em 18 abr. 2017.

MOREIRA, Orlandil de Lima; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Vem prá rua: os protestos de junho. In: SOUSA, Cidival Morais de; SOUZA, Arão de Azevêdo (Orgs.). **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 13-21.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Os movimentos sociais: sujeitos, projetos e espaços das lutas sindicais. In: **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010. Parte III, p. 225-358.

MPL, Movimento Passe Livre. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 13-18.

NAKATANI, Paulo; HERRERA, Rémy. **Crise financeira ou... de superprodução?**, 2011. Disponível em: <<http://www.odiario.info/?p=2010>>. Acesso em: 27 out. 2015.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: ____; COUTINHO, Carlos Nelson (Orgs). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 129-152.

PERRUSO, Marco Antonio. A temática dos movimentos sociais urbanos no Brasil dos anos 1970/80. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 32-56, set. 2012.

PESCHANSKI, João Alexandre. Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimento de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, p. 31-38.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, V. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

____. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 129-145.

____. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 129-145.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Vida, 1977.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. *Lua Nova*, São Paulo, v. 4 - n. 3, jul/set, n. 15, 1988, p. 41-81.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira – 1957-1986. In STÉDILE João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional -1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 35-78 (Parte II – O pensamento cepalino).

REIS, Daniel Aarão. Marxismo, sociedade e partidos políticos hoje. In: ____; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). **História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 439-461, v. 6.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 371-377, Apr. 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Jun. 2018.

ROLNIK, Raquel. Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e as interpretações. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 7-13.

ROSSI, Waldemar; GERB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Crise capitalista e novo cenário no Oriente Médio. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimento de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, p. 83-86.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. A crise do reformismo e a formação do Partido Revolucionário. **Marxismo Militante**, n.1, 1968. (texto publicado sob pseudônimo Raul Villa)

_____. Para um balanço da P.O. **Brasil Socialista**, n. 7, out. de 1976. (texto publicado sob pseudônimo Raul Villa).

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimento de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, p. 45-55.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Crônicas de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

SANTANA; Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo. O PCB, os trabalhadores e o Sindicalismo na história recente do Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 375-410, v. 6.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Silvana Mara Morais. **O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual**. UFPE: Tese de Doutorado, Recife, 2005

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.

SCHILLING, Paulo R. Do “caminho brasileiro” da reforma agrária – 1962. In STÉDILE João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional -1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 233-256 (Parte III – O pensamento do PTB de esquerda).

SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 71-78.

SEGATTO, José Antonio; SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 62, v. 6.

SEGRILLO, Angelo. A confusão esquerda/direita no mundo pós-Muro de Berlim: uma análise e uma hipótese. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, n. 3, 2004, pp. 615 a 632.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'água, 2001.

SILVA, Antonio Ozaí da. Esboço para a história da esquerda no Brasil. **Revista espaço acadêmico**, n. 13, dez 2009. p.90-107.

SILVA, Andreia Alice Rodrigues. **Movimento estudantil de serviço social e participação política na contemporaneidade: contradições no período do governo Lula (2007/2010)**. 2011. 138f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. 3. ed. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, André. Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**. n. 97, Nov.2013, dossiê: mobilizações, protestos e revoluções, p. 23-40.

SOARES, Alessandro O.; TAUIL, Rafael M.; COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. **Sinais**, n. 19 Jan-Jun 2016, Vitória -Br., p. 7-29.

SPECK, Bruno Wilhelm; BRAGA, Maria do Socorro Sousa; COSTA, Valeriano. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 125-148, Dec. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000400125>

Acesso em: 31 mar. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235606>.

STOPPINO, MARIO. Ideologia. In: Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, v. 1, p. 585-597.

TABET, Paola. Mãos, instrumentos e armas. In: ____; GUILLAUMIN, Colette; MATHIEU, Nicole Claude. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Org. FERREIRA, Verônica et al. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 101-174.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Rev. Socil. Polít.**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a11v21n45.pdf>>. Acesso em: 10 Ago. 2016.

____. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: Análise de um *expert survey*. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, e24-e39, jan.-mar.2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/18077/12838>. Acesso em: 25 Jul. 2016.

TATAGIBA, L. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente. Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa. In: Sonia E. Alvarez, Gianpaolo Baiocchi, Agustín Laó-Montes, Jeffrey W. Rubin and Millie Thayer (eds) **Interrogating the Civil Society Agenda: Social Movements, Civil Society and Democratic Innovation**, 2009. Versão em português disponível em: <https://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/2009-artigo-tatagiba_luciana.pdf>.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)**. 160f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

TOURAINÉ, Alain. Nascimento do Sujeito. In: _____. Crítica da modernidade. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 212-394.

VALENÇA, Daniel Araújo. Entre a ação comunicativa e a materialidade histórica: limites e possibilidades a partir das jornadas de junho. **Revista Culturas Jurídicas**.v. 1, n. 1, 2014, pp. 198-2018. Disponível em: <<http://www.culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/issue/view/1>>. Acesso em: 20 jan 2016.

VERDÚ, Clemente Penalva; FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. La protesta em España y Brasil: crises econômica y crisis política. **OBETS. Revista de Ciências Sociales**, vol. 10, n° 2, 2015, p. 369-395.

VENTURA, Ma. Fernanda Somuano. Movimientos sociales y partidos políticos en América Latina: una relación cambiante y compleja. **Polít. cult.**, México, n. 27, p. 31-53, jan.2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422007000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: .

VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil – 1968. In STÉDILE João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional -1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 127-168 (Parte I – O debate no PCB).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>.

WALLERSTEIN, Immanuel. A esquerda mundial após 2011. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimento de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, p.

ZAAR, Miriam Hermi Zaar. Dos socialismos utópico e revolucionário à economia solidária. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 153-167, set. 2013. Disponível em: www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1181/503. Acesso em: 20 out 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimento de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, p. 15-26.

ZUCCO, Cesar. **Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros**. Capítulo apresentado no Seminário "Legislator Views of Brazilian Governance", na Universidade de Oxford, Set. 2009. Disponível em: <<http://fas-polisci.rutgers.edu/zucco/papers/paper-esquerdadireitagoverno.br.pdf>>. Acesso em: 25 Jul. 20

APÊNDICE A Quadro 4 - Lista de documentos da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil

Nº Doc.	Nome do Documento	Data de publicação	Link
01	Nota de Repúdio às agressões sofridas pela Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ)	11/05/2011	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-de-repudio-as-agressoes-sofridas-pela-deputada-federal-jandira-feghali-pcdoB-rj/
02	Carta Aberta da Marcha Mundial das Mulheres aos vereadores e vereadoras sobre as supressões nefastas ocorridas no Plano Municipal de Educação a ser em breve votado em Plenário	19/06/2015 (12/06/2015)	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/carta-aberta-da-marcha-mundial-das-mulheres-aos-vereadores-e-vereadoras-sobre-as-supressoes-nefastas-ocorridas-no-plano-municipal-de-educacao-a-ser-em-breve-votado-em-plenario/
03	Porque marchamos – Marcha das Margaridas 2015	11/08/2015	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/porque-marchamos-marcha-das-margaridas-2015/
04	Nota: A contra “agenda Brasil” ameaça os territórios	19/08/2015	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-a-contra-agenda-brasil-ameaca-os-territorios/
05	Nota Pública sobre mudança Ministerial da SPM e SEPPIR	22/09/2015	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-publica-sobre-mudanca-ministerial-da-spm-e-spir/
06	Nenhum direito a menos, democracia se faz com diálogo e participação	22/09/2015	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nenhum-direito-a-menos-democracia-se-faz-com-dialogo-e-participacao/
07	Riscos e impactos negativos da aprovação do PL 5069/13 para a vida das mulheres e meninas brasileiras	24/09/2015	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/riscos-e-impactos-negativos-da-aprovacao-do-pl-506913-para-a-vida-das-mulheres-e-meninas-brasileiras/
08	Mulheres contra o impeachment e o ajuste fiscal! Fora Cunha!	10/12/2015	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-contra-o-impeachment-e-o-ajuste-fiscal-fora-cunha/
09	Nota da Marcha Mundial das Mulheres ABC sobre a discussão de gênero nas escolas de São Bernardo do Campo	03/02/2016	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-da-marcha-mundial-das-mulheres-abc-sobre-a-discussao-de-genero-nas-escolas-de-sao-bernardo-do-campo/
10	Nota de denúncia contra a violência sexista ocorrida em Rio Grande	11/02/2016	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-de-denuncia-a-violencia-sexista-ocorrida-em-rio-grande/
11	Nota de Repúdio: retirada da expressão “perspectiva de gênero”	26/02/2016	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-de-repudio-retirada-da-expressao-perspectiva-de-genero/
12	Nota da Marcha Mundial das Mulheres sobre o 8 de março em São Paulo	10/03/2016	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-da-marcha-mundial-das-mulheres-sobre-o-8-de-marco-em-sao-paulo/
13	Nenhum retrocesso na busca da igualdade de gênero	14/03/2016	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nenhum-retrocesso-na-busca-da-igualdade-de-genero/

Cont.

Nº Doc.	Nome do Documento	Data de publicação	Link
14	Mulheres de todo o mundo se posicionam contra o golpe no Brasil	14/04/2016	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-de-todo-o-mundo-se-posicionam-contra-o-golpe-no-brasil/
15	Declaração internacional da Marcha Mundial das Mulheres contra o golpe no Brasil	19/05/2016	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/declaracao-internacional-da-marcha-mundial-das-mulheres-contra-o-golpe-no-brasil/
16	Deixem os indígenas Guarani-Kayowá viverem!	23/05/2016	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/deixem-os-indigenas-guarani-kayowa-viverem/
17	Deixem Apyka'i viver! Demarcação das terras indígenas já!	13/06/2016	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/deixem-apykai-viver-demarcacao-das-terras-indigenas-ja/
18	Carta de renúncia ao Conselho Nacional de Direitos das Mulheres	14/06/2016	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/carta-de-renuncia-ao-conselho-nacional-de-direitos-das-mulheres-jun2016/
19	Nota pública contra o estupro em Capoeiras-PE	10/08/2016	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-publica-contra-o-estupro-em-capoeiras-pe/
20	Nota pública da MMM em solidariedade à Juliana Cardoso	17/02/2017	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-publica-da-mmm-em-solidariedade-a-juliana-cardoso/
21	Marcha Mundial das Mulheres denuncia e repudia a violência misógina da brigada militar contra as professoras em Cachoeirinha/RS	06/04/2017	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/marcha-mundial-das-mulheres-denuncia-e-repudia-a-violencia-misogina-da-brigada-militar-contra-as-professoras-em-cachoeirinhars/
22	Nem religiosos, nem juízes: As mulheres decidem!	10/05/2017	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nem-religiosos-nem-juizes-as-mulheres-decidem/
23	Nota da Marcha Mundial das Mulheres em repúdio ao PL da tortura das mulheres	30/06/2017	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-da-marcha-mundial-das-mulheres-em-repudio-ao-pl-da-tortura-das-mulheres/
24	Só a luta muda a vida! Ocupamos a Casa da Mulher Brasileira e já conseguimos resultados!	24/11/2017	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/so-a-luta-muda-a-vida-ocupamos-a-casa-da-mulher-brasileira-e-ja-conseguimos-resultados/
25	Nota da Marcha Mundial das Mulheres em repúdio a bancada conservadora do Congresso Brasileiro	26/09/2017	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-da-marcha-mundial-das-mulheres-em-repudio-a-bancada-conservadora-do-congresso-brasileiro/
26	Libertem as 16 militantes presas em defesa da democracia	25/01/2018	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/libertem-as-16-militantes-presas-em-defesa-da-democracia/
27	Por nossas mortas, nenhum minuto de silêncio, mas toda uma vida de luta!	16/03/2018	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/luto-e-verbo/
28	Nota da Marcha Mundial das Mulheres em apoio à ação das mulheres do MST na Nestlé	20/03/2018	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/nota-da-marcha-mundial-das-mulheres-em-apoio-a-acao-das-mulheres-do-mst-na-nestle/
29	Greves de caminhoneiros e de petroleiros: o que nós mulheres temos a ver com isso?	30/05/2018	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/greves-de-caminhoneiros-e-de-petroleiros-o-que-nos-mulheres-temos-a-ver-com-isso/

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa, com contribuição do sociólogo Vinicius Tomaz. Dados extraídos do site oficial da Marcha Mundial das Mulheres, no Brasil <www.marchamundialdasmulheres.org.br>. Nota: Alguns documentos trazem as datas de assinatura, nestes casos, aparece entre parênteses.

APÊNDICE B Quadro 5 - Lista de documentos da Articulação de Mulheres Brasileiras

Nº Doc.	Documento	Data de publicação	Link
01	Mulheres pela democratização do poder	08/03/2014	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2014/03/08/mulheres-pela-democratizacao-do-poder/
02	Revogação da portaria no 415: na contramão dos direitos humanos das mulheres brasileiras	01/06/2014 (29/05/2014)	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2014/06/01/revogacao-da-portaria-no-415-na-contra-mao-dos-direitos-humanos-das-mulheres-brasileiras/
03	Plataforma política dos movimentos sociais para resolver os problemas do povo brasileiro	14/09/2014	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2014/09/14/plataforma-politica-dos-movimentos-sociais-para-resolver-os-problemas-do-povo-brasileiro/
04	Não queremos apenas inclusão, queremos transformação! Mulheres na luta por mudanças radicais no sistema político	07/04/2015	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/04/07/nao-queremos-apenas-inclusao-queremos-transformacao-mulheres-na-luta-por-mudancas-radiciais-no-sistema-politico/
05	Nota de apoio à candidatura de Vilma Reis	21/04/2015	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/04/21/nota-de-apoio-a-candidatura-de-vilma-reis/
06	Não basta participar, queremos mudar o sistema político!	27/04/2015	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/04/27/nao-basta-participar-queremos-mudar-o-sistema-politico/
07	Nota de repúdio ao crime de incitação à violência sexual contra nós mulheres	01/07/2015	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/07/01/nota-de-repudio-ao-crime-de-incitacao-a-violencia-sexual-contr-nos-mulheres/
08	Margaridas em marcha contra o fim da SPM carta à presidenta Dilma Rousseff	29/09/2015	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/09/29/margaridas-em-marcha-contr-o-fim-da-spm-carta-a-presidenta-dilma-rousseff/
09	Dilma, preserve os interesses públicos na saúde! Saúde é política de estado	25/09/2015	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/09/25/dilma-preserve-os-interesses-publicos-na-saude-saude-e-politica-de-estado/
10	Nota da Articulação De Mulheres Brasileiras – AMB sobre os rumos da reforma ministerial e possível rebaixamento da secretaria de políticas para as mulheres, SEPPIR e SDH	28/09/2015	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/09/28/nota-da-articulacao-de-mulheres-brasileiras-amb-sobre-os-ru-mos-da-reforma-ministerial-e-possivel-rebaixamento-da-secretaria-de-politicas-para-as-mulheres-seppir-e-sdh/
11	Pelo fim da violência contra as mulheres e contra o PL 5069 – fora Cunha	25/11/2015	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2015/11/25/pelo-fim-da-violencia-contr-as-mulheres-e-contr-o-pl-5069-fora-cunha/
12	Articulação de Mulheres Brasileiras na luta contra o golpe e contra a renúncia da presidenta Dilma Rousseff	04/05/2016	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2016/05/04/articulacao-de-mulheres-brasileiras-na-luta-contr-o-golpe-e-contr-a-renuncia-da-presidenta-dilma-rousseff/
13	Declaração da Articulação De Mulheres Brasileiras não ao governo da coalizão golpista!	18/05/2016	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2016/05/18/declaracao-da-articulacao-de-mulheres-brasileiras-nao-ao-governo-da-coalizao-golpista/
14	Nota de pesar	02/02/2017	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2017/02/02/nota-de-pesar/
15	Seguiremos nas ruas sem temer nem vacilar! Eleições gerais! Por direitos e diretas já!	23/05/2017	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2017/05/23/seguiremos-nas-ruas-sem-temer-nem-vacilar-eleicoes-gerais-por-direitos-e-diretas-ja/
16	Nota da AMB Rio de Janeiro: Marielle, presente! Não nos calaremos!	15/03/2018	http://www.articulacaodemulheres.org.br/2018/03/15/nota-da-amb-rio-de-janeiro-marielle-presente-nao-nos-calaremos/

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa, com contribuição do sociólogo Vinicius Tomaz. Dados extraídos do site oficial da Articulação das Mulheres Brasileiras <www.articulacaodemulheres.org.br>. Nota: Alguns documentos trazem as datas de assinatura, nestes casos, aparece entre parênteses.

APÊNDICE C Quadro 6 - Lista de documentos do Movimento de Mulheres Camponesas

Nº Doc.	Documento	Data de publicação	de Link
01	Lutador Plínio de Arruda Sampaio, vive!	08/07/2014	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/188
02	Plataforma Política dos Movimentos Sociais	19/09/2014	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/201
03	“O Brasil precisa muito da força e da inteligência da mulher camponesa”, afirma a Presidenta Dilma Rousseff	Fevereiro 2013 (18 a 21/02/2013)	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/56
04	Carta de repúdio a eleição de Marco Feliciano	10/03/2013	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/98
05	Organizações e Movimentos Sociais do campo divulgam carta à presidenta Dilma Rousseff	04/07/2013	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/128
06	Organizações brasileiras entregam carta à Dilma pedindo suspensão do leilão do pré-sal	20/09/2013	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/139
07	Nota de Repúdio	Dezembro 2014	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/233
08	Nota de falecimento	Fevereiro 2015	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/244
09	Patrus recebe mulheres camponesas e propõe fórum com movimentos sociais	Março 2015	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/243
10	Dilma Rousseff sanciona lei que torna hediondo o crime de feminicídio	09/03/2015	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/248
11	Mulheres camponesas realizam protesto em frente ao Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária	10/03/2015	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/249
12	Nota do Movimento Mulheres Camponesas frente ao IMPEACHMENT	Mai 2016	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/316
13	Mulheres são recebidas pelos ministros da Previdência e do Desenvolvimento Agrário		http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/307
14	Carta para a Presidenta Dilma em defesa da Previdência		http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/301
15	Nota de solidariedade ao presidente Lula e sua família	03/02/2017	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/364
16	Mulheres camponesas vão às ruas contra a reforma da previdência! Fora Temer e nenhum direito a menos!	Março 2017	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/370
17	Manifesto movimentos de mulheres contra a reforma da previdência social convocam lutas para o mês de março de 2017	2017	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/365
18	Mulheres camponesas se somam a greve de fome em Brasília contra a Reforma da Previdência	11/12/2017	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/392
19	Movimento de Mulheres Camponesas em defesa do presidente Lula	07/04/2018	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/396

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa, com contribuição do sociólogo Vinicius Tomaz. Dados extraídos do site oficial do Movimento de Mulheres Camponesas <www.mmcbrazil.com.br>. Nota: Alguns documentos trazem as datas de assinatura, nestes casos, aparece entre parênteses.

APÊNDICE D Quadro 4a - Conteúdo dos documentos da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
01	2011	Estado; Partido Político	Em defesa da Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em repúdio a Alberto Fraga (DEM) e Roberto Freire (PPS).	Reconhecimento da liderança da deputada Jandira Feghali (PCdoB) na defesa dos direitos das mulheres, da juventude, dos trabalhadores e da democracia. Contra expressões e atos machistas no parlamento realizados por deputados do DEM e do PPS contra deputadas do PT e do PCdoB. Assinam: MMM, CTB, CUT, UNE, UJS, MST, Levante Popular da Juventude, entre outros.
02	2015	Estado	Pressiona Câmara de Vereadores sobre Plano Municipal de Educação.	Denúncia dos ataques de setores conservadores e fundamentalistas aos Planos de Ensino Municipais para retirada do debate de gênero. Recorte de gênero e renda.
03	2015	Movimentos Sociais	Articulação com diversos movimentos sociais. Destaque para CUT, UBM, CTB.	Pauta: defesa da democracia, inclusive democratização da comunicação massiva, justiça, igualdade, liberdade, autonomia, direitos, da terra e água como bens coletivos, soberania alimentar, produção agroecológica, reforma agrária, participação das mulheres e políticas públicas. Contra: política macroeconômica do capital, agronegócio, exploração da classe trabalhadora e povos tradicionais, forças reacionárias, contra direitos, fundamentalistas. Ameaças concretas aos direitos: redução da maioria penal, retirada dos planos de ensino os termos que traz a questão de gênero. Grande mídia privada usada para criminalizar o governo (PT), partidos progressistas e movimentos sociais. Unificação das mulheres da classe trabalhadora em geral. Assinam a nota: MMM, AMB, CONTAG, CTB, CUT, UBM, entre outros.
04	2015	Partido Político; Movimentos Sociais	Nota contra "Agenda Brasil" com assinatura de diversos movimentos sociais e dois partidos: Consulta Popular e PSTU.	Pauta: defesa dos bens naturais, de terras indígenas e dos direitos sociais e trabalhistas. Crítica à "Agenda Brasil" como alternativa de saída da crise. Crítica à atuação da grande mídia (Rede Globo). Assinam a nota diversos movimentos: ambientalistas, indígenas, quilombolas, religiosos e rurais; associações, institutos de pesquisa e ONGs, especialmente de caráter ambientalista; Brigadas populares, CPT, MST, MAM, MAB, MPA, CSP Conlutas e CUT além de sindicatos avulsos, Coletivo Margarida Alves, Levante Popular da Juventude, PSTU.

Cont.

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
05	2015	Estado	Contra mudanças na SPM e SEPPIR.	Pauta: defesa da autonomia e dignidade das mulheres, valorização da vida da população negra. Contra unificação e em defesa da autonomia das Secretarias: Secretaria Nacional de Política para as Mulheres e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Contexto de fortalecimento do conservadorismo (machismo e racismo) Reconhecimento das mulheres e negros como sujeitos políticos.
06	2015	Estado; Movimentos Sociais	Assinada por mais de 162 organizações, pressionando Dilma Rousseff contra retrocessos nas questões de gênero.	Pauta: defesa de uma reforma política democrática. Recorte de sexo (inclui sexualidade) e raça. Recorte geracional (juventude). Reconhece avanços nas pautas étnico-raciais, geracionais, sexuais e de gênero (indícios que tenham sido alcançados nos governos petistas). Apesar de deixar claro sua defesa sobre a legalidade do governo de Dilma pressiona a Presidenta quanto a mudança institucional nas Secretarias de Políticas para as Mulheres, Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos e de Juventude. 162 assinaturas de organizações, das quais, a maioria possui recorte racial. Além destas destacamos: Levante Popular da Juventude, MST, UNE, CONAM, Secretarias Nacionais da CUT e da CTB, entidades e núcleos de pesquisa, coletivos e fóruns.
07	2015	Estado; Movimentos Sociais	Mensagem direcionada aos deputados, com assinatura de uma série de movimentos sociais. Dentre as assinaturas, a Consulta Popular (um partido sem legenda).	Contra o PL 5069/2013, considerado um retrocesso que intenta contra a vida e saúde das mulheres no Brasil. A proposta impede o uso de medidas de profilaxia em casos de estupro e indica inclusive a penalização para profissionais de saúde que atuem nesse sentido mesmo em casos previstos em lei. A nota é assinada por diversas organizações: MMM, AMB, CUT, CFEMEA, Consulta Popular, Católicas pelo Direito de Decidir, entre outras.
08	2015	Estado	Crítica ao conservadorismo do parlamento e a Eduardo Cunha (PMDB).	Pauta: defesa da democracia radical e do voto popular. Evidencia a polarização política que se adensa desde as eleições presidenciais de 2014. Denuncia o ataque aos direitos da classe trabalhadora, dos indígenas, da população LGBT, da juventude e dos negros. Processo de impedimento parte de um golpe imperialista articulado em toda a AL contra governos progressistas.

Cont.

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
09	2016	Estado; Partido Político	Faz críticas à perspectiva de "ideologia de gênero" presente nos debates da Câmara de Vereadores e a aproximação do prefeito Luiz Marinho a esse posicionamento. Não menciona o partido do prefeito (PT).	Critica a adesão do prefeito (PT) a uma pauta conservadora de defesa de uma suposta "ideologia de gênero", ao uso de argumentos religiosos como justificativa da postura conservadora, externalização de uma concepção limitada de família. Núcleo da MMM do ABC assina a nota.
10	2016	Partido Político	Entre as assinaturas presentes na nota, destacamos: Deputada Estadual Estela Farias (PT/RS) e Secretária de Mulheres do PT (RS).	Pauta: Defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, contra a violência sofrida pelas mulheres. PT assina a nota tanto coletivamente, quanto na figura de uma representante eleita
11	2016	Estado; Partido Político	Repúdio à Câmara dos Deputados por alterações na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres proposta do PRB.	Denúncia à proposta apresentada pelo PRB no Congresso para retirar a expressão "perspectiva de gênero" como atribuição do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Crise como momento que penaliza a classe trabalhadora e especialmente, as mulheres.
Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
12	2016	Partido Político	Cita os ataques ao PT como sendo a toda esquerda.	Pauta: Defesa da democracia, da igualdade, da classe trabalhadora, da liberdade e autonomia das mulheres, da legalização do aborto, contra a violência sofrida pelas mulheres, o ajuste fiscal e as ameaça de retrocessos dos direitos sociais. Causas do sistema opressor: patriarcal, neocolonialista e racista, capitalista. Recorte racial, gênero e renda.
13	2016	Estado	Repúdio ao Senado por alterações na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.	Pauta: defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Defesa do uso do conceito de gênero (Congresso vetou o uso do termo em documentos oficiais). Nota assinada por representantes do Conselho Nacional dos direitos da Mulher (CDM, mandato de 2014-2017). Ao todo foram: 27 entidades da sociedade civil, 3 conselheiras de notório conhecimento em gênero, 1 conselheira emérita, 16 representantes do Estado e a presidenta do Conselho. Entre representantes da sociedade civil estão: MMM, AMB, MMC, Confederação de Mulheres do Brasil, Fórum de Mulheres do Mercosul, CTB, CUT, CONTAG, FENATRAD, UNE.

Cont.

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
14	2016	Movimentos Sociais	Articulação internacional de posicionamentos contra o golpe.	Apoio de representações da MMM da América latina e em: Moçambique, EUA, Suíça, Quênia, Argentina, Espanha, Filipinas, México, Mali. Apoio também do Fórum Social Senegalês e do Pólo de Migração e Desenvolvimento de Senegal, Movimentos do Congo, Sindicato de trabalhadores da Índia (CITU). A maioria usou a frase "pela legalidade, contra o machismo e em defesa da democracia".
15	2016	Estado	Cita positivamente Dilma Rousseff. Cita negativamente Michel Temer. Posiciona-se contra o golpe.	Pauta: Defesa da liberdade e da democracia. Golpe de Estado, caráter neoliberal, racista, patriarcal, heteronormativo (composição ministerial: homens velhos e, brancos). Golpe midiático-jurídico. Destaca avanços progressistas realizados no governo do PT. Repressão de atos de protestos. Vê negativamente processo de privatização de empresas estratégicas. Golpe em curso como parte de um projeto maior de ataque da direita conservadora aos governos progressistas da América Latina. Indica da necessidade de aliança com outros movimentos sociais. Conclama militantes da MMM em todo o mundo para manifestar repúdio ao Golpe. Apresentam-se como sujeitos políticos.
16	2016	Partido Político; Movimentos Sociais	Cita negativamente Lula e governo de Dilma e de Temer.	Pauta: defesa indígenas, contra grandes capitalistas. Expõe esquema favorecimento político de José Carlos Bumlai (amigo de Lula) Crítica ao PT 2013 (Dilma) por paralisar estudos sobre demarcações de terras indígenas. Apresentou índices de demarcações mais baixos que o governo Collor. Crítica a continuidade da política de expansão do agronegócio e ataque às terras indígenas.
17	2016	Partido Político; Movimentos Sociais	Cita negativamente PMDB e PT.	Pauta: Defesa dos direitos dos povos originários (indígenas). Cita processo de criminalização dos movimentos sociais de esquerda, especialmente MST. Expõe esquema de corrupção de liderança petista
18	2016	Estado; Movimentos Sociais	Renúncia de Conselho Nacional de Direitos das Mulheres em virtude do Golpe (Governo Federal).	Pauta: Defesa da democracia, dos direitos sociais e para as mulheres, pela igualdade racial, contra criminalização dos movimentos sociais. Governo Temer - golpista, ilegítimo - programa ultraliberal, coalizão (articulação por meio de pastas dos ministérios) com partidos golpistas. Golpe de caráter parlamentar-jurídico-midiático que configura ataque às instituições democráticas.

Cont.

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
19	2016	Partido Político; Movimentos Sociais	Nota assinada por PT, Consulta Popular, AMB, MST e outros movimentos sociais.	Estruturação da sociedade: exploração-dominação da mulher. Sistema patriarcal - racista - capitalista e LGBfóbico. Nota assinada por diferentes coletivos feministas e movimentos sociais: AMB, MST, Levante Popular da Juventude, instância estadual do PT e da CUT, Consulta Popular, entre outros.
20	2017	Partido Político	Cita Negativamente: Fernando Holliday (DEM). Cita positivamente: Juliana Cardoso (PT); Lindberg Farias (PT). Nota assinada por órgãos do PT e PCdoB, diversos movimentos sociais, CUT.	Coloca-se como um movimento internacional, de luta antissistêmica (contra o machismo, racismo, patriarcado e capitalismo). Apoio a representantes eleitos do PT. Repúdio à ação do MBL (representante parlamentar Fernando Holiday - DEM; movimento ultraconservador). Além do MMM, assinam a nota: movimentos de moradia, CMP, Levante Popular da Juventude, instâncias municipais do PT e PCdoB, instâncias estadual e nacional da CUT, entre outros.
21	2017	Estado; Partido Político	Repúdio à Prefeitura de Cachoeirinha/RS, cita negativamente prefeito e PSB.	Pauta: defesa de direitos sociais e trabalhistas, direito à terra, contra neoliberalismo Crítica à truculência e expressão de misoginia da polícia em ação contra as professoras e servidoras (protestavam contra medidas da prefeitura governada pelo PSB). Convida os diferentes sujeitos políticos para assinarem a nota pública em solidariedade à luta.
22	2017	Estado; Partido Político	Cita negativamente Governo Michel Temer e bancada BBB; cita positivamente PSOL.	Pauta: Defesa da legalização do aborto, direitos sexuais e reprodutivos. Consulta ADPF 442 proposta pelo PSOL e Instituto Anis (descriminalização do aborto até 12 semanas). Golpe - Temer caráter misógino, alinhado ao conservadorismo e àqueles que defendem o armamento, ameaçam o direito dos indígenas e trabalhadores (privatização). Classe trabalhadora com recorte de sexo, raça e renda (pobre).
23	2017	Estado; Partido Político	Oposição a Projeto de Lei estadual; Cita negativamente PDT, PSC, PMDB, PSB. Faz referência à "Bancada BBB".	Pauta: defesa do aborto legal, contra PL 1.465/2013 proposto por deputada do PDT que fortalece o conservadorismo. PDT articulação com bancada BBB (representantes do PSC e PMDB).

Cont.

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
24	2017	Estado; Movimentos Sociais	Ação por manutenção de política pública (Programa Mulher Viver sem Violência); Negociação com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres; Articulação com movimentos sociais: CMP, UMM, MAB, UNAS, MST.	Pauta imediata: defesa da Casa da Mulher, participação dos movimentos sociais no processo de revitalização. Pauta permanente: luta por recursos financeiros para manter o projeto e capacitação de funcionárias. Articulação de vários movimentos sociais. Forma de luta: ocupação equipamento público (Casa da Mulher Brasileira); conversas com mulheres da comunidade chamadas a participar das atividades de ocupação. Sado da luta: duas reuniões com representantes do poder público municipal e nacional. Preocupação com o uso do equipamento para fins eleitoreiros.
25	2017	Estado	Repúdio ao conservadorismo no parlamento.	Pauta: defesa dos direitos históricos da classe trabalhadora. Golpe patriarcal. Mulheres como parte da classe trabalhadora e como segmento subalternizado pelos homens. Contra: Projeto Escola Sem Partido, extinção do debate de gênero nas escolas. Visualiza como principais sujeitos desses projetos a bancada religiosa e seus apoiadores, que são todos aqueles que votaram a favor da PEC 55 e pela reforma trabalhista.
26	2018	Movimentos Sociais	Solidariedade ao Levante Popular da Juventude; Frente Brasil Popular.	Pauta: Luta pela democracia. Golpe Temer - Golpe patriarcal e misógino.
27	2018	Partido Político	Cita positivamente PSOL Apoio a Lula	Pauta: Luta pela democracia, contra o capitalismo e o avanço de forças fascistas no Brasil Recorte de sexo (inclusive orientação sexual), raça e classe Reconhecimento de intelectual orgânica feminista do PSOL (Marielle militante feminista, vereadora e anticapitalista) Apoio à luta de trabalhadoras (professoras e servidoras de SP) "Seguiremos reforçando a luta expressa nos atos massivos ocorridos no 8 de março: exigindo democracia pela vida das mulheres" (MMM, doc. 27, 2018)
28	2018	Movimentos Sociais	Apoio ao MST	Pauta: Defesa do direito de acesso à água como bem coletivo, contra privatização Apoio às mulheres do MST. Recorte de sexo e classe.

Cont.

29	2018	Partido Político; Estado	Cita negativamente, PSDB e PMDB e o Governo Temer. Cita positivamente Lula e Marielle.	Pauta: Defesa da democracia radical, dos direitos sociais e trabalhistas, contra propostas fascistas e conservadorismo. Apoio a greve de petroleiros e caminhoneiros. Greves expõe crise política e de gestão da Petrobrás. Golpe - Temer (PMDB em aliança com PSDB). Acionistas X povo. Avanço do neoliberalismo. Discordância em relação a cortes de impostos. Deve haver mudança na tributação (ricos devem pagar mais). Fora PSDB e PMDB, partidos aliados também na privatização. Recorte de sexo, étnico-racial e de classe. Reconhecimento de intelectuais orgânicos do PT e PSOL como sendo da classe em geral (Lula e Marielle vistos como líderes do povo).
----	------	-----------------------------	---	---

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa, com contribuição do sociólogo Vinicius Tomaz. Dados extraídos do site oficial da Marcha Mundial das Mulheres, no Brasil <www.marchamundialdasmulheres.org.br>.

APÊNDICE E Quadro 5a - Conteúdo dos documentos da Articulação das Mulheres Brasileiras

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
01	2014	Estado	Reivindica maior participação política e representação no Estado.	Pauta: representatividade política das mulheres; contra desigualdade sexual. Expõe a sub-representação das mulheres no sistema político, a subalternização das mulheres na administração pública e no poder judiciário onde ocupam cargos de menor hierarquia, com menores salários, a exploração no campo trabalhista onde continuam a receber menos ao ocuparem a mesma função e mesmo nível de escolaridade dos homens, além da sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado, a criminalização das mulheres quanto ao aborto, a subalternização das mulheres nos movimentos sociais, populares e sindical onde os cargos de decisão continuam a ser ocupados por homens.
02	2014	Estado; Movimentos Sociais	Repúdio à revogação da Portaria 415 de 2014 pelo Ministério da Saúde. A nota foi assinada em parceria com movimentos sociais, destaca-se AMB, MMM.	Portaria 415 foi revogada pela portaria 437, ambas no mês de maio de 2014. Medida foi vista como retrocesso na defesa dos direitos das mulheres. Assinam a nota: Frente Nacional contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto, AMB, MMM, UBM, CFEMEA, SOS Corpo, Católicas pelo direito de decidir, CUT, UNE, Ubes, UJS, entre outros.
03	2014	Estado; Movimentos Sociais	Pauta processo eleitoral em conjunto com movimentos, destaca-se AMB, MMM e MMC. Um partido não institucional assina a lista, a Consulta Popular. Nota também reproduzida pelo MMC, doc. 02.	Pauta: reforma política Articulação de diferentes movimentos sociais em torno de uma proposta de plataforma política para eleições de 2014. Esta plataforma traz 22 pontos que defendem uma reforma do sistema político de caráter popular e democrático, a democratização do poder Judiciário, dos meios de comunicação, da educação, programas sociais na área da habitação e transporte público, política agrária baseada na soberania alimentar e produção agroecológica, reforma sanitária, reforma tributária progressiva, mudanças na política econômica voltada para o pleno emprego, desmilitarização da PM, políticas públicas de combate ao machismo, racismo e homofobia e voltadas para juventude, defesa da previdência social e contra as privatizações dos bens e serviços públicos, demarcação de terras indígenas e quilombolas, política externa com foco nos países do sul. Candidaturas expressam projetos distintos para o Brasil. Nota assinada por diversas organizações, entidades e movimentos sociais, como: AMB, MMM, MMC, SOF, ABONG, CUT, Levante Popular da Juventude, MAB, MST, MNDH, MOPS, UNE, entre outros.

Cont.

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
4	2015	Estado	Artigo de opinião sobre atuação dos movimentos sociais no sistema político	<p>Pauta: Reforma do Sistema Político (desde 2004) e ampliação da democracia brasileira com paridade entre homens e mulheres.</p> <p>Autoria de Carmen Silva (SOS Corpo e militante da AMB)</p> <p>Denúncia de problemas envolvendo os espaços de participação social, em especial, os conselhos gestores e as conferências de políticas públicas. Reconhecidos como espaços conquistados pelos movimentos sociais.</p> <p>Indica que a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, uma espécie de frente de movimentos sociais, apresentou em 2007 uma proposta de PL por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa. Demanda que foi assimilada pelos parlamentares de esquerda que criaram uma Frente parlamentar por uma reforma Política com Participação Popular.</p> <p>Lei da Ficha Limpa, um projeto de iniciativa popular que teve apoio da Plataforma.</p> <p>Junho de 2013 traz a tona uma crise de representatividade.</p>
05	2015	Estado	Apoio a candidatura de Vilma Reis (representante da sociedade civil) para a Ouvidoria da Defensoria Pública da Bahia	<p>Pauta: Defesa da democracia</p> <p>Ouvidoria como mecanismo que possibilita articulação entre democracia representativa e participativa.</p> <p>Reconhecimento de Vilma Reis como defensora de direitos humanos da população pobre e negra.</p> <p>Papel da sociedade civil e do Estado.</p>
06	2015	Estado	Artigo de opinião sobre atuação dos movimentos sociais no sistema político.	<p>Pauta: reforma política a partir do viés dos movimentos sociais que visa à ampliação da democracia</p> <p>Autoria Carmen Silva (educadora, militante da AMB, integra o SOS Corpo).</p> <p>Expõe a disputa ideológica em relação à pauta da reforma política.</p>

Cont.

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
07	2015	Estado	Solidariedade a Dilma Rousseff (PT), contra a violência patriarcal.	Pauta: defesa da democracia, contra violência patriarcal. Mulher como ser, sujeito, autônomo. Machismo coloca as mulheres na condição de objetos. Contexto avanço do conservadorismo fundamentalista patriarcal. Lema: Mexeu com uma, mexeu com todas! Nota da AMB e da Articulação Feminista Marcosur. Assinam a nota: Cfemea, SOS Corpo, diversos fóruns, entre outros.
08	2015	Estado	Carta de apelo à Dilma Rousseff, contra o fim da SPM	Pauta: defesa da democracia e em favor das mulheres. Crítica a fusão das SPM, SEPPPIR e SDH em um único ministério. A proposta é tida como um retrocesso, pois, pode secundarizar, invisibilizar e exterminar as poucas políticas para as mulheres existentes. Denúncia de espaços estratégicos para o governo (PT) por partidos "aliados" que utilizam dos cargos sem demonstrar compromisso com os direitos e s políticas públicas. Apresenta uma interpretação sobre a crise. Alternativa à esquerda para enfrentamento da crise. Carta assinada pela Coordenação da Marcha das Margaridas, na qual aparecem: AMB, MMM, UBM, CONTAG, CUT, CTB, entre outros.
09	2015	Estado	Apoio à nota pública assinada pela Abrasco e Cebes contra negociações envolvendo o Ministério da Saúde.	Pauta: defesa do direito à saúde, ao SUS. Crítica ao corte de verbas (financiamento) desde 2015, no governo Dilma (PT).
10	2015	Estado	Nota contra o rebaixamento da SPM, SEPPPIR e SDH.	Pauta: defesa dos direitos, da democracia e da transformação social. Contra rebaixamento das secretarias: SPM, SEPPPIR e SDH com a fusão em um único ministério. Esta proposta é vista como um retrocesso na luta contra as desigualdades de gênero, raça e classe, estruturantes da sociedade brasileira. Fortalece as forças conservadoras que avançam na sociedade e no Estado brasileiro. Alternativa à esquerda para o enfrentamento da crise.
11	2015	Estado	Contra PL 5069 e exigindo afastamento de Eduardo Cunha (PMDB).	Pauta: fim da violência contra as mulheres. Articulação entre MMM, AMB, outros movimentos e coletivos feministas e de mulheres contra o PL 5069 e pelo Fora Cunha.. Recorte de sexo e racial.

Cont.

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
12	2016	Estado	Contra o golpe e em defesa de Dilma Rousseff (PT)	Pauta: Reforma política. Reafirmação da autonomia e do caráter não partidário da organização. Apesar da defesa da legalidade do mandato de Dilma. Golpe de caráter patriarcal e misógino. Denuncia o caráter enviesado da operação Lava-Jato. Expõe a crise de hegemonia. Posiciona-se contra o Golpe, a alternativa de eleições diretas. Indica a necessidade de uma reforma política.
13	2016	Estado; Partido Político	Denuncia golpe de estado no Brasil, cita diretamente PSDB, PSB, PPS e DEM, de forma negativa.	Pauta: defesa da democracia. Golpe, caráter machista. Governo Temer (PMDB) ilegítimo. Coalizão golpista: PMDB, PSDB, PSB, PPS e DEM, setores do STJ e da mídia. Contra a direita e ao avanço de uma agenda regressiva e ultraliberal. Combate à corrupção tido como um aspecto ideológico do golpe. Apoio crítico ao PT. Feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.
14	2017	Estado	Pesar à morte de Marisa Letícia (Esposa de Lula - PT).	Pauta: defesa dos direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas, da população cigana e dos emigrantes. Expõe o ataque à esquerda.
15	2017	Estado	Exige a saída de Temer e a convocação de Eleições Gerais.	Pauta: defesa da democracia participativa e do voto popular, de setores estratégicos, dos direitos trabalhistas e sociais, de terras indígenas, de comunidades quilombolas. Recorte de sexo e classe social. Golpe caráter misógino e racista. Denúncia da orientação ideológica da operação Lava Jato (luta contra corrupção enviesada) Governo ilegítimo, machista, racista, lesbofóbico, transfóbico.
16	2018	Estado	Pesar à morte de Marielle Franco (PSOL).	Pauta: defesa da democracia Reconhecimento de representante partidário do PSOL, Marielle Franco, como liderança feminista e da esquerda.

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa, com contribuição do sociólogo Vinicius Tomaz. Dados extraídos do site oficial da Articulação das Mulheres Brasileiras <www.articulacaodemulheres.org.br>

APÊNDICE F Quadro 6a - Conteúdo dos documentos do Movimento de Mulheres Camponesas

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
01	2014	Partido Político	Homenagem à Plínio de Arruda Sampaio (Psol) no seu falecimento.	Reconhecimento de intelectual orgânico Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), defensor da reforma agrária e da luta popular.
02	2014	Estado; Partido Político; Movimentos Sociais	Conjunto de reivindicações coletivas, de vários movimentos sociais (destacamos: AMB, MMM). Dentre os partidos, apenas a Consulta Popular consta com assinatura. Nota também reproduzida pela AMB, doc 03.	Ver considerações no quadro 2a (AMB), doc. 03
03	2013	Estado	Dilma discursa no I Encontro Nacional do MMC.	Pauta: defesa de um projeto de agricultura camponesa e agroecológico, da vida das mulheres e dos direitos sociais. Tema: "Na sociedade que a gente quer basta de violência contra a mulher" No evento, a dirigente da MMC Rosângela Piovezani Cordeiro fala das dificuldades do contexto para a classe trabalhadora e, especialmente, para as mulheres camponesas. Acordo entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - financiamento de projetos que beneficiam cooperativas e grupos informais de mulheres. Uma jovem camponesa surpreende com sua intervenção repentina para cobrar à residente por educação no campo para atender as crianças e jovens.
04	2013	Estado	Repúdio a eleição de Marco Feliciano (PSC) como Presidente da Comissão de Direitos Humanos.	Carta dos movimentos sociais e organizações que compõem a Via campesina Brasil Eleição do parlamentar do PSL representa retrocesso para a democracia brasileira e ataque aos direitos humanos. Assinam a nota: MMC, MMM, MAB, MST, MPA, CPT, CONAQ, MAM, entre outros.
05	2013	Estado	Carta dos movimentos sociais à Dilma pela reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas, etc. Assim MMC, MST, MAB e outros.	Pauta: defesa da reforma agrária e dos direitos dos povos do campo. Reivindicações em torno de: soberania nacional, reforma agrária, políticas públicas de incentivo ao crédito para agricultura familiar, programas para mulheres e jovens do campo, garantia de direitos dos povos do campo, demarcação de terras indígenas e quilombolas, direitos dos atingidos por barragens, fim do uso de agrotóxicos proibidos em outros países, política pública de controle do desmatamento, proteção dos recursos naturais, reforma política, entre outros. Ressalta convite para uma reunião, feito pela presidenta Dilma aos movimentos sociais do campo. Faz menção às manifestações de rua (Jornadas de Junho) – cobranças por serviços essenciais para melhores condições de vida das massas trabalhadoras e mudanças estruturais. Assinam: CONTAG, FETRAF, Via Campesina, MST, MAB, CONAQ, MAM, entre outros

Cont.

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
06	2013	Estado	Carta à Dilma contra o leilão do pré-sal. Assinam MMC, MMM, AMB e outros. Destaca-se assinatura da Consulta Popular. Cita positivamente Lula.	Pauta: defesa da soberania nacional sobre os recursos naturais. Cita positivamente Lula e Dilma quando ministra considera o modelo adotado pelo PT para regular o setor petrolífero melhor do que o adotado por FHC (PSDB). E faz apelo a Dilma para que a exploração do campo de Libra seja exclusivo da PETROBRAS. Assinam a carta mais de 80 organizações, entre as quais: Consulta Popular, AMB, MMC, MMM, ABONG, CMP, CTB, CGTB, CUT, CPT, CONAN, Levante Popular da Juventude, MAB, MPA, MST, UNE, Via Campesina.
07	2014	Estado; Partido Político	Repúdio às ofensas de Jair Bolsonaro (PP) direcionadas à Maria do Rosário (PT). Também faz menção à Jandira Feghali (PCdoB).	Crítica e denuncia a posição machista e patriarcal do deputado Jair Bolsonaro (PP).
08	2015	Partido Político	Nota de falecimento de duas integrantes da SPM; destaca a trajetória que tiveram no PT e o relacionamento com o MMC	Reconhecimento de representantes do PT como militantes feministas. Indica a importância das lideranças para o fortalecimento da luta das mulheres camponesas e para o MMC.
09	2015	Estado	Reunião com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias (PT)	Representantes da MMC pediram mudanças no PRONAF, ministro indica abertura para ouvir o movimento social.
10	2015	Estado	MMC participa, no Palácio do Planalto, de evento onde Dilma Rousseff sanciona lei que torna o feminicídio crime hediondo.	Sanção da Lei do feminicídio, vista como conquista para a luta das mulheres. Ressalta a fala de Dilma (PT) que condenou violência contra mulheres, negros e população LGBT. Programa e projetos sociais com recorte de sexo.
11	2015	Estado	Manifestação em frente ao Ministério da Agricultura, como parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Trabalhadoras.	Lema: "Por Soberania Alimentar, contra a Violência e o Agronegócio" Crítica ao agronegócio.
12	2016	Estado	Contrariedade e denúncia ao processo de Impeachment de Dilma (PT)	Pauta: defesa da democracia e da vida e direitos das mulheres e da classe trabalhadora. Criminalização e repressão das lutas sociais. Fora Temer. Golpe como processo articulado por forças neoliberais, meios de comunicação (especialmente Rede Globo) e ofensiva conservadora. Ataque à classe trabalhadora e a Dilma por ser mulher. MMC compõe a Frente Brasil Popular pelo Fora Temer.
13	?	Estado	Realização de reuniões com Ministros Miguel Rosseto (PT) e Patrus Ananias (PT).	Pauta: defesa dos direitos. MMC realizou audiências com o Ministro da Previdência Social e também com o Ministro do Desenvolvimento agrário durante o governo de Dilma. Foi entregue uma Carta à Dilma.

Cont.

Nº Doc.	Ano	Palavras-Chaves	Descrição	Conteúdo
14	?	Estado	Carta à Dilma que pede que não se realizem alterações na previdência social	Pauta: defesa dos direitos social, da previdência social. Crítica ao governo Dilma (PT). Contexto de avanço de uma onda conservadora. Alternativa para arrecadação sem cortar verbas das políticas sociais.
15	2017	Partido Político	Solidariedade à Lula (PT) na ocasião do falecimento de Marisa Letícia	Reconhecimento de Marisa pelo acolhimento a militantes e trabalhadores.
16	2017	Estado; Movimentos Sociais	Jornada de lutas do 8 de março (06 a 15/03) contra a reforma da previdência e pelo Fora Temer.	Pauta: defesa dos direitos sociais, contra a reforma da previdência (PEC 287/2016) Luta da classe trabalhadora. Formas de lutas usadas: marchas estaduais e regionais, atos de rua, ocupação de prédios públicos, audiências públicas, seminários, palestras e debates.
17	2017	Estado; Movimentos Sociais	Carta contra a Reforma da Previdência em conjunto com MMC, MMM, AMB, MST e outros movimentos.	Pauta: defesa dos direitos sociais. Contexto: aprofundamento do Golpe e de avanço do conservadorismo, com expressões misóginas, LGBTfóbica e racistas. Golpe parlamentar jurídico midiático. Assinam: MMC, AMB, MMM, CONTAG, FENATRAD, Levante Popular da Juventude, MAB, MPA, MST, entre outros. Convocação para construção da agenda de lutas pelo 8 de Março, como um dos pontos destaca a articulação com partidos de esquerda e outros movimentos sociais.
18	2017	Estado; Movimentos Sociais	Ação contra a reforma da previdência em conjunto com MPA e MTD.	Pauta: defesa dos direitos sociais, contra a reforma da previdência. Luta da classe trabalhadora.
19	2018	Estado; Partido Político	Solidariedade à Lula, em defesa do direito em candidatar-se às eleições presidenciais.	Pauta: defesa da democracia, contra o ajuste fiscal implementado depois do Golpe e as ameaças de intervenção militar. Golpe parlamentar-jurídico-midiático. Prisão de Lula como nova face do Golpe de 2016 contra a democracia. Defesa de Lula e de Dilma. MMC compõe a Frente Brasil Popular (PT, PCdoB, CUT, MST, UNE).

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa, com contribuição do sociólogo Vinicius Tomaz. Dados extraídos do site oficial Movimento de Mulheres Camponesas <www.mmcbrasil.com.br>

APÊNDICE G Quadro 6a - Assinaturas em documentos publicados pela MMM

Nº Doc., ano	Assinaturas
01, 2011	<p><u>Nota coletiva</u> Marcha Mundial das Mulheres (MMM) Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) Barão de Itararé São Paulo Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) Central Única dos Trabalhadores (CUT) Fora do Eixo Levante Popular da Juventude Liga do Funk Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) União Brasileira de Mulheres (UBM) União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) União da Juventude Socialista (UJS) União de Negros pela Liberdade (Unegro) União Nacional dos Estudantes (UNE)</p>
03, 2015	<p><u>Nota da Marcha das Margaridas</u> MMM – Marcha Mundial Das Mulheres AMB – Articulação De Mulheres Brasileiras CNS – Conselho Nacional Das Populações Extrativistas CONTAG – Confederação Nacional Dos Trabalhadores Rurais Na Agricultura CTB – Confederação De Trabalhadores E Trabalhadoras Do Brasil CUT – Central Única Dos Trabalhadores GT de Mulheres da ANA – Articulação Nacional De Agroecologia MAMA – Movimento Articulado De Mulheres Da Amazônia MIQCB – Movimento Interestadual De Mulheres Quebradeiras De Coco Babaçu MMTR-NE – Movimento De Mulheres Trabalhadoras Rurais Do Nordeste UBM – União Brasileira De Mulheres UNICAFES – União Nacional De Cooperativas De Agricultura Familiar E Economia Solidária</p>

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
04, 2015	<p data-bbox="517 296 2085 327"><u>Nota do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração</u></p> <p data-bbox="517 331 2085 362">Marcha Mundial das Mulheres</p> <p data-bbox="517 367 2085 397">Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade – AFES</p> <p data-bbox="517 402 2085 432">Articulação Antinuclear Brasileira</p> <p data-bbox="517 437 2085 467">Articulação da Bacia do Rio Santo Antônio</p> <p data-bbox="517 472 2085 502">Articulação dos Atingidos pela Mineração do Norte de Minas – MG</p> <p data-bbox="517 507 2085 537">Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB</p> <p data-bbox="517 542 2085 572">Ame a Verdade</p> <p data-bbox="517 577 2085 608">Associação Alternativa Terrazul</p> <p data-bbox="517 612 2085 643">Associação Brasileira de Reforma Agrária</p> <p data-bbox="517 647 2085 678">Associação Para a Recuperação e Conservação Ambiental – ARCA</p> <p data-bbox="517 683 2085 713">Associação de Conservação Ambiental Orgânica (ACAO)</p> <p data-bbox="517 718 2085 748">Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – AMAR</p> <p data-bbox="517 753 2085 783">Associação de Proteção ao Meio Ambiente – APROMAC</p> <p data-bbox="517 788 2085 818">Associação de Saúde Ambiental – TOXISPHERA</p> <p data-bbox="517 823 2085 853">Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida – (APREMAVI – SC)</p> <p data-bbox="517 858 2085 888">Associação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de Belo Vale (APHAA-BV)</p> <p data-bbox="517 893 2085 924">Associação PRIMO – Primatas da Montanha</p> <p data-bbox="517 928 2085 959">Brasil Pelas Florestas</p> <p data-bbox="517 963 2085 994">Brigadas Populares</p> <p data-bbox="517 999 2085 1029">Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de MG</p> <p data-bbox="517 1034 2085 1064">CEPASP – PA</p> <p data-bbox="517 1069 2085 1099">Cáritas Diocesana de Sobral – CE</p> <p data-bbox="517 1104 2085 1134">Comissão Pró-Índio de São Paulo</p> <p data-bbox="517 1139 2085 1169">Comissão Paroquial do Meio Ambiente (CPMA)</p> <p data-bbox="517 1174 2085 1204">Cantos do Mundo</p> <p data-bbox="517 1209 2085 1240">Consulta Popular</p> <p data-bbox="517 1244 2085 1275">Conselho Indigenista Missionário – CIMI</p> <p data-bbox="517 1279 2085 1310">Coordenação Nacional das Comunidades</p> <p data-bbox="517 1315 2085 1345">Coletivo Margarida Alves</p> <p data-bbox="517 1350 2085 1380">Quilombolas – CONAQ</p> <p data-bbox="517 1385 2085 1415">Comissão Paroquial de Meio Ambiente – CPMA Caetité/Ba.</p> <p data-bbox="517 1420 2085 1450">Campanha contra o Mineroduto da Ferrous</p> <p data-bbox="517 1455 2085 1485">Central Única dos Trabalhadores – CUT</p> <p data-bbox="517 1490 2085 1520">Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI</p> <p data-bbox="517 1525 2085 1556">CSP-Conlutas</p>

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
04, 2015	Comissão Pastoral da Terra – CPT Conselho Pastoral dos Pescadores Evangélicos Pela Justiça FASE Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente – FBOMS Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social Frente de Luta pelos Direitos Humanos Fórum Carajás Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA/UFMT Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá) Greenpeace Hutukara Associação Yanomami (HAY) Instituto Caracol – iC Instituto Socioambiental – ISA Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social – Ibeids Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS Justiça nos Trilhos – JnT Juventude Atingida pela Mineração – PA e MA Juventude Franciscana do Brasil – JUFRA Justiça Global Justiça Ambiental Dos Atingidos Projeto Minas-Rio Levante Popular da Juventude Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM) Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela Movimento Xô Mineradoras Movimento Águas e Serras de Casa Branca, Brumadinho, MG. Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça e Cidadania Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté – MACACA (Caeté/MG) Marcha Mundial das Mulheres

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
04, 2015	Metabase Inconfidentes Modernidade e Meio Ambiente da UFMA (GEDMMA) Movimento Pela Moralidade Pública e Cidadania – Ong Moral Mt Nos Ambiente Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU Pastoral da Juventude Rural – GO Paz e Ecologia Pedra no Sapato Pastorais Sociais da CNBB Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Européias e Parceiros Brasileiros – PAD Rede de Articulação – REAJA Rede Brasileira de Justiça Ambiental Rede Cearense de Juventude pelo Meio Ambiente – RECEJUMA Rede Axé Dudu Rede Brasileira de Ecosocialistas Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental – REMTEA Rede Causa Comum Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia – SINFRAJUPE Serviço SVD de JUPIC Sindiquímica – PR Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Simonésia – MG Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha – MG Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Xapuri – Acre Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás – PA Sindicato Unificado da Orla Portuária – SUPORT ES Serviço Interfranciscano de Ecologia e Solidariedade – SINFRAJUPE Sindicato Metabase Inconfidentes SOS Serra da Piedade (MG) VIVAT International
06, 2015	<u>Nota Coletiva</u> Marcha Mundial das Mulheres Abaça Ogum de Ronda / SE AFROUNEB – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros / UNEB – Santo Antonio Agentes de Pastoral Negros – APN'S Alteritas: diferença, arte e educação / MG

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
06, 2015	<p>Articulação de Mulheres de Asé IYagba / RN Articulação Popular e Sindical de Mulheres Negras de São Paulo – APSMNSP Associação Afro Cultural de Matriz Africana São Jerônimo /BA Associação Afro religiosa e Cultural Ilê Iyaba Omi – ACIYOMI /PA Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombola do Maranhão – ACONERUQ Associação Cultural Afro-brasileira de Oxaguiã / PA Associação de Defesa Ambiental COROPOS / RJ Associação de Educadores da USP – AEUSP Associação de Mulheres Negras Aqualtune / RJ Associação de Mulheres Negras Chica da Silva / MG Associação de Mulheres ODUM-AMO / SP Associação Nacional das Baianas de Acarajé / BA Associação dos Pesquisadores Negros da Bahia Associação Pró Moradia e Educação dos Empregados e Aposentados dos Correios – AME Associação de Sambistas e Comunidades de Terreiro de Samba do Estado de São Paulo – ASTECSP Batuque Afro Brasileiro de Nelson da Silva / MG Bocada Forte Hip Hop / SP Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT / SP Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afrobrasileira – CENARAB Centro dos Estudantes de Santos e Região Metropolitana da Baixada Santista – CES Centro de Estudos e Referência da Cultura Afro-Brasileira – CERNEGRO / AC Cia de Teatro é Tudo Cena / RJ CIR – Comissão de Igualdade Racial da OAB/RJ Clube de Mães de Ilha de Mare – BA Coletivo de Empreendedoras Negras Makena / SP Coletivo de Entidades Negras – CEN Coletivo de Estudante Negro do Mackenzie – AFROMACK / SP Coletivo Feminista Baré do Amazonas Coletivo Hip Hop Feminino Maria Amazonas Coletivo Mulheres Encrespa de MG Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER Coletivo Quilombaço / SP Comissão de Jornalistas Pela Igualdade Racial – COJIRA/SP Comissão Nacional dos Pontos de Cultura – GT Gênero</p>

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
06, 2015	Comitê Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM Confederação Nacional Quilombola – CONFAQ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino – CONTEE Conselho Afro-brasileiro de São José do Rio Preto – SP Conselho Estadual de Mulheres de Goiás – CONEM Cooperativa de Mulheres Flor do Mangue de Salvador / BA Coordenação Estadual de Quilombos Zacimba Gaba / ES Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN DCE Zumbi dos Palmares /SP E'léékò: Gênero e Cidadania / RJ Federação Árabe Palestina do Brasil – FEPAL Federação das Associações Comunitárias e Entidades do Estado de São Paulo – FACESP Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro – FAFERJ Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme – FENAFAL Diretoria Racial da Federação Nacional dos Trabalhadores de Metrô e Metrô Ferroviário – FENAMETRO Fórum de Entidades Negras do Maranhão Fórum de Juventude Negra do Amazonas Fórum de Matriz Africana do Município de Cariacica / ES Fórum Mineiro de Entidades Negras – FOMENE Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJU Fórum Nacional de Mulheres Negras – FNMN Fórum Permanente Afrodescendente do Amazonas – FOPAAM Fórum Sergipano das Religiões de Matriz Africana GERA – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Formação de Professores da UFPA Grêmio Recreativo Escola de Samba Ipixuna do Amazonas Grupo de Cultura Afro AFOXÁ / PI Grupo Cultural Adimó / PI Grupo de Estudos Afro-Amazônico (NEAB) UFPA Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e Educação – GEABE/FATEC / RJ Grupo de Estudos e Pesquisas em políticas públicas, história e educação das relações raciais e de gênero da UNB Grupo Mais Mulheres no Poder / MG Ilê Axé Elegbara Barakitundegy Bamine Ilê Axé Olorum Funmi / SC

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
06, 2015	<p>Ile Jena Delewa – BA Ile Ofá Odé – BA Ilu Oba De Min Educação, Cultura e Arte Negra /SP Instituto AMMA Psique e Negritude / SP Instituto Brasileiro da Diversidade – IBD Instituto Cultural Afro Mutalembê – Amazonas Instituto Centro Educacional e Cultura Nina Souza – CENS / AP Instituto Ganga Zumba Instituto Luiz Gama / SP Instituto Mocambo /AP Instituto Nangetu de Tradição Afro-religiosa e Desenvolvimento Social de Belém Instituto Padre Batista / SP Instituto Palmares de Promoção da Igualdade / BA Instituto Pérola Negra do Rio de Janeiro Instituto Pretos Novos / RJ Irmandade Santa Bárbara / SE Kwè Cejá Gbé / RJ Levante Popular da Juventude Liga Brasileira de Lésbicas Liga Nacional Panela de Expressão – ES Liga Oficial dos Blocos Afros e Escolas de Samba de Sergipe Movimento Internacional da Paz – MINPA Movimento de Luta por Terra – MLT Movimento Negro Unificado – MNU Movimento Sem Terra – MST Nação Hip Hop Brasil N Ativa / AC Núcleo de Debates de Diversidades e Identidades de MG Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do CEFET – RJ Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da FURB Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da FURG Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da IFPA Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAF – UFT Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEL</p>

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
06, 2015	<p>Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEMG Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros UFMA Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFOP Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPI Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFRPE Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFSB Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFTO Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPR Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UNB Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UNICENTRO Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas: NEABI – UFPB Núcleo de Estudos Sobre Educação, Gênero, Raça e Alteridade (NEGRA) da UNEMAT Núcleo Vida e Cuidado (NUVIC): estudos sobre violência Observatório da Mulher Observatório da Políticas de Democratização de Acesso e Permanência na Educação Superior da UFRRJ Organização Cultural Remanescentes de Tia Ciata / RJ Organização de Economia Solidária – OPES Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP Quilombação – Coletivo de Ativistas Antirracistas / SP Rede Nacional Afro LGBT Rede Amazônia Negra – RAN Rede Amazônica de Tradições de Matriz Africana – REATA Rede Aruanda Mundi Rede de Jovens do Nordeste – RJNE Rede Mulher e Mídia Rede Nacional Lai Lai Apejo – Saúde da População Negra e AIDS Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde – RENAFRO Rede Nacional das Religiões de Matriz Africana – Núcleo Sergipe Rede Sapatá – Promoção de Saúde e Controle Social de Políticas Públicas para Lésbicas e Bissexuais Negras Secretaria Nacional de Combate ao Racismo da CUT – SNCR/CUT Secretaria Nacional de Igualdade Racial da CTB Secretaria Nacional de Mulheres da CTB Setorial de Combate ao Racismo da Central de Movimentos Populares – CMP Sindicato dos Trabalhadores dos Correios da Grande São Paulo, Sorocaba e Região – SINTECT/SP União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES União Brasileira de Mulheres – UBM</p>

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
06, 2015	União das Comunidades Tradicionais Afro-amazônicas – UNIMAZ União das Escolas de Asmba Paulistana – UESP União de Mulheres de São Paulo União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Santos – UMES Santos União Nacional dos Estudantes – UNE União de Negros Pela Igualdade – UNEGRO Visão Mundial Yle Ase Obe Fara BARAHUMERJIONAN / SE Personalidades Dexter (Marcos Fernandes de Omena) – Rapper GOG (Genival Oliveira Gonçalves) – Rapper e poeta Hélio Santos – Professor universitário (Visconde de Cairu – Salvador) Leci Brandão – Deputada Estadual (PCdoB) e cantora Valter Silvério – Professor universitário (UFSCAR)
07, 2015	<u>Nota Coletiva</u> Marcha Mundial das Mulheres Anis – Instituto de Bioética Articulação de Mulheres Brasileiras Camtra – Casa da Mulher Trabalhadora Católicas pelo Direito de Decidir Casa da Mulher Catarina Central Única dos Trabalhadores – CUT CFEMEA CLADEM Brasil Consulta Popular Grupo Curumim – Brasil Fórum de Mulheres do DF Liga Brasileira de Lésbicas Movimento Estratégico pelo Estado Laico Rede Feminista de Saúde REF – Rede economia e feminismo SOF – Sempre viva organização feminista União Brasileira de Mulheres

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
10, 2016	<p data-bbox="521 300 1417 323"><u>Nota da Marcha Mundial das Mulheres em parceria com outros movimentos sociais</u></p> <p data-bbox="521 331 958 480"> Marcha Mundial das Mulheres Coletivo Feminino Plural Rede Feminista de Saúde/RS Secretaria de Mulheres do PT/RS Deputada Estadual Stela Farias – PT/RS </p>
13, 2016	<p data-bbox="521 486 1753 510"><u>Nota do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM, gestão 2014-2017), representantes da sociedade civil:</u></p> <p data-bbox="521 518 1518 1335"> Marcha Mundial das Mulheres Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) Fórum de Mulheres do MERCOSUL (FMM) Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN) Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC) Parto do Princípio – Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa Rede Mulher e Mídia (RMM) Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RNFS) União Brasileira de Mulheres (UBM) União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) Central Única dos Trabalhadores (CUT) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD) União Nacional dos Estudantes (UNE) Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ) Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) BPW Brasil – Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil Rede Economia e Feminismo (REF) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) Conselho Federal de Psicologia (CFP) </p>

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
14, 2016	<u>Nota da MMM,</u> Núcleos da MMM de diferentes países Aliança Global Popular de Justiça
Cont.Nº Doc., ano	Assinaturas
16, 2016	<u>Marcha Mundial das Mulheres</u> CIMI Conselho Indigenista Missionário
18, 2016	<u>Nota das Representantes Conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher</u> Marcha Mundial das Mulheres Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB Rede Mulher e Mídia – RMM Rede Economia e Feminismo -REF Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB
19, 2016	<u>Nota da Marcha Mundial das Mulheres</u> Coletivo Feminista Diadorim Coletivo Marcha das Vadias Recife (MVDR) Fórum de Mulheres Pernambuco(FMPE) Articulação das Mulheres Brasileira (AMB) Levante Popular da Juventude (LPJ) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Pastoral da Juventude Rural (PJR) Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares Secretaria Estadual de Mulheres do PT Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT/PE Consulta Popular
20, 2017	<u>Nota da Marcha Mundial das Mulheres</u> Associação dos Movimentos da Moradia da Região Sudeste Central de Movimentos Populares – CMP CIM (Centro de Informação da Mulher) Coordenação – Promotoras Legais Populares Companhia Paulista de Dança Joice Berth – Arquiteta e Urbanista Levante Popular da Juventude MDM (Movimento Direito a Moradia) Núcleo de Estudos do Capital – PT (NEC-PT) Observatório da Mulher Sec. Municipal de Mulheres do PT

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
	Sec. de Mulheres Municipal do PC do B
20, 2017	Sec. Estadual de Mulheres da CUT Sec. Nacional de Mulheres da CUT UBM – União Brasileira de Mulheres da Capital de São Paulo União de Mulheres de São Paulo União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior Marcha Mundial das Mulheres

APÊNDICE H Quadro 6b – Assinaturas em documentos publicados pela AMB

Nº Doc., ano	Assinaturas
02, 2014	<p><u>Nota coletiva</u></p> <p>Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero</p> <p>Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)</p> <p>Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)</p> <p>Casa da Mulher Catarina</p> <p>Católicas pelo Direito de Decidir (CDD)</p> <p>Central Única dos Trabalhadores (CUT)</p> <p>Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas (CEMICAMP)</p> <p>CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação</p> <p>CFEMEA Centro Feminista de Estudos e Assessoria</p> <p>CLADEM – Comitê Latinoamericano e Caribenho em Defesa dos Direitos da Mulher</p> <p>Cunhã Coletivo Feminista</p> <p>Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO)</p> <p>Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto</p> <p>Global Doctors for Choice – Brasil</p> <p>Grupo Curumim Gestação e Parto</p> <p>Marcha Mundial das Mulheres</p> <p>MEEL – Movimento Estratégico pelo Estado Laico</p> <p>Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba</p> <p>Rede Iluminar Campinas</p> <p>Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos</p> <p>SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia</p> <p>Superando Barreiras Campinas</p> <p>Ubes – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas</p> <p>UJS – União da Juventude Socialista</p> <p>UNE – União Nacional dos Estudantes</p> <p>União Brasileira de Mulheres (UBM)</p>
03, 2014	<p><u>Nota coletiva</u></p> <p>Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB</p> <p>Articulação dos Movimentos Sociais pela ALBA.</p> <p>Articulação popular e sindical de mulheres negras de São Paulo. APSMNSP</p> <p>Associação Brasileira de agroecologia- ABA</p> <p>Associação Brasileira de ONG’S – ABONG</p> <p>Associação de estudos, orientação e assistência rural – ASSESOAR</p> <p>Associação de Moradores do Bairro Parque Residencial Universitário – AMPAR – Cuiabá</p> <p>Associação de Mulheres Solidárias Criativas – AMSC</p>

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
03, 2014	Central de Movimentos Populares do Brasil- CMP-BR Central Única dos Trabalhadores- CUT Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias do Ceará -CEPAC Coletivo de Consumo Rural Urbano de Osasco e Região – CCRU-O.R Coletivo de Mulheres e PLS's – Casa Lilás – Pernambuco Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB Consulta Popular Coordenação Nacional de Entidades Negras-CONEN Corrige o nome do MMC por favor, é Movimento de Mulheres Camponesas. Diocese Anglicana de Esmeraldas – MG Educafro Escola de governo – São Paulo Escola de Participação Popular e Saúde Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil-FEAB Federação Paranaense de Entidades ambientalistas – FEPAM Fora do Eixo Fórum de reforma urbana em Alagoas Fórum do movimento ambientalista – BRASIL Fórum do movimento ambientalista de Minas Gerais Fórum do movimento ambientalista de Santa Catarina Fórum do movimento ambientalista do Paraná Fórum do movimento ambientalista do Rio Grande do Sul Fundação Campo Cidade e Coletivo de Bombeiros Civil do Estado de São Paulo- FCC Instituto De Estudos socioeconômicos- INESC Instituto Democracia Popular – Curitiba – PR Levante Popular da Juventude Marcha Mundial das Mulheres Movimento Camponês Popular- MCP Movimento das Comunidades Populares Movimento das Mulheres Camponesas-MMC Movimento de ação e identidade socialista – MAIS Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo-MTC Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra- MST Movimento Ibiapabano de Mulheres – MIM (Ceará)

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
03, 2014	Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) Movimento Nacional de Rádios Comunitárias Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração – MAM Movimento pela soberania Popular sobre a mineração- MAM Movimento Popular de Saúde – MOPS Movimento Quilombola de Sergipe Movimento Reforma Já Organização Cultural e Ambiental – OCA – Hortolândia – SP Plataforma dos Movimentos sociais pela reforma do Sistema Político Pólis Rede Economia Feminismo – REF Rede Fale Sempreviva Organização Feminista – SOF Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias Sindicato dos Produtores Orgânicos e Familiares do Paraná – SINDIORGÂNICOS Sindicato dos Psicólogos de São Paulo – SinPsi Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Sumaré e Região – SINTRAF Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco – SINTEPE Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima (SINTER). Sindicato Unificado dos Petroleiros do estado de São Paulo – SINDIPETRO UNEAFRO União Nacional dos Estudantes- UNE
07, 2015	<u>Nota da AMB e da Articulação Feminista Marcosul.</u> Além das instâncias estaduais da AMB, assinam: Articulação Brasileira de Mulheres Articulação Feminista Marcosul Casa da Mulher do Nordeste Cfemea – Centro Feminista de estudos e assessoria – Brasília Coletivo Alumiá: Gênero e Cidadania – Mauá – SP Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz – RN Cunha Coletivo Feminista – João Pessoa -PB Fórum Cearense de Mulheres Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – FMAP Fórum de Mulheres de Lauro de Freitas (BA) Fórum de Mulheres de Manaus Fórum de Mulheres de Mato Grosso Fórum de Mulheres de Pernambuco

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
07, 2015	Fórum de Mulheres de Santa Catarina Fórum de Mulheres de Sergipe Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Entorno Fórum de Mulheres do Espírito Santo Fórum de Mulheres do Tocantins Fórum de Promoção da Igualdade Racial Benedita da Silva Fórum Estadual de Mulheres do Piauí Fórum Estadual de Mulheres do Rio Grande do Norte Fórum Estadual de Mulheres Maranhenses Fórum Goiano de Mulheres Grupo Curumim Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – MAMA Movimento e Articulação de Mulheres do Estado do Pará – MAMEP Núcleo de Mulheres de Roraima Observatório de Mídia da UFPE – Gênero, Democracia e Direitos Humanos Promotoras Legais Populares de Diadema Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia União de Mulheres de São Paulo
08, 2015	<u>Nota da Coordenação da Marcha das Margaridas</u> AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil CUT – Central Única dos Trabalhadores GT Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu MMM – Marcha Mundial das Mulheres MMTR-NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste UBM – União Brasileira de Mulheres UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
09, 2015	<u>Nota das organizações abaixo, não foi assinada pela AMB, apenas publicada</u> Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco Centro Brasileiro de Estudos da Saúde – Cebes

APÊNDICE I Tabela 6c – Assinaturas em documentos publicados pelo MMC

Nº Doc., ano	Assinaturas
04, 2013	<p><u>Nota da Via Campesina</u> ABEEF – Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal ADERE – Articulação dos Empregados Rurais de Minas Gerais APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil CIMI – Conselho Indigenista Missionário CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas CPT – Comissão Pastoral da Terra ENEBio – Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia FEAB – Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens MAM – Movimento dos Atingidos pela Mineração MMC – Movimento de Mulheres Camponesas MMM - Marcha Mundial das Mulheres MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra PJR – Pastoral da Juventude Rural SINPAF - Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário</p>
05, 2013	<p><u>Nota coletiva</u> Articulação das entidades do semi-arido (nordestino) ASA Articulação dos povos indígenas do Brasil- APIB Articulação nacional de agroecologia- ANA Associação brasileira de estudantes de engenharia Florestal-ABEEF Associação brasileira de reforma agrária- ABRA Associação dos assalariados rurais de Minas Gerais- ADERE Conselho Missionario indigenista-CIMI CONTAG, confederação nacional dos trabalhadores na agricultura Coordenação nacional das comunidades Quilombolas- CONAQ Encontro nacional de estudantes de Biologia- ENEBIO Federação estudantes de agronomia do Brasil- FEAB Federação nacional dos agricultores Familiares-FETRAF Movimento das mulheres camponesas- MMC Movimento dos atingidos por Barragens-MAB Movimento dos camponeses Popualr- MCP Movimento dos pescadores e pescadoras do Brasil- MPP Movimento dos trabalhadores rurais sem terra-MST</p>

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
	Movimento nacional pela soberania popular sobre mineração-MAM
05, 2013	Pastoral da Juventude Rural-PJR Via Campesina Brasil
06, 2013	<u>Nota coletiva</u> Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais (ADERE) Assembleia Popular Assembleia Popular - Osasco Assembleia Popular - Paraíba Associação Brasileira de ONG's (ABONG) Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) Associação Comunitária de Construção das Mulheres de Itaquera IV Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) Associação Nacional de Pós Graduandos (ANPG) Central de Movimentos Populares (CMP) Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) Central Única dos Trabalhadores (CUT) Clube de Engenharia do Brasil Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER Coletivo Quilombo Comissão Pastoral da Terra (CPT) Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB) Consulta Popular Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS- PR) Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) Coordenação Nacional de Articulação das Entidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) Entidade Nacional de Estudantes de Biologia (ENEBIO) Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo (FTIUESP) Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE) Federação Nacional dos Urbanitários (FNU)

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
	Federação Única dos Petroleiros (FUP)
06, 2013	<p>Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) Frente de Lutas de Juiz de Fora Grito dos Excluídos Jubileu Sul Juventude Revolução Levante Popular da Juventude Marcha Mundial das Mulheres Movimento Camponês Popular (MCP) Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE) Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Movimento Nacional pela Soberania Popular frente a Mineração(MAM) Movimento Reforma Já Pastoral da Juventude Rural (PJR) Pastoral Da Moradia Pastoral Do Migrante Pastoral Fé e Política de Jundiá Pastoral Fé e Política de Salto – SP Pastoral Fé e Política de Várzea Paulista - SP Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política Plataforma Operária e Camponesa para Energia Rede Ecumênica da Juventude (REJU) Rede Fale Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP -CE) Sindicato dos Advogados de São Paulo (SASP – SP) Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo (SINERGIA –SP) Sindicato dos Engenheiros (SENGE – PR) Sindicato dos Petroleiros da Indústria do Petróleo de Pernambuco e Paraíba. Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (Sindipetro Caxias)</p>

Cont.

Nº Doc., ano	Assinaturas
	Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais (Sindipetro MG) Sindicato dos Petroleiros do Ceará e Piauí
06, 2013	Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo (Sindipetro ES) Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro (SINDIPETRO RJ) Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro NF) Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande (Sindipetro/RG) Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte (SINDIPETRO RN) Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul (SINDIPETRO RS) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (SINDIBEL – MG) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba (SISMUC – PR) Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (SINTAEMA – SP) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas do Estado do Paraná. Sindicato Unificado dos Petroleiros da Bahia (SINDIPETRO BA) Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo (SINDIPETRO – SP) Sindicato Unificado dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina (SINDIPETRO PRSC) Sindicatos dos Eletricitários de Minas Gerais (SINDIELETRO/MG) Sindicatos dos Eletricitários de Santa Catarina (SINERGIA/SC) Sindicatos dos Eletricitários do Distrito Federal (STIU/DF) União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) União Nacional dos Estudantes (UNE) Via Campesina – Brasil
17, 2017	<u>Nota coletiva</u> Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB CONAQ Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares -- CONTAG Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD Levante Popular da Juventude - LPJ Marcha Mundial de Mulheres – MMM Movimento Camponês Popular – MCP Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM

APÊNDICE J Outros documentos da MMM, AMB e MMC referenciados.

Movimento	Nº Doc.	Nome do documento	Link
MMM	30	Mulheres em Marcha	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/
MMM	31	Quem somos?	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/quem-somos/
MMM	32	Autonomia Econômica das Mulheres	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/autonomia-economica-das-mulheres/
MMM	33	Bem comum e serviços públicos	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/bem-comum-e-servicos-publicos/
MMM	34	Paz e desmilitarização	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/paz-e-desmilitarizacao/
MMM	35	Fim da violência contra as mulheres	http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/
AMB	17	História	http://www.articulacaodemulheres.org.br/historia/
AMB	18	Carta de princípios	http://www.articulacaodemulheres.org.br/carta-de-principios/
AMB	19	Como se organiza	http://www.articulacaodemulheres.org.br/como-se-organiza/
AMB	20	Onde atua	http://www.articulacaodemulheres.org.br/onde-atua/
MMC	20	História	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44
MMC	21	Quem somos	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/43
MMC	22	Missão	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/45
MMC	23	Organização	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/46
MMC	24	Lutas	http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/47

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa. Dados extraídos do site oficial de cada movimento, a saber; da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil <www.marchamundialdasmulheres.org.br>, da Articulação das Mulheres Brasileiras <www.articulacaodemulheres.org.br> e do Movimento de Mulheres Camponesas <www.mmcbrazil.com.br>. Nota: A maioria dos documentos não continha data de publicação, com exceção do documento de nº 18 da AMB, datado de 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

APÊNDICE K QUESTIONÁRIO PARA SELEÇÃO DA AMOSTRA

- 1) Quais militantes desse movimento (AMB, MMM ou MMC) você indica para participar de uma pesquisa sobre a relação entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda no Brasil?
- 2) Explique porque você escolheu cada uma das militantes?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

APÊNDICE L ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Dados pessoais: Nome? Escolaridade? Profissão? Idade? Renda familiar? Gênero? Religião?

Trajetória Militância Pessoal: Desde quando participa do movimento feminista? O que a motivou a participar? Desde quando participa deste movimento específico (AMB, MMM, MMC)? Como se inseriu neste movimento? Participa ou já participou de outros movimentos sociais? Quais? Participa ou já participou de ONGs? Quais? É filiada ou já foi a algum partido político? Qual? Quando e como se deu o processo de filiação? Na sua opinião a filiação partidária facilita ou dificulta o exercício da militância no movimento social? Por quê?

Trajetória do movimento: Como surgiu? Em que ano e em que contexto político e social? Quem foram as fundadoras? Quais eram os princípios? Quais eram os objetivos? Quais eram as principais reivindicações? Estas reivindicações foram alcançadas? Quais foram os principais problemas enfrentados? Quais foram as estratégias de luta usadas? Quais foram as principais atividades desenvolvidas? Atualmente, quais são os princípios do movimento? Quais os objetivos atuais? Quais as principais reivindicações atuais? Quais são as atividades desenvolvidas pelo movimento, atualmente? Quais dificuldades o movimento vêm enfrentando no desenvolvimento de suas atividades? Quais as estratégias de luta usadas, atualmente? Como você avalia a trajetória do movimento?

Organização: Como é a organização interna do movimento? Quais os recursos financeiros e materiais do movimento? Com que frequência se reúnem? Onde se reúnem? Quem pode participar das reuniões? Qual a média de participantes nas reuniões? Como são definidas as pautas? Como são tomadas as decisões? Como as atividades são desenvolvidas? Como as atividades do movimento são financiadas?

Mobilização e divulgação: Como é feita a comunicação entre as participantes do movimento? Como é feita a mobilização para as atividades do movimento? E, especificamente para as reuniões? Que grupos da população o movimento almeja alcançar com esta mobilização? Quais usos o movimento faz das mídias digitais? Como você avalia o uso de mídias digitais pelo movimento?

Relação com outros atores coletivos: O movimento mantém contatos e articulações com outros movimentos sociais? Com quais? Com que frequência? Em que situações? E por quê? O movimento mantém contatos e articulações com ONGs? Com quais? Com que frequência? Em que situações? E por quê? O movimento mantém contatos e articulações com Igrejas? Com quais? Com que frequência? Em que situações? E por quê? Que tipo de relação o movimento mantém com os movimentos feministas em âmbito municipal e estadual? (Realiza reuniões, congressos, formação, ou outras atividades?) Que tipo de relação mantém com outros movimentos feministas em âmbito nacional? E, internacional?

Relação com partidos políticos e governos: O movimento mantém contatos e articulações com Partidos Políticos? Quais? Descreva como é esta articulação. Quais os desafios estas articulações trazem para o movimento? Quais os benefícios para o movimento manter estas

articulações? O movimento mantém contatos e articulações com políticos profissionais de forma individualizada? Estes políticos costumam ser filiados a quais partidos? Em que situação o movimento recorre a políticos profissionais de forma individualizada? O movimento é procurado por políticos profissionais de forma individualizada? Estes políticos costumam ser filiados a quais partidos? Como o movimento responde a esta procura? O movimento se relaciona com órgãos públicos? Quando e por quê? Como você avalia a relação entre o movimento e os partidos políticos? Como você avalia a relação entre o movimento e o governo?

Compreensão sobre movimento social, partido político e políticas públicas: Na sua opinião o que é o movimento social? Na sua opinião o que é o partido político? Na sua opinião como estes atores sociais tem contribuído para a luta política, atualmente? Na sua opinião como o movimento feminista no Brasil tem contribuído para ampliação de serviços e implementação de políticas públicas voltadas a suprir as necessidades das mulheres, atualmente? Na sua opinião como os partidos políticos no Brasil tem contribuído para ampliação de serviços e implementação de políticas públicas voltadas a suprir as necessidades das mulheres, atualmente?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

**APÊNDICE M TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
OBRIGATÓRIO PARA PESQUISAS CIENTÍFICAS COM SERES HUMANOS**

Prezada,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “**A relação entre movimentos feministas e partidos políticos no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista (2008-2017)**” cujo resumo e principais objetivos são:

RESUMO: Trata o presente projeto de estudo de um esforço de compreensão das relações estabelecidas por movimentos feministas com os partidos políticos de esquerda no Brasil a partir da experiência de três movimentos sociais de amplitude nacional: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Marcha Mundial de Mulheres (MMM) (sua expressão no Brasil) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

OBJETIVOS

Geral: Analisar como tem se expressado a relação entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda no Brasil, no período de 2008 a 2017, ou seja, no contexto do acirramento da crise capitalista mundial.

Específicos:

- Verificar a existência de mudanças e identificar as formas expressas da relação entre movimentos feministas e partidos políticos de esquerda no Brasil, após a redemocratização;
- Comparar como movimentos feministas consolidados no Brasil construíram ao longo de sua história a relação com partidos políticos de esquerda;
- Identificar os significados dos termos: autonomia, apartidarismo e suprapartidarismo para os movimentos feministas consolidados no Brasil;
- Identificar como os efeitos do acirramento da crise capitalista, a partir de 2008, impactaram a organização da classe trabalhadora brasileira em movimentos sociais.

PROCEDIMENTOS: Estudo de caso da relação estabelecida entre movimentos feministas e partidos políticos no Brasil. Neste sentido, estudaremos quais tem sido as tendências contemporâneas apresentadas pelos movimentos feministas sobre suas relações políticas estabelecidas com os partidos de esquerda. O estudo de caso nos permite a análise intensiva de um determinado fenômeno ou situação em um quadro mais amplo, possibilitando compreender como tendências mais gerais se manifestam ou não em uma realidade particular. Este é um estudo de natureza qualitativa e para a coleta de dados trabalharemos com a pesquisa documental, acompanhamento das páginas, blogs e outros instrumentos de comunicação dos movimentos sociais disponíveis na *internet*, realizaremos entrevistas com

militantes dos movimentos feministas escolhidos. A escolha das militantes a serem entrevistadas será a partir da aplicação de um questionário a uma pesquisadora do movimento feminista no Brasil, à assessoria de comunicação/secretaria de cada um dos movimentos escolhidos e às militantes entrevistadas.

RISCOS E INCONVENIÊNCIAS: Este estudo será realizado com base no acompanhamento de informações e análises de documentos e bibliografia, cedidos ou publicados pelos ou sobre os movimentos sociais escolhidos. Também serão realizadas entrevistas com algumas das militantes dos movimentos sociais. As participantes terão acesso prévio ao projeto de pesquisa e às questões a serem respondidas conhecendo, portanto, o teor das informações requeridas pela pesquisa. Os riscos inerentes à participação na pesquisa são: acidentes nos deslocamentos e percursos realizados pelas entrevistadas; constrangimentos de natureza política ou outra ao responder às questões relativas às atividades dos movimentos sociais; divergências de natureza política ou outra entre participantes e pesquisadores.

Este termo assegura-lhe os seguintes direitos: solicitar, a qualquer tempo, mais esclarecimentos sobre esta pesquisa; ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questionamentos; recusar-se a dar qualquer informação que considere constrangedora e/ou prejudicial à sua integridade física, moral e social; desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

As entrevistas para elucidação das questões de pesquisa e alcance dos objetivos propostos serão gravadas e transcritas e alguns relatos poderão aparecer no corpo do trabalho, será garantido, contudo, o total sigilo da identificação das entrevistadas.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO:

Diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa às entrevistadas, os mesmos serão reparados pela instituição a qual se vincula o projeto.

BENEFÍCIOS DA PESQUISA: Esta pesquisa poderá proporcionar conhecimento relevante acerca das relações estabelecidas entre sujeitos políticos – movimentos sociais e partidos políticos de esquerda - que podem contribuir para o avanço dos direitos da classe trabalhadora e das mulheres como sujeitos historicamente explorados e oprimidos, de modo a subsidiar a construção de estratégias de enfrentamento de práticas políticas clientelistas, de cooptação, dentre outras, enraizadas no meio político brasileiro.

BENEFÍCIOS PARA AS PARTICIPANTES: O principal benefício será o desencadeamento de um processo de reflexão acerca da participação de cada um destes sujeitos políticos na construção de estratégias para avançar no projeto de transformação da sociedade capitalista.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Em caso de dúvida entre em contato com a pesquisadora principal por telefone, e-mail ou correio nos contatos informados: Ms. Célia Barbosa da Silva, Telefone: (27) 9969-77165; E-mail: celiabsp@gmail.com; ou com a pesquisadora orientadora Dr^a Ana Targina Rodrigues Ferraz, Telefone: (27) 3145-4595; E-mail: anatarginaferraz@gmail.com. Ambas vinculadas à Universidade Federal do Espírito Santo, Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29075-910.

Para denúncias ou quaisquer outras intercorrências decorrentes da pesquisa você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFES, em horário comercial pelo e-mail <cep.goiabeiras@gmail.br>, pessoalmente ou pelo correio no seguinte endereço: **Comitê de Ética em Pesquisa da UFES - Campus Goiabeiras**, Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário/Goiabeiras, Sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN/UFES, Bairro: Goiabeiras, CEP 29075-910, Cidade: Vitória/ES.

Para esta pesquisa, não haverá nenhum custo para a participante em qualquer fase do estudo. Do mesmo modo, não haverá compensação financeira relacionada à sua participação. Você terá total e plena liberdade para se recusar a participar bem como retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa.

“Acredito ter sido suficientemente esclarecida a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo: A relação entre movimentos feministas e partidos políticos no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista (2008-2017). Os propósitos desta pesquisa estão claros. Do mesmo modo, estou ciente dos procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente na minha participação, sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a pesquisa, sem penalidades ou prejuízos. E ainda, que este termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor, uma para a participante da pesquisa e outra para as responsáveis pela pesquisa.”

Assinatura da Participante da Pesquisa

Assinatura da Responsável pela Pesquisa

Local e data

Local e data